



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

NANAHIRA DE RABELO E SANT'ANNA

COMUNIDADE NIKKEI DE PARACATU-MG
E SUAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO
NO CONTEXTO DO PRODECER

Brasília
2018



NANAHIRA DE RABELO E SANT'ANNA

Programação visual: Ivanise Oliveira de Brito

DOUTORADO

2018





UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS E MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

NANAHIRA DE RABELO E SANT'ANNA

COMUNIDADE NIKKEI DE PARACATU-MG E SUAS EXPERIÊNCIAS
DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DO PRODECER

BRASÍLIA

2018

NANAHIRA DE RABELO E SANT'ANNA

COMUNIDADE NIKKEI DE PARACATU-MG E SUAS EXPERIÊNCIAS
DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DO PRODECER

Tese apresentada como requisito para obtenção de grau de Doutor(a) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Orientador:

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos

BRASÍLIA

2018

Sant'Anna, Nanahira de Rabelo e, 1986-

Comunidade nikkei de Paracatu-MG e suas experiências de desenvolvimento no contexto do PRODECER / Nanahira de Rabelo e Sant'Anna. – 2018. 375f. 30 cm

Orientador: Rodrigo Pires de Campos

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, 2018.

1. Comunidade nikkei. 2. PRODECER. 3. Desenvolvimento. 4. Pós-Colonialismo. 5. Relações Brasil-Japão. I. Campos, Rodrigo P. de. II. Universidade de Brasília. III. Comunidade nikkei de Paracatu-MG e suas experiências de desenvolvimento no contexto do PRODECER.

NANAHIRA DE RABELO E SANT'ANNA

COMUNIDADE NIKKEI DE PARACATU-MG E SUAS EXPERIÊNCIAS
DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DO PRODECER

Tese apresentada como requisito para obtenção de grau de Doutor(a) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos, PPGDSCI/CEAM/UnB
Presidente (Orientador)

Prof. Dr. José Walter Nunes, PPGDSCI/CEAM/UnB
Examinador

Prof. Dr. Eiiti Sato, IREL/UnB
Examinador

Prof^a Dra. Helen Ulhôa Pimentel, PPGH/Unimontes
Examinadora

Prof^a Dra. Danielly Silva Ramos Bécard, IREL/UnB
Suplente

Brasília, 27 de março de 2018

*A meu pai, minha mãe e meu irmão
com amor, gratidão e honra*

*E aos meus iluminados tios (in memoriam):
Joana Pinto Rabelo
Maria Pinto Rabelo
Pedro Pinto Rabelo*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas infinitas bênçãos e pela proteção e auxílio de seus santos e anjos. Em especial, por ter capacitado o meu ser e recebido minha oferta de consagração eterna. Grande reverência à Santa Inês e ao Arcanjo Miguel.

Agradeço a meu pai, Winnetou Castilhos de Sant'Anna, e minha mãe, Maria do Carmo de Siqueira Rabelo e Sant'Anna, pelo amor, carinho, apoio, ensinamentos e pelos exemplos de vida honrada que representam para mim, meu irmão e gerações de alunos.

Agradeço a meu irmão, Nanini Castilhos de Rabelo e Sant'Anna, pela amizade, cumplicidade e companheirismo incondicional, atemporal e sem igual.

Agradeço a meu padrinho e tio Juscelino Eugênio de Siqueira Rabêlo, cuja identificação e dedicação à sua profissão e área de estudos são inspiradoras. Agradeço à minha madrinha Edneusa Mendes Nascimento, pelo exemplo de elegância pessoal e profissional.

Agradeço a comunidade nikkei de Paracatu, especialmente as pessoas e famílias nipo-brasileiras que participaram das entrevistas, para o que muito gentilmente acolheram-me em suas casas, ou deslocaram-se até a minha residência. Cada boa prosa representou oportunidade única para, além de conhecer aspectos da realização do PRODECER em Paracatu, e do histórico da comunidade japonesa no Brasil, aprender grandes lições a partir de suas histórias de vida. Muito obrigada às famílias Kondo, Takahashi, Alimura, Muraoka, Shimada, Endo, Kayashima, Fukuda, Ogawa e Konishi. Peço desculpas às pessoas e famílias que não pude acessar no prazo desta pesquisa, esperando que possam se sentir representadas nas trajetórias relatadas pelos nikkeis participantes.

Agradeço as autoridades e colaboradores da Campo pela contribuição com informações e materiais de grande relevância a respeito do PRODECER e da presença nikkei no Brasil. Agradeço, também, aos representantes da JICA, da Embaixada do Japão em Brasília, e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelas orientações recebidas.

Agradeço a Universidade de Brasília, e o corpo docente, a direção e a administração do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM), pela oportunidade de realizar este Doutorado com verdadeiros parceiros no percurso acadêmico. Em especial, agradeço os professores – não apenas do CEAM – que foram grandes companheiros de caminhada: José Walter Nunes, Selma Pantoja, Eiiti Sato, Jane Farias Chagas, Umberto Euzébio, Ana Maria Nogales, Maria de Fátima Makiuchi, Renísia Garcia e a conterrânea Helen Ulhôa. Agradeço também aos professores Akio Hosono e Naoko Shinkai pelo importante incentivo.

Agradeço aos colegas de trabalho que me apoiaram e incentivaram, e às autoridades e servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) pela oportunidade da licença para capacitação; foram três meses de grande crescimento para além da questão acadêmica.

Agradeço aos meus amigos por estarem ao meu lado em todos os momentos, compartilhando alegrias e ajudando-me a passar por momentos difíceis, especialmente Cláudia Godoy, Ilka

Castro, Juliana Sandi, Rita de Cássia Soares, Verônica Peçanha e a inesquecível Dona Lili, graciosa obreira de Deus.

Agradeço os mestres e colegas das artes marciais e dos esportes, por me ajudarem a lidar com todas as dificuldades ao longo desse caminho, melhorando minha saúde física e mental, e mantendo espírito de esforço e autoconfiança. Muito contribuiu nesse sentido a conquista do 1º Dan, aprovada pelo Sensei Damião Omero Martins e pela Sensei Sônia Martins, grandes mestres a quem reverencio: Oss!

Às pedras no caminho, muito obrigada também, pois sempre foram as maiores oportunidades de superação. O conhecimento das ricas histórias dos nikkeis residentes em Paracatu, especialmente os esforços individuais e coletivos na superação de dificuldades, reforçou essa convicção e fortaleceu minha coragem.

Um agradecimento muito especial ao orientador, Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos, por sua valiosa atenção, paciência, disponibilidade e dedicação, e pelo exemplo de acadêmico, profissional e ser humano que representa para tantas pessoas, do Brasil ao Japão.

“Pense globalmente, aja localmente”.
(Jane Goodall)

*“A gente escreve
o que ouve
nunca o que houve”.*
(Palmo Bianchi)

RESUMO

SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo e. **Comunidade nikkei de Paracatu-MG e suas experiências de desenvolvimento no contexto do PRODECER**. 2018. 386f. Tese (Doutorado) – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

A tese apresenta outras possíveis leituras e perspectivas sobre processos de desenvolvimento, relativamente ao arcabouço teórico existente e tendências recentes no pensamento sobre desenvolvimento, obtidas a partir da trajetória da comunidade nikkei de Paracatu-MG, composta de pessoas e grupos que migraram para o Município na segunda metade do Século XX, no contexto da abertura de novas fronteiras agrícolas em regiões de Cerrado, proporcionada por programas como o PRODECER. A trajetória dessa comunidade foi acessada por relatos orais de nikkeis residentes em Paracatu, externados em entrevistas com a participação de 23 pessoas, durante trabalho de campo realizado em duas etapas. A aplicação de métodos e técnicas de história oral foi facilitada por um processo de familiarização desenvolvido com os entrevistados. Um entendimento sobre processos de desenvolvimento como experiências que emergem de subjetividades em sua diversidade e complexidade, agrupadas nas dimensões de migração, trabalho, educação, comunidade e cultura, foi obtido com a aplicação de conceitos e abordagens chave dos estudos pós-coloniais, especialmente diáspora, hibridismo, entre-lugar, colonialismo, imperialismo e orientalismo, na análise das aspirações, valores e expectativas de desenvolvimento dos nikkeis ao longo de suas trajetórias de vida, considerando os contextos políticos, econômicos, sociais e culturais em que viveram e vivem desde as origens no Japão. Nesse sentido, são feitas referências à imigração japonesa para o Brasil, a repercussões da Segunda Guerra Mundial sobre comunidades nikkeis, a políticas econômicas brasileiras no período de realização do PRODECER, ao movimento decasségui, e a aspectos da história recente do município de Paracatu. A pesquisa também contribuiu para abrir possibilidades de reflexão, reconstrução e ressignificação da trajetória da comunidade estudada em seus processos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Comunidade nikkei. PRODECER. Desenvolvimento. Pós-Colonialismo. Relações Brasil-Japão.

ABSTRACT

SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo e. **Nikkei community of Paracatu, MG and its development experiences in the context of PRODECER**. 2018. 386f. Thesis (PhD Degree) – Center of Advanced Multidisciplinary Studies, University of Brasilia, Brasilia, 2018.

The thesis presents other possible interpretations and perspectives on development processes, regarding the existing theoretical framework and recent trends in development thinking, obtained from the history of the Nikkei community from Paracatu-MG, composed of people and groups that migrated to the Municipality in the second half of the 20th century, in the context of the opening of new agricultural frontiers in Cerrado regions, provided by programs such as PRODECER. The history of this community was accessed by oral reports from Nikkei residents in Paracatu, expressed in interviews with the participation of 23 people, during fieldwork conducted in two stages. The application of oral history methods and techniques was facilitated by a familiarization process developed with the interviewees. An understanding of development processes as experiences that emerge from subjectivities in their diversity and complexity, grouped in the dimensions of migration, work, education, community and culture, was achieved through the application of key concepts and approaches from the post-colonial studies, especially diaspora, hybridism, in-between, colonialism, imperialism and orientalism, in the analysis of development aspirations, values and expectations of Nikkei throughout their life trajectories, considering the political, economic, social and cultural contexts in which they lived and live since the origins in Japan. In this sense, references are made to Japanese immigration to Brazil, the repercussions of the Second World War on Nikkei communities, Brazilian economic policies during the PRODECER period, the Dekassegui movement, and aspects of the recent history of the municipality of Paracatu. The research also contributed to open possibilities for reflection, reconstruction and re-signification of the history of the community studied in its development processes.

Keywords: Nikkei community. PRODECER. Development. Post-Colonialism. Brazil-Japan relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ficha consular de Hideko Kayashima e Yoshifumi Kayashima	118
Figura 2 – Lista de passageiros do navio Brazil Maru	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos entrevistados	256
--	-----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Fachada da ACENP/Kaikan	17
Fotografia 2 – Hideko Kayashima	17
Fotografia 3 – Banca na Feira do Produtor com alimentos tipicamente brasileiros e japoneses, produzidos em Paracatu	18
Fotografia 4 – Artesanato de Dirce Yoko Sasaki	18
Fotografia 5 – Sala Kanojo Abe	183
Fotografia 6 – Sala Sanji Tomoyassu	183
Fotografia 7 – Grupo de atletas de tênis de mesa do Kaikan	184
Fotografia 8 – Campo de <i>gateball/guetoboru</i> no Kaikan	184
Fotografia 9 – Fachada da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro de Brasília	190
Fotografia 10 – Sakura, mascote da família Alimura trazida do Japão	203
Fotografia 11 – Aparecida Atico Takahashi na Feira do Produtor	208
Fotografia 12 – Aparecida Atico Takahashi e produtos vendidos em sua banca	209
Fotografia 13 – Seiko Shimada e alunos de japonês no Kaikan/ACENP	212
Fotografia 14 – Lídia Konishi e alunos da E. E. Dr. Virgílio de Melo Franco	213
Fotografia 15 – Lídia Konishi e troféus da E. E. Dr. Virgílio de Melo Franco	214
Fotografia 16 – Mituo Muraoka e Luiza Keiko Muraoka	215
Fotografia 17 – Guentaro Alimura	217
Fotografia 18– Toshiko Suguiyama Alimura	217
Fotografia 19 – Caminho para a fazenda da família Alimura.....	218
Fotografia 20 – Yoshifumi e Aysten Kayashima	220
Fotografia 21 – Homenagem da colônia japonesa no desfile cívico em comemoração aos 212 anos de Paracatu	224

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAPER	Associação de Apoio aos Produtores Rurais do Paracatu Entre-Ribeiros
ABC	Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
ACENP	Associação Cultural Esportiva Recreativa Nipo-Brasileira de Paracatu
B/A	Acordo Básico
Brasagro	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COBRADI	Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
Coopernov	Cooperativa Agrícola do Mundo Novo
CPA/Campo	Companhia de Promoção Agrícola
CPAC	Centro de Pesquisa do Cerrado da Embrapa
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil)
Jadeco	Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola Japão-Brasil (Japão)
JBIC	Banco Japonês para Cooperação Internacional
JBPP	Programa de Parceria Japão-Brasil
JEMIS	Serviço de Emigração do Japão
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
JIRCAS	Centro de Pesquisa Internacional para Ciências Agrícolas do Japão
JOCV	Voluntários Japoneses em Cooperação com o Exterior
Keidanren	Federação de Negócios do Japão
L/A	Acordo de Empréstimo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil)
MOFA	Ministério dos Negócios Estrangeiros (Japão)

MRE	Ministério das Relações Exteriores (Brasil)
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODA	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
OECF	Fundo para Cooperação Econômica com o Exterior
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Agência de Cooperação Técnica para o Exterior (Japão)
P/A	Acordo de Projeto
PADAP	Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PEI	Política Externa Independente
PERGEB	Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
PESA	Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PLANOROESTE	Plano de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Mineiro
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
R/D	Registro de Discussões
RPM	Rio Paracatu Mineração S. A.
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
Zenchu	Federação Nacional das Cooperativas do Japão
Zenkoren	Federação das Cooperativas de Compras do Japão
Zen-Noh	Federação Nacional de Associações Cooperativas Agrícolas (Japão)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO, PERSPECTIVAS DAS MARGENS, ORALIDADE E ESFORÇOS DE APROXIMAÇÃO COM OS SUJEITOS DO ESTUDO ..	12
1.1. Experiência e contribuições da pesquisa de campo exploratória.....	12
1.2. Teorias de desenvolvimento e perspectivas das margens	20
1.3. A metodologia de história oral e sua importância no estudo	41
2. O PRODECER EM PARACATU: HISTÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO.....	58
2.1. O PRODECER nos contextos políticos e econômicos internacional e bilateral	58
2.2. Evolução do PRODECER no Brasil	71
2.3. Projetos do PRODECER em Paracatu	83
3. HISTÓRIAS ORAIS DA COMUNIDADE NIKKEI PARACATUENSE: EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO	93
3.1. Experiências diaspóricas na busca por novas perspectivas de vida	94
3.1.1. Longos caminhos entre fronteiras geopolíticas e étnico-culturais.....	96
3.1.2. Efeitos de conflitos mundiais e nacionalismos sobre comunidades nikkeis	109
3.2.3. Migrantes do PRODECER e seus horizontes de vida.....	119
3.2. Vidas híbridas e experiências entre lugares	130
3.2.1. Esforços nas dimensões do trabalho e da educação	131
3.2.2. Lutas e vias de integração cultural em contextos de herança colonial	143
3.2.3. Associações nikkeis e culturas em movimento	170
3.3. Diásporas e hibridismos nos anos recentes	193
3.3.1. Fenômeno decasségui e novos movimentos entre lugares	193
3.3.2. Leituras, reflexões e perspectivas recentes.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
BIBLIOGRAFIA	231
APÊNDICE A	253
APÊNDICE B.....	256
APÊNDICE C.....	258
APÊNDICE D	352

INTRODUÇÃO

“La vida: Un relato en busca de narrador”

(Paul Ricouer)

A comunidade de origem japonesa residente no Brasil celebrou 100 anos da imigração em 2008, e muito já foi publicado a respeito da história dos imigrantes e seus descendentes em várias localidades do território brasileiro. O mesmo pode ser aplicado à história do município de Paracatu, localizado na porção noroeste do estado de Minas Gerais¹, que completará 220 anos em 2018. Merece investigação mais aprofundada a trajetória da comunidade nikkei² residente no Município, composta de pessoas cujas histórias de vida indicam outras possibilidades em matéria de pensamento e ação na temática do desenvolvimento, para além de fatores ou determinantes como crescimento econômico, distribuição de renda, saúde, educação, longevidade e preservação ambiental, considerando a consolidação dessa comunidade em Paracatu no contexto do Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, na segunda metade do Século XX.

A presença de uma comunidade de origem nipônica em Paracatu, município que tem sua história vinculada ao ciclo do ouro do Brasil colônia, muito se deve à migração de descendentes de japoneses oriundos de municípios das regiões Sul e Sudeste do Brasil, parte considerável dos quais participaram do referido Programa como colonos agrícolas. O solo do Município é explorado para a atividade mineradora desde o Século XVIII, enquanto que atividade agrícola, iniciada no Século XIX, passou a ser tecnicada e implantada em larga escala a partir da segunda metade do Século XX, o que foi estimulado por planos econômicos e programas governamentais como o PRODECER (OLIVEIRA MELLO, 1994; 2007).

Criado em 1974, mediante comunicado conjunto assinado pelo Primeiro-Ministro do Japão, Kakuei Tanaka, e pelo Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, e implantado de 1979 a 2001, em três etapas, o PRODECER tinha por objetivos estimular o aumento da oferta de alimentos no mundo e contribuir para o desenvolvimento na região dos Cerrados, bioma que ocupa aproximadamente 25% do território brasileiro, equivalente a cerca de 5,5 vezes a área do

¹ O município de Paracatu está localizado em uma das 12 mesorregiões de Minas Gerais, denominada Noroeste de Minas, composta por 19 municípios, dos quais 10 pertencem à microrregião de Paracatu (IBGE, 2017).

² Trata-se de uma denominação em língua japonesa que designa japoneses que vivem regularmente no exterior e descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, incluindo pessoas de ascendência racial mista (HARADA, 2013).

Japão. Paracatu, que possui vegetação nativa típica do Cerrado, consiste na localidade em que o Programa teve início, que abrigou a maioria de projetos realizados, e que recebeu o maior número de produtores assentados (BRASIL; JICA, 2002)³.

O PRODECER foi supervisionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, financiado pelos governos de Brasil e Japão e bancos privados japoneses, coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola – Campo, apoiado por cooperativas agrícolas, e executado por produtores rurais associados a cooperativas. Relatórios oficiais e estudos sobre o Programa revelam que foram escolhidos como colonos, pelas cooperativas e pela Campo, produtores com maior experiência no modo de produção capitalista, sobretudo com o manejo de maquinário agrícola e na participação em cooperativas na região Sul, cuja fronteira agrícola já estava praticamente explorada (BRASIL; JICA, 2002; PESSÔA, 1988; PESSÔA & INOCÊNCIO, 2014; SANTOS, 2008). Muitos dos colonos que participaram e ainda residem nas áreas dos projetos do PRODECER em Paracatu são descendentes de japoneses, o que resulta, em parte, da presença direta do Governo do Japão em vários níveis do Programa, como a seleção de áreas, a concessão de créditos, o monitoramento das atividades produtivas e a avaliação de desempenho (PIRES, 2000; OLIVEIRA MELLO, 2007).

Também são inúmeros os estudos sobre características e impactos da implantação e execução do PRODECER, baseados em fontes escritas, orais e/ou iconográficas, realizados por autores de diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Decorridos mais de 40 anos após seu início e mais de 15 desde seu término, livros, artigos, relatórios e outras publicações sobre o Programa continuam sendo produzidos.

Face à considerável diversidade de abordagens e perspectivas sobre o tema, pode-se agrupar as análises em duas linhas, uma das quais compreendendo estudos que enfocam as repercussões positivas do Programa para as relações entre Brasil e Japão, para a oferta de alimentos no mundo e para o desenvolvimento econômico e a modernização agrícola do País, incluindo melhorias socioeconômicas em regiões interioranas. Em geral, esse primeiro grupo embasa suas análises em fontes escritas, geralmente emanadas por instituições governamentais e empresariais de Brasil e Japão, a exemplo de acordos bilaterais, relatórios, discursos e outros documentos oficiais sobre o PRODECER, ou seja, ampara-se na história oficial sobre o Programa.

³ Segundo informações de relatório publicado conjuntamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil – MAPA – e a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA – em 2002, em Paracatu foram realizados cinco dos 21 projetos do PRODECER e assentados 147 do total de 717 produtores. Em 2002, permaneciam residindo nas regiões de Paracatu onde os projetos foram realizados 97 do total de 466 produtores assentados em todas as demais localidades (BRASIL; JICA, 2002).

A segunda vertente agrupa pesquisas que criticam repercussões do PRODECER na forma de concentração de terras, êxodo rural, conflitos sociais, degradação ambiental, endividamentos, falências, entre outras. Os estudos desse segundo grupo, além de considerar fontes escritas, incorporam relatos orais de autoridades governamentais e de produtores e trabalhadores rurais participantes ou não do Programa, assim como fotografias, mapas e outras fontes não escritas. Informações acerca dos estudos realizados nas duas linhas são apresentadas de maneira mais aprofundada mais adiante ao longo desta tese.

Em diálogos com japoneses e descendentes que residem em Paracatu, em uma etapa preliminar e ainda exploratória da pesquisa que deu origem a esta tese, tais pessoas apresentaram-me fatos e impressões que dificilmente poderiam ser enquadradas em apenas uma ou outra das duas polaridades apresentadas na literatura, face à sua diversidade e complexidade. Por meio dos relatos preliminares, foi possível perceber dinâmicas sobre temas aparentemente distintos, duais e mesmo contraditórios, alguns deles apresentados simultaneamente ao longo de uma mesma narrativa de história de vida. Deles emergiu a origem desta tese: reler as experiências de desenvolvimento no quadro histórico do PRODECER passando mais ao largo da dicotomia bom *versus* ruim, sucesso *versus* fracasso, tão presente na literatura nacional e internacional sobre o Programa. Não se trata, obviamente, de uma proposta de estudo acrítico sobre o tema, mas de uma curiosidade genuína por conhecer histórias de vida em que emergem questões de desenvolvimento em suas complexas relações com experiências singulares daqueles sujeitos históricos presentes na região nos momentos de implantação do Programa.

De fato, todas e cada uma das trajetórias de vida individual e coletiva narradas foram capazes de revelar fatos, aspectos, situações, repercussões e impressões diversas, referentes a várias questões políticas, econômicas, sociais e culturais envolvidas na realização de um amplo e complexo programa de cooperação internacional voltado ao desenvolvimento da agricultura no Cerrado brasileiro. Partes de alguns relatos aproximam-se da história oficial sobre o PRODECER, enquanto outras aproximam-se do indicado pelos estudos críticos sobre o Programa. Contudo, em todos os depoimentos, eu pude conhecer fatos e repercussões que não se enquadraram nos registros e que, nem por isso, deixam de ser importantes para se refletir sobre a complexidade dos processos de desenvolvimento para além do sim e do não.

Portanto, sem pender para uma ou outra das duas linhas, e sem desconsiderar as contribuições desses estudos para o entendimento dos processos que caracterizaram a cooperação entre Brasil e Japão para o desenvolvimento pela modernização agrícola dos Cerrados, pretendo seguir uma terceira via, um outro caminho, afastado de dualismos,

binarismos e polarizações, que não se concentre em celebrar ou em denunciar o PRODECER, apresentar acertos ou erros do Programa. Procuro seguir a rota da oralidade para abordar histórias de vida de migrantes no contexto de processos de desenvolvimento, considerando que relatos orais são capazes de indicar novas possibilidades para se pensar o desenvolvimento.

Em artigo recentemente publicado sobre o processo de implantação e execução do PRODECER, Santos (2016) reconhece contribuições dos diversos estudos realizados sobre o tema ao longo das últimas três décadas, sobretudo no que diz respeito às mudanças no panorama agrícola nacional. Contudo, nota que muitos estudos concentram-se nos equívocos do Programa desde sua concepção até os impactos na forma de desorganização da agricultura familiar e desgaste ambiental, poupando-se de realizar debate sobre acertos e/ou erros no que se refere aos objetivos centrais do PRODECER, quais sejam “trazer novos agricultores a se instalarem nos cerrados” e “demonstrar a capacidade produtiva desses espaços” (SANTOS, 2016, p. 406-407). Desse modo, segundo o autor, tais estudos acabam por não apresentar algumas situações do domínio das ciências sociais que muito ajudariam a compreender parte dos processos das transformações por que vem passando o campo no Brasil, com todas as suas diversidades econômicas e sociais.

Visando construir diálogos e agendas de pesquisas, Santos (2016, p. 410) sugere seis situações e questões possíveis de investigações, construídas em experiências e pesquisas sobre as dinâmicas agrícolas dos Cerrados do Brasil, entre as quais destaco duas, por dialogarem com os propósitos deste estudo, que enfoca trajetórias de vida de pessoas, entre as quais se incluem participantes do PRODECER: “as questões e os conflitos sociais e culturais que são latentes e muitas vezes ‘fulanizados’ e individualizados nos cerrados”; e “os modelos e as estruturas organizativas dos agricultores considerados modernos e suas crises”.

Face à diversidade e complexidade presente nos relatos dos nikkeis de Paracatu obtidos no decorrer desta pesquisa, inclusive sobre questões econômicas, sociais e culturais que permearam a realização do PRODECER, e à necessidade de estudos sobre dinâmicas sociais e culturais nas regiões de Cerrado, indicada por autores como Santos (2016), busco lançar luzes sobre um dos aspectos fundamentais do Programa capaz de indicar novas possibilidades em termos de pensamento e ação sobre desenvolvimento: as experiências de pessoas que se deslocaram para regiões de Cerrado no contexto do Programa, oriundas de outros estados e regiões do País, especificamente os de origem japonesa que migraram para o município de Paracatu, por caminhos metodológicos indicados pela história oral.

O objetivo geral da presente pesquisa é obter expressões e sentidos sobre processos de desenvolvimento a partir da trajetória de pessoas, famílias e grupos que compõem a comunidade nikkei de Paracatu, que migraram para o Município na segunda metade do Século XX, no contexto da abertura de novas fronteiras agrícolas em regiões de Cerrado, proporcionada por programas como o PRODECER.

Com a pesquisa, espero responder aos seguintes questionamentos: o que as trajetórias de vida da comunidade nikkei de Paracatu podem indicar em termos de outras leituras e perspectivas de desenvolvimento, para além das verificadas em estudos sobre o PRODECER? O que as pessoas dessa comunidade contam sobre processos de desenvolvimento a partir de suas experiências no contexto de políticas, planos e programas voltados à modernização agrícola em regiões de Cerrado, como o PRODECER? Que aspirações, valores, necessidades e expectativas individuais e coletivas levaram tais pessoas a migrar para Paracatu, e como repercutiram em processos de desenvolvimento tais questões de ordem pessoal, somadas a suas ações e reações perante situações e realidades encontradas nas localidades? Essas questões de pesquisa foram formuladas considerando as experiências individuais e coletivas narradas como saberes capazes de indicar outras possibilidades para o entendimento sobre desenvolvimento.

Desse modo, os objetivos específicos desta pesquisa incluem conhecer, interpretar e registrar experiências da referida comunidade nikkei; compreender dinâmicas que caracterizaram a realização do PRODECER em Paracatu no que se refere à participação de colonos agrícolas de origem japonesa; e identificar fatores nas dimensões pessoal, familiar e comunitária capazes de revelar outros sentidos, expressões e perspectivas sobre o desenvolvimento.

Importante ressaltar que essa tese não trata do PRODECER, mas da trajetória da comunidade nikkei de Paracatu em seus processos de desenvolvimento, no contexto do PRODECER. Entendo que o Programa constitui parte relevante das histórias de vida relatadas oralmente, mesmo para as pessoas que dele não participaram diretamente, mas não consiste no objeto desta pesquisa, tampouco representa referência única para abordar a trajetória da comunidade.

Na obtenção de outros possíveis sentidos, expressões, leituras e perspectivas sobre processos de desenvolvimento a partir da trajetória da comunidade nikkei de Paracatu, considero teorias de desenvolvimento existentes e abordagens dos estudos culturais e pós-coloniais que complexificam o pensamento sobre desenvolvimento, e proponho um

entendimento sobre processos de desenvolvimento como experiências que emergem de subjetividades em sua diversidade e complexidade.

Busquei atingir os propósitos desta tese pela obtenção de relatos orais, por meio de conversas, baseadas em um roteiro de questões, com 23 pessoas de 11 famílias de origem japonesa residentes em Paracatu, as quais continham membros que participaram do PRODECER ou acompanharam sua realização sem participar diretamente. As questões contidas no roteiro referiram-se aos motivos que levaram os entrevistados e/ou seus parentes e agregados a participarem do PRODECER, a como era a vida dessas pessoas antes de sua participação no PRODECER, a como tomaram conhecimento sobre o Programa, a que conhecimento tinham do Programa, a como se vivia durante a realização do PRODECER, como eram as relações dentro das cooperativas às quais estavam associados e com pessoas de fora delas, quais foram as experiências obtidas a partir dessa participação, a possíveis mudanças realizadas e novas perspectivas surgidas, entre outras. O roteiro serviu apenas como guia básico para a obtenção de depoimentos; suas questões foram apresentadas e adaptadas conforme o conteúdo, ritmo e ambiente das conversações. Em todas as conversas, foi necessário realizar alterações no roteiro.

Os depoimentos foram obtidos em dois momentos. Na primeira fase, durante pesquisa de campo com duração de três meses, optei por não realizar gravação em mídias de áudio e/ou vídeo, de modo que os participantes não sentissem qualquer constrangimento capaz de reduzir sua liberdade ao contar suas histórias. Na segunda imersão no campo, com duração de duas semanas, realizei gravações de áudio e vídeo com participantes que se dispuseram a fazê-lo, e tirei fotografias das pessoas que o permitiram.

Na primeira etapa, os depoimentos foram anotados à mão, no momento das conversas, e digitados posteriormente. Nesses registros, procurei reproduzir não apenas o conteúdo informado sobre personagens, acontecimentos vividos pessoalmente e coletivamente, opiniões e pontos de vista, mas considerei, também, elementos que ultrapassam o conteúdo escrito das palavras proferidas, como tom de voz, ritmo, pronúncia, interrupções, ênfases, silêncios, risos e emoções diversas. Finalizado o trabalho de digitação, para fins de conferência e ajustes finais, disponibilizei o material aos entrevistados e solicitei autorização para publicação, por meio da assinatura de cartas de cessão.

Para discorrer sobre as duas linhas gerais em que foram realizados estudos sobre o PRODECER, a história oficial sobre o PRODECER foi obtida mediante coleta e análise de documentos governamentais relativos a acordos entre Brasil e Japão e protocolos

complementares sobre cooperação técnica, e a políticas de cooperação técnica internacional dos dois países. Também foram pesquisados relatórios e informativos oficiais sobre o Programa e material relacionado, elaborado por instituições de ambos os países, e notícias sobre iniciativas e resultados do Programa. Por sua vez, estudos que criticam o PRODECER foram buscados desde a tese pioneira da geógrafa Pessôa (1988) até o mencionado artigo de Santos (2016), passando pelos sociólogos Pires (1996, 2000) e Osada (1999), pelos geógrafos Mendonça (2004), Santos (2007) e Pessôa e Inocêncio (2014).

A realização deste trabalho se justifica em duas vertentes, uma relativa à busca de outro caminho para se compreender processos de desenvolvimento ante a polarização verificada nos estudos sobre o PRODECER, proposto pela via da oralidade, e outra referente a interesse manifestado por representantes da comunidade de origem japonesa de Paracatu em registrar suas trajetórias entre as histórias de comunidades nikkeis em contextos regionais e locais do Brasil.

Antes de esclarecer sobre as duas vertentes, vale mencionar que, particularmente, a presença de pessoas de origem nipônica em minha cidade natal, em que residi até 2003, sempre me despertou curiosidade a respeito de sua história e seus costumes, somada ao meu interesse por aspectos da cultura *pop* japonesa que ganhou adeptos no Brasil nos anos de 1990 e 2000. No tempo em que vivi em Paracatu, muitos japoneses e descendentes, oriundos de outras cidades, residiam no bairro e na rua em que morei e frequentavam os colégios em que estudei. No quarteirão localizado ao lado do de minha residência, havia a Associação Cultural Esportiva Recreativa Nipo-Brasileira de Paracatu – ACENP, conhecida como *Kaikan* – que significa clube, no idioma japonês –, local em que pessoas de origem nipônica lecionavam e aprendiam língua japonesa, praticavam esportes e realizavam diversas festividades.

Apesar de sua notável presença na sociedade paracatuense, a etnia amarela não era mencionada entre os grupos que compunham a população do Município no livro da disciplina de Estudos Sociais utilizado no Ensino Fundamental I (OLIVEIRA MELLO, 1991). Naquela época, fazia a mim mesma algumas questões: por que japoneses e descendentes se mudaram para Paracatu? O que viram de especial na Cidade? Como faziam para se adaptar, considerando possíveis diferenças étnico-culturais em relação à população que habitava Paracatu?

Na terceira edição daquele livro, publicada em 2007, em seção sobre a composição étnica da população de Paracatu, está registrado que:

Paracatu também já possui pessoas descendentes da etnia amarela, provenientes do mundo asiático, como os japoneses, com um número razoável. E todos estão ligados

à agricultura, principalmente na região do Mundo Novo (OLIVEIRA MELLO, 2007, p. 71).

Em obra sobre a história de Paracatu, no capítulo referente à população da localidade, registra-se a ocorrência de um “caldeamento de raças”, principalmente a negra africana e a branca lusófona, com menor influência da etnia indígena (OLIVEIRA MELLO, 1994, p. 50). Sobre outras influências étnicas, Oliveira Mello (1994, p. 53) esclarece que, embora o Município “tenha sido visitado por vários povos” – são mencionados grupos franceses, saxônicos, holandeses, italianos e libaneses –, “não sofreu nenhuma influência de outras raças”. No que diz respeito à camada de origem nipônica, manifesta-se constatação de teor simplista, semelhante à do trecho anterior:

Apenas a partir da década de 1970 é que há transferência de famílias holandesas e de nisseis, bem como gaúchos e paulistas, radicando-se no Município e detendo-se no amanho da terra (OLIVEIRA MELLO, 1994, p. 53)

A partir do informado nessas obras, depreende-se que residem em Paracatu japoneses e descendentes, fato que não se pode questionar. Entretanto, noto consideração reducionista ao abordá-los, todos, como ligados à atividade agrícola, o que não corresponde à realidade, já que muitas pessoas da comunidade nikkei do Município não lidam com agricultura, como pude comprovar durante a pesquisa de campo.

As áreas da agricultura e do cooperativismo são consideradas como vertentes de contribuições dos imigrantes japoneses ao desenvolvimento do Brasil, o que foi ressaltado no contexto das comemorações do centenário da imigração, em 2008 (EXAME, 1988 apud JAPAO100, 2007; EASYCOOP, 2008; JAPAN, 2009). Cabe salientar que uma das cooperativas cujos associados nikkeis participaram do PRODECER em Paracatu, a Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC – havia sido instituída por imigrantes japoneses em 1927, cinco anos antes da assinatura da primeira legislação brasileira sobre cooperativas, apresentando suas características, objetivos, categorias, entre outros aspectos, o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932 (BRASIL, 1932; JAPAN, 2009)⁴. Em Paracatu, a CAC participou do

⁴ O regime jurídico das sociedades cooperativas vigente nos dias atuais foi instituído pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. A primeira legislação brasileira que menciona o cooperativismo foi o Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, permitindo aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito, bem como cooperativas agropecuárias e de consumo, sem maiores detalhes. Com o Decreto nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907, o Governo reconhece a utilidade das cooperativas, mas sem ainda reconhecer sua forma jurídica, distinta de outras entidades (BRASIL, 1903; 1907; 1971).

primeiro projeto de colonização da primeira fase do PRODECER, o Projeto de Colonização Mundo Novo.

Com base em diversos estudos sobre a imigração japonesa para o Brasil⁵, oficialmente iniciada em 1908, em seguimento ao estabelecimento de relações diplomáticas com o Japão mediante assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1895⁶, a trajetória da comunidade nikkei de Paracatu pode ser associada às etapas mais recentes de evolução e integração dos nikkeis na sociedade brasileira, nos períodos de 1963 a 1980 e de 1981 aos dias atuais, coincidentes com a época de realização do PRODECER. Contudo, a depender da idade, da época de migração da família ao Brasil, e da geração à qual os entrevistados pertencem, *issei*, *nissei*, *sansei* e posteriores⁷, tais pessoas são capazes de revelar aspectos das fases anteriores, de 1908 a 1941 e de 1942 a 1962, que também são capazes de indicar outras perspectivas sobre processos de desenvolvimento⁸.

Em artigo sobre a presença nipônica em Paracatu, fruto de pesquisa demandada no contexto das comemorações do centenário da imigração japonesa por um grupo de agricultores que participaram do PRODECER no Município, as historiadoras Pimentel e Botelho (2007, p. 2) relatam que, no decorrer de entrevistas realizadas com tais produtores rurais, foi discutida a relação entre a história desse empreendimento e a trajetória de vida dessas pessoas, já que “a reunião deles naquela cidade e o associativismo resultante decorreram de sua participação no projeto”. Percebeu-se que não havia consenso sobre o sentido a ser conferido à comemoração

⁵ Entre os autores com obras de referência sobre a imigração japonesa ao Brasil, as relações entre Brasil e Japão, e a trajetória das comunidades nipônicas no País, incluindo a presença nikkei em regiões, estados e municípios brasileiros, podem ser citados Saito (1961, 1980), Saito e Maeyama (1973), Nogueira (1973, 1984), Handa (1987), Sakurai (1993, 2007, 2008), Cardoso (1995), Ninomiya (1996, 2008, 2013), Mita (1999), Yokota (1997, 2001), Uehara (1999, 2003), Oliveira (2002), Joko (2002), Takeuchi (2002, 2008, 2009), Oliveira e Masiero (2005), Masiero (2007), Mota (2008), Hashimoto, Tanno e Okamoto (2008), Harada (2013), entre muitos outros.

⁶ Por meio do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em 5 de novembro de 1895, 28º ano da Era Meiji, iniciaram-se as relações diplomáticas bilaterais, interrompidas apenas nos anos da Segunda Guerra Mundial. O instrumento foi assinado, em Paris, por plenipotenciários acreditados junto ao Governo francês, que representavam o Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Imperador do Japão (BRASIL, 1895). Ninomiya (1996, p. 250) esclarece que o principal motivo da celebração “se deve ao encontro de interesses das partes”, de um lado para resolver a questão da falta de mão-de-obra nas fazendas de café, após a abolição da escravidão e proclamação da República, e de outro para aliviar a tensão social gerada do seu alto índice demográfico. O autor salienta que, por estarem situados em posições antípodas no globo terrestre, e devido à política isolacionista adotada pelo Japão no início do século XVII até meados do século XIX, pode-se afirmar que os japoneses quase nada sabiam sobre o Brasil (NINOMIYA, 1996).

⁷ A comunidade japonesa no Brasil e no exterior reconhece os nomes *issei*, *nissei* e *sansei* como referências para três gerações consecutivas: *issei* diz respeito ao imigrante nascido no Japão; *nissei* significa a geração imediatamente posterior, nascida no Brasil; e *sansei* se refere à terceira geração, aos netos de imigrantes japoneses. O elemento *-sei* significa geração, e os prefixos *-i*, *-ni* e *-san* enumeram, respectivamente, a primeira, a segunda e a terceira geração (NAWA, 1988 apud NABÃO, 2007).

⁸ Com base nos trabalhos do sociólogo Saito (1980) e da historiadora Nogueira (1984), em obra sobre o nikkei no Brasil coordenada por Harada (2013), identificam-se quatro diferentes etapas de evolução e integração dos nipo-brasileiros na sociedade brasileira. Essa divisão em fases é utilizada apenas para ajudar na localização da pesquisa, pois não há pretensões de linearidade, considerado que se trata de uma tese baseada em relatos orais

do centenário e, no que se refere à questão dos prováveis patrocinadores de um livro a respeito da referida colônia nipônica, houve um questionamento “a respeito de quem teria interesse em financiar a história de um empreendimento ‘que não tinha dado certo’” (PIMENTEL; BOTELHO, 2007, p. 2).

Os primeiros relatos que escutei de descendentes de japoneses que tiveram contato com o PRODECER, em 2013, indicaram fatos e repercussões diferentes dos encontrados em fontes documentadas, causando-me não apenas estranhamento em relação à história do Programa que eu até então conhecia, mas fazendo com que eu repensasse conceitos e práticas de cooperação e desenvolvimento que eu estudara e trabalhara. Detalhes desses relatos e questionamentos suscitados serão detalhados em capítulo posterior, em que também esclareço como a obtenção desses relatos acabou por representar pesquisa de campo exploratória para a construção do presente trabalho, ainda que não tenha sido a intenção inicialmente.

A experiência de pessoas e grupos que compõem uma comunidade nikkei situada no município de Paracatu pode colaborar no entendimento sobre aspectos específicos e repercussões da realização do PRODECER na localidade, revelados por relatos orais das próprias pessoas que participaram do Programa ou acompanharam sua realização na localidade. As experiências relatadas oralmente contribuem para ampliar conhecimentos existentes sobre cooperação internacional para o desenvolvimento e indicar novos caminhos teóricos e práticos, inclusive inspirar melhores políticas e ações nessa área e correlatas, considerando complexidades e subjetividades que caracterizam trajetórias de sujeitos de desenvolvimento.

Enquanto metodologia que permite a constituição de fontes históricas e documentais pelo registro de testemunhos, a oralidade oferece a possibilidade de se reinterpretar e compreender objetos de estudo de maneira mais ampla e aprofundada. A história oral possibilita estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, movimentos, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam, especialmente recuperar acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências e impressões pessoais, que não se encontram em documentos de outra natureza (VANSINA, 1966; ALBERTI, 2007).

Além de servir como importantes fontes de conhecimento sobre o passado, narrativas orais têm a capacidade de reabrir portas do passado e de questioná-lo, bem como de alargar o campo de trabalho do pesquisador e questionar a superioridade de assertivas situadas em documentos escritos, geralmente relacionados a contextos e grupos sociais dominantes (NUNES, 2009; MAGALHÃES, 2013). Desse modo, a oralidade amplia a possibilidade de se obter perspectivas não hegemônicas e mais próximas às dinâmicas e urgências da realidade.

Com vistas a entender processos de desenvolvimento a partir de perspectivas e experiências de pessoas e grupos humanos que não tiveram direito à história, e em seguimento à defesa realizada por Bhabha (1998) de se considerar histórias de migrantes e outros grupos humanos em condições de deslocamento geográfico, político, econômico, social e cultural⁹ como terreno da literatura mundial, em lugar da transmissão universalista de culturas nacionais, acredito que as trajetórias, experiências, memórias, impressões e sentimentos dos nikkeis considerados nesse estudo sejam capazes de enriquecer em detalhes e experiências, indicar contrapontos, e trazer novas perspectivas sobre processos de desenvolvimento diversos em níveis local, regional, nacional e mundial, incluindo a imigração japonesa ao Brasil, as relações de cooperação econômica e técnica entre Brasil e Japão, a realização do PRODECER, e a própria trajetória da comunidade nikkei de Paracatu.

Além da possibilidade de enriquecer campos de estudo que lidem com as temáticas da cooperação, do desenvolvimento e correlatas, a pesquisa poderá inspirar o pensamento e a realização de ações nessas áreas que considerem, da concepção à avaliação, para além dos interesses geopolíticos e necessidades econômicas dos países envolvidos, saberes, experiências, opiniões e aspectos culturais de todas as pessoas e grupos populacionais envolvidos, reconhecendo-os como sujeitos.

No que se refere à estrutura desta tese, compõe-se de três capítulos, precedidos por esta introdução, após os quais são apresentadas as considerações finais, a bibliografia, e o roteiro de questões que embasou as entrevistas.

A metodologia de história oral empregada na pesquisa é esclarecida no primeiro capítulo. O segundo capítulo dedica-se à história oficial do PRODECER, disposta em estudos agrupados nas duas grandes linhas propostas no início desde capítulo.

As informações sobre o histórico do PRODECER são apresentadas nos contextos internacional, nacional, regional e local, considerando processos globais, políticas externas e internas de Brasil e Japão, relações entre os dois países, atividades que caracterizaram o Programa em estados e municípios brasileiros, e os projetos realizados em Paracatu.

O terceiro capítulo dedica-se à obtenção de outras possibilidades em matéria de pensamento e ação na temática do desenvolvimento, a partir dos relatos orais de indivíduos e grupos da comunidade nikkei de Paracatu. As considerações finais do estudo incluem síntese das reflexões realizadas e sugestões para novas pesquisas.

⁹Colonizados e refugiados também são mencionados por Bhabha (1998).

1. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO, PERSPECTIVAS DAS MARGENS, ORALIDADE E ESFORÇOS DE APROXIMAÇÃO COM OS SUJEITOS DO ESTUDO

After all, theories are there to serve us, not to enslave us
(Ha-Joon Chang)

Neste capítulo, detalho a metodologia utilizada na pesquisa, amparada na oralidade. Apresento, inicialmente, contribuições de pesquisa exploratória realizada sobre a colônia japonesa de Paracatu, em 2013, para a construção desta tese. Realizo, também, um breve exame do panorama existente e de tendências recentes em matéria de teorias de desenvolvimento, em relação às quais pretendo elaborar outras possíveis perspectivas.

1.1. Experiência e contribuições da pesquisa de campo exploratória

Em 2013, durante o Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, a fim de redigir artigo sobre contribuições da presença japonesa para o desenvolvimento em Paracatu, cidade de herança lusófona¹⁰, obtive relatos de nipo-brasileiros, por meio de entrevistas livres, os quais indicaram fatos, consequências, repercussões e impressões não encontrados em fontes documentadas, a exemplo dos documentos e relatórios produzidos pelos governos de Brasil e Japão, e estudos de diversas áreas que se utilizam de dados e informações oficiais.

Ao passo em que os entrevistados relataram livremente suas memórias e sua visão de mundo, realizei perguntas para permitir reflexões sobre determinados aspectos relacionados à pesquisa, sobre quando e de onde migraram para o Brasil e para Paracatu, os motivos da migração, atividade(s) a que se dedicaram e se dedicam, e perspectivas e desafios para a colônia japonesa em Paracatu e região. Em geral, os nipo-brasileiros entrevistados, de diferentes

¹⁰ Para produzir o artigo, durante o curso Estudos Luso-Orientais, realizei uma inversão da ideia da disciplina – pela qual se pretendia estudar a presença portuguesa em localidades da Ásia – mediante pesquisa sobre a presença asiática em localidades de influência lusófona, a exemplo de Paracatu, que guarda aspectos socioculturais da época do Brasil colonial e imperial, conforme apresentado ao final do capítulo anterior. A questão que embasou a realização do trabalho foi a seguinte: quais as principais contribuições da colônia japonesa para o desenvolvimento de Paracatu e região?

gerações, *issei*, *nissei* e *sansei*¹¹, apresentaram relatos sobre a migração de japoneses para o Brasil na primeira metade do Século XX, sobre a participação de nipo-brasileiros no PRODECER nas décadas de 1970 e 1980, e sobre a vida dos ex-colonos em Paracatu após o término do Programa. Ressalto que, até então, eu não conhecia a história oral e os métodos por ela indicados, a serem abordados na seção seguinte.

Um dos entrevistados, associado à CAC, que participou do PRODECER de 1980 a 1996, no projeto de colonização Novo Mundo, relatou ter constituído um dos únicos empreendimentos viáveis desse projeto, com cultivo de soja, milho, feijão irrigado e café irrigado. O *nissei* natural de Irapuru-SP, filho de japoneses que haviam imigrado para trabalhar na cafeicultura, informou que, antes de atuar em Paracatu, dedicava-se à criação de ovos e aves. Ressaltou ter sido atraído mais pelas condições favoráveis de financiamento e pelas possibilidades de lucro do que pela viabilidade dos negócios ou pelo interesse em se estabelecer no local. Inviabilizada a continuidade das atividades, com a perda de significativa parcela útil de suas terras pela Campo em processo judicial, arrendou-as, foi indenizado por volta de 2001 com muitas perdas, e passou a se dedicar à construção civil, aproveitando conhecimentos obtidos no curso superior de Engenharia Mecânica de Produção da Universidade de São Paulo – USP, aliados às suas altas habilidades. Impressionou-o a persistência de cultura escravagista e a falta de uma visão de longo prazo para o desenvolvimento em Paracatu. Sobre a vida da comunidade nikkei na Cidade, indicou que, nos dias atuais, uma parcela menor dedica-se à agricultura, sendo mais atuante na prestação de serviços.

Outro entrevistado, paracatuense, filho de nipo-brasileiros naturais de Pompeia-SP, e neto de imigrantes japoneses que se dedicaram à agricultura no estado de São Paulo, relatou que seus pais atuaram no PRODECER com cultivo de cereais, principalmente soja e milho, sendo seu pai associado à CAC. Após se aposentarem, dedicam-se ao artesanato e à atividade agrícola para sustento próprio, além de participarem da Feira do Produtor, realizada semanalmente no bairro Centro. Membro do Grupo de Jovens da ACENP/Kaikan, o *sansei*, que finalizou o Ensino Médio e estava trabalhando como designer gráfico em uma empresa do Município, ressaltou que a participação na Associação permitiu-lhe estudar língua japonesa, praticar esportes diversos, e interagir com jovens da comunidade nikkei de Paracatu e outras cidades e estados brasileiros, sobretudo em viagens e competições. A recente saída de muitos

¹¹ A comunidade japonesa no Brasil e no exterior reconhece os nomes *issei*, *nissei* e *sansei* como referências para três gerações consecutivas: *issei* diz respeito ao imigrante nascido no Japão; *nissei* significa a geração imediatamente posterior, nascida no Brasil; e *sansei* se refere à terceira geração, aos netos de imigrantes japoneses. O elemento *-sei* significa geração, e os prefixos *-i*, *-ni* e *-san* enumeram, respectivamente, a primeira, a segunda e a terceira geração (NAWA, 1988 apud NABÃO, 2007).

de seus amigos descendentes de japoneses para cursar o Ensino Superior em outras localidades foi apontada como uma das razões para um menor dinamismo e integração no âmbito da colônia japonesa de Paracatu nos dias atuais.

Entre os entrevistados estava a primeira pessoa que nasceu no Japão a adentrar e residir em Paracatu. Apesar de a migração de japoneses e descendentes para a cidade de Paracatu ter ganhado força após o estabelecimento do PRODECER, a *issei* nascida na ilha de Kyushu, Japão, relatou que migrou para Paracatu cinco anos e meio após emigrar para o Brasil, o que ocorreu em 1956, quando tinha 25 anos. Chegou em São Paulo após 53 dias de viagem em navio brasileiro. Os motivos foram relacionados à pobreza que assolava o seu país após a Segunda Guerra Mundial, e à busca de novas oportunidades de trabalho. Em Paracatu, a japonesa residiu primeiramente na zona rural, dedicando-se ao cultivo e à venda de frutas e verduras. Há tempo reside no bairro Centro, e trabalha em sua residência com consertos de roupas, aproveitando sua formação como costureira, concluída ainda no Japão. Chegou a retornar ao seu país por um ano, mas voltou a Paracatu por apreciar a vida na Cidade, principalmente devido ao clima, pois prefere o calor do Brasil ao frio do Japão, principalmente em dezembro e janeiro. Em agosto de 2004, recebeu da Câmara Municipal o título de cidadã honorária de Paracatu. Seu núcleo familiar é composto de dois filhos, seis netos e dois bisnetos.

A partir dos relatos acima, percebi que o PRODECER e seus projetos de colonização não foram apresentados como sendo de sucesso para o desenvolvimento do Brasil e da região dos Cerrados, como assume a história oficial e estudos que nela se embasam. O *nissei* indicou insucesso na forma de falências, incluindo a própria, como fruto de inadequada gestão do Programa, do qual constituiu um dos poucos empreendimentos viáveis, revelando resultados diferentes dos que são destacados em relatórios governamentais. Apesar do sentimento de decepção com expectativas frustradas na dimensão econômico-financeira, o entrevistado não perdeu suas aspirações no sentido de realizar negócios lucrativos, as quais foram redirecionadas a setor ligado à sua área de formação, e hoje contribuem para as boas condições em que vive o *nissei* e sua família. A meu ver, seu relato remete a uma experiência de desenvolvimento como processo evolutivo complexo, envolvendo transformações e aprendizados, em que o insucesso econômico teve importante contribuição.

Além disso, pelos relatos, constatei que a comunidade nikkei de Paracatu não se restringe à atividade agrícola, como está registrado na história recente do Município. Nem todas as pessoas dessa comunidade representam ex-participantes do PRODECER, membros de suas famílias ou outros grupos que migraram incentivados pela abertura de fronteiras agrícolas. A

família da *issei*, a primeira composta de descendentes de japoneses a residir em Paracatu, mudou-se para o Município em 1961, quase 20 anos antes do início do Programa. Inicialmente, trabalhou com vendas de produtos agrícolas, mas tornou a atuar com costuras, como já fazia no Japão. O *nissei*, que foi produtor agrícola cooperado, passou a se dedicar à construção civil. O *sansei*, cujos pais são agricultores e artesãos, trabalha como designer gráfico.

A diversidade de atuação dos nikkeis entrevistados sugeriu mudanças na questão dessa pesquisa realizada em 2013, inicialmente sobre as contribuições da colônia japonesa para o desenvolvimento de Paracatu, para considerar tanto as contribuições de pessoas como o *nissei*, que participaram do PRODECER, quanto as contribuições de pessoas não ligadas ao Programa e à atividade agrícola. Essa diversidade também se aplicou aos fatos e impressões relatados, muitos aparentemente antagônicos, mas inerentes a uma mesma história de vida, a exemplo de fases de prosperidade, falência, estagnação e recuperação econômico-financeira, e, na esfera sociocultural, de estranhamentos e integrações entre colonos de origem japonesa e suas famílias, de um lado, e pessoas e grupos residentes em Paracatu, de outro.

Ao passo em que o *nissei* estranhou a influência de aspectos da época da escravatura em Paracatu, durante contatos com trabalhadores que contratara quando foi colono agrícola do PRODECER, sua esposa, também *nissei*, revelou impressões de acolhida e confiança da população paracatuense no trabalho dela, que é dentista. Por sua vez, o *sansei* destacou ter muitos amigos fora da comunidade nikkei, razão pela qual não frequenta a ACENP/Kaikan do mesmo modo como fazia na infância, quando pessoas e grupos de origem japonesa eram, em geral, menos integrados com população residente em Paracatu e vice-versa.

O fato de a *issei* preferir o calor brasileiro ao frio do inverno japonês, e ter se expressado com linguajar típico de Paracatu ao ver que uma chuva se aproximava ao final da entrevista, causou-me impressão de adaptação e integração à vida no Brasil e no município de Paracatu. No caso do *sansei*, ter mais amigos fora da comunidade nikkei do que nesse meio demonstra integração com a população do Município; por outro lado, esforços de manutenção da cultura japonesa pelo aprendizado da língua e pela interação entre pessoas de origem nipônica são manifestados em atividades realizadas no Kaikan e na fala de sua avó, quando lhe disse que, dentro da família, deve existir a palavra japonesa.

Apesar de ter realizado apenas três entrevistas, a complexidade dos fatos e impressões relatados dificultaram-me responder a questão da pesquisa que eu fazia naquela época, sobre as principais contribuições da colônia japonesa para o desenvolvimento de Paracatu, considerando apenas as dimensões econômica e sociocultural. Apresentou-se insuficiente uma conclusão que

restringisse as contribuições da comunidade nikkei ao recente processo de modernização da agricultura no Cerrado, em contraste com a mineração, atividade responsável por altos e baixos ao longo da história de cidades como Paracatu.

Observei que tanto são diversas e complexas as experiências de vida dos nikkeis em Paracatu, quanto as trajetórias dessas pessoas e seus familiares desde as origens no Japão, que revelaram questões políticas, econômicas, sociais e culturais ligadas a processos de desenvolvimento. Contudo, guardam algo em comum: a migração para Paracatu, por vários motivos e em diversas condições. A mudança para o Município em determinado intervalo temporal – a segunda metade do Século XX – foi um caminho trilhado pelas pessoas com quem conversei, indivíduos e grupos com diferentes idades, origens geográficas, formações, profissões e aspirações de desenvolvimento.

Em janeiro de 2015, conferindo seguimento à pesquisa realizada em 2013, realizei um ensaio fotográfico para retratar a presença japonesa em Paracatu, o qual incluiu fotografias da fachada externa na ACENP/Kaikan e de nipo-brasileiros em diversas atividades, em suas residências e na Feira do Produtor, especialmente fabricação de artesanato e venda de produtos agrícolas. Apresento as fotografias a seguir:



Fotografia 1 – Fachada da ACENP/Kaikān
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2015.



Fotografia 2 – Hideko Kayashima
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2015.



Fotografia 3 – Banca na Feira do Produtor com alimentos tipicamente brasileiros e japoneses, produzidos em Paracatu.

Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2015.



Fotografia 4 – Artesanato de Dirce Yoko Sasaki
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2015.

Assim como a pesquisa realizada em 2013, o ensaio revelou que, em Paracatu, nos anos recentes, a preservação da identidade cultural japonesa convive com significativas trocas entre a comunidade de imigrantes e a sociedade paracatuense. De maneira semelhante ao que ocorre em outros estados e municípios do País, observei menor imersão nas tradições mantidas pelas colônias japonesas e maior integração à cultura brasileira, ainda que seja preservada certa identidade cultural nipônica.

Em 22 de junho de 2015, na Fundação Municipal Casa de Cultura de Paracatu, apresentei o projeto de tese que estava em desenvolvimento no lançamento da Exposição Nipo-Brasileiros em Paracatu, realizada de 22 de junho a 3 de julho, por ocasião das comemorações dos 120 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Japão (EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL, 2015). Na oportunidade, foi aberta sessão de perguntas e respostas, sendo que uma das questões, levantada por um *nissei*, dizia respeito à corrupção no ambiente político do Brasil. Ao apresentar uma longa pergunta, foi possível notar tom de desabafo e insatisfação em suas palavras. Finalizada a palestra, fui abordada por uma jovem *sansei*, que disse ter se identificado com as informações apresentadas, especialmente no que diz respeito às consequências negativas da participação de sua família no PRODECER, como dificuldades financeiras. A neta de japoneses dispôs-se a participar da pesquisa de Doutorado como uma das pessoas a serem entrevistadas e indicou outras pessoas que poderiam colaborar.

As manifestações dos nikkeis por ocasião das entrevistas de 2013 e da palestra de 2015, assim como as pessoas, objetos, locais e situações revelados no ensaio fotográfico de 2015, revelaram-me questões que integram processos de desenvolvimento, nele influem e dele resultam, mas que são carentes de maior aprofundamento. São questões ao nível das aspirações, valores e experiências das pessoas, que podem ser colocados ao lado e em interação com fatores relativos a processos de desenvolvimento, como crescimento econômico, distribuição de renda, educação, saúde e preservação ambiental. Questões apenas esclarecidas pelo contato direto com essas pessoas, que se realizou na forma de entrevistas de história oral. Antes de detalhar a aplicação da história oral neste estudo, realizo breve exame do panorama teórico e tendências recentes no pensamento acadêmico sobre desenvolvimento em relação aos quais pretendo obter outros possíveis sentidos, expressões, leituras e perspectivas sobre processos de desenvolvimento, a partir dos relatos dos nikkeis entrevistados.

1.2. Teorias de desenvolvimento e perspectivas das margens

Com base em ligeira sumarização do referencial teórico existente sobre desenvolvimento, aplicado a comunidades humanas, pode-se entendê-lo, de maneira geral, como um processo histórico complexo, multidimensional, relacionado a diversos fatores, como, por exemplo, crescimento econômico, distribuição de renda, abertura política, expectativa de vida, acesso a sistemas de educação e saúde, indicadores de ciência, tecnologia e inovação, e preservação ambiental. Na intenção de obter perspectivas outras de desenvolvimento a partir da comunidade nikkei de Paracatu, pretendo ir além desses fatores, sem, contudo, desconsiderar a relevância deles para o entendimento sobre processos de desenvolvimento desde o surgimento e a consolidação de teorias e abordagens de desenvolvimento.

Nas disciplinas das Ciências Sociais, podem ser encontradas diferentes definições de desenvolvimento, conforme o quadro conceitual, teórico e/ou paradigmático em que o termo se insere. O termo pode remeter a um conceito, a uma realidade ou ambas as coisas, e comporta problemas de definição e conceituação, e de integração e articulação em disciplinas como a economia do desenvolvimento, a sociologia do desenvolvimento e a antropologia do desenvolvimento (MKANDAWIRE, 2010; FURTADO, 2014).

No Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa¹², Furtado (2014, p. 91), em linha com o pensamento de Mkandawire (2010), considera que “o termo ‘desenvolvimento’ é, seguramente, um dos mais ambíguos nas ciências sociais, ainda que se possa dizer que existe um relativo consenso quanto ao seu significado bem como a possibilidade de sua replicabilidade”. No que se refere ao relativo consenso, o autor esclarece que o desenvolvimento é assumido como constituindo um valor, um desejo universal, um objetivo a atingir por indivíduos, países e entidades supranacionais há décadas, se não séculos.

Furtado (2014) chama atenção para o predomínio de uma visão eurocêntrica em acepções de desenvolvimento, construídas tendo como referência ideológica e empírica as sociedades da Europa Ocidental e da América do Norte, que constituiriam modelos de desenvolvimento, significando progresso econômico e social. Por outro lado, as demais sociedades corporificariam o reverso, na forma do subdesenvolvimento, ou estariam em vias de

¹² A obra tem como propósito o estabelecimento de reflexão multidisciplinar crítica acerca da lusofonia a partir do passado colonial e da condição pós-colonial do Brasil e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), classificados entre as nações subdesenvolvidas. Fontes de inspiração para a elaboração do Dicionário incluem a ideia, aventada por Mudimbe (1988, 1994), no sentido do estabelecimento de uma biblioteca colonial, constituída por um conjunto de saberes transatlânticos.

desenvolvimento, estágios caracterizados por pobreza, ausência ou baixa produção econômica, e acesso restrito a bens sociais básicos como saúde, educação, alimentação e habitação.

No mesmo raciocínio centrado em dicotomias, utilizadas para definir e diferenciar países, vale comentar os termos modernidade *versus* tradição, também referidos no Dicionário Crítico, que podem ser considerados análogos a desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, progresso *versus* atraso, e similares. Segundo Macamo (2014), modernidade pode tanto descrever características como a secularização, a industrialização, o capitalismo, a racionalidade, a autonomia e a individualização, como se servir dessas características para classificar sociedades. Trata-se de uma noção construída a partir da existência do seu oposto, a tradição, e decorrente de uma concepção linear da história que situava a Europa ocidental nos graus mais avançados da evolução humana, que caracterizou o pensamento europeu do Século XIX¹³, dadas as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na época.

Dos Santos (1998, p. 9) esclarece que as próprias ciências sociais constituíram-se, desde o Século XIX¹⁴, “em torno da explicação da revolução industrial e do surgimento da civilização ocidental como um grande processo social criador da modernidade”, sendo que essa:

correspondia a um novo estágio civilizatório, apresentado às vezes como resultado histórico da ação de forças econômicas e sociais, como o mercado e as burguesias nacionais. Outras vezes elas aparecem como o resultado de um modelo de conduta racional do homo-economicus e do indivíduo racionalista e utilitário, que seria expressão última da natureza humana quando liberada de tradições e mitos anti-humanos. Outras vezes, estas conquistas econômicas, políticas e culturais eram apresentadas como produto de uma superioridade racial ou cultural da Europa (DOS SANTOS, 1998, p. 9).

As teorias do desenvolvimento foram consolidadas como tais após a Segunda Guerra Mundial, e enfocando questões econômicas, quando países industrializados buscaram promover

¹³ Macamo (2014, p. 364) esclarece que “boa parte de pensadores europeus, desde Kant, passando por Hegel, Marx, Saint Simon até Auguste Comte, ficou extremamente vulnerável a uma concepção teleológica da História [...] esses pensadores viam na superioridade técnica e política do continente europeu a confirmação da sua afinidade electiva com a lógica profunda da História ou, para usar terminologia hegeliana, com o Espírito”.

¹⁴ Dos Santos (1998, p. 9-10) explica que os pensadores que fundaram as ciências sociais modernas, “Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, além dos economistas clássicos (Adam Smith e Ricardo) e seus seguidores (Stuart Mill)” identificaram as “normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional”. No Século XX, “sociólogos como Talcott Parsons e Merton; antropólogos como Levy-Bruhl, Franz Boas e Herkovics [...] desenharam um modelo ideal mais ou menos coerente das formas de comportamento compatíveis com esta sociedade moderna, e estabeleceram técnicas de verificação empírica mais ou menos desenvolvidas para detectar o grau de modernização alcançado pelas sociedades concretas”. Apesar da pretensão de neutralidade científica nas construções teóricas desses autores, “era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmara nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável”.

a reconstrução das nações devastadas pelo conflito, o crescimento do comércio internacional e a transformação econômica dos países subdesenvolvidos. Com tais objetivos, foram estabelecidos organismos como a Organização das Nações Unidas – ONU –, o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, atualmente Banco Mundial, e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, atualmente Organização Mundial do Comércio – OMC.

Nesse contexto de reestruturação da estrutura de poder mundial e de reconfiguração das relações políticas e econômicas mundiais, marcado pelo declínio dos países imperialistas, pela ascensão e consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, e por movimentos independentistas e consequente emergência de novos países na África e na Ásia, a América Latina buscava superar a condição de subdesenvolvimento com políticas e programas voltados ao progresso industrial. As teorias de desenvolvimento do período, que equalizavam desenvolvimento e crescimento econômico, compreendiam e faziam entender o desenvolvimento como um estágio avançado, caracterizado por altos níveis de industrialização e urbanização, observados em nações como os Estados Unidos e países da Europa ocidental, que poderia ser alcançado por países subdesenvolvidos caso seguissem uma trajetória linear composta de etapas sucessivas de modernização (DOS SANTOS, 1994; ESCOBAR, 2014).

No Dicionário de Ciências Humanas de Dortier (2010, p. 128), o termo desenvolvimento aparece ligado à expressão desenvolvimento econômico, acompanhada de um esclarecimento acerca do lançamento da década desenvolvimentista nos anos de 1960, considerada como momento crucial para ajudar os países do Terceiro Mundo, nações subdesenvolvidas localizadas na África, na América Latina e na Ásia, a sair da pobreza, recuperar o atraso, e alcançar os países desenvolvidos. Na ótica dos promotores da década desenvolvimentista, o desenvolvimento supõe primeiro o crescimento econômico, avaliado pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB)¹⁵.

¹⁵ Atendendo a proposta do Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, as décadas de 1960 e 1970 foram consideradas como as duas primeiras décadas do desenvolvimento pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo de realizar ações que reduzissem a diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, incluindo melhorias em áreas como agricultura e fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento (UN, 1961, 1970). Segundo disposto na Resolução n° 1710 da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada na 1084ª reunião plenária, realizada em 19 de dezembro de 1961, foi estipulada a meta de um crescimento econômico anual mínimo de 5% até o final da década para os países em desenvolvimento (UN, 1961). Para a segunda década, estabeleceu-se que os países avançados economicamente aumentariam sua assistência oficial ao desenvolvimento para, no mínimo, 0,7% de seu Produto Interno Bruto (PIB), até meados da década, sendo que a assistência técnica e financeira deveria ser direcionada exclusivamente para promover o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento, nunca em detrimento da soberania nacional dos países recipiendários (UN, 1970). O documento referente à segunda década de desenvolvimento, além de indicar uma meta de crescimento de 6%, continha metas para produtividade agrícola, produção industrial, exportações e importações, emprego, educação, saúde, fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento, entre outras áreas (UN, 1970).

No modelo de desenvolvimento proposto por autores como Rostow (1960), entende-se que um país deve passar por cinco etapas diferentes e sequenciais para se desenvolver:

É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco categorias seguintes: a sociedade tradicional, as condições para a decolagem em direção ao crescimento auto-sustentável, o arranco, a marcha para a maturidade, e a era do consumo em massa (ROSTOW, 1960, p. 4, tradução nossa)¹⁶.

Rostow (1960 apud RIBEIRO, 2007), considerado um dos intelectuais mais influentes na elaboração e promoção do desenvolvimento como ideologia e política de Estado, e conhecido como um dos arquitetos dos programas governamentais norte-americanos de ajuda externa para o desenvolvimento, formulou o tema do desenvolvimento simultaneamente como problema de pesquisa, estratégia política e econômica dos Estados Unidos, e questão a ser tomada como objetivo dos países do Terceiro Mundo. Em Rostow (1960), o conhecimento científico foi produzido para servir de suporte a estratégias de contenção do comunismo e de expansão do capitalismo a países subdesenvolvidos, sob hegemonia norte-americana¹⁷.

Apesar das inúmeras críticas à visão de desenvolvimento que sugere aos países subdesenvolvidos seguir uma trajetória de progresso única, cumprida pelos industrializados, ainda se faz presente em discussões sobre desenvolvimento e prevalece orientando políticas e projetos de desenvolvimento nos dias atuais¹⁸. O PRODECER, que tinha entre seus objetivos a modernização da agricultura em regiões de Cerrado, representa um exemplo nesse sentido, repercutindo, nos dias atuais, em planos e atividades voltados à expansão da produção e exportação agropecuária e ao desenvolvimento econômico e social na região brasileira denominada como Matopiba, considerada a última fronteira agrícola brasileira, compreendendo

¹⁶ Rostow (1960) engloba como sociedades tradicionais o mundo pré-newtoniano, as dinastias da China, as civilizações do Oriente Médio e do Mediterrâneo, e a Europa medieval. As condições para o arranco desenvolveram-se, inicialmente, na Europa Ocidental, especialmente na Grã-Bretanha, ao fim do século XVI e início do XVIII, de maneira endógena. Em outros casos, a fase das condições surgiu por intromissão externa de sociedades mais adiantadas, em reação à qual foi construída uma alternativa moderna para a sociedade tradicional a partir da antiga cultura, como foi o caso do Japão. O arranco da Grã-Bretanha ocorreu ao final do século XVIII, o da França e dos Estados Unidos em décadas anteriores ao ano de 1860, o da Alemanha no terceiro quarto do século XIX, e o do Japão no ao último quartel do século XIX. A maturidade, geralmente atingida 60 anos após o início do arranco, foi observada na Alemanha, na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos ao final do século XIX. No período pós-guerra, Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão entraram na fase de consumo de massa.

¹⁷ O subtítulo de sua obra mais conhecida explicita o objetivo ideológico de contenção do comunismo: “As etapas do crescimento econômico: Um manifesto anticomunista” (ROSTOW, 1960, tradução nossa).

¹⁸ Na opinião de Dos Santos (1998, p. 12), esse modelo “talvez esta tenha sido uma das intervenções mais fortes e brutais da ideologia no campo científico”, prevalecendo na cabeça dos cientistas sociais contemporâneos, “apesar de seu primarismo” e do fato de que “seu ponto de partida - a sociedade tradicional - tenha se tornado mais diversificado, devido à expansão da subjetividade dos povos descolonizados, e a idéia de sociedade afluyente tenha caído do pedestal depois dos movimentos de massa de 1968”.

o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (SANTOS, 2016; EMBRAPA, 2017)¹⁹.

Em base crítica e divergente em relação às teorias da modernização, predominantes no momento de consolidação das teorias do desenvolvimento como tais, foram construídas as correntes teóricas do subdesenvolvimento e da dependência, cunhadas por autores ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, especialmente Furtado (1961, 1968, 1981) e Prebisch (1982)²⁰. Com vistas a interpretar o desenvolvimento e o não desenvolvimento diferentemente do que propunham as teorias da modernização – principalmente a noção de etapas de desenvolvimento proposta por Rostow (1960), em que o subdesenvolvimento corresponderia a uma fase atrasada de um mesmo processo universal de modernização econômica seguido pelos países considerados desenvolvidos –, os intelectuais cepalinos indicaram a necessidade de se levar em consideração, na análise dos processos econômicos de países considerados periféricos, especialmente os latino-americanos, peculiaridades de sua formação econômica e suas diferentes formas de inserção no sistema capitalista mundial.

Na visão de Furtado (1961, p. 193), o subdesenvolvimento é considerado um processo histórico resultante de estruturas específicas, exigindo interpretação teórica própria: “como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo”. O subdesenvolvimento representa um subproduto do desenvolvimento, uma condição estrutural específica resultante da evolução do capitalismo, estimulada com o advento da Revolução Industrial, iniciada na Europa em meados do século XVIII, não consistindo em uma etapa pela qual tenham passado as economias desenvolvidas. Trata-se de uma decorrência da expansão das economias industrializadas em direção a regiões com sistemas de natureza pré-capitalista, que originou uma estrutura híbrida, dual e contraditória, em que coexistem setores modernos e atrasados, conforme esclarecido no trecho a seguir:

A terceira²¹ linha de expansão da economia industrial europeia foi em direção às regiões já ocupadas, algumas delas densamente povoadas, com seus sistemas econômicos seculares, de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista. O

¹⁹ Vale mencionar que, em 29 de fevereiro de 2016, os governos de Brasil e Japão firmaram memorando de cooperação para agricultura e alimentação com base em estudos e projetos para viabilizar investimentos japoneses na região do Matopiba (BRASIL, 2016)

²⁰ Tais autores integraram a geração que fundou o pensamento econômico latino-americano contemporâneo, ou a economia política latino-americana, em que se integram as teorias do subdesenvolvimento e da dependência.

²¹ Furtado (apud BIELSCHOWSKY, 1996) distingue três linhas pelas quais a Revolução Industrial condicionou o desenvolvimento econômico mundial, a primeira correspondendo ao desenvolvimento industrial dos países da Europa Ocidental, e a segunda resultando na formação de núcleos industriais em países que apresentavam características semelhantes aos europeus, quais sejam Austrália, Canadá e Estados Unidos.

contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO apud BIELSCHOWSKY, 1996, p. 139).

No dualismo moderno-atrasado, o setor moderno ou dinâmico, corresponde ao exportador, e o atrasado ou arcaico, ao da produção de subsistência. Em Furtado (2003), esse esquema dual remonta à estrutura econômica do Brasil colônia, quando a atividade dominante, açucareira nos séculos XVI e XVII e mineradora no século XVIII, voltava-se aos mercados externos, contribuindo para uma posição de subordinação na divisão internacional do trabalho consolidada no século XIX. Segundo o autor, o subdesenvolvimento se reproduz e se mantém nas relações desiguais entre o centro e a periferia, especialmente nos fluxos de geração, difusão e assimilação do progresso técnico, que gera um quadro de dependência tecnológica dos países periféricos em relação aos centrais, e agrava problemas internos como a desigualdade social (FURTADO, 1961).

No caso brasileiro, além de o subdesenvolvimento resultar da coexistência entre modos de produção capitalistas modernos e competitivos no mercado internacional, e estruturas sociais arcaicas de subsistência, caracterizadas por concentração da riqueza, relações de trabalho precárias e atraso tecnológico, não qualificadas como capitalistas, Furtado (1961, 1981) indica que a condição periférica do Brasil também resulta da utilização dos excedentes de produção para manter níveis de consumo supérfluos e improdutivos de pequenas elites, a sustentar-lhes um estilo de vida semelhante ao observado nos países desenvolvidos. O autor, portanto, acrescenta a dimensão cultural no entendimento de processos de desenvolvimento, para além da questão econômica²².

No tocante a essa contribuição na dimensão cultural, nesta pesquisa ganham destaque aspirações, crenças, valores e outros aspectos culturais manifestados ou indicados pelos nikkeis entrevistados em seus processos de desenvolvimento. As repercussões da coexistência, em Paracatu, de atividades mineradora e agropecuária voltadas à exportação, e de atividades

²²Para além de determinantes econômicos, o autor também considera fatores nas esferas política, social e cultural em suas análises sobre processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Apesar de ser comumente lido e classificado como um economista, inclusive considerado o economista brasileiro mais conhecido e conceituado no mundo, possui vasta obra com importantes contribuições nos campos da História, Sociologia e Ciência Política.

tradicionais de garimpo artesanal e de agricultura para consumo interno e subsistência, também é considerada neste trabalho na medida em que relatadas pelos entrevistados.

A industrialização, com planejamento e liderança do Estado, sustentada e dinamizada pela expansão do mercado interno, consiste no caminho indicado por Furtado (1961, 1968) para superar a condição periférica e dependente dos países subdesenvolvidos, capaz de transformar as estruturas subdesenvolvidas pela geração de um fluxo dinâmico, endógeno, independente de produção, consumo, emprego e renda. A industrialização consistiu no paradigma de desenvolvimento brasileiro até meados da década de 1970, apoiado no fortalecimento do papel estatal, no endividamento externo, na instalação de multinacionais para atender demandas do mercado interno, e na manutenção de superávits na balança comercial – sobretudo via exportação de produtos agrícolas. Contudo, a instabilidade econômico-financeira mundial que se seguiu aos choques nos preços do petróleo em 1973 e 1979 reduziu a credibilidade desse modelo desenvolvimentista, abrindo caminho para a ascensão e expansão do neoliberalismo, pelo qual se buscou enfrentar a hiperinflação e o endividamento externo na América Latina pela implantação de programas de ajuste estrutural baseados em políticas macroeconômicas ortodoxas²³, recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, então BIRD, com base em doutrinas do chamado consenso de Washington (WILLIAMSON, 1990; NIERDELE; RADOMSKY, 2016).

O pensamento furtadiano apresenta inegável relevância para o estudo, a compreensão e a construção de consciência crítica sobre peculiaridades e problemas das economias de condição periférica, especialmente a brasileira. Sua obra estimulou a elaboração de outras teorizações dependentistas²⁴, que buscaram explicações mais abrangentes sobre processos de desenvolvimento, integrando fatores outros além do econômico, reconhecida a debilidade das formulações centradas em estruturas produtivas e processos tecnológicos (NIERDELE; RADOMSKY, 2016).

²³ Políticas macroeconômicas ortodoxas defendem, basicamente, a não intervenção do Estado na economia, o controle da inflação por meio de políticas fiscais e monetárias contracionistas e pela redução dos gastos governamentais, e a abertura dos mercados para o exterior. Derivam da doutrina econômica ortodoxa, também conhecida por *mainstream economics*, em inglês, compreendendo pensadores clássicos e neoclássicos que defendem a tendência natural ao equilíbrio econômico em pleno emprego e a neutralidade da moeda em relação à produção. Williamson (1990) listou 10 políticas econômicas que consistiram objeto de consenso entre os doutrinadores de Washington na década de 1980: disciplina fiscal, reordenamento nas prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização do setor financeiro – livre determinação das taxas de juros pelo mercado e abolição dos controles de câmbio, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, atração de investimentos diretos estrangeiros, privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia, e proteção a direitos autorais.

²⁴ Uma lista abrangente de autores da escola da dependência, assim como diferentes classificações desses autores em correntes conforme suas origens teóricas, pode ser encontrada em Dos Santos (1998, p. 19-22).

Em que pese o fortalecimento do neoliberalismo nos anos de 1990, a emergência, na mesma década, do neoestruturalismo de matriz cepalina, defendendo temas como a equidade social e a democracia pluralista como condições básicas de desenvolvimento, revela a importância do legado furtadiano para interpretações contemporâneas sobre processos de desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2006). Neste trabalho, contudo, conforme referi anteriormente, afasto-me de um raciocínio em polarizações, dualismos e dicotomias apresentado pelo autor, a exemplo de centro-periferia, moderno-arcaico, e desenvolvimento-subdesenvolvimento²⁵, em linha com o objetivo de seguir via distinta dos estudos que destacam o desenvolvimento econômico e social proporcionado pelo PRODECER, e dos estudos que criticam aspectos e consequências do Programa que caracterizariam o não desenvolvimento.

Na década de 2000, emerge uma visão de desenvolvimento conhecida como novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimento, que não concebe como oponentes mercado livre *versus* Estado forte, mas os une, ambos fortalecidos, no sentido de projetos nacionais de desenvolvimento que compatibilizem crescimento com equidade social (NIERDELE; RADOMSKY, 2016). Bresser-Pereira (2010, p. 17) apresenta o novo desenvolvimentismo como um “conjunto de valores, idéias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média²⁶ procuram alcançar os países desenvolvidos”. Trata-se “um ‘terceiro discurso’ entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional” que permite aos países em desenvolvimento rejeitarem propostas e pressões dos países ricos por políticas econômicas que representam “tentativas neoimperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes – a prática de ‘chutar a escada’ identificada por Ha-Joon Chang” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17).

A emergência do neodesenvolvimentismo foi motivada por diversos fatores, entre os quais a deslegitimação do modelo neoliberal baseado na ortodoxia econômica, haja vista sua incapacidade para produzir crescimento econômico sustentado e reduzir a desigualdade social, e o sucesso econômico de países que mantiveram certo nível de intervenção do Estado na

²⁵ Nas palavras do autor, “se tivesse que singularizar uma ideia sintetizadora de minhas reflexões de economista sobre a história, diria que ela se traduz na dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento” (FURTADO, 2002, p. 78).

²⁶ Em Bresser-Pereira (2010, p. 2-3), os países considerados de renda média na América Latina são Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai e Costa Rica, os quais, em um primeiro momento, “completaram a acumulação primitiva” e criaram “uma classe capitalista mínima”; posteriormente, “completaram suas revoluções capitalistas” ou “sua modernização”, envolvendo “a formação de um Estado verdadeiramente nacional e a industrialização”. Em uma futura terceira etapa, “dotados de uma moderna classe empresarial, uma ampla classe média profissional e uma ampla classe assalariada, e das instituições básicas necessárias para o crescimento econômico”, esses países devem “provar que são capazes de continuar a crescer rapidamente e de gradualmente chegar aos níveis de crescimento dos países ricos”.

economia, como as nações asiáticas que apresentaram ritmo acelerado de crescimento econômico associado a políticas industriais, comerciais e tecnológicas. Esses países são exemplificados pelo Japão, palco do fenômeno conhecido por milagre japonês devido à acelerada recuperação econômica após a Segunda Guerra Mundial, e pelos chamados tigres asiáticos – Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan²⁷ – entre as décadas de 1960 e 1980 (STIGLITZ, 1999; CHANG, 2004; SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005). Nesse contexto de crescimento econômico japonês e de crise econômica no Brasil, grande fluxo de brasileiros descendentes de japoneses deslocaram-se ao Japão, de modo geral, em busca de trabalho e melhores condições de vida nas décadas de 1980 e 1990, caracterizando o chamado movimento decasségui.

Nos anos de 1990, China e Índia apresentaram altas taxas de crescimento econômico, relativa melhoria das condições de vida de suas populações, e progressos em infraestrutura e inovação tecnológica, o que se deve à intervenção estatal na economia. Os países e territórios asiáticos mencionados acima adotaram as mesmas políticas que tornaram avançadas as nações atualmente consideradas desenvolvidas, políticas que passaram a ser condenadas pelos países industrializados, não recomendadas aos subdesenvolvidos para sua ascensão. Chang (2004) indica que as recomendações do consenso de Washington, portanto, representariam estratégias dos países desenvolvidos de “chutar a escada” – conforme expressão cunhada por List (1885 apud CHANG, 2004, p. 17) – para os países subdesenvolvidos, de modo que esses não alcançassem patamares elevados de desenvolvimento em que se situam as nações avançadas²⁸. Afinal, “as políticas e instituições consideradas ‘boas’ não conseguiram gerar o prometido dinamismo do crescimento nos países subdesenvolvidos”; pelo contrário, “em muitos desses países o crescimento simplesmente desapareceu” (CHANG, 2004, p. 230).

O novo desenvolvimentismo, tal qual o desenvolvimentismo da economia política latino-americana, contrapõe-se ao suposto universalismo de modelos de desenvolvimento compostos por etapas, receitas e recomendações aplicáveis em todos os países, dada a variedade de contextos e dinâmicas entre eles. No entanto, Chang (2010, p. 1, tradução nossa) considera fundamentalista, apesar de logicamente consistente e teoricamente defensável, a afirmação de

²⁷ Com a ressalva de que Hong Kong não representa um Estado nacional, mas uma região administrativa especial da República Popular da China. Taiwan, oficialmente República da China, é considerado pela China Popular como província, parte inalienável de seu território (CIA, 2017).

²⁸ A partir de um exame das experiências de um grupo de países atualmente desenvolvidos – Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, França, Suécia, Bélgica, Holanda, Suíça, Japão, Coreia e Taiwan –, Chang (2004) demonstra que a maioria deles aplicou, quando eram países em desenvolvimento, “políticas quase opostas ao que a ortodoxia atual diz que eles aplicaram ‘e recomenda aos países em desenvolvimento’”.

que “todas as experiências ocorrem em um tempo particular e em um espaço particular, cujas condições não podem ser replicadas de modo exatamente igual em outros contextos”.

Em que pese o fato de experiências individuais, regionais e nacionais serem únicas, tornando impossível sua exata replicação, “isso não significa que nunca devemos observar experiências que se desenvolveram sob condições que são diferentes das que enfrentamos” (CHANG, 2010, p. 1)²⁹. Acessar experiências diversas amplia horizontes, na medida em que permite extrair lições mais detalhadamente, inclusive sobre a própria condição, além de abalar concepções sobre o que é ou não possível – nesse sentido, o que se toma por garantido pode representar condição particular não existente em outros contextos. Teorias consideradas únicas geralmente não coincidem com as realidades sobre as quais se pretendem aplicar.

Voltando à época de enfraquecimento do modelo desenvolvimentista e ascensão do neoliberalismo, a partir da década de 1970, emergem novas teorias e conceitos de desenvolvimento que se afastam de definições em função da dimensão econômica – sem, contudo, negar sua importância –, agregando à noção de desenvolvimento outras dimensões e novos qualificativos: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento territorial, desenvolvimento rural, etc. Processos que contribuíram para o surgimento dessas novas abordagens incluem frustrações de países em desenvolvimento perante modelos e receitas de desenvolvimento recomendados, sintomas de mal-estar econômico e social em países desenvolvidos e socialistas, conscientização sobre problemas ambientais decorrentes dos modelos de industrialização implantados, mudanças demográficas, e maior atenção conferida a sujeitos sociais como fatores influentes em processos de desenvolvimento, para além de Estado e mercados (AMARO, 2003; MOREIRA; CRESPO, 2012; NIERDELE; RADOMSKY, 2016).

A abordagem de desenvolvimento como liberdade proposta por Sen (2000) pode ser enquadrada no conjunto das teorias do desenvolvimento humano. O conceito de desenvolvimento humano emergiu a partir de reivindicações, surgidas na década de 1970, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho – OIT – e do Banco Mundial, no sentido da aferição do desenvolvimento pelo imperativo da satisfação das necessidades básicas da população, como saúde, habitação e educação (AMARO, 2003; MOREIRA; CRESPO, 2012). O conceito apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado pelo

²⁹ No artigo que faço referência, Chang (2010) apresenta experiências de Estado desenvolvimentista de diferentes países, em distintas formas e sob diversas condições políticas, ideológicas e econômicas: Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, França, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – em 1990, recebeu contribuições do pensamento de Sen (2000):

Desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. As mais críticas são as de levar uma vida longa e saudável, de receber instrução e de desfrutar de um padrão de vida digno. Escolhas adicionais incluem liberdade política, garantia de direitos humanos e autoestima [...] O termo desenvolvimento humano aqui denota tanto o processo de ampliação de escolhas das pessoas quanto o nível de bem-estar obtido. Isso também ajuda a distinguir claramente dois lados do desenvolvimento humano. Um é a formação de capacidades humanas, como melhorias em saúde ou em conhecimentos. O outro é o uso que as pessoas fazem de suas capacidades adquiridas, para trabalho ou lazer. Essa visão de desenvolvimento difere-se das abordagens convencionais de crescimento econômico, a formação de capital humano, o desenvolvimento de recursos humanos, bem-estar humano ou necessidades humanas básicas (PNUD, 1990, p. 10-11, tradução nossa).

Sen (1984, 1987) e Haq (1988) propuseram, em 1993, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, aplicado desde então pelo PNUD em relatórios anuais³⁰, obtido pela ponderação de três aspectos básicos de uma população, quais sejam saúde, educação e renda, medidos, respectivamente, pela expectativa de vida ao nascer, pelos níveis de escolarização e de alfabetização de adultos, e pelo PIB *per capita*. Com base em seus respectivos IDHs, os países são classificados nas categorias de IDH baixo, IDH médio, IDH alto, e IDH muito alto. Por outro lado, Sen (1999) afirma que a motivação que fundamenta sua abordagem não se concentra em indicar critério de desenvolvimento único e preciso para classificar e comparar diferentes experiências de desenvolvimento; seu objetivo é “chamar atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 49), a exemplo da diversidade humana em valores, aspirações e concepções de vida.

Para Sen (2000, p. 10), “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança”. Trata-se de um processo de expansão de liberdades instrumentais e fundamentais, agrupadas em cinco tipos: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência, e segurança protetora.

Diferentemente das abordagens tradicionais da economia do desenvolvimento³¹, que se concentram em produto nacional, renda agregada e oferta total de bens particulares, Sen (1984,

³⁰ O relatório publicado em 2017 define desenvolvimento humano como sendo “a ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar, para que se envolvam ativamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado. As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos” (PNUD, 2017, p. 38, tradução nossa).

³¹ Sen (1984) apresenta a economia do desenvolvimento como subdisciplina da Economia com papel central no tema do crescimento econômico em países em desenvolvimento. Nesta tese, a economia do desenvolvimento é

2000) prefere a utilização de conceitos que remontam ao que as pessoas podem ou não fazer, como intitamentos, capacitações e funcionamentos. De um lado, os intitamentos representam os meios para se atingir o bem-estar, consistindo nos condicionantes ou ativos que caracterizam recursos que os indivíduos possuem ou podem ordenar em uma sociedade usando a sua totalidade de direitos e oportunidades. De outro, funcionamentos representam os fins, as realizações almejadas pelos indivíduos, e capacitações são as habilidades que uma pessoa tem para alcançar tais realizações como resultados de combinações de intitamentos, repercutindo, na liberdade que uma pessoa tem para levar a vida da forma que deseja.

Com uma “visão orientada para o agente” – o agente humano – o autor sustenta que, com oportunidades adequadas, as pessoas podem moldar seu próprio destino e ajudar umas às outras, não consistindo meros beneficiários de programas de desenvolvimento (SEN, 2000, p. 26). Desse modo, além de estarem no centro das atenções das discussões sobre processos de desenvolvimento, e de seu bem-estar representar o fim do desenvolvimento, as pessoas adquirem papel ativo nesses processos. Ao considerar as pessoas como os verdadeiros fins do desenvolvimento, contudo, o autor não embasa sua produção de conhecimento em experiências e perspectivas de pessoas, em ideias, ações e saberes do agente humano que podem ser acessadas no contato direto, como permite a oralidade.

Em abordagens mais recentes³² sobre a questão do desenvolvimento, elaboradas por autores como Ferguson (1990, 1999), Esteva (1992), Sachs (1992, 2004), Crush (1995), Escobar (1995, 2007, 2014) e Rist (2008), defende-se uma ruptura com o conceito de desenvolvimento, questionam-se modelos de desenvolvimento planejado – que se efetivaram em políticas, programas e projetos de desenvolvimento intervencionistas desde meados do Século XX, sobretudo no Terceiro Mundo, os quais se revelaram frustrados, de modo geral – e busca-se conferir visibilidade a realidades e experiências de ações sociais coletivas e tradições

representada pelas teorias da modernização de inspiração liberal. Para o autor, a economia do desenvolvimento tradicional teve mais sucesso na análise dos fatores que conduzem ao crescimento econômico do que na caracterização do desenvolvimento, que envolve a expansão de capacitações.

³² Ao lado de desenvolvimento sustentável, sistemas nacionais de inovação, neodesenvolvimentismo e desenvolvimento como liberdade, essas abordagens foram elaboradas mais recentemente em relação à economia clássica de Smith (1996) e Ricardo (1996), às teorias da modernização de Lewis (1954) e Rostow (1960), à destruição criativa de Schumpeter (1982), e às teorias do subdesenvolvimento e da dependência de Furtado (1961, 1981) e Prebisch (1982). Além dessa divisão temporal, as teorias do desenvolvimento também podem ser classificadas em dois polos opostos, o primeiro agrupando pensadores otimistas e entusiastas do desenvolvimento, que confiam nos resultados do desenvolvimento ao longo da história, e o segundo representado por estudiosos céticos e pessimistas em relação às promessas do desenvolvimento (NIERDELE; RADOMSKY, 2016), divisão que se assemelha à que notei em relação aos estudos sobre o PRODECER, agrupados em polaridades opostas. Saliento que as nomenclaturas, divisões e classificações das teorias de desenvolvimento aqui apresentadas não se propõem exaustivas, mas têm fins didáticos, no sentido de situar a teorização realizada nesta tese a respeito de outras possíveis formas de se pensar o desenvolvimento, a partir dos relatos dos nikkeis entrevistados.

locais, desvinculadas de valores oriundos de ideologias desenvolvimentistas de influência eurocêntrica, incluindo no debate elementos localizados, de modo geral, às margens da modernidade e seus preceitos (FREITAS, CRUZ, RADOMSKY, 2016).

Tais abordagens são agrupadas como pós-desenvolvimentistas ou consideradas pertencentes à corrente teórica do pós-desenvolvimento por se direcionarem a um momento histórico livre dos incômodos do desenvolvimento, livre de ideologias desenvolvimentistas de cunho eurocêntrico, que embasam discursos e práticas desenvolvimentistas no mundo subdesenvolvido, ou seja, rumo a uma era pós-desenvolvimento. Ainda que não consistam teoria precisa e limitada, ou programa unitário e homogêneo, tais abordagens remetem a um ponto de vista crítico contido em um conjunto de publicações sobre a história do desenvolvimento e seus efeitos sociais, que recebem influências do pós-estruturalismo, do pós-modernismo e do pós-colonialismo. (RADOMSKY, 2011).

Nessa corrente de pensamento, buscam-se alternativas ao desenvolvimento, e não um melhor modo de se pensar e de se perseguir o desenvolvimento, um melhor conceito ou uma melhor definição para desenvolvimento, sua refundação ou a substituição de discursos desenvolvimentistas por outros que passem a valer como verdades universais. De um lado, ideias pós-desenvolvimentistas surgiram como esforços de superação das teorias da modernização, em especial seus modelos e receituários simplistas e homogêneos, embasados em uma suposta trajetória seguida pelas nações tidas como avançadas, supondo o progresso como axioma na história da humanidade. Por outro lado, o pós-desenvolvimento busca superar as teorias da dependência de influência marxista, que formularam críticas aos resultados contraditórios gerados pelo capitalismo, mas não a valores que orientavam a busca pelo desenvolvimento, a exemplo da crença no inexorável progresso humano (RADOMSKY, 2011; FREITAS, CRUZ, RADOMSKY, 2016).

No pós-desenvolvimentismo, as dicotomias desenvolvimento-subdesenvolvimento, progresso-atraso, moderno-tradicional, Primeiro-Terceiro mundos e similares, são consideradas convenções criadas e legitimadas para classificar países, de modo a justificar intervenções desenvolvimentistas em nações tidas como subdesenvolvidas. De modo semelhante, nesta pesquisa, procuro ir além de dicotomias como desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, e visibilizar a comunidade nikkei de Paracatu e suas trajetórias relatadas oralmente, em que se incluem processos como o PRODECER e o ideário desenvolvimentista que embasou sua realização.

Por outro lado, em críticas ao pós-desenvolvimento – esclarecidas mais adiante nesta seção – considera-se que a perspectiva não problematiza possíveis aspirações das populações locais por desenvolvimento, e ignora questões como relações de poder no âmbito das comunidades estudadas e eventuais movimentos de resistência a ideologias e práticas predominantes (DE VRIES, 2007; RADOMSKY, 2011; FREITAS, CRUZ, RADOMSKY, 2016).

Neste trabalho, não abordo indivíduos e grupos da comunidade nikkei paracatuense e seus modos de pensar e viver como modelos ideais, capazes de desconstruir e superar o desenvolvimento enquanto narrativa simplificada, linear e universal de modernização e progresso. Considero importante e necessário que se pense o desenvolvimento, que se fale sobre o desenvolvimento, que se discutam processos de desenvolvimento, considerando possíveis causas, fatores, implicações, consequências e repercussões, justamente com vistas a se aventar outras perspectivas de desenvolvimento, a partir das aspirações, valores, identidades, culturas e experiências de pessoas e grupos que integram uma comunidade local em seus processos de desenvolvimento, no caso desta tese.

Desse modo, sem desconsiderar contribuições da perspectiva crítica pós-desenvolvimentista para a desconstrução da naturalidade e inquestionabilidade do desenvolvimento, mas sem trabalhar contra ou rejeitar a noção de desenvolvimento, procuro conhecer de perto processos de desenvolvimento em realidades localizadas, em contato com as pessoas cujas trajetórias de vida integram tais realidades, a fim de obter outras possíveis maneiras de se pensar tais processos.

Essa busca acompanha a opção, que indiquei nos capítulos anteriores desta tese, por uma via diferente da seguida pelos estudos que enaltecem benefícios do PRODECER – que podem ser resumidos, grosso modo, na palavra desenvolvimento – e da seguida pelos estudos que criticam aspectos e consequências do Programa tidas como negativas – que representariam o inverso do desenvolvimento –, um caminho que envolve a obtenção de relatos orais de indivíduos e grupos da comunidade nikkei de Paracatu, cuja trajetória tem significativa relação com a realização de um programa voltado ao desenvolvimento do Cerrado brasileiro pela modernização da agricultura.

Na medida em que dialoga com concepções sobre processos de desenvolvimento apresentadas por teóricos do pós-desenvolvimentismo, considero pertinente fazer referência ao pensamento de Benjamin (1987, p. 115) sobre progresso e modernidade, identificados em um “monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem”, ligado à evolução do

modelo econômico e civilizatório do capitalismo. Na perspectiva do autor, a aceleração científica e tecnológica contribuiu para o afastamento dos seres humanos em relação às suas próprias tradições e culturas, levando ao surgimento de uma nova forma de miséria e barbárie: a pobreza de experiências, que pode ser entendida como a incapacidade de transmitir e preservar, de uma geração a outra, saberes, referências materiais e simbólicas, e valores tradicionais que vinculam as sociedades contemporâneas às suas tradições – aspectos que são visibilizados no pós-desenvolvimentismo na procura por alternativas ao desenvolvimento.

Crítico da ideologia do progresso como discurso hegemônico que o concebe como fenômeno linear, ilimitado e automático, Benjamin (1987, p. 229) considera o progresso um “conceito dogmático [...] sem qualquer vínculo com a realidade”, e defende o aniquilamento da ideia de progresso como contínuo da história, ou seja, a ruptura com a continuidade da marcha do progresso, em um tempo vazio e homogêneo, como sendo a própria história da humanidade. Nessa ruptura, propõe “escovar a história a contrapelo”, ou seja, a partir de narrativas dos vencidos e não em empatia com rotas históricas unidirecionais escritas pelos vencedores³³, permitindo lançar luzes ao que se perdeu ou ao que foi emudecido ao longo da marcha do progresso (BENJAMIN, 1987, p. 225).

Nesta pesquisa, a oralidade, valorizada nas considerações benjaminianas sobre a transmissão de experiências, permitiu recuperar acontecimentos e experiências não revelados ou pouco esclarecidos, apenas conhecidos a partir das memórias dos entrevistados, que podem ser consideradas, em geral, subterrâneas, marginalizadas e silenciadas em relação à história oficial sobre o PRODECER, conforme apresentado anteriormente. A partir dos relatos orais, foi possível entender processos de desenvolvimento como experiências surgidas de subjetividades diversas e complexas, como se verá no terceiro capítulo.

Retomando o pós-desenvolvimentismo, Rist (2008) entende o desenvolvimento como um sistema de crenças, um conjunto de certezas coletivas não colocadas à prova, em uma série de teorias, políticas e práticas que se revelam contraditórias a partir de um exame histórico sobre suas consequências. Ao longo de décadas, reformulações e críticas internas revelaram o reconhecimento de seu insucesso³⁴. Nas palavras do autor, desenvolvimento “consiste de um

³³ Os termos vencidos e vencedores não fazem referência a guerras, mas à luta de classes, em linha a formulação marxista da filosofia da história benjaminiana (LOWY, 2002)

³⁴ Na perspectiva de Rist (apud RADOMSKY, 2011, p. 154) comprovam o referido insucesso, em que o paradigma de desenvolvimento tropeça em seus próprios pés, “a conferência de Bandung, os esforços de modernização, a crítica marxista e cepalina e as visões de multidimensionalidade do desenvolvimento (IDH formulado no âmbito do PNUD); o modelo da ‘autoconfiança’ advogado por líderes de países do Sul Global, a ideia da necessidade de um “outro desenvolvimento”, a conversão para formas sustentáveis e a abordagem das necessidades básicas; a

conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais” (RIST, 2008, p. 13, tradução nossa).

Para além de demonstrar os impactos negativos de políticas, programas e projetos de desenvolvimento – como o fazem Ferguson (1990, 1999) e Escobar (1995) em relação a projetos de desenvolvimento realizados, respectivamente, no Lesoto e na Colômbia³⁵, nas décadas de 1970 e 1980, apoiados pelo Banco Mundial – o pós-desenvolvimento inclui a diversidade cultural dos povos nas discussões sobre desenvolvimento, na medida em que analisa e visibiliza modos de viver coletivamente, experimentados por movimentos sociais e povos tradicionais, que não se vinculam ao desenvolvimentismo e a valores culturais da modernidade europeia, ligados às teorias da modernização, que triunfaram na época de consolidação das teorias do desenvolvimento ou da economia do desenvolvimento (FREITAS, CRUZ, RADOMSKY, 2016). Na visão de Escobar (1995, p. 44):

Desenvolvimento foi – e continua a ser em grande parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e a para baixo em gráficos de “progresso”. Desenvolvimento foi concebido não como um processo cultural (a cultura era uma variável residual, a desaparecer com o avanço da modernização) mas como um sistema de intervenções técnicas mais ou menos aplicáveis destinado a oferecer alguns bens “absolutamente necessários” para uma população “alvo”. Não é surpresa que o desenvolvimento tornou-se uma força tão destrutiva às culturas do Terceiro Mundo, ironicamente em nome dos interesses das pessoas (Escobar, 1995, p. 44, tradução nossa).

O autor demonstra que, com a constituição de programas de desenvolvimento econômico supostamente geradores de bem-estar a populações consideradas menos favorecidas, formas de conhecimento local e modelos de compreensão da natureza são sacrificados. Sobre a questão do local, esclarece que, no processo de investigação sobre diferentes modelos econômicos, observados na antiguidade ou em sociedades tidas como primitivas, historiadores econômicos e antropólogos negaram “a capacidade das pessoas de moldar seu próprio comportamento e reproduzir formas de discurso que contribuam para a

South Comission, as metas do milênio e a perda da eficácia do discurso do desenvolvimento para um foco na redução da pobreza”.

³⁵ Ferguson (1990, 1999) aborda o projeto de desenvolvimento rural Thaba-Tseka, realizado em áreas delimitadas para uso exclusivo de agricultores considerados modernos e orientados para o comércio, enquanto Escobar (1995) analisa programas de desenvolvimento rural e nutricional implementados na América Latina. As elucidações desses autores aproximam-se das verificadas nos estudos que criticam consequências negativas do PRODECER apresentados no segundo capítulo desta tese.

dominação social e cultural efetiva por meio de formas de representação” (ESCOBAR, 1995, p. 94-95).

Para identificar e pesquisar construções locais, o autor sugere foco em formas coletivas de resistência à introdução de práticas capitalistas por projetos intervencionistas, tanto para revelar relações de poder quanto a lógica do subalterno. Nesse sentido, a visão de Escobar (1995) aproxima-se do pensamento de Bhabha (1998, p. 34) sobre a questão da agência subalterna³⁶, quando indica a necessidade de se analisar e entender a modernidade a partir das perspectivas dos que são relegados à margem, tidos como minoritários, excluídos e/ou diaspóricos, e de assumir a responsabilidade pelos passados não ditos e não representados, “que assombram o presente histórico”. Ao constatar que “o presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e futuro”, como o fazem concepções do tempo como linear, sequencial e sincrônico, Bhabha (1988, p. 23) dialoga com Benjamin (1987) a respeito do estabelecimento de uma concepção do presente como o tempo do agora, por uma ruptura com o curso homogêneo – o contínuo – da história.

Radomsky (2011, p. 150) indica que a desconstrução do desenvolvimento proposta pelos autores pós-desenvolvimentistas ganhou força “ao descentrar o viés eurocêntrico sob o qual está erigida a teoria social”, introduzindo “uma geopolítica da epistemologia e uma virada político-interpretativa para as contribuições que se orientam pela noção geral de descolonização”. Para Escobar (1995), o discurso do desenvolvimento se estabelece nos mesmos princípios em que se funda o discurso colonial, criando um eficiente aparato para a produção de conhecimento e o exercício do poder sobre o Terceiro Mundo. O discurso colonial é definido por Bhabha (1998) como:

Um aparato que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para "povos sujeitos" através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer. Ele busca legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados mas avaliados antiteticamente. O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos, [...] estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma "nação sujeita", apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade. Portanto, apesar do "jogo" no sistema colonial que é crucial para seu exercício de poder, o discurso colonial produz o

³⁶ O dirigir sua atenção para “articulações do estar-junto humano [...] relacionadas à diferença cultural e à discriminação, Bhabha (1998, p. 265) indica que “uma agência subalterna ou minoritaria pode tentar interrogar e rearticular o ‘inter-esse’ da sociedade que marginaliza seus interesses”.

colonizado como uma realidade social que e ao mesmo tempo um "outro" e ainda assim inteiramente apreensível e visível (Bhabha, 1998, p. 111).

Abordagens dos estudos pós-coloniais, ou do pós-colonialismo³⁷, apresentadas por autores como Bhabha (1998), Said (1996) e Hall (2003), dedicam-se à análise de tensões entre centro e periferia, revelam a permanência de assimetrias nas relações entre antigas colônias e metrópoles, e estimulam a busca por alternativas ao eurocentrismo. Conceitos-chave do pós-colonialismo, diáspora, hibridismo e diferença cultural serão abordados no terceiro capítulo da tese, diretamente aplicados às realidades dos nikkeis entrevistados.

Em Bhabha (1998), verifica-se que o pós-colonial apresenta um comprometimento com a crítica ao colonialismo e a desconstrução de seu discurso, o que pode ser realizado a partir de perspectivas de minorias:

A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das 'minorias' dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma 'normalidade' hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das 'racionalizações' da modernidade (BHABHA, 1998, p. 239).

O autor defende, então, uma transformação do lugar de enunciação, em um mundo marcado pela sensação de se viver nas fronteiras do presente, espaços intermédios nos quais são produzidas figuras complexas e híbridas, capazes de relevar histórias desconsideradas, desenvolver estratégias de resistência, e reconstruir a contemporaneidade cultural. Sugere que histórias de migrantes e refugiados, as quais envolvem deslocamentos sociais e culturais, identidades híbridas, ambivalências e ambiguidades, podem ser o terreno da literatura mundial, em lugar da transmissão de culturas nacionais, que remete ao universalismo da cultura humana. Os embates de fronteira sobre a diferença cultural, consensuais ou conflituosos, são capazes de "confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso" (BHABHA, 1998, p. 21).

³⁷ O termo pós-colonialismo, aqui remetendo a um conjunto de contribuições teóricas, também pode ser definido como o período histórico posterior aos processos de descolonização de países do Terceiro Mundo, localizados nos continentes americano, africano e asiático.

No que se refere ao colonialismo em discursos de modernidade e desenvolvimento, Bhabha (1998, p. 334), indica “um parentesco entre os paradigmas normativos da antropologia colonial e o discurso contemporâneo das agendas de auxílio e desenvolvimento”, atentando para o perigo de que discursos ocultem a fato de que “as estruturas hegemônicas do poder sejam mantidas em uma posição de autoridade através de uma mudança de vocabulário na posição de autoridade”. Afinal, a transferência de tecnologia não resultou na transferência de poder.

Em discussão sobre a relação entre o fenômeno pós-colonial e o ressurgimento da questão multicultural, Hall (2003, p. 56) afirma que o pós-colonial “não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois”, não implica “que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos”, pois persistem problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, em uma nova configuração. Anteriormente articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre colonizadores e colonizados, tais relações são, atualmente, deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas, contradições internas e fontes de desestabilização no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo (HALL, 2003). Para o autor:

a transição para o pós-colonial é caracterizada pela independência do controle colonial direto e pela formação de novos Estados-Nação, por formas de desenvolvimento econômico dominadas pelo crescimento do capital e suas relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela política que advém da emergência de poderosas elites locais que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento (HALL, 2003, p. 109-110).

Em obra sobre o colonialismo, Césaire (2010) faz referência à permanência de relações de dominação e submissão nas sociedades pós-coloniais de África, Ásia e Oceania. Considera que a ação colonizadora tendeu a “prolongar artificialmente a sobrevivência dos passados locais no que eles tinham de mais pernicioso”, estabelecendo cumplicidades com as lideranças locais e tornando sua tirania mais efetiva e mais eficaz (CÉSAIRE: 2010: 28). Sobre o desenvolvimento nesse contexto, discorre:

Falam-me de progresso, de ‘realizações’, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias *possibilidades* suprimidas. Lançam-me à cara factos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminhos de ferro. [...] Lançam-me em cheio aos olhos toneladas de algodão ou de cacau exportado, hectares de oliveiras ou de vinhas plantadas. Mas eu falo de *economias* naturais, de *economias* harmoniosas e viáveis, de *economias* adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola

orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapinas de produtos, de rapinas de matérias-primas (CÉSAIRE, 2010, p. 25-26, grifo do autor).

Para o autor, a Europa colonizadora seria desleal ao legitimar *a posteriori* a colonização pelos evidentes progressos materiais realizados em certos domínios sob o regime colonial, já que “a *mutação brusca* é sempre possível, em História ou em qualquer outro capítulo”, e que “ninguém sabe a que estádio de desenvolvimento teriam chegado esses mesmos países sem a intervenção europeia”. Ademais, “como prova o exemplo japonês”, o equipamento técnico, a reorganização administrativa, “numa palavra, ‘a europeização’ da África ou da Ásia”, não estavam de modo algum ligados à ocupação europeia (CESAIRE: 2010, p. 28)³⁸.

Em oposição à subalternidade cotidiana das histórias não-ocidentais, Chakrabarty (1997; 2000) defende a provincialização da Europa. Trata-se de reduzi-la ao local, retirá-la do centro, já que a história encetada pela Europa, a partir da qual as histórias do resto do mundo são contadas, faz dela um referencial na história do conhecimento. O projeto de provincializar a Europa envolve uma desconstrução da história hegemônica da modernidade, ou seja, uma releitura da história moderna capaz de evidenciar as relações materiais e simbólicas entre o Ocidente e o resto do mundo, de modo a reinsserir o colonizado na modernidade, não como o outro do Ocidente, sinônimo do atraso, do tradicional, da falta, mas como parte essencial que constitui o que foi construído como moderno.

O debate pós-colonial adentrou a região da América Latina na década de 1990, quando intelectuais como Quijano (1992) e Mignolo (2005), inspirados pelos estudos subalternos³⁹ de Guha (1988), Spivak (1988) e Chakrabarty (1997, 2000), reivindicaram o giro decolonial, um rompimento com o eurocentrismo e o ocidental-centrismo refletidos na produção teórica latino-americana.

Considerando que as Américas existem como consequência da expansão colonial europeia e que a narrativa dessa expansão é realizada desde uma perspectiva europeia, que representa a perspectiva da modernização, Mignolo (2005) busca desvincular o nome da

³⁸ Césaire admite que “é bom pôr civilizações diferentes em contato”, as quais se debilitariam caso se encerrassem em si mesmas. Acrescenta que a Europa teve a grande sorte de representar um ponto de encontro para todas as ideias, filosofias e sentimentos. Contudo, ressalta que a colonização não foi a melhor maneira de se estabelecer contato. Considerando como infinita a distância entre colonização e civilização, o autor afirma que “é impossível resultar um só valor humano” de todas as expedições coloniais acumuladas e de todos os estatutos coloniais elaborados (CÉSAIRE, 2010, p. 15-16).

³⁹ Guha (1988, p. 35) define subalterno como um “nome para o atributo geral da subordinação na sociedade sul-asiática enquanto é expressa em termos de classe, casta, idade, gênero e ofício ou de qualquer outra forma”. Igualmente tendo a Índia como plano de fundo de sua discussão, Spivak (1988) indica que o termo remete a pessoas e grupos colonizados, marginalizados, oprimidos e silenciados, cuja história foi escrita na perspectiva dos colonizadores, haja vista uma relação de subordinação e subalternidade, a qual também se observa na região da América Latina.

América Latina de uma imagem cartográfica, a fim de revelar as fundações imperialistas/colonialistas da ideia que se tem do subcontinente. Com isso, pretende desvendar a geopolítica do conhecimento desde uma perspectiva da colonialidade, que corresponde à contraparte histórica não contada e não reconhecida da modernidade, sua face mais sombria e oculta. Em linha com as ideias pós-colonialistas, o autor discorre sobre movimentos realizados por povos indígenas e afrodescendentes na América Latina, e por latinos nos Estados Unidos, que revelam novos projetos de conhecimento e tornam obsoleta a ideia de América Latina.

Retomando o pós-desenvolvimentismo, críticas à abordagem, elaboradas por Peet e Hartwick, (2015, p. 4, tradução nossa) assemelham-se à posição que apresentei anteriormente nesta seção, no sentido da importância de se pensar e discutir o desenvolvimento favorável a que se fale de desenvolvimento: “Quando algo é altamente criticado mas persiste, seu contexto é provavelmente genuinamente real”. Na opinião desses autores, em razão da severidade e da abrangência apresentadas críticas pós-desenvolvimentistas, elas também devem ser desconstruídas. Ademais, desconsideram os benefícios que os processos de desenvolvimento trouxeram para a humanidade, do que são exemplo os realizados na área da medicina e das máquinas e equipamentos de alta tecnologia.

Peet e Hartwick (2015) explicam que, de um lado, o desenvolvimento é facilmente simplificado e considerado o melhor dos projetos humanos em termos de potencial – como o fazem as teorias da modernização criticadas pelo pós-desenvolvimentismo; de outro, ou seja, do lado pós-desenvolvimentista, rapidamente descartado e considerado o pior dos projetos humanos em termos de suas pesadas práticas contemporâneas. Em lugar dessas proposições, os autores entendem o desenvolvimento como:

um fenômeno complexo, contraditório e contencioso, que reflete as melhores aspirações humanas, e, exatamente por essa razão, sujeito à mais intensa manipulação, suscetível a ser usado para propósitos que revertem sua intenção original por pessoas que simulam boas intenções de modo a obter maior poder. [...] Acreditamos que o desenvolvimento, entendido em suas verdadeiras e próprias dimensões, pode ser alcançado (PEET; HARTWICK, 2015, p. 4, tradução nossa)

Lehmann (1997) sugere que as denúncias feitas pelos teóricos pós-desenvolvimentistas às práticas de desenvolvimento representam uma tentativa malograda de substituir ou atualizar as teorias da dependência. Por seu turno, Grillo (1997) indica uma radicalização na visão de desenvolvimento como discurso e empreendimento monolítico, controlado por um grupo convencido de sua superioridade em relação aos saberes locais, ignorando a existência de uma grande diversidade na comunidade acadêmica dos desenvolvimentistas

Com base em críticas feitas por autores como Storey (2000), Pottier (2003) e Ziai (2007)⁴⁰, Radomsky (2011, p. 156) nota que o pós-desenvolvimento “vê-se diante do fato de não dar expressão e voz às formas locais e múltiplas de apropriação, inovação e resistência”, haja vista não revelar como ocorrem a resistência e a hibridização, em nível local, em relação a conceitos de desenvolvimento e representações de modernidade que nele impactam com violência e eficácia, conforme havia sido indicado por Escobar (1995).

Ferguson (1990, 1999), um dos autores cujas ideias inspiraram proposições no sentido do declínio do desenvolvimento como discurso e prática, contribuiu, paradoxalmente, para a retomada do desenvolvimento, e apresentou críticas ao fato de os teóricos pós-desenvolvimentistas subestimarem o significado das promessas de modernidade para os sujeitos do desenvolvimento (DE VRIES, 2007). Oscilações no pensamento desse e de outros autores do pós-desenvolvimento indicam que seus pontos de vista são revisitados e complexificados, na medida em que aceitam críticas recebidas ou defendem-se delas⁴¹. Desse modo, persistem construções e desconstruções sobre processos de desenvolvimento. No terceiro capítulo da tese, apresento as ideias sobre processos de desenvolvimento que construí com base nos relatos dos nikkeis entrevistados, considerando elucidações de teorias de desenvolvimento e do pós-colonialismo abordadas nesta seção.

1.3. A metodologia de história oral e sua importância no estudo

Para esclarecer a escolha da oralidade na presente pesquisa, nesta seção apresento características gerais dessa metodologia, e detalho como foi empregada na obtenção de narrativas da comunidade nikkei de Paracatu.

⁴⁰ Para Storey (2000) e Ziai (2007), apesar de criticar perspectivas totalizantes, o pós-desenvolvimento acaba por homogeneizar políticas e projetos de desenvolvimento, desconsiderando sua diversidade, observada na prática. Tais autores indicam que, no pós-desenvolvimentismo, são insuficientemente abordadas as capacidades de agência e de resistência nos locais em que projetos de desenvolvimento são realizados, assim como o desejo das pessoas pela melhoria de sua qualidade de vida. Storey (2000) também critica a confiança excessiva depositada em movimentos sociais e na sociedade civil, tidos como espaço de relações democráticas e esperanças de libertação de sistemas autoritários, ao passo em que se culpabilizam países, organismos internacionais e agências de desenvolvimento pelo não desenvolvimento. Pottier (2003), por sua vez, revela como a perspectiva pós-desenvolvimentista ignora sujeições dos projetos de desenvolvimento às demandas locais de desenvolvimento.

⁴¹ Como contrarresposta, os intelectuais que seguem realizando investigações orientadas por ideias do pós-desenvolvimento permanecem buscando dar visibilidade a outras realidades construídas fora dos preceitos do desenvolvimento, comprovando que é possível viver de outro modo (FREITAS, CRUZ, RADOMSKY, 2016). Em obra sobre resistências e formas de ação alternativa apresentadas por grupos negros do Pacífico colombiano em relação a planos de modernização estatais e de agências internacionais de desenvolvimento, Escobar (2008) aceita algumas críticas a seus trabalhos anteriores, mas não acredita ser errada a ênfase pós-desenvolvimentista no discurso monolítico do desenvolvimento, insistindo que discursos e práticas do desenvolvimento, em múltiplas situações, necessitam de grande coerência para operar eficazmente.

A história oral é definida pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2017) como “uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea”. Criada nos anos de 1950, com a invenção do gravador, desde então se difundiu bastante, ganhando cada vez mais adeptos entre historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos, entre outros pesquisadores.

Lima (1983), por sua vez, considera a história oral como terreno carente de estatuto teórico e metodológico claro, razão pela qual é definida ora como fonte, ora como técnica, ou ainda como método. Além das várias definições, apresenta diversas finalidades, incluindo criação de documentos, resposta a questão de pesquisa, obtenção de informações subsidiárias ou específicas, ou trabalhar com histórias de vida. No caso desta tese, a história oral é tida como metodologia cujo método de entrevista foi empregado para obter respostas às questões de pesquisa, somado à observação e à aproximação por familiarização – processo detalhado mais adiante nesta seção, durante trabalho de campo em Paracatu.

A partir da década de 1970, observou-se revalorização do emprego de fontes orais, na forma de um surto de utilização de documentos pessoais e de histórias de vida em diversos países, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Argentina, México, Bolívia, Chile, Peru e Brasil⁴². O contexto da época caracterizava-se por uma perplexidade que se manifestou na busca da multiplicação das formas de conhecer, no questionamento dos parâmetros rígidos do conhecimento científico, na insatisfação com métodos quantitativos, na preocupação em desenvolver a história das mentalidades e do cotidiano, no interesse em reconquistar a memória dos esquecidos, e na democratização de sujeitos a serem estudados. No âmbito desse movimento mundial, em que foi revalorizada a história do presente, o tratamento dos problemas contemporâneos, o recurso do gravador permitiu imobilizar a palavra, fixar a oralidade na forma exata como foi expressa, contribuindo para que a entrevista ganhasse estatuto de documento bruto e vivo, acessível em qualquer tempo e fonte para diversas pesquisas (LIMA, 1983; ALBERTI, 2007).

Comparativamente ao documento escrito, Lima (1983) considera que o oral é mais próximo do dado histórico vivido, mais rico e globalizante, por ser uma reconstrução do vivido, incorporar movimento e recuperar processos. A história oral permite estudar acontecimentos

⁴² No Brasil, a metodologia de história oral foi introduzida na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – da FGV (2017).

históricos, instituições, grupos sociais, movimentos, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam, especialmente recuperar acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências e impressões pessoais, que não se encontram em documentos de outra natureza (ALBERTI, 2007). Segundo Martins (2004):

A história oral é um movimento voltado não à coleta de documentos já produzidos, mas à elaboração de novos documentos a partir de relatos e entrevistas de informantes que não necessariamente têm uma projeção na vida pública ou alguma notoriedade, mas que se encontram em condições de relatar algo sobre sua participação na história (MARTINS, 2004, p. 294).

Esclarece a FGV (2017) que, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro, as entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, fazendo parte de um conjunto de documentos de tipo biográfico, junto a memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral, o que torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros.

Alberti (2007) atenta para a importância da utilização das palavras narrativa, relato ou entrevista, em lugar de versão, de modo a evitar que se considere a narração como algo particular e ficcional, já que, diferentemente da narrativa ficcional, a narrativa histórica necessita de aparato documental. Esclarece que considerar gravações de entrevistas como versões dos fatos pode desviá-las do que realmente são; apesar de apresentarem caráter particular, consistem em narrativas de experiências de vida que documentam realidades sociais.

Além de servir como importantes fontes de conhecimento sobre o passado, narrativas orais têm a capacidade de reabrir portas do passado e de questioná-lo, bem como de alargar o campo de trabalho do pesquisador e questionar a superioridade de assertivas situadas em documentos escritos, geralmente relacionados a contextos e grupos sociais dominantes (NUNES, 2009; MAGALHÃES, 2013), o que remete, para os fins desta pesquisa, à história oficial sobre o PRODECER informada no capítulo anterior. A história oral confere atenção especial às memórias de pessoas ou grupos dominados, marginalizados, silenciosos, excluídos e/ou minoritários, e dá preferência à história local, do cotidiano e da vida privada, diferentemente da história tradicional e oficial, geralmente nacional, que pode apresentar caráter destruidor, uniformizador e opressor (POLLAK, 1989).

A dimensão da oralidade é incorporada em linha com a perspectiva histórica de Benjamin (1987), em que a memória emerge como forma de pensamento e produz imagens de

relações entre presente e passado. Para o autor, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo *como ele de fato foi*”, mas “apropriar-se de uma reminiscência” (BENJAMIN, 1987, p. 224). A memória emerge como forma de pensamento e produz imagens de relações entre presente e passado, e não o passado tal como existiu. Contrariamente à linearidade e homogeneidade temporal, e à ideia de um progresso da humanidade soterrando desvios e solavancos da história, o pensamento benjaminiano propõe elaborar o passado retomando-o no agora, representar o passado mediante uma imagem do presente, refletir sobre o passado como forma de esclarecer o presente.

O autor acredita que as melhores narrativas escritas são “as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”, os quais se dividem em dois tipos que se interpenetram, o narrador que vem de longe e tem muito a contar, e o narrador que vive sem sair de seu país e conhece bem as tradições (BENJAMIN, 1987, p. 198). Como se verá mais adiante, as pessoas entrevistadas nesta pesquisa compreendem exatamente essa interpenetração dessas duas categorias.

Ao refletir sobre o desaparecimento do narrador na história da civilização, concomitantemente a uma evolução secular das forças produtivas, o autor recorre à ligação entre a narrativa e o ofício manual, abordando a narrativa como uma forma artesanal de comunicação, em que o narrador deixa sua marca, desinteressada “em transmitir ‘o puro em si’ da coisa narrada, como uma informação ou um relatório”, e apresentando dimensão utilitária, podendo essa utilidade consistir em ensinamento moral, sugestão prática, provérbio, norma de vida ou conselho (BENJAMIN, 1987, p. 205). Desse modo:

O narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira* (BENJAMIN, 1987, p. 221, grifo do autor)

Para Benjamin, a desvalorização do intercâmbio de experiências, transmitidas de boca em boca, passadas de pessoa para pessoa, são sintomas de um processo de extinção da sabedoria, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo. O surgimento do romance e a difusão da informação são indicados por Benjamin (1987) como responsáveis pelo declínio da arte da narrativa. Desenvolvido com a invenção da imprensa, e originado no indivíduo isolado, que não recebe ou dá conselhos, o romance não procede da tradição oral e nem a alimenta. A informação, que aspira a uma verificação imediata, precisa ser compreensível

em si e para si, e apresenta fatos acompanhados de explicações, encontra mais ouvintes do que os saberes longínquos espacialmente ou temporalmente, que dispunham de autoridade válida mesmo que não fossem controlados pela experiência.

Para este estudo, a história oral possibilita acessar questões que integram processos de desenvolvimento segundo as narrativas, experiências e impressões de pessoas e grupos que participaram desses processos. Entendo que a oralidade, enquanto metodologia que permite a constituição de fontes históricas e documentais – a exemplo da presente tese – pelo registro de testemunhos, obtidos por meio de entrevistas, oferece a possibilidade de interpretar e compreender o objeto de estudo desta pesquisa de maneira mais ampla e aprofundada, revelar acontecimentos pouco ou não conhecidos, e sugerir alternativas em pensamentos e ações em relação à temática do desenvolvimento. A recordação e a reconstrução de fragmentos da trajetória da comunidade nikkei estudada permitem romper com eventuais silêncios e inscrevê-los na atualidade, reabrindo questões fixadas por narrativas históricas de grupos e pessoas que mantêm ou buscam manter seu domínio pela monopolização da história como unidimensional e totalizante.

Somada à oralidade, a imagem fotográfica, impressa nesta tese, e videográfica, como apêndice, foi integrada ao processo de pesquisa de modo a permitir o registro de aspectos que documentos escritos e mesmo relatos orais transcritos, muitas vezes, ou não conseguem abordar, ou não os apresentam com clareza e profundidade suficientes, como as emoções, as reações e os comportamentos dos depoentes. Além de ampliar as fontes de pesquisa, o uso de fotografias e material audiovisual viabiliza outras possibilidades de interpretação, outras leituras do fenômeno estudado, enriquecendo a utilidade de uma pesquisa. Com esse propósito, fotografias foram tiradas e áudios e vídeos gravados na segunda imersão no campo, com depoentes que me permitiram fazê-lo.

Com o fito de obter memórias alternativas e autônomas – ou não – em relação à história oficial do PRODECER, desenvolvi um processo de familiarização com pessoas e grupos da colônia japonesa de Paracatu, desde o início da pesquisa de campo até a realização das últimas entrevistas – as quais denomino como diálogos – em março de 2017.

Segundo Lima (1983), as entrevistas consistem em uma relação entre dois sujeitos que se reconhecem como tais, na qual se verificam dinâmica de interação e avaliações recíprocas. O entrevistador é compreendido como parte da situação da entrevista, que se transforma em uma relação intersubjetiva na qual se reconhece o outro como produtor de sentidos, relação que

deve ser dialógica. Desse modo, a entrevista consiste em um momento da história se fazendo a partir do trabalho desses dois sujeitos e, por isso, um ato de criação que altera a realidade social.

De acordo com tais considerações, as entrevistas foram realizadas como encontros, conversas, diálogos, envolvendo construção conjunta de conhecimentos pela interlocução entre entrevistadora e entrevistados, e entre os próprios entrevistados, a qual foi facilitada pela aproximação por familiarização desenvolvida durante a pesquisa de campo, no período de dezembro de 2016 a março de 2017, processo que será detalhado mais adiante.

Para explicar especificidades do método eleito para ser aplicado neste estudo, e sua fundamental importância para atingir os objetivos da pesquisa, faço referência aos métodos aplicados em estudos sobre aspectos e impactos do PRODECER e outros programas voltados ao desenvolvimento dos Cerrados, que se utilizaram de entrevistas para coleta de depoimentos de agricultores, participantes ou não do Programa, de origem nipônica e/ou não, realizados por autores como Pessôa (1988), Mendonça (2004), Santos (2007), Pimentel e Botelho (2007) e Rocha (2010). Desses autores, Pessôa (1988), Santos (2007), Pimentel e Botelho (2007) e Inocêncio (2010) entrevistaram colonos agrícolas de origem japonesa que participaram do PRODECER em Paracatu, de maneira exclusiva em relação à ascendência nipônica apenas no artigo de Pimentel e Botelho (2007). Vale ressaltar que as contribuições dos métodos empregados em tais estudos para o alcance de seus objetivos, incluindo eventuais dificuldades enfrentadas no processo, muito inspiraram a opção pelo diálogo aberto na realização das entrevistas desta pesquisa.

Para a construção de sua tese na área da Geografia, a fim de compreender as transformações que ocorreram na organização do espaço de três cidades a partir da implantação da primeira etapa do PRODECER⁴³, Pessôa (1988) utilizou-se de fontes bibliográficas e estatísticas, e realizou levantamento direto no campo, mediante entrevistas baseadas em dois tipos de roteiro, o primeiro direcionado a colonos agrícolas que chegaram às regiões do PRODECER I – Paracatu⁴⁴, Iraí de Minas e Coromandel – nos anos de 1980 e 1981, e o segundo a proprietários já residentes nessas regiões, mas não participantes do Programa. Com o primeiro roteiro, composto de 49 questões, buscou conhecer o espaço produzido pelo colono, e a realidade vivida pelo proprietário já residente na área com o segundo, com 44 questões. Ambos os roteiros foram estruturados em questões fechadas, em sua maioria, contendo opções e

⁴³ Os objetivos específicos eram mostrar como os agentes do processo de produção econômica e social – Estado, capital e trabalho – atuam nas transformações no espaço rural e analisar os reflexos destas transformações na reorganização do espaço (PESSÔA, 1988).

⁴⁴ Pessôa (1988) realizou entrevistas com colonos assentados apenas no projeto Mundo Novo.

espaços para preencher por parte dos entrevistados, as quais diziam respeito a dados referentes a propriedade, declarante e mão-de-obra; estrutura agrária e produção; tecnologia, assistência técnica e financiamento; e nível de vida, incluído infraestrutura de propriedades e residências, escolaridade, saúde e lazer.

Pessôa (1988) informa que as entrevistas foram realizadas na cooperativas, associações ou propriedades, de acordo com a disponibilidade de tempo dos entrevistados. Esclarece que a ideia inicial era entrevistar o total de 88 colonos que adquiriram lotes nos três projetos de colonização, e número equivalente de proprietários não colonos. Contudo, “dificuldades de contato para marcar a entrevista e a recusa em concedê-la” resultaram na realização de entrevistas com 107 propriedades⁴⁵, número considerado satisfatório pela autora, diante da coincidência de respostas e de semelhança nos critérios de implantação dos projetos e no comportamento de colonos e não colonos frente ao processo (PESSÔA, 1988, p. 11).

O estudo de Santos (2007), na área de Desenvolvimento Sustentável, sobre a implantação de sistemas de irrigação na sub-bacia do ribeirão Entre-Ribeiros, tributário do Rio Paracatu, com os objetivos de identificar as relações entre oferta e demanda hídrica na bacia, estudar as formas de atuação do poder público e os conflitos entre produtores e sugerir possibilidades de desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada, embasou-se em revisão bibliográfica, registro fotográfico, entrevistas, e na coleta de dados sobre oferta e demanda de água, área irrigada, volume de precipitação e outorgas concedidas. As entrevistas foram realizadas, na forma oral, com autoridades locais⁴⁶ e 13 agricultores assentados no projeto Entre Ribeiros I ainda residentes⁴⁷, sendo que a seleção destes “se deu com base no conhecimento mais efetivo do local em estudo”, a partir de visitas de campo no local de estruturação do projeto de irrigação na área do projeto de colonização Entre Ribeiros I (SANTOS, 2007, p. 4).

Notei que algumas das questões eram fechadas, sugerindo respostas quantitativas ou binárias, do tipo sim ou não, ou mesmo que pareciam induzir os participantes a corroborar com pontos de vista do entrevistador⁴⁸. Contudo, Santos (2007) revela que, no decorrer das

⁴⁵ Em Paracatu, o número de entrevistas realizadas com colonos e não colonos correspondeu a 36,1% de colonos nas duas categorias (PESSÔA, 1988).

⁴⁶ Foram entrevistados o Secretário de Meio Ambiente de Paracatu, um promotor público de meio ambiente da Comarca de Paracatu em Minas Gerais, um técnico da RURALMINAS, o presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu, e o Presidente da Associação de Apoio aos Produtores do Entre Ribeiros – AAPER.

⁴⁷ Santos (2007) considera as entrevistas com 13 produtores como satisfatórias, pois a representatividade chega a 48,15% do total de 27 agricultores. Ressalta que, originalmente, foram assentados 41 colonos na área do projeto Entre Ribeiros I.

⁴⁸ Ao passo em que algumas perguntas apresentavam-se abertas, sem sugerir qualquer tipo de resposta, a exemplo de “quais as vantagens de fazer parte da associação” e “quais as perspectivas em relação à atividade agrícola na área”, outras questionavam “quais os culpados pela escassez hídrica” e se “foi justa ou não a instauração do inquérito civil” (SANTOS, 2007).

entrevistas, foram necessárias adequações às perguntas de acordo com o prosseguimento da conversa com os informantes; na medida em que determinadas informações eram conseguidas, permitia-se o redirecionamento à questão seguinte. Tais adequações e redirecionamentos demonstram que um dialogismo foi desenvolvido pelo autor no contato com os entrevistados. Desse modo, o autor afirma ter sido possível “a compreensão de como cada entrevistado percebe o problema e as relações com o desenvolvimento/continuidade de sua atividade e o meio ambiente” (SANTOS, 2007, p. 6).

Inocêncio (2010), em tese na área da Geografia sobre os meandros usados pelo capital internacional para se territorializar no Cerrado, por intermédio do Estado, também realizou pesquisa de campo e entrevistas com produtores ligados ao PRODECER nos projetos realizados nas cidades de Paracatu, Guarda-Mor e Coromandel, no estado de Minas Gerais, Ipameri, no estado de Goiás, e Pedro Afonso, no estado de Tocantins⁴⁹. Entrevistou, também o ex-ministro da agricultura no governo de Geisel e responsável pela implantação do PRODECER, Allison Paulinelli, o presidente e diretores da Campo, e funcionários, engenheiros agrônomos, que participaram da implantação do PRODECER e permanecem trabalhando na Campo em Paracatu e Pedro Afonso.

Ao longo do trabalho de campo, a autora aprendeu que a proposta inicial de usar roteiro de entrevista estruturado e gravador não seria muito eficiente, intimidando e inibindo as respostas⁵⁰, sendo que “deixar o entrevistado falar ou se estender sobre determinados assuntos que lhe eram atinentes revelou-se mais produtivo” (INOCÊNCIO, 2010, p. 24)

Apesar de os trabalhos de Mendonça (2004) e Rocha (2010) não abordarem o PRODECER em Paracatu, incorporam a oralidade e indicam aspectos específicos considerados na realização da presente pesquisa.

Em tese sobre transformações espaciais causadas por uma complexa trama de relações entre capital e trabalho no processo de modernização capitalista da agricultura na região Sudeste do estado de Goiás, e as implicações e perspectivas para os povos cerradeiros – camponeses e trabalhadores rurais que moravam nas áreas rurais ocupadas para projetos de colonização, o geógrafo Mendonça (2004, p. 52) optou pela observação participante, a fim de “compreender o ambiente social, as vivências e as experiências construídas pelos sujeitos pesquisados” e pela

⁴⁹ Inocêncio (2010, p. 31-32) priorizou os estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins por representarem locais onde “a unidade e magnitude do projeto são mais evidentes”, e em razão das grandes distâncias entre as localidades dos sete estados onde o PRODECER foi realizado, de dificuldades de acesso a algumas áreas, e da falta de apoio humano que pudesse retratar o contexto de sua implantação.

⁵⁰ A autora cita uma ocasião em que um dos produtores solicitou que o gravador fosse desligado de modo que ele pudesse falar o que pensava sobre o projeto e seus problemas. Em outras ocasiões, observou dissimulação das respostas, algumas demasiado elogiosas, indicando medo do que poderia ser revelado (INOCÊNCIO, 2010).

realização de entrevistas, “algumas estruturadas e outras apenas com um roteiro prévio”, com trabalhadores da terra – locais e migrantes, permanentes e temporários –, empresários rurais e lideranças políticas. Menciona a utilização de depoimentos como resultado “de intensas conversas e entrevistas, muitas, gravadas, como forma de expressar os anseios, os desejos, as reivindicações, os sons, as cores, as perspectivas dos trabalhadores da terra e demais atores sociais e políticos na área pesquisada” (MENDONÇA, 2004, p. 52)⁵¹.

Rocha (2010), por sua vez, em estudo multidisciplinar na área de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pelo qual investiga e analisa o nexo causal entre migração e desenvolvimento a partir de histórias e memórias dos migrantes que se fixaram em Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso, município planejado por um projeto de colonização do PRODECER, realizou pesquisa de campo utilizando-se de observação participante e entrevistas não-diretivas baseadas em um roteiro semi-estruturado⁵². Contudo, ao longo da pesquisa de campo, a autora percebeu a necessidade de adaptar o roteiro, o qual serviu apenas como guia, “pois o objetivo era estabelecer entrevistas com questões abertas, deixando o interlocutor livre para acionar sua memória e história de vida” (ROCHA, 2010, p. 27-28).

A autora informa ter realizado 37 entrevistas, 18 das quais foram gravadas. Das entrevistas que foram gravadas, seis contaram com participação de mais de um informante. A inserção da pesquisadora no universo social dos interlocutores, na oportunidade das entrevistas, ao passo em que possibilitou o acesso a valiosas informações e observações, às vezes inviabilizou a gravação de entrevistas, “já que as mesmas ocorriam em ambientes descontraídos geralmente com a participação de vários integrantes da família ou amigos” (ROCHA, 2010, p. 27). Revela, ainda, terem sido diversos os itinerários percorridos para chegar até os entrevistados, assim como os locais de realização das entrevistas, incluindo gabinetes de autoridades municipais, estabelecimentos comerciais e bairro em que residiam os entrevistados. Rocha (2010, p. 28, grifo meu) afirma que o ineditismo de sua tese “está no fato de dar voz aos personagens que se fixaram naquela fronteira e através dos dramas vivenciados por eles expor as tramas (histórias e memórias) daquele processo migratório”.

Por sua vez, as historiadoras Pimentel e Botelho (2007), demandadas a escrever obra sobre a história de agricultores nipo-brasileiros que se instalaram na região de Paracatu a partir de 1981, por ocasião do centenário da imigração japonesa ao Brasil em 2008, pretendiam realizar um trabalho de pesquisa embasado na história oral e na análise de documentos relativos

⁵¹ Mendonça (2004) também realizou análise de documentos e pesquisa em arquivos de instituições e entidades governamentais e não-governamentais. Os questionários estruturados e o roteiro prévio não constam da tese.

⁵² Além das fontes orais, Rocha (2010) utilizou-se de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas.

ao PRODECER, empreendimento agrícola em que estes agricultores estiveram inseridos⁵³. Contudo, ante a dificuldades relacionadas a recursos e decorrentes das expectativas dos envolvidos, especialmente as relativas à falta de consenso sobre o sentido que seria conferido à comemoração do centenário da imigração japonesa, o projeto não foi levado adiante.

As autoras ressaltam que sua afinidade com a história oral as fazia “querer mostrar aos demandantes da pesquisa que a narrativa histórica seria feita da forma como eles a pontuassem, cabendo-lhes escolher os fatos que gostariam de lembrar e conduzir o fio da narrativa. Assim, as pesquisadoras escutavam, registravam e colocavam perguntas, mas “de forma que as perguntas não atrapalhassem o fio de suas histórias” (PIMENTEL; BOTELHO, 2007, p. 3). Esclarecem que, do ponto de vista metodológico, a história oral

não se resume à realização de entrevistas e na demarcação dos marcos temporais e significativos dos narradores escolhidos como protagonistas. Requer um estreitamento do convívio entre pesquisadores e entrevistados, um ‘trabalho de campo’ cuidadoso, uma etnografia orientada pelo diálogo entre pesquisadores e protagonistas da narrativa que se quer construir, orientado pela busca de clareza de interesses das partes envolvidas (PIMENTEL; BOTELHO, 2007, p. 7).

A intenção de Pimentel e Botelho (2007, p. 3) era “participar de um trabalho capaz de construir narrativas partilhadas de mudança”, um “contraponto à excessiva tematização da dimensão étnica associada à política de identidade que informa muitos estudos de história cultural na atualidade”. Conversas e encontros realizados com nipo-brasileiros residentes em Paracatu levaram as historiadoras à discussão de questões relativas às articulações entre narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade. Em entrevistas com seis descendentes de japoneses, de diferentes gerações, conheceram narrativas de encontros e estranhamentos entre brasileiros e japoneses, incluindo referências a perseguições no contexto da Segunda Guerra Mundial, lutas para superação de consequências financeiras negativas decorrentes de projetos agrícolas, transmissão de conhecimentos sobre língua e cultura japonesa entre gerações, formação de identidades culturais híbridas, entre outras.

A presente tese também trata da presença japonesa em Paracatu, considerada como decorrente do desenvolvimento de projetos agrícolas na região dos Cerrados, a exemplo do PRODECER, e emprega, igualmente, métodos indicados pela história oral, especificamente observação e entrevistas, como fizeram a maioria dos autores mencionados nesta seção.

⁵³ Segundo Pimentel e Botelho (2007, p. 2), foi discutida a relação entre a história do PRODECER e a trajetória de vida “daqueles homens e mulheres que saíram de outras regiões para desenvolver um projeto de agricultura no cerrado mineiro”, porque “a reunião deles naquela cidade e o associativismo resultante decorreram de sua participação no projeto”.

Contudo, não se trata de um trabalho encomendado, mas motivado por indagações surgidas em estudos e experiência profissional internacionalistas, especificamente em temáticas no âmbito das relações entre Brasil e Japão, da imigração japonesa ao Brasil, e das comunidades nikkeis no Brasil.

Apesar de terem motivado a realização desta pesquisa as celebrações dos 40 anos do PRODECER em 2014 e dos 120 anos de relações diplomáticas entre os dois países, não se trata de um trabalho destinado a celebrar tais fatos, mas a investigar a influência dos encontros e estranhamentos culturais decorrentes da migração de nikkeis a Paracatu na conformação e nos resultados de programas como o PRODECER na localidade.

No que se refere ao emprego de métodos e técnicas indicados pela história oral, inspirada pelas referências bibliográficas específicas sobre a metodologia, e por trabalhos acadêmicos como os mencionados anteriormente, considerei relevante realizar trabalho de campo em Paracatu, envolvendo observação de aspectos relativos à vida dos nikkeis no Município e entrevistas com nikkeis, não apenas os que participaram do PRODECER ou atuam ou atuaram na agricultura. Diferentemente de Pessoa (1988), o roteiro que elaborei continha apenas questões abertas, o qual sofreu inúmeras alterações de conteúdo e sequência para se adaptar aos diálogos realizados, de maneira semelhante ao ocorrido com Pimentel e Botelho (2007), Santos (2007), Inocêncio (2010) e Rocha (2010).

Por meio dos diálogos, procurei escutar, aprender, estabelecer relações entre o informado pelos nikkeis e os temas e questões de pesquisa, e não dar voz aos participantes, como intencionou Rocha (2010), tanto por considerar que não teria autoridade para tanto, quanto por acreditar que os participantes não precisavam de alguém para dar-lhes voz. Pelo contrário, desde contatos iniciais até o último diálogo realizado, busquei construir uma relação de confiança com os interlocutores, considerados como sujeitos e não objeto de um estudo.

Inicialmente, pensei em contatar e convidar nikkeis para participar da pesquisa com seus relatos por intermédio da ACENP/Kaikan, que poderia indicar pessoas entre seus associados. Por outro lado, considerando relatos da pesquisa exploratória de 2013, o ensaio fotográfico realizado em 2015, e observando que a Associação não era mais tão frequentada como nos seus primeiros anos, correria o risco de não incluir nikkeis não associados, ou que já foram associados e deixaram de sê-lo.

Sabendo da presença de nikkeis na Feira do Produtor, que se realiza todos os sábados no Bairro Centro, tanto como vendedores de produtos importados do Japão, produtos agrícolas cultivados em suas terras e artesanatos, quanto como frequentadores e compradores de produtos

diversos, realizei os primeiros convites para participação na pesquisa durante visitas à Feira. Observei que famílias de nikkeis que vendem produtos na Feira organizavam-se em, pelo menos, três bancas, nas quais se pode comprar verduras e frutas de origem brasileira e japonesa, inclusive típicas do Cerrado, bem como iguarias de origem japonesa como *toofu*, *guiouza*, *harussame*, *shoyu*, *karinto*, *umeboshi*, *hanaume*, etc.

Nas primeiras visitas à feira, expliquei a cada família o propósito da pesquisa, ressaltando a importância da participação daquelas pessoas, pela realização de conversas comigo, em que contariam suas histórias, desde o período anterior à mudança para Paracatu, considerando eventual participação no PRODECER. As famílias das três bancas concordaram em participar e indicaram outras pessoas que poderiam contribuir com a pesquisa. Deixei a critério dos participantes o local e horário, assim como a presença de demais participantes da mesma família ou de outras famílias em um mesmo diálogo.

Durante os contatos, em que me esforcei para convencer pessoas a participar da pesquisa, algumas fizeram ressalvas, segundo as quais os membros da família que realmente participaram do PRODECER como agricultores cooperados seriam os mais indicados, pois teriam mais conhecimento a respeito, em detrimento de outras pessoas da família. Notei que as pessoas mais indicadas eram homens agricultores *nisseis*, e as outras pessoas da família eram, em geral, as esposas *nisseis* ou *sanseis* dos produtores rurais, dedicadas a outras atividades além da agricultura ou mesmo não dedicadas à produção agrícola, e seus filhos, das gerações *sansei* e *yonseis*⁵⁴. Mesmo alguns dos produtores que participaram do PRODECER confessaram-me não saber como sua experiência poderia contribuir com uma pesquisa em nível de Doutorado, ainda mais considerando a ocorrência de endividamentos e falências. Ademais, algumas pessoas indicaram a JICA, a Embaixada do Japão e a CAMPO como as melhores fontes de informação para a minha pesquisa.

Como resultado de contatos realizados pessoalmente, por telefone e por correio eletrônico, para o que muito contribuiu aproximação realizada por um processo que denomino como familiarização, o qual será esclarecido mais adiante, foram realizados oito encontros com 23 pessoas de 11 famílias nikkeis residentes em Paracatu, produtores agrícolas participantes ou não do PRODECER e seus familiares – esposas, irmãos(as), cunhados(as), filhos(as), netos(as) – e amigos(as).

A maioria dos encontros foi realizada nas residências das famílias nikkeis, localizadas na zona urbana de Paracatu. Em todas as oportunidades, fui recebida com extrema gentileza e

⁵⁴ Quarta geração de nipo-brasileiros.

gratidão pelo trabalho que estava realizando. Outros encontros foram realizados em minha própria casa em Paracatu, onde residem meus ascendentes. Sugeri a realização em minha residência quando alguns dos nikkeis preferiram conversar em local neutro, fora de suas casas, de modo a não romper com a aproximação iniciada. No decorrer e ao final das conversas, os participantes também indicaram outras pessoas e famílias que poderiam contribuir para a pesquisa.

As entrevistas embasaram-se em roteiro composto por questões abertas, dispostas no Apêndice A desta tese, referentes aos motivos que levaram os entrevistados e/ou seus parentes e agregados a participarem do PRODECER, a como era a vida dessas pessoas antes de sua participação, a como souberam do Programa, a que conhecimento tinham do Programa, a como se vivia durante a realização do PRODECER, a quais foram as experiências obtidas a partir dessa participação, a possíveis mudanças realizadas e novas perspectivas surgidas, entre outras. Entretanto, foi necessário modificar o conteúdo e a sequência do roteiro em todos os diálogos realizados em razão de diferenças entre os participantes, referentes a idade, gênero, atuação ou não na agricultura, participação ou não no PRODECER, época da mudança para Paracatu, entre outras, e por motivos referentes ao próprio ritmo e conteúdo dos diálogos.

A fim de melhor compreender o que era informado pelos participantes, busquei conhecer o contexto e as condições de enunciação, ou seja, para quem aquelas pessoas falavam, por que falavam, quando falavam, como falavam e o que falavam. Alberti (2007) atenta para a importância de se conhecer não apenas o enunciado, mas o contexto de produção de dados históricos, seja a partir de uma entrevista de história oral ou por qualquer fonte histórica. Segundo a autora, o conhecimento histórico é condicionado pelas fontes que temos, “ou melhor, pelas perguntas que fazemos às fontes que temos” (ALBERTI, 2012: 163).

Os depoimentos dos nikkeis foram obtidos em dois momentos. Na primeira fase, durante pesquisa de campo com duração de três meses, optei por não realizar gravação em mídias de áudio e/ou vídeo, de modo que os participantes não sentissem qualquer constrangimento capaz de reduzir sua liberdade ao contar suas histórias. Imaginei que gravador e câmera poderiam representar instrumentos de poder, contribuindo para uma assimetria nas trocas entre entrevistadora e entrevistados. Na segunda imersão no campo, com duração de duas semanas, realizei gravações de áudio e vídeo com participantes que se dispuseram a fazê-lo, um total de nove pessoas.

Os depoimentos obtidos na primeira fase foram anotados à mão, no momento das conversas, e digitados posteriormente. Nesses registros, procurei reproduzir não apenas o

conteúdo informado sobre personagens, acontecimentos vividos pessoalmente e coletivamente, opiniões e pontos de vista, mas considerei, também, elementos que ultrapassam o conteúdo escrito das palavras proferidas, como tom de voz, ritmo, pronúncia, interrupções, ênfases, silêncios, risos e emoções diversas. Finalizado o trabalho de digitação, para fins de conferência e ajustes finais, disponibilizei o material aos entrevistados e solicitei autorização para publicação, por meio da assinatura de cartas de cessão.

A análise dos depoimentos dos nikkeis foi realizada mediante identificação e seleção de conceitos chave dos estudos pós-coloniais no conteúdo das conversas e gravações, nomeadamente diáspora, hibridismo, colonialismo, imperialismo e orientalismo, considerados como processos que conformam a história da comunidade nikkei de Paracatu relacionada ao PRODECER.

A familiarização referida anteriormente, que muito contribuiu para potencializar a obtenção de informações pela história oral, tornando os participantes mais abertos a relatar suas memórias, ocorreu de diversas maneiras, desde os primeiros contatos na Feira do Produtor até o último diálogo realizado, ao passo em que:

- 1) Tornei-me frequentadora assídua da Feira do Produtor no período da pesquisa de campo, sendo que as visitas à Feira consistiram em oportunidade para conversar com nikkeis a respeito dos objetivos da pesquisa, dos motivos para sua realização e da relevância da participação daquelas pessoas, atuantes ou não na agricultura e no PRODECER;

- 2) Antes dos encontros para conversas com os nikkeis e no início da entrevista, explicitarei a metodologia utilizada no estudo e expliquei sua importância para trabalhos com histórias de vidas como as dos participantes. Afirmei que, por se tratar de diálogos abertos, voltados à complementação e construção conjunta de conhecimentos sobre o objeto de estudo, os participantes não seriam julgados ou penalizados pelas informações e posições apresentadas;

- 3) Na oportunidade dos encontros, abri espaço para que os participantes expressassem livremente sua visão de mundo, sem deixar de fazer perguntas que pudessem levá-los a refletir sobre determinados aspectos do estudo. Nesse sentido, apresentei questões e comentários os mais abertos possíveis, inclusive capazes de provocar outras questões por parte dos entrevistados e de minha parte, e evitei induzir os participantes a concordar com as informações apresentadas por mim ou corroborar meus pontos de vista;

- 4) Nos encontros, apresentei os conhecimentos que tinha sobre o PRODECER e outros programas governamentais voltados ao desenvolvimento da região do Cerrados, e recebi dos

nikkeis confirmações, complementações e mesmo correções das informações apresentadas, o que se revelou um exercício de construção conjunta de conhecimentos;

5) Durante as entrevistas, fiz referência a pesquisas anteriores sobre relações entre Brasil e Japão e a comunidade nikkei de Paracatu – que resultaram no artigo de 2013 e no ensaio fotográfico de 2015 – e apresentei informações fornecidas por outros nikkeis na época, a fim de esclarecer questões levantadas nas entrevistas. Com o mesmo objetivo, à medida em que os diálogos eram realizados, certas informações dos primeiros eram apresentadas aos posteriores;

6) Revelei minhas impressões sobre aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de Paracatu, considerando minha naturalidade paracatuense e ascendência mineira e gaúcha, à medida em que os nikkeis me contavam sobre características das localidades onde nasceram e residiram antes de Paracatu, geralmente na região Sul, e sobre sua trajetória desde a chegada ao Município;

7) Demonstrei alguns conhecimentos de língua e cultura japonesa ao indagar sobre costumes e referências culturais de origem japonesa adotados pelas famílias nikkeis, e sua convivência com aspectos culturais do Noroeste mineiro;

8) Negocieei com os participantes como seria feita sua identificação, revelando seus nomes e sobrenomes ou apenas as iniciais, e a conferência posterior das informações fornecidas pelos entrevistados. Na segunda imersão no campo, quando coletei assinaturas em cartas de cessão de direitos autorais e realizei gravações de áudio e vídeo, 21 dos 23 participantes permitiram revelar seus nomes e sobrenomes.

Como resultado da postura aberta apresentada diante dos participantes, antes e no decorrer dos encontros, notei que demonstraram significativa confiança em meu trabalho, na forma de expressões corporais confortáveis, tons emocionados, e no fato de as informações terem sido prestadas com riqueza de detalhes sobre fatos, motivos e consequências, e sobre impressões e sentimentos – como se não estivessem participando de uma entrevista, mas de uma conversa, ora em suas casas ou em minha própria residência. Em cada encontro, as conversas fluíram em períodos de três a cinco horas aproximadamente. Cada entrevista, gravada ou não, representou um trabalho conjunto resultante de negociações entre depoentes e pesquisadora.

Além de contarem sobre o que se fez, essas pessoas narram o que imaginam terem feito, o que acreditavam estar fazendo, o que intencionavam fazer, entre outras ideias e pensamentos apenas acessíveis pelas entrevistas realizadas, não podendo ser alcançados na extensão da

história escrita e oficial. Desse modo, tanto obtive informações sobre fatos e eventos, quanto acabei os modos pelos quais os entrevistados perceberam os fatos e eventos, e os motivos e expectativas para tais percepções, entre outros aspectos que emergiram da subjetividade.

Em que pese o embasamento das entrevistas em um roteiro de questões relacionadas ao tema pesquisado, ou seja, direcionado ao que eu esperava ouvir, conferi prioridade ao que os depoentes desejavam contar ao longo das conversas, respeitando a multiplicidade de pontos de vista apresentados. As memórias estimularam reflexões sobre as próprias experiências, levando os depoentes a reconstruir e ressignificar suas trajetórias. Desse modo, o registro da trajetória da comunidade nikkei de Paracatu não representou trabalho passivo de preservação de fatos passados, mas exercício ativo de criação e recriação de sentidos para esse passado, considerando singularidades temporais e contextos político, econômico, social e cultural.

Ressalto que a relação de confiança mútua criada não exigiu afinidade de ideias entre entrevistadora e entrevistados, nem mesmo entre os próprios entrevistados. Exigiu de minha parte, com certeza, respeito em relação às informações e posicionamentos apresentados pelos participantes, de importância fundamental para o sucesso da metodologia empregada na aproximação com o objeto de estudo e na ampliação de fontes de conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas relativas à presença japonesa em Paracatu. Notei esse sucesso quando, ao final do quinto dos oito encontros realizados, um dos entrevistados disse que eu poderia fazer, a qualquer momento, questões da pesquisa de Doutorado em andamento. O participante em questão não percebeu que estava efetivamente participando de uma entrevista de história oral.

Vale ressaltar que, ao longo do trabalho de campo, não foi fácil conseguir 23 pessoas entre todas as que busquei convencer a participar da pesquisa, entrevistar 20 dessas pessoas e gravar nove delas. Houve resistências motivadas por opiniões no sentido que suas histórias de vida não mereceriam constar de uma pesquisa, devido a problemas e frustrações contidos nelas, muitos dos quais ligados à participação no PRODECER em Paracatu. Resistências em razão de opiniões segundo as quais seus relatos teriam menos credibilidade em relação ao que poderiam me relatar autoridades da JICA e da Campo e ao que estaria registrado em materiais dessas instituições. Resistências por motivos ligados características pessoais como introspecção e timidez, que dificultariam a realização de entrevistas, mesmo sem gravação.

Os dois primeiros tipos de resistências mencionados no parágrafo anterior levaram-me a pensar o que se imagina na sociedade – não apenas a paracatuense, mas considerando sociedades no Brasil e no mundo – a respeito de uma pesquisa de Doutorado, de um doutorando,

de uma universidade, e da academia em geral. Para mim, foi como se a academia e seus pesquisadores fossem considerados ocupando um patamar superior em relação àquelas pessoas entrevistadas e suas atividades e instituições, de modo que a interação entre academia e sociedade, representadas por mim, de um lado, e pelos nikkeis, de outro, seria anômala. Além disso, pareceu-me que deveriam ser considerados como temas para uma pesquisa de Doutorado apenas projetos e trajetórias bem-sucedidas, que seriam contadas por instituições como JICA e Campo, e não histórias supostamente tristes e por isso desinteressantes, contadas por pessoas que não representam instituições governamentais, e por isso apresentando menor credibilidade.

No que se refere à questão das características pessoais, menciono minha própria experiência, pois já fui sujeito-objeto de pesquisa, mas apresentei fortes resistências em ser gravada, fotografada ou filmada, e em revelar meu nome, ainda que ciente do rico currículo acadêmico e profissional da pesquisadora – que é membro do corpo docente da Universidade de Brasília –, considerando admirável sua trajetória pessoal e levando em conta a relevância de sua pesquisa para além de sua área de estudos. Eu me senti honrada em ser convidada a participar da pesquisa, aceitando, contudo, realizar gravação apenas com áudio e utilizar um nome fictício. Posteriormente, conferi a transcrição e sugeri ligeiras alterações no texto. Por entender essa espécie de resistência, foi um grande desafio convencer pessoas a serem entrevistadas e gravadas.

Muitos podem imaginar que o trabalho de campo e a pesquisa em geral seriam facilitados por eu ser uma pessoa nascida em Paracatu, onde vivi por 17 anos. De fato, foram duas as facilidades relacionadas à minha naturalidade: a curta distância de 200 quilômetros entre Brasília e Paracatu, e o fato de meus genitores residirem no Município. Contudo, desde a mudança para Brasília, em 2004, até a realização do trabalho de campo, neste ano de 2017, eu não havia permanecido em Paracatu por período superior a 15 dias corridos. Tanto os possíveis e efetivos entrevistados, quase todos, eram desconhecidos para mim, quanto eu era uma desconhecida para a maioria dessas pessoas. Para convencer pessoas desconhecidas ou pouco conhecidas – nesse caso, geralmente conhecidas apenas de vista – a serem entrevistadas e gravadas para uma pesquisa acadêmica, foi muito importante o processo de familiarização desenvolvido com elas.

Na seção seguinte, apresento as contribuições dos relatos orais dos nikkeis de Paracatu para a compreensão do fenômeno em estudo. A relação dos entrevistados encontra-se no Apêndice B desta tese.

2. O PRODECER EM PARACATU: HISTÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO

“En los subúrbios del mundo el sistema revela su verdadero rostro”

(Eduardo Galeano)

O presente capítulo apresenta a história do PRODECER, de um lado, a partir de estudos que se baseiam em documentos considerados como oficiais, geralmente emitidos por instituições governamentais e empresariais de Brasil e Japão, e conforme referida em pesquisas de diversos campos de estudo que a criticam.

Os dois lados dessa história são apresentados nos níveis internacional, bilateral, regional e local, levando em consideração, entre outros aspectos, fenômenos do sistema mundial que influenciaram a realização do Programa, políticas externas de Brasil e Japão que o justificavam, disposições de acordos bilaterais firmados, estatísticas referentes a investimentos e produtividade das localidades em que o Programa foi executado, e informações sobre os projetos realizados em Paracatu.

2.1. O PRODECER nos contextos políticos e econômicos internacional e bilateral

O PRODECER consistiu em um programa conjunto entre os setores público e privado dos dois países, que teve papel destacado entre os programas binacionais de desenvolvimento agrícola na região dos cerrados, considerado como inédito e digno de ser registrado na história de amizade dos dois países (BRASIL; JICA, 2002). Nas comemorações dos 40 anos de criação do PRODECER, em 2014, exaltou-se que, nas relações internacionais, dificilmente se encontra um programa de cooperação entre dois países com mais de 20 anos de duração (AGROBRASÍLIA, 2014).

O PRODECER foi criado mediante Comunicado Conjunto assinado pelo Primeiro-Ministro do Japão, Kakuei Tanaka, e o Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, em setembro de 1974, estabelecendo a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola. A concepção e o planejamento do Programa tiveram início, efetivamente, após a divulgação do Comunicado Conjunto. Após um período de cinco anos, em que foram realizados estudos preliminares, planejamento da estrutura, formatação do sistema de financiamento e administração, entre outras definições, as atividades do PRODECER tiveram início em 1979,

sendo finalizadas em 2001, após a implementação de três etapas do Programa, em diferentes localidades do Brasil (BRASIL; JICA, 2002).

Como o PRODECER consiste em um programa de cooperação econômica e técnica, cabe mencionar que se registra o início das relações de cooperação técnica entre Brasil e Japão em 1959⁵⁵, ainda que essas relações sejam reguladas pelo Acordo Básico para Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, celebrado em 1970 e em vigor desde 1971 (BRASIL, 1971b)⁵⁶.

Segundo esclarece a JICA (2009a, 2011), por mais que o Japão ainda se empenhasse em sua própria reconstrução econômica no período pós Segunda Guerra Mundial, iniciou a cooperação técnica com países em desenvolvimento com vistas a recuperar a confiança da sociedade internacional. Em 1954, o Japão havia aderido ao Plano Colombo, criado em 1951, com o propósito de auxiliar economicamente países do continente asiático no período após a Segunda Guerra Mundial⁵⁷.

Segundo o Acordo Básico firmado entre Brasil e Japão em 1970, o Governo japonês se comprometeu em fornecer bolsas de estudo a brasileiros para treinamento no Japão; enviar peritos japoneses ao Brasil; fornecer equipamento, maquinaria e material; e enviar missões encarregadas de analisar projetos de desenvolvimento econômico e social. Já o Governo do Brasil ficou encarregado de fornecer e manter escritório e outras facilidades requeridas para os trabalhos dos peritos; fornecer pessoal local; custear despesas de transporte, viagens no País e correspondência oficial; e fornecer moradia apropriada e serviço médico gratuito a peritos e famílias. Está disposto que:

O Governo da República Federativa do Brasil assegurará que as técnicas e conhecimentos adquiridos por brasileiros, em consequência da cooperação japonesa, [...] contribuirão para o desenvolvimento econômico e social do Brasil (BRASIL, 1971b).

No que diz respeito à conjuntura brasileira das décadas de 1950 a 1970, estimulava-se o desenvolvimento pela industrialização, com programas como o Plano de Metas, lançado no período de governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em um país de recursos naturais

⁵⁵ Em 1960, sete brasileiros participaram de treinamentos técnicos no Japão nas áreas de mineração, energia, entre outras (JICA, 2009a).

⁵⁶ O Acordo Básico de Cooperação Técnica foi promulgado pelo Decreto nº 69.008, de 4 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971b).

⁵⁷ O Plano Colombo guarda muitas semelhanças com o Plano Marshall, destinado à reestruturação econômica e social do continente europeu, por ter recebido grande estímulo financeiro por parte dos Estados Unidos e excluído a China comunista, de maneira semelhante à exclusão da União Soviética pelo Plano Marshall (JICA, 2009a).

abundantes, em que a agricultura representava a principal atividade econômica. Diante da carência de capital e de técnicas para a almejada industrialização, o Governo brasileiro buscou obtê-los no exterior. Durante o regime militar, o Governo manteve o incentivo à entrada de capital e tecnologia estrangeiros para promover indústrias que substituíssem as importações. Os recursos financeiros e tecnológicos japoneses eram de interesse do Brasil para promover modernização industrial, enquanto que o Japão buscava garantir provisão estável de recursos energéticos e alimentares mediante parcerias com o Brasil face às crises alimentar e energética ocorridas na época (JICA, 2009a).

Cabe mencionar que, em 1961, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão – *Ministry of Foreign Affairs*, MOFA – apresentou ao Presidente do Brasil, João Goulart, um projeto de colonização e aproveitamento dos Cerrados de Minas Gerais e Goiás, respaldado por estudo técnico, incluindo a construção de uma ferrovia para ligar Minas Gerais ao porto de Maraú, na Bahia. O projeto não foi executado por ir de encontro à defesa do nacionalismo econômico, pelo qual se disciplinava a entrada de capitais estrangeiros no Brasil. A partir de 1964, com o início do regime militar, a situação dos investimentos estrangeiros no País passa por grandes alterações, permitindo a expansão do capital japonês no Brasil no período do milagre econômico (VIEIRA, 1983; PESSÔA, 1988; SANTOS, 2016)⁵⁸.

No período de 1965 a 1975, observou-se queda significativa no grau de autossuficiência de alimentos no Japão, tendência continuada nos anos que se sucederam, resultando em maior dependência da importação de alimentos. Outro fator que contribuiu para a crise alimentar residia no aumento desenfreado no preço internacional dos grãos, que eclodiu em 1973⁵⁹. O aumento se deve à aquisição de produtos agrícolas em grande escala pela então União Soviética, após frustração de sua safra motivada por fatores climáticos desfavoráveis. Essa importação contribuiu para uma redução drástica do estoque de alimentos dos Estados Unidos, o principal país exportador de alimentos na época. Além da tendência mundial de redução da produção agrícola e dos estoques de alimentos, marcaram a década de 1970 dois choques nos preços do petróleo, do qual o Japão dependia como fonte de energia, registrados nos anos de 1973 e 1978 (BRASIL; JICA, 2002; JICA, 2009a).

⁵⁸ As mudanças têm início com a Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, que altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a qual disciplinava a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior (BRASIL, 1962; 1964).

⁵⁹ Nesse ano, o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, anunciou embargo à exportação de cereais ao Japão, principalmente soja, um de seus alimentos básicos, causando pânico nesse país (YAMANAKA, 2013; HOSONO; ROCHA; HONGO, 2016).

Na década de 1970, quando Estados Unidos e União Soviética alcançaram equilíbrio nuclear estratégico, período conhecido como *detente* no âmbito da Guerra Fria, o Japão reduziu preocupações relativas à segurança e buscou ampliar parcerias econômicas e políticas. Com isso, promoveu-se um afrouxamento das relações com os Estados Unidos, contrariamente à realização da Doutrina Yoshida, política externa japonesa construída durante o governo do Primeiro-Ministro Yoshida Shigeru, que exerceu o cargo de 1946 a 1952, a qual valorizava a recuperação da prosperidade econômica do Japão e o desenvolvimento de estreita parceria com Estados Unidos, especialmente nos campos comercial e de segurança (UEHARA, 1999, 2003).

Em documento referente à política externa japonesa de 1972, reconhece-se como uma das principais tendências nas relações exteriores dos países das Américas Central e do Sul o declínio relativo da influência norte-americana, os quais buscaram reduzir seu grau de dependência política e econômica com os Estados Unidos, ao passo em que promoviam aproximação positiva com Japão e a Comunidade Europeia – CE. O documento dispõe que o Japão intenciona promover relações mais próximas com países das Américas Central e Sul e da África na área de cooperação econômica e técnica e contribuir positivamente para seu desenvolvimento na maior extensão possível (JAPAN, 1972)⁶⁰.

A busca de novos padrões de inserção de novas potências, como o Japão, coincidia com o período inicial da política externa brasileira de caráter universalista, idealizada no governo de Jânio Quadros e concretizada em Ernesto Geisel, o que possibilitou maior margem de barganha ao Brasil (OLIVEIRA; MASIEIRO, 2005). Na época, a Política Externa Independente – PEI – do Governo Quadros e o Pragmatismo Responsável do Governo Geisel, políticas externas baseadas nos valores de autonomia e universalização, abriram caminho para a diversificação das relações internacionais do Brasil, tanto com países do primeiro quanto do terceiro mundo (PUENTE, 2010).

Ao passo em que o Japão, ante a ameaça iminente de crise por falta de alimentos, buscou a diversificação das fontes de suprimento, em curto prazo, e a promoção de novos programas de cooperação internacional para o desenvolvimento agrícola em países de grande extensão territorial, a longo prazo, ao Brasil interessava ocupar áreas consideradas como vazios demográficos e econômicos do interior, ideia cunhada desde os tempos do Brasil imperial, de modo que o desenvolvimento agrícola na região central do País era visto como um programa

⁶⁰ No documento, reconhece-se que o Japão teria mais a perder com o aprofundamento do confronto Norte-Sul em comparação com EUA ou CE, no contexto da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em 1972, em razão da dependência japonesa do comércio com países em desenvolvimento (JAPAN, 1972).

oportuno e de grande importância. A assistência financeira e técnica do Japão, na época já visto como potência econômica e grande importador de alimentos, gerou grandes expectativas para explorar novas fronteiras agrícolas e abrir novos horizontes para o futuro do País (PIRES, 2000; BRASIL; JICA, 2002; PESSÔA; INOCÊNCIO, 2004).

Na década de 1970, “estabeleceu-se uma nova era da relação nipo-brasileira”, quando as relações econômicas bilaterais atingiram seu “período áureo”, com a expansão do comércio, a vinda de empresas japonesas e o aumento de empréstimos oriundos de bancos privados japoneses. O conceito básico que norteou a cooperação bilateral na época foi o de reciprocidade, baseado na ideia de que Japão, carente de recursos naturais, e Brasil, “rico desses recursos, porém deficiente em recursos financeiros e em tecnologia, indispensáveis para o desenvolvimento econômico”, complementassem entre si. (BRASIL; JICA, 2002, p. 2-32).

Segundo Yamanaka (2013, p. 92), as relações bilaterais estiveram mais intensas nas décadas de 1970 e 1980, época em que destaca “o surgimento de slogans sobre o reconhecimento de ideias de complementaridade de interesses das economias de ambos os países”, além da “importância de personalidades que influenciaram a criação de ambiente propício e favorável”, dos meios governamental e empresarial de Brasil e Japão⁶¹.

Em artigo sobre as relações entre Brasil e Japão, Suzuki (2003, p. 129-130) esclarece que as décadas de 1960 e 1970 foram caracterizadas por uma “cooperação altamente produtiva entre indústrias japonesas e brasileiras”, que “contava com apoio completo e forte encorajamento dos principais líderes dos dois governos”. Por trás do dinamismo nas relações bilaterais, explica que ambas as economias de Brasil e Japão tiveram altos índices de crescimento. Enquanto o Brasil se encaminhava para a industrialização em larga escala, para o que precisava de capital e tecnologia do exterior, o Japão, ainda que industrializado, tinha escassez de recursos e necessitava buscá-los em outras regiões além da Ásia, que ainda estava em meio à Guerra Fria. Acrescenta que a Guerra do Vietnã só ocorreu em 1975 e que a China não havia saído da Revolução Cultural (SUZUKI, 2003).

Em obra sobre as relações nipo-brasileiras no período pós-Segunda Guerra Mundial, Yokota (1997) indica a existência de tentativas de executar projetos de produção agrícola na Ásia, anteriormente ao PRODECER. Contudo, esclarece que problemas políticos relacionados aos antigos avanços imperialistas do Japão inviabilizaram a realização de projetos semelhantes

⁶¹ O autor indica que “políticos de grande expressão, empresários que se tornaram os denominados ‘burakiti’ (loucos pelo Brasil), pessoas que moraram com parentes no Brasil” colaboraram muito na aproximação e na concretização de inúmeros programas e projetos bilaterais, elaborados e executados pelos administradores públicos dos dois países (YAMANAKA, 2013, p. 92).

em localidades asiáticas. Na oportunidade de missões técnicas enviadas ao exterior em busca de regiões adequadas para produção em larga escala de cereais, declarações de políticos e tecnocratas japoneses de que “o Japão estava à procura de ‘base’ de produção de alimentos no exterior” causaram mal-estar em vários países (YAMANAKA, 2013, p. 97).

Em 1971, a Federação das Cooperativas de Compras do Japão – Zenkoren, atual Federação Nacional de Associações Cooperativas Agrícolas, Zen-Noh – realizou missão ao Brasil, a convite do Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, a fim de estudar possibilidades para importação de milho produzido por cooperativas brasileiras⁶². Em 1972, realizou-se missão governamental japonesa ao Brasil, liderada pelo Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, à procura de uma região adequada para promoção de produção em larga escala de alimentos. Após percorrer o País, da Amazônia ao estado do Rio Grande do Sul, e conhecer as regiões potencialmente viáveis, a missão enfocou interesse pelo Cerrado e produziu o relatório denominado como Pensamento básico em relação à cooperação de desenvolvimento da agricultura brasileira, documento que desencadeou providências para o enquadramento institucional da cooperação bilateral, conforme Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado em 1970 (HARADA, 2013; RODRIGUES, 2016).

Na oportunidade da assinatura do Comunicado Conjunto de 1974, o Primeiro-Ministro Tanaka expressou sua satisfação com o comércio bilateral e inspecionou o Cerrado brasileiro (EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL, 2015; EMBAIXADA DO BRASIL EM TÓQUIO, 2017). Nesse documento, foi divulgada a intenção dos dois países em aprofundar a cooperação na área de desenvolvimento agrícola na região dos Cerrados, visando promover, em escala empresarial, a produção agrícola e seu processamento. Com base no Comunicado Conjunto, os governos e setores privados de Brasil e Japão promoveriam o aumento da produção de alimentos e da oferta de alimentos do mundo, assim como o desenvolvimento regional do interior do Brasil (BRASIL; JICA, 2002).

No intervalo entre a visita do Primeiro-Ministro do Japão ao Brasil, em setembro de 1974, e a visita do Presidente Geisel ao Japão, em setembro de 1976, foram realizados estudos, discussões e levantamentos para o planejamento do PRODECER, incluindo assuntos relacionados à cooperação em pesquisa agrícola. Em 1975, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – recebeu missão oficial do Governo japonês, que tinha por objetivo estabelecer as linhas básicas de cooperação em pesquisa agropecuária no Cerrado brasileiro,

⁶² No ano seguinte, a Zenkoren e o Ministério da Fazenda do Brasil firmaram carta de intenções objetivando a exportação de 1 tonelada de milho em três anos, a partir de 1973 (YAMANAKA, 2013).

conforme Comunicado Conjunto de 1974. Em decorrência, foi elaborado relatório por especialistas da JICA e do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, e, em 16 de março de 1976, foi assinada, em Brasília, Ata de Entendimento para a Cooperação Técnica entre a Embrapa e a JICA para pesquisa no Cerrado, com sede no Centro de Pesquisa do Cerrado – CPAC, em Planaltina, no Distrito Federal, atualmente denominado como Embrapa Cerrados. De maneira semelhante ao PRODECER, tal cooperação foi realizada em três fases, em diversas regiões do Brasil, no período de 1977 a 1999 (YAMANAKA, 2013).

A Embrapa Cerrados, na época de criação da instituição, em 1975, então CPAC, com a missão de desenvolver tecnologias e sistemas para viabilizar a ocupação do Cerrado, seus pesquisadores realizaram amplo diagnóstico das principais limitações ao seu uso agrícola, que permitiram constatar problemas como insuficiência de conhecimento sobre peculiaridades ambientais e características econômicas e sociais da região dos Cerrados, má distribuição de chuvas, manejo deficiente, incidência de pragas e doenças em áreas de monocultivo, e baixa fertilidade dos solos. Em trabalho cooperativo com outras unidades da Embrapa, empresas estaduais, institutos e universidades, a Embrapa Cerrados realizou levantamento, estudos, análises que permitiram desenvolver técnicas de correção, adubação e manejo dos solos, e de controle integrado de pragas e doenças (EMBRAPA, 2016).

A visita do Presidente Geisel ao Japão, no período de 15 a 20 de setembro de 1976, consistiu na primeira vez que um Chefe de Estado brasileiro visitou oficialmente aquele país. Na oportunidade, foram proferidos discursos de parte a parte ressaltando o aumento na frequência do intercâmbio de visitas de autoridades bilaterais nos últimos dois anos, o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil, e a realização de empreendimentos entre os dois países em áreas como construção naval, siderurgia, celulose e agricultura⁶³. No Comunicado Conjunto Brasil-Japão emitido na oportunidade, está registrado o seguinte:

Os dois lados notaram com satisfação que o exame do Programa de Desenvolvimento da Agricultura da região de Cerrados no Brasil vem fazendo progressos concretos, como resultado da atitude cooperativa nos dois governos e dos cidadãos dos dois países, e que na presente ocasião representantes dos dois governos alcançaram um entendimento comum sobre o quadro de referência para o Projeto Piloto. Uma companhia de desenvolvimento agrícola, o órgão central de promoção do projeto,

⁶³ Durante entrevista à NHK, emissora oficial de televisão japonesa, concedida no contexto da visita presidencial, o Presidente Geisel informou que, naquele tempo, o Japão tinha vários empreendimentos em associação com o Governo e empresas brasileiras, alguns dos quais inteiramente implantados – exemplificados por ISHIBRAS, na área de construção naval, e USIMINAS, na siderurgia –, outros em execução – a exemplo de CENIBRA e FLONIBRA, na área de produção de celulose – e ainda outros em fase de projeto, já aprovados ou em fase de estudo – tratando-se de um projeto na área de alumínio na região amazônica e de outro projeto siderúrgico em Tubarão. Acrescentou que “há projetos agrícolas na zona do cerrado brasileiro e muitos outros” (BRASIL, 1976, p. 63).

deverá ser implantada no Brasil em futuro próximo por duas companhias ‘holding’ a serem criadas nos dois países, a fim de apoiar e promover as atividades de produção agrícola na região. Os dois lados também acolheram, com agrado, a perspectiva de que um Projeto de cooperação Nipo-Brasileiro de Pesquisa Agrícola no Cerrado seja firmado em futuro próximo. Os dois lados expressaram assim sua esperança de que a cooperação entre o Brasil e o Japão na região do Cerrado venha a ser ampliada nos próximos anos (BRASIL, 1976, p. 105-106)

Por ocasião da visita presidencial, foi assinado o Registro de Discussão – em inglês, *Record of Discussions* – R/D⁶⁴ – referente ao escopo final do PRODECER, sendo que, nas discussões desse documento, decidiu-se pela execução de projeto-piloto em uma área de 50 mil hectares. Após avaliação dos resultados da execução do projeto-piloto, seria discutida a possibilidade de ampliação dessa área. Durante a visita, jornalistas brasileiros indagaram o Presidente e o Diretor do Departamento Internacional da Federação de Negócios do Japão – Keidanren, respectivamente Toshio Doko e Kasuo Nukazawa, sobre por que “os japoneses não quiseram investir no programa de desenvolvimento do cerrado nas dimensões que o Brasil sugeria”, em uma área de 1,5 milhão de hectares, e perguntaram sobre eventuais incertezas em relação ao projeto. Os representantes do Keidanren responderam que “a área inicial do projeto foi limitada para que possamos experimentá-la primeiro”, e afirmaram ter interesse em pesquisar a fundo a natureza do solo do cerrado, de que não tinham qualquer experiência prévia (BRASIL, 1976, p. 67-68).

Ressalte-se que, no ano de 1976, foi aberto o Escritório da JICA no Brasil, dois anos após a fundação da Agência, diretamente subordinada ao MOFA (JICA, 2011)⁶⁵. A JICA incorporou funções de três instituições anteriores, nomeadamente Agência de Cooperação Técnica para o Exterior – *Overseas Technical Cooperation Agency*, OTCA; Serviço de Emigração do Japão – *Japan Emigration Service*, JEMIS; e Voluntários Japoneses em Cooperação com o Exterior – *Japan Overseas Cooperation Volunteers*, JOCV, centralizando vários órgãos para o fim específico da cooperação técnica aos países em desenvolvimento (BRASIL, 2009; JICA, 2009b; YAMANAKA, 2013).

⁶⁴ Trata-se do documento que contém o registro das discussões que decidiram as diretrizes básicas e gerais do PRODECER (BRASIL; JICA, 2002).

⁶⁵ Em 2003, a agência se torna instituição de administração independente, como parte de reformas no Governo japonês. O sistema japonês de instituições de administração independente foi estabelecido para aumentar a eficiência, qualidade e transparência dos serviços administrativos, pela separação das funções de implementação e planejamento. Tais instituições possuem autonomia em suas operações e na gestão de seu orçamento, mas devem cumprir objetivos estabelecidos por ministérios competentes em prazo determinado, pelos quais são avaliadas periodicamente (JAPAN, 2001). Outra mudança ocorre em 2008, quando a JICA passa a centralizar as ações de cooperação internacional do Japão, mediante incorporação das operações financeiras e econômicas sob gestão do Banco Japonês para Cooperação Internacional – *Japan Bank for International Cooperation*, JBIC e parte das ações de assistência a fundo perdido ligadas ao MOFA, estabelecendo-se, assim, a Nova JICA (BRASIL, 2009; JICA, 2009b)

Vale mencionar que, em 1976, chegaram ao fim as reparações japonesas aos danos de guerra, tornadas obrigatórias pelo Acordo de Paz para com o Japão, firmado pelo Primeiro Ministro Shigeru em 28 de abril de 1952, em São Francisco. Em 1977, durante reunião da ASEAN em Manila, Filipinas, o Primeiro-Ministro do Japão, Fukuda Takeo, declarou os novos princípios e orientações da política externa japonesa – conhecidos como Doutrina Fukuda, comprometida a consolidar a confiança e o respeito mútuo entre países do Sudeste Asiático e jamais travar guerras novamente, e centrada na diplomacia econômica como mecanismo central de atuação do Governo para com a comunidade internacional (CHIARELLI, 2009; JICA, 2013).

No período de cinco anos entre o Comunicado Conjunto de 1974 e o início da implementação do PRODECER, em 1979, com a assinatura de acordos referentes ao escopo de execução do projeto-piloto e às definições e condições do empréstimo externo⁶⁶, os membros de governo e da iniciativa privada de Brasil e Japão realizaram análises para a montagem da estrutura de execução do Programa. Foram constatados diversos desafios para o planejamento de métodos de cooperação adequados e eficientes, entre os quais formas de apoio governamental, desenvolvimento e a difusão de tecnologia agrícola, aquisição de terras, constituição de instituição coordenadora e executora, mecanismo de proteção para perdas cambiais e seleção dos participantes (BRASIL; JICA, 2002). Nesse intervalo de cinco anos, aproximadamente 30 missões vieram do Japão e uma dezena foi do Brasil àquele país, compostas de técnicos, especialistas, empresários, políticos, ministros de Estado, além de presidentes e primeiros-ministros (YAMANAKA, 2013).

Em 9 de novembro de 1978, foi fundada a empresa responsável por coordenar a implantação do projeto-piloto do PRODECER, a *joint venture*⁶⁷ Companhia de Promoção Agrícola – CPA/Campo, empresa binacional estabelecida a partir de acordo de acionistas entre duas *holdings*⁶⁸, a japonesa Jadeco – sigla de *Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation*, e a brasileira Brasagro – Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial,

⁶⁶ Os instrumentos assinados em 1979 foram o Acordo de Projeto (*Project Agreement – P/A*), que estabelece o escopo da execução do PRODECER e as responsabilidades das instituições participantes, o Acordo Básico (*Basic Agreement – B/A*), de conteúdo semelhante ao do P/A, e o Acordo de Empréstimo (*Loan Agreement – L/A*), que estabelece a estrutura de execução do financiamento do lado japonês, a alocação de recursos pelo lado brasileiro, o sistema de financiamento aos produtores, entre outras definições (BRASIL; JICA, 2002).

⁶⁷ Trata-se de termo econômico utilizado para designar a associação econômica entre duas ou mais empresas, parceria em que as empresas não perdem sua personalidade jurídica.

⁶⁸ O termo remete a sociedades gestoras de participações sociais que administram conglomerados de um determinado grupo, ou seja empresas que possuem como atividade principal a participação acionária majoritária em uma ou mais empresas, detendo o controle de sua administração e políticas empresariais.

ambas também criadas naquele ano, em março e outubro, respectivamente⁶⁹. Na composição acionária da Campo, vigente até os dias atuais, a Brasagro possui 51% e a Jadeco 49% do capital social. A Brasagro indica o Presidente da Campo e a Jadeco nomeia seu Vice-Presidente (CAMPO, 2003a). Cabe frisar que, em 1978, a imigração japonesa para o Brasil, iniciada em 1908, já completava setenta anos⁷⁰.

O PRODECER foi supervisionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, apoiado por cooperativas agrícolas, e executado por produtores de médio porte, geralmente associados a cooperativas, beneficiados por crédito rural supervisionado para a aquisição de terra, máquinas agrícolas, residência, instalações para produção, etc. Os recursos para o financiamento foram alocados por Brasil e Japão, em divisão igualitária, 50% de cada lado, nas fases I e II do Programa⁷¹. Os recursos do lado brasileiro foram alocados pelo Governo Federal, representado pelo MAPA, e por bancos, cooperativas e empresas agrícolas. Do lado japonês, recursos vieram da JICA, do Fundo para Cooperação Econômica com o Exterior – *Overseas Economic Cooperation Fund*, OECF, atual Banco Japonês para Cooperação Internacional, *Japan Bank for International Cooperation*, JBIC, e de bancos privados. (BRASIL; JICA, 2002).

Na primeira fase do PRODECER, foi realizado um projeto piloto em três municípios do estado de Minas Gerais, nomeadamente Paracatu, Iraí de Minas e Coromandel, áreas localizadas relativamente perto de centros consumidores, com boa infraestrutura e satisfatória organização de assistência técnica e extensão rural. Nesse projeto piloto, foram tentados dois métodos para a abertura de fronteira agrícola na região, do tipo colonização e do tipo empresa agrícola, sendo que o primeiro tipo foi julgado como o mais adequado.

No período de realização das fases I e II do PRODECER, a primeira fase de 1979 a 1983, e a segunda de 1985 a 1990, o relacionamento entre Brasil e Japão teve seu dinamismo reduzido, em razão da instabilidade econômica brasileira e de mudanças nos interesses de empresas japonesas, que voltaram sua atenção para a defesa de mercado de seus produtos ante ameaças

⁶⁹ A Jadeco teve participação acionária da JICA, das cooperativas representadas pela UnicoopJapan, de 44 empresas privadas, incluindo 16 bancos privados japoneses, e de três pessoas físicas. A Brasagro contou com a participação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, atual BNDES, do Banco do Brasil – BB, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, da Companhia Aços Especiais de Itabira – Acesita, do Banco América do Sul, de outros bancos privados, de empresas privadas e de 20 pessoas físicas.

⁷⁰ Visitaram o Brasil para participar dos festejos o Príncipe Herdeiro Akihito e a Princesa Michiko, atuais imperador e imperatriz do Japão (EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL, 2015)

⁷¹ Na terceira e última fase, os percentuais foram de 60% do Japão e 40% do Brasil (BRASIL; JICA, 2002).

protecionistas de países desenvolvidos, e buscaram aumentar sua presença nos novos países industrializados da Ásia (AMORIM, 1991; UEHARA, 1999).

Na década de 1980, a economia brasileira passou por um período de baixos índices de crescimento⁷², altas taxas de inflação⁷³, e moratória da dívida externa, declarada em fevereiro de 1987 (IBGE, 2003; 2006). Por outro lado, países e localidades do Leste e Sudeste Asiático, especialmente China, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan, realizavam mudanças em direção a um desenvolvimento econômico dinâmico. Em vista de tais contrastes, Suzuki (2003, p. 133) explica que “muitas das firmas japonesas, que já tinham uma presença considerável no Brasil, reduziram sua presença e fizeram uma ‘opção decisiva pela Ásia’ ”.

Uehara (1999), por sua vez, esclarece que a atenção japonesa voltou-se para os países desenvolvidos, principais mercados das exportações japonesas, que ameaçavam impor medidas protecionistas contra importações. Face a essa nova preocupação, países supridores de matérias-primas e recursos naturais, como o Brasil, passaram a um segundo plano. Além disso, Japão e países desenvolvidos, de modo geral, não tinham a preocupação de incluir os países em desenvolvimento no círculo do comércio internacional, pois acreditavam que o desempenho desses países teria pouca influência sobre as suas próprias economias, e não se preocupavam com a possibilidade de que uma redução das relações econômicas dos países desenvolvidos com os em desenvolvimento levasse a um aprofundamento das dificuldades nos países pobres (UEHARA, 1999).

Apesar de a complementaridade nipo-brasileira – em que o Brasil fornecia matérias-primas em troca de investimentos e fornecimento de produtos industrializados pelo Japão – sofrer um processo de retração a partir do início dos anos de 1980 (OLIVEIRA, 2002)⁷⁴, o PRODECER se estendeu para duas outras fases. Com base nos resultados da primeira fase, o lado brasileiro solicitou ampliação do empreendimento em 1982, recebendo concordância do lado japonês por intermédio do Primeiro-Ministro Yasuhiro Nakasone, durante visita ao Japão do Presidente do Brasil, João Figueiredo, em maio de 1984. Em dezembro daquele ano, os

⁷² O produto interno bruto – PIB – cresceu, em média, 1,77% ao ano no período entre 1980 e 1989-1991, taxa que contrasta com os 5,68% médios anuais alcançados entre 1900 e 1980 (IBGE, 2006).

⁷³ A taxa média de inflação anual foi de 330% na década de 1980, de acordo com tendência exponencial de crescimento desde a década de 1930, apenas revertida com o Plano Real, em 1995. Essa taxa foi crescendo de 6% nos anos de 1930 para 12% nos anos de 1940, 19% nos anos de 1950, 40% nas décadas de 1960 e 1970, 330% nos anos de 1980 e 764% de 1990 a 1995, caindo para 8,6% de 1995 a 2000 (IBGE, 2003).

⁷⁴ Oliveira (2002) esclarece que a crise econômica brasileira ocorrida na época propiciou o surgimento do fenômeno decasségui, ou seja, o estabelecimento de um fluxo migratório de descendentes de japoneses para trabalho no Japão, que passou a ser um fator importante no relacionamento nipo-brasileiro como fonte significativa de fluxo de capitais. Cabe mencionar que, em junho de 1990, a Lei de Controle de Imigração foi alterada, autorizando a emissão de visto que permitia aos nikkeis de segunda e terceira geração e seus familiares de permanecerem por 3 anos no Japão (EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL, 2015).

governos de Brasil e Japão decidiram implementar a segunda fase, contemplando dois segmentos, um projeto piloto, realizado nos estados de Bahia e Mato Grosso, e um projeto expansão, nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, realizados no período de 1985 a 1993 (BRASIL; JICA, 2002).

Levando em consideração os resultados obtidos nas primeira e segunda fases do PRODECER, apresentados na seção seguinte, o lado brasileiro solicitou a continuação da cooperação em novas regiões. O lado japonês, baseando-se, entre outros, no fato de que “o estudo conjunto de avaliação, realizado em maio de 1989, concluiu que o PRODECER havia trazido uma brilhante contribuição à agricultura brasileira”, definiu, juntamente com o lado brasileiro, as linhas gerais de implementação da terceira fase, de 1995 a 2001. Em março de 1994, foram assinados os acordos visando à concretização dessa fase, com características de projeto piloto, nos estados de Maranhão e Tocantins. Em março de 2001, o projeto piloto foi encerrado (BRASIL; JICA, 2002).

Enquanto os anos de 1980 representaram uma década perdida para o Brasil, “os anos de 1990 foram uma década perdida para o Japão” (SUZUKI, 2003, p. 133). Sobre esse fato e seus efeitos nas relações bilaterais, explica Suzuki que:

A ‘economia de bolha’ dos anos 80 entrou em colapso nos anos 90. Empréstimos sem garantia, queda das ações e dos valores de propriedades exerceram grande pressão sobre os principais bancos que financiavam os grandes investimentos no exterior. A seguir, veio a crise financeira asiática. O risco dos negócios japoneses no Leste e Sudeste da Ásia já era tão grande que o controle de seus efeitos negativos e as operações de salvamento tornaram-se prioridade. O Japão não estava em condições de uma reação rápida a um sinal positivo que vinha do Brasil [...] rapidamente controlou a hiper-inflação com o Plano Real; recuperou a confiança dos investidores internacionais (SUZUKI, 2003, p. 133-134).

Mesmo com a reversão de expectativas com relação ao crescimento econômico brasileiro durante as décadas de 80 e 90, o investimento direto estrangeiro foi atraído na década de 1990 pelo amplo processo de privatização ocorrido no Brasil, paralelamente a uma série de medidas destinadas ao controle da inflação, à obtenção da estabilidade e à retomada do crescimento industrial (GAMBIAGI; MOREIRA, 1999; OLIVEIRA, MASIERO, 2005; IBGE, 2006)⁷⁵. Passados os anos de 1980, notaram-se percepções de renovação do interesse japonês pelo Brasil

⁷⁵ Em dezembro de 1999, o estoque de investimento direto era da ordem de US\$ 116 bilhões, contra US\$ 17,5 bilhões em 1980. Na segunda metade dos anos de 1990, após ter concluído um amplo acordo de renegociação da dívida externa e de ter obtido sucesso na estabilização dos preços, a economia voltou a receber novos capitais externo. Os investimentos estrangeiros foram, em parte, atraídos pelo programa de privatização de empresas e concessões de serviços de utilidade pública (IBGE, 2006)

e previsões de nova fase das relações nipo-brasileiras, o que foi reforçado no ano das comemorações do centenário da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Brasil-Japão, pelas trocas de visitas de autoridades e líderes empresariais (YOKOTA, 1997; UEHARA, 1999).

Em março de 2000, os governos de Brasil e Japão, representados pela JICA e pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, assinaram o Programa de Parceria Japão-Brasil – JBPP, que prevê a execução conjunta de projetos trilaterais para fomentar o desenvolvimento ao redor do mundo. A parceria foi firmada em um contexto de reconhecimento da ampliação do papel do Brasil como prestador de cooperação internacional, em decorrência de sua estabilidade econômica e política e dos avanços obtidos, que elevaram-no a um patamar de destaque no cenário internacional (BRASIL; JICA, 2000).

Como resultado de reuniões anuais entre empresários ligados à Confederação nacional da Indústria – CNI – e ao Keidanren desde o início do Plano Real, e estudos e relatórios decorrentes, em outubro de 2000, foi finalizado o documento Aliança para o Século XXI, que evoca a revitalização do relacionamento entre Brasil e Japão e destaca medidas necessárias ao fortalecimento dos laços econômicos bilaterais. Por ocasião da 9ª Comissão Mista Econômica Japão-Brasil, realizada em novembro de 2000, foram discutidas novas políticas para comércio e investimentos com base nessa iniciativa. Nesse contexto, relato da Embaixada do Brasil em Tóquio indicou a agroindústria entre os setores considerados como os mais propícios para a ampliação dos investimentos japoneses no Brasil, ao lado de turismo, telecomunicações, energia e transportes (CNI; KEIDANREN, 2000; JORNAL DO COMMERCIO, 2000, NISHIBAYASHI, 2001).

Em dezembro de 2000, a comunidade de brasileiros residentes no Japão ultrapassa a marca de 250 mil pessoas. No ano de 2005, por ocasião de visita ao Japão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, considerada como oportunidade de revitalização das relações bilaterais, foram assinados diversos documentos de interesse comum, que demonstraram o novo patamar das relações nipo-brasileiras (EMBAIXADA DO BRASIL EM TÓQUIO, 2017).

Na seção seguinte, são apresentados os resultados do PRODECER e características específicas de cada uma de suas três etapas, indicados pela história oficial, e citados e/ou criticados em textos acadêmicos. No que se refere a impactos para o Japão e para o mundo, no relatório do PRODECER elaborado em 2002, está registrado que o Brasil passou a ser responsável por 20% da produção mundial de cereais – a região do Cerrado brasileiro por cerca de 10% da produção mundial –, apenas superado pelos Estados Unidos. Ressalta-se o fato de o

Brasil vir contribuindo para a estabilização do suprimento de soja no mundo, por produzir nos períodos de entressafra dos Estados Unidos, haja vista sua localização no hemisfério Sul (BRASIL; JICA, 2002).

Especialmente com relação à soja, principal produto cultivado nos projetos do PRODECER, paralelamente ao crescimento de sua produção no Cerrado, a posição ocupada pela soja no quadro das importações japonesas dessa leguminosa passou de 1,6%, em 1977, para 11,9%, em 1999, contribuindo para a diversificação das fontes de abastecimento de soja para o Japão. Ainda que esta estatística faça parecer pequeno o efeito do PRODECER para o Japão, ao se considerar que a soja brasileira funcionou “como fator de estabilização, influenciando a tendência de queda dos preços internacionais”, afirma-se que “o Japão, um país que depende exclusivamente da importação para suprir o mercado interno, tem recebido um benefício incalculável” (BRASIL; JICA, 2002 p. 5-55).

2.2. Evolução do PRODECER no Brasil

Além dos mencionados impactos do PRODECER em nível internacional, especialmente na forma de abastecimento regular de alimentos, diversificação de fornecedores, equilíbrio do comércio e estabilização dos preços internacionais de cereais, o mencionado relatório de 2002 e publicações semelhantes indicam contribuições ao desenvolvimento econômico e social do Brasil e de regiões interioranas do País, em consequência do surgimento de novas regiões produtoras no Centro-Oeste, no Nordeste e no Norte (BRASIL; JICA, 2002; CAMPO, 2003b; JICA, 2017).

Antes de apresentar tais resultados, esta seção trata do histórico do PRODECER em nível nacional e regional, em cada uma de suas três etapas, considerando conjunturas políticas, econômicas e sociais do Brasil, assim como o papel da Campo e das cooperativas na condução do Programa.

Em trabalho sobre ações do Estado voltadas a transformações agrárias no Cerrado, incluindo a região de Paracatu, Pessôa (1988) esclarece que, apesar de o interesse econômico pelo bioma datar de séculos anteriores, razões de ordem econômica para sua exploração surgiram, sobretudo, na década de 1970. Nos séculos XVII e XVIII, colonizadores portugueses e bandeirantes paulistas deslocaram-se para o interior do país à procura de índios para serem utilizados como escravos, e ouro e pedras preciosas. No Século XIX, pesquisadores estrangeiros visitaram o Brasil e divulgaram informações sobre aspectos geográficos, biológicos,

econômicos, sociais, entre outras características da região dos Cerrados, incluindo o território de Paracatu. Informações específicas sobre tais processos no referido Município são apresentadas ainda neste capítulo.

Segundo Pessoa e Inocêncio (2014), as linhas mestras estabelecidas nos governos dos Presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e dos presidentes do período de ditadura militar, considerados os de maiores intervenções territoriais, foram as políticas de povoamento, que regulavam o deslocamento populacional, as políticas de transporte e de comunicação. Explicam que:

A Marcha para o Oeste, considerada um projeto geopolítico de ocupação do ‘sertão’, que se desdobrou na construção de duas capitais (Goiânia (GO) e Brasília, capital federal) deslocou populações para os sertões e possibilitou que os equipamentos da vida urbana chegassem ao ‘coração’ do Brasil. Mais que isso, levou o poder central para o interior e serviu para iniciar um processo de deslocamento da fronteira agrícola brasileira do Centro-Sul para o Centro-Oeste [...] Kubitschek, com a transferência da capital federal para o Planalto Central brasileiro, realizava o sonho de completar os ‘vazios do território’ e preencher as lacunas da nacionalidade (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p. 11).

No período entre a segunda metade da década de 1960 até meados dos anos de 1970, o Brasil alcançou taxas de crescimento econômico notáveis, superando o percentual de 10% ao ano, fenômeno denominado como milagre brasileiro. As altas taxas se devem à adoção do modelo de industrialização via substituição de importações, à maior ênfase nas exportações, e à promoção dos setores siderúrgico, automobilístico e petroquímico, com uso de capital estrangeiro. Tais índices começam a cair com o impacto da crise do petróleo (BRASIL; JICA, 2002).

Na década de 1970, o Governo brasileiro elaborou dois Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs, os quais propunham deslocar o Brasil do Terceiro Mundo para o grupo de países industrializados (BRASIL, 1971a; 1974) Um dos grandes objetivos nacionais do primeiro PND, elaborado para o período de 1971 a 1974, no governo do Presidente Emílio Médici, era “colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas” (BRASIL, 1971a). O segundo PND, que vigorou entre 1975 e 1979, elaborado no governo de Geisel, considera que, até o final da década de 1970, o Brasil estará “sob a égide de duas realidades principais: a consciência de potência emergente e as repercussões do atual quadro internacional”. Segundo disposto nesse Plano, o País encontrava-se “em explosão de crescimento”, posicionado “entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento” (BRASIL, 1974).

Com a alta nos preços do petróleo e o decorrente desequilíbrio no saldo do balanço de pagamentos⁷⁶, o Governo brasileiro passou a incentivar a produção industrial direcionada ao mercado externo, pela concessão de subsídios para a exportação de produtos industrializados. No que se refere à produção agrícola, buscou-se promover a exportação de produtos com valores agregados por meio da criação da agroindústria⁷⁷. Além disso, foram ampliados os subsídios para crédito rural, baseando-se na constatação de que a falta de infraestrutura e de recursos para aquisição de bens de produção e bens de capital teriam conduzido ao atraso na modernização do setor agrícola, a qual consta do segundo PND. Nesse Plano, são apresentadas três diretrizes como estratégia para o desenvolvimento agrícola: 1) Ampliação da fronteira agrícola nos Cerrados; 2) Incentivo à expansão da produção de grãos; 3) Mecanização da produção agrícola e aumento da entrada de insumos para a produção (BRASIL, 1974; BRASIL; JICA, 2002).

Elaborados no contexto dos PNDs, o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI, o Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP, e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, são considerados como precursores do PRODECER (PESSÔA, 1988; PIRES, 2000; BRASIL; JICA, 2002).

O PCI, iniciado em 1972 e elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), tinha por objetivo provocar uma transformação tecnológica em áreas de Cerrado no estado de Minas Gerais nas regiões de Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu e Alto Médio São Francisco. Contou com apoio de órgãos estaduais e empréstimo do Banco Mundial, financiando 230 projetos para médios e grandes produtores, os “únicos em condições de aceitar as normas dos empréstimos” (PESSÔA, 1988, p. 101)⁷⁸. O PCI representou a primeira grande ação de desenvolvimento dos Cerrados mineiros, cujas avaliações sobre sua concepção e sucesso serviram como estratégia básica para a elaboração de programas federais subsequentes (SANTOS, 2016).

Desenvolvido paralelamente ao PCI, o PADAP teve duração de 1973 a 1979. Considerado como “um programa pioneiro de assentamento dirigido”, o PADAP concentrou-

⁷⁶ O balanço de pagamentos constitui o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002).

⁷⁷ Por outro lado, a exportação de produtos agrícolas *in natura*, utilizados como matéria-prima para produtos industrializados, passou a sofrer restrições (BRASIL; JICA, 2002).

⁷⁸ Sobre as normas, esclarece Pessôa (1988) que o empréstimo mínimo era no valor de Cr\$ 500 mil a preços de 1972, equivalente a US\$ 80 mil, e a Cr\$ 640 milhões em valores de 1985. Para cada cruzeiro emprestado ao mutuário do programa, era exigido Cr\$ 1,25 de bens em garantia. Os juros eram de 0,6% ao mês e o prazo de carência variava entre dois e três anos.

se em uma área específica do Cerrado, abrangendo alguns municípios⁷⁹, com centro em São Gotardo, em Minas Gerais, e “tinha por objetivo principal a produção de grãos⁸⁰, visando o *desenvolvimento intenso* dos Cerrados”. (BRASIL; JICA, 2002, p. 2-8, grifo nosso). Pessoa (1988, p. 105, grifo nosso), por sua vez, explica que o PADAP representou “a primeira experiência de *exploração agrícola intensiva* no cerrado, ou seja, a expansão da agricultura capitalista”.

Considerado como o primeiro programa de colonização do Cerrado (SANTOS, 2016), o PADAP foi realizado em uma área de 60 mil hectares, onde foram formados quatro núcleos de colonização; a seleção dos colonos foi realizada mediante acordo entre a CAC e a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, o qual estipulava que ao menos 80% dos colonos fossem indicados e selecionados pela Cooperativa, imigrantes japoneses ou nisseis vindos da região Sul do Brasil. Por manter ligações com o Governo do Japão, a CAC recebeu visita mensal de técnicos daquele país, durante o período de experiência do projeto. Facilitaram a instalação do PADAP, entre outros fatores, a topografia favorável à mecanização, a existência de um latifúndio que permitiu a desapropriação por interesse social, preço e condições de pagamento para adquirir terras, e a posição da área em relação os principais mercados produtores e consumidores do país, e em relação a corredores de exportação (PESSÔA, 1988).

Em 1979, após visita do Presidente Geisel à região de São Gotardo, acompanhado de seu Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, oportunidade em que viram *in loco* “a transformação dos Cerrados numa grande região produtora”, quando se alcançavam produções que superavam as marcas de 2 toneladas por hectare de soja, e 3,6 toneladas por hectare de trigo, a CAC foi convidada pelos governos de Brasil e Japão para participar do PRODECER (BRASIL; JICA, 2002). Em 1972, a missão governamental japonesa que visitou o Brasil referida na seção anterior, conheceu o trabalho dos agricultores da CAC em São Gotardo, Minas Gerais, em parceria com o governo estadual (YAMANAKA, 2013).

A esse respeito, em obra comemorativa dos 100 anos da imigração japonesa ao Brasil, registra-se o seguinte texto:

Hoje, o cerrado é um dos principais produtores de soja do país graças ao pioneirismo da Cooperativa Agrícola de Cotia, a CAC, que iniciou o plantio em São Gotardo, em Minas Gerais. Até então, a região, que se estende por todo o Planalto Central, servia somente para a pecuária extensiva. Milho, feijão, arroz e soja tiveram suas mudas e

⁷⁹ Os demais municípios eram Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos (PESSÔA, 1988).

⁸⁰ Pessoa (1988) explica que foram cultivados café, soja e arroz no primeiro ano de funcionamento do PADAP. No segundo, foi introduzido o trigo e, no terceiro, foram definidas as culturas básicas do PADAP: soja, trigo e café.

sementes experimentalmente modificadas e selecionadas para que se adaptassem às condições do cerrado. Logo, o avanço de São Gotardo se espalhou país afora, chegando a despertar o interesse do arquipélago. O resultado foi a criação da empresa de capital misto, a Companhia de Desenvolvimento Agrícola Brasil-Japão (ARAI; HIRASAKI, 2008: 172)

Considerando os resultados obtidos com o PADAP, o Governo brasileiro realizou o POLOCENTRO, com início em 1975 e término em 1982, com o objetivo de incentivar e apoiar a ocupação racional, ou seja, em bases empresariais⁸¹, de áreas de Cerrado em 202 municípios dos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área total de 3,7 milhões de hectares⁸². O orçamento total do POLOCENTRO, de US\$ 1,5 bilhão, destinou-se para créditos de investimentos a taxas de juros favorecidas⁸³, financiamento à implantação de indústrias de processamento, serviços de oferta de insumos agrícolas, e implementação de infraestrutura para estradas, eletrificação, armazéns, laboratórios para análises, entre outros. O Programa beneficiou principalmente os grandes produtores, pois os estabelecimentos com mais de 1 mil hectares absorveram 60% dos recursos (PRES, 2000; BRASIL; JICA, 2002; PESSÔA, 1988).

Pessôa (1988) constata que o corte de crédito para o POLOCENTRO, a partir de 1979, tinha por objetivo diminuir a especulação em relação às terras e facilitar sua compra pela Campo, empresa responsável pela coordenação do PRODECER. A autora ressalta que PCI e PADAP também contribuíram para a especulação do preço das terras, bem como para desequilíbrios ecológicos e a marginalização da população das áreas em relação ao processo produtivo (PESSÔA, 1988). Pessôa e Inocêncio (2014, p. 7) explicam que, enquanto os acordos que formalizaram o PRODECER eram firmados, o POLOCENTRO enriquecia uma parcela de produtores e “acentuava a concentração fundiária, a expropriação do trabalhador rural e os problemas da degradação ambiental, agravando, dessa forma, as distorções sociais no campo”. Com a desativação do POLOCENTRO, o espaço do Cerrado foi novamente reorganizado, produzindo um novo espaço “dentro de um processo mais amplo de expansão do capitalismo no campo brasileiro” (PESSÔA, INOCENCIO, 2014).

O PRODECER, por sua vez, adotou o sistema de colonização por parte de produtores de médio porte, geralmente associados a cooperativas, e determinou a manutenção de áreas de

⁸¹ Pires (2000, p. 130) esclarece que é “comum atribuir a bases empresariais o sinônimo de racional. A rigor, no entanto, podem até ser antônimos”.

⁸² Da área total de 3,7 milhões de hectares, 1,8 milhão foi distribuído para as lavouras de soja, milho, trigo, arroz e algodão, 1,2 milhão para pastagens, e 700 mil para reflorestamento (JICA; BRASIL, 2002).

⁸³ Os créditos eram concedidos com carência de até seis anos, com taxas de juros variando entre 0% e 14% ao ano, sendo que os investidores podiam receber de 75% a 100% do custo total do investimento (BRASIL; JICA, 2002).

reservas, obedecendo a legislação ambiental. Os principais critérios para a seleção dos produtores rurais foram: não ser proprietário rural, nacionalidade brasileira, experiência na atividade agrícola, entusiasmo e disposição em participar do PRODECER, disposição em residir na propriedade ou no município do projeto, e dispor dos recursos próprios necessários. Na maioria dos projetos, cerca de 80% dos produtores foram pré-selecionados pelas cooperativas, que priorizaram filhos de famílias cooperadas, em sua região de origem, especialmente Sul e Sudeste, com triagem final pela Campo. Outros 20% foram selecionados diretamente pela Campo entre agricultores e técnicos em ciências agrárias já estabelecidos na região, quando existentes⁸⁴. Bancos repassadores de recursos realizavam análise própria do cadastro dos pretendentes ao financiamento (BRASIL; JICA, 2002).

Pessôa e Inocêncio (2014: 17) esclarecem que os produtores dos estados onde o PRODECER foi desenvolvido apresentaram três aspectos que não se encaixavam nos quesitos de escolha do agricultor: não sabiam “lidar com a tecnologia; não estavam vinculados a nenhuma cooperativa de crédito, como exigia o programa; e não dispunham de capital suficiente para o investimento inicial exigido, que constituía entre 10% e 20% do investimento total”. Segundo Mendonça (2004), as condições para obtenção de financiamento no processo de ocupação racional das áreas de Cerrado seguiram critérios rígidos que excluíram os camponeses e os trabalhadores da terra. Para reforçar a necessidade de “um novo agricultor (o empresário rural”, foram elaboradas visões que valorizavam-se “os chegantes e suas culturas em detrimento dos *povos cerradeiros* e suas manifestações sócio-culturais” (MENDONÇA, 2004, p. 207, grifo do autor).

As condições de financiamento foram consideradas como atraentes a inúmeros produtores de outras regiões do Brasil, especialmente o fato de ser integrado, contemplando “todos os itens necessários à implantação da propriedade”, desde a aquisição da terra até o custeio, incluindo investimentos fixos, para abertura de áreas, eletrificação, depósitos, silos, formação de pastagens, construção de açudes, etc., e semifixos, para máquinas, equipamentos, animais, etc. (BRASIL, JICA, 2002, p. 3-11). Ademais, os prazos de pagamento eram iguais ou mais longos em comparação a outras linhas de financiamento existentes no Brasil, e os limites de adiamento eram maiores: financiamento fundiário com prazo de 20 anos, cinco a seis anos de carência e juros de 12% ao ano; financiamento para maquinário e calcário para correção de solo em oito anos, dois de carência e juros de 12% a 15% ao ano; financiamento para casa e

⁸⁴ Com esses 20%, buscava-se não apenas promover a melhor integração local, como difundir e estimular o associativismo e as novas tecnologias agrícolas na região (BRASIL, JICA, 2002).

barracão de 12 anos, carência de dois anos e juros de 12% a 15% ao ano (PESSÔA, 1988). Contudo, tais condições sofreram inúmeras alterações nas fases seguintes do PRODECER.

Para a primeira fase do PRODECER, realizada de 1979 a 1983, na forma de projeto piloto, foram selecionadas áreas em três municípios de Minas Gerais, nomeadamente Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu, em razão de sua localização relativamente próxima a centros consumidores, boa infraestrutura e satisfatória organização de assistência técnica e extensão rural. A aquisição e o repasse de terras aos colonos foi realizada pela Campo.

O método de abertura de fronteira agrícola denominado como empresa agrícola foi buscado pela implantação de três empresas: 1) Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial Cerrado, em Paracatu, com 10,1 mil hectares; 2) Cural do Fogo Agroindustrial, em Unaí, com 4,3 mil hectares; 3) Fazenda Coromandel, no município de Coromandel, de 5,4 mil hectares (CAMPO, 2003b)⁸⁵. O método do tipo colonização, julgado como o mais adequado para o PRODECER foi realizado por meio de quatro projetos⁸⁶, em que foram assentados 133 produtores e suas famílias, associados a três cooperativas de produtores agrícolas, com investimentos de US\$ 60 milhões. Estatísticas dessa etapa também revelam área total de 64,3 mil hectares, produção total de 120,2 mil toneladas, receitas anuais de US\$ 30,5 milhões, impostos recolhidos ao ano no valor de US\$ 5,4 milhões, e geração de 13 mil empregos diretos e indiretos (BRASIL; JICA, 2002; CAMPO, 2017).

Na primeira etapa do PRODECER, a área média dos lotes foi de 400 hectares, sendo que os principais produtos cultivados foram soja, milho e café. A maioria dos produtores procurou implantar a irrigação por meio de pivô central, possibilitando a redução dos danos provocados pelo veranico⁸⁷ e facilitando o sistema de rotação de culturas e sua consequente diversificação. Também caracterizou essa fase o crescimento da adoção da técnica de plantio direto, técnica de cultivo realizada sem as etapas de preparo do solo, capaz de proteger o solo da erosão, favorecer a atividade microbiológica e aumentar a retenção de água no solo. (BRASIL; JICA, 2002)

Em 29 de agosto de 1980, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – para investigar as causas que levaram o Governo brasileiro a assinar acordo com o governo japonês para a exploração de 60 milhões de hectares de Cerrado dos estados de Goiás e Minas Gerais. A CPI, posteriormente arquivada em 1987, foi estabelecida em seguimento a manifestações

⁸⁵ Mapas contendo a localização dos projetos de colonização agrícola e das empresas agrícolas da primeira fase do PRODECER são encontrados em Pessôa (1988).

⁸⁶ Um dos quatro projetos, apesar de alocado na primeira fase, foi executado somente com recursos brasileiros, com base na concepção do Prodecercer.

⁸⁷ Fenômeno meteorológico caracterizado por estiagem em períodos chuvosos, com dias de grande calor.

contrárias à internacionalização do Cerrado por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira, tais como a igreja, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, e órgãos de Governo brasileiro⁸⁸. Na justificação da CPI, mencionam-se preocupações em relação a possíveis consequências do PRODECER relativas a aspectos considerados como negativos, em especial o agravamento dos problemas sociais nas zonas rurais devido à mecanização da agricultura e à concentração da propriedade da terra (BRASIL, 1980; PESSÔA, 1988; PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014):

Outro aspecto negativo dessa entrega de 60 milhões de hectares de nosso cerrado aos japoneses – além dos altos custos econômicos para o povo brasileiro – é o agravamento dos problemas sociais no campo, pois o projeto visa desocupar, desempregar e expulsar os trabalhadores, aumentando consideravelmente a legião de bóias-frias [...] No entanto, é um grande negócio para o Governo e povo japonês, porque, enquanto o Brasil está pensando em resolver seus problemas imediatos, ou seja, obtenção de dólares para pagar dívidas e equilibrar o balanço de pagamentos, os japoneses estão fazendo projetos para o futuro, desvinculando-se da dependência dos Estados Unidos [...] Enquanto no Japão a estratégia montada para esse projeto de exploração do cerrado brasileiro foi discutida pelos representantes dos sindicatos patronais e dos trabalhadores, por políticos ligados ao Governo e à oposição, no Brasil, as poucas informações que chegaram ao conhecimento da empresa foram passadas pelo Embaixador do Japão em agosto de 1979, sem que povo, parlamento e imprensa participassem de qualquer debate sobre tão importante projeto, altamente lesivo à soberania nacional (BRASIL, 1980, p. 9316).

Na referida justificação, registrou-se referência a estudo do Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, o qual concluiu que, com gastos menores, ocupando-se menos de um terço do “projeto japonês” e com a participação apenas de brasileiros, “absorvendo toda a mão-de-obra ociosa da região Centro-Oeste”, o Brasil poderia produzir alternativas que substituiriam combustíveis derivados de petróleo e superar necessidades de importação de alimentos básicos. Menciona-se que os técnicos que elaboraram tais estudos contra a internacionalização da agricultura brasileira “foram dispensados do IPEA, dando lugar aos que estão comprometidos com o loteamento do País, às escondidas” (BRASIL, 1980, p. 9316).

Em que pesem tais questionamentos, o PRODECER seguiu adiante. Segundo a Campo (2017), “o sucesso alcançado pela primeira fase do programa avalizou sua continuação”. A

⁸⁸ Diversos estudos, de Pessôa (1988) a Santos (2014), mencionam a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, as comissões pastorais da terra, as federações de trabalhadores da agricultura e as federações patronais da agricultura dos estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, o Ministério das Relações Exteriores – MRE, o Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, e parlamentares de oposição ao governo militar. Pires (2000) esclarece que a CNBB ressaltava os impactos sociais do PRODECER nas áreas em que era instalado, enquanto os parlamentares preocupavam-se com a forma concentrada e politicamente fechada e arbitrária do Programa empreendida pelos seus executores, e se queixavam da falta de esclarecimento sobre os motivos do programa. O autor atenta para o fato de que “o projeto surgiu numa época em que o país encontrava-se sob os desígnios do regime militar”; marcado pelos signos do período em que foi negociado, não estabeleceu consulta aos setores sociais sobre sua continuidade e estratégias (PIRES, 2000, p. 123).

segunda etapa, realizada de 1985 a 1990, foi dividida em projeto piloto, de 1985 a 1990, em quatro projetos localizados nos estados da Bahia e do Mato Grosso, e projeto expansão, de 1985 a 1993, em onze projetos, nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. A compra de terras e seu repasse aos colonos foi realizada pelas cooperativas.

O projeto piloto, realizado com o objetivo de desenvolver tecnologias adequadas às condições climáticas da região semiárida da Caatinga, teve abrangência de 65 mil hectares, assentou 165 famílias e teve custo total de US\$ 100 milhões. O projeto expansão, realizado em áreas passíveis de aplicação dos resultados obtidos na primeira etapa do PRODECER, abrangeu uma área de 140 mil hectares, com assentamento de 380 famílias e custo total de US\$ 275 milhões. A área média dos lotes no projeto piloto foi de 410 hectares, e de 350 hectares no projeto expansão. Estatísticas da segunda etapa, realizada em 17 municípios, demonstram participação de 545 produtores e suas famílias, 12 cooperativas participantes, área total de 205,7 mil hectares, investimentos totais de US\$ 375 milhões, produção de 396,6 mil toneladas, receitas anuais de US\$ 99,8 milhões, impostos recolhidos ao ano no valor de US\$ 12,2 milhões, e geração de 45 mil empregos diretos e indiretos (BRASIL; JICA, 2002; CAMPO, 2017).

Na segunda etapa do PRODECER, foi planejada maior diversificação de culturas, sendo as principais alternativas café, feijão, algodão, alho, cebola, ervilha e frutas. No que se refere ao crédito agrícola para os produtores, apesar de essa fase ter iniciado sob influência das condições vigentes na primeira etapa, as cláusulas financeiras sofreram efeitos da introdução de indexadores de correção monetária dos contratos⁸⁹, até que tais condições se tornaram semelhantes ao crédito rural comum, com a eliminação total dos subsídios. Como vantagens, foram mantidas as características de financiamento integrado, os limites de adiantamento mais favoráveis e a disponibilidade dos recursos assegurada, ainda que nem sempre de forma oportuna e com mesma agilidade da primeira fase (BRASIL; JICA, 2002).

Pires (2000) nota que as críticas ao Programa se diluíram na segunda fase, quando as principais queixas eram dos colonos que tiveram de se adaptar a procedimentos dos bancos e suas limitações em relação a crédito e prazos. Em artigo sobre projetos do PRODECER e dívidas agrícolas, Osada (1999) explica que o endividamento dos produtores participantes da

⁸⁹ No início da segunda etapa do PRODECER, foi utilizada taxa de 3% somada ao título público indexado à inflação denominado como Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN. Entre 1987 e 1988, as taxas para investimento fixo e semifixo eram de 9% somada às Obrigações do Tesouro Nacional – OTN, título público criado pelo Plano Cruzado, e de 3%, 6% e 8% mais OTN para custeio. A partir de 1989, foi aplicada taxa de 12% somada ao Índice de Preço ao Consumidor – IPC. A partir da segunda metade de 1989, as taxas foram reduzidas para 9% mais Bônus do Tesouro Nacional – BTN, mas, a partir de 1991, subiram novamente para 12,5% somada à Taxa Referencial – TR. A partir de 1994, foi introduzida a taxa de 6% mais Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, que perdurou até o fim do PRODECER (BRASIL; JICA, 2002).

segunda etapa resultou, “principalmente, do desrespeito a uma das principais cláusulas do contrato, que foi a de não cobrar juros internos superiores às taxas fixadas pelo Japão para o repasse dos recursos”⁹⁰, ao lado dos sucessivos planos de ajuste econômico levados a cabo desde o início dessa fase.

Em meados da década de 1980, observou-se ligeira recuperação da economia nacional, quando o crescimento do PIB apresentou taxas em torno de 2%. Contudo, verificou-se aumento do déficit público, indicado como causa primária da inflação que caracterizou a época, até meados dos anos de 1990, e que motivou políticas econômicas que promoveram trocas de unidade monetária, tabelamento e congelamento de preços e salários, valorização cambial, incentivos à privatização, reforma administrativa dos órgãos federais, entre outras medidas. O Plano Collor I, iniciado em março de 1990, causou grande impacto sobre produtores rurais, sobretudo os que produziam para exportação, especialmente as medidas de congelamento de preços, confisco de depósitos bancários, abertura do mercado e desvalorização da taxa de câmbio. O Plano Real, por sua vez, lançado em 1994, que incluiu medidas de elevação dos juros e de importação de produtos básicos, como alimentos, causou impacto positivo no gerenciamento agrícola e contribuiu para a estabilização dos preços dos produtos agrícolas (BRASIL; JICA, 2002).

A partir de 1994, a taxa de crescimento do PIB apresentou tendência de crescimento estável, mas o impacto das medidas de contenção da inflação e a conjuntura econômica no exterior contribuíram para sua desaceleração, chegando a 0,1% negativos em 1998, na época da crise financeira asiática. Para solucionar a questão da dívida agrícola acumulada até 1995, em consequência do aumento nos juros e da valorização cambial – em que pese o aumento na produção de grãos observada naquele ano, foi lançada a securitização, que alargou o prazo para pagamento das dívidas rurais, de acordo com a faixa de valor das dívidas. Buscou-se a estabilidade nos preços dos produtos agrícolas, sua produção estável e o atendimento ao abastecimento por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, e os instrumentos pelos quais é operacionalizada (BRASIL; JICA, 2002).

Nesse contexto, especificamente no período de 1995 a 2001, foi realizada a terceira fase do PRODECER, caracterizada como projeto piloto. A terceira etapa incluiu dois projetos, um no estado de Tocantins e o outro no Maranhão, localizados ao norte dos projetos das fases anteriores, em regiões de baixa latitude. O objetivo dessa fase residiu na consolidação de

⁹⁰ Segundo informa Osada (1999), o Banco Central obteve condições especiais para o pagamento do financiamento, juros de cerca de 3,1%, carência de sete anos e prazo de 25 anos. Entretanto, os produtores agrícolas foram financiados segundo a norma vigente na época da contratação dos empréstimos.

tecnologias de administração rural com a introdução da irrigação e de novas variedades sob condições climáticas que não observam muitas mudanças ao longo do ano. Com base nas experiências dos projetos anteriores, os equipamentos de irrigação nos lotes foram introduzidos de maneira programada, para a estabilização econômico-administrativa das propriedades. As áreas de reserva natural corresponderam a 50% das propriedades, diferentemente dos 20% nas duas fases anteriores, sendo que a maior parte dessas áreas foram preservadas de forma agrupada, como áreas de reserva coletiva (BRASIL; JICA, 2002).

A área de cada propriedade foi de 1.000 hectares, equivalente a cerca de duas vezes a de outros projetos implantados nas outras duas fases. Em relação às condições gerais de crédito agrícola, foram semelhantes às vigentes no encerramento da segunda fase, bastante próximas às do crédito rural comum. A área de abrangência total foi de 80 milhões de hectares, 80 produtores e suas famílias foram assentados, 2 cooperativas participaram e o custo total foi de US\$ 138 milhões. Ademais, a produção foi de 133,4 mil toneladas, as receitas anuais somaram US\$ 32,9 milhões, foi recolhido o valor de US\$ 5 milhões em impostos ao ano, e foram gerados 2.040 empregos diretos e indiretos (BRASIL; JICA, 2002; CAMPO, 2017).

Uma quarta fase do PRODECER foi discutida, prevendo investimentos de US\$ 510 milhões por parte do Governo do Japão. Contudo, o início dessa etapa dependeria do atendimento a uma condição imposta pelo lado japonês, qual seja a solução de dívidas da segunda etapa do PRODECER estimadas em R\$ 400 milhões de Reais. (OSADA, 1999; OLIVEIRA, 200?). Assim, o PRODECER foi finalizado em 2001, com o término de sua terceira etapa.

Vale mencionar que, paralelamente à concessão de financiamentos à produção agrícola, os governos brasileiro e japonês, por intermédio da Embrapa Cerrados/CPAC e da JICA, realizaram pesquisas e experimentos visando o desenvolvimento e a consolidação de técnicas de manejo rural, de correção do solo, de seleção de culturas e variedades, etc. No período de 1977 a 1999, executaram projetos de cooperação técnica denominados como o Projeto de Suporte Técnico para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados, em que foram desenvolvidas técnicas básicas para aproveitamento racional do sistema solo-planta-água e cultivo de grãos, e o Projeto Suporte Técnico-Científico para um Desenvolvimento Agrícola Sustentável dos Cerrados, com Ênfase no Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, em que foram realizadas pesquisas nas áreas de proteção vegetal, adubação do solo, sensoriamento remoto, sistemas de produção, qualidade da água, máquinas agrícolas, e controle de doenças e pragas.

Os resultados desses projetos desempenharam papel fundamental no aumento da produtividade agrícola nas áreas em que o PRODECER foi executado (BRASIL; JICA, 2002).

Em estudos amparados em relatórios elaborados pelos governos de Brasil e Japão, considera-se que, além dos impactos em nível internacional e no âmbito das relações entre Brasil e Japão, especialmente relativos ao aumento da produção dos produtos agrícolas em áreas do Cerrado, o PRODECER contribuiu para o desenvolvimento econômico e social de regiões interioranas do Brasil, sendo os impactos econômicos verificados na forma do aumento da produtividade agrícola e do desenvolvimento da agroindústria, mediante formação de cadeias de valor e *clusters*⁹¹, e impactos sociais em termos de geração de empregos, urbanização e inclusão social (BRASIL; JICA, 2002; JICA, 2017).

Considera-se que o PRODECER contribuiu para que o Cerrado fosse transformado, em um quarto de século, em uma das regiões mais produtivas de grãos do mundo, sendo que essa transformação agrícola não apenas aumentou a produção e exportação de commodities competitivas, como soja, milho, café, açúcar e algodão, como também permitiu o desenvolvimento de cadeias de valor de alimentos dentro e fora da região dos Cerrados (HARADA, 2013; HOSONO; ROCHA; HONGO, 2016).

Por outro lado, acadêmicos das áreas de Sociologia, Geografia e Desenvolvimento Sustentável indicam consequências na forma de concentração fundiária⁹², êxodo rural, degradação ambiental⁹³, endividamento dos produtores, mudanças em padrões culturais de comunidades rurais⁹⁴, entre outros (PESSÔA, 1988; DUARTE; BRAGA, 1998; OSADA, 1999; PIRES, 1996, 2000; THEODORO, 2002; MENDONÇA, 2004; PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014). O Relatório elaborado conjuntamente por MAPA e JICA também faz referência a impactos negativos, considerados como desafios, especialmente no que se refere a carências em infraestrutura de energia e transportes, problemas ambientais e endividamento de produtores

⁹¹ Grupo de fazendas e empresas de um mesmo setor produtivo ou industrial, ou com atividades econômicas relacionadas (cadeia de valor), localizadas ou não na mesma área geográfica (base territorial), mas que têm relações estabelecidas (JICA, 2017)

⁹² Pessoa (1988) ressalta que, em nome de um modelo de desenvolvimento econômico, com elementos básicos na forma de terras, crédito e infraestrutura, produziu-se um espaço para atender a interesses internacionais, com a participação restrita de um grupo de agricultores.

⁹³ Segundo Pires (2000), o Cerrado tem sofrido de vários problemas encontrados na modernização da agricultura brasileira, entre os quais empobrecimento genético, compactação e erosão dos solos, contaminação química das águas e a biota, irrigação destrutiva e invasões biológicas.

⁹⁴ Duarte (1998, p. 174) considera que o aumento da capacidade produtiva “não implicou em uma distribuição social mais equitativa dos ganhos e benefícios entre, por exemplo, grandes, médios e pequenos produtores, ou entre a população de migrantes e a população nativa”. Sobre perdas de padrões culturais das comunidades rurais, Pires (2000, p. 126) considera que, “embora não seja fácil mensurar, essas perdas são perceptíveis, por exemplo, pelos índices de migração campo-cidade”. Ademais, como o PRODECER foi “marcado pelos signos do período em que foi negociado”, permaneceu não estabelecendo consulta aos setores sociais sobre sua continuidade e suas estratégias

rurais. No tocante às dificuldades financeiras e à inadimplência dos produtores junto aos bancos financiadores, mencionam-se as conseqüentes desistência dos projetos e/ou substituição de titulares ou venda de lotes a outros produtores (BRASIL; JICA, 2002).

Conforme informado na Introdução desta tese, não tenho por objetivo defender ou denunciar o PRODECER em seus aspectos gerais e/ou específicos, mas situá-lo como parte das histórias de vidas de indivíduos e grupos que dele participaram e formaram uma colônia japonesa em Paracatu na época de execução do Programa. Antes de fazê-lo, considere relevante apresentar aspectos do PRODECER desde sua concepção, partindo das motivações nos contextos internacional e nacional, e chegando às especificidades de sua execução em nível regional e, por fim, municipal, na seção seguinte, considerando a atuação dos Governos de Brasil e Japão, e de empresas, bancos, cooperativas, para chegar às pessoas, no caso, produtores rurais e suas famílias, que migraram para Paracatu em busca de novas fronteiras agrícolas, participantes ou não do PRODECER.

2.3. Projetos do PRODECER em Paracatu

Conforme mencionado anteriormente, Paracatu consiste no município em que o PRODECER teve início e em que a maioria dos projetos do Programa foi realizado, em suas primeira e segunda fases.

O potencial agrícola de Paracatu, inclusive em virtude da fertilidade de seu solo, a necessidade de processos de preparação para o plantio diferentes de métodos antigos, bem como de máquinas e transportes, e prejuízos ambientais decorrentes da devastação das matas para ceder lugar a pastagens, foram aspectos notados por viajantes estrangeiros que percorreram a região no Século XIX e por estudiosos no Século XX (CASAL, 1817; GONZAGA, 1910; SAINT-HILAIRE, 1937; RIBEIRO JÚNIOR, 1954; POHL, 1976; OLIVEIRA MELLO, 1994).

Em seu relato, Casal (1817) destaca um contraste entre a estagnação por ele observada e o esplendor do passado, associado ao auge da mineração aurífera em meados do Século XVIII⁹⁵:

⁹⁵ Paracatu tem sua história vinculada ao movimento das bandeiras, expedições organizadas pela nobreza da vila de São Paulo, que se deslocavam por regiões interioranas do Brasil colonial, denominadas sertões, em busca de minerais, como ouro e prata, de indígenas para escravização, ou do extermínio de quilombos. O topônimo de Paracatu aparece pela primeira vez em documentos da bandeira de Nicolau Barreto (1602-1603). A descoberta de minas de ouro no território de Paracatu é datada oficialmente de 24 de junho de 1744, por um documento denominado Manifesto Legal, assinado pelo Governador da Capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada, após delas tomar conhecimento pelo bandeirante José Rodrigues Fróis, que, juntamente com outro bandeirante, Felisberto Caldeira Brant, fundaram o Arraial de São Luiz e de Sant'Ana das Minas do Paracatu (OLIVEIRA MELLO, 1964, 1978, 2007).

Paracatu do Príncipe, vila medíocre e famosa, bem assentada em terreno levantado, plano e vistoso, com ruas direitas e calçadas; uma igreja matriz dedicada a Santo Antonio da Manga; três ermidas de N. Senhora com as invocações de Abadia, Amparo e Rosário, outra de Sant'Ana, e duas boas fontes. Tem aula regia de Latim. (...) Tem decaído muito do seu primeiro esplendor: o povo e pacato, mas indolente: os europeus, por toda parte ativos, são já poucos: gado e minerações fazem sua riqueza: a exceção da carne, e frutas, os mais mantimentos são de carroto. (...) O ouro e vistoso, mas de baixo toque, e difícil extração por falta de água (AIRES DE CASAL, 1817, p. 117)⁹⁶.

Saint-Hilaire (1937, p. 259) constata que a opulência de outrora “não poderia ser de longa duração”, já que “todos desperdiçavam as riquezas, ninguém fundou uma fortuna durável”. Registrou as seguintes impressões:

As minas dos arredores de Paracatu estão longe de se acharem esgotadas, mas pouco a pouco se foram tornando de mais difícil exploração (...). Apenas hoje em dia (1819) contam-se em Paracatu duas ou três pessoas que se ocupam em grande escala da exploração de ouro; a população desta vila diminuiu sensivelmente, e não se vê mais do que pequeníssimo número de brancos, geralmente pobres, e aos quais o clima e a ociosidade fizeram perder o espírito empreendedor de que seus pais foram animados (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 259).

Segundo o naturalista e botânico francês, as razões da difícil exploração se deviam à falta de capitais e de escravos, e à raridade das águas, com a devastação das florestas que margeavam os córregos. Certo de que o rendimento das minas diminuiria continuamente, o autor, entretanto, acreditava que a vila encontraria “recursos que lhe advêm do título de sede de comarca; encontrá-lo-á principalmente nos produtos dos seus arredores, e na venda do gado que nutrem suas pastagens”. (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 259-266).

Por sua vez, Pohl (1976) escreveu que:

“A Vila de Paracatu do Príncipe dista 200 léguas do Rio de Janeiro. Pertence às cidades de tamanho médio do Reino (...). Nos últimos anos diminuiu o número de habitantes da cidade. São, na maioria, negros livres e mulatos, aqui chamados pardos (...). A região de Paracatu é pobre, despida de atrativos e conserva os vestígios que em áreas semelhantes deixa a atividade dos homens que esburacam o solo, não pelos tesouros da Natureza, mas para a extração de metais (...). A extração é atualmente insignificante e, por falta d'água para a lavagem, limita-se à estação chuvosa (...). Das antigas riquezas nada conservaram os habitantes desta cidade, a não ser a triste recordação dos chamados bons tempos. Possam estes homens compreender, com o passar do tempo, que deles depende a extração dos tesouros que o seu fertilíssimo solo encerra.” (POHL, 1976 apud BERTRAN, 2011, passim).⁹⁷

⁹⁶ O padre, geógrafo e historiador português foi o autor do primeiro livro editado no Brasil, dedicado ao Rei D. João VI que transferira a Corte em razão da invasão napoleônica em Portugal, trazendo consigo a Imprensa Régia (BERTRAN, 2011).

⁹⁷ O médico, súdito e naturalista austríaco, nascido no território da atual República Tcheca, veio ao Brasil na comitiva nupcial de D. Leopoldina, filha do imperador da Áustria, a primeira esposa do futuro imperador Pedro I (BERTRAN, 2011).

Na primeira metade do Século XX, verificaram-se raras iniciativas de fazendeiros no sentido da melhoria das técnicas de plantio, pretensão que era relegada a segundo plano e logo absorvida por outras atividades mais lucrativas, com menor risco de perdas. Na época do Prefeito Romualdo Ulhôa Tomba, de 1936 a 1946, o Município foi dotado de um campo experimental agrícola, com os objetivos de introduzir a lavoura mecânica, fornecer aos agricultores sementes selecionadas, e providenciar assistência de técnicos. Como o orçamento municipal não permitiu sua manutenção, o campo experimental teve curta duração, de dois anos (OLIVEIRA MELLO, 1994).

Em meados do Século XX, foi estabelecido em Paracatu um dos Postos Agropecuários criados pelo Ministério da Agricultura em 1947, diretamente subordinados às Inspetorias Regionais dos Fomentos Agrícolas do Ministério, com o objetivo de orientar e assistir agricultores e pecuaristas. O Posto estimulou uso de sementes melhoradas e técnicas adequadas de plantio, não apenas pelas atividades de orientação, mas também por vendas de sementes, mudas, ferramentas agrícolas, insumos básicos e produtos veterinários, a preços acessíveis. Oliveira Mello (1994) destaca o trabalho da instituição, desativada em 1967, no sentido de orientar os fundadores da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu – Coopervap – em sua estruturação. A Coopervap foi fundada em 20 de julho de 1963, em Paracatu, por 40 produtores (COOPERVAP, 2017)

Em que pesem as iniciativas mencionadas, até meados da década de 1970, a agricultura em Paracatu é caracterizada como “altamente rudimentar, sem adubação, falta de rotação das culturas, inexistência de máquinas agrícolas e de espírito empresarial” (OLIVEIRA MELLO, 1994, p 220-221). Até 1960, o Município assemelhava-se a “uma ilha isolada”, predominando atividades de pecuária extensiva, criação de animais e cultivo de subsistência, pelo uso de solo sedimentar ao longo de rios; até 1977, ainda contava com apenas 22.000 habitantes, concentrados no centro da cidade e em pequenas vilas ao longo de rios. (HOSONO, 2017, p. 16). Ademais, observava-se grande devastação ambiental em razão do trabalho das carvoeiras (OLIVEIRA MELLO, 1994).

A construção de Brasília, inaugurada em 1960, e o lançamento de programas governamentais voltados ao desenvolvimento das áreas de Cerrado, na década de 1970, contribuíram para a modernização agrícola na região de Paracatu, com diversas repercussões de caráter econômico e social. Além dos mencionados POLOCENTRO e PRODECER, o último sendo focado nesta tese, vale mencionar que atuaram no Município, na mesma época e com finalidades semelhantes, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Mineiro –

PLANOROESTE⁹⁸, e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB⁹⁹. Ambos contribuíram para o início do processo de colonização e assentamento dirigido em áreas com potencial para o desenvolvimento da agricultura. Utilizando-se de incentivos governamentais, chegaram a Paracatu migrantes oriundos de outras regiões do País e alguns estrangeiros. Maiores transformações na paisagem do Cerrado paracatuense se realizam com a implantação do PRODECER em 1979, em que cinco projetos foram realizados, nas primeira e segunda etapas do Programa (OLIVEIRA MELLO, 1994; BRASIL; JICA, 2002).

Conta Yamanaka (2013, p. 99) que, “na primavera de 1979, com a presença do Sr. Michio Watanabe, Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, foi dada abertura do PRODECER em Paracatu, com o Ministro na boleia de um trator de esteira”. Ressalta que a própria autoridade japonesa “comprou uma fazenda de 1 mil hectares na região, em sociedade com empresários brasileiros e com este autor, devidamente autorizado pelos ministros da Agricultura e Fazenda, para plantio de café irrigado com intenção de exportação para o Japão”¹⁰⁰ (YAMANAKA, 2013, p. 100). Esclarece que “Paracatu tornou-se o centro do projeto-piloto do PRODECER”, com a participação da CAC, de empresários japoneses e mineiros, além dos imigrantes do período pós-guerra, chamados como Cotia-Seinens (YAMANAKA, 2013: 100).

O primeiro projeto de colonização do PRODECER em Paracatu denominou-se Novo Mundo, estruturado mediante parceria entre Campo e CAC, considerada a maior cooperativa brasileira na época, por sua experiência na produção e comercialização agrícola em estados como São Paulo e Paraná, assim como no PADAP. Nesse projeto de colonização, iniciado em 1980, foram assentados 48 produtores e suas famílias, dos quais 14 escolhidos pela Campo e os demais selecionados pela CAC¹⁰¹. Até 1985, outras 15 famílias se estabeleceram por si mesmas,

⁹⁸ Criado pelo Governo de Minas Gerais, o PLANOROESTE tinha por objetivo implantar infraestrutura de transporte e energia na porção noroeste do estado, incentivando o desenvolvimento econômico e demográfico regional e favorecendo o engajamento da região política de modernização agrícola e produção para exportação implantada no Brasil. A responsabilidade para sua implantação foi atribuída à Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS, criada em 1966 (OLIVEIRA MELLO, 1994; NETO, 2008).

⁹⁹ O PERGEB, criado pelo Distrito Federal em 1967, e transferido para a administração do Governo Federal em 1975, tinha por objetivos preservar o caráter político-administrativo e cultural de Brasília, abrir oportunidades alternativas de absorção dos migrantes, fortalecer os subcentros polarizadores da região Geoeconômica de Brasília – incluindo Paracatu, e valorizar economicamente a região, com vistas à integração de sua economia ao processo de desenvolvimento do País. A área de atuação do PERGEB foi de 235.573 km², englobando 87 municípios, dos quais 74 em Goiás e 13 em Minas Gerais (BRASIL, 1975; FREITAG, 2012).

¹⁰⁰ Segundo Yamanaka (2013), o empreendimento não teve sucesso, pois sua administração foi concentrada nas mãos de tecnocratas japoneses residentes no Japão, sob supervisão de seu filho, sucessor do pai no distrito eleitoral de Tochigui.

¹⁰¹ A maioria dos produtores assentados tinha idade em torno de 30 anos, apresentavam famílias tipicamente compostas por marido e esposa, e eram da segunda geração de nipo-brasileiros, que cresceram vendo seus pais imigrantes superarem dificuldades no Brasil. Apesar da determinação de que os colonos morassem nos lotes do projeto, havia permissão para viver na zona urbana, por razões como a de facilitar o envio dos filhos para escolas.

sem participar do projeto, na área referente ao Novo Mundo (OLIVEIRA MELLO, 1994; BRASIL; JICA, 2002; SANTOS, 2007; HOSONO, 2017).

Contam Hosono e Hongo (2016) que os escritórios da Campo e da CAC em Paracatu foram estabelecidos antes do início do projeto. Na época, a população local “respondeu friamente ao projeto do PRODECER”; pensavam que “a agricultura nunca seria possível nos planaltos abandonados do Cerrado, e que o projeto em si era imprudente” (HOSONO; HONGO, 2016, p. 45, tradução nossa). No entanto, após a chegada dos colonos nipo-brasileiros, observou-se o estabelecimento, na Cidade, de lojas de agentes ligados ao agronegócio e ao maquinário agrícola na Cidade, assim como uma intensificação do marketing, o que contribuiu para o fortalecimento de toda a comunidade. Ademais, a proximidade com Brasília favoreceu cobertura midiática, de modo que “o evento cataclísmico que realizou na área foi levado á atenção resto do País” (HOSONO; HONGO, 2016, p. 45, tradução nossa).

Antes do início do PRODECER, a seleção das áreas para o projeto Mundo Novo foi realizada pela Campo após análise de fotos aéreas e pesquisas locais sobre topografia, vegetação, hidrografia e estradas, com vistas a identificar e confirmar condições adequadas para a agricultura mecanizada. A compra das áreas foi realizada em fevereiro de 1979, e o zoneamento dos lotes no início de 1980. As áreas próximas a rios, com vegetação abundante, foram designadas como santuário ou condomínio, ou seja, reserva comum, áreas a serem preservadas (HOSONO; HONGO, 2016).

O primeiro plantio na área do projeto Novo Mundo foi realizado em fevereiro de 1981, totalizando 725 hectares de trigo. As culturas de soja, arroz e café foram implantadas a partir da safra de 1981/1982, e a de milho na safra 1984/1985, em que também teve início a irrigação das culturas de cereais, com vistas ao aumento da produtividade e em razão da possibilidade de se obter duas safras por ano. Em razão da melhoria das condições do solo, houve decréscimo da área plantada de arroz, substituída pela soja. Os principais produtos cultivados nas áreas do projeto, realizado em uma área total de 23 mil hectares, foram soja, milho, café e feijão. Outros produtos cultivados incluíram melancia e algodão. A assistência técnica aos produtores foi prestada por agrônomos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG, mediante contrato com a Campo (OLIVEIRA MELLO, 1994; BRASIL; JICA, 2002).

Inicialmente, algumas famílias construíram cabanas para morar, e alguns produtores dormiam nas plataformas de carga de caminhões (HOSONO; HONGO, 2016).

Após o término da primeira fase do PRODECER, financiamentos para correção do solo foram realizados com recursos da segunda etapa do Programa, por intermédio do Banco do Brasil. No relatório elaborado conjuntamente por MAPA e JICA em 2002, está registrado que, como o valor do financiamento foi pequeno, os produtores conseguiram renegociar as dívidas pelo plano de securitização em 1995¹⁰², e pelo Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, em 1998¹⁰³, lançados pelo Governo brasileiro, não havendo casos de inadimplência. Contudo, em 30 de setembro de 1994, os associados da CAC, reunidos em assembleia geral, decretaram a dissolução e liquidação extrajudicial da cooperativa, em razão de vultosos débitos que causaram sua falência, sendo sucedida pela Cooperativa Agrícola do Mundo Novo – Coopernovo, criada pelos antigos cooperados da CAC atuantes na região do projeto Novo Mundo. Em 2002, 22 dos 48 produtores assentados permaneciam residindo na região do projeto, ocorrendo substituição de 26 produtores (BRASIL; JICA, 2002; HOSONO, HONGO, 2016; MAFFIOLETTI, 2015).

A segunda ação do PRODECER em Paracatu foi o projeto de colonização Entre Ribeiros I, iniciado em 1983, fruto de parceria entre Campo e Coopervap, que já atuava no setor da pecuária, especificamente com laticínios, antes de participar do PRODECER. Apesar de terem sido aplicados recursos apenas do lado brasileiro, no valor de US\$ 17 milhões, esse projeto é considerado como parte do PRODECER. O projeto foi realizado em uma área total de 10.315 hectares, em que foram assentadas 41 famílias, e cultivados, principalmente, soja, milho, abóbora, tomate, pimentão, feijão e alho. Outros produtos incluíram abacaxi, banana, cenoura e batata. De modo semelhante ao projeto Novo Mundo, a assistência técnica foi providenciada pela EMATER-MG, contratada pela Campo. Em 2002, 32 produtores assentados permaneciam residindo na região do projeto, ocorrendo substituição de 9 produtores (BRASIL; JICA, 2002; SANTOS, 2007).

Em 2 de setembro de 1988, o Presidente José Sarney visitou a região Noroeste de Minas Gerais e inaugurou o sistema de irrigação do projeto Entre Ribeiros I, acionando o pivô central. Em seu discurso, assinalou a importância do projeto de irrigação para aumentar a produção e gerar empregos, considerando que a agricultura irrigada “será o grande instrumento de

¹⁰² A, foi autorizada pela Lei nº 9.138, 30 de novembro de 1995, que autoriza as instituições financeiras a proceder ao alongamento das dívidas originárias de crédito rural, adquiridas por produtores, através do processo denominado como securitização, ou seja, a conversão de empréstimos bancários e outros ativos em títulos (BRASIL, 1995).

¹⁰³ O PESA, instituído pela Resolução nº 2.471 de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, autoriza a renegociação de dívidas originárias de crédito rural sob condições especiais, podendo abranger, entre outras dívidas, as do PRODECER em suas fases segunda e terceira, sendo a renegociação condicionada à aquisição de títulos do Tesouro Nacional (BCB, 1998).

desenvolvimento e humanização do cerrado brasileiro” e que as gigantescas reservas de terras agricultáveis eram “proporcionais à necessidade de um Brasil bem mais populoso no futuro, que deverá oferecer às novas gerações condições dignas de progresso e de bem-estar” (BRASIL, 1988, p 446-447). Discursou, também, sobre mudanças na paisagem e na vida de Paracatu, onde

O ouro das antigas lavras [...] fez esquecer uma fonte inesgotável de uma riqueza bem maior e permanente que é a agricultura”. Paracatu, o noroeste mineiro e todas as regiões do cerrado do Brasil abrem-se à exploração dos imensos mananciais do ouro da modernidade, que são a soja, o arroz, o milho, o feijão, tantos outros produtos agrícolas que hoje fazem o bem-estar dos homens e a riqueza das nações (BRASIL, 1988, p. 446).

O Presidente fez referência, ainda, à autonomia dos colonos no projeto, que detêm o controle gerencial, sendo que as associações de produtores representam a mais alta instância deliberativa, cabendo à Coopervap executar funções comerciais e técnicas, e ao Governo oferecer apoio creditício, técnico e de infraestrutura. Nisso, Sarney notou “um processo harmonioso de integração entre a comunidade e as instituições públicas, ultrapassando a fase do paternalismo” (BRASIL, 1988, p. 446). Nas palavras de Oliveira Mello (1994, p. 221), “o sistema atribui ao colono, responsável pelo cultivo da terra, toda a responsabilidade da administração ‘da porteira para dentro’ ”; por outro lado, “ ‘da porteira para fora, segundo os coordenadores do programa, fica a cargo da Coopervap”.

Segundo Hosono e Hongo (2016, p. 45, tradução nossa), “sem dúvida, o PRODECER I trouxe mudanças significativas para a região de Paracatu, mudanças que foram descritas pela população local como revolucionárias”. Em quatro anos, de 1979 a 1983, o nível de produtividade igualou-se ao obtido nos estados da região Sul, de 2,2 toneladas na época, demonstrando que a agricultura no Cerrado poderia ser rentável (HOSONO; HONGO, 2016)

No período entre 1985 e 1993, foi realizada a segunda fase do PRODECER, em que foram realizados três projetos de colonização em Paracatu, todos apoiados pela Coopervap, nomeadamente Entre Ribeiros II, em uma área de 10.843 hectares, com assentamento de 28 colonos; Entre Ribeiros III, com 5.953 hectares, e 20 colonos; e Entre Ribeiros IV, com 3.984 hectares, com assentamento de 10 colonos¹⁰⁴. Somado aos 41 colonos do projeto Entre Ribeiros I, foram assentados 89 produtores e suas famílias nas áreas dos quatro projetos denominados

¹⁰⁴ Em publicação sobre os 50 anos da Coopervap, está registrado que o projeto Entre Ribeiros IV, “na realidade, acabou sendo abortado no nascedouro, pois o dinheiro para sua implementação foi bloqueado pelo governo Collor”. Apesar de todas as lutas dos colonos, esse empreendimento nunca se tornou uma realidade” (COOPERVAP, 2013, p. 51)

como Entre Ribeiros. A assistência técnica, na fase de implementação desses projetos, foi prestada por técnicos da Campo ou sob sua supervisão direta; após a implementação, a responsabilidade foi assumida pelas cooperativas, com apoio de técnicos da Campo. Em 2002, 43 dos 58 produtores assentados nos três projetos permaneciam residindo na região, ocorrendo substituição de 15 produtores.

Em virtude de sua participação nos projetos de colonização do PRODECER, utilizando recursos do PRODECER e próprios, a Coopervap implantou várias estruturas, incluindo novas instalações para processamento de leite, com recepção e refrigeração, assim como fábricas de queijo e ração, e pôde ampliar seu supermercado e posto de gasolina (BRASIL; JICA, 2002). Quando estava prestes a completar 50 anos, em 2013, a Cooperativa apresentava faturamento anual de mais de R\$ 180 milhões, quadro social formado por mais de 2 mil associados, geração de valor superior a R\$ 22 milhões em tributos, e empregava 500 funcionários diretos (COOPERVAP, 2017)¹⁰⁵.

Em análise sobre a expansão da implementação de sistemas de irrigação na sub-bacia do ribeirão Entre-Ribeiros, tributário do Rio Paracatu, Santos (2007) reconhece a relevância do aumento de produtividade e competitividade a partir da inserção da irrigação na agricultura, mas revela consequências na forma de escassez hídrica, em função de captações sem os devidos cuidados técnicos. Por outro lado, informa sobre a readequação de práticas irrigantes a partir de iniciativas dos próprios produtores, e a criação da Associação de Apoio aos Produtores Rurais do Paracatu Entre-Ribeiros – AAPER, também pelos colonos, diante de divergências com a Coopervap em relação ao direcionamento da produção e venda dos gêneros agrícolas¹⁰⁶. A experiência foi seguida pelos colonos dos projetos Entre Ribeiros II, III e IV, os quais também criaram associações próprias.

Nas áreas adjacentes ao PRODECER, em Paracatu e municípios limítrofes, como Unaí, João Pinheiro, Vazante e Guarda-Mor¹⁰⁷, instalou-se significativo número de produtores, da própria região e outras localidades do Brasil, contribuindo para um efeito multiplicador na região Noroeste de Minas. Guarda-Mor recebeu um projeto de colonização do PRODECER em

¹⁰⁵ Grande parte do leite pasteurizado e derivados como manteiga, queijo e requeijão, produzidos pela Coopervap, é destinada ao mercado de Brasília, Distrito Federal (BRASIL; JICA, 2002)

¹⁰⁶ Santos (2007, p. 75) esclarece que “as divergências se referem à opção, por parte dos produtores, pela produção de grãos (soja, feijão, milho, sorgo), banana, abacaxi, abóbora e limão, que os distanciava da produção de leite e carne, preferencialmente incentivada pela Coopervap”.

¹⁰⁷ Cabe ressaltar que os quatro municípios citados foram distritos de Paracatu até o Século XX. João Pinheiro, antiga Vila de Santana dos Alegres, foi desmembrado de Paracatu pela Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911. Unaí, anteriormente distrito de Rio Preto, desmembrou-se pelo Decreto-lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943. Guarda-Mor e Vazante, por sua vez, foram desmembrados pela Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953 (IBGE, 2017).

sua segunda etapa, a partir de 1986, em que foram assentados 37 produtores agrícolas, em uma área total de 11.916 hectares. Vale assinalar que participou desse projeto a Cooperativa Sul Brasil, outra cooperativa composta por nikkeis, com sede em São Paulo, a qual também foi responsável pelo assentamento de produtores no projeto Ouro Verde, na cidade de Barreiras, estado da Bahia, também durante a segunda fase do PRODECER. Juntamente com a CAC, as duas cooperativas nikkeis atuaram no assentamento de 154 produtores agrícolas no Programa, que representa 22% do total de colonos (BRASIL; JICA, 2002; HONGO; ROCHA, HOSONO, 2016).

Conforme informado na seção anterior, como a segunda etapa do PRODECER foi implantada em período conturbado no ambiente econômico do Brasil, a sucessiva introdução de planos econômicos somados a altos encargos financeiros nos financiamentos atingiram negativamente os produtores agrícolas participantes do PRODECER, provocando grande endividamento. Hosono e Hongo (2016) esclarecem que as medidas de estabilização econômica adotadas pelo Governo do Brasil não tinham a agricultura como alvo específico, pois se direcionavam a todos os setores econômicos. Contudo, impactaram-na fortemente, especialmente em razão de a agricultura necessitar de tempo maior para plantio e colheita, diferentemente do que ocorre nos setores de indústria e serviços. Diante da situação, a Campo, as cooperativas e as lideranças mais proativas entre os produtores reuniram esforços na busca de soluções para problemas na condução das atividades agrícolas e na negociação de dívidas e novos recursos (BRASIL; JICA, 2002; HOSONO; HONGO, 2016).

Para Santos (2012, p. 76), com a expansão da agricultura extensiva e de alta tecnologia na região de Paracatu na década de 1980, em decorrência de programas como o POLOCENTRO e o PRODECER, todos “intensivos em capital e redutores de mão-de-obra”, os trabalhadores rurais, geralmente “analfabetos ou de baixa instrução, eram inadequados para a nova agricultura que se instalou e acabaram expulsos do campo, indo habitar a periferia das cidades, onde também não havia emprego para eles”. O autor explica que esse afluxo humano a uma cidade de infraestrutura precária não poderia ocorrer sem fortes impactos sociais (SANTOS, 2012).

Em Paracatu, a história oficial assume que o PRODECER contribuiu para a expansão agrícola, a melhoria da produtividade, a difusão de tecnologias inovadoras agrícolas e institucionais¹⁰⁸, o aumento populacional, o crescimento da arrecadação de impostos, a geração de empregos, a ampliação de infraestruturas de transporte e energia, e a melhoria da renda *per*

¹⁰⁸ Entende-se que a contribuição do PRODECER não se restringiu à promoção das inovações na forma de correção do solo e melhoramento genético, mas também na forma de inovações institucionais, a exemplo do desenvolvimento do uso da terra em forma de cooperativas (MAPA, 2015).

capita da população (BRASIL; JICA, 2002). Atualmente, Paracatu apresenta uma população de 91.724 habitantes¹⁰⁹, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH – de 0,744¹¹⁰, e lidera o desenvolvimento econômico e social da região Noroeste de Minas Gerais, abrigando cinco universidades com cerca de 15 mil estudantes (IBGE, 2017; HOSONO, 2017). Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), a Cidade “se mantém como polo irradiador de cultura, de tecnologia e de desenvolvimento dentro da região Noroeste de Minas Gerais e se orgulha de sua gente hospitaleira, laboriosa e da sua tradição artística e cultural”.

¹⁰⁹ Dado referente a 2016. Em 2000, a população era de 75.216 habitantes, e de 62.774 em 1991 (IBGE, 2017)

¹¹⁰ Referente a 2010. O IDH era de 0,613 em 2000, e de 0,458 em 1991 (IBGE, 2017).

3. HISTÓRIAS ORAIS DA COMUNIDADE NIKKEI PARACATUENSE: EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO

*So, here you are
too foreign for home
too foreign for here.
Never enough for both
(Ijeoma Umebinyuo)*

*Uma aldeia pobre
ao pé da serra de inverno
mina antiga de ouro
(H. Masuda Goga)*

*A liberdade é a capacidade do homem de assumir seu próprio desenvolvimento.
É nossa capacidade de moldar a nós mesmos.
(Rollo May)*

Neste capítulo, indico outros possíveis sentidos, expressões, leituras e perspectivas sobre processos de desenvolvimento, elaborados a partir dos relatos de nikkeis entrevistados durante a pesquisa de campo referida no primeiro capítulo. Como fiz no primeiro capítulo, considero elucidações de abordagens dos estudos culturais e pós-coloniais que complexificam o pensamento sobre desenvolvimento com perspectivas do Sul global¹¹¹ a respeito de questões como diáspora, entre-lugar, hibridismo, raça e minorias, que foram identificadas ao longo da trajetória da comunidade estudada.

Nas seções seguintes, trato da teorização realizada a partir da trajetória da comunidade nikkei de Paracatu: entendimentos sobre processos de desenvolvimento como experiências que emergem de subjetividades em sua diversidade e complexidade. Essas experiências de desenvolvimento surgidas de subjetividades diversas e complexas guardam características semelhantes e elementos comuns que as permitem ser agrupadas em dimensões ou categorias

¹¹¹ O termo Sul global é utilizado nos estudos pós-coloniais para se referir tanto ao conjunto de países em desenvolvimento, emergentes, podendo incluir países do hemisfério norte nas mesmas condições. Remete à divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, quando o mundo não mais seria dividido entre países capitalistas, a Oeste, e países comunistas, ao Leste, mas entre países desenvolvidos, industrializados – Norte – e países em desenvolvimento, de industrialização tardia, que foram colônias dos países do Norte.

descritivas que se revelaram predominantes ao longo das trajetórias de vida, nomeadamente migração, trabalho, educação, comunidade e cultura¹¹².

Sequencialmente, como geralmente ocorre em muitas obras sobre a presença japonesa no Brasil (HANDA, 1987; NOGUEIRA, 1973; SAITO, 1980; ARAI; HIRASAKI, 2008; HARADA, 2013), as trajetórias de vida dos nikkeis residentes em Paracatu podem ser divididas em quatro momentos considerados comuns aos entrevistados, com ligeiras diferenças cronológicas: 1) migração do Japão para o Brasil, no contexto do ciclo cafeeiro no Brasil e da modernização japonesa – Era Meiji; 2) formação de comunidades nikkeis em diversas cidades brasileiras e repercussões da Segunda Guerra Mundial e do nacional-desenvolvimentismo do governo Vargas; 3) mudança para Paracatu no contexto de planos, programas e projetos de modernização agrícola no Cerrado, como o PRODECER; 4) deslocamento ao Japão como parte do movimento decasségui e retorno ao Brasil. Contudo, este capítulo estrutura-se considerando as cinco dimensões mencionadas anteriormente – que emanaram de subjetividades pela oralidade – em interação com conceitos e abordagens chave dos estudos pós-coloniais. Apesar de uma e/ou outra dimensão apresentar-se predominante em cada seção, as cinco categorias não se pretendem exaustivas em cada uma das seções deste capítulo.

Em um primeiro momento, analiso a dimensão da migração pelas experiências de deslocamento dos nikkeis entrevistados desde a vinda de seus familiares para o Brasil. As dimensões trabalho e educação ganham destaque como aspirações, valores e ações ao longo de trajetórias de vidas entre lugares – remetendo tanto a localidades geográficas quanto a referências socioculturais –, que se revelam marcadas por diversos hibridismos. Comunidade e cultura, por sua vez, são dimensões que incluem a formação de comunidades nikkeis pelo Brasil, a constituição de associações como a ACENP/Kaikan em Paracatu e a Casa do Estudante Nipo-Brasileiro em Brasília, e as práticas culturais de origem japonesa ou não realizadas nesses e outros espaços.

3.1. Experiências diaspóricas na busca por novas perspectivas de vida

As histórias de vida dos nikkeis e de suas famílias são marcadas por várias diásporas, na forma de deslocamentos populacionais não apenas geográficos, de um território para outro, mas igualmente caracterizados por significativas mudanças nas condições econômico-sociais e

¹¹² Neste trabalho, não abordo cada uma dessas dimensões em relação de causa e efeito relativamente a processos de desenvolvimento, mas como categorias descritivas de experiências vividas pelos sujeitos do estudo, que permitem explorar complexidades e subjetividades atinentes à questão do desenvolvimento.

identidades culturais dessas pessoas e famílias. As experiências diaspóricas guardam diversidades, heterogeneidades e complexidades desde suas motivações até suas consequências.

Diásporas, em sentido geográfico, integraram políticas, programas e projetos de desenvolvimento que previram deslocamentos de pessoas de um local a outro, como a imigração japonesa ao Brasil e projetos de modernização agrícola em regiões de Cerrado. Em outros sentidos, ligados a cultura e identidade, diásporas correspondem a sensações de deslocamentos dessas pessoas tanto em relação às sociedades dos locais de origem quanto às dos locais em que passam a viver.

O termo diáspora, em termos gerais, remete à dispersão de povos ou etnias pelo mundo. Na perspectiva de Hall (2003), diáspora diz respeito aos deslocamentos de consideráveis massas populacionais dos antigos países coloniais para as ex-metrópoles, incentivados por várias razões, entre as quais colonização, escravidão, subdesenvolvimento econômico, desastres naturais, repressão política e guerras, produzindo sociedades étnica ou culturalmente mistas. Ressalte-se que essas sociedades multiculturais não representam algo novo, pois migração e deslocamentos de povos têm constituído mais a regra que a exceção desde períodos anteriores à expansão europeia a partir do Século XV (HALL, 2003).

A obra de Hall (2003), jamaicano que se radicou na Inglaterra a partir de 1951, onde fundou os estudos culturais, pode ser compreendida a partir de suas raízes caribenhas e de sua condição diaspórica como afrodescendente no Caribe e afro-caribenho na Grã-Bretanha. O pensamento do autor está profundamente relacionado à sua própria situação de sujeito pós-colonial¹¹³. Nesta pesquisa, entendo os nikkeis entrevistados como filhos da diáspora japonesa realizada por seus pais, e membros de uma comunidade diaspórica por eles constituída ao migrar para regiões de Cerrado.

Segundo Hall (2003, p. 28), a interpretação mais familiar do conceito de diáspora entre os povos do Caribe – a qual remete a migração, espalhamento, dispersão, disseminação forçada por legados imperiais na forma de pobreza, subdesenvolvimento e falta de oportunidades – carrega consigo “a promessa do retorno redentor”¹¹⁴, o que se assemelha ao do fluxo migratório da maioria dos japoneses ao Brasil nos anos iniciais do Século XX, que se pretendia temporária, assim como o fluxo de brasileiros, entre os quais muitos descendentes de japoneses, ao Japão a partir da década de 1990.

¹¹³ Apesar de residir na Inglaterra por mais de 50 anos, o autor sabe que jamais se considerará um inglês, mas admite que não se sente em casa na Jamaica (HALL, 2003)

¹¹⁴ Tal interpretação é “modelada na história moderna do povo judeu”, cujo destino no Holocausto é conhecido (HALL, 2003, p. 28). O termo é comumente associado às várias dispersões forçadas dos judeus mundo afora desde a Antiguidade; o êxodo que os levaria à terra prometida remete a esperanças de libertação e redenção.

3.1.1. Longos caminhos entre fronteiras geopolíticas e étnico-culturais

As diásporas reveladas pelos nikkeis foram motivadas pela busca por melhores condições de vida, não apenas no sentido econômico, em resposta a aspectos e consequências de processos de desenvolvimento em localidades japonesas e brasileiras. No Japão, uma política de emigração acompanhou a acelerada modernização observada na Era Meiji (1868-1912), também marcada pelo imperialismo sobre outras localidades asiáticas¹¹⁵. Ao passo em que o Japão buscava escoar o excedente populacional e resolver questões relacionadas à reforma política e à industrialização, o Brasil demandava mão-de-obra imigrante para as grandes lavouras cafeeiras, após a abolição da escravatura.

Como os depoentes, em sua maioria pertencentes às gerações *nissei* e *sansei*, relataram que seus pais nasceram e viveram em diferentes regiões do Japão, e que nem todos tinham experiência com trabalho agrícola antes da mudança para o Brasil, entendo que o Brasil representava uma oportunidade para muitos japoneses, que lidassem ou não com agricultura. Além da diversidade de origens, atividades e experiências no Japão, diversas foram as condições em que embarcaram para o Brasil, geralmente em família, mas alguns vieram solteiros, outros casados, e em diferentes idades.

No trecho a seguir, referente a entrevista realizada em 27 de janeiro de 2017, o Sr. W. E. e a Sra. H. E., marido e esposa, ambos *nisseis*, narram não apenas a experiência de seus pais, mas fazem referência à história de muitos outros imigrantes japoneses, ainda no início do movimento diaspórico para o Brasil. De suas falas, entendo que interesses dos dois países motivaram a vinda de imigrantes japoneses: o Japão precisava aliviar a tensão social causada por alto índice demográfico, e o Brasil necessitava de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas de café, conforme obras que registram a história da comunidade nikkei no Brasil (HANDA, 1987; NOGUEIRA, 1973; SAITO, 1980; HARADA, 2013). Convém lembrar que o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação foi assinado em 1895, apenas sete anos após a abolição da escravatura no país, realizada em 1888; 20 anos depois da abolição, chegaram os primeiros japoneses em solo brasileiro, em 1908.

¹¹⁵ Em obra sobre a história do desenvolvimento econômico, Arndt (1989) considera a modernização observada no Japão da Era Meiji (1868-1912) como uma abordagem de desenvolvimento anterior à Segunda Guerra Mundial – quando foram consolidadas teorias sobre o tema –, baseada em um nacionalismo reativo, que buscava manter a independência nacional contrariamente à intromissão de sociedades mais avançadas. Em razão desse projeto de desenvolvimento, pelo qual o Japão buscou se equiparar às potências ocidentais da época, também dedicadas à aquisição de territórios, ao militarismo e à expansão econômico-comercial, caracterizaram a Restauração Meiji o expansionismo militar pela Ásia e a emigração de japoneses para o Brasil e outras localidades, que incluíam países das Américas.

Também compreendo que as motivações dos imigrantes, geralmente associadas a “ganhar muito dinheiro e ir embora para o Japão”, como menciona a Sra. H. E., não se reduzem à busca por melhorias financeiras no curto prazo que os permitam retornar ao local de origem, sobretudo nas reticências de duas falas do Sr. W. E.: “vieram para procurar um novo horizonte, alguma coisa para...”; “Então... alguns [não todos] vieram por isso” [ganhar dinheiro e retornar ao Japão].

Em linha com o comentado acima, ao analisar as razões do “fracasso da imigração japonesa” no que se refere aos primeiros imigrantes, Handa¹¹⁶ (1987, p. 56) lamenta a centralização “quase que exclusivamente nos aspectos econômicos, relegando a segundo plano aqueles relativos aos acontecimentos do dia-a-dia”, contida nos relatos sobre a vida dos primeiros imigrantes nas fazendas, elaborados por funcionários-intérpretes, que acompanharam os imigrantes em seu ingresso nas fazendas. Segundo o autor, um dos motivos residia na ilusão sobre o enriquecimento rápido na colheita do café.

Os depoentes indicam falta de planejamento e organização desse movimento migratório e da alocação dos japoneses nas fazendas de café. Considerando que, “na verdade, era uma substituição de trabalhadores escravos, mas não foi exatamente como trabalho escravo”, referem-se a dificuldades de adaptação dos japoneses no que se refere a moradia, alimentação, e a frustrações na intenção de imigração temporária, em razão de dívidas com os fazendeiros, ao invés da imaginada sobra de dinheiro que seria obtida com o sucesso na colheita, conforme sugeriam as propagandas no Japão.

W. E.: Meu pai veio do Japão com 16 anos, e minha mãe com quatro anos. O pai dela veio com 11 anos e a mãe com três.

Nanahira: Já eram agricultores, de família de agricultores, ou não?

W.E.: Hum...não é bem assim não, hein...

H. E.: Meus avós do lado paterno eram artesãos...

W.E.: Vieram para procurar um novo horizonte, alguma coisa para...

H. E.: Vieram para ganhar muito dinheiro e ir embora para o Japão! *[risos]*

W.E.: Então... alguns vieram por isso. Logicamente, que, naquela época, a situação do Japão, economicamente, era ruim. A população já era grande e não havia espaço. Então buscavam um novo horizonte, que seria... na Ásia, Manchúria, aquele lado era uma área de expansão. Os Estados Unidos já tinham fechado a imigração. E o Brasil também tinha problemas com mão-de-obra, após a libertação dos escravos. Não bastavam apenas portugueses, italianos, etc., a imigração também foi aberta a japoneses. Na verdade, era uma substituição de trabalhadores escravos, mas não foi exatamente como trabalho escravo. Uma parte deles veio pensando em ter um futuro melhor. O primeiro navio, Kasato Maru, veio destinado a certas fazendas; algumas famílias de imigrantes para Santos Dumont, Ribeirão Preto... Na verdade, naquela época, não sei se você conhece a história, mas houve muita maracutaia. Foi muito

¹¹⁶ O livro de Handa (1987) é considerado um dos mais completos documentos sobre a vida dos imigrantes japoneses no Brasil. Escrito no final da década de 1960, apenas em 1987 o livro foi publicado em português (EXAME, 1988).

tumultuada essa imigração para o Brasil. Então, acertavam para tal época vir um certo número de pessoas para o Brasil; na última hora, se faltasse gente, precisavam colocar gente no navio para vir para cá. Muitos não eram agricultores, não tinham nada que ver com agricultura, mas embarcavam, com grandes sonhos. Pela história, é o seguinte: chegaram em junho, para as fazendas de café. Era época do fim da colheita, mas o interessante era vir antes de começar a colheita do café, não no final. E o que aconteceu? Como já existiam boias-frias e trabalhadores assim na época, esses conseguiram as melhores fazendas, pois ninguém procurava fazendas que produzissem pouco. Quem chegou por último, ficou nas piores áreas para fazer a colheita do café, e... o que daria como rendimento?! Eles não tinham experiência nenhuma para esse tipo de agricultura. Os japoneses pensavam: “se vamos colher tanto de café, vamos ganhar tanto, e vai sobrar bastante dinheiro”; era propaganda no Japão. Mas, naquela época, já existia muita sujeira. A fazenda fornecia alimentação, mas o fazendeiro, digamos, se o custo era de 10, cobravam 100. Então trabalhavam, trabalhavam, mas não sobrava nada, e a dívida aumentando cada vez mais...

H. E.: Tinha características de escravidão.

W.E.: Não foi um negócio planejado, não houve planejamento. Em termos de cultura, não foi nada preparado para isso. Basicamente, substituíram o trabalho escravo. Então, existiam umas casas bem simples, de onde saíram os escravos que foram libertos e colocaram os japoneses. Não tinham nada, banheiro, água... Então, foi um choque cultural muito grande. Da alimentação então, nem se fala. Para ser aceita na imigração para o Brasil, a família tinha que ser composta por, no mínimo, três ou quatro membros com capacidade de serviço.

H. E.: O interesse pelos imigrantes era mão-de-obra.

W. E.: É isso. Inclusive havia famílias com membros enxertados [*risos*]. Arrumavam um primo, colocavam junto, faziam que era da família, para vir ao Brasil.

Nanahira: Os pais dos dois falavam sobre essa época, comentavam sobre lembranças do Japão?...

H. E.: Sim, falam.

W. E.: Os pais dela são vivos, os meus não.

H. E.: Meu pai adoraria contar suas lembranças. Mas não mora aqui, mora no estado de São Paulo, que pena!

(W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981)

(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

Com relação à falta de planejamento, Handa (1987, p. 59) opina que, de parte da empresa de emigração, “teria sido imperativo, após maior estudo sobre a realidade do local de destino dos emigrantes, antecipar diversas providências”. Por outro lado, no país receptor dos imigrantes, “as fazendas deveriam ter feito preparativos no mínimo iguais àqueles efetivados quando do recebimento de imigrantes europeus”, mas não se preocuparam “quanto ao que devia ser feito com relação aos imigrantes japoneses, cujo modo de vida era completamente diferente”. Sobre a condição do imigrante e às dificuldades no enriquecimento rápido, esclarece o autor que:

O imigrante, ou a atividade de imigração, pressupõe o surgimento de dificuldades. Ainda que se informe da melhor maneira sobre a realidade do Brasil, nos primeiros dois ou três anos não se pode nem pensar em ganhar dinheiro. A imigração implica sacrifício, e grande, até mesmo para se acostumar com a vida que se leva nesta terra (HANDA, 1987, p. 59).

A fala do Sr. Tunemaça Shimada, *nissei*, entrevistado em 23 de janeiro de 2017, sugere que, entre os imigrantes japoneses, não havia a noção de que seriam imigrantes diferentes dos demais europeus:

Meus pais falavam sim sobre o Japão. Os dois sempre trabalharam com agricultura. Já eram casados quando vieram ao Brasil. Como todo mundo era do mesmo nível, então eles não achavam que eram diferentes dos outros, porque, com a imigração, veio japonês, italiano, aquele tipo de gente que vinha né, para trabalhar. Achavam que cabia todo mundo, foi o que eu quis dizer.

(Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986)

No que se refere aos imigrantes que não tinham experiência com agricultura antes de se deslocar ao Brasil, ao contar sobre as origens de sua família no Japão e a mudança de seus pais para o Brasil, a Sra. Aparecida Atico Takahashi, *nissei*, entrevistada em 17 de janeiro de 2017, salienta dificuldades enfrentadas por sua mãe, não apenas relacionadas à falta de experiência com o trabalho agrícola, mas em virtude de choques culturais associados a diferenças de idioma e costumes, vide trecho a seguir:

Meu pai não contava muito sobre o Japão. Ele era agricultor, cultivava arroz. Minha mãe era do comércio, andava de bicicleta para pegar encomendas; nunca tinha trabalhado na roça. **Sofreu, coitada, ao chegar no Brasil, para trabalhar na roça, ainda mais com duas crianças pequenas, né?** Ela contava sobre esse tempo que chegou do Japão, carregava os dois filhos nas costas. Todos diziam para ela: “japonesa boba, boba”. Como ela não sabia nada, o que era boba, passava e ainda dando risada [*risos*]. Quando fazia comida, merenda, não sabia comprar no armazém e diferenciar as coisas boas. Comprava farinha de mandioca para fazer bolo, assava na frigideira e entregava aos filhos. Quando abriam a merenda, não queriam comer de jeito nenhum. Ela ficou com dó e comprou pão para as crianças. Daí, foi a briga do casal. Gastou dinheiro, que era difícil de ganhar. Deve ter sofrido viu? Minha irmã e meu irmão, os mais velhos, vieram pequeninos do Japão. Minha irmã está com 85 ou 86 anos. [...] Meu irmão, dizem que veio com três meses.

(Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Em obra sobre a história do Brasil – considerada um fluxo contínuo, orgânico e dinâmico de uma nação ainda em construção, ao invés de uma sucessão de nomes solenes e datas vazias –, Bueno (2010) discorre sobre choques culturais dos primeiros imigrantes japoneses em terras brasileiras:

Além das condições de trabalho extremamente árduas, encontravam charque em vez de arroz, café em vez de chá, prato raso no lugar de tigela, calça e não quimono, garfos substituindo *ohashis*. Os recém-chegados não falavam português e nada sabiam sobre o Brasil, exceto o que lhes fora dito pela propaganda aliciadora impressa nos panfletos distribuídos pelas companhias de imigração (BUENO, 2010, p. 280).

A propaganda aliciadora das companhias de imigração, mencionada no trecho acima, é referida nas falas da Sra. Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, *nissei*, durante entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2017. Destaco, nessas falas, as palavras ouro e café como metáforas representativas do Brasil como um eldorado, local com fartura de recursos e propício para enriquecimento rápido, assim como informavam cartazes e panfletos da época que recrutavam os primeiros imigrantes: “café é a árvore em que se colhe ouro com as mãos” (ARAI; HIRASAKI, 2008, p. 22). Conforme Hashimoto (2012, p. 34), a emigração resulta de “um encontro entre o sonho individual – alimentado pelo mito da fortuna e do retorno – e uma atitude coletiva, intrinsecamente relacionada às políticas de emigração e imigração dos países envolvidos”. Sentimentos de frustração e desânimo dos nipônicos recém-chegados ao Brasil decorreram de diferenças entre as propagandas excessivamente positivas e as realidades encontradas por eles no novo país, conforme relatado pelos Srs. W. E. e H. E. anteriormente.

No trecho a seguir, a depoente também menciona experiência de seus ancestrais no cultivo de arroz e detalha as condições em que sua família se mudou para o Brasil. Como o pai da Sra. Fukuda era filho adotivo, para cumprir exigência de emigrar em família, conseguiu embarcar casado com sua irmã, tia da depoente. O casamento entre irmãos não biológicos foi a solução encontrada por eles próprios para que fossem autorizados a migrar, como sujeitos de seu próprio desenvolvimento. Nessa atitude, a busca por melhores oportunidades de vida em outro país superou princípios morais que condenam relações incestuosas, afinal uma brecha foi encontrada no fato de não serem irmãos de sangue. A mãe da Sra. Fukuda, por sua vez, completou a família de seus tios como solução para cumprir o requisito numérico mencionado pelos depoentes dos trechos anteriores.

Meus pais vieram antes da Segunda Guerra Mundial. Irmãos e primos do meu pai vieram depois da Segunda Guerra. Minha mãe nasceu no sul do Japão, em Kochi, e meu pai no norte, em Hokkaido. Meu pai plantava arroz, disse que não gostava de plantar dentro da água. A colheita, tinha que tirar logo, escurecia cedo... quatro horas da tarde e já era noite. Meu pai era adotivo, com três anos ele foi adotado. Diziam que, se a família adotasse um filho, teria outros filhos. Meu pai tinha bastante irmãos, foi adotado pela família Shizu; ele era da família Yasunaga. O meu pai era filho mais velho e adotivo, né? Minha avó engravidava, mas perdia. Alguém falou que, se adotasse uma criança, conseguiria segurar nenê. Aí, ela adotou meu pai. Depois disso, nasceram cinco filhos, três irmãs e dois irmãos. O pai adotivo é que cuidava, ele não gostava que meu pai colocasse o nome do pai verdadeiro dele, pois pensava que assim voltaria para ele, não ficando mais com a família adotiva. Depois de casado, ainda se preocupavam de ele não voltar mais. Minha avó faleceu quando minha tia tinha três anos. Faleceu porque recebeu penicilina, era alérgica. Depois que ela faleceu, ele veio para o Brasil. Uma irmã desses cinco irmãos, a mais velha, fez como se fosse casada, e veio para o Brasil. Meu avô não tinha mais mulher, porque a esposa faleceu. Então, meu pai e minha tia vieram como um casal. A família de minha mãe também era de

agricultores. Minha avó, mãe da minha mãe, disse que vendia arroz, socava também. Antigamente, usavam uma caixa de madeira para colocar o arroz... só que muita gente não pagava. Minha mãe veio com a família de minha tia, que era casada. Minha mãe, quando era criança, se divertia muito na escola, morava perto da praia. Brincava com as amigas na praia, no rio. Um dia, depois da chuva, ela pulou no rio e não conseguiu se levantar mais; a família se apressou para acudir minha mãe. Ela veio com 12 anos para o Brasil. Naquela época, ela aprendia órgãos, para um dia conseguir tocar; ensinavam na escola. Ela era a filha caçula e veio para completar a família de minha tia. Vieram três, que eram minha tia, meu tio e minha mãe. Outros ficaram. Falavam que, **no Brasil, iriam tirar ouro com a rastela; o ouro era o café**. Os meus pais já faleceram. Meu pai faleceu três anos atrás, antes de minha mãe. Alguns anos atrás, não me lembro quando, minha mãe fez 50 anos desde que veio do Japão. (Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

Percebo que as diásporas de japoneses para o Brasil, como movimentos que integram processos de desenvolvimento dessas pessoas e grupos, realizaram-se em meio a transformações econômicas, políticas e sociais que caracterizaram processos de desenvolvimento ou de modernização no Brasil e no Japão.

Pelo lado do Brasil, um desenvolvimento econômico impulsionado pela produção cafeeira, que mantinha estrutura de monocultura, exportadora e latifundiária, demandando grande contingente de mão-de-obra imigrante, após a abolição da escravatura. No caso do Japão, uma modernização considerada revolucionária que não foi capaz de satisfazer às necessidades de sua população, que habitava territórios acidentados e carentes de recursos naturais, insuficientes para abastecer o sistema produtivo, como se depreende das falas do Sr. Guentaro Alimura a seguir, externadas em duas entrevistas, a primeira em 18 de janeiro de 2017, e a segunda em 8 de julho de 2017, a última com gravação de áudio.

O *nissei* narra acontecimentos dos primeiros anos de sua família no Brasil, relacionados ao trabalho com agricultura, no cultivo de arroz e café. Menciona dificuldades no plantio do arroz no Japão, relacionadas a território e clima, e ressalta o fato de seu pai ter vindo ao Brasil como trabalhador aos 13 anos de idade. O “intuito de ganhar dinheiro” referido pelo Sr. Alimura pode ser entendido como aspiração de desenvolvimento de seu pai e demais familiares – o tio que era o chefe da família e faleceu de malária, e o primo, com o qual passou a viver e trabalhar após o falecimento daquele tio. Contudo, compreendo essa aspiração vinculada ao sustento de suas famílias por meio do trabalho no campo. Desse modo, o pai do Sr. Alimura posicionou-se como sujeito de seu próprio desenvolvimento ao migrar como trabalhador aos 13 anos, a fim de garantir sua sobrevivência e de sua família.

Como observei em relação às falas do Sr. W. E. apresentadas anteriormente, as motivações da diáspora não podem ser reduzidas a fatores de ordem econômico-financeira; de fato, melhorias nesse sentido foram buscadas, mas ligadas a aspirações de desenvolvimento

maiores, ligadas a valores pessoais, familiares e coletivos, que orientaram suas decisões no sentido da migração para o Brasil. No caso da família do Sr. Alimura, ganha destaque o valor do trabalho, cultivado em família e orientado para um bem comum, a sobrevivência de uma coletividade.

Meu pai era da Ilha de Kyushu, Kagoshima, lá no sul do Japão. Minha mãe era de Kyoto, em Honshu. Meu pai veio em 1915, ele é família Alimura. Minha mãe, família Komori, veio depois, em 1928, ela tinha 14 anos. Conheceram-se no Brasil e se casaram. **Meu pai veio com 13 anos para ganhar dinheiro!** Precisava ter três primos trabalhadores para vir ao Brasil. Meu pai era o único de sua família. Com 13 anos já era considerado trabalhador. Menino com 13 anos hoje, será que pensa algo disso?

Nascido em 1905, meu pai, era japonês, nascido na ilha Kyushu, e estado que é... se chama Kagoshima, né? E veio no ano de 1918, na região de... perto de Uberaba, mas Miguelópolis, estado de São Paulo. Lá, parece que tinha uma ilha dentro do rio grande, área de quase 1.000 hectares de ilha, e esse imigrante parece que veio para produzir arroz, **porque japonês sabe bem produzir arroz.** Mas, como tinha muita maleita, doença desse malária, tio que veio chefe da família, parece que dentro de dois anos sofreu com essa doença de maleita né, e faleceu. E, naquela época, parece que imigrante familiar, precisava ter três trabalhadores, e como meu pai ainda veio como trabalhador, ele tinha 13 anos só. Aí, como chefe da família que veio como chefe, tio né, dentro de dois anos, sofreu doença de maleita, faleceu e essa tia logo se arrumou outro homem, e se casou, e ficou meio largado ele. Aí, uns dois anos antes, tinha vindo primo né, que era dois anos mais velho, procurou ele e começou a viver junto com ele, trabalhando, na diarista, ou na fazenda de café. Então meu pai nasceu em 1905, **vieram com 13 anos com intuito de ganhar dinheiro.** É, 13 anos. Se contar uma história dessa aí, criança de 13 anos de hoje, acho que nem pensa de trabalhar pra ganhar, pra sustentar a família, as coisas né, ajudar. Gastar sabe, mas, pelo menos pra ter, ganhar... Mas como Japão área é muito pequena, né, tem aquela área sobre plantio de arroz, então precisa vender esse arroz pra ver sustento da família o ano inteiro. O que sobrar, podia alimentar. Então, como a área é pequena, então já tem que vender pra calcular sustento da família o ano inteiro. Porque lá é quase seis meses, não podia plantar devido a clima mais frio né. Porque seis meses pode fazer um plantio, mas seis meses, plantio lá... hoje ainda tem na estufa, as coisas, mas... quase beirando 100 anos atrás já não tinha né, essas coisas.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Entendo, também, que o deslocamento de japoneses ao Brasil realizou-se à revelia de aspectos de processos de desenvolvimento ou modernização que comprometeriam aspirações de desenvolvimento individuais e coletivas. Exemplos desses aspectos são representados pela preferência do Brasil por imigrantes europeus, cuja vinda era associada a uma nova fase política fundada em ideais positivistas de ordem e progresso social (DEZEM, 2005), e por ideias de cunho orientalista, fundadas na ameaça racial e no perigo imperialista que japoneses representariam ao Brasil, utilizadas por representantes do Governo brasileiro, incluindo membros do corpo diplomático, para justificar posicionamentos contrários à imigração japonesa.

A aparentemente simples convergência de interesses entre Brasil e Japão na imigração de japoneses ao Brasil, reduzindo-se o excedente populacional de um lado e abastecendo mão-de-obra nos cafezais de outro, enfrentou muitos obstáculos, especialmente posicionamentos desfavoráveis baseados em orientalismos, expressos em legislações e documentos oficiais, e representados em textos literários¹¹⁷, artigos de revistas e charges¹¹⁸, que também revelavam as imagens que pessoas comuns faziam dos imigrantes japoneses (LEÃO NETO, 1990; TAKEUCHI, 2008; 2009; HASHIMOTO, 2012).

O orientalismo é definido por Said (1996) em três sentidos interdependentes: acadêmico, imaginativo e institucional, remetendo tanto a ensino e pesquisa sobre o Oriente, quanto a um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica entre Oriente e Ocidente, e ainda a um estilo ocidental para lidar com o Oriente, ou seja, descrever, produzir, reestruturar e dominar o Oriente. Trata-se de um empreendimento cultural que ganhou força e identidade no contraste com o Oriente, visto como subterrâneo e inferior e cuja representação colaborou para a legitimação dos interesses colonialistas ocidentais.

O Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890 impedia a introdução de “indígenas da Ásia ou da África”, a não ser por autorização do Congresso Nacional (BRASIL, 1890, p. 1). Dois anos após a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1897, foi aberta a Legação do Brasil em Tóquio, que proporcionou oportunidade para se avaliar os súditos do Império japonês, potenciais imigrantes. Opiniões negativas foram manifestadas pelo corpo diplomático brasileiro, a exemplo do Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, Manuel de Oliveira Lima, em setembro de 1901:

Esta imigração parece-me pouco desejável tanto pelo perigo que oferece de uma maior mistura de raças inferiores na nossa população, como pela carência de experiências agrícolas com modernos processos e utensílios que existe entre a população rural destes países asiáticos, e bem assim pela diversidade de educação, costumes e

¹¹⁷ Em tese sobre representações dos japoneses em textos de modernistas brasileiros, nomeadamente Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Juó Bananére – pseudônimo de Alexandre Marcondes Machado – Hashimoto (2012) revela percepções distorcidas na forma de traços estereotipados, a exemplo da deformação de termos do português na tentativa de imitar a pronúncia dos japoneses, e de caracterizações de personagens nipônicos em posição de subalternidade na hierarquia social, identificados pela dissimulação, arrogância, falsidade e crueldade.

¹¹⁸ Em sua tese, Takeuchi (2009) demonstra como a iconografia – na forma de charges e caricaturas contidas em revistas ilustradas publicadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – contribuiu para a construção da imagem estereotipada do imigrante japonês, presente no imaginário político brasileiro, em uma sociedade pouco alfabetizada, legitimando a *práxis* racista e o preconceito contra esses estrangeiros, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) do Presidente Getúlio Vargas e a Segunda Guerra Mundial. Como explica Suzuki Jr. (2008, p. 5), Marcia Yumi Takeuchi integra “uma nova geração de historiadores que passou a tratar mais abertamente a questão do racismo e da intolerância contra os japoneses na história brasileira”; nas palavras da autora: “Embora eu enalteça as realizações da comunidade nikkei, que se desenvolveu e se faz respeitar no Brasil, concentrei os meus estudos no lado B da imigração”.

sobretudo natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica (AHI, 1901).

Por sua vez, o Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, Luiz Guimarães, informado das negociações de um contrato entre o Governo de São Paulo e a Companhia Imperial de Imigração do Japão, que seria firmado em 6 de novembro de 1907¹¹⁹, assim manifesta, em dezembro de 1906, igualmente expressando preocupações relativas a raça e cultura, acrescentando riscos de replicação dos conflitos verificados em São Francisco, Estados Unidos, entre trabalhadores japoneses e brancos:

Parece-me que o Governo Federal deve dificultar, uma vez que não pode impedir em absoluto, a entrada de asiáticos em nosso país. O japonês que emigra não só não assimila os costumes da sua nova pátria como pretende impor os seus. Além disso é um colono que incomoda os Governos com queixas de todos os dias, podendo dar origem a reclamações e atritos desagradáveis, porque o Japão de hoje é um país ao qual é preciso dar-se contas desde que ele as reclame. Basta advertir no que se está passando em São Francisco. [...] Foi por causa dos japoneses na Manchúria que o Japão declarou guerra à China e será por causa dos japoneses do Havaí e das Filipinas que o Japão fará guerra aos Estados Unidos. [...] Não enxergo a vantagem de se introduzir na vitalidade do nosso organismo nacional um elemento completamente disparatado, como seja o sangue mongólico, sem falar na fealdade desta raça – o que também é um elemento a considerar – parece-me, Senhor Ministro, que seria de avisada política cortar desde já as asas à idéia que está dia a dia tomando maior vulto sobre a emigração japonesa para o Brasil (AHI, 1906)

Para além da ameaça racial, os nipônicos representavam perigo político como “nacionais de uma potência imperialista em ascensão” (TAKEUCHI, 2008, p. 174), haja vista ocupação de territórios na Ásia e vitória na Guerra Russo-Japonesa. Vale mencionar que, além de motivado por instabilidades políticas e econômicas no Japão, o deslocamento de japoneses ao Brasil ocorreu concomitantemente à expansão imperialista do Japão pelo continente asiático. Igualmente convém recordar que, na época da chamada modernização econômica japonesa, o Brasil, que adotava o princípio do *uti possidetis*¹²⁰ como orientação diplomática na definição de suas fronteiras, também era considerado imperialista e/ou expansionista por países vizinhos.

A fim de acalmar os ânimos dos que eram contrários à imigração, o Secretário de Agricultura de São Paulo, Carlos Botelho, informou ao Encarregado de Negócios do Brasil em

¹¹⁹ Pelo contrato, a companhia comprometia-se a colocar no Brasil um total de três mil agricultores, em famílias de pelo menos três membros – três enxadas – de no mínimo 12 e no máximo 45 anos de idade (SAITO, 1961).

¹²⁰ Considerado como contribuição do pensamento jurídico latino-americano e ibero-americano ao Direito Internacional (LALONDE, 2004; MENEZES, 2007), trata-se de um princípio segundo o qual possuem direito sobre um território aqueles que já o ocupam. Trata-se do princípio que embasou a definição dos limites territoriais entre as colônias sul-americanas portuguesas e espanholas, pelo Tratado de Madri, firmado entre os reis de Portugal e Espanha em 1750. Posteriormente, com adaptações, o princípio foi aplicado na época de descolonização da África, quando se buscou a solução dos conflitos respeitando-se a intangibilidade das fronteiras herdadas na colonização.

Tóquio de que o contrato assinado “não visa a colonização japonesa propriamente dita, mas sim o ensaio de um braço para a lavoura cafeeira, em vista dos embarços que oferecem as nações da Europa para a partida de emigrantes” (AHI, 1908). Ao se normalizar a imigração europeia, o subsídio paulista aos nipônicos é cancelado em 1922, já que os trabalhadores japoneses “eram considerados como substitutos temporários dos imigrantes europeus, preferencialmente latinos e católicos” (TAKEUCHI, 2008, p. 175).

Assim como ocorre com o orientalismo, o conceito de diáspora se apoia “sobre uma concepção binária de diferença”, está “fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (HALL, 2003, p. 33). Por questões sobretudo raciais, os imigrantes japoneses foram outremizados, no caso dessa pesquisa, antes mesmo do deslocamento geográfico.

Expressões de orientalismo fundadas no imperialismo japonês são notadas na tese segundo a qual japoneses se instalavam no Brasil com o objetivo de preparar futura invasão militar. A ideia circulou entre intelectuais, militares e políticos xenófobos ante incentivos oficiais do Japão fornecidos aos imigrantes a partir de 1924, por meio de subsídios para passagens e investimentos em companhias de emigração para adquirir terras e instalar benfeitorias, maquinários, escolas e áreas de experimentos agrícolas aos colonos (LEÃO NETO, 1990; TAKEUCHI, 2008; 2009). Motivaram o incentivo japonês à emigração a sucessão de crises ocorridas no Japão, que tiveram impacto tremendo sobre as pequenas vilas rurais, a exemplo das Revoltas do Arroz, em 1918, do Grande Terremoto de Kanto, em 1923, da crise financeira de 1927, e da Grande Depressão, em 1929. Estima-se que, entre 1908 e 1941, aproximadamente 188 mil japoneses tenham emigrado para o Brasil; só no intervalo entre 1925 e 1935 foram 135 mil imigrantes (CENB, 2017)

O sentimento antinipônico no Brasil foi explicitado nos debates realizados durante a Assembleia Nacional Constituinte, de 1933 a 1934, que revelam aspectos da construção da imagem dos japoneses como inassimiláveis, racialmente indesejáveis e politicamente perigosos (LEÃO NETO, 1990; TAKEUCHI, 2008; 2009). Em discurso pronunciado na sessão de 16 de fevereiro de 1934, o médico eugenista Miguel de Oliveira Couto, que combatia a imigração japonesa com base na eugenia e no temor político, faz referência ao “problema da educação e da imigração”, e à “entrada em massa, em nosso País, de elementos perigosos, de toda ordem”, afirmando, ainda, não ter “preconceitos de nacionalidade, de cor, ou de raça”, já que “porventura alguém, neste país, é branco puro?”, e haja vista ter “muitos amigos entre os japoneses” (LEÃO NETO, 1990, p. 307-310).

Pausada entre os anos de 1942 a 1952, do rompimento ao restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, a diáspora continuou no período pós-guerra, inclusive devido às consequências negativas do conflito para a população japonesa.

Os pais de Fabiano Ogawa, *nissei*, e o pai de Yosidi Takahashi, *nissei* do lado paterno e *sansei* pelo lado materno, representam imigrantes do período pós-guerra, conforme falas a seguir, de uma mesma entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2017:

Meu pai é japonês. Minha mãe já é brasileira, mas descendente, *nissei*. Meu pai é falecido, sempre trabalhou no sítio em Astorga. Ele chegou do Japão em 1956, com 19 anos, solteiro. Ele se casou em 1960, por *miai*, que existia antigamente. Quando ele veio ao Brasil, foi direto ao Paraná; veio por intermédio do tio dele, que já morava no Brasil. Existia uma colônia japonesa em Astorga, uma associação. Minha mãe nasceu em Nova Esperança, no mesmo estado. [...] Meu pai só trabalhava com café. Nas décadas de 1960 e 1970, o café estava no auge no Paraná. A maioria das pessoas que vieram para São Paulo e Paraná, vieram para trabalhar com café nessa época. Falou que a maior dificuldade era a língua, que ele não entendia, foi um choque cultural para ele. Teve dificuldades para conversar, entrosar com as pessoas da região; era muito diferente o idioma, os costumes.

(Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

A família de meu pai são em oito irmãos, cinco vieram para o Brasil e três ficaram no Japão. Vieram de Nagasaki e foram para a região de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Foram trabalhar na fazenda como meeiros. Depois, surgiu uma oportunidade da JICA, uma cooperação lá em Curitiba, para plantar maçã, ameixa, nectarina. O pessoal do Japão tinha costume de fruticultura e deu início à colônia lá em Curitiba, que hoje é emancipado do município de Frei Rogério. Após um tempo, meu pai voltou para o Japão, casou-se com minha mãe, e trouxe ela para o Brasil. Meu pai é de Nagasaki e minha mãe de Yamagata, região de Tohoku, totalmente extremos, como o Sul e o Norte do Brasil. Minha mãe era de família tradicional, de lavoura mesmo, mas ela fez a parte colegial e a faculdade em Tóquio. Não tinha sotaque característico de Yamagata, do local onde ela nasceu. Meu pai veio para o Brasil em 1960 na primeira vez, retornou após um tempo, e voltou para o Brasil em 1969, com minha mãe. Trouxe minha mãe no escuro, vamos falar assim, né? *[risos]* Ela tinha formação como estilista, fazia quimonos. Veio para o Brasil, no meio do nada, numa região em que tudo estava começando, a produção de alimentos, sem conhecer, totalmente diferente... Já perdi meus pais há 27 anos, em um acidente de carro, eu tinha 16 anos na época. Mas nem por isso a gente deixou de dar continuidade às atividades da cultura japonesa. Meu pai sempre teve participação intensa na associação. Tanto é que há um parque *sakura* lá na colônia de Ramos, forma abreviada de Núcleo Celso Ramos, que fica no município de Frei Rogério. Hoje, também há um Sino da Paz, que foi trazido do Japão por meu tio, e fica nas terras de meu tio mesmo. Só existem três desses sinos no mundo, um fica na ONU, outro lá em Santa Catarina, e o terceiro no Japão; eles têm 400 anos. Há um museu que, infelizmente, sofreu um incêndio no ano passado. Meu pai tinha quatro anos de idade quando caiu a bomba atômica, ele estava lá, presente, no momento. Só que Nagasaki é uma cidade montanhosa, por isso não teve tantas vítimas como Hiroshima, que é mais plana. Meu pai é o caçula dos irmãos, os mais velhos vêm falecendo de uns cinco anos para cá, meus tios de 83, 84 anos. Ano passado, foi a minha tia que faleceu. Hoje em dia, só tenho um tio, cunhado de meu pai. Tenho primos, e um deles dá sequência às atividades do Sino da Paz, do museu, para manter as tradições.

(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Curitiba-SC, vive em Paracatu desde 2000)

Nas falas de Fabiano Ogawa, destaco menção ao fato de seu pai ter presenciado o bombardeamento de Nagasaki em 1945, aos quatro anos de idade, e de seu tio ter trazido um Sino da Paz para o Brasil, que homenageia vítimas e sobreviventes das bombas atômicas. Retorno ao Japão, nova vinda ao Brasil, trabalho com fruticultura e manutenção de tradições são movimentos, dinâmicas, processos de desenvolvimento que compõem a trajetória de seus familiares.

A mãe do depoente, de maneira semelhante a outros imigrantes, não tinha formação ou experiência na produção de alimentos, tampouco tinha conhecimento sobre o Brasil. Ainda que “no escuro”, migrou com o marido, acompanhando-o na busca por melhores condições de vida em um país onde ele já tinha vivido e trabalhado, próximo a seus familiares, que mantiveram atividades da cultura japonesa na comunidade nikkei conhecida como “colônia de Ramos”. A partir do relato de Ogawa, entendo que as dimensões do trabalho, da família, da comunidade e da cultura entrelaçam-se na composição das subjetividades de seus familiares, orientando seus modos de vida.

Em artigo sobre particularidades da imigração de japoneses para o estado de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970¹²¹, Martinello e Carvalho (2011, p. 456) esclarecem que o Núcleo Celso Ramos, mencionado por Fabiano Ogawa, inaugurado pelo governo estadual em 1966, foi identificado como projeto de colonização, sendo que o papel dos imigrantes japoneses estaria voltado “a aplicar os conhecimentos de técnicas agrícolas, como se eles próprios estivessem transferindo tecnologia para o Brasil a caminho do moderno”. A representação dos japoneses como modernos – em que se ressignifica seu papel étnico¹²², vinha ao encontro de um projeto modernizador de áreas rurais mediante mecanização da produção e implantação de novas variedades e cultivares agrícolas, sobretudo a fruticultura de clima temperado.

O pai de Seiko Shimada também migrou para o Brasil no período pós-guerra, por intermédio do *Cotia Seinen*¹²³, programa de imigração de agricultores japoneses do período

¹²¹ Uehara (2016) esclarece que o sucesso na produção agrícola em estados como São Paulo e Amazonas fez com que a reputação dos imigrantes e descendentes de japoneses na gestão da lavoura fosse desejada também por outro estado brasileiro, Santa Catarina, que iniciou uma política de atração dessas pessoas na década de 1960.

¹²² Haja vista a imagem do perigo amarelo para a ordem nacional e a degeneração da já periclitante raça brasileira, predominante desde os debates sobre a possibilidade da imigração japonesa para o Brasil no século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial. Martinello e Carvalho (2011, p. 464) explicam que “a particularidade da presença japonesa em Santa Catarina está no papel assumido no processo migratório pelos governos locais e da união”, sendo que os japoneses “deveriam modernizar dois grupos de agricultores que viviam da produção agrícola: os que nunca foram considerados modernos (brasileiros) e aqueles que já foram considerados modernos (eurodescendentes)”.

¹²³ Registra-se que o programa trouxe ao Brasil, a partir de 15 de setembro de 1955, 2.508 imigrantes jovens e solteiros, perfil distinto dos imigrantes que haviam chegado anteriormente à Segunda Guerra Mundial. Os imigrantes que chegaram pelo programa eram direcionados a assentamentos criados pela própria CAC, para

pós-Segunda Guerra Mundial, criado pela Federação Nacional das Cooperativas do Japão – Zenchu – e pela Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC.

No trecho a seguir, apresento esclarecimento do Sr. Tunemaça Shimada a Seiko Shimada, sua nora, e a seu filho, Katsuo Shimada, *sansei*, sobre o programa *Cotia Seinen* e sua relação com a CAC, haja vista o nome Cotia estar presente em ambos os termos. A alusão imediata à Cooperativa ao se pronunciar a palavra Cotia reflete as repercussões, sentidas ainda hoje, da posição ocupada pela instituição no sistema cooperativista brasileiro, conforme comentado no segundo capítulo deste trabalho.

Seiko: O meu pai era *issei*, falecido já. Minha mãe era *sansei*, também já falecida. Trabalhavam com agricultura. Meu pai veio do Japão pela Cotia Seinen, que fazia parte da Cooperativa... ou não?...

Katsuo: Tem a ver, é a mesma Cotia daqui, pai?

T. Shimada: Sobre a Cotia Seinen, foi o Brasil que organizou e pediu para o Japão trazer alguns jovens interessados em trabalhar com agricultura fora do Japão, no Brasil. O país recebia e a Cotia orientava o trabalho, que representava o início de uma vida profissional.

(Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986)

(Katsuo Shimada, 53 anos, *sansei*, natural de Assaí-PR, vive em Paracatu desde 1986)

(Seiko Shimada, 50 anos, *nissei*, natural de São Roque-SP, vive em Paracatu desde 1998)

Nas falas dos Srs. W. E. e H. E., também se pode entender a relação e a diferença entre CAC e Cotia Seinen:

W. E.: [...] Na década de 1950, agricultores relacionados à Cooperativa Agrícola de Cotia estavam com uma certa dificuldade em relação a mão-de-obra um pouco mais especializada. Então, fizeram um convênio com o Governo japonês para enviar rapazes do Japão para o Brasil através da Cotia, para começar atividades junto com cooperados da Cotia. Após um, dois, três, quatro anos, adquirindo experiência, know-how, eles também se emanciparam. Um grupo de sete a oito antigos Cotias Seimens cotizaram e adquiriram uma fazenda que foi batizada como Cotia Seinen.

H. E.: [...] Cotia Seinen significa jovens da Cotia. Vieram muitos rapazes do Japão para trabalhar no setor agrícola.

(W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981)

(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

Sobre a CAC, sua criação e pujança, comentam:

W. E.: Meu pai era agricultor, e a família de minha mãe também era de agricultores, aqui no Brasil. Eles viviam em Bragança Paulista, estado de São Paulo. Eu estava morando em Castro, no Paraná, de onde viemos para cá, minha esposa e eu recém-

estagiar nas propriedades rurais de associados. Após cumprir contrato de quatro anos, podiam procurar terras para obter sua autonomia (PADILHA, 1989; IBGE, 2008; TANIGUTI, 2015).

casados. A família de minha esposa também é de agricultores, associados à Cooperativa Agrícola de Cotia.

H. E.: A CAC era muito forte, boa parte da colônia japonesa participava dela.

W. E.: Havia outras cooperativas, mas a de maior potência econômica era a Cotia. Praticamente foram eles que criaram o sistema cooperativista no Brasil, não havia legislação nenhuma sobre cooperativas no Brasil quando a Cotia foi criada, por imigrantes japoneses da cidade de Cotia, em São Paulo. Eles começaram a comercializar a batata, e estavam com muitos problemas na comercialização de batata na cidade de São Paulo. Reuniram forças para ter uma certa competitividade no comércio, inicialmente em São Paulo, e em todo o Brasil depois.

(W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981)

(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

Esclarece Taniguti (2015, p. 155) que, por meio do Cotia Seinen, a CAC “esteve envolvida com iniciativas de retomada da imigração japonesa para o Brasil”, quando o Governo brasileiro acenava positivamente nesse sentido.

3.1.2. Efeitos de conflitos mundiais e nacionalismos sobre comunidades nikkeis

Apesar de o restabelecimento das relações diplomáticas ter permitido o avanço do projeto *Cotia Seinen*, a comunidade japonesa residente no Brasil ainda se ressentia dos impactos da Segunda Guerra Mundial, envolvendo conflitos internos, violência física e simbólica, e instabilidade entre os próprios japoneses e descendentes.

Esse cenário decorre de políticas repressivas aos imigrantes de países do Eixo durante o governo Vargas, que acompanharam o projeto nacional-desenvolvimentista caracterizado, pelo deslocamento do eixo dinâmico da economia de um modelo agro-exportador para um urbano-industrial, pela substituição das importações e pela implementação de empresas estatais. Restrições direcionaram-se ao ensino, ao uso e à publicação e circulação de livros, revistas, jornais e documentos em língua japonesa, assim como a manifestações culturais nipônicas, à liberdade de ir e vir, a criar ou manter sociedades, fundações, companhias e clubes, entre outras. Como explica Martins (apud CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011):

Falar italiano, japonês e alemão foi proibido, e só sobrou o silêncio para as pessoas que não falavam português. Todos passaram a ser chamados de Súditos do Eixo, ou então, Quinta Coluna, a expressão que designava os espiões e sabotadores, mas que era usada para humilhar crianças, jovens, famílias inteiras. Bens foram confiscados, a locomoção dentro do país cerceada e não se sabe o número de pessoas que foram presas em presídios e colônias penais agrícolas (MARTINS apud CAMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Diferentemente de “um certo consenso dominado pela memória” que “tende a justapor” alemães, italianos e japoneses como tendo sofrido, igualmente, restrições quanto ao uso e ensino de suas línguas de origem e desapropriação de bens, frisa Cytrynowicz¹²⁴ (2000, p. 27) que:

foram os japoneses as principais vítimas entre os cidadãos considerados súditos de países inimigos. Violentemente discriminados pelo núcleo ideológico do Estado Novo, os imigrantes japoneses passaram a viver em um limbo cultural e social que desestruturou suas comunidades. Aos olhos do Estado Novo, toda manifestação de cultura japonesa era considerada suspeita de sabotagem [...] A Segunda Guerra Mundial, seja em sua configuração mundial, [...], seja em suas repercussões internas no Brasil, [...] deixou uma profunda marca de mortes, dor e sofrimento no interior do grupo japonês, estabelecendo um corte histórico e de memória coletiva, muitas vezes submetido ao mais doloroso silêncio entre as novas gerações de filhos e netos de imigrantes. A opressão contra os imigrantes japoneses, diferente do que ocorreu com italianos e alemães [...], deixa claro que o Estado Novo moveu contra eles – a pretexto de acusações de sabotagem – uma campanha racista de larga escala (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 27-28).

Além da perseguição estatal, os imigrantes também se viram sujeitos à denúncia popular, incentivada pela política de nacionalização empregada por Vargas. Desse modo, a sociedade brasileira também participou do policiamento dos inimigos do Eixo, colaborando para que fossem acusados, investigados e presos (CANCELLI, 1993; SUZUKI JR., 2008).

No trecho a seguir, ao contar sobre suas origens, o Sr. Tunemaça Shimada comenta sobre os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre as comunidades japonesa, alemã e italiana no Brasil, inclusive na forma de repressão sobre sua família: o pai do depoente foi levado à prisão por falar no idioma japonês em tempos de guerra, o que era proibido quando Brasil e Japão estavam em lados opostos. Na opinião de seu pai, graças à mudança para o Brasil, seu avô teve a sorte de não precisar participar do combate.

T. Shimada: Nasci no estado de São Paulo, cidade de Matão. Tinha indústria siderúrgica, empreendimentos agrícolas. Minha esposa é de Onda Verde, município perto de São José do Rio Preto. Quando eu tinha seis anos, nossos familiares, meus pais, se mudaram de São Paulo para Assaí, Paraná. Lá, conseguiram comprar um lote, uma fazendinha, e se fixaram lá. E toda vida, até a gente se mudar para cá, por 40 e poucos anos, eu morei no mesmo lugar. Casei lá, onde nasceram meus filhos. Tenho dois filhos e três filhas.

Nanahira: E o senhor aprendeu a trabalhar na agricultura com seus pais?

T. Shimada: Junto com papai, minha família, né. Eles plantavam café, que dava muito bem na região de Assaí. Nos mudamos para lá em 1942, e em 1950 a situação já melhorou bem, porque o café começou a produzir e tinha bom preço. Em 1950, meu pai já comprou um caminhãozinho zero americano, da Chevrolet. Em 1952, comprou um automóvel. Isso porque o preço do café ajudou. Em 1952, meu pai viajou ao Japão pela primeira vez, foi sozinho. Minha mãe não pôde ir, porque a gente era tudo

¹²⁴ Apesar de tratar do cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, aplica-se ao objeto desta pesquisa a centralidade ocupada pelo discurso racista antijaponês na formulação do nacionalismo desde os anos de 1920, atingindo maior intensidade com a ascensão de Vargas, conforme indicado por Cytrynowicz (2000).

gurizada e ela precisava cuidar de nós. Ele foi realmente conhecer o Japão depois da guerra, o país estava arrasado. Contava que, graças a meu avô ter mudado para o Brasil, não precisou de participar do combate. Em Assaí, e em vários lugares do Brasil, o japonês, o alemão e o italiano não eram bem quistos, porque os três países eram aliados. Não acontecia de bater à toa, não assim, mas... um dia, meu pai voltou para Assaí, encontrou alguém lá, e falou *konnichi wa, dou desu ka, genki desu ka...* e a polícia levou ele para o xadrez, só porque falou em japonês. Foi preso. Estava em guerra, né? Mas isso foi por uma noite só, como um castigo. Desde que a guerra acabou e tudo ficou em paz, logo o Governo brasileiro... parou de perseguir. (Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986)

Vale comentar que noto uma espécie de hibridismo linguístico na grafia do nome da cidade de Assaí, que é aportuguesada, derivada da palavra japonesa *asahi*, que significa sol nascente, em homenagem ao país de origem dos pioneiros que lá se estabeleceram (FOLHA DE LONDRINA, 1998).

No tocante à aludida instabilidade entre nikkeis, a comunidade japonesa residente no Brasil dividiu-se entre pessoas que não admitiam a derrota na Segunda Guerra, chamados vitoristas, e pessoas que acreditaram que o Japão havia sido derrotado no conflito, os derrotistas, como vivenciaram as famílias dos Srs. Alimura e Muraoka, de opinião vitorista, conforme falas a seguir.

O primeiro trecho se refere a uma mesma entrevista com ambos os depoentes, realizada em 18 de janeiro de 2017. Os outros dois trechos referem-se a entrevistas realizadas em 8 de julho e 11 de julho de 2017.

Alimura: Meus pais estavam acreditando que o Japão tinha ganhado a Segunda Guerra Mundial. Terminou no dia 15 de agosto de 1945, lembro até disso... Aí meu pais falaram: “Como vamos embora para o Japão, não precisa aprender português mais não”, então eu saí do grupo escolar.

Nanahira: Seus pais queriam voltar para o Japão?

Alimura: Queriam voltar. Mas, na época, ainda não tinha um trânsito bom de avião, então esperaram até 1952 para ir lá ver. Estavam ganhando bem com o café, então foram de avião. Aí que... acreditaram que o Japão estava... a cidade não estava nem...

Muraoka: Gastou cinco anos para entender que o Japão perdeu na Segunda Guerra, quem morava no Brasil.

Alimura: Tinha duas alas: a que acreditava que o Japão perdeu, e a outra que achava que o Japão ganhou. Tinha muita rivalidade. Faziam até *bang-bang* por causa disso.

Muraoka: Em 1952, quando entrei no grupo escolar para aprender ABC, eu já tinha 13 anos. Meu pai falou: “agora tem que ficar aqui no Brasil, pelo menos você vai aprender português”. Com 13 anos nas costas... Só que, em relação a matemática, a gente dava aula para o professor. Porque a gente ia na escola japonesa e lá nós aprendíamos muito bem, matemática, japonês.

Nanahira: Imagino que ouviam muito japonês em casa, por causa dos pais, né?

Muraoka: Nós falávamos só em japonês em casa. Mal e mal falar um bom dia, uma boa tarde ao encontrar um brasileiro.

Alimura: Quando ia comprar ovo na fazenda, como não sabia falar português, fazia gesto de galinha, batia asa [risos].

Nanahira: Usava mímica, né? A questão de se acreditar que Japão tinha ganhado a guerra, isso também acontecia na casa do senhor?

Muraoka: Ah, aconteceu na minha família também. Acreditavam que ganhou e queriam voltar para o Japão.

Alimura: De tudo o que aconteceu lá no Japão na época de primário de meus pais, aprenderam o ensinamento de que **japonês nunca perde**. O Japão tinha ganhado a guerra contra a China também né... [...]

Alimura: Se tivessem em três assim conversando em língua japonesa, iam para a cadeia conversar japonês. Meus pais foram, mas não diretamente, foi o companheiro dele.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

13 nada, 14 anos, eu fui no primeiro ano do grupo com 14 anos. Isso porque meu pai achou que não dava pra voltar mais pra Japão, mesmo assim achou que era tarde, mas vai, vai aprender português. Não dá mais pra ir pra Japão não, **Japão perdeu na guerra, não tem espaço pra nós mais lá não**. E eu fui, com 14 anos.

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Falava que não precisa estudar, estuda o que der pra estudar a língua japonesa, aí serve pro Japão. Não precisava aprender [português], bom, isso aí, porque lá em Uraí, 1945, não tinha quase rádio também, que não pegava, morava no rural, né? E não tinha jornal. Não tinha televisão né, naquele tempo, acho que nenhum lugar, televisão acho que não tinha. Rádio também era muito pouco, que fazia noticiários internacionais. Então tinha notícia, que tinha... japonês tinha duas alas, notícia que ganhou, notícia que perdeu. Meu pai era ala de que ganhou, então falou, levou embora. Porque, esse pessoal que veio de imigrante também, que nem decasségui descendente que vai pro Japão ganhar um pouco quer voltar, né, voltar pro Brasil. Naquele tempo também era a mesma coisa, se ganhar mais ou menos bom dinheiro, eu vou voltar. Então não veio com intenção de definir, morar direto aqui. Aí, em 1945, dia 15 de agosto que terminou guerra, segundo né, aí largou escola, aí começou, meu pai começou ir atrás, querer ir embora pro Japão, mas não conseguiu. Era tudo, era falso né, que não tava ganhado né? Aí, 1953, meu pai viajou de avião, aí foram pro Japão ver com olho como é que é Japão. Ainda depois de mais de... não chegou 10 anos, ainda tinha muito lugar que foi bombardeado né, então aí que... acreditou que tinha perdido. Aí, a idade já tinha avançado, 1953, já tava com 18 anos, aí já perdeu tempo. Meu colega de escola já tava quase entrando na faculdade já né. Aí, já largou definitivamente intenção de estudar né. Aí, começou, nesse período também, meus pais falaram: “não, pelo menos não tendo escola na colônia, ou na região, pelo menos vamos estudar quem já der pra estudar, orientar”. Aí começou a aprender língua japonesa, estudamos até nível colegial. [...] Como tinha liderança da região da cidade de Pirianito, que é Uraí, aí quem liderava era ala que perdeu, então... Quem então acompanhou, então continuou estudando, mesma idade da gente, é tudo engenheiro, essas coisas. Então, pelo menos, falamos, então como já não deu pra aprender pelo nível superior, então vamos mexer mais lavoura né? Aí, a nossa ideia era ficar fazendeiro com agricultura né. [...] Chegou aqui [Paracatu], falou: “Uai, cê é brasileiro?” “Eu sou descendente, brasileiro”. **“Mas sotaque é bem diferente, hein?”** [risos]. É, criamos junto da colônia japonesa, né, então eu já não falava.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Certos da vitória japonesa em quaisquer conflitos – por terem aprendido que “japonês nunca perde” – e mantendo esperança de retorno à terra natal, os pais dos Srs. Alimura e Muraoka os retiraram das escolas onde aprendiam português, conhecimento que seria obsoleto no Japão, onde as famílias viveriam em breve. Afinal, nas palavras do Sr. Alimura, seus pais

não vieram “com intenção de definir, morar direto aqui”, como o “decasségui descendente que vai pro Japão ganhar um pouco” e “quer voltar pro Brasil”.

Ao mencionar que “o Japão tinha ganhado a guerra contra a China também”, percebo o ensinamento segundo o qual o japonês nunca perde tanto se embasar quanto ter sido comprovado nas repercussões das vitórias obtidas pelo Japão em guerras como a Sino-Japonesa e Russo-Japonesa. Resultantes do imperialismo japonês, tais conflitos alimentavam ainda maior expansionismo, sobretudo no Pacífico, culminando no ataque da Marinha Imperial Japonesa à base norte-americana de Pearl Harbor em 1941, que, por outro lado, marcou o início da derrota japonesa na Segunda Guerra. Aprender apenas a língua japonesa era importante para os filhos de famílias que mantinham esperança de retorno e crença na invencibilidade do Japão.

Conforme mencionado na seção anterior, tanto o expansionismo japonês pela Ásia como a diáspora japonesa para países como o Brasil têm suas origens na Restauração Meiji, quando o Japão buscou se equiparar às potências ocidentais da época, também dedicadas à aquisição de territórios, ao militarismo e à expansão econômico-comercial. Entendi que os elementos culturais japoneses revelados pelos depoentes como parte de sua formação e de seus familiares são associados a ideias nacionalistas e patrióticas, que tanto favoreceram estratégias de resiliência da comunidade nikkei no Brasil quanto embasaram e justificaram ações bélico-militares do Japão pela região da Ásia-Pacífico.

Assim como ocorreu com o pai do Sr. Shimada em 1952, o genitor do Sr. Alimura teve a oportunidade de conhecer, “com olho”, em 1953, o Japão do pós-guerra, quando “ainda tinha muito lugar que foi bombardeado”, nas palavras do Sr. Shimada, quando “o país estava arrasado”. Apenas dessa forma acreditou nas notícias segundo as quais o Japão havia sido derrotado no conflito, optando por viver no Brasil. Nessa época, os Srs. Alimura e Muraoka contavam, respectivamente, 18 e 14 anos, idades consideradas avançadas pelos próprios depoentes para aprender “ABC”, o idioma português.

Com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, e o consequente retorno dos diplomatas japoneses ao país de origem, os imigrantes que permaneceram em solo brasileiro perderam o contato com o Japão. Como a comunidade de origem japonesa preservava seus laços culturais por meio da língua nas escolas e nos livros e jornais, e considerando que jornais e rádios eram os meios de se ter acesso a notícias locais, nacionais e internacionais na época, as restrições ao uso do idioma, a proibição da publicação de jornais e o confisco de rádios levou a uma situação de isolamento sociocultural. Nesse cenário, muitos se recusavam a acreditar – e assim o permaneceram por quase uma década – em notícias ou rumores de que o

Japão havia sido bombardeado e perdido o conflito mundial, e de que a rendição foi comunicada pelo imperador Hiroito aos súditos por rádios e alto falantes (SUZUKI JR., 2008; CYTRYNOWICZ, 2012; CENB, 2017).

Na opinião de Cytrynowicz (2012), não foi “por pendor fanático ou fundamentalista que muitos imigrantes foram levados a desacreditar a derrota japonesa e alguns aderiram às armas”, mas “uma resposta ao limbo cultural em que eles passaram a viver, sem informação e sem âncora segura de identidade na terra que escolheram para imigrar e viver”, ao que se somam valores e crenças como “a ideia da infalibilidade do imperador e a descrença na possibilidade da derrota do país de origem”. A violência de nikkeis vitoristas contra derrotistas¹²⁵, portanto, decorre de conflitos entre identidades brasileira e japonesa, observados em pessoas em situação de discriminação, perseguição e frustração no país em que passaram a viver. Afinal, são pessoas que, apesar das origens no Japão, já vivem no Brasil há anos, se não décadas, mas ainda são consideradas japonesas.

As identidades em conflito referidas acima, ao invés de fixas, essenciais, originárias e estabelecidas em polaridades separadas, podem ser entendidas como em movimento, articulação, interseção, negociação, conforme a noção de entre lugares elaborada por Bhabha (1998, p. 20): “momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”, promovidas pelo encontro de indivíduos e grupos distintos. Frise-se que, no caso dos sujeitos deste estudo, japoneses e brasileiros tanto podem remeter a grupos diferentes entre si, quanto a signos identitários de um mesmo indivíduo ou grupo.

Quando falo em identidades e culturas brasileira e japonesa, não as abordo como homogêneas, unitárias, fechadas ou estáticas, mas como sistemas diversos e em contínuo processo de modificação. Laraia (2001) esclarece que as mudanças culturais podem ser internas, resultantes da dinâmica do próprio sistema cultural, ou resultantes do contato de um sistema cultural com um outro, geralmente mais bruscas e rápidas em relação às internas. Ademais, cada mudança é caracterizada por conflitos entre tendências conservadoras e inovadoras. Segundo o autor, o conceito de cultura atualmente utilizado acentua o caráter de aprendizado da cultura, contrariamente à ideia de aquisição inata e biologicamente transmitida, sendo definido como todo o comportamento aprendido, um todo complexo que inclui conhecimentos,

¹²⁵ Nesse contexto, membros da associação de vitoristas chamada *Shindo Renmei*, que significa Liga do Caminho dos Súditos em português, cometeram violência contra derrotistas na forma de ameaças escritas e verbais, atentados com bombas caseiras e assassinatos. Sediada na capital paulista – curiosamente na Rua Paracatu – a organização possuía 64 filiais espalhadas nos estados de São Paulo e Paraná, e reunia cerca de 120 mil japoneses e descendentes. Além de comunicados negando a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, rumores eram difundidos sobre uma visita iminente do Imperador do Japão a São Paulo e sobre a vinda de navios ou aviões para levar os imigrantes de volta à terra natal (Cytrynowicz, 2000).

crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade¹²⁶.

Segundo Bhabha (1998, p. 20), entre lugares são “excedentes da soma das ‘partes’ da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero)”, que fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação individual ou coletiva, as quais “dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação”. Trata-se de espaços intersticiais em que são negociados valores culturais, interesses comunitários e experiências intersubjetivas e coletivas de nação. Os nikkeis entrevistados, em especial os *nisseis* – filhos da diáspora japonesa para o Brasil –, têm suas trajetórias marcadas pela experiência da fronteira entre duas culturas em movimento. Os processos de desenvolvimento dessas pessoas ocorrem nos espaços intersticiais complexos e dinâmicos gerados pela diáspora.

Conforme apresentado, a participação de Brasil e Japão em lados opostos na Segunda Guerra Mundial, marcou a vida de muitos dos depoentes, a exemplo dos Srs. Tunemaça Shimada, Guentaro Alimura, Mituo Muraoka e Yoshifumi Kayashima, cujas famílias optaram por permanecer no Brasil após tomar conhecimento e/ou conhecer *in loco* os efeitos do conflito para o Japão.

Sobre identidades e culturas em movimento, Yoshifumi Kayashima afirma considerar-se brasileiro e paracatuense, ainda que nascido no Japão. O avô do depoente, também japonês, trabalhou para proprietários de fazendas de café no Brasil e vendeu o arroz que produziu em terras dadas pelos proprietários aos japoneses para que “plantassem o que quisessem”, evitando que “fossem embora, na época da entressafra”, até conseguir recursos suficientes para comprar suas próprias terras. Os recursos obtidos foram de tal monta que, além de financiar a compra de terras, revelaram-se suficientes para que o avô do depoente levasse a família para visitar o Japão, incluindo o filho brasileiro, que é pai do depoente.

Contudo, o almejado retorno ao Japão foi frustrado devido às experiências da família na Segunda Guerra Mundial em diferentes tarefas, como confecção de roupas, fabricação de armas comunicações, e até mesmo linha de combate – o pai do depoente era brasileiro, mas teve que servir porque “tinha cara de japonês”. Comparado ao Japão praticamente aniquilado, o Brasil representava um paraíso para a família Kayashima, cujos membros, querendo ou não, vieram, todos, para o Brasil

¹²⁶ Segundo Laraia (2001), o comportamento dos indivíduos depende do processo de endoculturação, envolvendo educação e aprendizado. Diferentes culturas decorrem de diferentes aprendizados e não de diferentes condições biológicas ou ambientais. O rompimento com as limitações impostas por tais condições é indicado como a grande qualidade da espécie humana, que se difere dos outros animais por possuir cultura.

Os trechos a seguir são partes de duas entrevistas, realizadas em 30 de janeiro de 2017 e 10 de julho de 2017. No segundo trecho, de maior extensão, que corresponde ao primeiro contato com o depoente, faço referência a informações que já tinha obtido, em 2013, com sua mãe, a Sra. Hideko Kayashima, também japonesa.

Eu sou Yoshifumi Kayashima, nascido em Fukuoka. Fukuoka fica situado entre Hiroshima e Nagasaki. [...] Eu sou *issei*, meu pai é *nissei*, meu vô é *issei*, um dos primeiros imigrantes que vieram pro Brasil. E veio se instalar aqui em Minas Gerais, na cidade de Sacramento. Meu pai nasceu aqui. Meu vô trabalhou muito e levou a família dele pra conhecer a terra natal dele, que é o Japão. Chegando lá, muitas atividades, inclusive a Segunda Guerra. Meu pai teve que servir o Japão, aliás minha família toda. Graças a Deus, todos sobreviveram. Meu pai casou com a minha mãe lá, eu nasci. Com um ano e seis meses de idade, meu pai resolver trazer minha mãe para conhecer a terra natal dele, que é o Brasil. E minha mãe ficou encantada e não quis voltar mais. E, até os dias de hoje, nós estamos aqui. Meu pai [...] veio, sobreviveu à Segunda Guerra, e outras dificuldades, e veio a falecer aqui em Paracatu de leishmaniose. Minha mãe é viva até hoje, ela tem 90 anos, está lúcida.

Nanahira: Quando entrevistei sua mãe, em janeiro de 2013, estava começando a entender a presença japonesa em Paracatu. Ela me contou que veio a Paracatu cinco anos e meio após chegar ao Brasil, em busca de novas oportunidades após a Segunda Guerra Mundial [...] Em que cidade seu pai nasceu?

Yoshifumi: Meu pai nasceu em Sacramento, Minas Gerais. Meu avô trabalhava nas plantações de café, como a maioria dos japoneses que vieram. Ele veio ao Brasil para ganhar muito dinheiro, e começou a tomar conta de 1.000 pés de café. Os proprietários da fazenda, para não deixar que os japoneses fossem embora, na época da entressafra, davam terras para que eles plantassem o que quisessem; arroz, essas coisas. Os japoneses já plantavam mais arroz mesmo. Então, o que aconteceu? O meu avô demorou para cuidar dos 1.000 pés de café, e deu uma seca muito brava. O pessoal já tinha plantado arroz, e o meu avô ainda estava tomando conta dos pés de café, com poda, limpeza, capina. Quando terminou com o café, foi plantar o arroz dele. Além de dar muito arroz, os outros todos já tinham perdido as plantações de arroz por causa de um período de seca muito grande. O arroz deles morreu e o do meu avô deu bem e, como o arroz ficou com um preço bom, ele **ganhou muito dinheiro**. A partir desse momento, teve condições de quase comprar um quarteirão em São Paulo. É difícil estipular valor daquela época, mas... ele chamou a família toda e levou ao Japão para que os filhos dele conhecessem sua terra natal. Chegando lá, várias coisas aconteceram, mas, depois que veio a Segunda Guerra Mundial, minha família ficou toda no Japão. Inclusive o meu pai teve que servir, mesmo sendo brasileiro, né? Ele tinha cara de japonês, então foi servir. Meu pai foi mão de batalha, participou da guerra toda, foi atingido, sobreviveu. Como o irmão dele tinha mais estudo que meu pai, ficou na área de comunicação. Todos sobreviveram. Os demais eram mulheres, que costuravam, enquanto os homens fabricavam armas. A guerra era isso aí, as mulheres costuravam uniformes para os soldados e os homens fabricavam armas para os soldados, era assim no Japão. Depois que meu pai veio para o Brasil, trabalhou em oficina mecânica. Mas, como ele sabia plantar aqui, desde antes de ir ao Japão, e japonês era símbolo de agricultura, meu pai começou a plantar verduras, porque necessitava de alimento. E também ganhou dinheiro. Antes, casou com minha mãe, eu nasci, e, com o dinheiro que tinha, quis trazer minha mãe para conhecer a terra onde ele nasceu, e veio para o Brasil com a família toda também, irmãos, irmãs, todos vieram para o Brasil, mesmo alguns não querendo, outros querendo, vieram todos. Como o Japão foi praticamente aniquilado na Segunda Guerra, ninguém quis voltar depois, **o Brasil já era um paraíso**, né? Depois de muito tempo, é que começaram a voltar para o Japão, porque lá faltou mão-de-obra também. [...] É... sou filho de pai mineiro e mãe japonesa. Todos os irmãos do meu pai nasceram no Brasil. Depois da

Segunda Guerra, todos eles tiveram que ser registrados no Japão, como se tivessem nascido no Japão, porque eram ex-combatentes, para poderem ter passaporte e vir ao Brasil. Isso não sei ajudou ou prejudicou meu pai, mas todos tiveram dupla nacionalidade. Aqui, no Brasil, tornaram a trabalhar na agricultura. (Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).

A figura 1 corresponde ao documento que autorizava a vinda ao Brasil da Sra. Hideko Kayashima, acompanhada de seu filho, Yoshifumi, chamado ficha consular de qualificação, e a figura 2 a um trecho da lista de passageiros do navio Brazil Maru, em que aparecem nomes, idades, estado civil, profissão, religião, instrução, local da última residência no Japão, local de destino no Brasil e outras informações de pessoas que nele viajaram no ano de 1956.

Oriundos de Fukuoka, com destino para Cafelândia, São Paulo, os adultos da família Kayashima são registrados como agricultores que apresentam instrução – o campo para informações sobre instrução é preenchido com sim ou não. Em sua ficha consular, a Sra. Hideko é registrada com a profissão de agricultora, ainda que sua formação seja na área de corte e costura, como havia me relatado durante entrevista realizada em 15 de janeiro de 2013. Na ocasião, a *issei* havia me informado que emigrou do Japão por motivos relacionados à pobreza que assolava o seu país após a Segunda Guerra, e à busca de novas oportunidades de trabalho, por recomendação de seu sogro, que já havia residido no Brasil.

257/258 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL MODÉLO S.C. 139
 FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso HIDEKO KAYASHIMA
 Admitido em território nacional em caráter **Permanente**
 (temporário ou permanente)
 Nos termos do art. 9 letra -- do dec. n. 7967, de 1945
 Lugar e data de nascimento Fukuoka-ken, 1 / 1 / 1927
 Nacionalidade **Japonesa** Estado civil **Casada**
 Filiação (nome do Pai e da Mãe) Shigeo Hiratsuka e
 Sueno Hiratsuka Profissão **Agricultora**
 Residência no país de origem Fukuoka-ken, Japão

NOME IDADE SEXO
 Yoshifumi Kayashima 1 ano M

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 185640 expedido pelas autoridades de **Ministério dos Neg. Estrang. do Japão** na data 21/6/1956
 visado sob n. 803

ASSINATURA DO PORTADOR:
 Hideko Kayashima

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.



Consulado **Geral** do Brasil em **Kobe**
 27 de **junho** de 19 **56**
 O CONSUL:
 NARBAL COSTA
 Consul Geral

Figura 1 – Ficha consular de Hideko Kayashima e Yoshifumi Kayashima

Fonte: Sítio FamilySearch, disponível em: <https://www.familysearch.org/hr/search>

LISTA POSITIVA DE PASSAGEIROS

Lista de passageiros **Permanent** a classe. **Japanese Vessel N.E. "Brazil Maru"** de 5,782.86 toneladas de registro e 110 pessoas de tripulação procedente de **Kobe, Japan** com dias e horas de viagem sob o comando de **F. OKUYAMA** consignado neste porto a **Wilson, Sons & Co., Ltd.**

(Repatrição a quem se devolve)

OSAKA SHOSEN KAISHA

Fl. 9

A lista deverá ser escrita em caracteres inteligíveis, sem omissões, emendas ou rasuras e ocupar sua folha respectiva.

Os nomes não deverão ser agrupados, mas colocados segundo a ordem numérica à margem.

Nenhum nome poderá ser omitido.

Porto **Santos, Brasil**
 Localidade **Kobe & Yokohama, Japan**
 14 de **Agosto** de 19 **56**

No	NOME E COGNOME	Sexo	Idade	Estado civil	Nacionalidade	Profissão	Parentesco com o chefe da família	Religião	Instrução	ÚLTIMA RESIDÊNCIA		Porto de procedência	Destino ou Residência	Classe	No do Passaporte	PASSAPORTE		
										Localidade	País					No	EXPEDIÇÃO DATA LUGAR	
241	Osino KAWANO	M	27	S	Japanese	Agriculture	Fam.	B'dhist	Yes	Hiroshima	Japan	Kobe	Sao Paulo	3rd	A4430	185695	21/6/56	Hiroshi
242	Tsuyoshi YOGO	M	29	M	"	"	Head	"	"	Miyazaki	"	"	"	"	A4430	185300	18/6/56	Yama Miyasaki
243	Toshinori YOGO	M	7	S	"	None	Son	"	No	"	"	"	"	"	A4430	185300	18/6/56	"
244	Toshihisa YOGO	M	5	S	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	A4430	185300	18/6/56	"
245	Kumi YOGO	F	23	M	"	Agriculture	Housewife	B'dhist	Yes	"	"	"	"	"	A4430	185301	18/6/56	"
246	Toshikazu YOGO	M	4	S	"	None	Son	"	No	"	"	"	"	"	A4430	185301	18/6/56	"
247	Toshiro YOGO	M	2	S	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	A4430	185301	18/6/56	"
248	Mitsuo YOGO	M	27	M	"	Agriculture	Head	B'dhist	Yes	"	"	"	"	"	A4430	185298	18/6/56	"
249	Hiroshi YOGO	M	5	S	"	None	Son	"	No	"	"	"	"	"	A4430	185298	18/6/56	"
250	Kiyoko YOGO	F	25	M	"	Agriculture	Housewife	B'dhist	Yes	"	"	"	"	"	A4430	185298	18/6/56	"
251	Hiromi YOGO	F	3	S	"	None	Son	"	No	"	"	"	"	"	A4430	185299	18/6/56	"
252	Totaro KAYASHIMA	M	70	M	"	Agriculture	Fam. Head	B'dhist	Yes	Fukuoka	"	Deflandia Sao Paulo	"	"	A4430	185638	21/6/56	Fukuoka
253	Kikue KAYASHIMA	F	63	M	"	"	Housewife	"	"	"	"	"	"	"	A4430	185635	21/6/56	"
254	Teishiro KAYASHIMA	M	9	S	"	None	Son	"	No	"	"	"	"	"	A4430	185635	21/6/56	"
255	Chiyoko KAYASHIMA	F	7	S	"	"	Dau.	"	"	"	"	"	"	"	A4430	185635	21/6/56	"
256	Toshikazu KAYASHIMA	M	38	M	"	Agriculture	"	"	Yes	"	"	"	"	"	A4430	185637	21/6/56	"
257	Hideko KAYASHIMA	F	29	M	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	A4430	185640	21/6/56	"
258	Yoshifumi KAYASHIMA	M	1	S	"	None	"	"	No	"	"	"	"	"	A4430	185640	21/6/56	"
259	Yoshiaki KAYASHIMA	M	27	S	"	Agriculture	"	B'dhist	Yes	"	"	"	"	"	A4430	185639	21/6/56	"
260	Karuko KAYASHIMA	F	33	D	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	A4430	185636	21/6/56	"
261	Naigeiko KAYASHIMA	F	26	D	"	None	"	"	"	"	"	"	"	"	A4430	185634	21/6/56	"
262	Shuji KAYASHIMA	M	2	S	"	"	"	"	No	"	"	"	"	"	A4430	185634	21/6/56	"

Figura 2 – Lista de passageiros do navio Brazil Maru

Fonte: Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, disponível em:

<http://www.inci.org.br/acervodigital/>

A partir dos relatos desta seção, entendi que a maioria das diásporas das famílias dos entrevistados, no longo trecho do Japão para o Brasil, ocorreu por motivo de busca por uma vida melhor em um lugar tido como promissor nesse sentido, sem pobreza ou guerra, com abundantes terras, recursos e oportunidades. Algumas mudanças foram realizadas em virtude de limitações para atividade agrícola no Japão. No caso da família Kayashima, o segundo deslocamento ao Brasil ocorreu por motivos relacionados aos efeitos negativos da Segunda Guerra Mundial.

Finalizada a Segunda Guerra Mundial, que havia causado divisões entre brasileiros e japoneses e conflitos no interior de comunidades nikkeis, passa-se a um período de maior integração de japoneses e descendentes à sociedade brasileira. Essa fase é caracterizada pela presença crescente de nikkeis na indústria, no comércio, na política, na administração pública, na vida acadêmica e nas atividades culturais e artísticas – além da agricultura (MOTOYAMA; OKUBARO, 2016), como é o caso da participação, no PRODECER, de descendentes de japoneses associados a uma cooperativa constituída por imigrantes japoneses.

3.2.3. Migrantes do PRODECER e seus horizontes de vida

Conhecidas as experiências diaspóricas de seus antepassados, ainda que em poucos detalhes, mas marcados por elas, e após participar dos deslocamentos de suas famílias no território brasileiro, descendentes de japoneses realizam nova diáspora para regiões de Cerrados em busca de novas fronteiras agrícolas – incluindo as que foram abertas por programas como o PRODECER –, conduzindo suas famílias, ancestrais e descendentes, no processo. A maior parte dos nikkeis relatou participação no PRODECER, própria ou de membro da família.

Nesta seção, os nikkeis relatam os motivos do deslocamento para o município de Paracatu, geralmente associado à abertura de fronteiras agrícolas em regiões de Cerrado, as condições em que mudaram e as primeiras impressões em relação ao Município, especialmente em comparação às localidades em que residiram anteriormente.

Antes da chegada dos nikkeis vinculados ao PRODECER a Paracatu, a família Kayashima havia sido a primeira composta por japoneses e descendentes a residir no Município, conforme trecho a seguir:

Quando eu vim pra Paracatu, só existia a minha família de japoneses. Então, meus amigos, todos são brasileiros. Depois, é que veio outras pessoas, outra colônia de japoneses, do Paraná, do São Paulo. Porque teve aqui em Paracatu um programa chamado... era um financiamento do Japão para agricultura aqui no Brasil. Então, se

instalaram vários japoneses aqui, de colônias diferentes, e todos eles têm uma história, não igual à minha, mas todos eles são descendentes de japoneses. Tem uns que são *issei*. Mas, antes, eu só convivía com brasileiros.

(Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).

O deslocamento da família do depoente a Paracatu – após a vinda do Japão e um breve estabelecimento em São Paulo – foi motivado por propostas de trabalho recebidas por seu pai em fazendas da região. Com uma visão de desenvolvimento voltada para o trabalho na agricultura, em que tinha experiência, o pai do entrevistado não percebeu uma oportunidade de ganhos financeiros com as terras localizadas no Morro do Ouro que lhe foram oferecidas a preço baixo, porque “não achava uma gota de água por lá”, apenas pedras, impossibilitando o plantio de bananas, que era de seu interesse. Outra oportunidade deixada de lado, segundo o depoente, foi a obtenção de terras em Brasília, em grande extensão, que eram fornecidas “a quem quisesse plantar alguma coisa lá”.

Por outro lado, a atividade agrícola empreendida pela família permitiu que frutas e verduras até então desconhecidas pela população paracatuense passassem a ser produzidas e vendidas localmente. Enquanto seu pai trabalhava na produção e sua mãe na venda desses produtos, Yoshifumi Kayashima e seu irmão caçula, nascido no Brasil, cuidavam do almoço e da limpeza e estudavam. Mas sempre achavam um espaço para se divertir pela cidade, na companhia de amigos que não eram japoneses ou descendentes; desse modo, o depoente, nascido no Japão, “virou brasileiro”. No trecho a seguir, o depoente conta sobre a experiência de sua família após a chegada em Paracatu:

Yoshifumi: A gente, quando veio para Paracatu... meu pai voltou ao Brasil e chegou em São Paulo. Lá, um senhor de Patos de Minas que estava em São Paulo conheceu meu pai e o levou para Patos de Minas. A fazenda desse senhor era aqui em Paracatu, onde funciona a atual Mineira de Metais. [...] Aí, um senhor de Paracatu que foi a Patos de Minas conheceu o meu pai. Ele trabalhou muito na área rural, e foi quando eu adoeci. Tive pneumonia, algo assim. Eu era muito pequeno. Por isso, vieram a Paracatu [...]. Esse senhor de Paracatu chamou meu pai, trouxe ele para trabalhar em uma área que fica atrás da Cooperativa, na Fazenda Guerra. Com o tempo, conquistou a independência e comprou terras no São Sebastião, a Fazenda Julião. Trabalhou muito.[...] eu me lembro de que o pessoal não conhecia verduras, não tinha costume de comer verduras.[...] Conheciam mandioca, abóbora d'água, essas coisas que são tradicionais na região. Mas não conheciam couve-flor, alface... [...] meu pai começou a trabalhar na Fazenda Guerra; depois do Guerra, ele comprou umas terras no São Sebastião, a Fazenda Julião. Ele começou a trabalhar plantando arroz com outras fazendas, na meia, era meeiro, arrendava terras. Na Fazenda Julião, ele plantava só verduras; inclusive teve um dos primeiros pomares de laranja poncã de Paracatu. O povo daqui não conhecia a poncã, apenas a laranja, a laranja bahia, a laranja cravo... [...] Plantou 800 pés dessa laranja. [...] Nossa Senhora, **ganhou dinheiro demais!** Quando começou a dar muita laranja poncã e o pessoal daqui não conseguia consumir, levou para Brasília, que estava começando... Se meu pai tivesse ido para Brasília naquela época, em 1968, 1969... o Governo estava dando terras para quem quisesse ir

plantar alguma coisa lá, e era muita terra, o incentivo não era pouco não! Ninguém acreditava em Brasília, meu pai muito menos. [...] O Cerrado tem a terra mais procurada hoje, a terra com areia. É o que o agricultor sempre fala por aqui: “o homem sabe fazer chover, mas parar de chover ele não dá conta não”. É preferível estar em um lugar onde não chove, porque você pode fazer chover, mas parar de chover ninguém consegue. E outra coisa que meu pai também não fez, quero dizer, também não sabia é que... lá no Morro do Ouro, morava a família de meu padrinho, e ele disse que tinha terras para vender ao meu pai. Meu pai estava querendo plantar banana prata. [...]. O meu pai olhava, olhava, mas não achava uma gota de água por lá e pensava que não teria como plantar banana, em uma terra só com pedras. Dizia: “Eu vou te vender barato, você pode fazer o que quiser”. Meu pai tinha o dinheiro para comprar, mas falou: “não quero isso aqui não, não serve nem pra criar cabrito!” [risos] Meu pai também não tinha essa visão assim, ele não tinha muito estudo. Tinha experiência na agricultura. Se eu fosse ele, perguntaria: “Por que ali se chama Morro do Ouro?” [...] Meu pai ficava lá [na fazenda] porque acreditava que o olho do dono é que engorda o gado. Ele morava na roça e minha mãe vendia tudo o que ele plantava. E ela morava na cidade comigo e meu irmão, e nos colocou para estudar. [...] Um dia, ela me contou que meu pai trazia duas carroças de verduras por dia, uma de manhã e a outra de tardezinha. Ele não tinha duas carroças, apenas uma, e tinha que trazer as verduras duas vezes por dia. Como ele não dava conta de trazer duas na mesma hora, trazia uma cedo e outra ao anoitecer. [...]. Assim, tanto os que compravam cedo como os que acordavam mais tarde levavam verduras novas. Ela vendia, vendia, eu e meu irmão é que fazíamos almoço, limpávamos o chão. A gente ficava cansado e ela chegava o reio em nós! Não, tem que trabalhar! E nós só queríamos ir para a rua, íamos para o tanque, jogar bola, ou para a praça da capelinha, que fica em frente ao cemitério hoje.

Nanahira: Curioso que, na época, os únicos japoneses e descendentes da sua geração, entre os amigos, eram só você e seu irmão, né?

Yoshifumi: Não tinham outros. E a gente andava a cidade inteira. A gente era pinta, sabe? Nadávamos no matinho todo final de semana [...] A gente pescava no matinho piaba, lambari, timburé, traíra. Era desse jeito, minha vida era boa demais. Aí, o que aconteceu? **Eu virei brasileiro.**

(Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).

No próximo trecho, os Srs. Guentaro Alimura e Mituo Muraoka, que participaram de diferentes projetos de colonização do PRODECER – Novo Mundo e Entre Ribeiros I – como cooperados da CAC e da Coopervap, relatam suas experiências e apresentam suas impressões sobre os acontecimentos que marcaram essa fase de suas vidas.

Filhos da diáspora japonesa do início do Século XX, os depoentes protagonizam um novo deslocamento em busca de oportunidades para melhorar suas condições de vida, e de suas famílias. Assim como ocorreu na época da lavoura cafeeira, as oportunidades residiam na expansão da agricultura. O trabalho como colonos agrícolas no PRODECER representava um caminho de desenvolvimento seguido pelos nikkeis em contextos de mudanças tecnológicas e trabalhistas. A mecanização, que substituiu o trabalho braçal, exigia áreas maiores para locomoção. A aplicação de direitos trabalhistas em áreas rurais, como décimo terceiro salário e férias, oneravam os produtores rurais que empregavam muita mão-de-obra, como o Sr. Alimura, para quem 15 famílias trabalharam por mais de 10 anos.

Handa (1987, p. 790) faz referência a mudanças no modo de produção na porção norte do Paraná na década de 1960, em que ganha força a “mecanização da lavoura com o objetivo de economizar legislação rural trabalhista”. Para o autor, “O problema atual é como conseguir sair desse impasse”: de um lado, “já passou a época em que os pequenos produtores batalhavam [...] com a mão-de-obra dos seus próprios familiares”, de outro, “com o método de produção alicerçado nas atuais relações trabalhistas, não pode haver estabilidade produtiva”; além disso, “se um terreno de 10 ou 20 alqueires for dividido entre os filhos, não terá muito valor como herança” (HANDA, 1987, 791).

Para o Sr. Alimura, “o PRODECER era uma boa oportunidade de obter área grande, financiamento do governo de longo prazo, área bem plana”. Foi descartada a opção de ser decasségui no Japão, movimento que se iniciava na época dos primeiros projetos de colonização do PRODECER, na primeira metade da década de 1980.

Alimura: Nós ficamos 44 anos com café e rami. No ano de 1970, naquela região, entrou o Ministério do Trabalho, que avisou: “olha, vocês que estão trabalhando de sol a sol, são só oito horas de trabalho, têm direito a 13º salário e salário mínimo”. Na época, acabou o café, entrou o Ministério do Trabalho na zona rural, e veio a mecanização para diminuir o trabalho braçal. Só que, para mecanizar, precisa ter área. Antigamente, era a base de enxada ou tração animal. Nós tínhamos um total de 30 alqueires antes de vir para cá, eram três lugares de 10 alqueires cada um. Com a mecanização, era necessário locomover o maquinário. Lá também, a depender da região, a topografia não ajudava a movimentar. Só podia mecanizar 65%, os outros 35% era de território acidentado ou de pedra. Para mecanizar, o jeito era procurar uma área grande. Aí surgiu o PRODECER, binacional, era oportunidade boa. [...] Não tinha condição de a gente ficar. Por isso, nos mudamos de Uráí. Já estavam surgindo decasséguis no Japão, mas... isso aí não... Aí, o PRODECER era uma boa oportunidade de obter área grande, financiamento do governo de longo prazo, área bem plana. [...]

Nanahira: [...] assim como eu perguntei ao Sr. Alimura sobre a questão da mudança para Paracatu por conta do PRODECER, foi o mesmo motivo?

Muraoka: É, foi mais ou menos o mesmo motivo, porque eu plantava aqui, ali, plantava em três, quatro lugares também. Com a mecanização, o transporte do maquinário era muito difícil.

Alimura: Ah, faltou dizer que, na época em que entrou a mecanização e a lei trabalhista, como o rami utiliza muita mão-de-obra, eu tinha muitos empregados em família. Tinha famílias comigo há mais de 10 anos. Como pagar a indenização? [...] Teria de vender um bom pedaço de terra pra pagar. [...] Eu tinha quase... tinha 15 famílias. [...] Então surgiu nesse sentido. A mecanização entrou, o rami acabou por causa do sintético, e tinha a lei trabalhista. Daí, decidi mudar de ramo né. O café já não tinha condição de plantar devido à topografia da região. Então, a maioria dos japoneses que entraram no Paraná tinha a ideia de que o café era bom negócio. Então, nesse sentido, foi assim que vim pra cá, no meu caso. [...]

Erica: Ele [Sr. Muraoka] participou do primeiro projeto do PRODECER em Paracatu. O Alimura-san já participou no segundo ou terceiro projeto, não é?

Alimura: Lá foi PCPER. Um pouquinho diferente, a fonte de financiamento. Foi apoiado pelo BDMG.[...]

Muraoka: Na época, no projeto Mundo Novo, o nosso pessoal entrou em dois terços, foi a Cotia que escolheu, e a população da região participou em um terço, a Campo que escolhia

Nanahira: E no projeto Entre Ribeiros, também existia uma divisão entre a Campo e a Coopervap na escolha dos colonos? Como era?

Alimura: Eram 41 lotes, e mais ou menos 10 famílias foram escolhidas entre os locais, pela Campo ou pela Coopervap.

Muraoka: Não era tudo da Coopervap, a maioria? Quem escolheu o senhor, assim?

Alimura: Não. No meu caso, foi a Campo. Descendentes de japoneses eram colocados mais pela Campo lá no Entre Ribeiros. Na época de 1974, eu tinha um pouco de conhecimento do que era Minas Gerais, porque meu irmão estava trabalhando em Patrocínio e Monte Carmelo. Ele comprou terra pra plantar café, e o financiamento era por lote de módulo, cada um de 60 hectares. Então a gente já participava. [...]

Nanahira: Veio alguém do Japão, da JICA, da Campo, para ajudar com assistência técnica?

Muraoka: A JICA tinha o escritório pra fazer a experiência deles. Vinham mais técnicos locais, do Brasil, enviados pela Campo.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

(Erica Mayumi Muraoka Sakazaki, 48 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Antes de sua mudança para Paracatu, familiares do Sr. Alimura também passaram a viver em cidades mineiras localizadas em regiões de Cerrado: São Gotardo, Patrocínio, Araguari e Monte Carmelo. Por serem os primeiros a plantar café nessas localidades, são considerados “desbravadores do Cerrado”, de um lado, e “doidos” por outro.

Aí, meu irmão já estava mexendo, em 1975, já tinha começado um pouquinho aqui na região de, no estado de Minas Gerais, mas Patrocínio. E depois compramos um área lá em Monte Carmelo. Aí, meu irmão começou a plantar café. Tinha sete famílias que eram desbravadores do Cerrado, que, descendentes de japoneses que primeiro vieram plantar café naquela região, em, 75. Aí, considerava que japonês era doido pra vir plantar café naquela região. Aí, iniciou depois em São Gotardo também, naquela região de Patrocínio, Araguari, Monte Carmelo, assim virou celeiro de café né. Era um dos desbravadores, não eu, meu irmão e mais 6 famílias. Aí, a gente mesmo já tinha comprado terreno em meu nome também né. Naquele tempo, módulo era 60 hectares do lote né, mínimo, então podia fazer plantio de café, então eu mesmo já tinha lote lá, mas quem tomava conta era meu irmão. Aí, surgiu Monte Carmelo, Patrocínio, pra lá, primeiro binacional de Cerrado iniciou em Iraí de Minas, né, era quase vizinho o município. Aí, entraram mais pessoal do Rio Grande do Sul, gaúcho né? Aí, parece que segundo foi esse Mundo Novo, que começou com Cooperativa Cotia. Aí, nós também perguntamos como é que era tudo, aí falamos, uai, 20, 30 alqueires assim em Uraí, permanecer com filhos, não quer mexer atrás de burro né, tem que ser trator ou colhedeira, então área é muito pequena para mecanização. Aí, surgiu esse projeto de Entre Ribeiros, né, aí viemos em 1983. Aqui já tá chegando quase 33 pra 34 anos. Porque agricultura precisa ser uma área mais ou menos grande, e bitolado no sistema de mecanização né. Como surgiu lei trabalhista, até hoje ainda tem problema, no rural, sabe?

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

As experiências nas cidades mencionadas, sobretudo São Gotardo, serviram como modelo a embasar as atividades agrícolas iniciadas em Paracatu pelos nikkeis participantes do

PRODECER. Contudo, diferenças de clima, umidade e altitude, comprometeram a produção, como esclarecem os Srs. Alimura e Muraoka a seguir.

Alimura: Só que a gente veio aqui e não sabia do veranico.

Muraoka: A maioria de nós veio para cá baseados na experiência de São Gotardo, onde não há veranico. É maior a altitude, de 1.000m, e o clima é mais fresco, chove mais.

Alimura: Essa pesquisa não foi feita. Entramos no Entre Ribeiros, e a altitude era de 500 metros. No primeiro ano, foram 72 dias de veranico. Desde o dia 1º de janeiro, foi chover só em meados de março. Acreditava que, de outubro a março, choveria 1.200mm. Sabe que, nesse período, não choveu nem 800mm? Então a cultura foi arrasada. Isso foi de 1983 para 1984. De 1984 para 1985, também foram duas ou três vezes de veranico, não prolongados, mas divididos em 20 dias, 30 dias. Para a cultura, foi fatal.

Nanahira: E o que o senhor plantava lá?

Alimura: Primeiro, recomendavam mais o plantio de arroz, devido à acidez da terra. No Cerrado, a média do ph é de quatro, quatro e meio. Para soja e milho precisa de seis, seis e meio. Então leva dois anos para corrigir. Aí, comecei a plantar soja, depois de dois anos.

Nanahira: E aqui o senhor também começou a plantar arroz?

Muraoka: Plantamos arroz apenas em uma parte. De resto, plantamos soja, porque tinha uma variedade resistente no cerrado, e trigo. Mas, a plantação foi castigada pela estiagem, o veranico que a gente não sabia [*risos*]. Pensávamos que era igual a São Gotardo.

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

O casal W. E. e H. E., participante do projeto Mundo Novo, esclarece tanto “a ideia dos governos brasileiro e japonês”, ou seja, os interesses de ambos os países na realização do PRODECER, detalhando fatos registrados pela história oficial, quanto “o objetivo do nosso grupo”, os motivos da mudança de agricultores cooperados vindos da região Sul do Brasil, filhos de imigrantes estrangeiros, para regiões de Cerrado, como é o caso dos depoentes.

De um lado, esses agricultores tinham interesse em “conseguir uma área maior para produção agrícola, terras mais baratas” comparativamente às de localidades em que viviam, nos estados de São Paulo e Paraná. De outro, o Brasil tinha interesse em “construir um polo de desenvolvimento agrícola em Paracatu”, onde, “em termos de economia, não havia quase nada [...], apenas gado e um pouco de mineração”. O Japão procurava “outros lugares onde pudessem ter uma fonte, uma segunda alternativa de compra de produtos”, haja vista o embargo norte-americano a exportações de soja, referido no capítulo da tese sobre o PRODECER. Desse modo, “essa cooperação nipo-brasileira não se deu pensando na colônia japonesa” presente no Brasil, em que pese a participação de nikkeis e de uma cooperativa estabelecida por imigrantes japoneses no Programa.

Como fizeram os Srs. Alimura e Muraoka, o Sr. E. também menciona a intenção de proveito do *know-how* de São Gotardo para embasar as atividades em Paracatu.

W. E.: A ideia dos governos japonês e brasileiro foi... nos anos de 1979, 1980, Brasília era recentemente construída, e, em termos de economia, não havia quase nada na região de Paracatu, apenas gado e um pouco de mineração, mais nada, agricultura era zero, correto? A intenção era trazer tecnologia para o interior, trazer mão-de-obra mais especializada. Isso seria pela cooperativa, com filhos de imigrantes, agricultores lá do Sul, para construir um polo de desenvolvimento agrícola em Paracatu. Depois de um tempo, começaram a vir gaúchos, holandeses... O PRODECER aumentou, realizado em Iraí de Minas, PCPER I, II, III, IV, passaram-se dois, três, quatro anos. Começou a produção da soja, quando o Cerrado passou a ser conhecido no mundo inteiro. Descobriram o segredo do Cerrado, que é o calcário, abundante na região. Se você analisar, toda casa de mineiro fica em terra boa, com fácil acesso à água. Em terreno plano, terra vermelha e plana, não. Na área de Cerrado propriamente dita já havia “barba-de-bode” Para pasto também não dava. Se plantasse um pé de milho no Cerrado assim, na parte acidentada do terreno, não produziria nada. O tratamento do solo, com calcário, corrigiu a acidez, aí mudou. A Cotia aproveitou o *know-how* de São Gotardo e começou aqui nos mesmos moldes. Também era Cerrado, mas São Gotardo fica mais ao sul e tem altitude maior, onde também chovia mais. Aqui não, a altitude é um pouco menor, fica mais ao norte e é mais seco. A temperatura é maior ainda. Era preciso se adaptar a tais condições e demorou muito para essa adaptação. A irrigação só veio com o PCPER, no Entre Ribeiros.

H. E.: O objetivo do nosso grupo era conseguir uma área maior para produção agrícola, terras mais baratas. Em São Paulo, no Paraná, as áreas próprias eram menores. Viemos recém-casados; eu me casei em 1980 e chegamos aqui em 1981. Nossas duas filhas nasceram aqui.

W. E.: Aqui, eu participei do projeto Mundo Novo. A cooperação nipo-brasileira foi feita pelo Governo de Geisel, junto com Primeiro-Ministro do Japão. A ideia inicial mesmo foi que os americanos começaram a fazer uma certa pressão com relação aos alimentos vendidos para o Japão. Aí, os japoneses começaram a pesquisar outros lugares onde pudessem ter uma fonte, uma segunda alternativa de compra de produtos, que seria o Brasil. Por outro lado, a maior colônia de descendentes de japoneses é o Brasil. Mas essa cooperação nipo-brasileira não se deu pensando na colônia japonesa, certo? Para implementar esse programa, selecionaram a Cooperativa Agrícola de Cotia. Hoje não existe mais, acabou. Como a Cooperativa já tinha um certo *know-how* sobre isso, que foi em São Gotardo, então aceitaram o desafio de implementar essa cooperação. Tinham intimidade com o Japão, por parte da própria diretoria da Cotia. Esse programa foi realizado com um terço de brasileiros natos e dois terços de cooperados da Cotia, em sua grande maioria, filhos de cooperados da Cotia, de várias regiões, mas principalmente São Paulo e Paraná. Essa cooperação também abrangeu Santa Maria, uma fazenda muito grande, com participação do Banco América do Sul e de pessoas com poder aquisitivo mais alto.

(W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981)

(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

Ao mencionar diferenças entre o trabalho na terra promovido pelo PRODECER, em larga escala com mecanização, e o que era realizado pela população que habitava Paracatu e outras regiões de Cerrado – plantio e criação de animais para subsistência e construção de moradias e instalações rurais próximas a cursos de água, em detrimento das áreas de planalto – o depoente parece se remeter aos novos agricultores considerados modernos, convocados a se

instalar em regiões de Cerrados e demonstrar sua capacidade produtiva, referidos por Santos (2016).

No trecho a seguir, Yosidi Takahashi menciona participação no PRODECER em duas ocupações, inicialmente como estagiário e depois como colono no projeto Entre Ribeiros. Partindo de sua própria experiência, esclarece que, por meio dos filhos e outros parentes que não eram proprietários de terras, os pais que tinham propriedades puderam produzir em regiões de Cerrado, contornando um dos requisitos necessários para participar do Programa. O depoente informa, também, que seu irmão participou de um projeto da terceira fase do Programa, realizada no estado do Maranhão.

Yosidi: Então, eu participei desse Programa desde o início. Qual era a norma básica? Que os participantes fossem filhos de produtores e não possuísem terra. Meu pai não pôde participar porque era proprietário, teria que ser o filho. Daí, colocavam parentes, outras pessoas da família para participar, laranjas, como se diz. *[risos]* Eu participei da experiência desde o início, no Entre Ribeiros. A maioria das pessoas que vieram para cá são do norte do Paraná, cujos pais eram da antiga Cooperativa Agrícola de Cotia.[...] cheguei em 1983 e entrei no Programa em 1987. Fiquei três anos fazendo estágios, aprendendo. Quando surgiu a oportunidade em 1987, entrei no PRODECER. [...] Terminei o colegial e vim pra cá. Recém formado no Ensino Médio [...]

Nanahira: O que era produzido lá no Entre Ribeiros?

Yosidi: Soja, arroz, milho. Hoje produzem cana, tem uma usina lá. Só que eu já não tenho essa propriedade mais, vendi e adquiri outra propriedade. No início, fazia parte do PRODECER II. [...] Ah, esqueci de falar, tenho um irmão que foi para o projeto do PRODECER III em Balsas, no Maranhão.

(Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Cutitibanos-SC, vive em Paracatu desde 2000)

Yosidi Takahashi compara o regime de chuvas da região de Paracatu ao da localidade em que morava: “lá no Paraná, praticamente chove ano inteiro”. Em Paracatu, “as épocas de seca e de chuva são bem marcadas”. Além da questão climática, o depoente compara as distâncias entre as fazendas e as cidades, longa em Paracatu e muito mais curta no Paraná.

Yosidi: Então, o que eu mais estranhei foi a **distância** entre a fazenda e a cidade, a fazenda fica **longe**, é grande a distância para se chegar à propriedade. Aqui a fazenda fica a uns 100 km, e lá fica a dois, três km. Outra coisa que notei muito foi o clima. Lá chove praticamente o ano todo, a aqui a época da chuva é bem separada, são uns 6 meses sem chuva e outros seis com chuva. As épocas de seca e de chuva são bem marcadas.

(Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

O Sr. Shimada não participou do PRODECER, pelo qual não “tinha o direito de adquirir terra”, pois “era proprietário lá no Paraná”, mas mudou-se para Paracatu levando em conta a fama da produção agrícola realizada no Município.

Na época de 1979, 1980, 1982, 1983, o PRODECER tinha começado, pelos governos japonês e brasileiro. Os japoneses estavam espalhados pelo Brasil inteiro, principalmente em Paraná e São Paulo, e tinham cooperativas, associações. Ficaram sabendo desse acordo e começaram a participar, os agricultores, procurando áreas maiores e foram saindo. Como eu era proprietário lá no Paraná, não tinha direito de adquirir terra do PRODECER. Só podiam pessoas que não tinham imóvel rural. Como o feijão estava tão falado no PRODECER, aí nós procuramos Paracatu. E... não era tão... como a gente calculava, né!? [risos]. Mas, fazer o quê? **Uma vez que chegamos, lutamos, né?** Hoje, graças a Deus, estamos aí, tranquilos. Não recebemos nenhuma vantagem direta do PRODECER. [...]

Nanahira: E o que era plantado em suas terras aqui em Paracatu?

(Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986)

Fabiano Ogawa também não se mudou a fim de participar do PRODECER, mas por motivos semelhantes aos informados pelos demais depoentes: lugar pequeno e “intempéries climáticas [...] difíceis de se controlar” comprometiam a produção em sua região de origem. “Abrindo caminhos”, mudou-se para o Cerrado, “em que a agricultura é realizada em grande escala”.

E como fui parar aqui? Estudei em Curitiba; depois que perdi meus pais, ficou difícil para a gente se manter. Fui para o Japão, do Japão voltei para Curitiba, e lá soube de uma oportunidade para produzir alho no Cerrado, por meio de um comprador de alho. Na época, Curitiba era o maior município produtor brasileiro, a capital nacional do alho, chegou a cinco mil hectares. Hoje não é mais, a produção é de uns 1.500 hectares, por causa de intempéries climáticas, granizo, chuvas, difíceis de se controlar. Foi interessante a oportunidade de vir aqui para o Cerrado, como arrendatário, fazendo parcerias, para começar a plantar alho aqui na região. Foi, como se diz, abrindo caminhos. A região serrana catarinense é muito fria, tem muita geada no inverno. Com as intempéries climáticas, estava sendo difícil produzir lá. A gente saiu de um lugar bem pequeno, e viemos para o Cerrado, em que a agricultura é realizada em grande escala, totalmente diferente.

(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Curitiba-SC, vive em Paracatu desde 2000)

Por sua vez, os pais de Lídia Konishi deixaram o que tinham no Paraná, onde eram muito bem-sucedidos com uma fazenda considerada modelo na região, em busca de terras de maior extensão no Cerrado, pensando no futuro de seus filhos. Nas palavras da depoente, “ele queria comprar uma terra maior, que aqui era 10 vezes maior do que lá, para deixar um pedacinho de terra para cada filho”. O regime de chuvas de Paracatu, em que “chovia sempre”, também motivou a mudança.

No entanto, essa mudança não era da vontade da mãe da depoente, que vivia muito feliz no Paraná, saiu de lá “muito contrariada” e faleceu pouco tempo após chegar em Paracatu. De modo semelhante ao ocorrido com outros colonos agrícolas do PRODECER no Município, seus irmãos também enfrentaram dificuldades financeiras. A depoente, cuja área de formação e atuação profissional difere-se das de seus familiares, foi motivada a viver em Paracatu por seu pai, que tinha pena em ver a filha “trabalhar tanto” em quatro cidades diferentes do estado de São Paulo.

Meu pai conta que, quando resolveu vir para cá, **disse que aqui chovia sempre, por isso que nós viemos**. Depois, com o desmatamento... [...] O meu irmão, O. K., veio primeiro, para participar do projeto. Depois, em 1983, meu pai veio. Mas, no dia da mudança, minha mãe foi conhecer a fazenda e teve um derrame, porque ela veio contrariada pra cá. E faleceu. *[Breve silêncio]* [...] O que acontecia? Meu pai tinha uma fazenda modelo lá no Paraná, era muito bem sucedido, todo mundo fazia experiências na fazenda de meu pai. Ele queria comprar uma terra maior, que aqui era 10 vezes maior do que lá, para deixar um pedacinho de terra para cada filho. Lá era cento e poucos alqueires e aqui ele compraria mil alqueires. Por isso que ele saiu de lá, e minha mãe, muito contrariada, porque a gente era muito feliz lá. [...] Depois que meu irmão e meus pais vieram, veio meu irmão e minha cunhada, que eram veterinários, para cuidar das 600 cabeças de gado de meu pai. Mas morreu quase todo o gado. Passou um tempo e eles foram para Maringá. Depois, veio minha irmãzinha. As terras foram vendidas porque meu irmão, que estava no PRODECER, no Mundo Novo, endividou-se muito e meu pai era o avalista. Meu pai vendeu para não ficar com o nome sujo, aí perdemos tudo. Meu irmão continuou morando aqui em Paracatu. Outro irmão, o mais velho, veio ainda depois, para o projeto Entre Ribeiros. Ele morava em Rondônia, Ji-Paraná; tinha comércio lá, e era bem sucedido também. [...]. Meu irmão também sofreu muito quando chegou aqui [...] **Eu trabalhava muito lá em São Paulo**; até aos domingos, lembro que eu dava treinamento de voleibol no clube da Scania. Então, eu trabalhava de segunda a domingo. Já era professora, me formei em 1983. Nessa época, eu trabalhava numa academia de natação em Santo Amaro, entrava às sete da manhã e saía às nove da noite. Aos domingos, ia para São Bernardo dar aulas de voleibol. Trabalhei em várias academias. Eu morava em São Bernardo e, além de lá, trabalhava em Santo André, São Amaro, São Caetano e Diadema, ficava no ABCD a semana inteira, nesses quatro lugares, dois dias em um lugar, dois no outro... Então, eu trabalhava tanto, tanto, tanto, e meu pai via aquilo, todo pai fica com dó, né? Aí, ele fez a minha cabeça de eu vir a Paracatu, ainda mais que eu estava ligada ao namorado aqui, e decidi: “Então vou!”. Mas vim já com emprego no Colégio Dom Elizeu. Morei com meu pai e minha irmãzinha, que já estava aqui; ele construiu dois quatinhos, um pra mim outro pra ele... É a casa onde moro atualmente, na Vila Mariana, em frente à Praça Sanji Tomoyasu. [...] (Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986)

No trecho a seguir, Yoko Sasaki relata as primeiras impressões ao chegar em Paracatu: muitas chuvas, carência ou precariedade habitacional na zona rural, baixa infraestrutura de ruas e avenidas na zona urbana, pouca variedade na alimentação – sobretudo no que se refere à falta das “verduras que a gente gostava, que estava acostumado”.

Nanahira: Pelo visto, as duas famílias se conhecem há algum tempo, né?

Yoko: Já! O irmão da Lídia, já falecido, e a cunhada, moravam em um lote próximo ao nosso. Como o Keiti [marido] ficava lá o mês inteiro, então deixavam muitas coisas deles no lote de nossa casa. Muitas pessoas não tinham lugar para dormir quando vieram. No começo foi desse jeito... Eu tive muita sorte porque meu sogro tinha feito dois quartos, meados; ele tinha vindo duas semanas antes. Quando nós chegamos aqui [...] muita gente fazia um barraquinho, só pra ter um teto, pra dormir. Outras pessoas que conhecemos e se mudaram para cá viveram assim. Essa parte por aqui, tudo era pasto... O que a gente passou de apuro foi com comida, né? Porque, lá no norte do Paraná, era uma fartura. Chegamos aqui... verduras? Meu Deus do céu!... [risos] [...]

Lídia: Nós duas nos conhecemos aqui. Mas nossas famílias se conheceram lá no Paraná. [Citou nomes de outras famílias nikkeis que vieram para Paracatu e também haviam se conhecido no Paraná]

Nanahira: E a mudança para Paracatu?

Yoko: Foi em 1979, **e chegamos debaixo de chuva!** [...] Chegamos debaixo de chuva e já fomos direto para a roça. Aí, atolamos! [risos] E com a criançada toda dentro do carro, três crianças! Tinha outro carro lá atolado, com um *nikkei* em cima do carro, esperando... Depois, conhecemos o casal, ele e a esposa, eram recém casados. [...] Mas chovia muito. Daí, a minha menina, a mais velha, precisava estudar e não havia escola perto, lá na roça. Por isso, resolvemos sair para a cidade e fomos parar lá na Vila Mariana. E não saímos mais de lá. A Vila estava começando...[...] Deixei toda a mudança lá na roça e saímos só com um colchão, um fogão e duas panelas. **E começamos a vida assim.** Ainda bem que as crianças eram pequenas e aceitavam aquela situação. Se fossem crianças maiores, acho que seria mais difícil. Como eram pequenos, para eles, tudo era festa! [...] Minha primeira impressão... Entramos ali, depois da Rua do Ávila, e tinha paralelepípedo só até a Casa da Cultura; depois, o resto era tudo terra! [...]

Nanahira: Você e seu marido se mudaram para cá a fim de participar do PRODECER?

Yoko: Isso, no Mundo Novo. Foi um dos pioneiros [...] Algumas pessoas ficavam por dois ou três anos, viram que não dava certo mesmo, e voltaram para a terra natal ou se mudaram para outro lugar. Nós ficamos, né? Tentando, tentando... Já vendemos o lote do PRODECER, hoje temos terras perto de Guarda Mor e de Cristalina, mas bem menores.

(Dirce Yoko Sasaki, *nissei*, natural de Arapongas-PR, vive em Paracatu desde 1979)

(Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986)

Pelos relatos orais apresentados nesta seção, entendo que os colonos do PRODECER se revelaram dispostos a trabalhar com modernas tecnologias de produção agrícola e grandes lavouras não apenas em razão de características e exigências do Programa, que remetem a mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil e no mundo – acordos entre Brasil e Japão, planos nacionais de desenvolvimento econômico, mudanças na base técnica de produção, modificações na legislação trabalhista, entre outras –, mas também devido às necessidades das famílias, especialmente relacionadas à sua continuação: pais em busca de garantir herança na forma de terras aos descendentes; filhos que apostavam no PRODECER para melhorar a vida de suas famílias, incluindo seus ancestrais, entre outros casos.

Até este ponto do capítulo, a questão da migração ganhou destaque, especialmente na forma de experiências diaspóricas de japoneses e descendentes ao longo de suas trajetórias de vida. A partir dos relatos dos nikkeis, pude entender processos de desenvolvimento como

experiências que emergem de diversas subjetividades – na forma de aspirações, valores, ações, reações, emoções, posicionamentos, entre outras – em meio a complexas relações entre migração, trabalho e cultura. De modo geral, na busca por melhores condições de vida, os nikkeis e suas famílias realizaram movimentações entre espaços geográficos, aproveitaram oportunidades de trabalho no campo e experimentaram deslocamentos socioculturais por choques e discriminações. Nas próximas seções, incluo as dimensões da educação e da comunidade na análise das experiências de desenvolvimento dos sujeitos do estudo.

3.2. Vidas híbridas e experiências entre lugares

Retomando conceitos caros ao pós-colonialismo na análise das experiências de desenvolvimento dos nikkeis entrevistados, seus relatos também revelam a ocorrência de hibridismos, que podem ser entendidos de duas maneiras. Em uma primeira acepção, hibridismos podem ser interpretados como misturas culturais resultantes de experiências diaspóricas que contemplam encontros ou choques entre elementos culturais diferentes, brasileiros e japoneses, no caso dessa pesquisa.

Em outro entendimento possível sobre os hibridismos que marcam a vida dos nikkeis, tidos como sujeitos ativos de desenvolvimento, compreendo tais hibridismos como estratégias empreendidas por essas pessoas durante seus processos de desenvolvimento, envolvendo combinações de elementos culturais díspares, incluindo costumes, tradições e valores, com vistas a atingir suas aspirações de desenvolvimento. Ao passo em que integram os processos de desenvolvimento, essas combinações acompanham mudanças nas culturas brasileiras e japonesas, tidas como diversas e em contínuo processo de modificação, ao invés de homogêneas, unitárias, fechadas ou estáticas.

O conceito de hibridismo, fundamental para as reflexões realizadas pelo pós-colonialismo sobre sociedades multiculturais, remete a ideias de mistura, mestiçagem, combinação de dois ou mais elementos heterogêneos. Assemelha-se ao de criouliização, definido por Glissant (2001, p. 8) como um fenômeno pelo qual “as culturas do mundo colocadas em contato umas com as outras de maneira fulminante e absolutamente consciente transformam-se”.

Contrariamente a uma concepção fechada de tribo, diáspora e pátria, que implica possuir tradições, ou identidades culturais de núcleo imutável e atemporal, Hall (2003, p. 31) explica que, realizada a diáspora, o “resultado híbrido não pode mais ser facilmente desagregado em

seus elementos ‘autênticos’ de origem”. Segundo o autor, a crioulização ocorre em zonas de contato, como processo de transculturação, no qual sujeitos anteriormente isolados por disjunturas geográficas e históricas colocam-se em co-presença, e cruzam-se as trajetórias de grupos subordinados e metropolitanos.

Brasil e Japão não representam colônia e metrópole ou vice-versa, pois se sabe que Brasil foi colonizado por Portugal entre os séculos XVI e XIX, e que o imperialismo japonês se verificou em localidades asiáticas, como China, Coreia e Taiwan, no período de 1895 a 1945¹²⁷. Mas a co-presença de sujeitos isolados geográfica e historicamente, que gerou transformações culturais significativas e inexoráveis, é representativa dos primeiros contatos entre japoneses e brasileiros, assim como dos contatos entre brasileiros descendentes de japoneses oriundos da região Sul e habitantes de Paracatu e outros municípios situados em regiões de Cerrado, como se verá mais adiante.

Pode-se dizer que os primeiros japoneses que se deslocaram ao Brasil partiram de uma nação imperialista para uma sociedade pós-colonial, que mantinha estruturas da fase colonial em sua economia e sociedade, menos de um século após a independência de Portugal. As diversas expressões de repúdio com base em orientalismos, contudo, não impediram a vinda de japoneses ao Brasil e sua permanência no Brasil por longos anos, incluindo a época da Segunda Guerra Mundial.

3.2.1. Esforços nas dimensões do trabalho e da educação

Diante de expectativas frustradas em seus primeiros anos no Brasil, imigrantes japoneses mantiveram aspirações de desenvolvimento relacionadas, predominantemente, ao trabalho para sustento próprio e familiar, mas, dessa vez, em condições de maior liberdade e autonomia se comparadas às em que viveram como contratados por proprietários de fazendas de café.

Essas oportunidades de desenvolvimento, abertas no contexto de crise da economia cafeeira, incluíram o arrendamento de terras, a compra de terras próprias, a mudança para cidades, a mobilidade profissional e a fundação de colônias ou núcleos coloniais japoneses. Por outro lado, prorrogava-se o almejado retorno à terra deixada.

¹²⁷ O Japão ocupou territórios nas três localidades no período entre 1894 e 1910: Taiwan em 1895 após a Guerra Sino-Japonesa de 1894 a 1910; a Coreia como protetorado em 1905, após a Guerra Russo-Japonesa de 1904 a 1905, depois como colônia anexada pelo Japão em 1910; e o território de Kwantung em 1905, ao sul da Manchúria, anteriormente ocupado pela Rússia (GORDON, 2003).

Tais mudanças de *status* de parte considerável dos imigrantes japoneses, no intervalo entre o início dos fluxos migratórios e o fim da Segunda Grande Guerra, acompanharam o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira da atividade agroexportadora para a produção voltada ao mercado interno, contribuindo para o processo de industrialização por substituição de importações iniciado na década de 1930, após a crise econômica mundial deflagrada em 1929, conhecida como Grande Depressão.

No trecho a seguir, a Sra. Aparecida Atico Takahashi conta sobre a experiência de seus pais, que lograram comprar suas próprias terras, no estado do Paraná, com os ganhos obtidos no arrendamento de terras:

Já são 87 ou 88 anos desde que meus pais vieram do Japão. [...] Eles vieram por imigração, trabalharam na fazenda Mogiana, no estado de São Paulo. Não sei se existe ainda... Trabalharam nessa fazenda arrendando terra e plantando algodão; com o dinheiro que ganharam, compraram terra em Nova Londrina e lá eu fui criada. (Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, nissei, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Por sua vez, o Sr. Mituo Muraoka relata experiências frustradas de seus familiares com o arrendamento de terras, após as quais se mudaram para o interior do Paraná, aventurando-se no trabalho com suinocultura.

Meus pais vieram do estado de Yamagata, lá no Japão, região fria e região montanhosa, bastante montanhosa, e agricultura era basicamente arroz. Meus pais, primeiro, ficaram em Bandeirantes¹²⁸, vieram até Bandeirantes, mexendo café. Mas o café naquele tempo estava baixo, né? E o que estava em alta era algodão, então eles foram para o estado de São Paulo tentar plantio de algodão, é... arrendatário, mas não deu muito certo não. Porque patrão era fraco, quebrou, no meio, eles ficaram sem receber, sem nada. Aí, voltaram de novo pra Bandeirantes, **e lá, ó, os dois aventureiros, meu pai e meu tio**, foram criar porco no sertão do Paraná, no interior do Paraná, beirando o rio Tibagi, assim, sabe, é, naquele tempo. Eles criaram porco, eles, dizer, safrista. Eles pegam... faz contrato com fazendeiro, derruba mato, queima, depois planta milho, com o milho engorda os porcos, um ano, e depois, na hora de vim embora, joga semente de capim e entrega a terra. Até lá, o porco já tinha criado bastante, e dava uma ou duas safras de porco gordo. (Mituo Muraoka, 77 anos, nissei, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

A experiência da família de Seiko Shimada é representativa da aludida mobilidade profissional:

Meu pai chegou e ficou em São Paulo. Aí conheceu outros japoneses e veio trabalhar aqui em Minas Gerais na Usiminas, em que trabalhou por alguns anos. Depois, voltou

¹²⁸ Sobre a cidade mencionada pelo Sr. Muraoka, Handa (1987, p. 460) conta, em seção sobre a expansão de japoneses em direção ao norte do estado do Paraná, que “a colonização de Bandeirantes começou em 1927 com a fazenda Nomura”.

para São Paulo, onde conheceu minha mãe. Casaram e trabalharam com agricultura, muito tempo também. A minha mãe trabalhava junto, porque meus avós, *nisseis*, também lidavam com agricultura. Eu sou da quarta geração por parte de mãe e da segunda geração por parte de pai... A agricultura não ia bem, aí mudaram do sítio para a cidade vizinha, para trabalhar com comércio, faziam salgadinhos pra fora... os dois gostavam muito de culinária, tanto ele como minha mãe. Começaram a trabalhar com *buffet*, fazendo comida japonesa, *sushi*, *sashimi*, foi crescendo, meus irmãos também se interessaram, eu também trabalhava no *buffet* antes de casar, deixei de lecionar para trabalhar no *buffet*, e foi assim... Hoje, meus pais faleceram, mas meus irmãos continuam com o *buffet* em São Paulo.

(Seiko Shimada, 50 anos, *nissei*, natural de São Roque-SP, vive em Paracatu desde 1998)

No período entre a Segunda Guerra Mundial e o início do PRODECER, os nikkeis entrevistados e suas famílias seguiram trajetórias de desenvolvimento marcadas pelo trabalho geralmente ligado à atividade agrícola, pela educação, não apenas relativa ao ensino formal, mas também se referindo à chamada educação informal, contemplando usos e costumes que norteiam o bom relacionamento entre pessoas, com grande influência de fatores culturais.

A maioria dos entrevistados nasceu e viveu em cidades dos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, nomeadamente São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e, durante a infância e juventude, acompanhou suas famílias na atividade agrícola, no caso em que eram compostas por agricultores. A respeito dessa época, relatam passagens por escolas, em que eram ensinados os idiomas japonês e/ou português. Para estudar, muitos enfrentaram condições adversas, relacionadas ao pioneirismo de suas famílias nas localidades em que residiam: clima frio, longos caminhos a pé, mata virgem e passagem de gado.

O Sr. Shimada conta ter aprendido japonês em família, sendo capaz de ler jornais no idioma e entender as notícias da emissora de radiodifusão pública do Japão. Frequentou pouco a escola devido à longa extensão do caminho para se deslocar, em meio ao “mato puro”, sentindo frio. A Sra. Toshiko Alimura também se refere ao clima frio e ao longo trecho para ir à escola, onde que passava todo o dia.

T. Shimada: Em São Paulo, não me lembro de quase nada, porque me mudei com seis anos. Lembro mais do Paraná, porque ficamos toda vida na mesma região, no mesmo sítio. Tinha uma escola mista, com todos os anos em uma sala só, desde o primeiro até o terceiro quarto ano, sabe... uma escola nesse sistema. E era **longe**. Como meu pai achou que eu não aguentava andar quatro quilômetros... quase não fui à escola. [...] Tinha colônia japonesa. A língua japonesa existia em família, não na escola. Teve escola japonesa, mas foi bem depois... cinco a oito anos depois que começou. Quando a gente chegou para morar lá, era **mato puro**. Era o início da abertura da região, fomos pioneiros lá. Quando ia para escola, era **frio** e a gente ainda caminhava no meio da mata virgem mesmo. Com sete ou oito anos, eu era meio fraco fisicamente, e meu pai achava que eu não aguentaria andar o trecho todo. Depois, eu fiz aulas noturnas particulares. Mas na escola mesmo fiquei muito pouco. [...] Não fiz muita escola, mas... consigo falar japonês e ler jornais japoneses, com notícias de jornais brasileiros... lendo isso eu...

Seiko: Ele nunca frequentou escola japonesa, mas lê todos os *kanjis*, entende todo o jornal sem problemas. Eu não consigo ler um jornal assim. Ele assiste quase só NHK, as notícias do canal japonês; então, sempre está por dentro de tudo.

(Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986)

Seiko Shimada, 50 anos, *nissei*, natural de São Roque-SP, vive em Paracatu desde 1998)

Nanahira: E a senhora, o que conta sobre a infância? Também aprendeu japonês?

Toshiko: Então, desde pequena entrou no sítio né, mas lá no Paraná, Sessão Cabiúna. Lá tinha língua japonesa também, naquela época. Cidade de Assaí.

Alimura: Mas nasceu no estado de São Paulo, Bastos. Depois mudou pra Assaí.

Toshiko: Desde pequena, fui para o Paraná. A gente entrou direto no sítio, né, longe da cidade. E para ir na escola também, tinha cinco quilômetros, a pé. Antigamente, não tinha nada de condução, né? Tinha que levantar cedo, e nem que chover, nem que... todo dia tem que ir a pé. Daí, de manhã, estudava língua portuguesa; à tarde, tinha língua japonesa. Eu estudei na língua japonesa também, voltava bem tarde, dia inteiro, levando marmita, quer dizer, *bento* né? Era frio.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Toshiko Suguiyama Alimura, *nissei*, natural de Bastos-SP, vive em Paracatu desde 1983)

No trecho a seguir, a Sra. Aparecida Atico Takahashi fala sobre os locais em que nasceu e viveu com sua família, fazendo comparações com a família de seu marido, ambas ligadas à atividade agrícola, especificamente o cultivo de café. Sua infância e juventude foi marcada pelo estudo e trabalho, “não tinha diversão”. Sobre a fase escolar, compara o ensino de sua época, quando “já se ensinava tudo”, ao dos dias atuais.

A depoente destaca o pioneirismo de sua família Kondo – sobrenome que teve quando solteira – na cidade de Nova Londrina, localizada no estado do Paraná, “onde tem rua e avenida com nome do pai, da mãe”; contudo, a importância de outrora se perdeu com o passar das gerações, o que a depoente relatou em tom de lamento.

Aparecida: Nasci em Urupês, estado de São Paulo. Meu esposo, Mário, é de Marília, mesmo estado. Eu mudei para o Paraná com nove anos. Minha família é da cidade de Nova Londrina. Somos seis irmãos, três homens e três mulheres. Dois já faleceram. Todos os outros moram em Nova Londrina, ficaram lá mesmo. [...] A minha família Kondo agora acabou né, os netos não souberam administrar. Mas tinha alguns dos fazendeiros mais importantes de Nova Londrina, nos meus tempos. Na cidade, tem rua e avenida com nome do pai, da mãe... eram os pioneiros de Nova Londrina.

Nanahira: E a sua infância em São Paulo e no Paraná? E a escola, as brincadeiras?

Aparecida: Em São Paulo, estudei até o 2º ano. Entrei na escola com sete anos. No Paraná, estudei só até o 4º ano. Só tenho o primário mesmo, que era chamado de grupo. Nem eu nem o Mário temos Ginásio. Mas sabia que o ensino daquela época vale mais que o segundo grau de hoje em dia? Já se ensinava tudo. Arroba, por exemplo, não é 15 kg? Se perguntar quanto é uma arroba pra quem está estudando hoje, não sabe responder. Nem existe agora arroba, né? Sabe o que eu não gostava na escola? Português. Conjugação verbo, menina [*risos*]. Eu, tu, ele, nós, vós, eles... O que não gostava era isso aí. No meu tempo, não tinha *nihongaku*, escola japonesa. E os pais não ensinavam, não tinham tempo. Eu fiz escola brasileira, que ensinava

português. Não tinha colônia japonesa onde morei. De *hiragana* e *katakana* ainda sei algo, mas *kanji* eu não sei. Os vizinhos eram brasileiros, devia ter só uns dois ou três japoneses. Já o Mário morou na cidade de Assaí, no Paraná, onde tinha colônia japonesa, e estudou um pouco.

Nanahira: A senhora conviveu com a agricultura desde criança?

Aparecida: Sim, meus pais já eram da agricultura, né? Meu pai trabalhou por 19 anos plantando só algodão em São Paulo. No Paraná, só plantava café. Quando casei, o Mário e seus três irmãos tinham sítios, plantavam só para o gasto, trabalhavam com compra de cereais e levavam para vender em Maringá. Eu e Mário. Moramos com meus sogros, que já são falecidos. Meus pais também já faleceram há muitos anos. Se tivessem vivos, teriam mais de 100 anos. Eu era a filha caçula.

Nanahira: Falamos da infância, mas e a adolescência?

Aparecida: Uai, naqueles tempos, tinha adolescência sim, mas a gente passava sem saber. Só ficava na roça, saía para ir à escola, não tinha diversão, só trabalhar.

(Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Nos demais trechos, os Srs. Alimura e Muraoka esclarecem sobre sua atuação na agricultura, junto à família, da qual “não se separa que nem os brasileiros fazem”.

Nanahira: E os seus pais, eles se conheceram e se casaram no Brasil?

Alimura: Sim, em Vera Cruz, perto de Marília. Depois a família mudou para o estado do Paraná; o local se chamava Pirianito antigamente. Depois de cinco anos que entramos lá, mudou de nome para Uraí. Lá começou em 1936; no ano passado, concluiu 80 anos de município. Lá era pequenino, a área também...

Nanahira: E o senhor, disse que seus pais vieram casados do Japão... Eles chegaram a ter filhos lá no Japão, ou no Brasil? São quantos?

Muraoka: Só aqui no Brasil mesmo. São 11! Todos nascidos no Paraná, em Uraí.

Nanahira: É a mesma cidade que o Sr. Alimura falou! São conterrâneos?

Alimura: Sim, já nos conhecíamos desde lá.

Nanahira: Então a amizade permaneceu até hoje...

Alimura: Viramos até parentes!

Nanahira: Mas os dois nasceram em Uraí?

Alimura: Eu nasci em Vera Cruz. Mudei para Uraí com quatro anos de idade e fiquei 44 anos lá, e depois mudei pra cá fazem 33 ou 34 anos.

Nanahira: E o senhor, sempre morou em Uraí antes de se mudar para Paracatu?

Muraoka: Eu morava em Bandeirante, a 80 km de Uraí. Daí meus pais compraram terra em Uraí, e nos mudamos para lá, onde ficamos por 32 anos. Depois mudamos para Paracatu. Já são 35 anos aqui. [...]

Alimura: Meus pais, quando entraram no Brasil, vieram como imigrantes para trabalhar no cafezal, na fazenda. A primeira área que compraram foi em Uraí, para plantar café. Como não sabiam muito do clima e da altitude do Paraná, viram que o café é muito sensível para o frio. Plantaram, a terra era boa, mas tinha a geada, que queimava tudo... [...] Aí já acabamos com o café em 1960, mais ou menos, e começamos a plantar rami. Não sei se conhece, é como linho, para fazer tecido. Aí, plantamos até 1977 para 1978. Acabou por causa da entrada dos sintéticos. Como o rami era concorrente da juta e da malva, lá da Amazônia, muitas vezes fiz pesquisas a respeito. Conheci muito sobre a cultura de linho, sisal, malva, juta... Na época, fiquei 10 anos na Presidência da Cotia, a cooperativa de produtores. [...]

Nanahira: O senhor me disse que viveu 44 anos em Uraí, para onde se mudou aos quatro anos. Os pais eram agricultores. Aprendeu a agricultura com os pais? [*O Sr. Alimura fez sinal afirmativo com a cabeça*]. E quando comprou a própria terra? Já estava casado?

Alimura: Comprei a minha terra depois de casado. Mas nós sempre moramos junto com os pais, com a família. Não separava dos pais que nem os brasileiros fazem. Lá, quando meus pais entraram, era loteamento. A venda de terras era feita por um grupo japonês, porque quase não entendiam português. As áreas próximas à cidade estavam

divididas em alqueires; cada terra tinha, no máximo, 20 alqueires. Esse era o módulo da região. O município de Uraí tinha 10 mil alqueires. Em 1939, meus pais compraram 20 alqueires, onde plantamos café, como eu tinha dito, e não deu muito certo. Tinha época que era muito bom também. De 1952 para 1953, 60kg de café limpo eram exportados pelo preço de 360 dólares por saca; hoje custa 500 reais, mais ou menos. (Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

O comentário segundo o qual, mesmo após o casamento, os japoneses e descendentes continuam morando com seus pais, não se separando da família, parece se aplicar ao caso das pessoas de sexo masculino, pois a Sra. Aparecida Takahashi e outras pessoas do sexo feminino de sua mesma geração, após casarem-se, não apenas mudaram seu sobrenome, como passaram a integrar a família dos maridos, desvinculando-se, ainda que não totalmente, das famílias em que nasceram. No trecho a seguir, a depoente conta como ocorreu seu casamento, por *miai*, costume japonês mantido no Brasil, que pode ser explicado, em suas palavras, de modo resumido, como: “olhou, conheceu, gostou, casou”.

A Sra. Takahashi revela, ainda, um aportuguesamento na grafia de seu nome, de Atsuko para Atico, ao ser registrada, o mesmo se aplicando ao sobrenome de seu esposo. “O cartório acabou escrevendo assim” devido a um ruído na comunicação entre pessoas de diferentes países e idiomas. Trata-se de um hibridismo entre dois idiomas semelhante ao ocorrido com o nome da cidade de Assaí, em que viveu a família do Sr. Shimada. Além de mudanças na grafia, houve a inclusão de um nome português, Aparecida, muito popular no Brasil, para que a depoente fosse batizada.

Nanahira: O seu primeiro nome é Aparecida?

Aparecida: Não, Aparecida é como nome de batismo. Meu nome mesmo é Atsuko, que foi escrito como Atico, Atico simples, como está em meu documento, com as letras A, T, I, C, O. No documento, não consta o Aparecida. Os meus pais não sabiam como explicar, e o cartório acabou escrevendo assim.

Nanahira: E o sobrenome?

Aparecida: Meu sobrenome era Kondo, mas retirou e ficou só com o do marido, Takahashi. O nome do Mário é Tsutomo, mas no documento está Tutomo. [...] Na hora de batizar, colocavam nome de santo né? Minha irmã mais velha se chama Maria, e eu sou Aparecida. O comum é uma pessoa se chamar Maria Aparecida, mas nós ficamos com esse nome dividido [*risos*]. Meu esposo, Mário, é de Marília. [...] A [família] do Mário é de Iretama, uma cidadezinha próxima de Campo Mourão. Agora o Mário não tem mais parentes em Iretama. Nos conhecemos por *miai*, naqueles tempos não existia namoro. *Miai* foi assim: ele foi lá, olhou, conheceu, gostou, casou! [*risos*]. Antes de casar, só o vi três vezes: no *miai*, no noivado e uma vez que ele estava passeando. Naquele tempo, existia o pedido de casamento. Antes do Mário, teve muitos pedidos, mas o pai achava que a caçula precisava arrumar uma família mais... assim né... Por isso, fiquei até os 23 anos sem casar. Tinha a fama de que a família rica não entregaria a filha a uma família pobre. Na época, casamento era de 18 até 21 anos, depois disso já era coroa. Antigamente era assim, os pais escolhiam, e não a moça. Na época em que conheci o Mário, tinha ficado um ano em Maringá na

escola interna só de moças, em que se aprendia costura, essas coisas. Costura eu já sabia. O professor da escola foi o padrinho do casamento. O irmão do Mário perguntou ao professor se não conhecia uma moça para o irmão que precisava casar. Ele achou que podia dar certo comigo, as duas famílias trabalhavam com café. Meu pai concordou com a vinda do Mário, aí, teve esse *miai*; viu pessoalmente, conheceu, gostou... casou. O casamento foi em 1968. Casei com 23 anos e ele com 25. Após o casamento, fomos morar em Iretama, onde morei por 15 anos. Meus quatro filhos nasceram lá. Meu sobrenome era Kondo, mas retirou e ficou só com o do marido, Takahashi.

(Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)

O casamento por *miai* também ocorreu nas famílias do Sr. Muraoka e Alimura:

Muraoka: Meus pais eram de uma região mais fria, lá em cima. Yamagata, bem ao norte de Honshu. São dois metros e meio de neve lá *[risos]*. Yamagata está em baixo de neve. Os dois vieram casados, e eram dessa mesma região. Casaram assim, em irmãos: tinha a irmã da mãe e o irmão do pai. Uma família tinha um querendo ir para o Brasil e outra também uma filha querendo ir ao Brasil; então se encontraram, fizeram *miai* e casaram.

Nanahira: Então a família de um e a família do outro...

Muraoka: Já se conheciam. Mas eles se casaram mesmo e rumaram embora! *[risos]*

Nanahira: Só não participaram os filhos disso...

Muraoka: Exato!

Nanahira: E com os pais do senhor, aconteceu algo semelhante no Brasil?

Alimura: Não, meus pais vieram em anos diferentes. No Brasil, moravam próximos e se conheceram.

Nanahira: Quando eu conversei com uma pessoa, também *nissei*, que mora em Paracatu, ela me relatou que casou por meio de *miai*, organizado por seu pai. Mas foi no Brasil, e em 1968!

Muraoka: Olha, eu conhecia a minha esposa, mas fez *miai*; era praxe, né? Mesmo no Brasil. Não conhecia pessoalmente, de conversar assim não, mas então fui fazer *miai*. [...]

Nanahira: E com o senhor, também foi assim, teve *miai*?

Alimura: Não... no meu caso, minha irmã tinha casado com alguém de uma família que também tinha uma moça, então os pais acharam que...

Muraoka: Então teve *miai* também!

Alimura: É... é *miai* né... *[risos]*

Muraoka: Apresentam os costumes das duas famílias, a região onde nasceram das famílias. E tem a probabilidade de dar mais certo! É, uai!

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

No caso de Yoshifumi Kayashima, não foi bem-sucedida a tentativa de arranjo de casamento por intermédio dos pais:

Como japonês gosta que fique a família entre japoneses, minha mãe, uma vez, quando eu fui a Belo Horizonte, ela até tinha arrumado um encontro com uma japonesa pra mim. Depois é que eu fiquei sabendo que isso aí não era por acaso, ela... juntou ela e o pai da moça e combinaram pra me encontrar pra... aí nós ficamos tão amigos, que acabou, ficou só pela amizade, quer dizer, aquele velho ditado é, o tiro saiu pela culatra, né? *[risos]*

(Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).

Analogamente ao que conta a Sra. Aparecida Takahashi, brincadeiras não predominaram na infância do Sr. Alimura. Contudo, o pouco que havia para brincar – montar a cavalo – teve serventia em sua passagem pelo Exército, na cavalaria.

No tempo de moleque, não tinha nem brinquedo pra brincar. O único era cavalo... sem sela, sem cabresto também, só cordinha. Aí, como servi na cavalaria, pra mim era mão na roda, né? Já sabe tudo, macete do cavalo, não precisava fazer exame né? Treinamento também, eu ia junto com capitão assim pra acompanhar junto, pra ajudar. Foi muito bom. Servi o Exército em Curitiba, Paraná. Aí, como tinha curso, essas coisas, passei por cabo também, sabe...

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

A Sra. Cristina Fukuda conta sobre a vida de sua família nas várias localidades em que residiram, ressaltando que toda a família trabalhava na agricultura, incluindo as mulheres: “todo mundo pegou na enxada”, até mesmo sua mãe, “mesmo doente”. Ainda que tivesse enfrentado problemas de saúde e passado por cirurgia – para além de trabalhar bastante – a mãe da depoente conseguiu viver por mais tempo do que um de seus filhos mais jovens.

Diversos foram os cultivares – café, feijão, milho, amendoim –, pois “tudo o que se pudesse dar [...] aproveitava a terra”. Além da extrema dedicação de seus familiares no trabalho, procuravam tirar o maior proveito possível de suas terras na produção agrícola.

A Sra. Fukuda, como muitos dos *nisseis* entrevistados, aprendeu a falar japonês em casa, com sua família, sendo que alguns de seus irmãos frequentaram escola de língua japonesa.

Cristina: Meu avô era casamenteiro, e conheceu minha mãe no corte e costura. Disse que sempre passava em frente, e minha mãe estava lá, né? Falava assim para o meu pai: “Leva esse serrote para a professora de corte e costura”, aquele serrote comprido; mandava entregar o serrote só para meu pai ver a moça, que era a minha mãe [*risos*]. Era assim que ele mandava conhecer a moça. Dizem que meu pai era bem tímido. Isso foi em Vera Cruz. Não foi *miai*, quando as duas famílias conversam, fazem um encontro entre os dois, para ver se gostam um do outro. Minha mãe se casou com 23 anos, e meu pai era uns dois ou três anos mais velho. Quando eu nasci, ele tinha 35, e a minha mãe 33 ou 32.

Nanahira: Ele trabalhava como agricultor em Vera Cruz nessa época? Também plantava arroz, como no Japão?

Cristina: Não, ele trabalhava com algodão. A família da minha mãe com amendoim. A minha mãe também trabalhava na agricultura. Já estava separada da família de meu tio, não morava mais na fazenda do tio. O meu pai, até minha tia se casar, ficou junto... Como era o filho mais velho, cuidou de todos; veio a família toda, os cinco irmãos, para o Brasil, os Sakazaki. Dos Yasunaga, também de parte de meu pai, veio mais gente ainda. Uma dúzia e meia de gente

Nanahira: A senhora tem irmãos? Nasceram em Vera Cruz?

Cristina: Somos oito, seis irmãs comigo, e dois irmãos. Eu nasci em Pacaembú, São Paulo. Minha irmã mais velha é que nasceu em Vera Cruz; depois, outra irmã em Parapuã. Mudaram de cidade, né? Foram para Pacaembú, onde eu nasci. Depois, foram para o Paraná, na cidade de Nova Esperança; todos os outros filhos nasceram no Paraná. Meu pai estava esperando um filho, tinha uma escada de filhas mulheres; só teve no final, bem depois, dois filhos. Teve mais uma, mas faleceu com um ano e sete meses.

Nanahira: Em todas as cidades que a senhora mencionou, seus pais se dedicavam à agricultura?

Cristina: Sim. No Paraná, era café. Minha mãe, mesmo doente, rastelava o café. Depois do café, quando meu irmão tinha três meses, ele nasceu em 1962, nós morávamos perto de Umuarama, em Maria Helena, a uns 200 km de Foz do Iguaçu.

Nanahira: A senhora também acompanhava, ajudava os pais na agricultura?

Cristina: É! Em casa, a gente era tudo mulher e todo mundo pegou na enxada. Meu pai entrou com o café, mas tinha a geada, então mudava. Plantava feijão, milho, amendoim. Tudo o que se pudesse dar, meu pai plantou, aproveitava a terra. Meu pai mandava roçar tudo de 15 em 15 dias; se tinha picão, mandava colocar no saco, abria o buraco e jogava lá dentro. Havia pessoas que derramavam as coisas do outro lado, jogavam no vizinho, gente enjoada, né? [...]

Nanahira: Quando pequena, a senhora também frequentava a escola? Escola japonesa?

Cristina: Quando nós éramos pequenos, não havia escola japonesa. Quando meu irmão mais novo conseguiu entrar na escola, minhas três irmãs mais velhas também tinham aulas noturnas. As irmãs que estavam indo para a escola, à tarde iam para o *nihongaku*. Depois que viemos de Maria Helena, minha irmã estudou lá em Nova Esperança. Havia *kaikan* lá em Maria Helena e pediram para uma senhora de idade dar aula de japonês, e ela começou a dar aula.

Nanahira: Hum... percebo que a senhora fala japonês, consegue se expressar... aprendeu com o pai e a mãe em casa?

Cristina: Sei, foi... mas é que... eu que fui a última a me casar também. [...] Quando meu pai estava procurando terra pra comprar, juntou com meu tio e viram que havia terras virgens em Maria Helena. Ele com oito filhos e meu tio com seis. Em Nova Esperança, meu tio até achava que a terra seria melhor, mas viu que era só cascalho. Enchia o caso de pedra, precisava melhorar a terra para plantar café. Depois de uma semana, vendo minha mãe cansada, falavam assim: “nossa, o japonês vai matar a mulher!”. Minha mãe teve tuberculose, ficou internada. Outro dia, ela precisou fazer uma cirurgia. E ela ainda viveu mais que o meu pai. E os dois pais viveram mais do que meu irmão, que faleceu com 38 anos.

(Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

O relato de Fabiano Ogawa, *nissei* que nasceu em Curitiba, Santa Catarina, revela outros cultivares, diferentemente do foco no cultivo do café e da vivência no Paraná dos relatos anteriores:

Nanahira: A experiência com o meio rural, na produção de alimentos, vem da família?

Fabiano: Sim, vem de meus pais, trabalhei com eles na agricultura desde pequeno, a gente morava na zona rural mesmo. Começou com fruticultura, depois foi para grãos, flores, hortaliças em geral, pepino, pimentão, abóbora menina. No final dos anos de 1970 e início da década de 1980, entrou o alho. Havia um produtor, nosso vizinho na zona rural, que até hoje tem uma variedade de alho com o nome dele; meu pai e ele plantaram alho juntos. Chegou a ser o maior produtor de alho no início dos anos de 1980, naquela época, sem muita dificuldade de produzir. Na época, Curitiba era o maior município produtor brasileiro, a capital nacional do alho, chegou a cinco mil hectares. Hoje não é mais, a produção é de uns 1.500 hectares, por causa de intempéries climáticas, granizo, chuvas, difíceis de se controlar.

(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Cutitibanos-SC, vive em Paracatu desde 2000)

No próximo trecho, Yoko Sasaki e Lídia Konishi discorrem, com riqueza de detalhes e sentimento de saudade, sobre fatos de sua infância e juventude nas cidades do Paraná em que suas famílias viveram. A fase escolar ganha destaque, haja vista ambas as depoentes serem professoras. Apesar de ter estudado até o ginásio, atual Ensino Fundamental II, Yoko Sasaki, esclarece que “o ensino era tão forte nessa época” que conseguia ensinar sua filha, quando cursava o científico, correspondente ao Ensino Médio nos dias atuais. Esse comentário assemelha-se ao feito pela da Sra. Aparecida Takahashi, quando comparou o ensino de sua época ao da atualidade.

O caminho que as crianças tomavam para a escola é semelhante ao empregado nos dias atuais no Japão, nas palavras de Lídia Konishi: “As crianças vão a pé [...] Sempre há uma criança maior que passa na casa das mais novas para busca-las e irem juntas. O pai e a mãe não podem ir junto”. Conforme explica Yoko Sasaki: “a criança que morava mais longe, geralmente a mais velha, vinha buscando as crianças nas casas, ao longo do caminho. Quando chegávamos na escola, éramos 13 ou 14 crianças juntas. E isso acontecia todos os dias, de manhã”. Além disso, na escola, “quem fazia a limpeza eram os alunos”. Entretanto, diferentemente da realidade japonesa, “não tinha a bandeirinha”, e, no caminho para a escola, as crianças passavam “no meio do pasto”, onde havia gado.

Na fase final da ditadura militar no Brasil, Sasaki indica ter presenciado a prática do toque de recolher, em razão da qual “tinha hora pra gente chegar em casa, que era até as seis horas; depois desse horário, ninguém podia mais estar na rua”. Se tivesse gente na rua, principalmente crianças, eles prendiam mesmo”. Mas as notícias ruins não eram tão frequentes como hoje em dia, pois, naquele tempo, “as pessoas se respeitavam [...] O aluno respeitava o professor...”. Nessas reticências, percebo um sentimento de lamento de uma pessoa cuja profissão era mais respeitada em seu tempo de infância e juventude, em relação aos dias atuais.

O ensino da língua japonesa, mencionado anteriormente por vários entrevistados, a preservação de costumes como o casamento por *miai*, e a prática de esportes como judô, kendô e sumô, mencionados por Lídia Konishi, remetem à dimensão de desenvolvimento identificada na cultura ou na tradição, também abordada na próxima seção deste capítulo. Por outro lado, o aprendizado de português e as brincadeiras típicas do Brasil aos fins de semana por descendentes de japoneses – queimada, corda, esconde-esconde, amarelinha, casinha, comidinha, pião são mencionadas pelas depoentes – revelam realidades híbridas, condições

entre lugares nas quais muitas pessoas da segunda geração de japoneses no Brasil nasceram e viveram.

Lídia: Meu pai veio de Fukui-ken, minha mãe de Fukushima.

Yoko: O mesmo lugar de origem de meu pai, Fukushima também. Os pais do Keiti, meu marido, são de Sendai. **Há quanto tempo eu não falava dessas coisas, esses nomes...** [...]

Lídia: [...] Quando eu nasci, a fazenda era do município de Palotina, depois passou ao município de Assis Chateaubriand.

Yoko: Na época em que a Lídia nasceu, Assis Chateaubriand era um município que estava em ascensão. Então, eu garanto que os pais dela cortaram muito mato virgem. Lembro até hoje de quando estavam desmatando. [...] A gente, que morou no norte do Paraná, já viveu em lugares mais civilizados, cidades mesmo. [...] Até os anos de 1960, ainda estava sendo explorado o lado oeste do Paraná. [...]

Lídia: Nossa, olha só, **a minha infância foi muito boa, foi maravilhosa!** Eu sou a penúltima filha. Nós éramos em oito irmãos, mas minha mãe teve 11 filhos, morreram três antes de eu nascer, que não pude conhecer. Morávamos em uma casa de madeira. A escola era distante, ficava a uns dois quilômetros de casa, tínhamos que passar no meio do pasto para chegar à escola. [...]

Nanahira: E a escola, era brasileira ou japonesa?

Lídia: Era brasileira. Tinha uma varinha que a professora guardava para bater em quem aprontava muito, todo mundo apanhava. Em Assis Chateaubriand é que tinha escola japonesa, e eu não frequentei; fui frequentar escola japonesa lá em São Bernardo do Campo, em São Paulo. [...]. Depois do colégio, fiz um ano de cursinho e estudei Educação Física nas Faculdades Integradas de Santo André. Fui aquela adolescente sempre praticante de esportes. Lembro que praticava tênis de mesa, voleibol. [...] Quando fui para São Bernardo, fazer o Ensino Médio, sempre participei da seleção de voleibol e de tênis de mesa da escola, que era famosa na Cidade. Também fui vice campeã da Cidade no tênis de mesa, inclusive disputei o prêmio com uma japonesinha. Então, o esporte sempre fez parte de minha vida.

Yoko: A minha infância foi mais ou menos igual à da Lídia porque, para ir à escola, a gente também precisava passar no pasto também. Só que a gente se juntava; a criança que morava mais longe, geralmente a mais velha, vinha buscando as crianças nas casas, ao longo do caminho. Quando chegávamos na escola, éramos 13 ou 14 crianças juntas. E isso acontecia todos os dias, de manhã.

Lídia: No Japão é assim, você sabe, né? As crianças vão a pé; dependendo da distância, podem ir de bicicleta. Sempre há uma criança maior que passa na casa das mais novas para busca-las e irem juntas. O pai e a mãe não podem ir junto.

Yoko: Nunca os pais iam junto. Quando tinha crianças de cinco anos, a gente levava até na cacunda, porque não davam conta de andar, era muito longe. Quando a escola ficava longe demais, alguns pais davam aulas em casa, o meu sogro mesmo dava aulas para os filhos. Nós íamos para a escola japonesa. **A maior dificuldade era quando chegava o frio.** Nossa, as crianças, principalmente as pequenas, chegavam a congelar de tanto frio que fazia. Aí, o professor da escola fazia *ofuro*, deixava o *ofuro* quente, para quando as crianças chegarem, a esposa do professor dava banho para esquentar as crianças. Tinha umas 10 crianças pequenas que chegavam congeladas, moravam longe, né? Nos meses de maio, junho e julho, fazíamos atividades como teatro, canto, poesia, demonstrações. A gente treinava por três semanas em junho e julho. No começo de agosto, fazíamos as apresentações, era o *gakugekai*. Havia apresentações desde o ginásio até o jardim. Ficava sempre ocupado, não tinha tempo de ficar na rua assim, sabe, porque ficávamos metade do dia na escola japonesa, de manhã, e depois na escola brasileira, de português. Isso porque já tinha colônia lá. Nossa escola era um pouco maior do que o Kaikan daqui, grande, repartida em três. E quem fazia a limpeza eram os alunos. Todo sábado a gente fazia a limpeza do pátio. Tinha turma que fazia a limpeza das janelas, do chão, dos banheiros. Era assim, repartido em turmas. Depois que terminava toda a limpeza, tinha a hora de desenhar. Não desenhos de natureza morta, mas de paisagens. A gente morava em um lugar meio retirado da cidade, tinha

um monte de coisas para desenhar, fazer pinturas. O professor incentivava muito; se não era desenho, era caligrafia de *kanjis*. Nos sábados e domingos, a gente também tinha atividades, mais entre as crianças. Minha casa tinha um quintal, então juntava toda a criançada, e a gente jogava queimada, pulava corda, brincava de esconde-esconde, amarelinha, casinha, comidinha... [...] Juntavam quase 20 crianças, era todo mundo que morava em uma, duas quadras, colegas da escola, amiguinhos. Eram todos japoneses, descendentes. Só na quadra em que a gente morava, eram 13, 14 famílias. Então, era festa! Meu avô era muito festeiro, quando chegava a Festa Junina ele empilhava as madeiras, apanhava um monte de batata doce, sabe... Ele cozinhava pra a gente batata doce, pinhão. Ele mesmo comprava os fogos e a gente passava uma noite assim. E fazia a festa para as crianças, pra animar, a turma que morava perto de nossa casa. **Só sei que foi muito boa essa época!** Na escola, também havia muitas brincadeiras, que eram simples, e todo mundo brincava junto, não tinha rixa. [...]

Nanahira: Então, assim como acontece até hoje no Japão, as crianças iam para a escola a pé, juntas e guiadas por uma mais velha, no Paraná...

Lídia: Isso não devia ter mudado nunca, gente...

Yoko: Não tinha a bandeirinha, como no Japão. A escola japonesa ficava próxima a um lugar que era um matadouro. A cada duas semanas passava uma boiada. É, precisava enfrentar boiada, menina! *[risos]* Quando saía a boiada, a gente via o gado chegando, de repente o boi entrava pelo portão aberto e chegava a o pátio do *nihongaku*. Na hora de ir para a escola japonesa, era aquela coisa sabe... E quando o boi foge para o quintal dos outros, ele não quer sair, empaca. [...] Na minha cidade, a parte de esportes era judô, *kendo*, sumô e *yakyuu*, que é o beisebol. Ainda estão praticando no norte do Paraná, onde se concentraram esses esportes. Fora isso, tem o tênis de mesa, que é mais recente. [...] Estudei em escola japonesa e escola brasileira, mas só fui até o ginásio, não fiz ensino superior. O ensino era tão forte nessa época que, quando a minha menina estava fazendo o científico, eu dava conta de ensinar minha filha. Quando fiz a admissão ao ginásio, era só meio ano. Como era tempo de ditadura, tinha hora pra gente chegar em casa, que era até as seis horas; depois desse horário, ninguém podia mais estar na rua. Então, eu saía da escola primária e já corria para a admissão, e da admissão já precisava estar em casa às seis. Se tivesse gente na rua, principalmente crianças, eles prendiam mesmo. Para ir ao cinema, precisava estar sempre acompanhado dos pais e ainda com carteirinha. Tinha que andar com carteirinha direto, era assim.

Nanahira: Os seus pais migraram ao Brasil antes ou depois da Segunda Guerra Mundial? Porque, no Brasil, existiu um conflito entre os que acreditavam na vitória do Japão e na derrota, alguns demoraram a perceber e acreditar que o Japão tinha perdido...

Yoko: Foi na época da Segunda Guerra, um pouquinho antes. Na minha cidade não teve muito o conflito de *kachimaki*, entre os que acreditavam que Japão perdeu e os que acreditavam que ganhou. Já tinha passado aquela época, estávamos no finzinho da ditadura. Acho que meus pais vieram num tempo melhor, porque não tinha malandragem, não tinha gente ruim andando pela região. Só depois, quando a gente já estava no ginásio, e eu estudei à noite, por dois anos, acontecia com quem morava na periferia, mais longe, nas chácaras. Teve notícias ruins, mas não tinha muito como ocorre ultimamente, as pessoas se respeitavam, né? O aluno respeitava o professor...

Lídia: Quando chegava o diretor dentro da sala de aula, todo mundo ficava em pé.

Yoko: A gente cantava todos os hinos. A criançada hoje...

(Dirce Yoko Sasaki, *nissei*, natural de Arapongas-PR, vive em Paracatu desde 1979)
(Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986)

Diferentemente de seus pais, atuantes na agricultura, Lídia Konishi tem formação e trabalha na área de Educação Física, seguindo seu talento nos esportes. De maneira semelhante, Yoshifumi Kayashima, formado em Engenharia Mecânica, com experiência em oficina de motocicletas, e atualmente trabalhando com produtos náuticos, é outro exemplo de sujeito de

desenvolvimento que seguiu trajetórias de educação e trabalho não vinculadas à atividade agrícola. Os trechos a seguir são partes de duas entrevistas, realizadas em 10 de julho, o primeiro trecho, e 30 de janeiro de 2017, o segundo trecho:

O depoente esclarece não ter atendido o pedido de seu pai, com quem mantinha bom relacionamento, no sentido de “ser um agrônomo”. Ao invés de seguir os passos de seu genitor, optou por estudar e trabalhar na área que “gostava e gosta”, assim criando seus meios de vida como sujeito de seu próprio desenvolvimento. Posteriormente, contou com a compreensão de seu pai.

Na escola, eu não repetia ano nenhum, Graças a Deus, mas na matéria que fala que é português, eu sempre precisava de um empurrãozinho, porque era difícil. Meu pai, como ex-combatente, ele nunca me encostou a mão, nunca alterou a voz comigo. Ele só pedia as coisas que eu fizesse. A única coisa que eu não consegui atender o pedido dele, foi que ele me pediu para ser um agrônomo. Não teve jeito. Eu gostava e gosto de mecânica, por isso eu fiz Engenharia. Mas, depois meu pai compreendeu que as coisas... é assim mesmo. Ele não ficou decepcionado de eu ter contrariado a vontade dele.

Yoshifumi: Depois que terminei o 2º grau, fui para Belo Horizonte. Outra coisa engraçada. Daí fui para Brasília, todo mundo queria ir para lá, né? Eu fui para Brasília, mas detestei. Fiz Engenharia Industrial Mecânica no CEFET. [...] Formei e a FMB me chamou, uma subsidiária da Fiat, uma fábrica de cabeçotes de alumínio, de injeção. Chamaram três pessoas e eu fui selecionado. Passei o dia inteiro lá e me deram um livro dessa grossura pra ler! No final, tinha um salariozinho. Estudar esse tanto aqui para ainda pedir mesada para minha mãe? Com aquele salário não conseguiria sobreviver em Belo Horizonte. Porque o meu ideal era ir para a Honda em Manaus, sempre gostei de moto. Então, vendi minha moto e fui para Manaus. Fiz três testes lá, um de controle de qualidade, um de usinagem e outro de injeção. Isso tudo em uma segunda-feira. [...] Manaus é tão quente... [...]. Dormia e acordava suado. Quando chegou o final de semana, disseram que havia uns lugares bons para passear, como o Aeroporto. A primeira coisa que fiz foi ir ao guichê e comprar a passagem para Brasília, na econômica, à meia-noite. Larguei tudo e vim. Não suportei o clima de lá.

Nanahira: E o resultado dos testes da Honda?

Yoshifumi: Também não vi, porque deixei o endereço do hotel, e não o endereço daqui. Ficou lá no hotel.

(Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).

3.2.2. Lutas e vias de integração cultural em contextos de herança colonial

O estabelecimento do PRODECER integra processos de desenvolvimento identificados na modernização da agricultura em regiões de Cerrado, liderados por governos e empresas de Brasil e Japão. Alguns dos nikkeis entrevistados buscaram realizar suas aspirações de desenvolvimento pela participação no Programa. Contudo, foram muitas as pedras no caminho e intensas as frustrações de expectativas nesse sentido.

As adversidades relatadas pelos nikkeis podem ser agrupadas em três categorias: 1) condições de clima, umidade e altitude; 2) impactos de políticas econômicas sobre o financiamento agrícola; 3) choques culturais no contato com a sociedade paracatuense. Em todas essas categorias, as impressões dos nikkeis sobre as adversidades podem ser resumidas nas falas do Sr. Shimada em seção anterior: “não era tão... como a gente calculava, né!?”

Face às condições climáticas adversas, sobretudo aos períodos de estiagem que prejudicavam a produção agrícola, a solução encontrada pelos colonos do PRODECER foi o estabelecimento de sistemas de irrigação das lavouras por meio de pivôs centrais.

Pelos relatos do Sr. Alimura, soube que a visita a Paracatu realizada pelo Presidente José Sarney em 1988, quando participou da inauguração do sistema de irrigação no projeto Entre Ribeiros, foi realizada em atendimento a convite feito pelos colonos agrícolas. E a visita foi mesmo realizada, ainda que alguns julgassem a ideia como “muito papo”, incrédulos em relação à possibilidade da visita presidencial. Em discurso feito durante a inauguração, Sarney destacou que havia sido “o Presidente deste País que mais tem visitado o interior. [...] Antigamente o Presidente só ia em grandes obras e eu tenho ido às pequenas obras, aos pequenos lugares, [...] a pequenas comunidades, como essas [...] que aqui estão nascendo” (BRASIL, 1988, p. 449).

Clima em si, lá no Paraná, praticamente chove ano inteiro. Nós chegamos aqui em 1983, fizemos o primeiro plantio pra [19]84, choveu até fim de ano, ficou 75 dias aproximadamente sem chuva quase. Então, plantio que nós fizemos, primeiro plantio, foi estaca zero de produção. Aí, como tinha um pouquinho de experiência de irrigação lá em Uraí né, aí falou: “ah, tem que ser irrigação”. Aí, continuou mais um ano, [19]84 pra [19]85, também deu o veranico. Acho que, aquele ano acho que deu 40, 40 e poucos dias, bem no tempo que cultura precisava de chuva. Aí nós falamos: “ah, único jeito é fazer uma cultura de irrigação”. **Mas como a gente tinha carregado todo aquele financiamento, sobre maquinário, sobre benfeitoria, sobre terra, não tinha onde pegar mais financiamento, mas lutamos, lutamos, lutamos**, achamos dentro do BDMG, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, arrumou a linha de irrigação, aí nós fizemos [um] conjunto [de] 41 lotes, né, igualdade. Tinha lote de 250 e 350, mais ou menos, a área. Então, nós fizemos igualzinho, 41 lotes, cada um podia irrigar 60 hectares; fizemos um projeto de 60 hectares cada um, e achamos linha de crédito lá em BDMG; **aí nós fizemos, batalhamos, batalhamos**, aí, em [19]88 conseguimos concluir essa irrigação. [...] Eu era Presidente lá do Entre-Ribeiros né, aí, [para] fazer a inauguração, nós tínhamos convidado ele, Presidente Sarney. Falamos que o Presidente vem pra inaugurar irrigação, lá no bombeamento... “Quê que isso, Alimura?! É muito papo demais... não vai vir não, não vai vir”. Tá bom... Depois que chegou, fomos homenageados lá na Câmara. Me deram certificado, menção honrosa.
(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Entretanto, a solução para um problema tornou-se um novo problema, na medida em que o financiamento de pivôs – obtido como resultado de muitos esforços dos colonos junto a

outras instituições financeiras, diferentes dos bancos com os quais os colonos já tinham financiamento para terra, máquinas e benfeitorias – acompanhou os altos juros e inflação da chamada década perdida, levando ao endividamento dos produtores agrícolas. Nas palavras do Sr. W. E.: “Investimos em um projeto de irrigação, era uma oportunidade para resolver a questão do clima [...] fizemos o financiamento e nos endividamos”.

No tocante ao dinheiro que o Japão emprestou ao Brasil, “praticamente não teve nenhum retorno”, e o “próprio círculo do Governo foi sumindo com tudo”, ou seja, recursos públicos foram mal administrados, senão drenados indevidamente – má gestão associada à corrupção, velhos conhecidos dos brasileiros.

Nanahira: Li muitos materiais que celebram o sucesso do PRODECER, em termos de desenvolvimento do Cerrado...

H. E.: **Era** para ter sucesso. Mas teve o problema climático, frustração de safra, a política governamental... é complicado, né?

W. E.: O maior problema para se ter esse sucesso foi **o nosso Governo**. O divisor de águas foi o Governo Sarney. Em um mês, a inflação chegou a 80%! Só que... sua vida aumentava o custo em 80%, e seu produto não aumentava nada. E foi num ano em que, devido ao problema climático, começou a época da irrigação. Investimos em um projeto de irrigação, era uma oportunidade para resolver a questão do clima. Naquela época, era muito caro o sistema de irrigação, mas o investimento compensaria. Fizemos o financiamento e nos endividamos. Veja o que aconteceu: eu tinha comprado uma unidade de pivô; depois desse plano, eu passei a dever 10 unidades. Agora eu pergunto, como quitar? Por um pivô passei a dever 10 *[indicou os números com os dedos]*... A maioria dos meus colegas perdeu a propriedade e transferiu [...] Mas, na verdade, na cooperação Brasil-Japão, o Japão injetou um dinheiro muito grande no Brasil e praticamente não teve nenhum retorno. Tinha de ter retornado, ter sido pago. Mas o próprio círculo do Governo foi sumindo com tudo.

H. E.: Os que sobreviveram, ficaram aqui, se mantiveram, procurando se adaptar. São 36 anos de trabalho...

Nanahira: Ficaram em Paracatu, né?

H. E.: Criamos raízes. Muita gente saía, mas a gente tentava se adaptar, com muito jogo de cintura. Perderam muito com o veranico, por causa da seca, antes dos pivôs. A gente foi trabalhando com outras culturas, em um ano plantávamos alho, no outro cenoura, e conseguindo melhorar. O pessoal daqui não conhecia muito as verduras. Para os japoneses, a cultura é essa, por isso têm muita saúde. [...] Então... aqui não existia nada de agricultura assim, antes de vir a Cooperativa Agrícola de Cotia, que trouxe outra maneira de agir, baseada na experiência em São Gotardo.

W. E.: Se Paracatu não tivesse veranico, a agricultura seria outra... Quando a gente chegou, passamos por muitas dificuldades.

(W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981)

(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

O esposo de Yoko Sasaki, que participou do PRODECER, passou por frustrações de safra e dificuldades financeiras, e vendeu a propriedade obtida pelo Programa, de modo semelhante ao ocorrido com outros produtores, quando “ao invés de caminhar pra frente parece que foram para trás [...] depois que veio aquela crise”.

Nanahira: O que era produzido nas suas terras do PRODECER?

Yoko: Lá era café, soja, milho e feijão. Estava começando com o feijão, na época da polêmica dos pivôs centrais. Como havia um tempo que não chovia, meu marido também entrou com isso. Mas tudo o que ele plantou ali não foi pra frente. Ele ia muito bem, mas no tempo de colheita, vinha a chuva, perdia toda a colheita. Com isso, muita gente perdeu...

Nanahira: Muitas pessoas disseram que, nessa época, houve problemas econômicos no Brasil, agravando a situação dos produtores.

Yoko: Foi um absurdo. Aqui foi feio. Eu não sei direito como aconteceu, o que virou, mas acho que, ao invés de caminhar pra frente parece que foram para trás. No começo, era muito boa a assistência que forneciam. Mas, depois que veio aquela crise, parece que todos se afastaram.

(Dirce Yoko Sasaki, *nissei*, natural de Arapongas-PR, vive em Paracatu desde 1979)

(Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986)

A Sra. Aparecida Atico Takahashi, cuja família não participou do PRODECER, mas se deslocou a Paracatu na época de realização do Programa, relata grande produção agrícola, mas posterior falência.

Diferentemente do constrangimento em relação às dificuldades e prejuízos financeiros, apresentado pela depoente para justificar que sua história não seria útil para a minha pesquisa, em nosso primeiro contato, nessa conversa a Sra. Takahashi falou das dívidas com muito bom humor, considerando engraçado o fato de que “a dívida acumulou tanto”, ficando “mais alta que o valor da fazenda”, a ponto de não se saber “o que o banco vai fazer com isso”. Entendi essa diferença como uma importante mudança de postura em relação à própria trajetória, que passa a não mais ser motivo para constrangimentos.

Aparecida: Quando a gente veio, era bem pequenina a cidade. Já são mais de 30 anos...

Nanahira: Década de 1980?

Aparecida: 1983. Nós viemos no dia 11 de novembro de 1983, foi quando eu e meu esposo chegamos aqui. [*Sorriso e leve risada ao notar que anotei a data*]. O meu marido veio com mais três irmãos, quatro sócios, para cuidar da fazenda. Dois irmãos vieram antes, em maio de 1983, meus cunhados. Acho que foi em 86, 87, 90, não sei, deu uma lavoura beleza, colhemos 60 mil sacos de arroz, a **maior produção da região! Investiram demais** sabe... montou duas secadeiras, máquina de beneficiar arroz e maquinário para agricultura, tudo financiado, **um financiamento enorme**, menina, muito dinheiro! Não sei se foi em 88 ou 90 que a colheita foi boa; no outro ano, deu zebra. Plantou arroz, mas, como chovia direto, e o arroz ficou todo debaixo d'água. Não aproveitou nada e, com isso, a dívida foi acumulando. E hoje, a fazenda é enorme mas... foi para o banco, hipotecou. A dívida acumulou tanto que não se sabe o que o banco vai fazer com isso [*risos*]. A dívida ficou mais alta que o valor da fazenda. Meu esposo e os irmãos dele não participaram dos projetos do PRODECER, tiveram propriedade particular.

(Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Os mesmos fatos e repercussões sobre os colonos do PRODECER – conhecimento insuficiente sobre o clima, financiamento de irrigação, efeitos da instabilidade econômica, endividamento dos produtores – são relatados por outros depoentes:

Depois que chegamos aqui em Paracatu, aí a gente ficou conhecendo o veranico, que não chovia metade do ano, né? Às vezes, vinha veranico em janeiro, né, isso a gente não sabia nada. A terra, também, como corrigir, a gente não sabia nada. **Vimos aqui e aprendemos tudo aqui.** Se soubesse que era tão difícil, talvez ficasse lá no Paraná mesmo. O pessoal do Ministério, pessoal da Cotia, né, que não conhecia bem o clima da nossa, dessa região aqui, achavam que era o mesmo de São Gotardo. E, sem, assim, nada, fizeram tudo o que São Gotardo fez. Deu errado, né? Foi corrigir, depois de mais de 10 anos depois que foi corrigir. **Foi corrigir bem naquele ano que juro tava absurdo**, sabe, então financiaram maquinário pra café, pra irrigar café, pivô, né? Aí, deu pra trás por causa disso. A época de financiamento, época crítica. Porque, pra, quando, depois de dois anos, quando foi pagar uma prestação, dava pra comprar um pivô inteirinho, a prestação do pivô.

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Yosidi: Que eu saiba, era de interesse do Governo japonês e do Governo brasileiro unir dinheiro dos dois lados para explorar o Cerrado. Pelo que eu sempre ouço, nós enfrentamos muitas crises financeiras. O pessoal da Campo sempre falou que o juro seria o mais barato do Brasil para ser aplicado nesse Programa. Mas nunca foi aplicado esse juro, foi usado o juro normal, por isso muita gente quebrou, se endividou.

Fabiano: A economia também estava instável...

Yosidi: E eu me recordo de quando houve aquela mudança para o Collor, em 1989. Foi a pior fase do PRODECER, os juros foram para 88%, 90% ao mês, então **aquilo derrubou muita gente**. Você contraía um financiamento, e... 80 e poucos por cento ao mês, nada acompanhava um negócio desse, né? Essa mudança do Sarney para o Collor, depois o confisco de poupança, a criação de outras moedas. Primeiro, deixou uns 20% do dinheiro, confiscou o resto... [...]Cortava um zero da moeda... haja zero pra colocar na cédula, né? *[risos]*

(Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Cutitibanos-SC, vive em Paracatu desde 2000)

Conforme notícia do Valor Econômico sobre o fim do PRODECER, “um projeto que chegou a ser apontado até como um modelo para a reforma agrária”, chegou ao fim com um grande paradoxo: “desenvolveu cidades, melhorou índices sociais, mas foi uma frustração financeira”. Elaborado para “dar certo numa economia estabilizada”, o Programa “tropeçou em planos econômicos por três décadas, e alguns erros de concepção”, terminando “cheio de dívidas” (ZANATTA, 2001).

Dos 21 projetos do PRODECER, apenas os quatro da primeira fase foram finalizados. Iniciados na década de 80, os projeto de Paracatu, Coromandel e Iraí, no noroeste de Minas Gerais, foram favorecidos por juros de 6% ao ano contra uma inflação próxima de 60%. Nos outros 15 projetos do PRODECER II, juros variáveis e indexadores de todo tipo provocaram um salto nas dívidas. No rastro do programa, ficaram bancos liquidados [...] e cooperativas falidas [...]. No fim, a dívida ficou com os produtores (ZANATTA, 2001).

As repercussões da falência da CAC sobre seus associados são relatadas pela Sra. Cristina Fukuda, que remete ao símbolo da Cooperativa, uma colmeia de abelhas, para

esclarecer como os prejuízos foram divididos entre todos os associados, tivessem dívidas ou não. O seu marido, por exemplo, era um associado que “não tinha dívida”, que “não estava falido”, mas “teve que pagar a dívida dos outros”, o que não adiantou, pois “quebrou tudo, a Cotia não existe mais”. A depoente lamenta as consequências da decisão tomada por seu pai, que perdeu o que tinha pouco tempo após se mudar para o município de Paracatu, acompanhando um de seus filhos.

Cristina: O meu marido não tinha dívida, mas precisava pagar dívidas dos outros. Pagou dívidas dos outros e foi para o Japão. [...]. O símbolo da Cotia é no formato de uma colmeia de abelhas. [...]. Com meu irmão caçula também foi assim, teve que pagar dívida de outros. Ele era sócio com o marido de outra descendente de japoneses. Minha cunhada mora perto daqui. Depois, o marido dela morreu, não precisou pagar. Nanahira: [...] Voltando para aquela questão da colmeia de abelhas que simbolizava a Cooperativa Agrícola de Cotia, eu queria entender melhor...

Cristina: Quando a Cotia faliu, meu marido não estava falido, outros é que estavam. Mas teve que pagar a dívida dos outros. Quem não estava devendo tinha que socorrer os outros que estavam devendo. Todas as abelhas devem cuidar da colmeia. Os que estavam bem quebrados, com muitas dívidas, foram embora. Por isso que quebrou tudo, a Cotia não existe mais. Não adiantou ajudar os outros. Meu marido e meu irmão eram da Cotia. Meu marido era associado, mas fora do projeto Mundo Novo. Era empregado do Sr. Muraoka. Assinava para as pessoas da Cotia, para transferir a dívida. Foi em 1990. [...] **Em 1983, meu pai tinha tudo lá no Paraná.** Meu tio mais velho, vendo o meu pai juntar dinheiro para meu irmão mais velho, disse assim: “pra quê tanto dinheiro assim para ir lá em Minas?” Meu pai falou que ia atrás do filho mais velho. Tinha até uva lá no Paraná... Meu pai tinha caminhonete F-4000, um Escort, caminhãozinho, trator. Trouxe tudo para cá, mas tudo foi embora, vendeu. É que meu irmão se casou e teve mais despesas. Em 10 anos, não tinham mais nada. Depois da festa de aniversário de 10 anos da Cotia aqui, todo mundo começou a falar que não tinha mais dinheiro, que a Cotia estava... Muita gente comprou carro novo, aí a dívida aumentou mais. Eram jovens, queriam comprar carro novo, e depois não conseguiam pagar. O marido de minha amiga não comprava não, preferiu ficar com o Fusca...[...] Depois que meu marido voltou do Japão, passaram-se quatro anos; conversei com a H. E., falei assim: “tenho duas crianças para cuidar e só 45 centavos, o que eu vou fazer?” Falei com H. que meu marido estava sem trabalhar e meu filho com fome. Aí, olhei no quintal, vi que tinha chuchu e levei para vender no sacolão, perguntei quando valia aquele chuchu. Dava mais ou menos 60 centavos, e com esse dinheiro deu pra levar do sacolão batatinha, tomate, alface, repolho, o que dava para uma semana. Com os 45 centavos, deu pra comprar pão. [*Singela emoção da filha Carina*] O sacolão ficava no Arraial d’Angola. Contei tudo para a H. e ela falou assim: “meu primo tem caminhão e está precisando de motorista”, e perguntou ao meu marido se não ele queria trabalhar com esse primo. Aí que meu marido começou a trabalhar como motorista do caminhão, carregar frete. Depois daquilo, não parou mais. Ele também trabalhou um pouco na Prefeitura de Paracatu, com dois prefeitos, mas um deles não pagou para ele. A gente passou fome também. Depois, meu marido foi para a Kinross, ligado a empreiteiras; dispensam ele, mas volta em outra empreiteira. É melhor, porque dão alimentação, plano de saúde.

(Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

Sobre o símbolo da colmeia de abelhas, assim explica Yosidi Takahashi:

Nanahira: Em uma das conversas que mantive para a pesquisa, soube que o símbolo da Cotia era uma abelha com uma colmeia, simbolizando que todos deveriam ajudar, mesmo na época dos problemas financeiros... havia algo semelhante na Coopervap? Yosidi: Não, na Coopervap acho que não teve isso não. Sobre a colmeia, meu pai sempre falava isso mesmo para mim, sobre o significado do símbolo da Cotia, que era uma abelha, trabalha coletivamente, todos unidos. Quando se é picado por uma abelha, as outras vêm rapidamente para defender, pelo cheiro... por isso, o emblema da Cotia era uma abelha, simbolizando todos unidos. E a Cotia existia em todo o território nacional, em qualquer lugar que se fosse no Brasil, havia a Cotia, era muito forte.
(Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

O símbolo de abelha em colmeia, significando trabalho coletivo, união entre os cooperados, remete à temática da cooperação. Estudada sob diversas perspectivas das Ciências Biológicas e Sociais, adquiriu visibilidade na área de Relações Internacionais, consistindo em objeto de estudos de várias teorias e abordagens desse campo.

O internacionalista Bruno Ayllón (2007, p. 33, tradução nossa) esclarece que, etimologicamente, cooperar significa “atuar conjuntamente com outros para conseguir um mesmo fim”, envolvendo coordenação de interesses a partir da percepção de problemas comuns para os que não possuímos resposta ou capacidade individual, e supondo, idealmente, reciprocidade, desejos de dar e receber, esforço coletivo, criação de oportunidades para todos, e distribuição equitativa de custos e benefícios.

A partir da observação da natureza e das relações estabelecidas entre seres vivos, o autor faz referência à existência de múltiplas formas de cooperação entre os reinos animal e vegetal. Comparando-se as condutas entre animais e seres humanos, nota-se que, enquanto os primeiros cooperam satisfação mútua de interesses e a provisão de necessidades, os segundos incorporam um componente de altruísmo e desinteresse em muitas ações de cooperação. Segundo Ayllón (2007, p. 33), “cálculo e compaixão ou interesse e altruísmo são elementos que estão presentes nas motivações básicas que levam os seres humanos a cooperar desde a origem de nossa espécie”.

A palavra cooperação, na perspectiva etimológica, origina-se do verbo *cooperari*, do latim, formado pela união entre as partes *cum*, que pode ser traduzida para o termo com, em português, e *operari*, ou operar, na língua portuguesa, resultando na expressão operar conjuntamente. O termo é definido, no Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, como:

qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou oposição. Em economia e história social o termo é empregado (como o adjetivo cooperativo) para descrever qualquer forma de organização social ou

econômica que tem por base o trabalho harmônico em conjunto, em oposição à concorrência (SILVA, 1986, p. 272).

Na mesma obra, esclarece-se que cooperação denota uma ação comum que visa à realização de metas desejadas por todos os interessados, podendo assumir valor em si mesma ou como instrumento na consecução de um fim qualquer. Ainda que seja considerada, na Sociologia, como um processo ou relação social básica, e de sua noção mínima remeter a uma espécie de trabalho conjunto, envolvendo tanto indivíduos como grupos, “reina uma grande confusão no que diz respeito ao seu significado”, indicando a necessidade da elaboração de novos conceitos para sutilezas e nuances das relações humanas (SILVA, 1986, p. 271).

Sennett (2012, p. 10, tradução nossa), em trabalho interdisciplinar no qual promove um diálogo entre pesquisas de áreas como Sociologia, História, Economia, Antropologia, Direito, Psicologia e Política, aborda a cooperação como uma habilidade dialógica ligada à comunicação, que “requer dos indivíduos a capacidade de compreender-se mutuamente e de responder às necessidades dos demais com o fim de atuar conjuntamente”. Segundo o autor, a cooperação pode ser tanto formal quanto informal, sendo que intercâmbios cooperativos ocorrem de várias formas, incluindo as negociações diplomáticas. Trata-se de um intercâmbio no qual os participantes obtêm benefícios do encontro, instantaneamente reconhecível por estar o apoio mútuo “inserido nos genes de todos os animais sociais, que cooperam para realizar o que não podem fazer sozinhos” (SENNETT, 2012, p. 18, tradução nossa)¹²⁹.

Contudo, o autor considera a cooperação como um processo espinhoso, cheio de dificuldades e ambiguidades, e que não raro leva a consequências destrutivas. Esclarece que a cooperação entre diferentes sempre foi algo complicado, sendo que a sociedade moderna a debilitou de forma inédita, em um processo que vem se desenvolvendo desde a substituição de homens por máquinas no Século XIX, passando pela perda da capacidade das pessoas de lidarem com diferenças entre elas, o isolamento causado pela lógica material geradora de desigualdade, o emprego temporário, os contatos sociais superficiais que geram medo e ansiedade em relação aos outros, e a violência demasiada. Em que pesem tais elucidações, Sennett (2012, p. 336, tradução nossa) mantém-se otimista, acreditando que, “como animais sociais, somos capazes de cooperar mais profundamente do que imagina a atual ordem social”.

No que se refere à cooperação internacional – como a binacional indicada pelo PRODECER –, trata-se de tema considerado como marginal na academia até meados da década

¹²⁹ Sennett (2012: 29) faz referência à observação do psicólogo Erikson segundo a qual a cooperação precede a individualização, por ser o fundamento do desenvolvimento humano, em que “aprendemos antes como estar juntos do que como estar separados”.

de 1980, representando conceito recente e embrionário nas Relações Internacionais, não havendo parâmetros conceituais definitivos para abordá-lo (CAMPOS; LIMA; GONZALEZ, 2010). Apesar de os Estados praticarem a cooperação muito antes de Tucídides discutir sobre diplomacia, tratados e alianças há mais de 2.000 anos¹³⁰, o conceito de cooperação internacional entendido atualmente consolidou-se no início dos anos de 1980 como sendo “o comportamento coordenado de atores independentes e possivelmente egoístas que beneficia a todos eles” (DAI; SNIDAL, 2010, p. 3)¹³¹.

Tal conceito é geral em termos de atores e temas, sendo que a cooperação pode ocorrer tanto entre indivíduos quanto entre entes coletivos, estatais ou não, a exemplo de organismos internacionais, empresas, partidos políticos, grupos terroristas e organizações não-governamentais. Considera-se que a cooperação não requer altruísmo ou governo, sendo ambos escassos no nível internacional, e que o egoísmo não necessariamente impede a cooperação em situações de interdependência nas quais o bem-estar individual depende do comportamento de outro (DAI; SNIDAL, 2010).

Dai e Snidal (2010) informam que seu estudo sobre cooperação internacional vai além de modelos formais, já que a teoria sobre o tema representa programa progressivo de pesquisa que tem continuamente confrontado e respondido aos limites de sua análise. Ademais, estudos recentes sobre cooperação internacional têm integrado análises teóricas e empíricas de maneira mais sofisticada e profunda. Ir além de modelos formais e incorporar elementos empíricos são aspectos importantes desta pesquisa, envolvendo depoimentos de nikkeis sobre sua participação em um programa de cooperação internacional como parte de suas histórias de vida. Elucidações do pós-colonialismo fornecem importantes contribuições nesse sentido, por revelar a permanência de assimetrias nas relações entre antigas metrópoles e colônias e estimular a busca por alternativas ao eurocentrismo e ao neocolonialismo, inclusive no que se refere aos conceitos, modelos e práticas de cooperação e desenvolvimento e de cooperação para o desenvolvimento.

¹³⁰ Considerado como um dos pensadores que influenciou a corrente teórica realista das Relações Internacionais, Tucídides (2001) foi um historiador e general grego, que viveu entre 460 a.C. e 400 a.C, e produziu obra sobre a história da Guerra do Peloponeso, da qual foi testemunha e participante, realizada entre Atenas e Esparta.

¹³¹ O conceito de cooperação internacional apresentado acima apresenta considerável influência da definição que advém da obra de Keohane (1984), segundo o qual a cooperação internacional é entendida como ajustes mútuos em políticas de governo por meio de um processo de coordenação política. Para Keohane (1984, p. 51, tradução nossa), “a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas de outros, por meio de um processo de coordenação política”. Segundo o autor, a cooperação intergovernamental ocorre quando “as políticas seguidas por um governo são consideradas por seus parceiros como facilitadoras da realização de seus próprios objetivos” (KEOHANE, 1984, p. 51-52, tradução nossa). A efetivação da cooperação pressupõe a existência de interesses compartilhados, o ajuste mútuo por meio de acordos e negociações, e o permanente alcance de benefícios para as partes.

Esforços no sentido da incorporação de elementos empíricos em estudos e análises de cooperação internacional são verificados na terceira edição do relatório da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional – COBRADI, elaborado conjuntamente pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC – do Ministério das Relações Exteriores – MRE – e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, publicado em 2016¹³². Nesse documento, consolida-se a percepção de que “a compreensão da contribuição brasileira para o desenvolvimento internacional somente é possível a partir do entendimento daquilo que o Brasil faz – em complemento a quanto o país gasta” (IPEA; ABC 2016: 17), contribuindo para introduzir novas perspectivas no debate internacional sobre o tema que possibilitem leituras alternativas às centradas em recursos investidos, gastos, despesas, desembolsos, entre outros termos que remetam a análises meramente quantitativas.

Como o PRODECER consiste em um programa de cooperação financeira concomitantemente ao qual foram executados projetos de cooperação técnica entre Brasil e Japão, executados conjuntamente pela JICA e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, cabe apresentar definições de tais modalidades de cooperação para o desenvolvimento considerando as perspectivas de Brasil e Japão, e discussões na academia relacionadas aos conceitos de cooperação e ajuda.

Considera-se que a cooperação técnica internacional foi instituída formalmente pela Resolução nº 200, de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas (CERVO, 1994). No documento, consta a expressão assistência técnica, definida nos seguintes termos:

[...] a transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas (BRASIL, 2017b).

¹³² A definição adotada no primeiro relatório, referente ao período entre 2005 e 2009, era fortemente influenciada pela consolidada definição da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, correspondendo à “totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas” (IPEA; ABC, 2010, p. 17). Na segunda edição, referente ao ano de 2010, as despesas públicas com a cooperação correspondem aos desembolsos realizados por agentes públicos na consecução de responsabilidades assumidas em acordos e demais atos internacionais, correspondendo à “disponibilização de pessoal, infraestrutura e recursos financeiros mediante a capacitação de indivíduos e fortalecimento de organizações e instituições no exterior; organização ou participação em missões ou operações de manutenção da paz; gestão de programas e projetos científico-tecnológicos conjuntos com outros países e institutos de pesquisa; cooperação humanitária; apoio à integração de refugiados em território nacional; pagamento de contribuições e integralizações de participação em organismos internacionais e doações oficiais, organizados por modalidades em conformidade com a nomenclatura internacional vigente” (IPEA; ABC, 2013, p. 5).

Em 1959, com a Resolução nº 1.383, a expressão foi substituída por cooperação técnica, termo considerado como mais adequado para remeter a uma relação que pressupõe a existência de partes desiguais, mas “representa uma relação de trocas, de interesses mútuos entre as partes” (BRASIL, 2017b). Trata-se de histórica decisão que, se por um lado atendeu a expectativas políticas e ideológicas em uma conjuntura internacional independentista e de articulação Sul-Sul, por outro, contribuiu para a redução de consenso conceitual na adoção de uma ou outra expressão, ou ainda expressões alternativas, no âmbito de agências internacionais de cooperação e desenvolvimento (CAMPOS; LIMA; GONZALEZ, 2010).

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) considera a cooperação técnica internacional como

importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro (BRASIL, 2017a).

Para o Brasil, a cooperação técnica se funda em transferência e compartilhamento de conhecimentos e experiências, em bases não comerciais, entre países ou entre um país e um organismo internacional. Os dispêndios do Governo Federal apresentados por seus órgãos nessa modalidade referem-se ao pagamento de passagens e diárias, horas técnicas, aquisição de materiais e equipamentos, adequação de instalações físicas e outros custos, associados ao fluxo de conhecimentos e saberes entre pessoas e instituições, não configurando fluxos financeiros do Brasil para o exterior, prevalecendo sua aplicação na mobilização dos profissionais brasileiros para atendimento das demandas de cooperação técnica internacional (IPEA; ABC, 2016)¹³³.

Do lado japonês, a cooperação técnica engloba-se como modalidade da ajuda oficial ao desenvolvimento (*official development assistance* – ODA, em inglês), que, por sua vez, integra a cooperação econômica do Governo do Japão com outros países, direcionada a “apoiar o desenvolvimento socioeconômico em países em desenvolvimento” (JICA, 2016, p. 18). Em seu Relatório Anual de 2016, a Agência esclarece que ODA consiste na “assistência financeira e técnica que governos provêm para países em desenvolvimento como parte dessa cooperação econômica” (JICA, 2016, p. 18).

¹³³ Vale ressaltar que, na seção referente às práticas da cooperação técnica brasileira, citam-se atividades de pesquisa agropecuária da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com Moçambique, em parceria com a JICA, “espelhando a experiência da empresa no Cerrado brasileiro” (IPEA; ABC, 2016, p. 46).

Yokota (2011, p. 1) esclarece que a palavra inglesa *cooperation* “carrega a noção de uma ajuda do mais para o menos desenvolvido, que não é o caso e não tem a mesma conotação em português”. Para os fins deste trabalho, entende-se que cooperação internacional e ajuda externa representam dois modos diferentes de relação internacional, apesar de comumente serem confundidos ou utilizados como se fossem intercambiáveis. Ajuda externa diz respeito à transferência de recursos financeiros e conhecimentos de países industrializados para países subdesenvolvidos, segundo o Dicionário Oxford de Política Mundial (KRIEGER, 2001 apud CAMPOS; LIMA; GONZALEZ, 2010), caracterizada por assimetria, desequilíbrio e unilateralidade.

No Dicionário de Relações Internacionais da Universidade de Michigan, ajuda externa diz respeito à assistência econômica, social ou militar fornecida a um país por outro governo ou instituição internacional, podendo ser oferecida bilateralmente, por organizações regionais e por agências globais sob o sistema das Nações Unidas. Está registrado que a ajuda econômica inclui categorias como assistência técnica, subvenções em capital, empréstimos para o desenvolvimento e garantias públicas para investimentos privados. O Japão figura entre os países que promovem os “principais programas econômicos bilaterais de ajuda externa”, ao lado de Estados Unidos, França, Alemanha, Grã-Bretanha e países escandinavos (PLANO; OLTON, 1982, p. 125, tradução nossa).

Vale ressaltar que, nesse Dicionário, considera-se que as nações doadoras “utilizam canais bilaterais, regionais e globais, embora as principais decisões a respeito a maioria da assistência econômica e militar sejam tomadas unilateralmente pelo país doador”. Ademais, a maioria dos doadores prefere fornecer assistência técnica e infraestrutura para o desenvolvimento por acreditar que o capital para o desenvolvimento industrial deva se originar de fontes privadas, como as corporações multinacionais. Por outro lado, países recipiendários intencionam receber ajuda de capital na forma de subvenções ou empréstimos com juros reduzidos, “porque querem manter o controle sobre seus programas de desenvolvimento e o futuro econômico de sua nação (PLANO; OLTON, 1982, p. 126-127, tradução nossa).

Ainda na obra referida acima, o termo assistência técnica corresponde ao ensinamento e à transferência de novas habilidades técnicas nas áreas agrícola, industrial, educacional, gerencial, administrativa, etc., por meio de programas de ajuda externa fornecidos por países avançados aos subdesenvolvidos, com vistas a ajudá-los a progredir em direção ao objetivo de modernização. Esclarece-se que “a transferência de habilidades técnicas para populações de áreas subdesenvolvidas do mundo foi iniciada em menor escala durante a era do colonialismo

por missionários, empreendimentos de negócios coloniais, e organizações filantrópicas” (PLANO; OLTON, 1982, p. 150, tradução nossa).

Em ensaio sobre cooperação internacional, Revelle (1963, p. 121, tradução nossa) esclarece que, apesar de o conceito de assistência técnica ser recente, “tem raízes em práticas coloniais e missionárias”. Boaventura de Sousa Santos (2004, p. 7), esclarece que “o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo”.

Revelle (1963) indica, entre as razões que explicam o sucesso limitado de muitos programas de assistência técnica:

falta de conhecimento sobre fatores como a natureza da mudança nas sociedades e sua dependência e efeitos em indivíduos, e sobre a estrutura e costumes da sociedade; meios inadequados para efetiva comunicação de habilidades e ideias entre diferentes sociedades e culturas; e a limitada aplicabilidade de tecnologias desenvolvidas sob um conjunto de condições a situações marcadamente diferentes (REVELLE, 1963, p. 121, tradução nossa)¹³⁴.

Ayllón (2007, p. 28, tradução nossa), em artigo sobre fundamentos e justificativas da cooperação internacional para o desenvolvimento no âmbito de teorias das Relações Internacionais, atenta para uma recorrente confusão terminológica em relação à cooperação internacional para o desenvolvimento, diante da “profusão de siglas, conceitos, definições técnicas ou aspectos instrumentais” com que trabalham agências bilaterais de cooperação, instituições financeiras multilaterais, agências do sistema das Nações Unidas, a União Europeia e as organizações não governamentais. O autor define cooperação internacional para o desenvolvimento como sendo o conjunto de ações que realizam governos e seus organismos administrativos, assim como entidades da sociedade civil de um determinado país ou conjunto de países, orientadas a melhorar as condições de vida e impulsionar os processos de desenvolvimento em países em situação de vulnerabilidade social, econômica e política e que, além disso, não possuem capacidade suficiente para melhorar sua situação por si sós.

Em ensaio sobre diferentes abordagens sobre os conceitos de ajuda externa, assistência ao desenvolvimento e cooperação para o desenvolvimento, Breuning (2002) explica que o primeiro termo inclui não apenas assistência cujo objetivo último reside no desenvolvimento,

¹³⁴ Em seu ensaio, Revelle (1963) discorre sobre as duas faces da ciência em relação com a cooperação internacional, a primeira das quais sendo a busca pela verdade e a segunda consistindo no uso do conhecimento para obter controle sobre a natureza e poder sobre outras pessoas. Defende que a pesquisa científica pode fornecer contribuições significativas para auxiliar o desenvolvimento dos países, mediante investigação sobre os problemas de curto e longo prazo que impedem o crescimento econômico e social de nações em desenvolvimento.

mas também formas de ajuda militar. O segundo conceito remete ao objetivo de desenvolvimento, mas sugere uma relação desigual, em que há um doador e um recipiendário. Diferentemente, o termo cooperação para o desenvolvimento não apenas faz referência explícita ao objetivo de desenvolvimento, mas também “indica um empreendimento conjunto entre doador e recipiendário”, e “reconhece que a mudança deve ser implementada por um entendimento completo de condições e tradições locais, algo que pode ser alcançado apenas pelo trabalho em parceria (ao invés de impor soluções que podem não se adequar às circunstâncias locais)” (BREUNING, 2002, p. 1)¹³⁵.

Ayllón (2007) esclarece que a cooperação internacional para o desenvolvimento, como uma das formas que adota a cooperação internacional, é um fenômeno relativamente recente, surgido ao final da Segunda Guerra Mundial. Ressalta que sua existência é vinculada às mudanças no sistema de relações internacionais resultantes dos processos de descolonização e o surgimento de um significativo número de Estados independentes, considerados como subdesenvolvidos. Com isso, revela-se um sistema de relações internacionais caracterizado pela desigualdade em que a condição de país subdesenvolvido se deve tanto a causas internas quanto externas, resultante de uma relação de causa e efeito entre países ricos e pobres (AYLLÓN, 2007).

No Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa, em capítulo referente a colônia, colonização, colonial e colonialismo, Henriques (2014, p. 54) informa que no mundo desenvolvido, o colonialismo ressuscita sob a forma do neocolonialismo, “uma versão corrigida e adaptada à nova ordem econômica e política internacional”. Sob a bandeira da ajuda e do desenvolvimento, “pretende manter novas formas de hegemonia nas relações com os antigos colonizados”. Evidencia a ineficácia dos termos descolonização, confundido com as independências das ex-colônias, “como se o passado pudesse ser eliminado”, e pós-colonialismo, já que “não se dissolve o mundo no pós, pois todo ele responde às condições do antes” (HENRIQUES, 2014, p. 56). Para a autora, trata-se de categorias que recusam a autonomia histórica e cultural do outro, recompõem marcadores da desigualdade civilizacional, contribuem para a emergência de novas formas de hegemonia, e revelam que o discurso e a linguagem de pesquisadores não estão ainda descolonizados.

O município de Paracatu, cujo solo é explorado para a produção aurífera desde o Século XVIII, época em que o Brasil era colônia de Portugal, e para a produção agrícola em grande

¹³⁵ Breuning (2002) ressalta que, embora as políticas de cooperação para o desenvolvimento dos países doadores que utilizam tal terminologia frequentemente não se aproximem do ideal, a terminologia serve para moldar percepções e expectativas.

escala a partir da década de 1980, representa um exemplo da manutenção do colonialismo em novas bases. Com o PRODECER, percebo que o referido solo foi novamente ocupado, ou melhor, colonizado, para uma atividade econômica que atende aos mercados internacionais, permitindo a instalação de forças neocoloniais em localidades como Paracatu. Ademais, o fim do Programa não rompeu com laços de colonização estabelecidos há séculos entre o Brasil e países considerados como centrais no sistema mundial, já que a atividade mineradora, por exemplo, permanece em Paracatu, onde a extração de ouro é realizada pela empresa canadense Kinross¹³⁶.

Desde os tempos coloniais, a ocupação do solo brasileiro, tem sido estruturada de modo a atender o mercado externo, dependência econômica que norteou processos produtivos. Desse modo, a independência de países como o Brasil não significou o fim da era colonial, pois novos processos e arranjos institucionais atualizaram a dominação de hegemonias externas e internas ao País, não exatamente na forma de países mas de forças hegemônicas implícitas no conceito de progresso e desenvolvimento.

Além do PRODECER, retomando a experiência da comunidade nikkei de Paracatu – para considerar elementos empíricos, práticas, ou o que pessoas, grupos e instituições fazem, podem ser mencionados como expressões ou manifestações de cooperação a formação das cooperativas CAC e Coopervap¹³⁷, e o estabelecimento da ACENP/Kaikan e da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro, experiências a serem detalhadas mais adiante. Vale recordar que, no caso da CAC, a cooperação foi bem-sucedida por longos anos, quando os benefícios foram compartilhados entre os cooperados; falida, os prejuízos também foram divididos entre os associados.

¹³⁶ O desenvolvimento tecnológico da indústria mineral possibilitou a exploração do tipo de depósito aurífero conhecido como ouro contido em rocha dura, iniciada em 1987, pela empresa transnacional Rio Tinto Brasil, por meio de sua subsidiária Rio Paracatu Mineração S. A. (RPM), com a aquisição de direito exclusivo de lavra no Morro do Ouro. Após enfrentar dificuldades com a baixa concentração de ouro no solo, o controle da mina passou a ser dividido com diversas empresas multinacionais, até a aquisição de 51% das ações do grupo Rio Tinto pela mineradora canadense Kinross Gold Corporation, ocorrida em 2004, levando à mudança de denominação da empresa para Kinross Brasil Mineração S. A. em 2010. Os serviços relacionados ao projeto de expansão da produção da empresa mineradora e a terceirização de algumas de suas atividades produtivas atraíram várias empreiteiras para o Município, e, com elas, grande número de trabalhadores, aumentando o contingente populacional de Paracatu, e gerando, ora agravando, impactos sociais e ambientais. Outras substâncias minerais produzidas na localidade são prata, calcário, zinco e chumbo, a primeira extraída pela Kinross, e as duas últimas no Morro Agudo, pela unidade de lavra e beneficiamento Mineração Morro Agudo, do Grupo Votorantim (SANTOS, 2012).

¹³⁷ Em publicação comemorativa dos 50 anos da Coopervap, destaca-se a importância do cooperativismo na área láctea, em face da necessidade de se captar leite de inúmeros produtores para conseguir um volume que viabilize a industrialização (COOPERVAP, 2013). Optei por não detalhar a história da cooperativa nesta tese por não se tratar de uma instituição nipo-brasileira como a CAC e a Casa do Estudante, em que pese sua participação em quatro projetos do PRODECER em Paracatu.

No que se refere à terceira categoria em que agrupei as adversidades relatadas pelos nikkeis, os choques culturais no contato com a sociedade paracatuense, é importante ressaltar que os japoneses e descendentes que se deslocaram a Paracatu passaram a viver em uma localidade cuja história é marcada pela mineração aurífera e pela escravidão negra que caracterizaram o período colonial do Brasil, conforme referi na última seção do segundo capítulo deste trabalho. O racismo é uma das marcas mais profundas que a escravidão deixou na sociedade paracatuense, como em muitas outras localidades pelo País. Heranças da antiga sociedade mineradora e escravagista foram percebidas pelos nikkeis entrevistados desde a chegada de suas famílias a Paracatu, na segunda metade do Século XX, e muito impactaram nos contatos e intercâmbios diversos entre pessoas de origem japonesa e a população residente no município.

O povoamento de Paracatu e outros municípios com reservas auríferas no Brasil, na primeira metade do Século XVIII, foi influenciado pelo ideal metalista do mercantilismo, segundo o qual a riqueza de um país, e o conseqüente prestígio e respeito entre outras nações, seria proporcional à quantidade de metais preciosos que possuíssem, principalmente ouro e prata. O mercantilismo conforma um conjunto de ideias e práticas econômicas, anteriores à consolidação de teorias do desenvolvimento econômico, que incluem colonialismo¹³⁸, monopólio econômico, controle estatal, protecionismo comercial, além do metalismo, defendidas e aplicadas por países europeus como Portugal, Espanha e França entre os séculos XV e XVIII¹³⁹.

Nos períodos colonial e imperial do Brasil, a força de trabalho de negros africanos foi amplamente utilizada na mineração e atividades agrícolas, empregada em um sistema de abusos e violências. Longas jornadas de trabalho, castigos físicos e discriminação racial representavam elementos para a dominação de pessoas escravizadas. Contudo, rebeliões, fugas e formação de quilombos eram processos que rompiam com elementos do sistema escravagista, permitindo a essas pessoas viverem de forma diferente daquela sob dominação direta dos senhores de escravos, motivadas por aspirações de liberdade e melhores condições de vida.

¹³⁸ Ao tratar de abordagens sobre desenvolvimento anteriores à Segunda Guerra Mundial, quando foram consolidadas as teorias do desenvolvimento como tais, Arndt (1989) menciona a abordagem colonial, em que o desenvolvimento equivaleria ao desenvolvimento dos recursos naturais das colônias em benefício das metrópoles

¹³⁹ Como alternativa ao declínio do mercantilismo, o capitalismo embasou o desenvolvimento econômico industrial do Século XIX, sobretudo na Inglaterra, quando o tema do desenvolvimento foi objeto da economia clássica, cujos expoentes, como Smith (1996) e Ricardo (1996), defendiam o liberalismo econômico e voltavam sua atenção ao progresso material do Ocidente, abordando o surgimento do capitalismo, a revolução industrial, a evolução do comércio internacional, e fenômenos associados (ARNDT, 1981; 1989).

Uma das lendas de Paracatu, a Mulata Fidalga, é representativa desses processos. Ao final do Século XVIII, a escrava Mariana Batista, que trabalhava na mineração, pretendia frequentar as missas na Igreja do Santana, onde não era permitida a entrada de negros, apenas brancos. Com esse propósito, a mulata presenteou a Rainha de Portugal, D. Maria I, com um cacho de bananas de ouro maçico, em tamanho natural que atravessou o Atlântico¹⁴⁰. De tão encantada, a rainha retribuiu o presente com uma carta de alforria e um título de fidalguia. Desse modo, Mariana Batista pôde frequentar as missas na Igreja do Santana e passou a receber reverências e honras prestadas a portadores de títulos de nobreza. Conta-se que as missas só começavam quando a Mulata Fidalga adentrava para a celebração, carregada em seu palanquinho por seus criados (OLIVEIRA MELLO, 1978, 1994).

Acompanhado do cacho de bananas de ouro, a mulata fidalga enviou à rainha uma carta, escrita pelo fiscal das minas que vinha do Rio de Janeiro, haja vista Mariana Batista ser analfabeta, solicitando que se fizesse um alvará passando o povoado, então Arraial de São Luiz e de Sant'Ana das Minas do Paracatu à categoria de vila, a Vila de Paracatu do Príncipe, equivalente a um município nos dias atuais¹⁴¹. A passagem de arraial a vila, portanto, deve-se à iniciativa da Mulata Fidalga; o nascimento do Príncipe Dom Pedro I motivou a denominação da nova vila.

O bairro paracatuense chamado Vila Mariana, em que residem muitos nikkeis, foi assim denominado em homenagem à lendária mulata fidalga. O Arraial D'Angola representa outro bairro cujo nome se deve a personagens da história paracatuense de etnia negra, pessoas escravizadas oriundas de Angola. Como conta Oliveira Mello (1994, p. 151), “no período da exploração das minas, foram os Angolas e os Congos, na sua quase totalidade, que vieram para a nossa região. E vieram em tão grande quantidade que os Angolas chegaram a dar o nome a um bairro de Paracatu”. Em pesquisa sobre a prática cultural da Caretagem, folia negra realizada até os dias atuais em Paracatu, Silva (2005, p. 82) indica que, no Século XVIII, os escravos presentes na localidade vieram “das mais diversas Áfricas, entre elas as nações Coura, Calundá, Mina, Mina-Courá, Lanu, Angola, Crioula”.

Em outra lenda, chamada O Baruzeiro, negros escravizados enterraram ouro no solo abaixo da árvore em vingança aos seus senhores – aos abusos e violências sofridos. No local

¹⁴⁰ O cacho de bananas de ouro foi produzido pelo ourives Damião Pereira, que trabalhava às escondidas, em razão da proibição ao ofício de ourives nas minas, expressa pelo reino português em 1766; quem fosse encontrado exercendo esse trabalho, estaria sujeito à pena de morte ou expulsão. Uma vez descoberto, o ourives fugiu da região com sua família (OLIVEIRA MELLO, 1994).

¹⁴¹ Informação verbal.

em que o ouro foi enterrado, são ouvidos gemidos, rangeres e clamores de vozes humanas, indicativos do sofrimento dos escravos, cujas vozes ainda ressonam.

As resistências à opressão escravagista comentadas acima revelam que pessoas de origem negra, escravizadas ou forras, que ocupavam, na sociedade colonial, posição inferior, subalterna, minoritária – ainda que negros e mulatos fossem numericamente majoritários em relação aos brancos, tanto no auge da mineração como após sua escassez –, buscaram, ou conseguiram no caso da mulata fidalga, sair da condição de marginalidade para ocupar um lugar na sociedade, ter direitos reconhecidos, entre outras aspirações.

Nesse contexto, a associação entre festas religiosas católicas e danças de origem negra, mencionada no segundo capítulo deste trabalho, representam um mecanismo de resistência contra a opressão do sistema colonial às manifestações religiosas e culturais de matrizes africanas, na forma de um hibridismo cultural em que se reelaboram tradições ancestrais, com vistas à sobrevivência delas.

Conforme ressalta Silva (2005, p. 82), além de trazer pessoas escravizadas, cada navio negreiro “transportava também emoções, medo, amores, famílias, esperança, memória, religião e cultura, sentimentos peculiares existentes na identidade de cada negro que passaria a ser reproduzido por eles no novo mundo” (SILVA, 2005, p. 82). Segundo o autor, a persistência, em todo o Brasil, de diversas manifestações religiosas e culturais vindas com os negros africanos revela que tentativas de apagar tradições e identidades culturais por parte dos colonizadores não obtiveram sucesso.

Contudo, a discriminação contra pessoas de origem étnica negra nas sociedades brasileira e paracatuense persistiu, anos, décadas, mais de um século após a abolição da escravatura. Como lamenta Fanon (2008, p. 149), baseado em análise autorreflexiva¹⁴²: “onde quer que vá, o negro permanece um negro”, o significante de pele/cultura é atrelado a “fixações

¹⁴² Frantz Omar Fanon nasceu na Martinica, ilha caribenha povoada majoritariamente por descendentes de africanos escravizados, no ano de 1925, quando a localidade ainda era colônia francesa – ocupada pela França de 1635 a 1946, atualmente consiste em departamento ultramarino insular francês. Psiquiatra, filósofo e revolucionário anti-colonialista, tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, país em que viveu de 1953 a 1957, e tornou-se independente em 1962, sete meses após a morte de Fanon. Sua obra é referência obrigatória nos estudos culturais e pós-coloniais, sobretudo no que diz respeito à diáspora africana, contemplando sociedades para além dos limites coloniais franceses em que persistem relações assimétricas entre diferentes grupos humanos, marcadas principalmente pela questão racial. Para Bhabha (1998), a força da visão de Fanon vem da tradição do oprimido, da linguagem de uma consciência revolucionária, da luta contra a opressão colonial, que não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua ideia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado. Nas palavras de Mbembe (2011, p. 3), “uma verdadeira ‘biblioteca Fanon’ nasceu e permitiu, por sua vez, a constituição de um campo de estudos florescente, rizomático e, hoje em dia, de alcance planetário”.

da tipologia racial, da analítica do sangue, das ideologias de dominação racial e cultural ou da degeneração”:

sua raça se torna o signo não-erradicável da diferença negativa nos discursos coloniais. Isto porque a estereótipo impede a circulação e articulação do significante de “raça” a não ser em sua fixidez enquanto racismo. Nós sempre sabemos de antemão que os negros são licenciosos e os asiáticos dissimulados... (BHABHA, 1998, p. 117).

Para o autor, o racista cria o inferiorizado, a ideia do negro é criada na dicotomia com o branco, em oposição ao branco. No colonialismo europeu, o racismo consiste no elemento central que opera a dualidade entre colono e colonizador, branco e negro. Em um sistema no qual brancos estão fechados na sua brancura e negros em sua negrura, ou seja, presos a representações de si nas categorias de branquitude e negritude, resta ao colonizado que deseja se valorizar tornar-se branco, tentar a todo custo ocupar o lugar do oposto – esse esforço remete à história da Mulata Fidalga, uma negra que ocupou lugar apenas destinado a brancos na sociedade colonial e mineradora de Paracatu. A necessária negação de si nesse processo coloca o colonizado em confronto psíquico contra ele mesmo, gerando um complexo de inferioridade, apropriado pelo colonialismo. É desse complexo de inferioridade que se alimenta a empreitada colonial e a manutenção da dominação europeia sobre os outros povos. O propósito da obra de Fanon (2008, p. 44) é “ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”.

Na época da mineração em Paracatu, também se verificou estranhamento, preconceito e discriminação em relação a ideias, projetos e empreendimentos novos, diferentes ou incomuns, como se pode entender a partir da lenda da História das Cabaças. Protagonizou essa história Manoel de Bastos Nerva, mestre de campo – profissão equivalente à de engenheiro nos dias atuais – que planejou levar água até o Morro do Ouro, onde não havia água suficiente, a fim de extrair o minério com mais facilidade. Com esse propósito – e mão-de obra escrava em grande número –, abriu um rego de 60 quilômetros, ao longo do qual plantou cabaceiras, haja vista a incredulidade da população em geral no empreendimento, para quem a água somente chegaria ao local planejado caso fosse carregada em cabaças (OLIVEIRA MELLO, 1994; 2007).

Concluída a obra, a água foi solta e, ao longo do caminho, arrastou milhares de cabaças, que foram rolando e produzindo um infernal barulho. O povo de Paracatu, tomando aquilo como um insulto, indignou-se e apedrejou a residência do mestre de campo, que retirou-se para Santa Luzia de Goiás, atual município de Luziânia, do estado de Goiás, localizado a aproximadamente

170 quilômetros de Paracatu. O empreendimento era muito arrojado para ser crível e apoiado pela população paracatuense. Efetivado com sucesso, foi considerado pelo povo “uma afronta aos brios públicos” (OLIVEIRA MELLO, 1994, p. 152).

Sobre o mestre de campo também se conta que, durante a abertura do rego, reconheceu rico veio de ouro embaixo da Igreja Matriz, atual Catedral de Santo Antônio, cujos lucros permitiriam construir um templo ainda mais suntuoso. Mas a proposta de explorar a nova fonte não foi aceita pelo Vigário Geral, o Padre Antônio Mendes Santiago, personagem de outros episódios intrigantes da história de Paracatu (OLIVEIRA MELLO, 2007).

Quase dois séculos depois, a implementação de projetos do PRODECER em Paracatu, com colonos agrícolas de fora do Município e de ascendência japonesa, também não foi vista com bons olhos por representantes da política e do clero de Paracatu e região, e assim como pela comunidade paracatuense de modo geral.

A seguir, a Sra. Aparecida Takahashi revela suas impressões a partir de contatos com a população residente em Paracatu, inicialmente negativas, especialmente devido à discriminação racial e à falta de respeito entre vizinhos. Em meio às suas falas, não me contive em expressar um sentimento de indignação e revolta ao saber que a depoente havia sido discriminada e abordada desrespeitosamente por pessoas desconhecidas – haja vista eu ter passado diversas experiências similares em Paracatu; ainda que natural do Município.

A resposta fornecida pela depoente à discriminação sofrida: “eu tenho nome, sou Aparecida!”, não precisando ser chamada “japona” ou “brasileirinha”, denota um desejo de reconhecimento de sua humanidade, uma reivindicação de respeito à sua condição de ser humano, acima de quaisquer classificações ou categorizações de nacionalidade ou étnico-raciais.

Aparecida: Ah, eu morei de aluguel por 15 anos, foi logo que chegamos em Paracatu. [...] Achei as pessoas... como se diz... falavam de pessoas de outra descendência de um jeito... chamavam “ô japonês, ô japonesa”. Depois que saímos da fazenda, trabalhamos por 15 anos com o Sacolão Avenida, no Centro, até o ano 2000. Havia uma freguesa, dentista, que me chamou assim. Respondi: “Não sou japonesa não”. A dentista disse: “Então, se não é japonesa, vou te chamar de brasileira”. Aí eu falei: “Não precisa chamar disso não, **eu tenho nome, é Aparecida!**”. Já pensou, chamar “japonesa”? E japonesa é um vestuário, não é mesmo?

Nanahira: Pois é, que falta de respeito... Apesar de eu ter nascido e vivido por 17 anos em Paracatu, também estranhei o jeito que muitas pessoas me abordavam e tratavam, parece que queriam se intrometer em minha vida, ditar regras, não aceitavam diferenças. Percebi que ocorre algo semelhante em outras cidades do interior de Minas Gerais e Goiás.

Aparecida: Gente de fora é diferente, não é assim não. Falar na cara, que japonês é raça ruim, sem conhecer a pessoa... o povo de Paracatu era assim... ainda é um pouco assim. Lá no Sul, no Paraná, o sistema é diferente. A primeira casa em que morei, após mudar do Paraná, ficava na esquina no Colégio Dom Elizeu. Era uma casa

grande, onde morei por um ano. As pessoas nem me conheciam e perguntavam porque eu morava naquela casa, se já tinham morrido 18 pessoas lá. Imagina? Em outro lugar que morei de aluguel, uma vizinha varria o passeio e deixava a sujeira do lado de minha casa. Uma vez falei alto, para meu marido no almoço, mas era para a vizinha escutar mesmo: “Porque uma coisa que não se quer, colocam no lado da gente? Que coisa, levando lixo para os outros!” Ela escutou. Nunca mais aconteceu. Mas sofri com esse negócio de aluguel, não tive sorte. Quando acostumava, o dono pedia a casa. Em outros lugares, tinham paredes que minavam água, quartos escuros, vizinhos que tocavam música alta. Já morei na Vila Mariana e também no Nossa Senhora Aparecida. Só aqui na Bela Vista, essa é a terceira vez que moro. Ficou um pouco longe do Centro, mas é casa própria.
(Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Fabiano Ogawa também notou diferenças no tratamento entre as pessoas, “totalmente diferente em relação ao pessoal do Sul”.

A minha região lá em Santa Catarina tem muito italiano, alemão. Teve choque cultural em relação a costumes, educação, tratamento; é totalmente diferente em relação ao pessoal do Sul. Quando se é tratado como ser humano, se retribui igual, né? Antes, havia certa resistência, mas as coisas foram mudando. Hoje em dia, tem muita gente de fora em Paracatu também.
(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Cutitibanos-SC, vive em Paracatu desde 2000)

Paracatu “tinha características de interior” quando Yosidi Takahashi chegou ao Município, após sair “de um Paraná”, que é “bem diferente”. Fabiano Ogawa faz referência ao atual dinamismo nos setores bancário e comercial, e à presença de um grupo populacional flutuante para cobrir a falta de mão-de-obra na colheita de grãos, na prestação de serviços e em empregos que exigem maior qualificação.

Nanahira: Aqui em Paracatu, além dos estranhamentos iniciais sobre o clima e as distâncias entre cidade e fazenda, alguma questão desse tipo ligada à cultura, às pessoas da cidade?

Yosidi: Saí de um Paraná para cair em Paracatu, é bem diferente, né? Até em relação às pessoas, era difícil ver pessoas morenas, pardas, em nossa região; aqui tem muitas pessoas assim. E tinha muitas características de interior mesmo.

Nanahira: Onde o senhor morou em Paracatu?

Yosidi: Quando cheguei, em 1983, morei muito tempo na fazenda mesmo, onde era realizado o estágio. Sem energia, não tinha nada. Mudei para a cidade na década de 1990, morei em várias casas de aluguel, era solteiro. Aos poucos, fui conhecendo o pessoal da cidade. Hoje, eu moro no Alto do Córrego, na rua que fica aqui embaixo.
[...]

Nanahira: Imagino que o senhor tenha conhecido vários bairros e pessoas diferentes, apesar de a cidade ainda ser pequena, apesar dos 90 mil habitantes...

Yosidi: Sim, muitas pessoas diferentes.

Fabiano: Tem muita população flutuante também, pessoas que vêm trabalhar temporariamente na safra. A empresa sementeira de milho também contrata para prestação de serviços. [...] As empresas que estão vindo devem fazer uma pesquisa antes... Faço uma comparação com Unai, que tem um número de população semelhante, apesar da fundação do Município depois. O comércio de lá não gira igual

ao de Paracatu, porque aqui tem muito emprego, dá giro. Tanto é que vem população flutuante pra trabalhar aqui, porque não tem mão-de-obra qualificada, acabam trazendo mão-de-obra de fora para sanar esses buracos, podemos falar assim. E é claro que esse pessoal flutuante não vai deixar o dinheiro totalmente aqui, vai gastar só para o dia-a-dia, as coisas básicas mesmo... [...] O pessoal de fora, principalmente do Nordeste, vem trabalhar aqui temporariamente, na safra. Olhe como você pode ver a economia da cidade: se o banco está cheio, a economia está bem; quando o banco está vazio, pode ter certeza de que a economia da cidade não anda bem. É um termômetro, o banco é um reflexo da economia da cidade. Tem um lado bom e um lado ruim. A economia está em ascensão, mas, em contrapartida, vem a violência, que acompanha. [...]

Nanahira: E quando foi que sua esposa veio para Paracatu?

Yosidi: Nos casamos em 1998. Ela tinha parentes em Unaí, cidade próxima daqui. Temos um casal de filhos, um filho de 17 e uma filha com 15, aquela idade... Estudam no Colégio Dom Elizeu.

(Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

O casal W. E. e H. E. relata dificuldades de integração com a população do Município, sobretudo no que se refere às famílias tradicionais, e discriminações sofridas por parte de representantes da política e do clero, na forma de campanhas contrárias à presença de nikkeis em Paracatu, baseadas em rumores de uma suposta invasão japonesa no Brasil, uma colonização de terras brasileiras por japoneses, com o objetivo de tomar o País.

Esforços de integração com a sociedade paracatuense, “que não aceitava muito bem o japonês”, pois o Município “tinha um povo muito fechado”, incluíram prestação de serviços sociais, a exemplo de doações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – obtidas com vendas de artesanato por parte das esposas dos colonos cooperados.

Foram frustrados, contudo, os esforços dos nikkeis com vistas à construção de um hospital com melhor infraestrutura comparativamente à precária situação do hospital existente em Paracatu. O Governo japonês, acionado pelos nikkeis que passaram a viver na localidade, ofereceu apoio para a construção do hospital, mas a Prefeitura resistiu, não fornecendo o espaço necessário.

W. E.: Você sabia que Paracatu, na época da abertura da BR-040, tinha um povo muito fechado?... Quando começou o projeto aqui, nós sofremos muita discriminação. Diziam, o próprio bispo também levantou bandeira, que **o Japão iria invadir o Brasil, tomar posse das terras!** Mandariam, por mês, não sei, dois ou três aviões lotados, carregados de imigrantes para o Brasil. Colonizar o Brasil, tomar as terras do povo paracatuense. O bispo fez uma campanha muito forte contra o projeto.

H. E.: As famílias tradicionais eram muito fechadas. Nem olhavam na cara da gente... Pensavam que tomaríamos seus lugares no trabalho...

W. E.: Até hoje, são um pouco fechados. Deputados também criticaram muito, usavam muita mídia. [...] Pra você ter uma ideia, na época do projeto aqui, o Governo japonês falou com a Prefeitura local que poderia fornecer uma infraestrutura completa de hospital para Paracatu que não existia, mas precisava de um local. Sabe o que o Prefeito não deu o espaço, sabia disso?

Nanahira: De jeito nenhum...

H. E.: Quando a gente chegou em Paracatu, o hospital funcionava em uma casinha onde atualmente é o Conscienciarte. E era particular. O piso era mole, os quartos eram separados por biombos, a entrada... foi uma situação dessa que encontramos... Bastava a Prefeitura doar o local para construir um bom hospital, né? Ah, também soubemos que a APAE foi trazida para Paracatu em 1980, mais ou menos quando chegamos aqui. A Cooperativa Agrícola de Cotia tinha um departamento de senhoras, em que as esposas dos cooperados eram incentivadas não só a ajudar na parte da agricultura, mas também no entrosamento entre as famílias dos produtores e com a população local. Na época, nossa turma buscou ajudar a APAE de Paracatu, que tinha acabado de chegar; reunimos todas as senhoras para fazer artesanatos e vender lá na praça. Todo o valor que ganhamos com as vendas foi doado à APAE. Todo o tempo fazíamos serviços sociais, como uma forma de contribuir, e também para poder entrosar com a comunidade paracatuense, que não aceitava muito bem o japonês.

(W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981)

(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

A Sra. Cristina Fukuda relata episódio vivido em virtude da falta de segurança no hospital referido pela Sra. H. E., onde nasceram seus filhos, incluindo a jovem *sansei* Carina Fukuda, participante da entrevista. A depoente apresenta, também, as primeiras impressões em relação ao clima – quente e seco – e à população de Paracatu – meio fechada, razão pela qual “tinha mais contato com o pessoal japonês”:

Carina: Fala-se muito dos aspectos positivos, muitos não conhecem a realidade das pessoas que vieram morar aqui. [...]

Nanahira: Quando a senhora se mudou para Paracatu, quais as primeiras impressões sobre a Cidade? As pessoas, o clima, a vegetação, a urbanização ou não...

Cristina: Aqui é muito diferente... **quente!** No tempo de frio, lá no Paraná, faz frio, a gente sente frio, aqui não... O clima é muito seco também, a gente fica com dor de garganta. O cabelo parecia um arame! Pegava assim e sentia ele ressecado.[...]

Nanahira: A senhora também tinha contato com as pessoas que nasceram e moravam em Paracatu, foram da colônia japonesa?

Cristina: Não, eu tinha mais contato com o pessoal japonês, no Kaikan. O povo daqui era meio fechado... ficavam olhando, estranhavam... [...] Aqui também tinha muita gente deficiente, né? [...]

Nanahira: A Sra. H. me contou que a comunidade japonesa buscou ajudar pessoas deficientes por meio de uma doação à APAE. Também me disse que tentaram trazer um hospital para Paracatu, acionando o Governo do Japão, porque o único hospital particular que havia na Cidade era precário, ficava onde hoje funciona a Fundação Conscienciarte.

Cristina: Lá era hospital, o Centro Hospitalar, né? A Carina nasceu lá! Meu filho mais velho também. Quando ele nasceu, no outro dia do nascimento, à noite, um mascarado, com touca, e de preto, abriu a janelinha e ficou olhando assim, ó... Meu filho era recém-nascido e eu tinha acabado de sair de uma cirurgia. A voz não saía. Eu queria chamar meu marido mas não saía a voz. Passou um tempo, a enfermeira viu e começou a gritar. Só tinham dois nenês recém-nascidos, meu filho e o filho de uma outra senhora. Ele estava procurando bebês. Dizem que entrou no quarto da enfermeira também. Ela ficou com medo, telefonou para a polícia, e ele pulou fora.

(Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

(Carina Miyuki Fukuda, 27 anos, *sansei*, natural de Paracatu-MG)

Lídia Konishi e Yoko Sasaki, por sua vez, não tiveram muitas dificuldades de integração com a população paracatuense. Ao passo em que, na opinião de alguns nikkeis chegantes, a sociedade de Paracatu parecia fechada, descendentes de japoneses são considerados “muito fechados”, de modo geral. A meu ver, cada lado é considerado “fechado” pelo outro lado, e, desse modo, os lados se igualam. Em que pese a qualificação de fechado consistir marcador de diferença entre um e outro, paradoxalmente, tornam um e outro iguais.

O trabalho na área da educação, principalmente na área da Educação Física, foi um fator importante na integração de Lídia Konishi com a sociedade paracatuense. Para a depoente, esporte “também liga muito as pessoas”.

Nanahira: E as suas impressões de Paracatu?

Lídia: **Eu sempre fui muito bem recebida aqui.** Vinha passar férias, todo mundo... [...] E logo já vim dando aulas, o pessoal já foi... Graças a Deus, eu acho que gostavam... [...] O esporte também liga muito as pessoas, a gente faz amizades... Eu conheço o Brasil por causa do vôlei e do tênis de mesa, sabia? Como atleta e como técnica. Conheci muitos estados que não conhecia sendo técnica em jogos estudantis. [...]

Nanahira: Como era a relação entre pessoas da colônia japonesa? E com as pessoas que já residiam em Paracatu, não japoneses?

Yoko: Naquela época, todo mundo era amigo, não tinha panelinha. Aqui, com as pessoas de Paracatu, até que eu não tive muitas dificuldades, porque eu fazia amizade tão fácil que... pra começar, eu fazia artesanato, e, com isso, conheci muitas pessoas boas. Então, eu não tive muita dificuldade.

Nanahira: Já me relataram que, com o artesanato e atividades de serviço social, pessoas da comunidade nikkei foram se integrando à sociedade paracatuense. Inclusive conseguiram apoio do Governo japonês para construir um hospital na Cidade, já que o único hospital particular não apresentava boas condições...

Lídia: É, minha mãe foi internada lá e morreu.

Yoko: Eu tive dois filhos lá. Naquele tempo, era preciso andar tanto, nem tinha pontes para ir ao Centro, a gente passava em pinguelas... E as escolas, sem asfalto...

Lídia: Sobre o que você falou de assistência social, na cultura japonesa existe muito esse espírito de doação, **a gente quer ver mais o bem dos outros do que o da gente mesmo**, a gente até se prejudica para ajudar os outros. Quantas vezes, quando tenho só 10 Reais na carteira e alguém pede para ajudar em uma cesta, algo assim, eu tiro e entrego o dinheiro. Se alguém elogia algo que eu tenho, dou na hora. O japonês tem muito isso e eu acho lindo, não pensa duas vezes, sabe? [...] Quando a gente almoçava ao redor da mesa, a família era grande, e meu avô também estava, morava com a gente; ele só ficava assim, olhava, e a gente entendia que tinha que respeitar. Ele não deixava a gente conversar quando comia. E não podia sobrar um grãozinho no prato ou deixar cair. Ele dava umas batidinhas na mesa e a gente entendia...

Yoko: Por isso que se diz *itadakimassu* e *gochisousama deshita*, pelo respeito, para agradecer o alimento.

Nanahira: É interessante como certos aspectos culturais sobrevivem.

Lídia: [...] E essas brincadeiras, de chamarem a gente de japinha, japa, japononga, eu acho tão normal, até acho legal. Outras pessoas não gostam, cada um reage de um jeito, né? Dizem que nós, descendentes de japoneses, somos muito fechados. Eu não, mas a maioria é fechada.

Yoko: Tem muito da criação também.

Lídia: Eu falo que nós somos japoneses diferentes, tenho muitos amigos japoneses, todo mundo sai...

(Dirce Yoko Sasaki, *nissei*, natural de Arapongas-PR, vive em Paracatu desde 1979)

(Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986)

O Sr. Muraoka conta sobre a campanha feita por autoridade do clero contra uma suposta vinda de japoneses para ocupar terras brasileiras, conforme mencionado pelo Sr. W. E. Ao repetir a frase “tomar o Brasil”, em tom de voz mais alto na segunda vez em que a pronuncia, o entrevistado chama atenção para o absurdo representado pela ideia de uma invasão japonesa, reforça a incoerência da bandeira levantada pelo do bispo de Uberlândia.

A campanha contrária à presença de japoneses em Paracatu acabou por afastar a família do Sr. Muraoka – e provavelmente outras famílias nikkeis – da participação em compromissos da igreja católica, especialmente as missas; “com o padre falando aquilo, a gente se afastou, não dava pra entrar lá assim”, como fazia no Paraná. Mais uma vez, não consegui me conter ante a discriminação relatada, revelando a revolta que sentia – e sinto – em relação à presença e persistência do racismo na sociedade paracatuense.

Por outro lado, o depoente relata bom relacionamento com trabalhadores rurais por ele contratados, haja vista seu conhecimento de direitos trabalhistas, e bom convívio de sua família com a sociedade paracatuense de modo geral: “fomos sempre bem acolhidos”.

Nanahira: Além das dificuldades relacionadas ao financiamento, houve alguma relacionada à convivência com as pessoas e famílias daqui, que viviam tanto na cidade ou na zona rural? O Sr. Muraoka me relatou que houve uma integração. Como ela foi realizada, podem me contar?

Muraoka: Aqui em casa não tivemos nenhum problema com a sociedade, fomos sempre bem acolhidos. Mas a gente conhece famílias que sofreram, principalmente por meio das escolas, porque as relações começaram a girar em torno das famílias dos colegas de filhos e filhas.

Nanahira: Paracatu foi muito marcada pelo preconceito, pelo racismo em relação a etnias não brancas, como um legado dos tempos da mineração e da escravidão. Eu mesma sentia muita revolta, não conseguia entender como isso era possível ainda no Século XXI. Porém, com os estudos que realizei a respeito de raça e gênero no curso de Doutorado, aprendi que muitas pessoas nem sabem que são racistas, nascem absorvendo o processo, ainda mais no caso dessa cidade. Quando estudei sobre comunidades nipônicas de várias localidades do Brasil, vi muitos relatos de racismo, não apenas na época da Segunda Guerra Mundial, e não só em relação à cor da pele e aos traços físicos, mas também em relação aos costumes...

Muraoka: Teve esse problema aqui em Paracatu contra nós, mas não veio do povo de Paracatu não. Foi do clero. O Bispo de Uberlândia. O que a gente lembra é que ficamos sentidos, porque... um bispo lá de Uberlândia... falando mal do projeto daqui... e dizia que os japoneses estavam mandando gente para tomar o Brasil! [*risos*].

Tomar o Brasil! Mas o povo daqui nem deu bola. Na igreja daqui, os padres também falavam essas coisas. Lá no Paraná a gente sempre participava da igreja. Depois de vir pra Paracatu, nós também íamos. Só que, com o padre falando aquilo, a gente se afastou, não dava pra entrar lá assim. Mas o povo nem ligou para a conversa do padre.

Nanahira: Ouvi falar, um pouco, sobre manifestações da igreja contrárias ao PRODECER, na época de início do Programa. Aprendi também que existia a ideia de se ocupar as terras consideradas como improdutivas e relativamente inabitadas do Brasil central...

Muraoka: Ocupar as terras, exatamente. O povo daqui não sabia trabalhar com a terra, não sabia mesmo. Na época, no projeto Mundo Novo, o nosso pessoal entrou em dois terços, foi a Cotia que escolheu, e a população da região participou em um terço, a Campo que escolhia. O pessoal do Cerrado não sabia mexer com a terra não, nada. Sabia só cortar árvore, fazer carvão. Não havia lavoura grande assim. Plantavam lavoura de subsistência no fundo do quintal e tinham alguns animais também. O pessoal que entrou antes de nós afirmou que não havia mão-de-obra, tenda, coberto. Depois que a gente veio, aí sim, começaram a aparecer giriqueiros, que o pessoal levava lá na roça e ensinava; aí saíam muitos tratoristas, que a gente chamava assim, giriqueiros.

Nanahira: E como era a relação com trabalhadores rurais que os senhores contratavam?

Muraoka: A relação era boa, porque eles gostavam de trabalhar com a gente. Nós já pagávamos mais lá no Paraná. Não estamos mentindo não viu, a gente que veio do Paraná já tinha conhecimento sobre a questão do salário mínimo, dos direitos trabalhistas, sabe...

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Na segunda entrevista, o Sr. Muraoka detalha a questão da campanha contrária à migração de japoneses a Paracatu e à produção em larga escala utilizando maquinário. Japoneses? “Eles achavam que nós éramos japoneses”, e “falavam que não precisava plantar bastante”, apenas o suficiente para uma família comer, e “tinha que aproveitar mão-de-obra dos outros”. Ou seja, combatia-se a diferença na forma de pessoas e modos de produção.

Mas o estranhamento não foi um sentimento exclusivo de representantes da população e do clero de Paracatu e região, pois descendentes de japoneses que passaram a viver e produzir em larga escala no município também estranharam que se falasse mal do PRODECER e, como apresentado no trecho anterior, consideravam absurdos os rumores sobre uma suposta invasão de japoneses “para tomar o Brasil”.

Nanahira: E a vida do senhor, dos filhos aqui em Paracatu? Hoje parece haver maior integração, mas soube que houve uma certa resistência no início, até com a questão da igreja católica...

Muraoka: A igreja católica, não era praticamente igreja católica, era bispo de Uberlândia que era contra essa imigração. **Eles achavam que nós éramos japoneses. Aí, eles foram contra mesmo.** Aí, com isso, o padre daqui, também, quando a gente ia na missa, o sermão deles era diferente daquele que a gente ouvia, costumava ouvir lá no Paraná, da Igreja do Paraná. Aí, com isso, a gente foi afastando da igreja, de pouco a pouco. Não assim assíduo que nem época que estava no Paraná. Porque lá no Paraná, nós morávamos no sítio também. Era sete, oito, dez quilômetros. Mas, assim mesmo, todo domingo nós íamos lá, na missa. Aqui era, nossa, uns três, quatro quarteirões, mas a gente não queria ouvir aquele meteção de pau na agricultura [*risos*].

Nanahira: E a história da invasão do Brasil?...

Muraoka: É, eles falavam assim mesmo. Que não precisava de plantar bastante, eles queriam que tivesse um pedacinho só, plantar suficiente para ele comer, uma família comer, era, estava bom, pra a igreja; os padres diziam assim, com indicação do bispo lá de Uberlândia. Então, como nós já entramos com área relativamente grande, com maquinário, usando, talvez usando um tratorista, aí, isso, igreja era contra, porque tinha que aproveitar mão-de-obra dos outros, aproveitar maquinário, pra produzir comida deles, e que não era necessário produzir tanto para ele comer, para nós comer. Engraçado, o pensamento era diferente de hoje. Mesmo, se pessoal ouvir hoje, acho que

vai achar estranho, mas, na época, ninguém achava estranho não, achava que isso era normal, assim, batia palma pro padre. A gente não aguentava isso não! *[risos]*
(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Ainda no que se refere a negociações socioculturais, cabe referir à experiência da família Kayashima, a primeira a residir em Paracatu. Pelos relatos a seguir, entendo que o trabalho e o lazer consistiram vias de integração com a sociedade paracatuense:

Yoshifumi: Minha mãe contava que, quando eu era pequeno, já estava indo para a escola, que eu conversava em japonês e tinha um amigo, minha mãe não sabe quem é, eu também não me lembro dele, mas disse que era moreninho, falava em português e eu em japonês. Nós dois brincávamos o dia inteiro, e um entendia o que o outro queria. Disse que era assim. Ele almoçava lá em casa, acho que era uma pessoa mais pobre, ficava comigo e comia alguma coisa também. A gente morava atrás de um hotel, depois do beco que segue da entrada do restaurante até a drogaria; na parte de baixo, tem uma casa de esquina, depois, uma casa com um portãozinho e uma casa bonita no fundo; eu morava lá, brincava, e conheci ele ali. [...]

Nanahira: Um falando em português e outro em japonês, e tudo certo?

Yoshifumi: Sim, tudo certo! No caso meu e do meu amigo, todo mundo estava se entendendo. [...]

Aysten: As pessoas iam lá para ver ela [mãe de Yoshifumi Kayashima] falando das verduras de um jeito engraçado. Iam lá comprar só pra ver ela falar.

Yoshifumi: Tem um caso engraçado sobre isso. O irmão dela [Aysten, sua esposa] estava lá vendo a minha mãe conversar com outra pessoa, também japonesa. Então, as duas conversando em japonês e ele não entendendo nada. Daí, as duas riram, e ele entendeu! A risada é igual, né? *[risos]*

Aysten: Assim, na risada, japoneses e brasileiros falam do mesmo jeito.

(Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).

(Aysten Blayne Alves Figueiredo Kayashima, 52 anos, natural de Água Boa-MG)

Na curiosidade em relação ao jeito de falar da Sra. Hideko Kayashima, o irmão de Aysten Kayashima acabou por notar que, nas risadas, brasileiros e japoneses são iguais. Interessante notar que diferenças na linguagem verbal entre crianças de dois países diferentes não as impediram de brincar juntas.

A prática de esportes e a participação em gincanas aproximaram Yoshifumi Kayashima da sociedade paracatuense. Por participar das gincanas de motocicletas, e imaginar “que a moto era o veículo do futuro”, o depoente abriu sua primeira loja de motocicletas.

E eu pratiquei muitos esportes, na adolescência joguei futebol. Porque só tinha essas opções, era futebol, vôlei ou handebol. Natação quase que não tinha, então teve futebol. Graças a Deus, bom, eu sou muito ruim de bola, mas eu fui do time da escola, joguei futebol amador aqui em Paracatu pelo União Esporte Clube [...] E, antigamente, existia essa... corrida da tocha olímpica, que antigamente chamava fogo simbólico. Pratiquei muito. Aí também pratiquei artes marciais. [...] Era uma das atividades que a gente gostava muito, as gincanas de moto que tinham em Paracatu. Porque muitas das vezes não tinham muitas atividades esportivas. [...] E, por começar nessa gincana

de motocicleta, foi quando eu abri a minha primeira loja, que era de moto. Bom, na época, eu achava que a moto era o veículo do futuro, mas aqui em Paracatu, aliás, no Brasil, não pegou essa mania. Virou que, ficou sendo veículo de... malandro, de bandido. Aí, nós temos, eu tenho moto, minha filha tem. Aí ela vai fazer serviço de banco, ela vai de motocicleta. É fácil de estacionar, e um veículo econômico. E aí maioria das vezes, a pessoa vai numa caminhonete de cento e tantos mil, sozinho, e não acha estacionamento. Então é difícil.

Yoshifumi: O meu irmão, quando não tirava o primeiro lugar na escola, ele chorava. Levantava todo santo dia às cinco horas da manhã, estudava até as seis, fazia o café, ia para a padaria, comprava o pão. Quando a minha mãe acordava, já estava tudo pronto. E ele tinha as melhores notas da escola. Eu estava na oficina mecânica de motos e falei para a gente trabalhar juntos; “a motocicleta é o veículo do futuro”, disse pra ele, “vai chegar uma hora em que todo mundo vai sair de moto para ir aos lugares”. [...] Só que o brasileiro está atrasadíssimo. Porque aqui, quem ganhou motocicleta, a maioria, foi marginal, né? Um senhor de idade sai com um carro de 180 mil para o Centro, não acha lugar para estacionar e não tem coragem de andar numa motoneta, quando todo mundo poderia estar usando uma. Gasolina barata, estacionamento fácil... e é uma cidade que não chove; se fosse um lugar que chovesse muito, mas não. Na Europa, na Ásia, usa-se muito a motoneta. Mas aqui não pegou não. Agora eu já mudei de profissão. Estou trabalhando na área náutica, com motores de polpa, lancha, *jet ski*...

Nanahira: Então a empresa Motomen ainda existe, mas na área náutica?...

Yoshifumi: Isso. Só que, na época, eu e meu irmão fundamos a Motomen, era em 1980... [...]

Aysten: Não tinha muita coisa para fazer aqui. Então, era sagrado dar uma voltinha na cidade no fins de semana, às vezes na semana também.

(Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).

As trajetórias de lutas dos nikkeis que passaram a viver em Paracatu, analogamente às de seus antecessores, incluem, para além da experiência na agricultura, as dimensões da educação, especialmente a formação dos filhos, e da cultura, na forma da preservação de tradições de origem japonesa, como apresento na seção seguinte.

3.2.3. Associações nikkeis e culturas em movimento

A constituição da Associação Cultural Esportiva Recreativa Nipo-Brasileira de Paracatu – ACENP, conhecida como Kaikan, e a construção da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro em Brasília, representam importantes marcos da presença nikkei em Paracatu e região, sobretudo em sua dimensão cultural.

A constituição de colônias japonesas ou comunidades nikkeis no Brasil realizou-se, de modo geral, em razão do interesse em manter tradições e como resposta a dificuldades de

adaptação no país, conforme relato de Yoshifumi Kayashima a seguir. Yamamoto¹⁴³ (1984) compara a união entre os imigrantes nipônicos, durante o período inicial de sua vida no Brasil, a um ajuntamento de folhas caídas pelo sopro do vento. Nessa metáfora, parece-me que o vento remete às circunstâncias, às dinâmicas, aos processos de desenvolvimento em que se inseriam os imigrantes japoneses; o sopro remete à direção e à intensidade desse vento, ou seja, referem-se a como esses processos incidem e para onde esses processos conduzem as pessoas. Por causa do sopro desse vento – principalmente apesar de o sopro os levar a situações indesejáveis, como as frustrações com o trabalho nas fazendas de café – essas tomam o caminho da união, constituindo comunidades entre pessoas de origem nipônica, espaços comunitários onde podem manter costumes, idioma e tradições.

Nanahira: Você nasceu no Japão, né?

Yoshifumi: Como queríamos conversar, falar com todo mundo em português, perdemos esse costume... Você pode notar que eu não tenho sotaque nenhum. Então, **eu sou brasileiro, paracatuense, eu amo Paracatu!** Estudei em Belo Horizonte, voltei para Paracatu e hoje, para me tirar daqui, é muito difícil. O que posso falar para te ajudar é contar um pouco da história da minha vida. Eu perdi os costumes orientais, não falo japonês, entendo algumas coisas. Quando a minha avó estava viva, eu conversava em japonês, *nihongo*, com ela. Depois que ela faleceu, e que fui a Belo Horizonte, perdi totalmente o contato. Minha mãe até me influenciou a casar com uma japonesa, e isso vinha do costume oriental, manter a família de japoneses, mesmo casando entre parentes, com segundo primo, algo do tipo, mas esse era o conceito do japonês quando veio para o Brasil. Porque o japonês foi muito crucificado aqui, então os japoneses se reuniram para formar uma colônia, ter programas, projetos, manterem tradições... [...]

(Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).

Nesse trecho, chamo atenção para a dúvida que tive em relação ao conhecimento da experiência em São Gotardo; quando o Sr. Muraoka pronunciou “a gente conheceu São Gotardo antes”, não fazia referência a si próprio, mas à família que residia naquele Município, de quem obteve conhecimento sobre características e resultados da atividade agrícola realizada na localidade. Os termos “a gente”, “nós”, “o nosso grupo”, “a colônia”, e similares são frequentes nas falas dos depoentes, e denotam a valorização da comunidade, familiar ou não, em seus processos de desenvolvimento.

Muraoka: A gente conheceu São Gotardo antes. Lá dava café, soja, milho, soja, então a minha intenção era plantar soja e trigo.

Nanahira: Os senhores participaram dessa experiência em São Gotardo porque eram cooperados da Cotia?

Muraoka: É, tinha parentes que ainda moram lá.

¹⁴³ O autor migrou para o Brasil em 1932, inicialmente vivendo no núcleo colonial Quilombo, localizado em Iguape, São Paulo (CULTURA JAPONESA, 2017).

Erica: Mas eles não foram a São Gotardo não, vieram direto para Paracatu...
Nanahira: Pois é, imagino que vieram direto para cá, mas tinham conhecimento da experiência em São Gotardo, é isso?
Muraoka: Era isso.
(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)
(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)
(Erica Mayumi Muraoka Sakazaki, 48 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

O Sr. Muraoka fala em “brasileiros nossos” quando se refere aos descendentes de japoneses nascidos no Brasil que foram ao Japão, onde levaram vantagem por saber “fazer tudo [...] por causa da necessidade, na roça, [...] trabalho de eletricitista, hidráulico, pedreiro...”. Esse deslocamento é assunto da próxima seção.

Nanahira: Quando tive a oportunidade de ir ao Japão, notei que é um país muito populoso, de lugares muito limpos e pessoas muito educadas. Já sabia disso mas nunca tinha conferido *in loco*, sabe? Apesar de ter ido a Tóquio, a capital, imagino que essa educação se aplica a várias áreas, centrais ou interioranas...
Muraoka: Sim, tem essa **educação**. Os meus pais eram do interior, mas a gente tinha o costume de sempre guardar o lixinho no bolso. Os brasileiros nossos, quero dizer, descendentes de japoneses, que foram ao Japão, levaram vantagem. Meu irmão, por exemplo, foi ao Japão e notou que só os japoneses nascidos aqui no Brasil sabiam fazer tudo, os japoneses não sabiam. Por causa da necessidade, na roça, aprenderam. Trabalho de eletricitista, hidráulico, pedreiro... faziam de tudo.
Alimura: Lá em casa, no prato, não deixava sobrar um grão de arroz. Tinha que aproveitar. Só podia colocar no prato o que dava pra servir e aproveitar. Esse ensinamento vem lá do Japão, onde o terreno é muito pequeno, e a área de plantio ainda menor, porque a terra é muito acidentada.
(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)
(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Em trecho anterior, apresentado na seção sobre experiências diaspóricas, a Sra. H. E. refere-se ao conjunto de colonos nikkeis participantes do PRODECER e suas famílias com a expressão “o nosso grupo”, remetendo à identificação dessas pessoas como parte de uma comunidade, formada a partir de objetivos, interesses e aspirações comuns.

No início do PRODECER em Paracatu, membros de diferentes famílias nikkeis passaram a se conhecer e se reunir, constituindo uma nova colônia japonesa ou comunidade nikkei, representada na ACENP/Kaikan. Nas palavras do Sr. Muraoka, “japoneses, quando juntam em três pessoas, já formam associação”, é “a primeira coisa” que nikkeis fazem ao se encontrar, com a ressalva de que essa associação entre japoneses e descendentes vindos de fora de Paracatu ocorreu concomitantemente ao contato com a sociedade local. O depoente também faz referência ao papel do ambiente escolar nos esforços de integração com a sociedade local,

na medida em que relações foram estabelecidas entre colegas de escola de seus filhos, e entre os pais desses alunos.

Interessante me pareceu a surpresa do Sr. Alimura com a informação de que o primeiro descendente de japoneses nascido em Paracatu é filho de seu conterrâneo, contemporâneo, amigo e parente, o Sr. Muraoka. Desse modo, entrevistas como essa representaram encontros, em que revelações e novas aproximações podem ocorrer entre desconhecidos e mesmo entre antigos conhecidos, como também ocorreu entre Lídia Konishi e Yoko Sasaki, e Yosidi Takahashi e Fabiano Ogawa.

Nanahira: O senhor também veio com a família? Já tinha constituído família?

Muraoka: Sim, já tinha família. Morava com a mãe, ela veio junto e já tinha 66 anos. Eu tinha quatro filhas; depois de vir para cá, tive mais um filho. **Foi o primeiro que nasceu aqui em Paracatu, na colônia.**

Alimura: Ah é?

Muraoka: Sim, o primeiro. O nome dele é Hugo, já *sansei*. [...]

Nanahira: [...] Existia uma colônia japonesa em Uraí, no Paraná?

Muraoka: Tinha uma colônia grande lá. Veja só, **japoneses, quando juntam em três pessoas, já formam associação.**

Nanahira: E, aqui em Paracatu, durante o PRODECER, mantinham contato porque foi formada uma colônia japonesa...

Muraoka: A primeira coisa que a gente forma é uma associação. **Mas nem por isso deixamos de ter contato com a sociedade local.** Acho que aqui o pessoal integrou rápido com a sociedade. Lá no Paraná era mais difícil.

Chegamos aqui, a gente sabia que a sociedade era muito fechada. Nós, em casa aqui, eu e ela, fizemos, assim, grande esforço pra integrar a criançada com sociedade, principalmente com os colegas e os pais dos colegas. **Aí, nós tivemos relação ótima, enchia a criançada aqui, fazer dever, com festinha, assim, em casa.** (Mítuo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Nas palavras do Sr. Shimada, “a amizade foi rápida entre desconhecidos”; ainda que desconhecidos, tinham em comum a ascendência japonesa e vieram de estados e cidades próximas. Complementando o que comentou o Sr. Muraoka, constata-se que “japoneses, quando juntam em três pessoas, ainda que desconhecidos, já formam associação”, o que remete ao ajuntamento de folhas pela força do vento constatado por Yamamoto (1984) ao se referir aos imigrantes e descendentes que constituíram as primeiras colônias japonesas, ou comunidades nikkeis, da primeira metade do Século XX.

Nanahira: Foi fácil estabelecer contato com a colônia japonesa daqui?

Katsuo: Sim, foi fácil.[...]

Nanahira: São sócios do Kaikan? Pelo que sei, foi fundado em 1987...

Katsuo: Sim, somos sócios. Quando o pessoal veio, já existia uma casa na Vila Mariana que servia como a associação. Foi a JICA que ajudou a construir o Kaikan no Alto do Córrego em 1987.

T. Shimada: A amizade foi rápida entre desconhecidos. Todos eram desconhecidos, mas vieram de São Paulo, do Paraná, e eram descendentes de japoneses. A amizade foi mais fácil entre *nisseis*, *sanseis*, na Associação.

Nanahira: Mas o senhor conheceu, conviveu com pessoas que vieram por causa do Programa?

T. Shimada: Isso!

Katsuo: Sim, a maioria. Umas 10 famílias vieram sem participar do PRODECER, das 60 e pouco que vieram.

(Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986)

(Katsuo Shimada, 53 anos, *sansei*, natural de Assaí-PR, vive em Paracatu desde 1986)

Ao discorrer sobre a fundação da ACENP/Kaikan, os Srs. W. E. e H. E. revelaram que a casa em que residem consistiu no primeiro local em que a associação funcionou de 1982 a 1986, como menciona Katsuo Shimada no trecho acima: “quando o pessoal veio, já existia uma casa na Vila Mariana que servia como a associação”. Ou seja, antes que o Kaikan tivesse um local próprio, o casal de *nisseis* abriu as portas de sua casa para realizar encontros entre pessoas que estavam nas mesmas condições: recém-chegados em uma cidade desconhecida, muito distante de onde residiam seus familiares, com sentimento de solidão e manifestando interesse em manter tradições e práticas culturais de origem nipônica, como o idioma japonês.

O Sr. W. E., que foi o primeiro presidente da ACENP, e demais associados, uniram esforços para conseguir verbas do Governo japonês que, somadas aos valores desembolsados pelos associados, viabilizaram a construção do Kaikan no local em que se situa desde 1987. Infelizmente, um trágico acidente de carro marcou essa fase; por algum motivo, possivelmente relativo à complexidade da condição humana, o fato não me foi mencionado por um de seus sobreviventes, o Sr. Guentaro Alimura, nas duas ocasiões de entrevista. Em homenagem aos falecidos no triste ocorrido, duas salas do Kaikan foram batizadas com os seus nomes, conforme fotos que apresento ao final desta seção.

Em seu relato, o casal conta algo que “pouquíssimas pessoas sabem”: uma cápsula do tempo, contendo nomes dos colaboradores da época de fundação do Kaikan e objetos que referenciam aquele tempo, permanece enterrada na Associação. Como “as gerações mudaram” e “a turma de hoje não participou dos esforços da primeira geração que chegou”, não se sacrificaram com “trabalho e dinheiro” como os pioneiros, “não se dá o devido valor”, “tudo ficou jogado”, e a cápsula do tempo permaneceu enterrada por 30 anos. Havia um plano de abri-la após 20 anos do estabelecimento do Kaikan, que ainda não foi concretizado.

No entanto, a própria reflexão dos depoentes sobre a falta de conhecimento de quem atualmente participa do Kaikan sobre os esforços e sacrifícios dos pioneiros permitiu aos

depoentes repensar o seu papel nesse contexto, como manifesta o Sr. W. E.: “não sei se é falta de nós explicarmos às gerações mais novas, algo assim”.

Nanahira: E o Kaikan, foi fundado na mesma época do PRODECER?

W. E.: Foi em 1982, mais ou menos, quando começamos...

H. E. Logo que chegamos, devido à distância de nossos familiares, à solidão, começamos a nos reunir, fundamos a Associação Nipo-Brasileira de Paracatu.

W. E.: A primeira sede era aqui, nesse lote, onde moramos.

Nanahira: Aqui? Não acredito!

H. E.: Era uma casa igual a essa do lado. Era do BNH, o Banco Nacional da Habitação, que a gente conseguiu.

W. E.: Realizávamos festas e encontros para troca de experiências e matar a saudade de nossos familiares. Iniciamos a escola de japonês aqui também. O prédio foi depois, em 1986... Como tínhamos ligação entre Brasil e Japão por meio da JICA, quem ajudou muito foi o Sr. Sanji Tomoyasu que era Cotia Seinen, japonês da primeira geração, com mais facilidade de comunicação. Ele era uma pessoa de liderança também, no grupo. Realizou muitos contatos com o pessoal do Japão para atrair investimentos privados para o plantio de café. Fazia contato com a Embaixada. Na época, eu era Presidente da Associação, quando fizemos contato, por meio do Sr. Sanji Tomoyasu, para que o Governo japonês doasse 50% dos recursos para a construção. Então, nós compramos uma área, onde está o Kaikan hoje. Era um lugar que não tinha rua, era puro Cerrado; conseguimos isso no prazo de um ano. Terminada a construção, entreguei meu cargo de presidente.... Japoneses têm muito esse negócio de... **gratidão**, certo? Tinha um diretor da JICA, morava no Rio de Janeiro, que nos ajudou muito a intermediar e conseguir essa verba. Reunimos em três pessoas para levar um presente e agradecer pela obra; era para eu ir, mas não fui. Na viagem, dois faleceram. Um dos que faleceu foi o Sr. Sanji Tomoyasu, que estava dirigindo. Também faleceu o Sr. Kanojo Abe. O Sr. Guentaro Alimura, que também viajava, sobreviveu.

Nanahira: Que história!...

W. E.: A pessoa que foi o primeiro Presidente da ACENP, logo após a construção, mora aqui em cima, próximo à nossa casa. A Vila Mariana, em que moramos, é considerada um bairro japonês, porque a maioria das pessoas para o projeto que vieram moram aqui, são vários vizinhos.

Nanahira: Na rua da casa de meus pais, no Alto do Córrego, muitas famílias de nipo-brasileiros moraram e ainda moram. Entre meus vizinhos, estavam a minha primeira dentista e uma das pessoas que entrevistei em 2013, participante do PRODECER no projeto Mundo Novo.

W. E.: Hum, sei... O lote número um do PRODECER era dele. O de número dois era meu. O lote do Mítuo Muraoka era o número cinco, ficava no município de Unai. Eram seis lotes que ficavam em Unai, o restante em Paracatu. Quase todos os lotes mudaram de dono. Eu, por exemplo, vendi o lote dois e comprei outro mais próximo à cidade. Dos seis lotes de lá, alguns produtores ainda têm partes dele, áreas em que praticamente não se trabalha, e que foram arrendadas para outras pessoas. Teve um produtor que faleceu, e a esposa arrendou as terras para outra pessoa.

H. E.: Vendemos o lote dois e adquirimos o lote 42, que também é do projeto.

W. E.: Quando começamos a trabalhar no PRODECER, migraram aproximadamente 110 famílias; de cabeça não lembro mais. Porque eu era o Presidente na época, tinha todos os dados anotados. No decorrer do tempo, ficou tudo jogado. Sobre os fundadores, quase ninguém sabe. O prefeito participou da inauguração do Kaikan, e também do lançamento da pedra fundamental, que é uma simbologia. No lançamento da pedra fundamental, pouquíssimas pessoas sabem, a lista completa de todos os colaboradores daquela época foi guardada em uma cápsula de lata, junto com revistas, dinheiro, brinquedos, e outras referências da época. Tínhamos um projeto de abrir depois de vinte anos. Essa época já passou. Poucas pessoas sabem disso, a maioria já se esqueceu...

H. E.: O tempo passou, 20, 30 anos, as gerações mudaram, e... não se dá o devido valor. A turma de hoje não participou dos esforços da primeira geração que chegou, não sentiu o peso, não fizeram todo o sacrifício de comprar uma área para o Kaikan...
W. E.: Os esforços foram em dinheiro e trabalho. [...] Não sei se é falta de nós explicarmos às gerações mais novas, algo assim, mas, no caso do Kaikan, o dinheiro que nós desembolsamos, para a época, foi de valor expressivo para, primeiramente, comprar a área. E depois, terminar de construir. Nossas esposas, filhos, trabalharam, compraram muitas coisas, promovendo eventos...
H. E.: A gente até levava coisas de casa, comida, talheres, não tinha nada...
W. E.: Isso tem muito a ver com a cultura japonesa, que se manteve aqui em Paracatu. Hoje, temos vários restaurantes japoneses aqui. [...]
Nanahira: Além da questão da alimentação, percebo que aumentou a variedade nos esportes, alguns praticados no Kaikan, né?
H. E.: Não somos mais sócios. Depois que saímos...
W. E.: No início, havia beisebol, tênis de mesa, vôlei, basquete, futsal, futebol de campo, *guetoboru*, judô e até sumô.
H. E.: Hoje quase não há esportes, porque os filhos já cresceram, saíram de Paracatu para estudar nas faculdades de Paraná, São Paulo. Então pouca gente frequenta.
Nanahira: Ainda existe o departamento de senhoras?
W. E.: Sim, mas não com a composição original. Não é mais tão ativo.
(W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981)
(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

Cabe esclarecer que o *guetoboru* mencionado pelo Sr. W. E., chamado *gateball* em inglês, é um jogo foi criado no Japão por Eiji Suzuki, morador da cidade de Hokkaido, em 1947, a partir do críquete, popular na Inglaterra, como brincadeira divertida para amenizar o trauma que se abateu sobre o país após a Segunda Guerra Mundial. Para sua surpresa, o jogo, que deveria ser infantil, despertou o interesse de pessoas mais velhas. Introduzido no Brasil em 1978, ainda é praticado quase exclusivamente por integrantes de colônias japonesas (ALVES FILHO, 2006).

Na opinião do Sr. Muraoka, baseado em sua experiência como presidente do Kaikan, a arrecadação de fundos entre nikkeis para a construção da Associação e outras obras em suas instalações não foi “tão difícil assim”, haja vista o nível econômico dos associados ser semelhante. Maiores esforços foram reunidos para a construção da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro, a ser tratada mais adiante nesta seção, que teve início em um momento já oneroso para os nikkeis residentes em Paracatu.

Nanahira: E sobre a constituição do Kaikan? Entendi que foi resultado de muitos esforços, para arrecadar dinheiro, conseguir terreno...
Muraoka: Não foi tão difícil assim arrecadar dinheiro, assim, não, porque o nível, assim, econômico do pessoal, maioria, maioria do Kaikan, era... mesmo nível. Então, a gente, pra fazer chamada de capital, então a gente determinava, estudava, analisava a situação, o que sobrava, o que não sobrava, e taxava; é tanto, dá pra ajudar com tanto, agora, dessa vez, pra fazer isso, fazer aquilo, fazer muro, fazer né, cancha, esse negócio. Aí, pessoal, como a gente já sabia que eles podiam, né, então juntava. Eu era Presidente do Kaikan nesse tempo. Então era... foi bem fácil. Foi mais difícil o Casa

de Estudante, que começou a sair na mesma época que nós gastávamos muito dinheiro aqui, né. Mas, mesmo assim, nós fizemos esforço e, olha lá, Paracatu acho que ajudou com boa parte lá.

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

A Sra. Cristina Fukuda e sua filha Carina contam sobre sua participação em atividades do Kaikan, a primeira no departamento de senhoras, especialmente na organização de eventos, e a segunda nas aulas de japonês e na prática de esportes.

Carina: Minha mãe tinha muita amizade com a Sra. H. E.. A gente morava no lote onde era o Kaikan antes, aquela casa ao lado de onde a Sra. H. mora hoje. O Kaikan já funcionava lá.

Cristina: É, aquele prédio era o Kaikan. [...]

Nanahira: [...] E toda a família frequentava o Kaikan? Soube que, além da escola de Japonês, tinha esportes, eventos... O que faziam lá?

Cristina: Sim. No dia 11 de março [de 2017], terá o Jantar Japonês. A gente fazia de tudo. No departamento de senhoras, a gente fazia almoços, jantares, lanches, decoração com *origami* e lanternas feitas com papel manteiga, *chouchin*.

Carina: Havia um calendário anual, com eventos em todas as datas comemorativas.

Cristina: Olhe só essas fotos, é da época que tinha bastante jovens. Aqui é o *Bon Odori*, um festival sobre os antepassados. E chamavam pessoas de outras cidades, Brasília, São Gotardo, Pirapora... Nessa época, meu filho estava fazendo beisebol, com o boné e a luva. Ele viajava para Brasília, Goiânia, Maringá, para participar de campeonatos.

Nanahira: E você, também praticava esportes lá?

Carina: Tênis de mesa e vôlei. Viajei para São José do Rio Preto e São Bernardo do Campo, para competições.

Cristina: São Bernardo é a cidade do Hugo Hoyama. A Carina também foi no Festival de Japão em Brasília três vezes.

Carina: É um evento que começou a ser realizado três anos atrás, desde 2015, nos 120 Anos de Amizade Brasil-Japão. Todos os anos uma turma daqui participa. Também fiz oito anos de *nihongaku*, dos oito aos quinze anos.

Nanahira: E você Carina, como foi a sua infância aqui em Paracatu?

Cristina: Ficava mais na escola, né?

Carina: Estudei no Colégio Soma, meu irmão também. [...]

Nanahira: E qual a sua formação, Carina?

Carina: Estudei Biomedicina na Faculdade Tecsoma e fiz Curso Técnico de Meio Ambiente na Unitec.

(Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

(Carina Miyuki Fukuda, 27 anos, *sansei*, natural de Paracatu-MG)

Contudo, assim como os Srs. W. E. e H. E., as depoentes e suas famílias não são mais sócias do Kaikan. As razões para a saída referem-se à discriminação social entre pessoas da comunidade nikkei, de que eu não tinha conhecimento até então.

Nanahira: [...] E hoje, continuam tendo mais amigos na colônia japonesa ou já têm mais amigos de fora da comunidade nikkei?

Cristina: Estamos mais separados agora. É que saímos da sociedade do Kaikan. As pessoas estavam discriminando, começou na época de adolescente de meus filhos. A turma da Carina, dos amigos da mesma idade, eles foram discriminados por outras

peças que não queriam que os filhos deles se misturassem com os meus filhos e os amigos. Não pensaram no futuro, só pensavam neles mesmos...

Carina: Ao invés de pensar na comunidade...

Nanahira: Até então, nesses diálogos, eu só tinha ouvido falar de discriminações entre brasileiros e japoneses, não entre as pessoas da colônia. Desse jeito, o Kaikan acabou perdendo sócios também...

Cristina: Os japoneses saíram, e agora estão chamando brasileiros para estudar japonês...

Nanahira: Essa questão da discriminação é mais uma coisa entre várias que eu não sabia...

Cristina: Eu senti mesmo, porque a gente era mais pobre né... gostavam de rebaixar a gente. Na gincana japonesa, faltavam com a consideração. Na hora de guardar nos pacotinhos os prêmios de consolação, essas coisas, muita gente estava parada e eu já tinha carregado um monte de coisas também. Uma pessoa falava: “Cristina!” Justo eu, né? Já tinha carregado um monte. Assim: “Cristina, tá sobrando lá, vai buscar e levar pra lá!”. Nossa, eu fiquei... Na hora da limpeza, só eu também né... [...] Até parentes discriminam...

(Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

(Carina Miyuki Fukuda, 27 anos, *sansei*, natural de Paracatu-MG)

A família de Yoshifumi Kayashima participava de atividades do Kaikan, com destaque para os esportes e a gincana chamada *undokai*. Faz referência à redução no número de associados que imagina ser motivada por “atritos, problemas de aquisição financeira”, pois ocorreu “na época em que o pessoal perdeu as terras”.

Nanahira: Aqui perto funciona o Kaikan. Os que fundaram vieram pelo PRODECER, e se associaram. A sua família também participava do Kaikan? São sócios?

Yoshifumi: Participava. Minha mãe era convidada. Era da primeira família japonesa estabelecida em Paracatu, então era como se fosse uma convidada de honra. A gente ia ao Jôquei, passava o dia inteiro lá, no aniversário do Kaikan, participar do *undokai*, uma gincana com jogos em que participam pessoas de todas as idades. Lá era muito bom, não sei por que acabou. Acho que podem ter ocorrido atritos, problemas de aquisição financeira. Como tinha uma mensalidade, igual a todo clube, quando teve uma queda de participação, na época em que o pessoal perdeu as terras, começou a retirar o lazer. Muita gente foi embora, voltou para São Paulo, Paraná. A primeira coisa que se faz com uma perda financeira é cortar o lazer. Quando faziam as reuniões, os eventos lá, como os japoneses eram poucos, começaram a chamar os brasileiros para participar. [...] Minhas meninas, quando eram adolescentes, participavam das viagens que o Kaikan promovia para eventos esportivos. [...] Lá no Kaikan, algumas pessoas jogavam *guetoboru* também.

Aysten: No *undokai* se faz de tudo, há jogos para todas as idades. É a gincana dos japoneses, não tem programa melhor. Tem almoço, é uma confraternização, cada um levava um tipo de comida, o que se quisesse levar. [...]

Yoshifumi: Kaikan significa clube, e há vários kaikans pelo Brasil, assim como existem vários jôqueis clube espalhados pelo Brasil ou várias unidades do SESC. Uma vez, quiseram que eu fizesse parte do Kaikan de São Paulo, mas eu não iria para lá; já fazia parte do Kaikan daqui, e não era possível ser parte dos dois. Mas falaram que, quando fosse para lá, poderia me hospedar, tinha dormitório, essas coisas.

As famílias dos Srs. Alimura e Muraoka e da Sra. Aparecida Takahashi participam, até os dias atuais, de atividades do Kaikan, conforme trechos de duas entrevistas a seguir:

Nanahira: Frequentam o Kaikan? Quais atividades?

Wilhan: Sim, participamos todos. O que tem no Kaikan são aquelas atividades de Dia das Mães, Dia dos Pais, tem o Jantar Japonês, que é umas duas vezes por ano também, *undokai*, também, a gincana que tem lá.

Alimura: O que tem mais é aula de língua japonesa. Vai chegar agora, até no fim de mês, vai chegar professora nova lá da JICA.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Wilhan Issamu Alimura, 51 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1983)

Alimura: Também buscamos apoio da JICA para trazer professores do Japão para o curso de língua japonesa na Associação daqui de Paracatu. Sempre que podemos, e ainda mais tendo descendentes aqui em Paracatu, pedimos apoio do Governo do Japão. A Erica-san já fez um curso da JICA, com três pessoas, né? Alunos lá na Associação são quantos?

Erica: Fiz, sim. São 10 alunos... [*Professora de língua japonesa na Associação Cultural Esportiva Recreativa Nipo-Brasileira de Paracatu – ACENP, mencionou os nomes dos alunos de que se lembrava*].

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Wilhan Issamu Alimura, 51 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1983)

(Erica Mayumi Muraoka Sakazaki, 48 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Nanahira: E o Kaikan, a senhora já frequentou ou frequenta?

Aparecida: Somos sócios.

Nanahira: Que atividades são realizadas lá, de quais a senhora participa?

Aparecida: Atividades... existia o *fujikai*, que era o departamento de senhoras. A gente trabalhava organizando eventos, casamentos. Hoje em dia não existe mais, acabou. As pessoas estão mais afastadas. Gincana ainda tem, o nome é *undokai*, uma vez por ano. Ainda fazem jantar japonês umas duas vezes por ano.

(Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Seiko Shimada discorre sobre as atividades atualmente realizadas no Kaikan e narra sua trajetória como professora de japonês, trabalho realizado junto a outros professores nikkeis que residem em Paracatu, como é o caso de Erica Mayumi Muraoka Sakazaki, e professores vindos do Japão.

Qualificaram a depoente para lecionar, sem a necessidade de uma licenciatura, os conhecimentos e a experiência prática no idioma japonês, saberes obtidos e desenvolvidos na vida em família. Segundo Seiko Shimada, cursos de aperfeiçoamento, realizados com professores da Escola Modelo em Brasília, permitem aos professores do Kaikan “conhecer experiências, renovar ideias...”, as reticências sugerindo um prolongamento, uma enumeração inconclusa de sua ideia sobre os benefícios do aperfeiçoamento, podendo ser substituídas por “etc”.

No que se refere ao ensino de língua japonesa, informa que frequentam as aulas tanto alunos descendentes de japoneses quanto não descendentes.

Seiko: Casei, vim pra cá e me tornei dona de casa. Mas também comecei a ajudar outra professora de japonês, inclusive entrei na escola japonesa assim... não sei, não fiz curso para poder lecionar o japonês, mas, como sabia falar, fui chamada a ajudar. Quando levava meus filhos para a escola japonesa, pediam para ficar lá ajudando. A gente tem muita ligação com Brasília por causa da escola. Os professores da região têm uma Associação; três ou quatro vezes por ano fazemos cursos em Brasília, junto com os professores da Escola Modelo. Então sempre estamos indo lá para conhecer as experiências, renovar as ideias...

T. Shimada: Precisam muito de gente como ela porque, às vezes, para a escola japonesa, vêm professores do Japão pela JICA que não falam português. Como ela fala as duas línguas é muito importante para...

Seiko: Para auxiliar essas pessoas, né? Não falam quase nada em português. Fazem treinamento no Japão antes de vir, mas aprendem muito pouco, só “oi”, “tudo bem”, mais ou menos por aí. Nunca tivemos problemas com esses professores.

Nanahira: Acho que seu trabalho também é importante para instruir esses professores sobre aspectos culturais brasileiros, sobre a vida em Paracatu, ainda mais se consideramos os contextos em que eles vivem no Japão...

Seiko: É... Dois filhos nossos foram ao Japão pela JICA, com bolsa, para ficar por um mês. O que mais impressionou os dois foi a limpeza das ruas e o cuidado das pessoas com as máquinas que estão presentes em toda parte.

Nanahira: Os filhos são todos de Paracatu?

Seiko: Sim, são quatro filhos paracatuenses, três meninos e uma menina. O mais velho já está estudando Agronomia.

Nanahira: Há atividades regulares no Kaikan?

Seiko: Sim, apesar das poucas famílias. Sempre fazemos cerimônia de Ano Novo, Dia das Mães, Dia dos Pais; os alunos da escola de Japonês participam. Temos jantar japonês, concurso de oratória, gincana – o *undokai*, festa de final de ano – *bonenkai*. Em Brasília também acontecem muitos desses eventos, na Escola Modelo de Língua Japonesa. No ano passado, tínhamos 26 alunos no curso de Japonês do Kaikan, em idades variadas, desde crianças de cinco anos até senhoras. Inclusive temos seis ou sete alunos não nikkeis também. Não somos divididos em salas por nível, porque não dá; cada aluno tem um nível. As aulas são ministradas duas vezes na semana, com duração de uma hora e meia cada aula. Até ano passado, tínhamos uma professora voluntária da JICA, que foi embora em julho. Após um ano sem vir, em julho desse ano deve vir outra. Até dois anos atrás, tínhamos tênis de mesa, e chegamos a levar os meninos, por uns cinco anos, para participar de um torneio intercolonial que ocorre em janeiro. Mas os meninos foram crescendo e deixando, deixando... saíram e os colegas vão atrás e... aí acabou. Inclusive quem dava aula era uma pessoa que sua mãe deve conhecer, também da área de Educação Física. Ano passado, começamos a trabalhar com karaokê. Uma pessoa que gosta de música começou a treinar os meninos. Levamos os meninos para Brasília para participar de um concurso de karaokê. Ela está empolgada para manter as atividades nesse ano. E tinha *guetoboru*, quero dizer, ainda tem, mas hoje são três, quatro pessoas que estão jogando. É um jogo com taco, bolinha pesada e golzinho quadrado. Começou com pessoas de idade, mas hoje já tem jovens que praticam.

(Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986)

(Seiko Shimada, 50 anos, *nissei*, natural de São Roque-SP, vive em Paracatu desde 1998)

A seguir, Fabiano Ogawa comenta sobre sua experiência como Presidente do Kaikan nos anos de 2015 e 2016, que lhe permitiu manter contato com representantes da Embaixada

do Japão e da JICA. Destaca a importância da vinda a Paracatu de professores voluntários do Japão. Sua filha teve oportunidade de ir ao Japão para aprender língua e cultura japonesa, como o fizeram dois filhos da professora do Kaikan, Seiko Shimada.

Para mim, foi muito importante para ter contato com autoridades como o Príncipe Akishino, do Japão, e representantes da Embaixada do Japão. O mandato é de dois anos, agora estou entregando a presidência ao Yosidi. Também tive oportunidade de ir a São Paulo e fazer o pedido de mais professores voluntários da JICA, sem custo nenhum, para manter o ensino de língua japonesa aqui. Já temos três professoras aqui, mas os voluntários ajudam muito para que os alunos fiquem mais interessados nos estudos. Minha filha teve oportunidade de ir ao Japão pela JICA, isso também graças às professoras, que têm conseguido manter as tradições, a língua, dar continuidade às atividades da cultura japonesa. No ano passado, foi a primeira vez que abriram bolsas para o Ensino Médio, antes era só para o Ensino Fundamental. Também há bolsas para Ensino Superior. Abre a mente dos jovens, é uma oportunidade para se obter conhecimento da língua e cultura japonesa no Japão. [...] Tenho duas filhas. Quando eu vim, já tinha uma filha nascida em Santa Catarina. No início, eu ficava aqui e ela lá, depois trouxe ela pra cá. A caçula nasceu aqui, é bem mineira já.
(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Cutitibanos-SC, vive em Paracatu desde 2000)

A Sra. Cristina Fukuda, apesar de não ser mais sócia do Kaikan como antigamente, frequenta aulas de japonês no local, onde também estuda “outra pessoa [...] com mais de 40 anos”, ou seja, o fato de terem idades superiores à média dos alunos não é um impeditivo pra cursarem japonês.

As aulas de japonês, no Kaikan, e de pintura, na Casa da Cultura – edificação construída em meados do Século XIX em que são desenvolvidas ações de preservação do patrimônio histórico e valorização da cultura e história locais – são atividades que têm afastado a depoente de transtornos depressivos. Manter-se em atividade, adquirindo conhecimentos, integram as atuais experiências de desenvolvimentos vividas pela depoente anos após a frustrada participação de seus familiares no PRODECER e as discriminações de pessoas da sociedade paracatuense e da comunidade nikkei da localidade.

Eu estou aprendendo Japonês aqui! Uma hora de aula. Também tem outra pessoa estudando lá, com mais de 40 anos. *[A Sra. Cristina notou que a sala onde estávamos era decorada com peças de artesanato, a maioria feita pelos meus pais, e conversou com eles a respeito]* **Eu estou fazendo pintura lá na Casa da Cultura.** É bom, faço quadros. Já fiz quadro até de um metro, pintei um castelo japonês, o pagode. Primeiro, eu estava com a cabeça doendo, depois de falecer a minha mãe. Aí, o médico passou remédio de depressão; eu não sabia, engoli e depois fui ver a receita, estava escrito remédio para depressão. E eu estava me sentindo meio esquisita... Tinha três caixinhas de comprimidos, **joguei fora!** Só que, antes eu entrei no bordado, né? E a linha não entrava na agulha! Fiz só dois dias. Estava sentada assim, mas minha linha não entrava... alguém entrou e falou assim: “parece que uma pessoa vai sair da pintura”. Aí, fui correndo lá mudar para o lugar da pessoa que desistiu, e cancelei a matrícula no bordado.

(Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

Lídia Konishi, por sua vez, considera Kaikan um dos lugares em que encontrou uma família em Paracatu, e os associados seus irmãos, indicando relações duradouras e felizes com pessoas da comunidade nikkei.

Nanahira: E no Kaikan, como era a convivência, as atividades? E hoje em dia?

Lídia: Muita diferença de antes para hoje... **Para mim, o Kaikan é uma família**, até hoje. Lembro quando funcionava pertinho de minha casa. Eu falo que é um dos lugares em que encontrei minha família. A Yoko mesmo é como uma irmã pra mim, estamos juntas em todos os momentos, de tristeza, de alegria, sempre tem ela para estar junto comigo. Então, a turma toda do clube japonês são como meus irmãos.

(Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986)

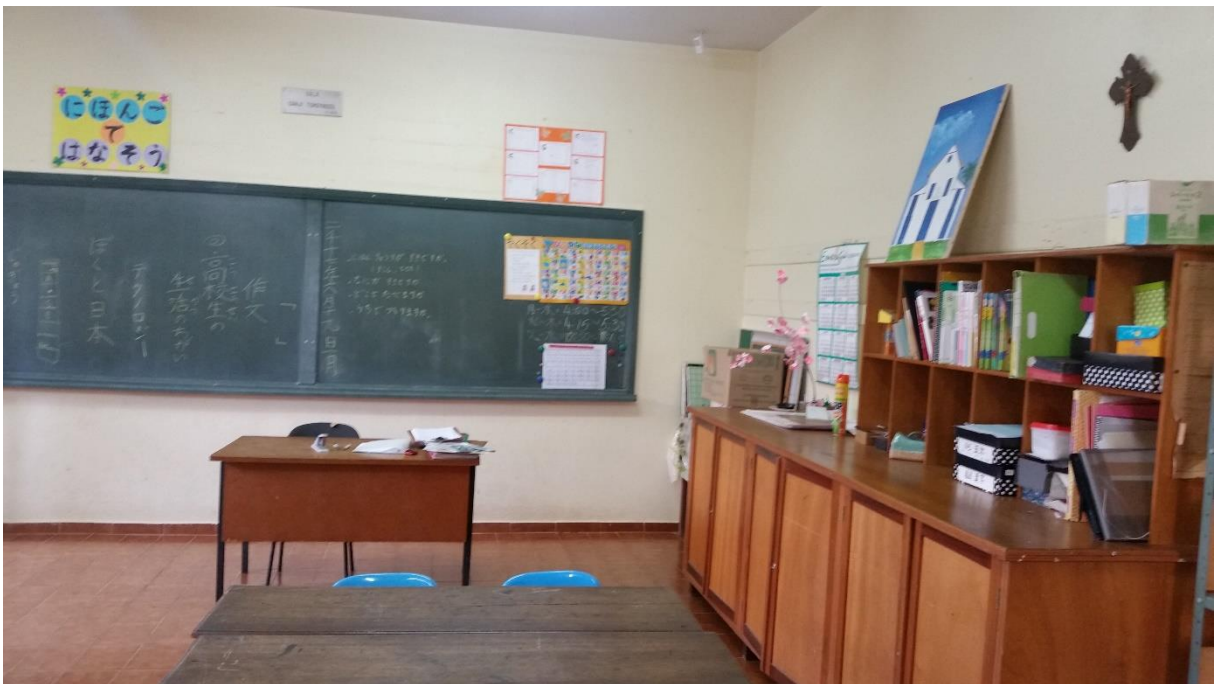
Eu quero dizer assim que eu sou imensamente grata a toda a comunidade japonesa de Paracatu por me receber tão bem no clube de japoneses. Lá, eu criei um laço de família muito grande, que, atualmente eu ainda os tenho como verdadeiros irmãos. **A comunidade japonesa de Paracatu pra mim é uma família**, eles estão sempre presentes na minha vida, né, nas alegrias, principalmente nos momentos que eu passei de dificuldade, eles estiveram sempre presentes na minha vida, e até hoje ainda são e continuam meus amigos. Eu falo, ainda que admiro muito a cultura, os costumes japoneses. Então, desde que eu era criança, a nossa família sempre foi de um, né, ajudar o outro. Então, sempre os irmãos mais velhos, os amigos mais velhos, dirigiam a gente até a escola, né, levavam a gente até a escola, porque nós tínhamos que passar até no meio do pasto para estar chegando na escola, então, assim, a gente tinha muito medo, inclusive minha irmã ela se atrasava, ela ficava escondida, para não ir pra escola sozinha, por medo dos animais, das vacas, dos bois. E aqui em Paracatu não é diferente; quando meus filhos iam pra escola japonesa, até minha vizinha, que era professora de língua japonesa, ela ia até na minha casa, entrava no quarto, para acordar meus filhos para irem à escola japonesa. Então a gente vê o tanto né, que nós, descendentes de japoneses, ainda temos, né, esse dom de doação, de ajudar ao próximo, a necessidade do outro, e a gente vê também que, até hoje né, a gente repara que os nossos amigos japoneses, eles têm assim, uma preocupação muito grande, como a gente está passando, quê que a gente tá fazendo, se a gente está bem, né, se a gente está triste, eles vêm, fazem visita. Inclusive, ano passado, tive um acidente de trabalho, eu tive uma queda, caí, mas meus amigos japoneses, todos foram me visitar, me acompanharam, **então a gente vê o tanto que é importante a nossa família japonesa aqui em Paracatu.** Eu devo, assim, muito a eles por estar assim, sempre bem, sempre com saúde, sempre estando ao lado deles, nos momentos bem agradáveis.

(Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986)

Nas fotografias 5, 6, 7 e 8 a seguir, são apresentadas as placas nas salas de aula que homenageiam pioneiros do Kaikan, Kanojo Abe e Sanji Tomoyassu, assim como imagens que remetem a atividades que eram realizadas quando haviam mais sócios: tênis de mesa e *guetoboru*.



Fotografia 5 – Sala Kanojo Abe
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2017



Fotografia 6 – Sala Sanji Tomoyassu
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2017



Fotografia 7 – Grupo de atletas de tênis de mesa do Kaikan

Fonte: Sítio Paracatu.net, 2010, disponível em: <http://paracatu.net/view/1082-atletas-do-kaikan-se-destacam-no-tenis-de-mesa>



Fotografia 8 – Campo de *gateball/quetoboru* no Kaikan
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant' Anna, 2017

Sobre a Casa do Estudante Nipo-Brasileiro localizada em Brasília, nas proximidades da UnB, apenas dialogando com nikkeis residentes em Paracatu tomei conhecimento de que o seu estabelecimento foi uma ideia nascida na comunidade nikkei paracatuense, apoiada por associações de cidades próximas: Brasília-DF, Paracatu-MG, São Gotardo-MG, Patrocínio-MG, Carmo do Paranaíba-MG, Anápolis-GO, Cristalina-GO, Barreiras-BA.

Destinada a abrigar filhos de nikkeis que cursariam o ensino superior em Brasília, a Casa representou “o melhor investimento” realizado pela comunidade, nas palavras do Sr. Alimura, cuja filha foi a primeira a residir no alojamento. Hoje em dia, como menciona Erica Sakazaki, “são poucos os filhos de associados da colônia de Paracatu que moram lá”, mas nela residem muitos estudantes paracatuenses “fora da colônia”.

Alimura: Ah, tem outra coisa sobre nossa colônia japonesa de Paracatu. Quando nós chegamos aqui, pessoas como eu, com idade maior, tinham filhos em idade de ir para a universidade. O único destino era Brasília e lá quase não tinha internato ou coisa assim. Como tinha surgido a binacional, e muitas pessoas da JICA vieram, cutucamos um pouquinho o Governo japonês para saber se não tinha verba para a fazer a Casa do Estudante.

Nanahira: Espere... a Casa do Estudante Nipo-Brasileiro, que fica próxima à UnB? Não acredito!

Alimura: A ideia era mais daqui. Porque tinha esse problema: onde nossos filhos vão estudar? A família Muraoka também tinha esse problema, então pensamos assim. O Governo japonês disse que tinha verba, não 100%, mas... inicialmente foi assim. Hoje está com mais de 25 anos. A minha filha caçula foi a primeira que morou lá! Teve uma época em que a Casa do Estudante quase não teve utilidade, mas hoje... quase um terço, mais ou menos, é paracatuense. Então, a ideia foi mais da colônia daqui de Paracatu. **Esse foi o melhor investimento que fizemos.**

Erica: O interessante é que são poucos os filhos de associados da colônia de Paracatu que moram lá. Atualmente, a maioria dos estudantes é da sociedade de Paracatu, fora da colônia.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Erica Mayumi Muraoka Sakazaki, 48 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Que nem Eliana também, na época que queria fazer faculdade, não tinha aonde ficar né, era tudo, tipo, particular, só né. Aí, a filha também, tinha duas filhas que queria estudar também, não tinha onde ficar. Então, nós falamos que dificuldade que tá tendo aqui em Paracatu é Casa de Estudante. Eu sabia bem o sistema lá de São Paulo, né, lá de Casa de Estudante, então... Totalmente não dá pra ajudar, Governo japonês não ajuda total, sempre uma parte só. Pode ser parte. Aí, nós fizemos tanta força, conseguimos fazer! Aí, a primeira [que entrou no] internato de estudantes foi a filha caçula que, não estava nem pronto ainda, começou, foi a primeira.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Eliana Hitomi Muraoka Alimura, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

O Sr. W. E. reitera as informações acima, ressaltando os esforços dos nikkeis para angariar fundos destinados à compra do terreno e à construção da Casa: “foi dinheiro suado”.

W. E.: Sobre a Casa do Estudante, a ideia partiu de pessoas de Paracatu, da colônia daqui. Teve mais força com o pessoal daqui. Como o pessoal que veio para cá estava envolvido na agricultura, buscava um local maior para abrigar os filhos. A partir daí, começaram a se movimentar. Teve uma pessoa que encabeçou isso, o Sanji Tomoyasu, que já faleceu. Em homenagem a ele, temos a praça aqui em frente. Falam Praça Alvorada, mas você pode ver que está escrito o nome Sanji Tomoyasu na placa.

Há uma polêmica relacionada a interesse do Governo do Distrito Federal em tomar a área, que foi adquirida por um tipo de comodato, algo assim. Uma parte da construção o Governo japonês doou. Outra parte foi com participação das colônias da região toda, inclusive São Gotardo, Cristalina, Anápolis, Barreiras, Brasília. Muitas empresas ligadas à colônia japonesa também contribuíram. Foi com esse dinheiro que conseguimos construir aquele alojamento. [...]

W. E.: Foi **dinheiro suado**, não caiu de mão beijada não. A compra de terreno foi por meio de uma espécie de comodato com a Terracap. Como a área está muito valorizada, querem tomar. Só que, na verdade, a Casa está cumprindo sua função desde a fundação e tem escola de língua japonesa no local.

H. E.: E o alojamento é sem fins lucrativos, o valor cobrado é simbólico, apenas para cobrir os custos.

W. E.: [...] Para construir o alojamento, o pessoal percorreu muitos lugares, gastou tempo, para angariar fundos. Eu participei da construção daquele alojamento como diretor de obras.

Nanahira: Vocês fizeram faculdade nessa área de engenharia, ou outras?

W. E.: Eu sou agrônomo.

H. E.: Eu sou administradora.

(W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981)

(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

Segundo Katsuo Shimada, ainda que a Casa abrigue “vários estudantes que não são da colônia [japonesa], que não fazem parte das associações de suas cidades”, haja vista a necessidade de “renda para manter a instituição”, a prioridade permanece para associados.

Nanahira: [...] Num dos diálogos que fiz na semana passada, soube que a Casa do Estudante foi ideia nascida em Paracatu, né?

Katsuo: Foi uma ideia da região. São Gotardo, Carmo do Paranaíba, Paracatu, Anápolis, Goiânia, Palmas. Quando os japoneses vieram morar no Cerrado, já fundaram a Associação, fizeram a Casa do Estudante para que seus filhos já tivessem um local quando fossem um dia estudar em Brasília, na UnB.

Seiko: Tem todo um critério para poder morar lá, precisa de uma apresentação do Kaikan, da associação de sua cidade...

Katsuo: Do presidente da associação de sua cidade. Só que, como quase não há mais filhos na colônia hoje em dia, a Casa abriga vários estudantes que não são da colônia [japonesa], que não fazem parte das associações de suas cidades. Moram lá porque é preciso renda para manter a instituição; por isso estão aceitando pessoas de fora da colônia. Mas a prioridade é para os associados. Foi inaugurada na década de 1990.

(Katsuo Shimada., 53 anos, *sansei*, natural de Assaí-PR, vive em Paracatu desde 1986)

(Seiko Shimada, 50 anos, *nissei*, natural de São Roque-SP, vive em Paracatu desde 1998)

Os esforços para a construção da Casa do Estudante envolveram obtenção de terreno apropriado, capacidade de arcar com pelo menos um terço dos custos da construção e “cooperação unânime de todas as associações da colônia japonesa da região”, três condições que foram exigidas para obtenção de apoio financeiro do Governo japonês (ACENBB, 2000, p. 8).

Da concepção da ideia até a inauguração das instalações da Casa, em 9 de dezembro de 1990, decorreram-se seis anos e oito meses, considerados como “uma longa trajetória de

esforços” (ACENBB, 2000, p. 24). Nesse caminho, foram enfrentadas dificuldades como o trágico falecimento em acidente automobilístico de dois idealizadores da instituição, Srs. Sanji Tomoyasu e Kanojo Abe, 21 dias antes da assembleia de constituição da ACENBB, o elevado preço de alienação do terreno, que exigiu um complexo processo de arrecadação de contribuições das associações, da JICA e de empresas brasileiras e japonesas, e mudanças no processo de obtenção do terreno, antes mediante termo de comodato com previsão de ser transformado em termo de doação, mas alterado para contrato de concessão de direito real de uso da área entre a ACENBB e a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, com cláusulas menos favoráveis¹⁴⁴.

O atual Presidente da Casa, Sr. Kuniyoshi Yasunaga, conta sobre as origens e o atual funcionamento da instituição. Como também participou do PRODECER em Guarda Mor e residiu em Paracatu, também relata sobre essa experiência. Diferentemente dos demais depoentes, não participou como colono agrícola, mas da administração de projetos. Apenas soube de sua participação no PRODECER no decorrer da entrevista, realizada em 6 de fevereiro de 2017, na Casa do Estudante. Na ocasião, entrou na sala em que o Sr. Yasunaga e eu estávamos conversando um dos internos, oriundo de Paracatu, que é Presidente do Grêmio da Casa do Estudante.

No que se refere ao PRODECER, assim como informou o W. E. em trecho anterior desta seção, esclarece sobre os problemas envolvidos na administração dos recursos pelo Governo brasileiro, recebidos do Governo japonês. Conforme relatos dos Srs. Guentaro Alimura, Mituo Muraoka, W. E. e Yosidi Takahashi, esclarece que planos econômicos no Brasil contribuíram para endividamento e falência de muitos produtores que participaram de projetos do PRODECER. Menciona, ainda, ter acompanhado um dos projetos realizados na terceira fase do Programa. A seguir, disponibilizo integralmente a conversa que tivemos:

Yasunaga: Na época da construção da Casa, eu estava em Paracatu. Depois que eu vim pra cá, eu comecei a ajudar aqui foi em... [19]98 por aí, que fiz parte da Diretoria para dar apoio aqui. A Casa realmente foi direcionada para os filhos dos que vieram para o projeto, que precisavam se mudar pra cá e não tinham lugar pra ficar. E até hoje, para os internos que vêm, a Casa não funciona como uma república, queremos que seja considerada como uma família mesmo, a gente preza muito por isso, as

¹⁴⁴ O termo de comodato foi assinado em 22 de dezembro de 1987, entre o Governo do Distrito Federal (GDF), como comodante, e a ACENBB, como comodatária. Com tempo indeterminado, o comodato continha cláusula segundo a qual o instrumento poderia ser transformado em termo de doação caso a comodatária se mantivesse adimplente por cinco anos, permitindo que a ACENBB obtivesse o terreno gratuitamente. Entretanto, em 10 de fevereiro de 1988, advogados da consultoria jurídica da Terracap impetraram ação popular para invalidar a medição oficial solicitada à empresa. Em 10 de maio de 1988, O comodato foi cancelado e novo contrato de concessão de direito real de uso da área foi assinado. Apesar das cláusulas menos favoráveis, “para quem necessitava urgentemente do terreno, não restava outra alternativa” (ACENBB, 2000, p. 21).

relações de amizade. Então, uma das condições é que a pessoa seja sociável também. E isso pegou tão bem que, antes de mim, havia uma senhora aqui que era chamada de mãe. Infelizmente ela adoeceu e faleceu. Quando os internos tinham algum problema, contavam pra ela, conversavam com ela. Muitos ainda nunca tinham saído de casa, chega aqui, é o primeiro local em que vivem fora de casa. A questão de relacionamentos com os outros, eu gosto disso, tenho facilidade. No começo, houve uma interna que vinha pra cá com motorista particular da família, não andava de ônibus. Eu falo, o que leva uma pessoa como essa que tem condições de alugar um apartamento bem... É uma casa onde foi implantado um respeito, até em relação aos horários, onde se preza pela amizade. É um lugar que transmite segurança, os pais sabem onde os filhos estão.

Nanahira: E como foram obtidos os recursos para construir a Casa?

Yasunaga: Uma parte foi do Governo japonês, só que, como era aquele período da inflação violenta, houve um certo problema de câmbio e acabou faltando recursos. O restante dos recursos foram captados junto à comunidade, e isso foi registrado no livro de ouro. Todas as associações filiadas à Casa do Estudante ajudaram na construção da casa. A Casa é mantida com mensalidades, e os alunos têm direito a café da manhã, contam com biblioteca, lavanderia. Também podem cozinhar suas refeições ou comprar aqui. Nós temos um Grêmio, com presidente, tesoureiro e secretário, para coordenar a vivência dos alunos, organizar a limpeza, pedir melhorias. Acabam aprendendo outras coisas, como gerenciar pessoas... Essa experiência pode constar no currículo desses alunos. Muitas empresas contratam com base na experiência curricular.

Nanahira: Poderia contar um pouco sobre sua experiência no PRODECER?

Yasunaga: Sobre o PRODECER, já se estudava essa parte do Cerrado no PADAP. Então, antes do PRODECER teve essa parte do estudo, né? Quando eu comecei a estudar em [19]77... em [19]78 estavam emitindo reapólice, então o início deve ter sido uns cinco anos antes. Eu sou agrônomo, estudei na UFV, é uma universidade e tanto. Na verdade, eu não conhecia o PRODECER não, mas eu conheci via cooperativa, a Sul Brasil. Em [19]77 comecei a estudar, e em [19]78 já entrei na Sul Brasil para fazer estágio, conhecer as regiões em que a cooperativa atuava. Teve uma época que fui a São Paulo, participar de uma reunião, um seminário, onde seria feita a apresentação sobre o Cerrado. Quando eu estudei, ainda se dizia que a região do cerrado era improdutiva, ainda se falava dessa forma. A terra era pobre, era ruim, era ácida, não era produtiva. Pra melhorar o solo, tinha que colocar calcário, fósforo, assim se poderia cultivar. Houve uma experiência em São Gotardo antes, que representou uma base. Mas o desenvolvimento maior foi realmente com a linha do PRODECER. Eu era estagiário, me formei em [19]82, e comecei a trabalhar na Sul Brasil mesmo. Só que, no início, comecei a trabalhar na área de hortifrutí no interior de São Paulo, em São Paulo capital. Em [19]78, precisaram de mim para estar no Cerrado, aí eu vim pra Carmo do Paranaíba, onde a cooperativa tinha uma área experimental, que fazia experimentos e atendia os cooperados da região. A cooperativa tinha predominância de nikkeis, assim como a Cotia. Os meus pais eram cooperados.

Nanahira: Os pais são japoneses ou descendentes?

Yasunaga: Meu pai é *nissei*, minha mãe era *issei* só que ela veio pequenininha. Já é falecida. Meu pai vive na mesma terra até hoje, tem 97 anos. As famílias deles vieram uns 10 anos depois do Kasato Maru. Assim como meu pai e meu tio mais velho eram irmãos, minha mãe e a esposa desse tio mais velho também são irmãs. Meu pai contou que se conheceram mesmo no dia do casamento, casaram assim, apesar de serem cunhados. Dos meus parentes, não tem ninguém do PRODECER. Sobre a comunidade japonesa, no interior de São Paulo é onde entraram os primeiros imigrantes. Depois de morar em São Paulo, muitos se mudaram para o Paraná, e do Paraná vieram para o Cerrado, para Minas, Goiás, Mato Grosso. A maioria desse pessoal veio ou de São Paulo ou do Paraná. Meu pai nasceu lá e está lá até hoje, não sai mais. A cidade é Promissão, no interior de São Paulo, onde havia uma colônia tradicional; fica próximo a São José do Rio Preto. Há descendentes de japoneses lá, mas já não é como antes. Na época da escola, a professora do primário tinha que entender japonês pra poder nos ensinar. Porque, na comunidade lá, todo mundo falava japonês, em casa, com os amigos. Na escola, se falava japonês; 70%, 80% dos alunos eram japoneses. Há casos

de brasileiros que estão para o Japão, voltam com filhos, crianças pequenas, que falam muito japonês. Aham que a língua japonesa vai atrapalhar aqui no Brasil, e pedem para não falarem japonês. Aí, hoje, não conseguem falar mais. Não tem nada a ver. Você, que gosta de idiomas estrangeiros, se você aprender espanhol ou inglês, vai te atrapalhar no português, já te atrapalhou? Não atrapalha...

Nanahira: É verdade, nunca me atrapalhou. Como aprendi inglês e espanhol ainda criança, aprendi alguns itens de gramática antes nessas línguas do que no português...

Nanahira: E como foi a vida em Paracatu?

Yasunaga: Então, eu vim pra Carmo do Paranaíba. Fiquei, na verdade, 11 meses só. Depois me requisitaram para o projeto de Guarda-Mor. Não trabalhei como colono agrícola, vim pra gerenciar o projeto, em Carmo do Paranaíba e em Guarda-Mor. Quando vim, o projeto já estava em andamento, mas havia problemas administrativos entre colonos do projeto e dirigentes da cooperativa; aí, eu fui requisitado para dar uma acalmada nos ânimos. Os dois que estavam antes de mim eram bem fortes [fisicamente], sabe? [risos] Primeira coisa que eu ouvi: “Coitado desse aí pequenininho, os dois grandões não deram conta, será que ele aí vai dar conta?” Graças a Deus, consegui resolver. Desde pequeno eu trabalho com comunidade, pessoas, então isso daí ajudou bastante, saber relacionar com pessoas, sabe? Tem que ter muito jogo de cintura. Depois que eu vim pra Guarda Mor, é que comecei a trabalhar em um projeto do PRODECER. O objetivo principal não era questão de invadir território, e não obrigava que fossem japoneses todos. No começo, havia as cooperativas Cotia, Sul Brasil, que tinham associados japoneses. Já a cooperativa de Iraí de Minas, a cooperativa de Paracatu, não eram assim. O objetivo era estabilizar o fornecimento de alimentos. Na década de 1970, houve uma crise de alimentos, o Japão dependia muito dos Estados Unidos. E viram uma oportunidade aqui no Brasil.

Nanahira: E o que te pareceu o projeto lá em Guarda-Mor? Houve sucessos, dificuldades?...

Yasunaga: Problemas e dificuldades tinham sim, até por causa do aumento da inflação que havia naquela época. Se você fazia uma compra e demorasse um ou dois dias, já não dava conta de pagar. O pessoal do Mundo Novo, com a Cotia, eles tiveram muita sorte no projeto, com o terreno, o investimento inicial, eram praticados juros fixos. Depois, quando foram instalar a irrigação, aí sim, tiveram problemas, não havia mais juros fixos, tinha correção monetária... Com o PRODECER inicial mesmo, eles praticamente ganharam, era mais fácil liquidar o PRODECER com juros fixos. Podiam adquirir colheitadeiras com rodas grandes, e outras coisas com o investimento inicial. Depois, veio o problema, o PRODECER II teve muito mais problemas. A Coopervap pegou o finalzinho do PRODECER I. Participei da elaboração de relatórios do PRODECER, eram trabalhados em cima da questão do impacto econômico, o foco principal era a situação dos produtores, devido à crise, era mais buscando traduzir isso. Em Paracatu, eu morei no [bairro do] Santana um tempo, depois fui para a Bela Vista [bairro]. O Santana é mais tradicional, as casas antigas... Da época que eu estava lá pra hoje, está bem mais organizada a questão da preservação do patrimônio. As ruas, as pessoas também vão mudando o pensamento, a mentalidade. A discriminação foi menor na época em que eu morei, de 1989 a 1994.

Nanahira: Tive dificuldades em conseguir as primeiras entrevistas para pesquisa lá, algumas pessoas me disseram que foram à falência na década de 1980, início de 1990, por isso não seriam úteis para a pesquisa...

Yasunaga: Eu mesmo também quebrei, por isso que estou aqui [risos]. Eu fui montar uma loja de acessórios para carro, mas quebrei. A própria crise também ajudou. Atualmente, às vezes, realizo consultorias também, para ajudar empresas com projetos agrícolas. Trabalhei na Campo de 1996 a 2004. Participei na parte de projetos e andei bastante, por Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, PRODECER III já, né? Havia diferenças em relação aos projetos em Paracatu, mas o fundamento era o mesmo, e o pessoal continuou com as mesmas dificuldades, essa parte poderia ter sido melhorada. Cobrava-se muito do lado japonês, mas só que o lado japonês emprestou dinheiro para o Governo brasileiro, não emprestou para o produtor. A política econômica, o planejamento, os juros, essas coisas, eram questões do Governo brasileiro. O lado japonês não poderia interferir nisso. Complicado... Acho que você está no caminho certo, sabe, sobre o PRODECER, não se resume ao projeto, mas tem toda essa coisa lateral que foi criada, eu tenho certeza que não aparece mesmo.

(Kuniyoshi Yasunaga, *nissei*, natural de Promissão-SP, viveu em Paracatu de 1989 a 2004).



Fotografia 9 – Fachada da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro de Brasília
Fonte: ACENBB, 2000.

De modo semelhante ao que ocorreu nos primeiros núcleos coloniais japoneses fundados no Brasil a partir da década de 1910¹⁴⁵, para onde novas levas de imigrantes se dirigiram, contribuindo para reduzir problemas de adaptação, a colônia japonesa ou comunidade nikkei de Paracatu, constituída nos anos iniciais de realização do PRODECER e identificada na ACENP/Kaikan em 1987, representou um ambiente propício para receber os descendentes de japoneses que chegaram nos anos e décadas seguintes. Em Paracatu, o sentido de colônia japonesa ou comunidade nikkei permanece remetendo à união entre imigrantes japoneses e seus descendentes para auxiliar-se mutuamente e manter práticas culturais de origem nipônica, realizadas em centros comunitários contendo salas de aula e campo de esportes.

Mais do que associações destinadas à preservação de tradições culturais, entendo como ambientes de crescentes hibridismos a ACENP/Kaikan e a ACENBB/Casa do Estudante Nipo-Brasileiro, sendo essa localizada no mesmo terreno que abriga a Associação de Estudos da Língua Japonesa de Brasília – AELJB. De um lado, trata-se de locais imaginados e construídos

¹⁴⁵ Cabe mencionar que o núcleo colonial de Cotia, berço da Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC, foi um dos primeiros constituídos no Brasil, em 1914.

em resposta a mudanças, na forma do deslocamento de famílias nikkeis a Paracatu e da elevação do nível de escolaridade dos descendentes de nikkeis que haviam se deslocado para a localidade. De outro, são lugares também frequentados por pessoas não descendentes de japoneses, que estudam língua japonesa, praticam esportes originários do Japão, como o *gateball/guetoboru*, e participam de festividades culturais diversas. Desse modo, após um tempo de seu estabelecimento, as atividades de ambas as instituições acabaram por transbordar para fora das comunidades nikkeis de modo a beneficiar também pessoas não descendentes.

O surgimento das comunidades nikkei de Paracatu e o estabelecimento de instituições como a ACENP/Kaikan e a ACEBBB/Casa do Estudante Nipo-Brasileiro representam considerações de Kawamura (2008) sobre estratégias antigas e recentes de inserção de imigrantes japoneses e descendentes na sociedade brasileira:

Desde o passado, na árdua luta para a inserção na sociedade brasileira, os imigrantes japoneses e seus descendentes desenvolveram estratégias de organização familiar, de trabalho, de educação dos filhos, de comunicação entre si e a sociedade brasileira, procurando preservar, ao lado das influências ocidentais, os valores, princípios, regras e condutas de vida privada e social, crenças religiosas, atividades esportivas e artísticas herdadas de seus antepassados. No entanto, no decorrer da modernização da sociedade brasileira, as gerações mais jovens buscaram a plena integração, na medida em que seguiram as instituições nacionais para se inserir no mercado de trabalho e ascender socialmente (KAWAMURA, 2008, p. 169).

De modo geral, os filhos dos nikkeis que se deslocaram a Paracatu, muitos já nascidos no Município, atingiram o ensino superior, exemplificando o que a autora diz “sobre a elevada escolaridade de grande contingente de jovens nipo-brasileiros”, resultante da “ênfase dada à educação pelos ancestrais” (KAWAMURA, 2008, p. 169).

As transformações pelas quais passaram as culturas que se colocaram em co-presença geraram resultados híbridos diversos, que dificilmente poderiam retornar aos elementos originários, apesar dos esforços em se manter aspectos culturais japoneses nas comunidades nikkeis. É evidente que a maioria dos depoentes manteve relações com outras pessoas e famílias de origem nipônica, especialmente por meio de associações voltadas ao ensino da língua japonesa e à manutenção de costumes de origem nipônica, como o casamento por *miai*, a valorização da educação formal e informal, o não desperdício de alimentos, o zelo com a limpeza dos ambientes, entre outros. Por outro lado, percebi que aspectos de culturas regionais brasileiras foram assimilados, claramente por palavras, expressões e sotaques dos depoentes. Foi possível verificar, de um lado, trocas da letra “l” pela letra “r”, e pronúncia do “ão” como

“ón” em palavras como imigração e Japão, assim como ouvir o “uai” mineiro e o “guri” sulista, de outro.

Yosidi Takahashi procura manter as tradições ensinadas e aplicadas por seu pai japonês, mas seus filhos “já se misturaram com o pessoal” de Paracatu, “já se integraram estudando com as pessoas daqui”. O ambiente escolar, portanto, permanece representando um meio de integração com a sociedade paracatuense desde a vinda do Sr. Muraoka com seus filhos no início da década de 1981.

Nanahira [...] Poderia me falar sobre algum aprendizado sobre aspectos da cultura japonesa, com a família, que o senhor guarda, que ensina aos filhos?

Yosidi: Sim, sempre procuro manter as tradições que meu pai me ensinou, aplicou. Mas meus filhos já se misturaram com o pessoal daqui, já estão bem, como se diz, mineirados mesmo, sabe... [risos]. Já se integraram, estudando com as pessoas daqui. Quando vamos ao Paraná, meus filhos têm costume de falar “uai, sô!”, chegam lá e o pessoal pergunta: “o que é isso?”. E falam naturalmente. Em Londrina, cidade de minha esposa, as pessoas estranham o “uá!” assim [risos].

(Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

Formas de vida híbridas e diversos entre lugares nas dimensões do trabalho, da educação, da comunidade e da cultura, apresentados nas últimas seções, são representativos da complexidade que caracteriza as experiências de desenvolvimento dos sujeitos do estudo. A partir dos relatos orais, é possível entender como subjetividades orientam processos de desenvolvimento, na medida em que aspirações, necessidades, expectativas e valores dos nikkeis conjugam-se a situações, realidades e oportunidades para conformar experiências de desenvolvimento diversas e complexas.

Nas localidades em que os nikkeis entrevistados e suas famílias residiram, especialmente em Paracatu, foram sujeitos de seu próprio desenvolvimento ao instalar sistemas de irrigação para superar condições climáticas adversas à produção agrícola, ao qualificar-se e garantir ensino formal e educação informal aos descendentes, ao construir associações dedicadas à preservação de tradições culturais japonesas e ao elaborar estratégias de integração com a população local.

Nas próximas seções, retomo a questão da migração para abordar como nikkeis entrevistados vivenciaram o fenômeno decasségui, sobretudo suas experiências entre lugares, e apresento modos de vida híbridos que caracterizam as experiências de desenvolvimento dos nikkeis residentes em Paracatu nos anos recentes.

3.3. Diásporas e hibridismos nos anos recentes

Nas próximas seções, abordo uma terceira diáspora nikkei, realizada por descendentes de japoneses nascidos no Brasil à terra de seus ancestrais, a partir da década de 1980, em busca de trabalho e melhores condições de vida, e possíveis leituras e reflexões sobre as diversas experiências de desenvolvimento da comunidade nikkei de Paracatu, passadas e atuais.

3.3.1. Fenômeno decasségui e novos movimentos entre lugares

Nos anos de 1980, a chamada década perdida, grande número de brasileiros deslocou-se a países europeus e aos Estados Unidos como mão-de-obra barata e não-qualificada, submetendo-se a empregos subalternos nos setores manufatureiros e de serviços, mas comparativamente mais bem remunerados em relação a similares no Brasil. No caso do Japão, posicionado entre as potências industrializadas do mundo, ir ao país de seus ancestrais com intenções semelhantes às deles de um modo geral, ou seja, “trabalhar temporariamente para retornar enriquecido para o seu país de origem”, passou a ser considerada alternativa para brasileiros descendentes de japoneses diante da crise econômica no Brasil e a concomitante prosperidade no Japão (SASAKI, 2006, p. 99).

Segundo Ishi (2010, p. 12), antes do termo decasségui, o primeiro termo utilizado para se referir ao fenômeno migratório na rota Brasil-Japão foi o Fenômeno *U-Turn*, “uma referência à curva em forma de ‘U’ dos japoneses que haviam migrado para o Brasil, mas que estavam dando meia volta e fazendo a rota inversa de volta para o Japão”¹⁴⁶.

Na perspectiva do autor, radicado no Japão desde 1988, a história dos brasileiros no Japão pode ser dividida em quatro momentos: 1) De *U-Turn* para *dekassegui*, no período anterior a 1990; 2) De *dekassegui* para decasségui, correspondendo à década de 1990, marcada por grande aumento no número de brasileiros no Japão – 250 mil registrados ao final da década; 3) De decasségui para imigrante ou brasileiro no Japão, na década de 2000, quando a ilusão do breve retorno cedeu espaço para a condição de permanência; 4) De brasileiro no Japão para brasileiro no mundo, período iniciado em 2010, marcado pela intensificação no intercâmbio

¹⁴⁶ Ishi explica que o termo se referia principalmente aos imigrantes da primeira geração, os *isseis*, mas “logo deu lugar ao mais duradouro e famoso termo ‘dekassegui’ [...], mais apropriado para abranger o crescente número de ‘nissei’ e ‘sansei’ (terceira geração), que, mesmo antes de 1990, se animaram a ‘sair’ (‘deru’) do Brasil para ‘ganhar dinheiro’ (‘kassegu’) no Japão” (ISHI, 2010, p. 12-13).

transnacional entre os brasileiros no Japão e os brasileiros que emigraram para outros países (ISHI, 2010).

Sasaki (2000, p. 7) esclarece que a figura do decasségui, que não era bem vista no âmbito da colônia japonesa no Brasil, “foi pouco a pouco se afrouxando, até praticamente inverter a situação, na virada da década de 80 para 90”. O número desses migrantes ganhou volume e alcançou seu ápice no início da década de 1990, período marcado pela reforma da Lei de Controle de Imigração e de Reconhecimento de Refugiados (LCI), de 1952. A partir de junho de 1990, o novo texto da lei indicou preferência por descendentes de japoneses para atender às necessidades de mão-de-obra nas indústrias, em atividades que não requeriam qualificação, geralmente rejeitadas pelos trabalhadores nipônicos. Trata-se de trabalhos caracterizados pelos japoneses como 3K: *kitanai*, *kiken* e *kitsui*, em português, respectivamente, sujos, perigosos e penosos¹⁴⁷.

Ao passo em que medidas foram tomadas para se evitar a entrada de imigrantes ilegais potenciais, incluindo sanções na forma de multas e penas criminais aos empregadores japoneses, facilitou-se o acesso de descendentes de japoneses, aos quais foi aberta a possibilidade de exercer atividades sem restrições, renovar o visto indefinidamente e tornar-se residente permanente. Além de atrair mão-de-obra barata para empregos rejeitados pelos trabalhadores japoneses, Yamanaka (1996, p. 68, tradução nossa) explica que a reforma tinha por objetivo proteger a “homogeneidade étnica e racial da nação”, evitando a temida população estrangeira não descendente.

Falhou, entretanto, a estratégia no sentido de se manter uma força de trabalho familiar e homogênea. Pela aparência, seriam mesmo japoneses os nikkeis oriundos do Brasil e de outros países latino-americanos como o Peru; entretanto, por “um olhar mais acurado, eles provaram ser lamentavelmente estrangeiros: latino-americanos na língua, cultura, personalidade e comportamento” (YAMANAKA, 1996, p. 68, tradução nossa). Sobre as diferenças culturais, principalmente comportamentais, entre japoneses nativos e descendentes de japoneses no Brasil, assim comenta Yoko Sasaki no trecho a seguir:

Nanahira: Quando fui ao Japão, chamou minha atenção a educação e o respeito das pessoas. E é muita gente pra pouco espaço, mais da metade da população brasileira em um espaço equivalente ao Paraná..
Lídia: É uma coisa impressionante. A gente pensa, como é que pode, como conseguem conviver?...

¹⁴⁷ Com o tempo, os brasileiros acrescentaram outros 2 Ks, *kibishii* e *kirai*, que significam em português, respectivamente, exigente e detestável (ARAI; HIRASAKI, 2008).

Yoko: Até em relação a som. Você acha que lá eles conversam e riem alto, como aqui no Brasil? Fomos ao Japão, e a dona da casa onde eu fiquei morava nos fundos dessa casa. Quando a gente chegava do serviço, ligava a televisão, dava risada, dava risada... Um dia, a dona da casa falou assim: “sua casa é bem animada, hein?” Aí que a ficha caía, que a gente estava fazendo muito barulho! *[risos]*
(Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986)

A experiência de Fabiano Ogawa no Japão, em que viveu por seis anos, ocorreu entre o falecimento de seus pais, quando o depoente cursava o ensino superior, e o retorno às atividades agrícolas no Brasil, em Curitiba e em Paracatu.

Nascido em família centrada na atividade agrícola, seguiu vias de desenvolvimento identificadas nos estudos universitários – via interrompida por causa das dificuldades após a perda de seus pais – e no trabalho “com serviços gerais, em várias empresas”, no Japão. Deslocando-se ao Japão, percorreu via de desenvolvimento no sentido contrário ao de seus ancestrais; retornando ao Brasil para trabalhar com agricultura, buscou aspirações de desenvolvimento semelhantes às dos antepassados, mas sendo um brasileiro que conhece seu país e suas oportunidades de desenvolvimento, do que é exemplo a abertura de fronteiras agrícolas no Cerrado.

Nanahira: [...] Você disse que estudou em Curitiba, qual foi o curso? [...]
Fabiano: [...] Engenharia Mecatrônica. Minha intenção era outra, mas, na época, estava fechado o vestibular para AFA [Academia da Força Aérea]... eu queria ser piloto comercial. Acabei não terminando por causa das dificuldades; tinha perdido os meus pais e não dava para conciliar. Fui ao Japão; voltando do Japão, a gente voltou a trabalhar com agricultura. Aí, teve essa oportunidade de vir ao Cerrado...
Nanahira: Com o que trabalhou no Japão? Conseguiu visitar os parentes lá?
Fabiano: Trabalhei com serviços gerais, em várias empresas. Não consegui ir a Nagasaki, mas, em Yamagata, fui para a casa de meus avós e de meus tios. [...]
Nanahira: Por quanto tempo viveu no Japão?
Fabiano: Vivi seis anos lá, pude conhecer bem o dia-a-dia...
(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Curitiba-SC, vive em Paracatu desde 2000)

O sogro do depoente também se deslocou ao Japão e lá permanece até os dias atuais, trabalhando em ritmo “alucinante”, como operário, na idade de 76 anos. Em sua fala, Ogawa leva-nos a imaginar como uma pessoa que já foi “patrão, tinha funcionários” deve se sentir vivendo em condições bem diferentes, na posição de empregado.

Com base em sua própria experiência, comenta sobre diferenças entre direitos trabalhistas aplicados a japoneses e a brasileiros no Japão. Para os últimos, “o contrato de trabalho é diferenciado”, ou seja, sem previsão de férias, participação nos lucros e outros direitos.

Grande parte dos decasséguis foram recrutados por agências de emprego comumente chamadas de empreiteiras, registradas ou não perante autoridades governamentais brasileiras e/ou japonesas, dedicadas ao recrutamento e envio de mão-de-obra para o Japão. Conforme indica Ninomiya (2013, p. 190), “nem todas são empresas idôneas e muitas delas causaram diversos problemas”, alguns relacionados ao proveito da boa fé de pessoas desinformadas que assinavam contratos em branco ou escritos em japonês, idioma que não era dominado por muitas dessas pessoas, onde constavam cláusulas abusivas. A flexibilização das relações de trabalho implicava não dispor de mecanismos de seguro saúde, previdência ou qualquer tipo de amparo social (NAKAGAWA, 2013).

Desde o início do fenômeno decasségui até os dias atuais, trabalhadores brasileiros no Japão ainda são submetidos a contratos de trabalho em que “o empregado simplesmente aceita as regras impostas pelo empregador”, predominando relações contratuais caracterizadas por informalidade e conveniência, ao invés de se verificar um “pacto contratual entre as partes e o equilíbrio de direitos e obrigações” (ARASHIRO, 2016).

Conheci minha esposa no Japão, ela também é *nikkei* e filha de produtores. Nasceu no interior de São Paulo; depois, o pai dela foi para a região de Sacramento, em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro. Era produtor de batata, e com a batata é assim: se está bem, tudo bem, continua plantando batata; para sair do buraco, tem que plantar batata ainda. Então, infelizmente, chegou um tempo que... Quando estava bem, até mandava os pais para o Japão, mas, quando chegou aquela época da crise do final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, acho que sofreu um baque e não aguentou, muita gente foi ao Japão na época. Tanto que meu sogro está lá, com 76 anos e trabalhando de operário ainda. Para quem era patrão, tinha funcionários, né?... Já pedimos que ele voltasse, acho que esse ano ele volta. Queira ou não, lá no Japão, o ritmo é alucinante, trabalham, trabalham... [...] Para o brasileiro, lá não existem férias e décimo terceiro salário. Os japoneses têm 15 dias de férias e bonificação anual, que é a participação no lucro das empresas. Para nós, brasileiros, não existe essa bonificação; o contrato de trabalho é diferenciado. Já aqui no Brasil, há feriados como o Carnaval, que emendam; e o ano começa depois do Carnaval [*risos*].

(Fabiano Ogawa, 43 anos, nissei, natural de Cutitibanos-SC, vive em Paracatu desde 2000)

A Sra. Cristina Fukuda revela que seu marido trabalhou por dois anos no Japão, com manutenção de trens, quando seus filhos eram crianças. Tinha intenção de levar a família, “mas não quis mais”. Retornando ao Brasil, nos quatro anos que se seguiram, passava os dias na fazenda do irmão da depoente, mas não cuidava das verduras e do gado conforme esperado.

A depoente passou tempo considerável sem tomar conhecimento desse comportamento de seu companheiro, cuja atitude – ou falta de – parece indicar perda de interesse, desconforto e tristeza, entre outras sensações ou sentimentos gerados por desapontamentos, frustrações ou

lembranças desagradáveis, possivelmente relacionados à sua experiência no Japão e a dificuldades na readaptação ao Brasil, ainda que seja sua terra natal.

Cristina: Aqui [na fotografia] é meu casamento, em Paracatu, em 1985. Foi realizado na Matriz, por Dom Leonardo. A festa foi no Jóquei Clube, ainda não tinha o Kaikan. Aqui, na foto, é a fazenda do Seu Muraoka, ficava no Mundo Novo. Esse é meu marido, na época que foi ao Japão. Ela [Carina] tinha um ano e sete meses, mais ou menos. Ele ficou dois anos e um mês lá, foi trabalhar. Foi para nos levar, mas não quis mais. Aqui, meu marido estava no Japão, esses dois são meus filhos, são só os dois, a Carina e o filho mais velho. [...]

Nanahira: Então o seu marido foi ao Japão no início da década de 1990, quando havia muitos decasséguis lá, não é? Trabalham muito...

Cristina: Isso mesmo.

Carina: Fazem muita hora extra. Vi em uma reportagem, no noticiário da televisão, que algumas empresas apagavam as luzes para as pessoas não fazerem horas extras. [...]

Nanahira: A senhora ainda trabalha com agricultura?

Cristina: Não, não. Vivemos só na cidade.

Nanahira: Quando foi que passou a não trabalhar mais com agricultura?

Cristina: Depois que foram arrendadas as terras, próximas ao Rio Escuro, indo para Guarda-Mor. Já faz tempo, foi depois que meu marido viajou para o Japão. O meu irmão tinha comprado as terras para meu marido, que eram de outra pessoa, da Fazenda Mônica. Comprou para o dinheiro não ficar parado. Depois, moramos no lote onde o Kaikan funcionava, na Vila Mariana. O meu marido ficou por dois anos no Japão, voltou, ficamos um tempo lá, depois nos mudamos para uma casa na esquina da mesma rua. Aqui em Paracatu, ele não voltou a trabalhar com agricultura. Quando ele veio do Japão, a fazenda estava alugada para meu irmão, que produzia muitas verduras e deixou para meu marido cuidar; ele ia lá, mas nem cuidava. Tinha até gado, mas... ficou quatro anos assim, voltava só quando escurecia. Eu não sabia...

Nanahira: Com o que ele trabalhava no Japão?

Cristina: *Shinkansen*, o metrô. Manutenção de trens, né?

Nanahira: Bem diferente de cuidar de fazenda...

(Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

(Carina Miyuki Fukuda, 27 anos, *sansei*, natural de Paracatu-MG)

Por outro lado, o filho mais velho da Sra. Fukuda, irmão de Carina, foi ao Japão e lá tem permanecido por três anos, trabalhando na área de autopeças. Como “tem muita gente que fica com depressão por causa de muito serviço”, a exemplo do que ocorreu com seu sobrinho, a depoente aguarda contato e notícias de seu filho, de modo a reduzir preocupações nesse sentido.

Nanahira: Muito obrigada pela gentileza de trazer as fotos, elas dizem muito sobre a vida de sua família. Vejo que algumas são da década de 1980, 1990... Aqui está você e seu irmão, Carina?

Carina: Sim. Mas ele não mora aqui, está no Japão.

Cristina: [...] Aqui, meu marido estava no Japão, esses dois são meus filhos, são só os dois, a Carina e o filho mais velho. [...] Ele estava estudando lá na Finom [Faculdades Integradas do Noroeste de Minas], Sistemas de Informação, mas trancou e foi embora, está no Japão. Ele quer ficar rico. *[risos]*

Nanahira: Uma das pessoas com quem falei, em 2013, foi um *sansei*, mais ou menos da nossa idade. Na época, tinha acabado de se formar e conseguiu um emprego na área de formação aqui em Paracatu. Não sei onde está agora...

Cristina: Ele está se preparando para ir ao Japão, estava esperando o visto. Tem interesse em trabalhar na mesma firma que meu filho, na área de autopeças. Ele quer conhecer o mesmo serviço e pode mandar minha bronca para meu filho, que não me dá notícia [risos]. Já se fazem três anos que ele não manda recado pela Internet, nem por telefone. Nós nos preocupamos, porque tem muita gente que fica com depressão por causa de muito serviço. Tenho um sobrinho lá do Paraná, de Umuarama, que foi para o Japão. Ele ficou com depressão, passando mal. É meu sobrinho por parte de minha irmã, que se casou com um primo. Perceberam o que aconteceu, trouxeram de volta para o Paraná, e ele melhorou...

(Cristina Shizu Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP, vive em Paracatu desde 1984)

(Carina Miyuki Fukuda, 27 anos, *sansei*, natural de Paracatu-MG)

Os filhos da Sra. Aparecida Takahashi, por sua vez, lograram viver e trabalhar no Japão por um tempo em que foi possível juntar quantia financeira suficiente para comprar uma casa “para a mãe e o pai”. Nesse caso, foram cumpridas as intenções de estadia temporária e de dinheiro rápido, diferentemente do que ocorreu com muitos decasséguis, que, por diversas razões, percorram trajetórias inesperadas, incluindo a permanência no Japão.

Sobre essa casa própria aqui, meus filhos foram ao Japão, trabalharam lá e mandaram dinheiro para comprar essa casa, para a mãe e o pai. Tenho três filhos e uma filha, os três foram para o Japão. Todos já voltaram. Tem um que mora no andar de cima e outro mora no mesmo lote aos fundos. O mais velho mora no Mato Grosso. A filha está no Paraná.

(Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)

Wilhan e Eliana Alimura buscaram melhores condições de vida no Japão, na década de 1990, após frustrações de seus familiares relativas à participação no PRODECER. O caminho para a terra de seus ancestrais, realizado três vezes pelos depoentes, foi seguido em resposta aos efeitos do processo de modernização agrícola nos Cerrados que comprometeram a realização de suas aspirações de desenvolvimento.

Entre lugares brasileiros e japoneses, com “um pé em cada país” na visão de Sasaki (2000, p. 11), os dois *nisseis* indicam esforços de adaptação em relação aos sistemas de trabalho e educação daquele país. Ao que sua experiência diaspórica indica, ambos brasileiros descendentes de japoneses – nascidos no Brasil e netos de imigrantes – são considerados brasileiros no Japão e japoneses em Uráí e Paracatu.

Na perspectiva de Tongu (2010, p. 28), famílias nikkeis que emigram para o Japão “trazem em suas trajetórias, conscientemente ou não, as marcas decorrentes desses processos – coletivos, mas também individuais – de conformação como brasileiros e minorias étnicas no Brasil”. Migrantes no Japão, “também lá são vistos como brasileiros e minorias”, passando a vivenciar, simultaneamente, “o choque entre referências culturais, sociais e ideológicas –

cultuadas à distância e congeladas no tempo pela memória transmitida por seus ancestrais – e a dinâmica mutável da sociedade” (TONGU, 2010, p. 28). Em outras palavras,

Os caminhos percorridos pelos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil são elementos constitutivos de sua configuração como minoria étnica no Brasil. Por outro lado, ao migrarem para o Japão [...], entram em contato com uma sociedade onde suas características físicas são similares à maioria e, no entanto, são identificados culturalmente como brasileiros. Continuam sendo minoria (TONGU, 2010, p. 62).

Segundo Ninomiya (2008, p. 160), “hoje, as autoridades japonesas reconhecem que a mudança legislativa de 1990 foi feita de forma aleatória”, diante das dificuldades de adaptação nikkeis em todos os níveis; para o autor, trata-se de um problema “muito mais das autoridades e da sociedade japonesa – acostumadas à homogeneidade, não estando preparadas para receber um contingente grande de estrangeiros”, não apenas brasileiros como também de outras nacionalidades.

Para Sasaki (2006), ainda que algumas famílias adquiram visto permanente e se estabeleçam no Japão, muitos brasileiros permanecem divididos entre os dois países, onde transitam – entre facilidades e dificuldades – sem muita clareza em saber qual é o seu lugar:

A partir da nova realidade vivida, os nipo-brasileiros constroem sua(s) vida(s) entre Brasil e Japão (entre a origem e destino – perdendo de vista onde é o quê), não sendo um simples somatório de elementos simbólicos e fragmentos selecionados entre Brasil e Japão de seus antepassados (SASAKI, 2006, p. 99).

Como “japoneses em si não querem pegar no serviço pesado mais não”, conforme comentário do Sr. Guentaro Alimura, Wilhan trabalhou “como operário mesmo” em várias fábricas. Sem fluência na língua japonesa, foi “com a cara e a coragem”, trabalhando, inicialmente em uma fábrica de autopeças. Eliana e sua irmã, por sua vez, foram ao Japão trabalhar como camareiras em uma rede de hotéis.

Em relação ao que conta Wilhan sobre chegar no Japão pensando que iria para um determinado lugar, mas “a empreiteira tinha mandado pra outro lugar”, Nakagawa (2013, p. 211) esclarece que trabalhadores eram deslocados por vários locais em razão de as empreiteiras os alocarem “em setores industriais com picos de demandas”. O depoente também compara a grande oferta de produtos brasileiros nos dias atuais, em lojas que se encontra “tudo o que tem no Brasil”, à escassez dos tempos em que residiu no Japão, quando tecnologias da informação e da comunicação não eram tão acessíveis como hoje em dia.

O Sr. Alimura comenta sobre duas viagens realizadas ao Japão, e faz comparações sobre a educação formal e informal naquele país e no Brasil. A ausência dos pais migrantes, Wilhan e Eliana Alimura, passou a requerer do avô a responsabilidade pela educação das crianças, esforço que seria recompensado pela almejada melhoria nas condições de vida dos que estavam no Japão.

Curiosamente, a conversa sobre a experiência da família em terras japonesas teve início com o latido da cadela maltês de nome Sakura, trazida do Japão 10 anos atrás – e que obedece a comandos nas duas línguas, português e japonês.

Nanahira: E você, quais as suas impressões quando veio pra Paracatu? Quantos anos tinha?

Wilhan: Quando eu mudei pra cá, tinha 17 anos, não tinha acabado ainda de cursar o colegial, estava no último ano. Aí, não deu certo, fui me matricular aqui no colégio, aquele Antônio Carlos que tinha, na época, aí falaram que eu tinha que fazer, como a matéria não batia, tinha que fazer matéria a mais, eu tinha que estudar junto com aquelas [matérias] de professor, normalistas, magistério... fazer magistério, pra repor as aulas, umas matérias que não tinha. Aí, chegou nessa época, falei: “ ah...?”. Pensei muito bem, larguei os estudos. Só que, no primeiro ano, depois que cheguei, não foi direto pra roça; como eu completei 18 anos, alistei para o exército, aqui, em Paracatu. Aí, foi numa época que convocaram um monte de gente, a primeira vez que acho que convocaram pessoal de Paracatu. Aí, eu fui junto pra Cristalina, fiquei uns 10 meses quase 11 meses lá, servindo.

Nanahira: E não quis continuar?

Wilhan: Não quis continuar não. Era muito novo.

Alimura: Sakura! [*Chamando atenção da cadela maltês que estava latindo*]

Nanahira: O nome dela é japonês...

Wilhan: Sakura, essa aqui é japonesa. Veio importada do Japão, veio filhotinho. Tem 10 anos.

Nanahira: Sério?!

Wilhan: Antes de nós mudarmos, nossa família também tinha ficado no Japão uns três anos, mais ou menos, tinha ido com a família. Daí, tinha comprado um filhotinho de maltês, aí, decidimos voltar pro Brasil... Não, deixar, não pode deixar, aí tivemos que comprar passagem, documentação, tudinho. Veio nessa caixinha.

Nanahira: Então você morou no Japão...

Wilhan: Morei também, fui decasségui...

Alimura: Decasségui, trabalhando, porque estava ruim de receita na agricultura né, aí... então foi conhecer e pelo menos trabalhar lá um pouco.

Wilhan: Acho que, no total, eu fiquei uns sete anos lá, indo e voltando, indo e voltando, acho que eu fui umas, quantas vezes, hein? Umas... três vezes, mais ou menos. Lá trabalhei como operário mesmo. Passei em um monte de fábricas, porque lá é por empreiteira, né? É como se fosse terceirizado, né, não é diretamente da fábrica. Aí era muito difícil, se a fábrica diminuía serviço, então eles, já cortavam, né? Porque não era que nem aqui que é com carteira, assim, é terceirizado mesmo, pela empreiteira, então, é difícil. Mas agora parece que estão mudando o sistema, eles estão querendo pegar mais direto, pro pessoal ficar mais lá.

Alimura: Tá mudando, né, o sistema. Japoneses em si não querem pegar no serviço pesado mais não.

Wilhan: É, japonês não quer mais serviço pesado, serviço sujo. Coloca tudo pra estrangeiro. Falta muita mão de obra lá. Acho que fui em 1992, quando era solteiro. A primeira vez que fui lá sofri demais. Eu fui sozinho, não conhecia nada lá...

Alimura: Não conversa muito bem em japonês, sabe?

Wilhan: Fui com a cara e a coragem. Ah, e naquela época eu namorava a Eliana. Ela tinha ido pra lá. Mas eu fui pensando que ia pro mesmo lugar, fui totalmente contrário,

o lugar que fui parar. Ela estava lá pra cima e eu fui parar lá no sul do Japão. A empreiteira tinha mandado pra outro lugar.

Nanahira: Então você estava lá...

Eliana: Eu cheguei primeiro. Nossa, quando eu fui, eu fui com as minhas duas irmãs, nós somos em três, a única que ficou aqui foi Erica. Aí, a gente foi pra trabalhar como camareiras num hotel, numa rede de hotéis. É, e Wilhan foi...

Wilhan: Eu fui pra trabalhar foi numa fábrica de montadora de carro, primeiro serviço. Era... de autopeças, fábrica de autopeças, era sujo e... a fábrica era pequena, era um barracão. É... naquela época, comparando com agora, era bem mais difícil, porque tinha poucos brasileiros, eram poucos brasileiros, a gente na verdade era quase que os primeiros assim né, então não tinha as coisas assim que, hoje em dia, lá no Japão tem aquelas lojas de produtos brasileiros, têm tudo o que tem no Brasil, você acha lá, naquela época, você não achava. E, naquela época era só... tipo, telefone internacional era só por orelhão. Tinha que ir no orelhão, comprar aqueles cartões, cartão internacional, e falava só pouquinho.

Eliana: Três minutinhos assim, custava em torno de...

Wilhan: É, pra ligar... Agora, hoje em dia é pelo computador, vídeo...

Eliana: Era caríssimo conversar no telefone.

Wilhan: Então, naquela época, era muito diferente...

Eliana: Eu fiquei, quando solteira, três anos, né. Aí, depois de casada, eu fui uma vez, a gente deixou os filhos aqui, com o vô, com a vô...

Wilhan: Quando estavam pequenos ainda...

Eliana: Aí, nós fomos, ficamos acho que oito meses, aí voltamos pro Brasil e retornamos sem eles de novo. Ficamos, acho que um ano só e nós já viemos embora. Era muito difícil sem as crianças, né.

Wilhan: E depois fomos de novo né?

Eliana: Daí, quando retornamos, eu falei: “não, agora só vou se for levar, né, as crianças”. Aí nós fomos...

Nanahira: E as crianças, aprenderam japonês lá?

Eliana: As nossas crianças, o básico, eles sabiam, tanto que não tiveram muita dificuldade na escola japonesa. Porque nós não colocamos nas escolas brasileiras que tinham lá, nós colocamos nas escolas japonesas. Eles estudaram três anos. O Walter ele fez primário, fez seis meses do primeiro ano aqui, aí nós fomos, ele continuou, e estudou três anos na escola japonesa.

Wilhan: A cultura lá é totalmente diferente, né? É estudo né, educação, desde o começo, ali é uma diferença, as escolas, desde pequenininho, os pais não podem levar os alunos...

Eliana: Não podem levar na escola, os pais...

Wilhan: Eles vão em grupos e..

Eliana: Os mais velhos carregando a bandeirinha, cada bairro tem a sua turminha, aí vão. E no bairro tem uma sirene, que toca na hora que as crianças estão indo, e toca na hora que as crianças estão voltando. Aí os idosos da casa ficam todos na porta, pra...

Wilhan: Olhando, vigiando, pra ver se não acontece alguma coisa.

Eliana: É, é desse jeito, é muito seguro mesmo...

Wilhan: E horário é integral também, vai de manhã, volta à tarde. Isso facilita muito.

Eliana: E era assim, as crianças iam pra escola, eu também trabalhava, encontrava à tarde.

Nanahira: Os filhos são nascidos aqui?

Eliana: Todos aqui, aqui em Paracatu.

Wilhan: É, nos casamos aqui.

Alimura: Quando eles [Wilhan e Eliana] estavam no Japão, eu que levava as crianças na escola. Aí, tem uma escola creche, Primeiros Passos, que tinha. Aí, eu levava mais uma, que é neta de filha que cuida do restaurante, então levava três.

Eliana: Eles cuidaram de três netos pequenos [...]

Alimura: Em [19]94 fui escolhido pra viajar pro Japão pela JICA, porque eu ajudei alguma coisa quando veio o pessoal do Japão, né. Então, como já conversava japonês, sempre isentava de tradutor, eu que fazia parte de, como é que fala, traduzir, né. E me escolheram para ir, foi em 12 pessoas, único que era descendente. Aí, foi mais era diretor do Banco do Brasil, de parte de financiamento né, preço mínimo, essas pessoas

que foram. Dia que chegamos no hotel, porque o hotel parece que era quatro ou cinco estrelas, aí, o pessoal todo queria ligar pra família aqui no Brasil, que chegamos bem, e o telefonista não entendia. Aí me chamavam, “vem pra cá, Alimura!” [risos] e fazia tipo tradutor também. Tinha oportunidade de pegar trem bala naquele tempo já também. Na segunda viagem, em 2013, caçula que estava lá, já fazia quase 20 anos. Não era para bem, pra visitar filha, porque era oficial, não podia sair do ritmo da viagem pra visitar descendente de japonês, né, eu queria conhecer pelo menos o lugar que meu pai nasceu e queria saber mais ou menos parentes né. Deu pra encontrar três, quatro parentes, veio encontrar no hotel, lá em Tóquio. Aí, eu tinha falado: “não, se aposentar e não estiver trabalhando, eu vou levar esposa e conhecer bem”, e ficamos 60 dias. Mas deu pra conhecer bem, ainda lugar que meu pai nasceu e conhecer, ainda tinha uma... meu pai era mais velho da família e encontramos com tia, que é irmã do meu pai, mas caçula, estava com 92 anos, era bem ainda... [apontou para a cabeça, sugerindo lucidez]. Então, essa segunda viagem também foi bem proveitosa, fui visitar filha e o neto que estava estudando. Aí, eu fui visitar um dia na escola. É tipo creche, né? Mas lá é diferente, hein? Calçado tem que estar juntinho, virado pra cá assim, cada um tem seu local, e cada um que tem que levar lá e acomodar, não assim, mãe e pai. Mãe vai até na porta só, porta dentro só... Não é pra falar muita diferença, mas vai... Mas lá ensina sobre tsunami, terremoto, já ensina desde pequeno. Já sabe que já tem aquela marmitinha, com a água e tudo, pra... e ensina desde...

Wilhan: É pra todo mundo igual, não é que nem no Brasil.

Eliana: As meninas de vermelho, e os meninos de preto, só aquela. É assim, a tradição é os avós darem aquela mochila para as crianças, os netos entrarem na primeira série, é a tradição lá... E não estraga. E a própria almofadinha que eles sentam, já é própria pra incêndio e terremoto. A almofadinha eles abrem assim, vira uma capinha assim que eles, se precisar, na emergência, está ali já. Eles treinam, fazem tudo certinho.

Wilhan: Fazem todo o treinamento, desde pequeno já.

Alimura: Esses dias tava lembrando... “Não quer ir lá na Festa Junina não?” “Não, se é pra olhar pescoço dos outros eu não vou não”. [risos] Aí, há uns tempos, quando neto estava indo na escola né, “Vamos na Festa Junina. Ah, dessa vez comprou mesa direitinho, tudo”. “Então vamos”. Quando começou a festinha mesmo, aí começou a fazer a fila, na frente das mesas. A gente é baixinho, fica olhando no pescoço dos outros. Mas lá no Japão, quando nós tivemos essa última viagem, lá na cidade que minha filha estava lá, tinha festa de um mês na igreja, sabe. Tinha barraco de 1.500 a 1.800 pessoas que podia aglomerar. Não tinha um pedaço de lixo, ninguém ficava em pé. Ficava na beirada ou sentadinho no corredor. E pra passar mesmo, assim mesmo, pra não atrapalhar, anda abaixadinho. Essa diferença, é diferente muito. Aqui, esse dia não estou indo mais pra olhar nuca dos outros. É, lá no Carnaval, ir olhar, falei “não, não vou mais não”. A gente é baixinho, então tem que levar uma escada. É desse jeito, lá, diferença de lixo, lixo cada um leva, não joga. Aqui, se tiver 100 pessoas de aglomeração... Ainda, de vez em quando, acha toco de cigarro, alguma vez, mas dificilmente. Mas, nesse ponto, é bem educado, mas não fica em pé na frente da pessoa nunca. Nessa diferença, eu dou valor nesse sistema de educação japonesa viu, verdade, em geral. Lugar que aglomera 1.000, 1.500, 1.800 pessoas, imagina aqui no... [risos] festa aqui, se tiver aglomeração de mais de 1.000 pessoas. No outro dia, gari fica... Agora, negócio de festividade também, lá é nominal. Aqui, se fizer convite de família, leva tal, tal, tal, tal...

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Wilhan Issamu Alimura, 51 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1983)

(Eliana Hitomi Muraoka Alimura, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)



Fotografia 10 – Sakura, mascote da família Alimura trazida do Japão
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2017.

Influências do Japão atual, trazidas da experiência dos decasségus, também contribuem para transformações culturais no transcorrer da inserção de japoneses e descendentes na sociedade brasileira, para a construção de novas formas identitárias em sucessivas gerações.

É nesse sentido que Fabiano Ogawa pensa ser “mais fácil sair do Brasil e acostumar no Japão, do que vir de lá do Japão e se acostumar aqui com o Brasil”, haja vista a estabilidade econômica, a segurança nas ruas, a disciplina da população, entre outros aspectos da vida no Japão que foram admirados pelo depoente quando residiu naquele país, e com os quais se acostumou a viver, imerso em uma sociedade com costumes, práticas, regras e tradições diferentes da brasileira. Suas falas indicam o enfrentamento de choques culturais e necessidades de readaptação ao voltar para o país em que nasceu e viveu, por período bem maior aos seis anos passados no Japão.

Ainda assim, retornar às raízes, com o trabalho agrícola, foi o caminho de desenvolvimento eleito, haja vista o alimento ser considerado “bem necessário, que a gente precisa”, mas que são mais onerosos no Japão comparativamente aos supérfluos, que “a gente pode ficar sem”.

Fabiano: Se eu falar para você que é mais fácil sair do Brasil e acostumar no Japão, do que vir de lá do Japão e se acostumar aqui com o Brasil? Porque lá é estável economicamente, em termos de segurança... Você trabalha e tem condições de ter a própria casa, o próprio carro, o que você quiser pode comprar. Juros, isso não existe, eles não sabem o que é isso. São 0,75% ao ano de juros. Você vai ao supermercado lá, e pode ver que, de 50 anos para cá, o preço não mudou muito. Só mudou por causa da instituição do imposto único no Japão, que era de 3%, foi para 5%, e agora são 8%;

parece que estão querendo mudar para 11%. Quando se compra alguma coisa, na hora de pagar, não é o valor que está na gôndola, é o valor do produto mais o do imposto único. Com os intempéries climáticos, foi necessário aumentar o preço de alguns itens, principalmente alimentos. Carros, televisores e outros supérfluos são baratos lá. O que é caro é a alimentação. Os supérfluos são caros quando são lançados; mas passados 30 dias, se vem um melhor, o anterior já baixa uns 30% de uma vez. Passou mais um ano, 50%. Cai tão rápido o valor das coisas, que... Lá acontece assim entre os vizinhos: se um vizinho comprou a melhor televisão que foi lançada, o outro também compra uma melhor e joga a outra fora. Daí tem o problema do lixo eletrônico. [...] E tem que se pagar para jogar fora, o que acontece com os carros também. Tem uma empresa que faz a coleta e envia para países menos desenvolvidos para esses produtos ainda serem utilizados. Lá no Japão tem o *shaken*, que é uma licença, um certificado obtido após verificar se o carro tem condições de trafegar em segurança. Quando se compra um carro novo, zero km, não é necessário renovar o *shaken* nos três primeiros anos. Para se ter um carro lá, é preciso ter estacionamento ou garagem. Você tem que ir à prefeitura comprovar que tem estacionamento, senão você não pode comprar carro não. [...] Por que o pessoal é educado lá? Já começa da base, em casa. Quando começam a estudar, na parte primária, o pessoal pensa logicamente fazer construções perto de escolas. Os pais não podem levar os alunos para as escolas primárias públicas, as crianças precisam andar. Já existem as faixas de pedestres certinhas para os alunos passarem. Onde eles passam nas faixas, se não tiver um semáforo para os carros pararem, cada lado da rua tem uma bandeirinha e um lugar para colocar a bandeirinha. O mais velho vai na frente, ergue a bandeirinha, e os menores vão atrás, seguindo o maior, para atravessar a faixa de pedestre. Chega do outro lado, põe a bandeirinha de volta. No Ensino Fundamental II, os alunos já podem ir à escola de bicicleta, mas precisam andar de capacete. Aqui, se deixar o sistema de bandeirinhas... [risos] [...]

Nanahira: Ouvi dizer que as crianças mesmas cuidam da limpeza das escolas...

Yosidi: Sim, muitas reportagens mostram que os meninos cuidam da limpeza dos banheiros, fazem *shouji*, faxina mesmo, pegam vassoura, limpam as carteiras. Lembro que, quando teve a Copa do Mundo aqui, os japoneses limparam os estádios. Aqui o pessoal destrói os estádios, brigam, mesmo antes do jogo começar. É difícil assistir um clássico no Rio de Janeiro, matam, atiram, parece coisa de filme de faroeste, guerra... [...] A alimentação das pessoas é bem saudável, é difícil ter pessoas obesas. [...]

Fabiano: Japoneses são muito disciplinados e isso é de berço, é impressionante... Um repórter brasileiro foi entrevistar um policial aposentado lá no Japão e perguntou qual a maior dificuldade que ele teve nos 35 anos de trabalho. Respondeu: “Nunca tive que puxar arma, o único problema que tive foi só com bêbados”. [...] Um dos pré-requisitos para o hospital contratar médicos é o curso de *origami*, dobraduras, e bem pequenas, para desenvolver a paciência, melhorar o lado psicológico do médico. Porque vão trabalhar com gente, então é importante. [...]

Nanahira: Então, depois de seis anos no Japão, preferiu voltar ao Brasil? Quando voltou?

Fabiano: Sim. Voltei em 1998. Pensei que, enquanto estava jovem, era melhor voltar ao Brasil. As oportunidades aparecem enquanto se está novo, depois de chegar a uma certa idade não aparecem, não se tem o mesmo pique... era melhor voltar enquanto estava novo para poder dar continuidade, então voltei para Curitiba. Continuei trabalhando com a família, quem estava dando continuidade era o meu irmão mais velho. Um comprador de alho, que comprava alho na região, falou que tinha um lugar bom para a gente plantar, no Cerrado, com altitude, porque precisava de altitude. **A raiz da gente é agricultura, e eu gosto do que eu faço.** A gente produz alimentos, e os alimentos servem para saciar. **Eu acho assim, que o bem necessário, que a gente precisa, é o alimento.** Os supérfluos a gente pode ficar sem, mas sem alimentos... E, como se diz, o que está circulando o PIB do Brasil é o agronegócio.

(Yosidi Takahashi, 51 anos, nissei, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

(Fabiano Ogawa, 43 anos, nissei, natural de Curitiba-SC, vive em Paracatu desde 2000)

Como a migração de brasileiros ao Japão já representa um processo efetivo, e não esporádico ou intermitente, e levando em conta “as raízes já instaladas pelos espaços brasileiros na sociedade japonesa”, as idas e vindas de migrantes permanecerão trazendo e levando formas culturais diversas e em constante transformação (KAWAMURA, 2008, p. 178). As condições da globalização facilitam que esses transmigrantes contribuam tanto para a introdução de aspectos da cultura brasileira no Japão, quanto para o fortalecimento da influência nipônica e a presença de grupos específicos relacionados com a atual cultura japonesa. Nesse processo, são construídas redes familiares, de amizade, comerciais, de serviços culturais, educativas, artísticas, esportivas e de comunicação, que interferem na vivência sociocultural dos descendentes de japoneses em ambos países.

Aspectos das culturas japonesas antigas e atuais fazem-se presentes no dia-a-dia da população paracatuense, não sendo apenas restritos ao Kaikan ou aos lares de famílias nikkeis. Produtos japoneses são vendidos na Feira do Produtor e encontrados em vários mercados da cidade, junto a produtos típicos do Cerrado, de outras regiões do Brasil e de outras partes do mundo. Na mostra de objetos japoneses realizada no contexto das comemorações dos 120 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Japão na Casa de Cultura de Paracatu, quimonos e leques, representativos de antigas tradições, dividiram espaço – uma das salas do casarão edificado nos tempos do Brasil imperial – com mangás e outras referências de cultura *pop* japonesa.

Se o processo de colonização portuguesa tinha feito de Paracatu um cenário da mistura entre brancos de origem europeia, negros oriundos do continente africano e indígenas nativos, a presença do nikkei criou um novo cenário de hibridismos, co-presenças e realidades crioulas, mestiças, em constante movimento.

3.3.2. Leituras, reflexões e perspectivas recentes

Para a maioria dos depoentes, o PRODECER não resultou conforme planejado. Dificuldades econômico-financeiras e choques culturais foram mencionados por pessoas que participaram do Programa em Paracatu ou se mudaram para a localidade motivados pela abertura de fronteiras agrícolas em regiões de Cerrado. Como resposta às adversidades, implantaram projetos de irrigação, buscaram financiamentos adicionais, plantaram cultivares alternativos, reuniram-se em uma associação cultural esportiva e recreativa, forneceram serviços sociais à população paracatuense, construíram uma instituição em Brasília para abrigar

filhos na fase universitária, entre outros esforços. Uns voltaram às terras de origem no Brasil, e outros tentaram a sorte no Japão acompanhando o movimento decasségui na década de 1990.

Fronteiras entre lugares têm sido derrubadas, barreiras superadas e pontes construídas entre pessoas e grupos de diversas origens étnico-culturais, à medida em que o Kaikan de Paracatu e a Casa do Estudante Nipo-Brasileiro de Brasília foram abertos à participação de não descendentes, gincanas foram promovidas com apoio de empresas da cidade, paracatuenses passaram a comprar produtos agrícolas, artesanatos de nikkeis na Feira do Produtor e a frequentar restaurantes de culinária japonesa e filhos dos colonos migrantes estudaram nos colégios de Paracatu, fazendo contato com professores e colegas paracatuenses.

No que se refere às atividades a que nikkeis residentes em Paracatu têm se dedicado nos anos recentes, a Sra. Aparecida Atico Takahashi vende, na Feira do Produtor, realizada todos os sábados, gêneros agrícolas cultivados em terras de seu filho em Paracatu, artesanato de produção própria, além de produtos alimentícios de origem japonesa também de produção própria, como *yaki manju* e *hanaume*, conforme está ilustrado nas fotografias 11 e 12, que se seguem ao trecho de entrevista. Com a renda obtida nas vendas, complementa sua aposentadoria, pois “só com aposentadoria não dá [...] enquanto tiver saúde, tem que se virar”.

A atual presença de produtos japoneses nos supermercados, diferentemente da rara disponibilidade de anos atrás – quando “o único lugar que vendia essas coisas” era o sacolão de sua família – sinaliza que, crescentemente, a culinária de origem nipônica faz-se presente nas mesas de muitos lares pela cidade. Revela-se a confiança da sociedade paracatuense na família da Sra. Takahashi e em seu trabalho no comentário de que “muita gente nos conhece e compra nossos produtos”.

Nanahira: E sobre os produtos que a senhora vende na Feira do Produtor, como a berinjela japonesa que eu adoro, onde são produzidos?

Aparecida: É na fazenda Capão dos Órfãos, em propriedade de meu filho. Depois que parei com a fazenda e com o sacolão, continuei a vender verduras lá pra não ficar parada. Só com aposentadoria não dá. Nós somos aposentados, mas com um, dois salários, é difícil. Tem que pagar energia, telefone, comprar remédio, né? Enquanto tiver saúde, tem que se virar [*risos*]. [...]

Nanahira: E outros produtos japoneses como *harussame*, aquele macarrão de feijão verde, a senhora não vende mais?

Aparecida: É preciso muito dinheiro para coisas importadas. Só vendo *shoyu*, essas coisas que não perdem validade rápido, os que perdem validade rápido não compensam. E também, depois que paramos de vender, lá na Casa de Carnes Irmãos Soares também vende tudo isso, *harussame*, arroz...

Nanahira: Puxa, eu não sabia. Lá em Brasília, compro produtos japoneses na loja Mikami. O dono da loja conhece nikkeis que vivem em Paracatu, e certa vez me pediu para mandar um abraço para um amigo, um *nissei* que trabalhava na Feira do Produtor.

Aparecida: É, tem a Mikami. Quando a gente tinha sacolão, comprava no Hikari, no Núcleo Bandeirante, que tem varejo e atacado. Às vezes, quando eu quero comprar,

peço pelo telefone, os produtos são levados para a CEASA, e o rapaz que busca verduras vem trazer pra nós. Eu pedia tudo, *harussame*, *wasabi*, *kombu*, *nori*, *furikake*, missô. Mas hoje não compensa investir, depois que o dólar subiu. O único lugar que vendia essas coisas era nosso sacolão. Hoje em dia, os supermercados já têm esses produtos. O que não vi no mercado aqui foi *shiitake* e *okazunori*, que é o *nori* temperado. Um lugar muito bom para comprar frutas e verduras selecionadas, e brotos também, como o *moyashi*, era o Supermercado Dois Irmãos, mas fechou, que pena. Dava pra ver tudo direitinho, não tinha nada em bandejas que escondem a parte estragada da fruta embaixo. [...]

Nanahira: Notei alguns artesanatos de crochê pela casa, são colchas, tapetes... é a senhora que faz?

Aparecida: Sim, sou eu mesma. Vendo na Feira também.

Nanahira: Faltou perguntar algo, falar de alguma coisa sobre sua história? A senhora gostaria de deixar alguma mensagem final?

Aparecida: Ah, quando a gente veio, tínhamos mais amizade com pessoas de fora como eu, do Sul. Acho que você também estranhou aqui porque tem educação do Sul; influência de seu pai, né? Diziam que os japoneses vieram para trazer veneno, colocar veneno na comida, nas verduras. Ainda bem que **já viram que não é nada disso**. Agora muita gente nos conhece e compra nossos produtos. Os filhos, netos, já são mais integrados com as pessoas daqui. Olha só essas fotos, algumas são antigas. Essa é de meu aniversário de 70 anos, em 2015, com toda a família reunida.

(Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983)



Fotografia 11 – Aparecida Atico Takahashi na Feira do Produtor
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant’Anna, 2017.



Fotografia 12 – Aparecida Atico Takahashi e produtos vendidos em sua banca
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant’Anna, 2017.

Segundo a Sra. H. E., a honestidade e o trabalho dos nikkeis residentes em Paracatu são qualidades admiradas pela sociedade local, que neles têm confiança. Para a *nissei*, valeu a pena a experiência desbravadora do PRODECER, apesar das dificuldades nos primeiros anos. Afinal, “em qualquer lugar que esteja”, é possível se estabelecer, viver e se desenvolver, pois “só depende da gente”.

Nanahira: Entendo que houve uma boa relação entre os descendentes de japoneses, né? E entre os nikkeis que vieram e os não nikkeis que habitavam Paracatu?

H. E.: No início, foi difícil, mas hoje é praticamente uma família. Não tem nada de... Porque, hoje, os paracatuenses nos admiram pela honestidade, pelo trabalho. Eu, por exemplo, sou rotariana, trabalho com serviços sociais, então... nos sentimos bem valorizados. As pessoas têm confiança na gente, no comércio, nos bancos. Deixam a gente levar as coisas e pagar depois, sabem que vão receber o dinheiro. E quando as pessoas nos oferecem confiança, também retribuimos. E isso vem da nossa origem, aprendemos com nossos avós, nossos pais, desde crianças. Os meus pais sempre me falavam o seguinte: “nunca perca seu nome; se perder, levará mais de 50 anos para recuperar”.

Nanahira: Gostariam de comentar sobre algo que eu não tenha falado, ou deixar alguma mensagem?

H. E.: Dizer que valeu a pena participar desse projeto, foi uma experiência desbravadora. Quando meu marido me disse: “vamos para Minas Gerais”, eu respondi: “hãh, o quê?”. Minha família é paulista, né? Nos primeiros anos, era difícil a situação. Hoje, estamos aqui e só depende da gente, sabe... é importante ter perseverança, trabalhar, correr atrás, estar sempre ouvindo uma ideia... Em qualquer lugar que esteja, é possível fazer seu ninho, tijolinhos por tijolinhos.
(H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981)

Yosidi Takahashi avalia que chegou onde está graças ao “pontapé inicial” representado pelo ingresso no PRODECER, ou seja, a participação no Programa foi um caminho de desenvolvimento bem sucedido, que o levou à realização de suas aspirações de desenvolvimento.

Eu atribuo... não vou falar o meu sucesso, mas cheguei hoje onde estou graças ao PRODECER. Então, eu tenho muito a agradecer por ter participado desse Programa. Cheguei com uma mão na frente e outra atrás, entrei no Programa e foi meu pontapé inicial. A gente entrava com 10% do valor orçado, do investimento, então foi um negócio muito bom. A regra era declarar um capital de 10%, o pai avalizando que tinha esse dinheiro, atestando ter imóveis em um certo valor... Eu entrei como associado à Coopervap, mas meu pai era da Cotia, que era uma potência, uma referência, tinha fábrica de adubo, tinha tudo na época [...] Para mim, o PRODECER foi um achado. Cheguei sozinho e hoje o que eu tenho é graças do Programa, então foi um ótimo negócio.
(Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR, vive em Paracatu desde 1983).

Fabiano Ogawa atribui sua prosperidade à abertura de áreas agricultáveis em regiões de Cerrado, em que viu uma oportunidade de desenvolvimento e soube “peneirar e absorver a parte boa”.

Cheguei bem depois do PRODECER, mas foi graças ao desenvolvimento da região do Cerrado, à existência de áreas agricultáveis, que prosperei. O importante é saber aproveitar essas oportunidades e crescer com elas, aproveitar a parte boa, porque, na vida, existe a parte boa e a parte ruim. Saber como peneirar e absorver a parte boa... isso é importante.
(Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Cutitibanos-SC, vive em Paracatu desde 2000)

A honestidade, referida pela Sra. H. E. também é mencionada como qualidade que favoreceu ao Sr. Shimada ser “bem recebido, bem citado” no Brasil. O fato de o Japão ter se reerguido após a Segunda Guerra Mundial, dando “exemplo para o mundo”, afeta tanto “os japoneses que moram no Brasil” quanto os “outros japoneses fora do Japão”. Manifestou

expectativa de que seus descendentes, tal como o depoente, também se sintam feliz em morar no Brasil, e aqui possam crescer, estudar e trabalhar.

Com 80 anos de idade, eu me sinto feliz por ser parte daqui, eu sinto feliz de morar no Brasil. E gosto do Brasil. Eu acho que, nos anos passados, por ser honesto foi que conquistei as pessoas, em geral... Fui bem recebido, bem citado. Por exemplo, quando cheguei aqui e fui ao banco, recebi bom atendimento, a qualquer hora... Com isso, eu acho que, como *nissei* de 80 anos, posso deixar a mensagem de que **eu me sinto feliz em morar no Brasil**, e desejo que filhos e netos continuem expressando isso! Que estudem, criem amizades, cresçam, trabalhem... façam faculdades e tenham profissões boas. Não é falsidade não, viu, eu cito realmente isso. Japoneses que saíram do Japão para fora, penaram, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Espanha, não são bem recebidos como no Brasil. Nos Estados Unidos, há japoneses muito ricos, que cresceram lá. Mas há muita discriminação. E aqui não tem, em comparação com lá. Fui bem vindo, graças a Deus. Os japoneses que moram no Brasil são respeitados porque o Japão também levantou, deu exemplo para o mundo. Isso afeta bastante tanto nós aqui e os outros japoneses fora do Japão.

(Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986)

Na opinião de Katsuo Shimada, cuja família se enquadra entre as que “conseguiu sobreviver”, o deslocamento a Paracatu foi economicamente vantajoso em comparação à possível situação em que a família estaria vivendo caso tivesse permanecido no Paraná. Para sua esposa, Seiko Shimada, a mudança também foi vantajosa socialmente, haja vista o estabelecimento de um “círculo de amizade nas colônias” de Paracatu e região.

Na fotografia 13, apresentada após o seguinte trecho, Seiko leciona o idioma japonês para uma turma de crianças na sala denominada Kanojo Abe, que homenageia um dos falecidos pioneiros da ACENP. Decorada com trabalhos feitos pelos alunos, o ambiente abriga diversos materiais escritos e audiovisuais para o ensino da língua japonesa.

Katsuo: Na verdade, profissionalmente, no caso de quem conseguiu sobreviver, foi muito bom porque, se hoje estivéssemos no Paraná, poderíamos estar bem, mas não na proporção tão grande como aqui. Por isso, em relação ao nosso caso, economicamente foi vantajoso.... socialmente não sei... a gente veio do Paraná...

Seiko: Socialmente também. Como estamos próximos de Brasília, a ligação com a Escola Modelo, os *kaikans* de Brasília.... Graças a nossas atividades aqui e em Brasília, estamos sempre em contato, no tênis de mesa, em cursos e treinamentos... fomos construindo um círculo de amizade nas colônias, não só entre os pais, mas também entre as crianças, nossos filhos. Temos um filho que foi a Brasília tranquilamente, porque já tem muito amigos. Meus filhos estudaram em uma escola boa, graças a Deus, nunca se envolveram com coisas ruins. Toda a vida estudaram no Colégio Dom Elizeu, desde o Ensino Infantil até hoje.

Katsuo: Ah, depois de amanhã iremos a Brasília para participar do *shinnenkai*, na Embaixada do Japão.

Seiko: Fazemos o possível para participar dos eventos em Brasília, de modo que não ficamos presos só em Paracatu. Todos os anos enviamos os meninos da escola japonesa para participar do Festival do Japão em Brasília. Desde o primeiro Festival, fretamos um ônibus para levar os alunos e amigos da escola... Sobre perspectivas para

o futuro da colônia, quem dá continuidade são alguns filhos que saíram e estão voltando...

(Katsuo Shimada, 53 anos, *sansei*, natural de Assaí-PR, vive em Paracatu desde 1986)

(Seiko Shimada, 50 anos, *nissei*, natural de São Roque-SP, vive em Paracatu desde 1998)



Fotografia 13 – Seiko Shimada e alunos de japonês no Kaikan/ACENP
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant’Anna, 2017.

Ao manifestar esperança de “a nossa educação ser valorizada” antes de morrer, Lídia Konishi diz respeito tanto à educação formal quanto à não formal, ou seja, não se trata apenas da aquisição de conhecimentos e do desenvolvimento de capacidades, mas do respeito aos professores, envolvendo pedir “licença para sair da sala”, esperar o professor “terminar de falar”. Para Yoko Sasaki, falta aos alunos de hoje, presos a celulares, jogos, aplicativos e à internet, uma “janela aberta”, há “muito conhecimento” que não se pode obter apenas nessas fontes.

As fotografias 14 e 15, que se seguem ao trecho de entrevista são representativas do dia-a-dia na escola em que Lídia Konishi trabalha, a primeira em meio a estudantes, sendo que três aparecem em primeiro plano e inúmeros ao fundo, e a segunda em uma sala em que são guardados troféus com que a escola foi premiada. Selecionei as duas fotos entre diversas tiradas no mesmo dia por revelarem a satisfação da depoente com seu trabalho na área da educação.

Lídia: É gostoso a gente estar assim conversando, a gente se sente muito valorizada. **Desde que você me ligou, eu me senti valorizada.** Ainda falei com a Yoko que eu queria conversar naquele mesmo dia em que você me ligou, lembra? Sou assim, o que

me pedem, quero fazer logo. E eu queria ter trazido outra família, mas não puderam vir. Como você falou que estava querendo marcar com a Yoko também, e ela mora perto de minha casa, falei: “É agora!”. Liguei, chamei, pedi que ela ficasse prontinha para eu buscar e irmos juntas. [...]

Nanahira: Não fazem ideia da riqueza de suas histórias... e são duas professoras, né? Tenho muito respeito pelo trabalho que realizam.

Lídia: Aí que enriqueceu mais ainda, né? Eu tenho muita esperança de que, antes de eu morrer, verei a nossa educação ser valorizada. Eu sou aquela professora que espera que o aluno peça licença para sair da sala, e que só peça a licença após eu terminar de falar, sabe? [...]

Yoko: As crianças de hoje só têm a telinha ali, o jogo e o interesse deles, não tem essa janela aberta que a gente diz, né? Eu sempre falo para as crianças: “Vejo vocês só na internet, no *whatsapp*, tirem uma folga, vão pegar um livro e estudar, porque, aí, vocês têm muito conhecimento que não conseguem obter pelo celular”. Pior ainda que, só usando celular, não sabem conversar e escrevem tudo errado.

Nanahira: Gostariam de deixar alguma mensagem final?

Yoko: Foi bom porque, fora a nossa conversa, foi positivo o entrosamento, pois também aprendemos com você.

Lídia: Nossa, foi um papo muito bom! Foi muito bom estar com vocês.

(Dirce Yoko Sasaki, *nissei*, natural de Araongas-PR, vive em Paracatu desde 1979).

(Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR, vive em Paracatu desde 1986).



Fotografia 14 – Lídia Konishi e alunos da E. E. Dr. Virgílio de Melo Franco
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant’Anna, 2017.



Fotografia 15 – Lúcia Konishi e troféus da E. E. Dr. Virgílio de Melo Franco
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant’Anna, 2017.

Sobre o entrosamento positivo e o bom papo a que se referiram as depoentes do trecho anterior, a Sra. Cristina Fukuda manifestou – no caminho em que seguimos até sua residência, após a entrevista que realizamos na casa de meus pais – algo que me deixou sem palavras: “Pois é, falei muito hoje... lá em casa só tem parede!”.

Sutilmente expressada pela Sra. Fukuda, essa fala me atingiu de modo fulminante, gerando imenso sentimento de satisfação em realizar esta pesquisa, pois, até então, minha ideia seria recuperar o que se viveu conforme concebido por quem viveu, com vistas a obter outras leituras e perspectivas de desenvolvimento a partir das experiências de quem viveu o que viveu. Contribuir para uma pessoa se sentir valorizada ao escutar seus relatos sobre fatos, aspectos e repercussões constantes de sua trajetória foi muito além do que eu poderia imaginar em relação ao alcance da pesquisa.

Carina Fukuda, por sua vez, revela aprendizado de valores e costumes de origem nipônica:

Aprendi muitos valores e costumes da cultura japonesa, a questão da educação, alguns hábitos... Ao cumprimentar de manhã, falar *ohayou*, dizer *itadakimasu* antes de comer. Nunca jogar coisas no chão, sempre manter a limpeza.
(Carina Miyuki Fukuda, 27 anos, *sansei*, natural de Paracatu-MG)

Ao refletir sobre tudo o que passou ao longo de sua vida, inclusive os sofrimentos, o Sr. Mituo Muraoka “passaria por tudo isso de novo se pudesse”, istoé, valeu a pena toda a sua

experiência de trabalhos, esforços e sacrifícios. Na fotografia, aparece ao lado de sua esposa em sua residência.

É, minha vida, foi corrido, sofri, talvez sofreu, mas eu não acho que não foi nem um sofrimento, foi uma alegria. Se pudesse passar por tudo isso, iria passar de novo.
(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)



Fotografia 16 – Mituo Muraoka e Luiza Keiko Muraoka
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2017.

Na opinião do Sr. Alimura, a comunidade nikkei de Uraí “ficou fechada” e “atrasada” por manter a língua japonesa na comunicação falada e escrita e o “sistema japonês” na venda de terras por muitos anos, ao invés de se integrar com os brasileiros.

Ao comentar “já não faço mais nada”, “da gente não se aproveita mais” e “se servi para alguma coisa está bom”, o Sr. Alimura remete à falta de valor de sua maturidade e experiência em uma sociedade que valoriza a produtividade e associa a ação do tempo à deterioração. Aposentado é praticamente sinônimo de improdutivo materialmente, menos útil para o trabalho, e por isso diminuído, marginalizado. Esse contexto contrasta-se com as tradições e a realidade, de um modo geral, de sociedades como a japonesa, em que o envelhecimento é representativo de sabedoria, motivo de orgulho e prestígio.

Diferentemente da época da Segunda Guerra Mundial, quando “ficou humilhado” por ter “cara de japonês”, hoje o *nissei* tem orgulho de sua ascendência japonesa e manifesta satisfação com o fato de o “brasileiro aceitar bem o japonês”. As fotografias 17 e 18 a seguir

ilustram o dia-a-dia do Sr. e da Sra. Alimura em sua residência na fazenda e na Feira do Produtor.

Alimura: Preciso transmitir: se deu pra aproveitar, bem, porque da gente não se aproveita mais, tão novo assim... [risos]. Eu, com essa idade, dediquei dentro da cooperativa e da colônia também. Agora, sobre a língua, japoneses faziam a imigração, e falavam e escreviam somente em japonês. E mantiveram assim até quase 1970, secretárias só falando e escrevendo em japonês na associação. Então essas pessoas não transmitiam muito bem para os descendentes de japoneses *nissei* e *sansei*. Desde o começo, a venda de terras já era feita no sistema japonês. Nesses termos de cultura, lá em Uraí, não ter aproveitado os brasileiros, eu acho que atrapalhou, **ficou fechado**. Nesse sentido, eu acho que **atrasou muito**. [...]

Nanahira: A maior parte do tempo o senhor trabalhou na terra né?

Alimura: Nisso aí que tem muita história. A região de Uraí ficou atrasada por quase 20 anos devido à língua japonesa, a associação ficou fechada. Dirigi a associação por seis anos. Aí, a gente sentiu que o sistema japonês estava muito fechado, e para abrir não era tão fácil, não acompanhava. Dentro da colônia japonesa, tem muito isso.

Nanahira: Tanto que a notícia sobre a Segunda Guerra demorou a...

Muraoka: Levou seis anos né! [...]

Nanahira: Atualmente, os senhores são aposentados, né?

Alimura: Eu sou aposentado, já não faço mais nada [risos]. Moro com o filho, lá na chácara. Ele é que trabalha. Também, pela idade né... Eu também gosto de conhecer histórias. Admiro escolher essa colônia japonesa; descendente ainda sim... mas... escolheu ainda sendo paracatuense. Pode me procurar a qualquer hora, até lá na fazenda, porque eu já não faço mais nada. Se servi para alguma coisa está bom.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)

(Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981)

Quando tinha guerra, a Segunda Guerra, eu fiquei humilhado, porque cara de japonês... Brasileiro tá lutando contra Japão. Chamava até quinta coluna, sabe?... Hoje, tenho orgulho de ser descendente. Quer dizer que antecessor veio de lá, meu pai e minha mãe era tudo de Japão, então eu tenho orgulho de ser descendente, hoje. Naquela época de criança, eu tinha até vergonha. Então, imigrante, como a terra era pequena né, como a população era grande, não tinha área para cultivar, então saiu, então, grande número de imigrante descendente que saiu do Japão, Brasil é único que deu certo também, por causa da área, clima, e aceitar bem, brasileiro aceitar bem o japonês. Demonstrou qualidade também.

(Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983)



Fotografia 17 – Guentaro Alimura
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2017.



Fotografia 18 – Toshiko Suguiyama Alimura
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2017.



Fotografia 19 – Caminho para a fazenda da família Alimura
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2017.

Sobre a questão da discriminação mencionada pelo Sr. Alimura, Schpun (2008, p. 148) explica que o “o fenótipo sobre o qual o ‘racismo de marca’ brasileiro incide” atinge os nikkeis de forma particular, “distinguindo sua experiência no Brasil daquela da maior parte dos grupos étnicos presentes”. Membros de todas as gerações de nipodescendentes sentiram e sentem na pele a existência dessa forma de discriminação, relacionada à história da presença japonesa no Brasil e as transformações da sociedade brasileira no Século XX. Frisa a autora que

a história não é um encadeamento linear e me parece importante registrar aqui a existência de uma barreira, que impõe resistências à integração efetiva do grupo à sociedade brasileira. Pois o processo é bilateral, e o olhar da sociedade inclusiva sobre o grupo migratório reflete elementos estruturais da primeira que interferem, e nem sempre positivamente, na inserção dos imigrantes em seu seio (SCHPUN, 2008, p. 147).

Nas falas a seguir, Yoshifumi Kayashima revela que sua família também enfrentou muita discriminação também, que integra “a parte ruim” de sua trajetória. Mesmo que se considere brasileiro e paracatuense, remetendo a um total ou quase total pertencimento, não se pode atestar a existência de uma integração total de japoneses e descendentes às sociedades brasileiras.

Para mim, tudo o que aconteceu foi bom, poderia se repetir tudo de novo, menos as coisas ruins, que a gente pode contar como experiência. Eu sempre falei assim: **“quem é inteligente aprende com a experiência dos outros, não com a própria experiência”**. [...] Então, eu sempre falei que **a minha vida dava para escrever um livro, né?** Além de eu ter nascido no Japão de um pai que saiu do Brasil, passou pela Segunda Guerra Mundial, sobreviveu... eu vim de não sei quantos mil quilômetros, lá do Japão. Minha esposa veio de uns 800 km daqui. [...] Enfrentamos muita discriminação também; estamos falando mais de coisas boas, mas tivemos a parte ruim também. Até hoje, a gente sofre ainda.

Além de se considerar brasileiro e paracatuense, apesar de nascido no Japão, o depoente revela nunca ter viajado à sua terra natal após dela sair com um ano e meio de idade, ainda que oportunidades tenham surgido nesse sentido.

Apenas na idade adulta, interessou-se em conhecer a história de sua família, e voltou às suas “raízes” nipônicas ao aprender a fazer iguarias da culinária japonesa. Como esse aprendizado foi incorporado às suas visões de desenvolvimento, que já incluíam experiência em comércio e serviços, sugeriu ao seu filho trabalhar na área da gastronomia japonesa, o que “deu certo”: o filho cresceu “nessa crise” com um restaurante na cidade de João Pinheiro. Na fotografia 20, o casal Yoshifumi e Aysten sorri ao contar casos pitorescos de suas trajetórias de vida, relativos a identidades e referências culturais japonesas e brasileiras.

Mas eu, só depois de muito tempo que... Quando era adolescente não me interessava, só queria saber de andar de moto, namorar... **Depois que casei e me estabeleci, é que vim a ter conhecimento, que comecei a adquirir um pouco de conhecimento de minha família.** Aí que tive mais tempo para poder conversar com meu pai, conversar com minha mãe, e fui começando a voltar às minhas raízes. Depois de velho, eu fui aprender a fazer sushi, sashimi... fiz um curso de culinária em Belo Horizonte. É porque todo mundo que olhava para mim perguntava se eu sabia fazer sashimi. Eu era sinônimo de sashimi. Dizia: “não, não sei”. Perguntavam: “sabe falar Japonês?”, e eu: “não sei”. Falavam: “como não sabe, então você é um japonês do Paraguai, uai!” *[risos]* Eles adoravam isso, meus amigos sabe? Minha família, hoje, são mais os meus amigos. [...] Meu irmão nasceu aqui e já foi três vezes [ao Japão]. Eu, que nasci no Japão, não fui nenhuma vez. A vida da gente é cheia de surpresas, sabe? Eu, quando iria ao Japão, minha esposa falou assim: “eu acho que estou grávida”, da caçulinha. Eu falei: “Nossa, como vamos fazer? Não podemos ir ao Japão com você grávida!”. Mas ela queria ir. Foi uma contrariedade. Fiquei. E hoje, a caçulinha me adora... ela tem 24 anos. Nascido lá, tenho dupla cidadania, não preciso de visto. Até falei com minhas meninas: “como vou me casar no Consulado, vocês terão dupla cidadania; o dia em que quiserem ir ao Japão...” Falta oportunidade mas... Conhece o Presidente da Campo? Ele já quis me levar para o Japão, na comitiva dele, da Campo. Agradei muito, mas falei que, sozinho, não queria ir não. Isso foi há uns três anos. [...] Ah, depois que eu fiz o curso de culinária em Belo Horizonte, sugeri a meu filho: “Faz um *delivery* de comida japonesa, aqui em casa, o que você acha?” A esposa dele também foi estimuladora. Ele disse que tentaria; a gente comprou o que ele precisava no início. E deu certo! Quando a sogra dele fechou a papelaria, cedeu o lugar para ele tocar o negócio lá. Agora, tem um restaurante no centro de João Pinheiro. A tia dele comentou que ele foi uma das poucas pessoas que cresceram nessa crise. (Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961).



Fotografia 20 – Yoshifumi e Aysten Kayashima
Autora: Nanahira de Rabelo e Sant'Anna, 2017.

Ao dizer que, por ser japonês, “era sinônimo de sashimi”, e que e seus amigos o consideravam “japonês do Paraguai” por não saber falar o idioma nipônico nem fazer sashimi, remete à noção de estereótipo, às caracterizações generalizadoras pelas quais japoneses são vistos e representados, ainda vigentes nas sociedades paraguense e brasileira.

Said, que já na década de 1970 notou que um “aspecto do mundo eletrônico pós-moderno é que houve um reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto”, pois a televisão, os filmes e todos os recursos da mídia forçavam “as informações a se ajustar em moldes cada vez mais padronizados”, ao final de sua obra revela acreditar que visões, métodos e ideias em desenvolvimento no âmbito das Ciências Humanas possam dispensar nos estereótipos raciais, ideológicos e imperialistas fornecidos pelo orientalismo.

Talvez, se lembrarmos que o estudo da experiência humana tem uma consequência ética, para não dizer política, no pior ou no melhor sentido, não ficaremos indiferentes ao que fazemos como estudiosos. [...] Talvez devéssemos lembrar também que o estudo do homem na sociedade está baseado na história e na experiência humana concretas, e não em abstrações solenes, ou em leis obscuras ou sistemas arbitrários. O problema, então, é fazer com que o estudo se ajuste à e de certo modo seja moldado pela experiência, que seria iluminada e talvez mudada pelo estudo. A qualquer custo, a meta de orientalizar continuamente o Oriente deve ser evitada, com consequências que não podem senão refinar o conhecimento e reduzir a presunção do estudioso. Sem “o Oriente” haveria estudiosos, críticos, intelectuais e seres humanos para os quais as distinções raciais, étnicas e nacionais seriam menos importantes que o empreendimento comum de promover a comunidade humana.

Nos trechos apresentados nesta seção, os depoentes apresentaram uma espécie de avaliação ou balanço sobre sua experiência. Nessa e nas seções anteriores, revelaram diversos fatos, características, repercussões e impressões não apenas referentes às suas vidas desde as origens no Japão até chegar em Paracatu, mas a processos e fenômenos da história do Brasil e do mundo, sem separações entre níveis global, nacional, local e individual.

A partir das experiências de quem “viu e viveu”, como ressaltou a Sra. H. E., aprendi sobre fenômenos como a globalização e o multiculturalismo, paradigmas de desenvolvimento de Brasil e Japão, conflitos mundiais do Século XX e suas repercussões nos dois países, as diversas fases da presença japonesa no Brasil, as políticas econômicas que contribuíram para a realização do PRODECER e as que favoreceram ou comprometeram seu sucesso, e aspectos da história recente de Paracatu.

Em comum, os depoentes possuem a origem japonesa. Origem comum que contribuiu para a formação de colônias japonesas pelo Brasil e o estabelecimento de associações como a ACENP/Kaikan em Paracatu. Essa origem não se reduz a referências geográficas e culturais estáticas, definidas e homogêneas, mas a dinâmicas diversas, a exemplo das várias diásporas do Japão para o Brasil e de uma localidade a outra em solo brasileiro, com suas diferentes temporalidades, motivações, experiências e repercussões, incluindo hibridismos e entre lugares.

A usual designação das pessoas que conformam a comunidade nikkei de Paracatu como “japoneses” e termos derivados, são insuficientes para dar conta da diversidade cultural desses chegantes, considerando heterogeneidades desde a vinda de seus antepassados de diversas localidades do Japão, e marcas na formação cultural deixadas pela vida em cidades paulistas, paranaenses e catarinenses.

Conforme Said (2001):

em todas as culturas nacionalmente definidas [...] existe uma aspiração à soberania, à influência e ao predomínio. [...] Ao mesmo tempo, paradoxalmente nunca tivemos tanta consciência da singular hibridez das experiências históricas e culturais, de sua presença em muitas experiências e setores amiúde contraditórios, do fato de transporem as fronteiras nacionais, de desafiarem a ação policial dos dogmas simplistas e do patriotismo ufanista. Longe de serem algo unitário, monolítico ou autônomo, as culturas, na verdade, mais adotam elementos ‘estrangeiros’, alteridades e diferenças do que os excluem conscientemente (SAID, 2001, p. 34).

O autor defende que nenhuma identidade pode existir apenas por si, sem um conjunto de opostos, oposições e negativas. Os “comprometimentos mastodônticos de nossa época” com essencializações, incluindo o Ocidente, o Oriente e o Japão, “admitem um conhecimento específico e estruturas particulares e atitudes e referências, e requerem análises e pesquisas

cuidadas” (SAID, 2001, p. 75). Nesta tese, as identidades culturais brasileira, japonesa, nipo-brasileira ou nikkei, sulista, mineira e paracatuense não são entendidas como essencializações, mas consideradas destituídas de estabilidade, delimitação, exclusividade e irredutibilidade.

Por abordar culturas em movimento é que, apesar de a presente tese focar a segunda metade do Século XX até os dias atuais, foi impossível não mencionar a fase inicial da presença japonesa no Brasil, haja vista os depoentes de mais idade terem acompanhado a experiência de seus pais japoneses no Brasil e suas lutas, especialmente no que se refere à busca pela melhoria nas condições econômicas e os esforços de adaptação cultural, ao passo em que mantinham tradições japonesas.

Os hibridismos permanecem como dinâmicas infundáveis, à medida em que ocorrem mudanças culturais tanto na comunidade nikkei como na sociedade paracatuense, resultante dos contatos que se tornaram parte da vida do município. Entre lugares são identificados nas culturas em movimento, internamente ou em contato com outras. Pontes e redes são construídas entre os lugares, conectando referências culturais tidas como distintas, e gerando novas e complexas realidades.

Retomando a questão de pesquisa, os nikkeis de Paracatu revelaram que seus processos de desenvolvimento foram pautados por migração, trabalho, educação, comunidade e cultura. Trabalho não restrito a ocupação, ofício ou emprego, mas significando principalmente esforço, dedicação, empenho. Educação não apenas no sentido de formação realizada em instituições de ensino e de pesquisa, mas também remetendo à transmissão de saberes, tradições, comportamentos e outros aspectos, nas experiências do dia-a-dia e na vivência familiar e comunitária. Comunidade como grupo humano que mantém traços culturais diferenciados em relação a pessoas e grupos de outras origens étnicas, mas representa um dos segmentos da megadiversa sociedade brasileira. Cultura como conjuntos de saberes e práticas em contínua reelaboração.

Os processos de desenvolvimento dos nikkeis se revelaram como experiências vividas em dimensões como migração, trabalho, educação, comunidade e cultura – em interações diversas e complexas –, no sentido de se alcançar aspirações pessoais e coletivas diversas de desenvolvimento. Para realizar suas aspirações, os nikkeis assumem a iniciativa pelo próprio desenvolvimento, ora aproveitando oportunidades abertas por processos como a imigração japonesa ao Brasil, o PRODECER e o movimento decasségui ao Japão, ora construindo, participando e oportunizando meios de desenvolvimento, em todo caso atuando como sujeitos de desenvolvimento.

O deslocamento a Paracatu e a vivência na localidade integram experiências de desenvolvimento iniciadas com a abertura de fronteiras agrícolas em regiões de Cerrado, que incluíram esforços de superação de problemas como perdas econômico-financeiras devido a condições climáticas e ao efeito de políticas econômicas, e choques culturais no contato com a sociedade de uma cidade bicentenária que guarda marcas da colonização portuguesa, especialmente a sociedade mineradora e escravagista.

Esse contato me parece um encontro entre pessoas e grupos já residentes no Cerrado, ou seja, que representam o Cerrado herdado, e pessoas para quem o Cerrado foi dado, que foram selecionadas para ocupar áreas de Cerrado. Antes do PRODECER e iniciativas semelhantes, falava-se no Cerrado como nem dado nem herdado. A partir da década de 1970, a ocupação do bioma em Paracatu acompanhou a vinda de pessoas e grupos de ascendência japonesa na condição de produtores agrícolas e familiares, dedicados ou não à atividade agrícola. Nesse contexto de modernização agrícola, cujos efeitos não corresponderam às expectativas de desenvolvimento dos nikkeis, tais pessoas permaneceram buscando atingir suas aspirações de desenvolvimento, em direção às vidas que almejaram construir, o que incluiu a constituição da ACENP/Kaikan e da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro de Brasília, o deslocamento ao Japão no âmbito do movimento decasségui, e esforços de integração com a sociedade paracatuense, que hoje resultam na presença de nikkeis nas mais diversas atividades realizadas em Paracatu, como educação, comércio, serviços, além da agricultura.

A fotografia 21, a seguir, é sugestiva da integração dos nikkeis à sociedade paracatuense, apresentando a participação de representantes da comunidade nikkei nos desfiles cívicos em comemoração ao aniversário de Paracatu:



Fotografia 21 – Homenagem da colônia japonesa no desfile cívico em comemoração aos 212 anos de Paracatu
Fonte: Sítio Paracatu Memória, 2010, disponível em:
<https://paracatumemoria.wordpress.com/2010/10/21/desfile-encanta-paracatu-nos-seus-212-anos/>

De modo semelhante ao que ocorre em todo o território brasileiro, não se pode falar em uma integração total dos nikkeis à sociedade paracatuense dada a pós-colonialidade presente na formação cultural do Município. Mas é na diferença, na manutenção de traços culturais diferenciados, que a comunidade nikkei de Paracatu iguala-se a grupos de outras origens étnicas. Um caminho para o fim da outremização poderia ser construído na constatação de que nikkeis e não nikkeis são iguais na diferença.

Como afirmei anteriormente, é preciso que se fale de desenvolvimento, que se pense sobre processos de desenvolvimento; não considero prudente descartá-lo em busca de alternativas, como pretendem teóricos das tendências mais recentes no pensamento sobre desenvolvimento, chamados pós-desenvolvimentistas. Discriminações baseadas em essencializações, preconceitos favorecidos pela falta de conhecimento, discursos e práticas que deslocam seres humanos por razões étnico-culturais, tudo isso é o que se deve abandonar para se elaborar o desenvolvimento. Enquanto isso não ocorre, pode-se pensá-lo a partir de diversas e complexas experiências de sujeitos de seu próprio desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Envelheceram os imigrantes
que ainda cantam a terra natal
(Kobayashi Yoshiko)*

*Esta terra é minha última morada
Vou ficar aqui,
Assim eu decidi
(Bokumin)*

*Ser feliz é decisão de cada um
A felicidade florescerá onde cultivarmos
(Kazuko Hirokawa)*

Na iminência das comemorações dos 110 anos do início da imigração japonesa, e três anos decorridos das celebrações dos 120 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Japão, ou seja, quando muito se enaltece, no Brasil e o Japão, o sucesso da integração de japoneses e descendentes à sociedade brasileira, esta pesquisa me permitiu entender esse processo em complexidades que só me poderiam ser reveladas por quem as viu e viveu.

Apesar de muito já ter sido produzido sobre a presença japonesa no Brasil, sobretudo a respeito de suas primeiras fases, ainda há muito que se conhecer sobre a experiência de comunidades nikkeis em várias localidades do vasto território brasileiro, a exemplo da que reside no município de Paracatu. Sabe-se da modernização agrícola e da produtividade das regiões de Cerrado, mas pouco se conhece sobre a experiência de quem esteve na lida diária com a terra, e de quem acompanhou esse trabalho dedicando-se a outras atividades, em todos os casos em uma localidade da qual tinham pouco ou nenhum conhecimento. Aqui, parece se repetir a trajetória dos primeiros imigrantes que vieram ao Brasil, genitores dos futuros agricultores que buscariam novas fronteiras no Cerrado.

São pessoas que escutaram o idioma japonês em casa, seguiram costumes de origem nipônica em família e com outras famílias de nipodescendentes, enfrentaram clima frio e longos caminhos para frequentar escolas, foram tratados como estrangeiros apesar de nascidos no Brasil, sofreram discriminação por parte de brasileiros não descendentes de japoneses, integraram-se em diferentes graus nas culturas brasileiras, mantêm costumes de origem nipônica, participaram e protagonizaram deslocamentos de território, e hoje colhem os resultados de suas experiências diaspóricas. Pessoas que conformam a diversa e heterogênea sociedade brasileira, e vivem em um país cujos cidadãos, praticamente todos, têm origens em

diferentes regiões do planeta. Pessoas cujas histórias ainda não se encontram registradas, disponíveis em documentos escritos, ao menos não em sua diversidade de experiências.

Neste trabalho, fontes escritas, orais e imagéticas, em complementaridade, proporcionaram visibilidade a experiências de desenvolvimento de pessoas e grupos que conformam a comunidade nikkei de Paracatu, em sua diversidade e complexidade. Relatos orais expressos pelos depoentes, em articulação com suas memórias, permitiram-me conhecer a dimensão do vivido e também do revivido relativamente a processos de desenvolvimento cuja história se imagina plenamente investigada, como a realização de um programa binacional voltado ao desenvolvimento dos Cerrados pela modernização agrícola. Longe de consistir mero suporte para fontes tradicionais escritas, a oralidade também não é supervalorizada neste trabalho, mas destacada em sua capacidade de trazer à luz realidades e pontos de vista raramente disponíveis em documentos escritos e que essas fontes não conseguem transmitir.

Sem invalidar a história oficial do PRODECER e de outras iniciativas governamentais voltadas ao desenvolvimento das regiões de Cerrado pela modernização agrícola, questão dos estudos críticos e sem diminuir a relevância das celebrações da centenária presença japonesa no Brasil, os relatos dos depoentes permitem formular sentidos e significados sobre eventos e fatos, permitem lançar novas luzes sobre desenvolvimento, a partir da subjetividade das pessoas com as quais conversei, e da complexidade de realidades vislumbradas a partir dos relatos.

O termo desenvolvimento, na maioria dos dicionários, de uso comum ou geral, escolar ou acadêmico, aparece como sinônimo de progresso, prosperidade, adiantamento, crescimento, expansão gradual, passagem gradual de um estágio inferior a um estágio mais aperfeiçoado, entre outras palavras e expressões. Desde o surgimento de teorias e abordagens sobre o desenvolvimento, o termo costuma ser associado ao crescimento econômico, considerado um dos principais fatores para o alcance do desenvolvimento, senão sinônimo do próprio desenvolvimento. Discussões sobre conceitos distintos de desenvolvimento passaram a considerar fatores como inovações tecnológicas, distribuição de renda, preservação ambiental, abertura política, justiça social, capacidades humanas, chegando-se à proposta de rompimento com o conceito de desenvolvimento. Nesta tese, busquei outras possíveis maneiras de se pensar o desenvolvimento a partir de relatos de trajetórias de vida de pessoas e grupos de uma comunidade em seus processos de desenvolvimento, entendidos como experiências diversas e complexas que podem ser acessadas na subjetividade, considerando a agência humana em suas aspirações, expectativas, crenças, identidades, valores, e tradições ao longo de suas trajetórias de vida.

As experiências de desenvolvimento da Sra. Aparecida Atico Takahashi, por exemplo, caracterizam-se pela dedicação ao trabalho, realizado em família, desde a infância até os dias atuais, e pelo respeito a tradições culturais relativas a matrimônio, negociado pelas famílias do noivo e da noiva e efetivado pelo *miai*. O pioneirismo na localidade em que a família Kondo – de seus pais – passou a viver após adquirir terras próprias, Nova Londrina, no estado do Paraná, integra processos de desenvolvimento vivenciados pelos familiares e por eles engendrados, como também foi o caso da família do Sr. Shimada na cidade de Assaí, da família do Sr. Alimura em Pirianito/Uraí, e da família de Lídia Konishi em Palotina/Assis Chateaubriand.

Para além de se aventurar em novas terras e participar da fundação de novas cidades no interior do Brasil, pessoas como o pai e o tio do Sr Muraoka, os pais de Cristina Seiko Shimada, Yoshifumi Kayashima e Lídia Konishi dedicaram-se a outras atividades além da agricultura, como pecuária, comércio, educação e serviços. Trata-se de sujeitos que tanto se adaptaram a novas realidades como participaram de sua construção, como parte de seus processos de desenvolvimento, seguindo suas aspirações e concepções nesse sentido.

Migrações, diásporas, deslocamentos são constantes nas experiências de desenvolvimento protagonizadas pelos nikkeis, em complexas interações com as dimensões do trabalho, da comunidade e da cultura. De modo geral, oportunidades de trabalho nas fazendas de café motivaram a vinda de imigrantes japoneses no início do Século XX, que adquiriram terras próprias e constituíram comunidades e associações nikkeis em várias localidades, dedicadas à preservação de tradições culturais. De maneira semelhante, oportunidades de trabalho na produção agrícola em regiões de Cerrado motivaram o deslocamento de descendentes de japoneses a Paracatu, onde também formaram uma comunidade nikkei e estabeleceram a ACENP/Kaikan como ambiente para o ensino do idioma japonês e a prática de atividades culturais, esportivas e recreativas de origem nipônica.

Deslocamentos no sentido sociocultural se verificam em episódios de discriminação racial e de falta de civilidade nos primeiros anos da trajetória da Sra. Takahashi em Paracatu, quando comprometeram a integração da *nissei* com a sociedade local, inclusive afetando seu trabalho com venda de gêneros agrícolas – que fez e faz parte de suas aspirações e expectativas de desenvolvimento. Rumores de suposta invasão japonesa em terras brasileiras e campanhas contra o estabelecimento de um novo modo de produção – em larga escala e empregando máquinas e insumos – também foram mencionados pelos Srs. Alimura, Muraoka e W. E. nesse sentido.

Para superar tais adversidades, soluções foram encontradas na coletividade, na forma de doações a instituições de caridade, sendo os recursos arrecadados pela venda de artesanatos, como explicou a Sra. H. E., e de relações entre filhos de nikkeis e seus colegas de escola nikkeis e não nikkeis, e respectivos pais, tanto nos colégios quanto fora do ambiente escolar. O Sr. Muraoka mencionou a realização de festas e de trabalhos escolares em grupo em sua residência como ocasiões que favoreceram a integração de sua família com a sociedade paracatuense. No contexto do PRODECER, o estabelecimento de sistemas de irrigação de lavouras por pivôs centrais consistiu em solução adotada coletivamente entre colonos que enfrentavam adversidades semelhantes, relativas a condições climáticas que prejudicavam a produção agrícola.

A fundação da ACENP/Kaikan e da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro também representam soluções encontradas no âmbito comunitário, constituídas por relações complexas entre comunidade, cultura e educação. Desde o seu estabelecimento, a ACENP/Kaikan tem cumprido seus objetivos de estreitar laços de amizade, promover confraternizações e atividades culturais, esportivas, recreativas entre os seus associados, ainda que menos intensamente em comparação a seus primórdios. Para o Sr. Alimura, a Casa do Estudante consiste no melhor investimento realizado pela comunidade paracatuense, por abrigar nikkeis durante seus estudos universitários a custo baixo e permitir-lhes conviver com outros estudantes e administradores da Casa em um ambiente que se pretende familiar, conforme ressalta o Sr. Kuniyoshi Yasunaga.

Há muito tempo frequentadas por pessoas que não descendem de japoneses, a Casa e a Escola transpõem limites étnico-culturais e cumprem funções sociais relevantes de modo abrangente nas localidades em que foram estabelecidas e arredores. Integrações são realizadas em torno de culturas em movimento, e elementos culturais de origem japonesa são preservados, em boa parte, por não nikkeis.

Os relatos de Yoko Sasaki e Lídia Konishi também revelam experiências de desenvolvimento nas dimensões da educação, da comunidade e da cultura em complexas ligações recíprocas, desde a infância das depoentes: estudos e atividades culturais em “escolas brasileiras” e “escolas japonesas”, convivência com outras famílias nikkeis no Paraná, expectativas de valorização da educação e dos educadores, redes de solidariedade entre nikkeis residentes em Paracatu, entre outros.

Com os entrevistados, aprendi que relatos orais, em que se articulam memórias, falas e comportamentos, são capazes de reafirmar, ressignificar e mesmo modificar fatos, eventos, ocorrências, acontecimentos passados, exemplificados pela imigração japonesa, pelo

PRODECER e pelo fenômeno decasségui, um passado cujos processos ainda estão em curso, como indicam as abordagens do pós-colonialismo, em que se estudam questões do passado que seguem inscritas no presente, por vezes em novas roupagens e termos. Incluem-se nesse raciocínio o imperialismo japonês pela Ásia, o colonialismo português e a escravidão no Brasil, e a mineração aurífera e o desenvolvimento da agricultura em Paracatu.

Constatei releituras e ressignificações desse passado quando depoentes sorriam ou davam risadas, após pequenas pausas em que apresentavam expressões faciais pensativas, ao se lembrar de episódios antes entendidos negativamente, a exemplo de frustrações e falências. Também as notei na medida em que, ao longo das conversas, rareava a ocorrência de palavras de cunho negativo, indicativas de problemas financeiros, expectativas frustradas ou sentimentos de tristeza, predominantes nos primeiros contatos antes das entrevistas. As mensagens finais apresentadas pelos depoentes em cada conversa permitiram-me, igualmente, perceber outros modos de ver, entender e sentir trajetórias individuais e coletivas. Inspirada pelos relatos dos nikkeis, eu mesma passei a ver minha própria trajetória e o município de Paracatu com outros olhos, algo que julgava praticamente impossível até então.

Espero que esta pesquisa e as conversas realizadas com os nikkeis também inspirem reflexões sobre a crescente necessidade de se melhorar capacidades de comunicação, debate e diálogo, e de se respeitar a experiência alheia. Nota-se que saber falar e saber escutar e dispor de tempo para ouvir representam atributos e habilidades em decadência, como já indicava Benjamin (1987) na década de 1930, ao dizer que a arte de narrar estava em vias de extinção e a experiência humana deixando de ser comunicável, ao passo em que evoluíam as forças produtivas, o ser humano submetia-se às suas próprias invenções, e valorizava-se a informação em sua efemeridade.

Dada a diversidade e a complexidade dos processos envolvidos no tema estudado, aspectos que merecem estudos mais aprofundados podem incluir peculiaridades de diferentes famílias e grupos de imigrantes que hoje formam a comunidade local, a depender de suas cidades de origem no Brasil e no Japão; relações intergeracionais na colônia japonesa, tanto intrafamiliares quanto entre diferentes famílias; questões educacionais relativas às gerações *sansei* e *yonsei*, especialmente os descendentes nascidos em Paracatu que alcançaram nível universitário nessa ou em outras cidades; e desafios e lutas relativos à preservação e ao funcionamento de instituições como a ACENP/Kaikan e a Casa do Estudante Nipo-Brasileiro.

Aos que pretendem adotar métodos e técnicas de história oral em trabalhos sobre comunidades diaspóricas, convém realizar imersões na realidade que se pretende compreender

em intervalos temporais de maior duração em comparação aos desta pesquisa – três meses na primeira imersão, durante uma licença para capacitação, e duas semanas na segunda, aproveitando um período de férias. Intervalos maiores de convivência entre pesquisadores e sujeitos de estudo aumentam as possibilidades no sentido de estabelecer relação de confiança e respeito mútuos, conhecer trajetórias de vida com profundidade, e organizar e sistematizar a grande profusão de contribuições oriundas dos relatos orais.

Reconheço as limitações desta tese, não apenas temporais, em incluir a riqueza da diversidade de eventos, experiências, saberes e valores que conformam a trajetória da comunidade nikkei de Paracatu em seus processos de desenvolvimento. Assim como ocorre com outros trabalhos amparados na oralidade, trata-se de uma pesquisa incompleta, inconclusa e infundável. Creio que os sujeitos do estudo, suas trajetórias e processos associados podem indicar outras possibilidades teóricas e práticas em matéria de desenvolvimento. Espero que esta tese, considerada um trabalho em andamento, inspire novas pesquisas e contribuições.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAMSEN, Rita. Postcolonialism. In: GRIFFITHS, Martin (ed.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An Introduction**. Nova York: Routledge, 2007, p. 111-122.

ABREU, Fernando José Marroni de. A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil. In: **Mural Internacional**, v. 4, n. 2, Jul-Dez 2013, pp. 3-16. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/muralinternacional/article/view/8658/6517>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasílica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil**. Rio de Janeiro, RJ, Impressão Régia, 1817. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38018>. Acesso em 7 de janeiro de 2017.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ALVES FILHO, Francisco. O ritmo lento do gateball. **ISTOÉ**, Edição nº 1917, 19 de julho de 2006. Disponível em: <http://istoe.com.br/6955_O+RITMO+LENTO+DO+GATEBALL/>. Acesso em 7 de julho de 2017.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. In: **Caderno de Estudos Africanos**, n. 4, p 35-70, 2003.

AMORIM, Wellington Dantas de. **Contraste e contato: Aspectos de relacionamento econômico entre Brasil e Japão**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, 1991.

ARASHIRO, Osny. **Brasileiros continuam reféns dos contratos de trabalho maldosos no Japão, diz advogado**. Alternativa, 17/10/2016. Disponível em: <<http://www.alternativa.co.jp/Noticia/View/62186/Brasileiros-continuam-refens-dos-contratos-de-trabalho-maldosos-no-Japao-diz-advogado>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ARNDT, H. W. Economic development: A semantic history. In: **Economic Development and Cultural Change**, 29:3, April 1981, p. 457-466.

_____. **Economic development: The history of an idea**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – AHI. **Ofício nº 1**, Seção 3ª, Reservado, de 15 de setembro de 1901, recebido da Legação em Tóquio.

_____. **Ofício nº 4**, 2ª Seção, Reservado, de 4 de dezembro de 1906, recebido da Legação em Tóquio.

_____. **Anexo ao ofício nº 2**, 1ª Seção, de 22 de junho de 1908, recebido da Legação em Tóquio.

ASSOCIAÇÃO CASA DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRO DE BRASÍLIA - ACENBB. **História sucinta da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro de Brasília.** 10º Aniversário. Brasília: ACENBB, 2000

ASSOCIAÇÃO KOTAKU DO AMAZONAS. **A saga dos koutakuseis no Amazonas.** Manaus: Associação Kotaku do Amazonas, 2011.

ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GOIÁS; MOTA, Fátima Alcídia Costa. **Meia volta ao mundo: Imigração japonesa em Goiás.** Goiânia: Gráfica e Editora Bandeirante Ltda., 2008.

AYLLÓN, Bruno. La cooperación internacional para el desarrollo: Fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. In: **Carta Internacional**, v. 2, n. 2, outubro de 2007, p. 32-47. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/416/170>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Informações econômico-financeiras: Séries Temporais – Metadados.** Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg152p.htm>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. **Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 9.138, de 29.11.95, e a Resolução nº 2.238, de 31.01.96. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2471_v10_p.pdf>. Acesso em 10 de março de 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Trad. Sergio Paulo Rouanet. Vol. 1., 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal.** 3ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1718/1/Paulo%20Bertran-Hist%C3%B3ria_da_terra.pdf>. Acesso em 7 de janeiro de 2017.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Tradução de Miriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico de Celso Furtado.** In: Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 134-173.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigencia de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo. In: **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 88, p. 7-15, abr. 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Trad. Carmen C, Varriale et al.; Coord. trad. João Ferreira; Rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 2 Vol. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONNICI, Thomas. Avanços e ambiguidades do pós-colonialismo no limiar do século 21. In: **Léngua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana: UEFS, v. 4, no 3, 2005, p. 186-202. Disponível em: <http://www2.uefs.br/ppgldc/revista3_186.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Resolução nº 159, de 1980**. Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas que levaram o governo brasileiro a assinar acordo com o governo japonês para a exploração de 60 milhões de hectares de cerrados em Goiás e Minas Gerais, no Brasil. In: Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XXXV, nº 91. Brasília, 29 de agosto de 1980, p. 9316-9316. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29AGO1980.pdf#page=8>>. Acesso em 10 de março de 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Contribuição da soja no PIB brasileiro e seu vínculo com o Japão**. Artigo, 3 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2015/07/contribuicao-da-soja-no-pib-brasileiro-e-seu-vinculo-com-o-japao>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

_____. **Kátia Abreu: acordo entre Brasil e Japão inaugura um novo tempo para o Matopiba**. Notícias, 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/katia-abreu-acordo-entre-brasil-e-japao-inaugura-um-novo-tempo-para-o-matopiba>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados**. Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral, Nº 48. Brasília, janeiro de 2002. Disponível em: <http://open_jicareport.jica.go.jp/807/807/807_703_11685989.html>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe - Comunicado Conjunto da Visita Oficial de Trabalho**. Nota nº 179, de 4 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5777-visita-ao-brasil-do-primeiro-ministro-do-japao-shinzo-abe-comunicado-conjunto-da-visita-oficial-de-trabalho-declaracao-conjunta-sobre-cooperacao-na-area-de-construcao-naval-para-facilitacao-do-desenvolvimento-de-recursos-offshore>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Agência japonesa faz do Brasil “elo” para outros mercados**. Imprensa, Notícias, Valor Econômico, 13 de março de 2009. In: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/349>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação técnica: Conceito**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em 7 de janeiro de 2017a.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação técnica: Histórico da cooperação técnica brasileira**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em 7 de janeiro de 2017b.

_____. Ministério do Interior. Sudeco. **Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília**. Brasília-DF, 1975.

_____. Ministério dos Transportes. **Banco de informações e mapas de transporte**. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/index.html>>. Acesso em 7 de janeiro de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Diretoria de Gestão de Pessoas. Coordenação-Geral de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. **Visita ao projeto de colonização na região de Paracatu. Paracatu, MG, 2 de setembro de 1988**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/81.pdf/view>>. Acesso em 10 de março de 2017.

_____. Presidência da República. Assessoria de Relações Públicas. **Viagem do Presidente Geisel ao Japão**. Registro Histórico. Repercussões. Brasília: Editora Gráfica Alvorada, setembro de 1976.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932**. Reforma as disposições do Decreto Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239impressao.htm>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903**. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962**. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm>. Acesso em 10 de março de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964**. Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4390.htm>. Acesso em 10 de março de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm>. Acesso em 10 de março de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995**. Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências. autorizada, para o crédito rural, a equalização de encargos financeiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9138.htm>. Acesso em 10 de março de 2017.

_____. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. **Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907**. Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39601&norma=55323>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. **Lei nº 5.727, de 4 de Novembro de 1971a**. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=96356&norma=120837>>. Acesso em 10 de março de 2017.

BRASIL 500 ANOS. Vol. 1 e 2. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

BREUNING, Marijke: Foreign Aid, Development Assistance, or Development Cooperation, What's in a name? In: **International Politics**, vol. 39, nº 3, September, pp.369-377. Disponível em: <http://www.academia.edu/4949264/Foreign_Aid_Development_Assistance_or_Development_Cooperation_Whats_in_a_Name>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

BUENO, Eduardo. **Brasil: Uma história**. São Paulo: Leya, 2010.

CAMPOS, Rodrigo Pires de; LIMA, J. B. B.; GONZALEZ, M. J. F. Questões conceituais e metodológicas sobre os estudos da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. DIRETORIA DE ESTUDOS E RELAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS INTERNACIONAIS. **Boletim de economia e política internacional**, n. 1, jan./mar. 2010, pp. 7-19. Brasília: Ipea, Dinte, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/121005_boletim_internacional011.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: A polícia da era Vargas**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1993.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar e mobilidade social: Estudo dos japoneses no estado de São Paulo**. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS. **Os imigrantes japoneses e suas famílias no Brasil: Os primeiros imigrantes**. Disponível em: <http://www.cenb.org.br/articles/display_pt/207>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook**. Library. Publications. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

CERVO, Amado L. Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 37, Nº 1, p. 37-63, 1994.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Habitations of modernity: essays in the wake of subaltern studies**. Chicago, CA: University of Chicago, 2002.

_____. Histórias de minorias, passados subalternos (Tradução de Manuela Ribeiro Sanches). SANCHES, Manuela Ribeiro (Org). **Deslocalizar a Europa: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, p. 209-231, 2005.

_____. **Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **How to 'do' a developmental state: Political, organisational and human resource requirements for the developmental state**. In: EDIGHEJI, Omano (ed.). Constructing a democratic developmental state in South Africa: potentials and challenges. Pretoria: Human Sciences Research Council Press, cap. 4, p. 82-96, 2010.

CHIARELLI, João Rodrigues. 2009. **Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: Mecanismos de integração regional**. Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18433/000728828.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Sobre a CEPAL**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/about>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2017.

COMPANHIA DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA. **Grupo Campo: Perfil**. 25 anos cultivando o Brasil. Brasília: Campo, 2003a.

_____. **PRODECER**. Brasília: Campo, novembro de 2003b.

_____. **PRODECER**. Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/>>. Acesso em: 10 de março de 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; KEIDANREN. **Brasil-Japão: Aliança para o Século XXI**. Brasília: CNI, 2000.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU. **A empresa: Quem somos**. Disponível em: <http://coopervap.com.br/coopervap/?page_id=2>. Acesso em 10 de março de 2017.

_____. **Coopervap 50 anos: A força do cooperativismo**. Paracatu: Coopervap, 2013.

CRUSH, Jonathan (Ed.). **Power of development**. London: Routledge, 1995.

CULTURA JAPONESA. **Katsuzo Yamamoto**. Disponível em : <<http://www.culturajaponesa.com.br/index.php/entrevistas/katsuzo-yamamoto/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

CYTRYNOWICZ, Roney. **A repressão aos imigrantes e livros japoneses durante a guerra em São Paulo**. Publishnews, 21/09/2012. Disponível em : <<http://www.publishnews.com.br/materias/2012/09/21/70345-a-repressao-aos-imigrantes-e-livros-japoneses-durante-a-guerra-em-sao-paulo>> . Acesso em 20 de dezembro de 2017.

_____. **Guerra sem guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo : Geração Editorial/EDUSP, 2000.

DAI, Xinyuan; SNIDAL, Duncan. International cooperation theory. In: **The International Studies Encyclopedia**. Denmark, Robert A. (ed.). Blackwell Publishing, 2010. Blackwell Reference Online, 4 March 2010. Disponível em: <http://www.isacompendium.com/subscriber/tocnode?id=g9781444336597_chunk_g978144433659711_ss1-25>. Acesso em 20 de junho de 2017.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DOS SANTOS, Theotonio. A revolução científico-tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho e o sistema econômico mundial. In: **Cadernos ANGE**, Vitória/ES, 1994. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/arevocienttecono.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

_____. **A teoria da dependência: Balanço e perspectivas**. Niterói, novembro de 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4089917/mod_resource/content/0/4.2%20DOS%20SANTOS%2C%20Theot%20nio.%20A%20teoria%20da%20depend%20%C3%A2ncia%20-%20Balan%20%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

DE VRIES, Peter. Don't compromise your desire for development! A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. In: **Third World Quarterly**, 28 (1), p. 25-43, 2007.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Politização da questão ambiental entre os produtores rurais do cerrado brasileiro**. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Orgs.) **Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade**. 1ª ed. Brasília: Paralelo 15, 1998, p. 169-187.

DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Orgs.) **Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade**. 1ª ed. Brasília: Paralelo 15, 1998.

DUARTE, Laura Maria Goulart; THEODORO, Suzi Huff. **Dilemas do cerrado: Entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

EASYCOOP. **Cooperativismo é uma das heranças da imigração japonesa**. Easycoop – Cooperativismo em Revista. Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valoriza do Ser Humano (INDVSH). Notícias, 16 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.cooperativismo.org.br/noticias/View.aspx?id=7941>>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel; ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno de. Epistemologias do Sul: Pós-Colonialismos e estudos das Relações Internacionais. In: **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, out./dez. 2013, p. 05-11. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo/article/viewFile/2684/2317>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

EMBAIXADA DO BRASIL EM TÓQUIO. **Histórias**. Disponível em: <<http://toquio.itamaraty.gov.br/pt-br/historias.xml>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. **História de 120 Anos de Amizade Japão-Brasil (1985-2015)**. Brasília: Embaixada do Japão no Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/120historia_3_pt.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. **Mensagem do Embaixador**. Disponível em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/embaixador.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Matopiba: Sobre o tema**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-matopiba>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

_____. Embrapa Cerrados. **História**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/cerrados/historia>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: The making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. **La invención del desarrollo**. Popayán, Colombia: Editorial Universidad el Cauca, 2014. Disponível em: <http://facultades.unicauca.edu.co/selloEditorial/sites/default/files/librosDigitales/invencio_n_del_desarrollo_24_6_14_completo.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

_____. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: Place, movements, life, redes**. Durham, Duke University Press, 2008.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. (Ed.). **The development dictionary: A guide to knowledge as power**. London: Zed Books, p. 6-25, 1992.

EXAME. **A saga do trabalho**. Especial: 80 anos da imigração japonesa. Coordenação e edição de José Paulo Kupfer. Exame, 9 de março de 1988. In: JAPAO100. Arquivo: A saga do trabalho. Projeto Abril no Centenário da Imigração Japonesa. Disponível em: <<http://www.japao100.com.br/arquivo/saga-do-trabalho/>>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

FANON, Frantz. **Black skin, white masks**. London: Pluto Press, 1991.

FERGUSON, James. **Expectations of modernity: Myths and meanings of urban life on the Zambian Copperbelt**. Berkeley, CA: University of California Press, 1999.

_____. **The anti-politics machine: "Development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1990.

FREITAG, Patrícia Batista. **A institucionalização do planejamento regional de Brasília: o FUNDEFE e o PERGEB sob a lógica da metropolização**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FREITAS, Gabriella Rocha de; CRUZ, Mailane Junkes Raizer da; RADOMSKY, Guilherme F. W. **Pós-desenvolvimento: A desconstrução do desenvolvimento**. NIERDELE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (orgs.). Introdução às teorias do desenvolvimento. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 92-98, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Nova história: Pesquisadores da USP, UNICAMP e FAPESP revisam passado e tiram "racismo amarelo" do limbo**. São Paulo, domingo, 20 de abril de 2008. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2004200806.htm>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **O que é história oral**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em 10 de abril de 2017.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Em busca de novo modelo**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____. **Formação econômica do Brasil**, 33ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, Cláudio Alves. Desenvolvimento. FURTADO, Cláudio Alves; SANSONE, Livio (Orgs.). **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 91-103.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira; RORIZ, João Henrique Ribeiro. **Da teoria à política: a perspectiva pós-colonial nos estudos de relações internacionais e direito internacional**. 5º Encontro Nacional da ABRI. Área temática: Teoria das Relações Internacionais. Belo Horizonte, MG 29 a 31 de julho de 2015.

GAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GONZAGA, Olympio. **Memória histórica de Paracatu**. Uberaba: Tip. Jardim e Cia, 1910.

GRILLO, Ralph. D. **Discourses of development: The view from Anthropology**. GRILLO, R. D.; STIRRAT, R. L. (Eds.) *Discourses of Development: Anthropological Perspectives (Explorations in Anthropology)*. [S.I]: Berg Publishers, p. 1-33, 1997.

GROVOGUI, Siba N. Postcolonialism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 3ª ed., Oxford: Oxford University Press, 2013.

GUHA, Ranajit. **Preface**. GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty (eds.). *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988, p. 35-36, 1988.

GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty (eds.). **Selected Subaltern Studies**. New York: Oxford University Press, 1988, p. 35-36, 1988.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: História de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik. Tradução: Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Alvares, Francisco Rudiger Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HARADA, Kiyoshi (Coord.). **O nikkei no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cadaris Comunicação, Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil, 2013.

HASHIMOTO, Shirlei Lica Ichisato. **As representações dos japoneses nos textos modernistas brasileiros: Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Juó Bananére**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, 2012.

HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (org.). **Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

HAQ, Mahbub. **People in Development**. New York: Paul G. Hoffman Lecture, UNDP, 1988.

HENRIQUES, Isabel Castro. Colônia, colonização, colonial, colonialismo. In: FURTADO, Cláudio Alves; SANSONE, Livio (Orgs.). **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, pp. 45-73.

HOFFMAN, Stanley. An American Social Science: International Relations. In: DER DERIAN, James (org). **International Theory: Critical Investigations**. London: Macmillan, 2005.

HOSONO, Akio; HONGO, Yutaka. **Establishment and early development: PRODECER sets agricultural development in the Cerrado on Track**. HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Magno Campos da; HONGO, Yutaka (Eds.). *Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado*. London: Palgrave Macmillan UK, 2016, p. 31-60.

HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Magno Campos da; HONGO, Yutaka (Eds.). **Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado**. London: Palgrave Macmillan UK, 2016.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PROCEDER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2736/1/Tese%20parte%20I%20Maria%20Erlan%20Inocencio.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. In: **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

_____. IBGE Cidades: Paracatu. In: **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3147006>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

_____. **Estatísticas do Século XX**. Comunicação Social, 29 de setembro de 2003. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

_____. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, IBGE, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

_____. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2005-2009)**. Org. Ed. Marcos Antonio Macedo Cintra. Brasília: IPEA; ABC, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

_____. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. 2ª ed. rev. Ed. Renato Baumann. Brasília: IPEA; ABC, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira_ed02a.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

_____. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2011-2013**. Ed. João Brígido Bezerra Lima. Brasília: IPEA; ABC, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161017_livro_cobradi_2011_2013.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

IPC Digital. O portal dos brasileiros no Japão. **Conselho de Cidadãos de Tóquio decreta: Acabou a era decasségui**, 3/out, 2015. Disponível em:

<<http://www.ipcdigital.com/nacional/conselho-de-cidadaos-de-toquio-decreta-acabou-a-era-decassegui/>>. Acesso em 22 de junho de 2017.

ISHI, Angelo. **Reflexões sobre os 20 anos do movimento “dekassegui” – a perspectiva de um brasileiro radicado no Japão**. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Fundação Alexandre de Gusmão. Seminário 20 anos dos brasileiros no Japão, 30 de julho de 2010. Brasília: FUNAG, 2010, p. 11-20. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/758-20 Anos dos Brasileiros no Japao.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/758-20%20Anos%20dos%20Brasileiros%20no%20Japao.pdf)>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

JAPAN. **Central Government Reform of Japan: III. More Transparent Administration**. 2001. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/central_government/03_more.html>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. Ministry of Foreign Affairs. **Diplomatic bluebook for 1971**. Review of Foreign Relations, April 1971-March 1972, Japan Reference Series No. 1-72. Tokyo, Public Information Bureau, Ministry of Foreign Affairs, July 1972. In: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-contents.htm#CONTENTS>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. National Diet Library. **As grandes cooperativas agrícolas: Cotia e Sul Brasil**. 100 Anos de Imigração Japonesa no Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/column/nokyo.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. **50 Anos de cooperação Brasil-Japão**. Brasília: Representação da JICA no Brasil, 2009a. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

_____. **Economic and social impacts of agricultural development of the Cerrado**. Conference volume, March 2017. Tokyo: JICA, 2017.

_____. **History of Japan’s ODA: Ties with ASEAN**. JICA’S World, September 2013. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/english/publications/j-world/c8h0vm000082pnreatt/1309_05.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. **JICA no Brasil: Atuando como parceiro global**. Brasília: Representação da JICA no Brasil, mar. 2011.

_____. **New JICA**. Sítio da JICA, 2009b. Disponível em: <http://www.jica.go.jp/english/publications/jica_archive/brochures/pdf/newjica2009.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

JAPAO100. **Arquivo: A saga do trabalho**. Projeto Abril no Centenário da Imigração Japonesa. Disponível em: <<http://www.japao100.com.br/arquivo/saga-do-trabalho/>>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

JOKO, Alice Tamie. A comunidade Nikkey em Brasília. In: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Núcleo de Estudos

Asiáticos. **Oriente-Occidente: Dimensões culturais.** Cadernos do CEAM, Ano III, Nº 9, Agosto de 2002, pp. 157-162.

JORNAL DO COMMERCIO. **Uma aliança para o século XXI.** Economia, 18 de setembro de 2000.

KAWAMURA, Lili. **Família, mulher e cultura: Impactos da migração para o Japão.** SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (orgs.). Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, p. 168-179, 2008.

KINROSS. Kinross Gold Corporation. **Conheça a Kinross.** Disponível em: <<http://www.kinross.com.br/index.php>>. Acesso em 7 de janeiro de 2017.

KRISHNA, Sankaran. Race, Amnesia and the Education of International Relations. In: **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 26, n. 4, 2001, p. 401-424.

LALONDE, Suzanne. **Determining boundaries in a conflicted world: The role of Uti Possidetis.** Montreal, Quebec: McGill-Queen's University Press, 2002.

LEHMAN, David. **An Opportunity Lost: Escobar's deconstruction of development.** Journal of Development Studies. April, 1997, v. 33 n. 4, p. 568.

LIMA, Nestor dos Santos. **Samurais e jecatatus: Indicações para um diálogo de antípodas.** Brasília: Thesaurus, 2001.

LOUREIRO, Zenóbia Villela. **Paracatu: Um passeio no tempo.** Paracatu, MG: Ed. da autora, 1993.

LOWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. In: **Estudos Avançados**, vol. 16 n.45, São Paulo, Maio/Agosto 2002.

MACAMO, Elísio. **Modernidade e tradição.** In: FURTADO, Cláudio Alves. Desenvolvimento. FURTADO, Cláudio Alves; SANSONE, Livio (Orgs.). Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 363-377.

MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. **As sociedades cooperativas e o regime jurídico concursal: A recuperação de empresas e falências, insolvência civil e liquidação extrajudicial e a empresa cooperativa.** São Paulo: Almedina Brasil, 2015.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. Fios de testemunhos de lutas: Memória, imagem e história oral. In: **Marcas da terra, Marcas na Terra. Um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico. Guarantã do Norte (1984-1990).** Brasília: Editora UnB, 2013.

MALTHUS, Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: Ensaio sobre a população.** Tradução de de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Série Os Economistas)

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O desenvolvimento sustentável da agricultura no Cerrado brasileiro.** Monografia – Programa de Pós-Graduação em Gestão Sustentável da Agricultura

Irigada, ISEA-FGV/ECOBUSINESS SCHOOL, Brasília-DF, 2003. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/rodrigomarouelli.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Berço de. Colonização japonesa em Santa Catarina: Metamorfoses na imigração tutelada. In: **História Unisinos**, 15(3), setembro/dezembro 2011, p. 453-465.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Segunda Guerra Mundial: as restrições enfrentadas por estrangeiros que viviam no Brasil - Bloco 2**. In: CAMARA DOS DEPUTADOS. Jornalismo. Reportagem Especial, 09/11/2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/405454-SEGUNDA-GUERRA-MUNDIAL-AS-RESTRICOES-ENFRENTADAS-POR-ESTRANGEIROS-QUE-VIVIAM-NO-BRASIL-BLOCO-2.html>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MASIERO, Gilmar. **Negócios com Japão, Coreia do Sul e China: Economia, gestão e relações com o Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MATA-MACHADO, Bernardo. **O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação**. Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, MG, Fundação João Pinheiro, Vol. 2, N. 1, pp. 91-124, Jan./Abr. 1987. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=52>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

MBEMBE, Achille. A universalidade de Frantz Fanon. Art África, Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2011. Cidade do Cabo, África do Sul, 2 de Setembro de 2011. Disponível em: <<http://artafrica.letras.ulisboa.pt/uploads/docs/2016/04/18/5714de04d0924.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, 2004. Disponível em: <https://getem_geografia.catalao.ufg.br/up/521/o/04_MARCELO_RODRIGUES_MENDONCA.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

MENEZES, Walter. **A contribuição da América Latina para o Direito Internacional: O princípio da solidariedade**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Local histories/global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

_____. **The darker side of the Renaissance: Literacy, territoriality, and colonization**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

_____. **The idea of Latin America**. Malden/Oxford: Blackwell, 2005.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política: Com algumas de suas aplicações à filosofia social**. 2 Vol. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Série Os Economistas)

MILLET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. **Dicionário gráfico e histórico**. Paracatu: Livro de fábrica da Matriz, 1808.

MITA, Chiyoko. **Bastos: uma comunidade étnica no Brasil**. São Paulo, Humanitas/USP, 1999.

MKANDAWIRE, Tandika. **Running while others walk: Knowledge and the challenge of Africa's development**. Inaugural Lecture. London: LSE, 2010. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/55395/1/Mkandawire_Running_while_others_walk_LSE_African_Initiative_2010.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno. Economia do desenvolvimento: Das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. In: **Revista de Economia**, Editora UFPR, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. 2012.

MOTOYAMA, Shozo; OKUBARO, Jorge. **Do Conflito à Integração – Uma História da Imigração Japonesa no Brasil (1941-2008)**. Volume II. São Paulo: Editora Paulo's, 2016.

MUDIMBE, Valentin Yves. **The idea of Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

_____. **The invention of Africa: Gnosis, philosophy and the order of knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

NABÃO, Rosângela Martins. O estudo de nomes próprios de nipo-brasileiros: geração issei e geração sansei. In: **Revista Trama**, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Colegiado do Curso de Letras, Campus de Mal. Cândido Rondon, v. 3, n. 5, p. 181-192, 1º sem/2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/968/831>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

NAKAGAWA, Décio Issamu. **O nikkei brasileiro no Japão**. HARADA, Kiyoshi (Coord.). O nikkei no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cadaris Comunicação, Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil, p. 209-213, 2013.

NAWA, Takako. **Bilingüismo e mudança de código: uma proposta de análise com os nipo-brasileiros residentes em Brasília**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 1988.

NETO, José Ambrósio Ferreira (Coord.) **Diagnóstico socioeconômico e ambiental e projeto final de assentamento do PA Itatiaia**. Projetos de Assentamentos Rurais, 2008. Disponível em: <<http://www.assentamentos.com.br/files/pdfs/PFA%20Itatiaia.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

NIERDELE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

NINOMIYA, Masato. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. In: **Revista USP**, São Paulo (28): dezembro/fevereiro 1995/1996, p. 245-250.

_____. **O fenômeno de kassegui: Passado, presente e futuro**. HARADA, Kiyoshi (Coord.). **O nikkei no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cadaris Comunicação, Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil, p. 185-207, 2013.

_____. **O tradicional e o moderno na educação dos filhos de imigrantes japoneses**. SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (orgs.). Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, p. 151-165, 2008.

NISHIBAYASHI, Masuo. Fluxos de capital, bens e mão-de-obra entre o Brasil e a Ásia. In: FUJITA, Edmundo Sussumu (org.) **O Brasil e a Ásia no Século XXI: Ao encontro de novos horizontes**. Seminário Internacional realizado em Brasília-DF nos dias 7 e 8 de junho de 2001. Brasília: IPRI, 2001, pp. 205-218. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/187-Brasil_e_a_asia_no_seculo_XXI_O.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A Imigração para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908/1922)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

_____. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros/Massao Ohno Editor, 1984.

NUCCI, Priscila. **Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: Textos e silêncios**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, 2000.

NUNES, José Walter. Narrativa histórica no filme documentário: Realidade e ficção se encontram? In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. **Práticas socioculturais como fazer histórico: Abordagens e desafios teórico-metodológicos**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009, pp. 139-160.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 1 São Paulo Jan./Mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100012>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. **Relações Brasil - Japão: Inércia ou retomada?** Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico, 200? Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/asiaemfoco/textosdeespecialista/inerciaouretomada.htm>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIEIRO, Gilmar. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 5-28, 2005.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de. **As minas reveladas: Paracatu do tempo**. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 1994.

_____. **Paracatu do Príncipe: Minha Terra**. Patos de Minas, MG, Academia Patense de Letras, 1978.

_____. **Paracatu, meu bem querer: Estudos Sociais**. 1ª ed. Paracatu: RPM, 1991.

_____. **Paracatu meu bem querer**. 3ª ed. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2007.

_____. **Paracatu perante a História**. Patos de Minas, MG, Editora Fôlha Diocesana, 1964.

OSADA, Neide Mayumi. PRODECER: Projetos no cerrado e dívidas agrícolas. In: **Carta Asiática**, São Paulo, 15 de maio de 1999.

PADILHA, Dráuzio Leme. **CAC: Cooperativismo que deu certo**. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, 1989.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. **Theories of development: Contentions, arguments, alternatives**. 3a. ed. New York,; London: The Guilfor Press, 2015.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias nos Cerrados das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba/MG**. Tese de Doutorado – ICGE-UNESP. Rio Claro, SP, 1988.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (Re)visitado: As engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, Edição especial do XXI ENGA-2012, pp. 1-22, Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/26927/15947>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

PENNISI, Elizabeth. On the origin of cooperation. In: **Science**, V. 325, 4 September 2009, pp. 1196-1199.

PIMENTEL, Helen Ulhôa; BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Presença nipônica em Paracatu: a nova geração. Narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade**. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: Territórios e deslocamentos. São Leopoldo, RS, Associação Nacional de História (ANPUH), 15 a 20 de julho de 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0878.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

PIRES, Mauro Oliveira. **Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o programa de cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento dos cerrados (PRODECER)**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/busca?b=ad&id=554244&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22PIRES,%20M.%20O.%22&qFacets=autoria:%22PIRES,%20M.%20O.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, GO, Universidade Federal de Goiás (UFG), Vol. 3, N. 1-2, Jan-Dez, 2000, pp. 111-131. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/459>>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

PLANO, Jack C.; OLTON, Roy. **The International Relations Dictionary**. 3rd ed. USA, ABC-Clio; Santa Barbara, California; Oxford, England, 1982.

POHL, Johann Emmanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte, MG, Ed. Itatiaia/São Paulo, SP, Editora da Universidade de São Paulo (USP), 1976.

POTTIER, Johan. (2003), **Negotiating local knowledge: an introduction**. POTTIER, Johan; BICKER, Alan; SILLITOE, Paul. *Negotiating local knowledge: power and identity in development*. London: Pluto Press, p. 1-29, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, SP, Brasiliense, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Human Development Report 1990**. New York: United Nations Development Programme (UNDP); Oxford: Oxford University Press, 1990.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2017**. Movimento é vida: Atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/relatorio-nacional-desenvolvimento-humano-2017.pdf?download>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

PUENTE, Carlos Alberto Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: A evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. En *Perú Indígena*, N° 13 (29), p. 11-20, 1992. Disponível em: <<https://problematicasculturales.files.wordpress.com/2015/04/quijano-colonialidad-y-modernidad-racionalidad.pdf>>. Acesso em 22 de novembro de 2017.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. *Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 26, n° 75, fevereiro/2011.

REVELLE, Roger. *International Cooperation and the Two Faces of Science*. In: **THE AMERICAN ASSEMBLY. COLUMBIA UNIVERSITY. Cultural Affairs and Foreign Relations**. Prentice Hall, Inc., Englewood Cliffs, N.J, 1963, p. 112-138.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: Ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO JÚNIOR, Antônio. **Monografia histórico-corográfica de Paracatu**. Paracatu: A Tribuna de Paracatu, 1954.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. v. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

RIST, Gilbert. **The history of development: From western origins to global faith**. 3ª ed. London: Zed Books, 2008.

ROCHA, Betty Nogueira. **A trama do drama: A Trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde-MT**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/tese_betty_rocha_2010.pdf>. Acesso em 10 de março de 2017.

RODRIGUES, Roberto. **PRODECER: An innovative international cooperation program**. In: HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Magno Campos da; HONGO, Yutaka (Eds.). **Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado**. London: Palgrave Macmillan UK, 2016.

ROSTOW, Walt Withman. **The stages of economic growth: A non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960

SACHS, Wolfgang. (Ed.). **The development dictionary: A guide to knowledge as power**. London: Zed Books, 1992.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

_____. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás**. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-1-v/busca>>. Acesso em 7 de janeiro de 2017.

SAITO, Hiroshi (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 1980.

_____. **O japonês no Brasil: Estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1973.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007

_____. **Romanceiro da Imigração Japonesa**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1993.

SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (orgs.). **Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro.** Centro de Estudos Sociais, Universidade do Minho, 2004.

_____. Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e interidentidade. Em: RAMALHO, I; RIBEIRO, A.S. (orgs.) **Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade.** Porto, Afrontamento, 2001.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: Um espectro ronda os cerrados brasileiros. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Ano 24, V. 2, outubro de 2016. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/802/454>>. Acesso em: 10 de março de 2017.

SANTOS, Márcio José dos. **O ouro e a dialética territorial em Paracatu – MG: opulência e resistência.** Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://paracatumemoria.files.wordpress.com/2012/08/o-ouro-e-a-dialc3a9tica-territorial-em-paracatu.pdf>>. Acesso em 7 de janeiro de 2017.

SANTOS, Régis Ricci dos. **Crise hídrica na irrigação: o caso do ribeirão Entre-Ribeiros (MG).** Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1965/1/Dissert_RegisRicciSantos.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

SANTOS, Rosselvet José. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado: Metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais.** Uberlândia, EDUFU, 2008.

SASAKI, Elisa Masae. A imigração para o Japão. In: **Estudos Avançados**, vol. 20, n. 57, 2006, p. 99-117. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10150/11734>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

_____. **Dekasseguis: Trabalhadores migrantes Nipo-Brasileiros no Japão.** Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_39.pdf . Acesso em 20 de dezembro de 2017.

SATO, Noriyuki Francisco. **Quando os portugueses chegaram no Japão.** Cultura Japonesa, 199?. Disponível em: <<http://www.culturajaponesa.com.br/htm/quandoportugueses.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Imigração japonesa no Brasil: Riquezas de uma presença secular.** SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (orgs.). Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, p. 137-149, 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** 8ª reimpressão. Tradução de Laura Teixeira Motta, revisão técnica de Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. **Development: Which Way Now?** In: Resources, Values and Development. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984, p. 485-508.

_____. **Freedom of choice: Concept and content.** Alfred Marshall Lecture at the annual meeting of the European Economic Association. Copenhagen, World Institute for Development Economics Research of The United Nations University, 22 August 1987. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/WP25.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

SENNETT, Richard. **Juntos: Rituales, placeres y políticas de cooperación.** Trad. Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: Editorial Anagrama, 2012.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social.** Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **A Caretagem como prática cultural: Fé, negritude e folia em Paracatu / MG (1960 – 1980).** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** Trad. Luiz João Baraúna. v. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the subaltern speak?** NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). *Marxism and the interpretation of culture.* Chicago: Chicago Press, p. 271-313, 1988.

STIGLITZ, J. More instruments and broader goals: moving toward the post-Washington Consensus. In: **Revista de Economia Política**, vol. 19, n. 1 (73), 1999.

STOREY, Andy. (2000), Post-development theory: romanticism and Pontius Pilate politics. In: **Development**, 43 (4), p. 40-46, 2000.

SUZUKI, Katsunari. Brasil, Japão e Ásia: passado, presente e futuro. In: GUIMARÃES, Lytton Leite (org.). **Ásia – América Latina – Brasil: a construção de parcerias.** Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. In: **Revista USP**, São Paulo, n.79, p. 173-182, set/nov 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13703/15521>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

_____. **Entre gueixas e samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945).** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010-132805/pt-br.php>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

TONGU, Érica Ayaco Sacata. **Migrações, processo educacional e os dekassegui: um estudo da rede de relações em torno da criança nikkei na escola brasileira no Japão.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do Século XX: O que faltou?** São Paulo, Annablume, 2003.

_____. **Relações Brasil-Japão: Aproximações e distanciamentos**. Publicación Carta Asiática, v. 287, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

VANSINA, Jan. **La tradición oral**. Barcelona: Editorial Labor AS, 1966.

VASCONCELOS, Silvio. Civilização das Minas Gerais: Ensaio de caracterização. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 25/26, jul. 1968/jan. 1969, pp. 81-109.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil (de Getúlio a Geisel – 1951 a 1978)**. São Paulo: Cortez, 1983.

WILLIAMSON, John. **The Progress of Policy Reform in Latin America**. Policy Analyses in International Economics. Washington: Institute for International Economics, 1990.

YAMANAKA, Isidoro. **A influência do nikkei na agricultura**. In: HARADA, Kiyoshi (Coord.). **O Nikkei no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cadaris Comunicação, Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil, 2013.

YAMANAKA, Keiko. Return migration of japanese-brazilian to Japan: The nikkeijin as ethnic minority and political construct. In: **Diaspora**, v. 5, n. 1, spring 1996, p. 65-97. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/411229/pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

YAMAMOTO, Katsuzo. **Toda uma vida no Brasil**. Tradução de José Yamashiro. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1984.

YOKOTA, Paulo. **Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1997.

_____. **Reflexões Sobre o Passado Pensando no Futuro**. Asia Comentada, 13 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.asiacomentada.com.br/2011/07/reflexoes-sobre-o-passado-pensando-no-futuro/#more-5292>>. Acesso em 22 de junho de 2017.

ZANATTA, Mauro. **PRODECER chega ao fim cheio de dívidas**. Valor Econômico, São Paulo, 5 de março de 2001.

ZIAI, Aram. **The ambivalence of post-development: between reactionary populism and radical democracy**. _____. Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives, Londres, Routledge, 2007, p. 111-128.

APÊNDICE A

ROTEIRO

(Questões realizadas nos diálogos com nipo-brasileiros de Paracatu)

- Você pode me dizer o seu nome completo?
- Quando você nasceu?
- Onde você nasceu?
- Qual sua escolaridade?
- Você sempre viveu em Paracatu?
- Onde você mora? Onde você morou antes de se mudar para Paracatu? Conte-me sobre sua casa.
- Quais são suas lembranças da infância? E as lembranças da juventude?
- E seus pais, onde nasceram e viveram/vivem?
- (Caso os pais sejam japoneses) Se possível, conte-me sobre a mudança de seus pais para o Brasil, quais as lembranças e impressões?
- O que seus pais faziam, a que atividade se dedicavam/dedicam?
- Antes de mudar para Paracatu, você e sua família tinham contato com outras pessoas ou comunidades? Conte-me sobre as relações com essas pessoas ou comunidades.
- Você (ou seus pais) já era(m) agricultor(es) antes de mudar para o Brasil/Paracatu?
- Quando você começou a trabalhar na agricultura? Ainda na infância ou juventude com seus pais?
- Conte-me sobre sua experiência com o trabalho no campo antes de viver em Paracatu.
- Você (ou seus pais) foram/são associados a cooperativa(s) de produtores agrícolas? A qual(is)? Porque se associou?
- Como você ficou sabendo do PRODECER?
- Porque (você ou seus pais) decidiram participar do PRODECER? O que parecia mais ou menos interessante no Programa?
- E a seleção dos colonos agrícolas, como foi realizada? Conte-me sobre esse processo.

- Você (ou seus pais) participou de algum(ns) dos projetos de colonização do PRODECER em Paracatu? A qual(is)?
- E a mudança para Paracatu, quando aconteceu e como foi? Já conhecia Paracatu ou tinha ouvido falar?
- Quais as suas primeiras impressões sobre Paracatu? Fale-me o que você achou do clima, da vegetação, dos habitantes, do comércio, da infraestrutura (água, saneamento, energia elétrica, transportes, etc), entre outros aspectos.
- Como te pareceu, à primeira vista, o solo do Cerrado destinado aos projetos de colonização?
- O que foi plantado e cultivado em suas terras? Como o solo foi trabalhado nesse sentido?
- Você recebeu orientação ou assistência de técnicos ou especialistas vindos do Japão? Caso afirmativo, como foi essa experiência?
- E a compra de insumos, máquinas, equipamentos, entre outros itens, como era feita? Havia financiamento? Caso afirmativo, quais as condições para receber recursos?
- Você tinha contato com outros colonos que também participavam do PRODECER e suas famílias? Como eram essas relações e em que espaços se realizavam?
- Sobre outros colonos japoneses e descendentes e suas famílias, faça a mesma questão.
- E as relações com trabalhadores rurais contratados para trabalhar com você (ou seus pais)?
- Você e sua família se relacionavam com pessoas que moravam em Paracatu, mas não participavam do PRODECER, e/ou nem eram agricultores? Como eram em que espaços se realizavam essas relações?
- Você (ou seus pais) e outros colonos tinham contato, relacionavam-se com autoridades governamentais e representantes da CAMPO? Como?
- Quando você parou de participar do PRODECER? Porque decidiu sair do Programa?
- O que mudou na sua vida e de sua família? E para a colônia japonesa presente em Paracatu?
- Conte-me sobre outros aspectos de sua experiência como colono agrícola e habitante de Paracatu que eu não perguntei.
- Hoje em dia, a que atividade(s) você e outros membros de sua família se dedicam? Você (ou seus pais) ainda é produtor rural?

- E o Kaikan (Associação Cultural Esportiva Recreativa Nipo-Brasileira de Paracatu – ACENP), você conhece, já frequentou? Poderia me dizer que atividades são realizadas lá?
- Como são as relações com outros japoneses e descendentes?
- O que você gostaria de colocar e que eu não lhe perguntei?
- Gostaria de deixar alguma mensagem?

APÊNDICE B

Quadro 1 – Relação dos entrevistados

	NOME	IDADE	GERAÇÃO NIKKEI	LOCAL DE NASCIMENTO	ANO DE CHEGADA EM PARACATU	DATA DA 1ª ENTREVISTA	DATA DA 2ª ENTREVISTA, GRAVAÇÃO E/OU FOTOGRAFIA
1	Aparecida Atico Takahashi	72	nissei (2ª)	Urupês-SP	1983	17/01/2017	08/07/2017
2	Mituo Muraoka	77	nissei (2ª)	Uraí-PR	1981	18/01/2017	11/07/2017
3	Erica Mayumi Muraoka Sakazaki	48	sansei (3ª)	Uraí-PR	1981	18/01/2017	-
4	Guentaro Alimura	81	nissei (2ª)	Vera Cruz-SP	1983	18/01/2017	08/07/2017
5	Toshiko Suguiyama Alimura	-	nissei (2ª)	Bastos-SP	1983	-	08/07/2017
6	Wilhan Issamu Alimura	51	sansei (3ª)	Uraí-PR	1983	18/01/2017	08/07/2017
7	Eliana Hitomi Muraoka Alimura	-	sansei (3ª)	Uraí-PR	1981	-	08/07/2017
8	Tunemaça Shimada	80	nissei (2ª)	Matão-SP	1986	23/01/2017	-
9	Katsuo Shimada	53	sansei (3ª)	Assaí-PR	1986	23/01/2017	-
10	Seiko Shimada	50	nissei (2ª)/ yonsei (4ª)	São Roque-SP	1998	23/01/2017	05/07/2017
11	W. E.	-	nissei (2ª)	Presidente Bernardes-SP	1981	27/01/2017	-
12	H. E.	-	nissei (2ª)	Itapeva-SP	1981	27/01/2017	-
13	Yoshifumi Kayashima	61	issei (1ª)/ sansei (3ª)	Fukuoka, Japão	1961	30/01/2017	10/07/2017

	NOME	IDADE	GERAÇÃO NIKKEI	LOCAL DE NASCIMENTO	ANO DE CHEGADA EM PARACATU	DATA DA 1ª ENTREVISTA	DATA DA 2ª ENTREVISTA, GRAVAÇÃO E/OU FOTOGRAFIA
14	Aysten Blayne Alves Figueiredo Kayashima		-	Água Boa-MG	-	30/01/2017	10/07/2017
15	Cristina Shizu Sakazaki Fukuda	64	nissei (2ª)	Pacaembú-SP	1984	19/02/2017	-
16	Carina Miyuki Fukuda	27	sansei (3ª)	Paracatu-MG	-	19/02/2017	-
17	Yosidi Takahashi	51	nissei (2ª)/ sansei (3ª)	Astorga-PR	1983	26/02/2017	-
18	Fabiano Ogawa	43	nissei (2ª)	Cutitibanos-SC	2000	26/02/2017	-
19	Dirce Yoko Sasaki	-	nissei (2ª)/ sansei (3ª)	Arapongas-PR	1979	04/03/2017	-
20	Lídia Yoshiko Konishi	55	nissei (2ª)	Palotina-PR	1986	04/03/2017	06/07/2017
Familiares presentes durante as entrevistas							
21	Luiza Keiko Muraoka	75	nissei (2ª)	Santa Mariana-PR	1981	18/01/2017	11/07/2017
22	Walter Shigeru Alimura	18	yonsei (4ª)	Paracatu-MG	-	18/01/2017	-
23	Beatriz Kaori Sakazaki	5	yonsei (4ª)	Paracatu-MG	-	18/01/2017	05/07/2017

APÊNDICE C

Entrevistas com nikkeis residentes em Paracatu

ENTREVISTA 1

Data: 17 de janeiro de 2017

Horário: 13h30 – 17h00

Local: Residência da família Takahashi

Participante: Aparecida Atico Takahashi, 72 anos, *nissei*, natural de Urupês-SP, vive em Paracatu desde 1983.

Antes da entrevista

O primeiro contato com a Sra. Aparecida e seu esposo, Sr. Mário, foi realizado na Feira do Produtor, na manhã do dia 24 de dezembro de 2016, quando foi explicado o propósito da pesquisa e a importância da participação da família Takahashi. Na ocasião, a Sra. Aparecida informou que ela e seu esposo não são japoneses, mas brasileiros descendentes de japoneses. Trabalham com lavoura, mas já são aposentados, e não participaram de programas como o PRODECER. Expliquei que meu interesse residia em dialogar com japoneses e também descendentes, de diferentes gerações, participantes ou não do PRODECER, residentes em Paracatu. Por um momento, consultou o marido e retornou com uma resposta positiva, fornecendo-me seu telefone e endereço. Agradei, dizendo, muito obrigada, e desejei Feliz Natal e Próspero Ano Novo, em japonês: “*Doumo arigatou gozaimashita, merii kurisumasu, akemashite omedetou gozaimasu!*” A Sra. Aparecida respondeu dizendo: “Fala mais japonês que a gente, uai!”.

Por telefone, durante o agendamento do diálogo, a Sra. Aparecida ressaltou que, talvez, ela e seu esposo não fossem úteis para a pesquisa, pois realizaram financiamento para produzir, mas acabaram sofrendo prejuízos, dificuldades, falência. Reforcei meu interesse em conhecer essa experiência alternativa, por já saber da história de sucesso que se conta do Programa. Prontamente concordou em me receber ainda naquele dia, em sua casa, cujo endereço me forneceu, mesmo o marido não estando presente, pois estava trabalhando na lavoura.

Entrevista

Ao apresentar meu nome e sobrenome, antes de explicar o propósito da pesquisa e do diálogo, logo escutei uma exclamação: “Ah, você é da família Rabelo!” Expliquei que esse sobrenome vem de meu avô materno, descendente de pioneiros de Paracatu, das famílias Pinto Rabelo e Gomes Rabelo, que migraram para o antigo Arraial no Século XVIII, no auge da mineração aurífera, alguns dos quais eram descendentes de navegadores portugueses que haviam chegado a localidades asiáticas, incluindo o Japão. A Sra. Aparecida comentou: “Eram tempos antigos, antes de Dom Pedro... Tinham escravos, né?” Respondi que sim.

Nanahira: A história nos conta que, após o esgotamento do ouro de fácil extração e a Inconfidência Mineira, Paracatu teve sua população reduzida e voltou-se para a agricultura de subsistência. A partir da década de 1960, com a agricultura em larga escala, voltada à exportação, e a construção de Brasília, Paracatu tornou-se referência em matéria de produção agrícola no Cerrado, vieram muitos agricultores...

Aparecida: Sim, com os agricultores, muita gente de fora. Se dependesse só dos habitantes daqui, a cidade não cresceria tanto como cresceu agora não. Quando a gente veio, era bem pequenina a cidade. Já são mais de 30 anos...

Nanahira: Década de 1980?

Aparecida: 1983. Nós viemos no dia 11 de novembro de 1983, foi quando eu e meu esposo chegamos aqui. [*Sorriso e leve risada ao notar que anotei a data*]. O meu marido veio com mais três irmãos, quatro sócios, para cuidar da fazenda. Dois irmãos vieram antes, em maio de 1983, meus cunhados. Aqui, como você está entrevistando nós dois, eu e meu marido, foi mesmo em novembro.

Nanahira: Nessa pesquisa, não há qualquer problema em falarmos de outras pessoas que a senhora conheça, que façam parte de sua história, já que estou pesquisando a colônia japonesa como um todo e também cada pessoa e cada família.

Nesse ponto, retomei o propósito da pesquisa, sobre a experiência de pessoas que vieram a Paracatu em busca de terras para trabalhar com agricultura, participando ou não de um programa de cooperação entre Brasil e Japão. Esclareci que, pelo lado paterno, também sou descendente de pessoas de fora de Paracatu, oriundas do Rio Grande do Sul, e falei sobre meus estudos e trabalhos envolvendo relações entre Brasil e países da Ásia como o Japão.

Aparecida: Então você lida mais com o exterior... Viajou ao Japão por causa do estudo?

Nanahira: Estudo e trabalho. Passei apenas três dias no Japão, em reuniões ministeriais. Uma experiência rápida e interessante, pude observar a educação das pessoas, a limpeza das ruas...

Aparecida: É, japonês não joga lixo na rua...

Nanahira: O seu primeiro nome é Aparecida?

Aparecida: Não, Aparecida é como nome de batismo. Meu nome mesmo é Atsuko, que foi escrito como Atico, Atico simples, como está em meu documento, com as letras A, T, I, C, O. No documento, não consta o Aparecida. Os meus pais não sabiam como explicar, e o cartório acabou escrevendo assim.

Nanahira: E o sobrenome?

Aparecida: Meu sobrenome era Kondo, mas retirou e ficou só com o do marido, Takahashi. O nome do Mário é Tsutomo, mas no documento está Tutomo.

Nanahira: O nome de meu pai também é de origem estrangeira; na hora de batizar, colocaram nele um nome de santo.

Aparecida: Na hora de batizar, colocavam nome de santo né? Minha irmã mais velha se chama Maria, e eu sou Aparecida. O comum é uma pessoa se chamar Maria Aparecida, mas nós ficamos com esse nome dividido [risos].

Nanahira: Imaginei que, só de falarmos em nomes, já teríamos muita história para contar. A senhora nasceu em que cidade? E seu esposo?

Aparecida: Em Urupês, estado de São Paulo. Meu esposo é de Marília, mesmo estado.

Nanahira: Conheceram-se lá mesmo, em São Paulo?

Aparecida: Eu mudei para o Paraná com nove anos. Minha família é da cidade de Nova Londrina. Mário era de Iretama, uma cidadezinha próxima de Campo Mourão. Nos conhecemos por *miai*, naqueles tempos não existia namoro. *Miai* foi assim: ele foi lá, olhou, conheceu, gostou, casou! [risos]. Antes de casar, só o vi três vezes: no *miai*, no noivado e uma vez que ele estava passeando. O casamento foi em 1968. Casei com 23 anos e ele com 25.

Nanahira: Impressionante como certas tradições se mantinham, quase na década de 1970. Então a senhora fez outras mudanças antes de Paracatu, de Urupês para Nova Londrina e depois se mudou para Iretama?

Aparecida: Após o casamento, fomos morar em Iretama, onde morei por 15 anos. Meus quatro filhos nasceram lá. Minha cunhada teve oito filhos. O marido dela, Pedro, irmão do Mário, é dono do Restaurante Irasshai da Vila Mariana. Ele pode te explicar melhor sobre a questão da lavoura. Ele cuidava mais da fazenda, das vendas de cereais. Acho que foi em 86, 87, 90, não sei, deu uma lavoura beleza, colhemos 60 mil sacos de arroz, a **maior produção da região!**

Nanahira: Muito obrigada pela indicação de seu cunhado. Quando eu era criança, na década de 1990, geralmente na escola, ouvi falar de recordes de produção de vários grãos em Paracatu.

Aparecida: **Investiram demais** sabe... montou duas secadeiras, máquina de beneficiar arroz e maquinário para agricultura, tudo financiado, **um financiamento enorme**, menina, muito dinheiro! Não sei se foi em 88 ou 90 que a colheita foi boa; no outro ano, deu zebra. Plantou arroz, mas, como chovia direto, e o arroz ficou todo debaixo d'água. Não aproveitou nada e, com isso, a dívida foi acumulando. E hoje, a fazenda é enorme mas... foi para o banco, hipotecou. A dívida acumulou tanto que não se sabe o que o banco vai fazer com isso [risos]. A dívida ficou mais alta que o valor da fazenda.

Nanahira: Hum... Sobre esse financiamento, tenho um *folder* comigo, sobre o PRODECER, que explica que a empresa Campo ajudava no financiamento agrícola. Inclusive tem uma foto de uma família nikkei que vive aqui, veja só, a senhora conhece?

Aparecida: Sim, conheço, é a família do Sr. Alimura. A foto é antiga, do tempo que a avó estava viva. As crianças daqui já são moças, moços. O Sr. Alimura trabalhou nos projetos do PRODECER. Meu esposo e os irmãos dele não, tiveram propriedade particular. O financiamento foi feito com crédito do Banco do Brasil.

Nanahira: E aqui em Paracatu, sempre morou nessa casa ou já morou em outros endereços?

Aparecida: Ah, eu morei de aluguel por 15 anos, foi logo que chegamos em Paracatu. Sobre essa casa própria aqui, meus filhos foram ao Japão, trabalharam lá e mandaram dinheiro para comprar essa casa, para a mãe e o pai. Tenho três filhos e uma filha, os três foram para o Japão. Todos já voltaram. Tem um que mora no andar de cima e outro mora no mesmo lote aos fundos. O mais velho mora no Mato Grosso. A filha está no Paraná.

Nanahira: Ainda tem família no Paraná?

Aparecida: Sim, tenho irmão, irmã. Agora o Mário não tem mais parentes em Iretama.

Nanahira: Por falar em Japão, como a senhora é *nissei*, seus pais são japoneses, né? Eles migraram para o Brasil com o objetivo de trabalhar na agricultura?

Aparecida: Eles vieram por imigração, trabalharam na fazenda Mogiana, no estado de São Paulo. Não sei se existe ainda... Trabalharam nessa fazenda arrendando terra e plantando algodão; com o dinheiro que ganharam, compraram terra em Nova Londrina e lá eu fui criada.

Nanahira: A senhora tem quantos irmãos?

Aparecida: Somos seis, três homens e três mulheres. Dois já faleceram. Todos os outros moram em Nova Londrina, ficaram lá mesmo. A Família Kondo... agora acabou né, os netos não souberam administrar. Mas tinha alguns dos fazendeiros mais importantes de Nova Londrina, nos meus tempos. Na cidade, tem rua e avenida com nome do pai, da mãe... eram os pioneiros de Nova Londrina.

Nanahira: A senhora sabe quando eles vieram para o Brasil? Eles contavam algo do Japão?

Aparecida: Tem tempo né... Minha irmã e meu irmão, os mais velhos, vieram pequeninos do Japão. Minha irmã está com 85 ou 86 anos. Já são 87 ou 88 anos desde que meus pais vieram do Japão. Meu irmão, dizem que veio com três meses. Meu pai não contava muito sobre o Japão. Ele era agricultor, cultivava arroz. Minha mãe era do comércio, andava de bicicleta para pegar encomendas; nunca tinha trabalhado na roça. Sofreu, coitada, ao chegar no Brasil, para trabalhar na roça, ainda mais com duas crianças pequenas, né? Ela contava sobre esse tempo que chegou do Japão, carregava os dois filhos nas costas. Todos diziam para ela: “japonesa boba, boba”. Como ela não sabia nada, o que era boba, passava e ainda dando risada [*risos*]. Quando fazia comida, merenda, não sabia comprar no armazém e diferenciar as coisas boas. Comprava farinha de mandioca para fazer bolo, assava na frigideira e entregava aos filhos. Quando abriam a merenda, não queriam comer de jeito nenhum. Ela ficou com dó e comprou pão para as crianças. Daí, foi a briga do casal. Gastou dinheiro, que era difícil de ganhar. Deve ter sofrido viu?

Nanahira: Naquele tempo, as mulheres eram mais submissas...

Aparecida: Os homens eram ignorantes, rígidos, qualquer coisa batiam na mulher. Hoje em dia é diferente... No tempo de sua avó, acho que existia isso ainda. Antigamente, na escola, a professora batia com a régua na cabeça dos alunos. Hoje, imagina se fizer isso...

Nanahira: Os seus pais contaram como foi a mudança para o Brasil? Eles apreciavam algo do País, falavam sobre alguma dificuldade?

Aparecida: Não comentavam muito. Lembro que a maioria dos homens que vinham do Japão bebiam. Um dia, minha irmã, ainda pequena, para lavar o pé, abriu a torneira de uma cartola de madeira que armazenava cachaça, sem saber que aquilo não era água, imagina... [risos].

Nanahira: E a sua infância em São Paulo e no Paraná? E a escola, as brincadeiras?

Aparecida: Em São Paulo, estudei até o 2º ano. Entrei na escola com sete anos. No Paraná, estudei só até o 4º ano. Só tenho o primário mesmo, que era chamado de grupo. Nem eu nem o Mário temos Ginásio. Mas sabia que o ensino daquela época vale mais que o segundo grau de hoje em dia? Já se ensinava tudo. Arroba, por exemplo, não é 15 kg? Se perguntar quanto é uma arroba pra quem está estudando hoje, não sabe responder. Nem existe agora arroba, né?

Nanahira: Mas, naquela época, era muito importante saber, né? Eu, por exemplo, não conhecia os nossos direitos básicos que estão na Constituição Federal, até ingressar na Universidade e estudar para concursos. Eu penso que deveríamos aprender isso na época da escola, desde cedo. Mas o foco é o Vestibular...

Aparecida: Sabe o que eu não gostava na escola? Português. Conjugar verbo, menina [risos]. Eu, tu, ele, nós, vós, eles... O que não gostava era isso aí.

Nanahira: A senhora conviveu com a agricultura desde criança? Imagino que já aprendeu a trabalhar na terra muito nova.

Aparecida: Sim, meus pais já eram da agricultura, né? Meu pai trabalhou por 19 anos plantando só algodão em São Paulo. No Paraná, só plantava café. Quando casei, o Mário e seus três irmãos tinham sítios, plantavam só para o gasto, trabalhavam com compra de cereais e levavam para vender em Maringá. Eu e Mário moramos com meus sogros, que já são falecidos. Meus pais também já faleceram há muitos anos. Se tivessem vivos, teriam mais de 100 anos. Eu era a filha caçula.

Nanahira: Falando em português, aprendemos as vogais e sílabas em sequência diferente na língua japonesa; falamos “A-I-U-E-O” e não “A-E-I-O-U” nos dois alfabetos *katakana* e *hiragana* [Aparecida fez sinal positivo com a cabeça]. Estou aprendendo *kanji*, o terceiro alfabeto do japonês, que acho complicado. Onde você morou, havia escola japonesa?

Aparecida: É ao contrário mesmo. De *hiragana* e *katakana* ainda sei algo, mas *kanji* eu não sei. No meu tempo, não tinha *nihongaku*, escola japonesa. E os pais não ensinavam, não tinham tempo. Eu fiz escola brasileira, que ensinava português. Não tinha colônia japonesa onde morei. Os vizinhos eram brasileiros, devia ter só uns dois ou três japoneses. Já o Mário morou na cidade de Assaí, no Paraná, onde tinha colônia japonesa, e estudou um pouco.

Nanahira: Falamos da infância, mas e a adolescência?

Aparecida: Uai, naqueles tempos, tinha adolescência sim, mas a gente passava sem saber. Só ficava na roça, saía para ir à escola, não tinha diversão, só trabalhar.

Nanahira: E na época do *miai*, haviam outros pretendentes?

Aparecida: Naquele tempo, existia o pedido de casamento. Antes do Mário, teve muitos pedidos, mas o pai achava que a caçula precisava arrumar uma família mais... assim né... Por

isso, fiquei até os 23 anos sem casar. Tinha a fama de que a família rica não entregaria a filha a uma família pobre. Na época, casamento era de 18 até 21 anos, depois disso já era coroa. Antigamente era assim, os pais escolhiam, e não a moça. Na época em que conheci o Mário, tinha ficado um ano em Maringá na escola interna só de moças, em que se aprendia costura, essas coisas. Costura eu já sabia. O professor da escola foi o padrinho do casamento. O irmão do Mário perguntou ao professor se não conhecia uma moça para o irmão que precisava casar. Ele achou que podia dar certo comigo, as duas famílias trabalhavam com café. Meu pai concordou com a vinda do Mário, aí, teve esse *miai*; viu pessoalmente, conheceu, gostou... casou.

Nanahira: Como os tempos mudam... Na época de casada, a senhora me contou que plantavam café, vendiam cereais em Maringá e também plantavam para a subsistência. Continuaram trabalhando assim até mudar para Paracatu?

Aparecida: Não, depois paramos, mas eu e Mário continuávamos plantando só para consumo. Os cunhados compraram a fazenda Bom Sucesso, na cidade de Luziânia, em Goiás. Lá plantavam soja, trigo... Isso meu cunhado sabe explicar.

Nanahira: E foi o cunhado que se mudou primeiro para Paracatu?

Aparecida: Não, de lá do Paraná, os quatro vieram juntos, como sócios, para a Fazenda Santa Rosa, a 60 km de Paracatu. Plantavam todos juntos. Nossa terra fazia divisa com terras do projeto Entre Ribeiros. Éramos vizinhos do Sr. Alimura.

Nesse ponto, a Sra. Aparecida fez referência a algumas famílias nikkeis que tinham terras nos projetos Entre-Ribeiros e Mundo Novo, ambos do PRODECER. Informei que entrevistei algumas pessoas dessas famílias para fazer dois trabalhos acadêmicos, um artigo e um ensaio fotográfico, sobre a colônia japonesa de Paracatu. Agradei pela lembrança dessas pessoas, que poderiam contribuir mais uma vez para a pesquisa em andamento.

Nanahira: Nessa mudança para Paracatu, gostaria de saber se a senhora e sua família perceberam algo de diferente na população, nos costumes, hábitos das pessoas que aqui moravam? Houve algum estranhamento?

Aparecida: Achei as pessoas... como se diz... falavam de pessoas de outra descendência de um jeito... chamavam “ô japonês, ô japonesa”. Depois que saímos da fazenda, trabalhamos por 15 anos com o Sacolão Avenida, no Centro, até o ano 2000. Havia uma freguesa, dentista, que me chamou assim. Respondi: “Não sou japonesa não”. A dentista disse: “Então, se não é japonesa, vou te chamar de brasileira”. Aí eu falei: “Não precisa chamar disso não, **eu tenho nome, é Aparecida!**”. Já pensou, chamar “japonesa”? E japonesa é um vestuário, não é mesmo?

Nanahira: Pois é, que falta de respeito... Apesar de eu ter nascido e vivido por 17 anos em Paracatu, também estranhei o jeito que muitas pessoas me abordavam e tratavam, parece que queriam se intrometer em minha vida, ditar regras, não aceitavam diferenças. Percebi que ocorre algo semelhante em outras cidades do interior de Minas Gerais e Goiás.

Aparecida: Gente de fora é diferente, não é assim não. Falar na cara, que japonês é raça ruim, sem conhecer a pessoa... O povo de Paracatu era assim...ainda é um pouco assim. Lá no Sul, no Paraná, o sistema é diferente. A primeira casa em que morei, após mudar do Paraná, ficava na esquina no Colégio Dom Elizeu. Era uma casa grande, onde morei por um ano. As pessoas nem

me conheciam e perguntavam porque eu morava naquela casa, se já tinham morrido 18 pessoas lá. Imagina? Em outro lugar que morei de aluguel, uma vizinha varria o passeio e deixava a sujeira do lado de minha casa. Uma vez falei alto, para meu marido no almoço, mas era para a vizinha escutar mesmo: “Porque uma coisa que não se quer, colocam no lado da gente? Que coisa, levando lixo para os outros!” Ela escutou. Nunca mais aconteceu. Mas sofri com esse negócio de aluguel, não tive sorte. Quando acostumava, o dono pedia a casa. Em outros lugares, tinham paredes que minavam água, quartos escuros, vizinhos que tocavam música alta. Já morei na Vila Mariana e também no Nossa Senhora Aparecida. Só aqui na Bela Vista, essa é a terceira vez que moro. Ficou um pouco longe do Centro, mas é casa própria.

Nanahira: Não acho longe... talvez porque moro em Brasília. A minha casa em Paracatu fica no Alto do Córrego, um bairro acessível por três pontes, que antes eram pinguelas.

Aparecida: É, na década de 1980, a gente passava em pinguelas, perto do Santana. Por cima do córrego, garimpavam muito no córrego. Não faltava dinheiro na cidade não. Depois proibiram, a empresa veio...

Nanahira: E sobre os produtos que a senhora vende na Feira do Produtor, como a berinjela japonesa que eu adoro, onde são produzidos?

Aparecida: É na fazenda Capão dos Órfãos, em propriedade de meu filho. Depois que parei com a fazenda e com o Sacolão, continuei a vender verduras lá pra não ficar parada. Só com aposentadoria não dá. Nós somos aposentados, mas com um, dois salários, é difícil. Tem que pagar energia, telefone, comprar remedinho, né? Enquanto tiver saúde, tem que se virar [*risos*].

Nanahira: A Feira do Produtor só funciona aos sábados? Lembro que houve uma tentativa de funcionamento nas quartas-feiras, anos atrás.

Aparecida: Tinha, mas não fez sucesso.

Nanahira: E outros produtos japoneses como *harussame*, aquele macarrão de feijão verde, a senhora não vende mais?

Aparecida: É preciso muito dinheiro para coisas importadas. Só vendo *shoyu*, essas coisas que não perdem validade rápido, os que perdem validade rápido não compensam. E também, depois que paramos de vender, lá na Casa de Carnes Irmãos Soares também vende tudo isso, *harussame*, arroz...

Nanahira: Puxa, eu não sabia. Lá em Brasília, compro produtos japoneses na Mikami. O dono da loja conhece nikkeis que vivem em Paracatu, e certa vez me pediu para mandar um abraço para um amigo, um *nissei* que trabalhava na Feira do Produtor.

Aparecida: É, tem a Mikami. Quando a gente tinha sacolão, comprava no Hikari, no Núcleo Bandeirante, que tem varejo e atacado. Às vezes, quando eu quero comprar, peço pelo telefone, os produtos são levados para a CEASA, e o rapaz que busca verduras vem trazer pra nós. Eu pedia tudo, *harussame*, *wasabi*, *kombu*, *nori*, *furikake*, missô. Mas hoje não compensa investir, depois que o dólar subiu. O único lugar que vendia essas coisas era nosso Sacolão. Hoje em dia, os supermercados já têm esses produtos. O que não vi no mercado aqui foi *shiitake* e *okazunori*, que é o *nori* temperado. Um lugar muito bom para comprar frutas e verduras selecionada, e brotos também, como o *moyashi*, era o Supermercado Dois Irmãos, mas fechou,

que pena. Dava pra ver tudo direitinho, não tinha nada em bandejas que escondem a parte estragada da fruta embaixo.

Nanahira: É, acontece com morangos e tomates cereja, por exemplo. E o Kaikan, a senhora já frequentou ou frequenta?

Aparecida: Somos sócios.

Nanahira: Que atividades são realizadas lá, de quais a senhora participa?

Aparecida: Atividades... existia o *Fujikai*, que era o Departamento de Senhoras. A gente trabalhava organizando eventos, casamentos. Hoje em dia não existe mais, acabou. As pessoas estão mais afastadas. Gincana ainda tem, o nome é *undokai*, uma vez por ano. Ainda fazem jantar japonês umas duas vezes por ano.

Nanahira: Notei alguns artesanatos de crochê pela casa, são colchas, tapetes... é a senhora que faz?

Aparecida: Sim, sou eu mesma. Vendo na Feira também.

Nanahira: Puxa, conversamos bastante, são mais de 16 horas. Começamos às 13h30... É uma pena terminar, a conversa estava ótima, e eu aprendi bastante. Faltou perguntar algo, falar de alguma coisa sobre sua história? A senhora gostaria de deixar alguma mensagem final? Essa é a pergunta livre do final.

Aparecida: Ah, quando a gente veio, tínhamos mais amizade com pessoas de fora como eu, do Sul. Acho que você também estranhou aqui porque tem educação do Sul; influência de seu pai, né? Diziam que os japoneses vieram para trazer veneno, colocar veneno na comida, nas verduras. Ainda bem que **já viram que não é nada disso**. Agora muita gente nos conhece e compra nossos produtos. Os filhos, netos, já são mais integrados com as pessoas daqui. Olha só essas fotos, algumas são antigas. Essa é de meu aniversário de 70 anos, em 2015, com toda a família reunida.

Nanahira: Faltam-me as palavras para agradecer.

ENTREVISTA 2

Data: 18 de janeiro de 2017

Horário: 8h00 – 10h00

Local: Residência da família Muraoka

Participantes:

1. Mituo Muraoka, 77 anos, *nissei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981.
2. Guentaro Alimura, 81 anos, *nissei*, natural de Vera Cruz-SP, vive em Paracatu desde 1983.
3. Luiza Keiko Muraoka, 75 anos, *nissei*, natural de Santa Mariana-PR, vive em Paracatu desde 1983.
4. Erica Mayumi Muraoka Sakazaki, 48 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1981.
5. Wilhan Issamu Alimura, 51 anos, *sansei*, natural de Uraí-PR, vive em Paracatu desde 1983.
6. Walter Shigeru Alimura, 18 anos, *yonsei*, natural de Paracatu-MG.
7. Beatriz Kaori Sakazaki, 5 anos, *yonsei*, natural de Paracatu-MG.

Antes da entrevista

Os primeiros contatos foram realizados com Wilhan Alimura e Erica Sakazaki, na Feira do Produtor, na manhã de 24 de dezembro de 2016. Na oportunidade, foi explicado, a cada um, separadamente, o propósito da pesquisa e a importância da participação de suas famílias. Wilhan forneceu endereço e telefone para contato. Erica concordou com a participação de sua família e indicou o Sr. Guentaro Alimura, que teria muitas histórias para contar, algo que ele aprecia fazer. Pelo sobrenome, perguntei se era parente de Wilhan, que estava na Feira, um pouco distante, do lado oposto. Recebi resposta afirmativa e sugestão de realizar um diálogo com as duas famílias ao mesmo tempo, já que seu pai e o Sr. Alimura são amigos e parentes – a irmã de Erica é casada com Wilhan, filho do Sr. Alimura. Concordei com a excelente ideia de unir as duas famílias no diálogo e informei que a participação estava aberta a quem quisesse comparecer, representando suas famílias. Erica me informou o endereço para realização do diálogo, a casa de seus pais, onde estava morando para cuidar de sua mãe.

Entrevista

Quando cheguei na casa da família Muraoka, estavam presentes cinco pessoas, os Srs. Alimura e Muraoka, e as Sras. Luiza, Erica e a pequena Kaori, filha mais jovem de Erica. Notando que eu compareci portando apenas *notebook*, bloco de notas e caneta, o Sr. Alimura iniciou a conversa, em tom divertido, comentando que pesquisadores japoneses vieram com Internet, gravador e filmadora. Apresentei-lhe uma publicação da empresa Campo em que está registrada sua participação no PRODECER e uma fotografia de sua família.

Alimura: Ah...*[olhou para a foto e começou a identificar as pessoas na fotografia]*. Essa aqui é minha mãe, minha nora... e essa aqui é neta, neto, e essa... neta também. Ela já está no segundo ano da universidade. De que ano é?

Nanahira: De 2003. Trouxe a foto porque remete à participação do senhor no PRODECER e à vida de sua família aqui em Paracatu.

Alimura: Sobre a Campo, eu tive muitas oportunidades, porque quebro um galho na língua japonesa. Meus pais acreditavam que o Japão tinha ganhado a Segunda Guerra Mundial e me tiraram da escola em que se aprendia português, porque íamos ao Japão. Aí eu não aprendi português.

Nanahira: Mas o senhor fala bem o português, entendo tudo.

Alimura: Não, não. Em 1994, a JICA me convidou para ir ao Japão. Fomos em 12 pessoas e eu era o único descendente de japoneses. Trabalhei como tradutor e guia. Eu falo japonês sim, mas não sabia nada do sistema japonês, foi a primeira vez que viajei para lá. Uma vez, lá no meio de Tóquio, combinamos de almoçar. O garçom trouxe o cardápio. Perguntaram: “Alimura, você sabe ler?” Pelo menos ler eu sei! Conseguia ler, mas não entendia [risos]. Estava escrito em letra japonesa palavras em inglês. Na turma, quem sabia inglês voltava para o português para mim, e eu traduzia para o japonês. No dia que cheguei no Japão, no hotel, me chamaram “Alimura, vem no meu quarto me ajudar, porque a telefonista não está conseguindo entender, preciso ligar para o Brasil”. Hotel de muitas estrelas, e a telefonista... mas, português né...

Nanahira: Pois é, o português não é uma língua muito falada no mundo, comparado a inglês, francês. Então o senhor esteve em Tóquio em 1994...

Alimura: A segunda vez foi quatro anos atrás. Dessa vez foi fácil, porque a filha estava lá, com Internet, GPS. Fiquei por 60 dias.

Nanahira: E o senhor não quis ficar lá no Japão?

Alimura: Eu tenho medo de terremoto, tsunami, tufão... Aqui, não precisa pensar nada sobre essas coisas né?

Nesse momento, chegaram o Sr. Wilhan e seu filho Walter. Acenei para o Sr. Wilhan indicando toda a família presente, e lhe disse “conseguimos né?” Ele respondeu: “É!”

Erica: Nanahira, esse menino é o que está na foto, o Walter. Não sei se vai reconhecer, está muito diferente.

Nanahira: Consegui reconhecer metade das pessoas da foto...

Alimura: Ele vai fazer 19 anos já. Ficou dois anos e meio no Japão, né? Estudando língua japonesa.

Erica: Ficou três, quase quatro anos. Ele estudou em escola do Japão mesmo.

Nanahira: Quando uma pessoa passa um bom tempo no exterior, precisa aprender rápido para se virar, sobreviver. Falando japonês fluente e com a aparência 100% japonesa, ele pode ser confundido com um japonês nativo!

Wilhan: Lá, ele fica igualzinho aos colegas da escola, nem dá pra perceber que é brasileiro.

Nesse ponto, esclareci o propósito da pesquisa e do diálogo e informei sobre os trabalhos realizados sobre a colônia japonesa de Paracatu. Indagaram sobre minha família e a ascendência japonesa, e expliquei sobre a miscigenação que deve caracterizar meu DNA.

Sobre esse aspecto, o Sr. Alimura comentou: “Depois de nissei e sansei, dizem que é ‘não sei’, né”, provocando risos em todos. Informou que estava construindo, há 10 anos, a árvore genealógica da família de sua mãe, com muita dificuldade, pois ela teve 10 filhos.

Alimura: Meu pai veio em 1915, ele é família Alimura. Minha mãe, família Komori, veio depois, em 1928, ela tinha 14 anos. Conheceram-se no Brasil e se casaram. **Meu pai veio com 13 anos para ganhar dinheiro!**

Muraoka: Com 13 anos, veio como? Veio com a família do tio?

Alimura: Precisava ter três primos trabalhadores para vir ao Brasil. Meu pai era o único de sua família. Com 13 anos já era considerado trabalhador. Menino com 13 anos hoje, será que pensa algo disso? *[risos]*

Muraoka: Acho que eram tios, né, irmãos da mãe. Primos a gente quase não conhece. Eu tenho 13 primos, mas não conheço os filhos deles; se encontrar na rua, não vou saber quem são...

Alimura: E eu que já não conheço os primos, imagina filhos e netos deles. Minha mãe tinha 10! Está acontecendo muito com quem veio da Europa e da Ásia; já se esparramou muito. Antes ficamos no estado de São Paulo, depois fomos para o Paraná e viemos para Minas.

Nanahira: Sobre os pais do senhor, saberia me dizer de que região eram, lá no Japão?

Alimura: Ilha de Kyushu, Kagoshima, lá no sul do Japão. Minha mãe era de Kyoto, em Honshu.

Nanahira: Os senhores poderiam me dizer em que ano nasceram?

Muraoka: Eu nasci em 1939.

Alimura: Eu nasci em 1935. Estou caduco já! *[Risos]*. Daqui a alguns dias, faço 82.

Nanahira: Com essa lucidez, imagina!

Alimura: Na primeira vez que encontrei com tio e tia, nessa viagem que fui para o Japão quatro anos atrás....

Nesse momento, Erica me avisou, baixinho, com muita delicadeza, o seguinte: “olha, Nanahira, se você não direcionar sua entrevista, sabe... é que depois ele vai ao banco...” Agradei o aviso.

Alimura: Minha tia de sangue, com 92 anos, mas tinha uma memória viu... lembrava de tudo.

Nanahira: E os seus pais, eles se conheceram e se casaram no Brasil? Foi em São Paulo?

Alimura: Sim, em Vera Cruz, perto de Marília. Depois a família mudou para o estado do Paraná; o local se chamava Pirianito antigamente. Depois de cinco anos que entramos lá, mudou de nome para Uraí. Lá começou em 1936; no ano passado, concluiu 80 anos de município.

Nanahira: Cidade relativamente antiga né, apesar de ser difícil comparar com os quase 220 anos de Paracatu.

Alimura: Lá era pequenino, a área também...

Nanahira: Mas aqui também era uma cidade muito pequena, quando o senhor se mudou para cá...

Alimura: Ah, aqui em Paracatu, podia dormir na sombra do caminhão, ninguém roubava nada. Hoje não tem como estacionar mais.

Wilhan: É difícil estacionar, devido aos próprios comerciantes que estacionam nas portas das lojas e deixam os carros lá o dia inteiro...

Nanahira: E o senhor, seus pais vieram do Japão separadamente ou juntos?

Muraoka: Vieram juntos e casados já. Casaram-se para vir ao Brasil! *[Notei um olhar de surpresa do Sr. Alimura]*. Meus pais não tiveram esse problema de ter dois ou três trabalhadores para viajar, porque foram chamados. Os tios que já estavam bem, tinham terras no Paraná, chamaram meus pais.

Nanahira: Eles chegaram a ter filhos lá no Japão, ou no Brasil? São quantos?

Muraoka: Só aqui no Brasil mesmo. São 11! *[Risos]*. Todos nascidos no Paraná, em Uraí.

Nanahira: É a mesma cidade que o Sr. Alimura falou! São conterrâneos?

Alimura: Sim, já nos conhecíamos desde lá.

Nanahira: Então a amizade permaneceu até hoje...

Alimura: Viramos até parentes!

Nanahira: Às vezes, podem ser da mesma família, mas a amizade não continuar né... *[risos]*. Também tenho família grande, dos dois lados, mineiro e gaúcho. Conheço um pouco do Rio Grande do Sul mas nunca fui ao Paraná. Imagino que haja muita diferença entre a região Sul e o Cerrado daqui...

Muraoka: A diferença era grande. Hoje, quase não tem mais tanta diferença. Aqui em Minas, a lavoura, a agricultura, está mais adiantada.

Alimura: Depende do clima né. Lá tem quatro estações, no Paraná. Aqui só tem duas estações, quando chove e quando não chove.

Nanahira: Mas os dois nasceram em Uraí?

Alimura: Eu nasci em Vera Cruz. Mudei para Uraí com quatro anos de idade e fiquei 44 anos lá, e depois mudei pra cá fazem 33 ou 34 anos.

Nanahira: E o senhor, sempre morou em Uraí antes de se mudar para Paracatu?

Muraoka: Eu morava em Bandeirante, a 80 km de Uraí. Daí meus pais compraram terra em Uraí, e nos mudamos para lá, onde ficamos por 32 anos. Depois mudamos para Paracatu. Já são 35 anos aqui.

Nanahira: Hum...Entendi que passaram um tempo considerável em Uraí, provavelmente infância, juventude. Como era a vida lá?

Alimura: Meus pais, quando entraram no Brasil, vieram como imigrantes para trabalhar no cafezal, na fazenda. A primeira área que compraram foi em Uraí, para plantar café. Como não sabiam muito do clima e da altitude do Paraná, viram que o café é muito sensível para o frio. Plantaram, a terra era boa, mas tinha a geada, que queimava tudo... De 1942 para 1943, quando deu uma geada forte, a temperatura foi para abaixo de 0,4 grau. O café não resiste. Com 10 graus já sente muito, então queimou. Aí já acabamos com o café em 1960, mais ou menos, e começamos a plantar rami. Não sei se conhece, é como linho, para fazer tecido. Aí, plantamos até 1977 para 1978. Acabou por causa da entrada dos sintéticos.

Aqui, comentei que nunca tinha visto uma roupa de rami. Prontamente, Erica nos mostrou uma camisa feita de rami, de seu pai, o Sr. Muraoka. Ele explicou: “A camisa foi comprada quando eu tinha 18 anos, para um desfile da escola. Tem 60 anos! Não usei mais porque é difícil de passar”. Todos se divertiram com a história da camisa.

Alimura: Como o rami era concorrente da juta e da malva, lá da Amazônia, muitas vezes fiz pesquisas a respeito. Conheci muito sobre a cultura de linho, sisal, malva, juta... Na época, fiquei 10 anos na Presidência da Cotia, a cooperativa de produtores. Inclusive viajei para a Amazônia quatro vezes, de 1970 a 1977. Quase morri no Rio Amazonas! Não levei salva-vidas, esqueci e estava com um barco de apenas 10 metros. O rio é bem largo... Quando dá aquela chuva à tarde, então... Aqui se marcam os compromissos para antes ou depois do almoço, né? Lá se marcam para antes ou depois da chuva...

Novamente, a Erica sinalizou recomendando retornar aos temas da entrevista, preocupada com a questão do tempo.

Nanahira: Fui a Manaus duas vezes, uma vez a trabalho e outra vez para participar do Congresso Internacional de Estudos Japoneses, na Universidade Federal do Amazonas. O evento enfocou a presença de japoneses no Amazonas, descendentes dos *Kotakusseis*, japoneses que estudaram em uma escola de imigração e colonização a fim de trabalhar no Amazonas, com plantação de juta, no início do Século XX. [Notei expressões de surpresa e curiosidade]. Nessa época em que o senhor foi ao Amazonas, queria conhecer a produção de juta lá?

Alimura: Juta e malva eram concorrentes do rami, na produção de tapetes e sacaria, então eu precisava verificar o comércio, como era a plantação lá.

Nanahira: O senhor me disse que viveu 44 anos em Uraí, para onde se mudou aos quatro anos. Os pais eram agricultores. Aprendeu a agricultura com os pais? [O Sr. Alimura fez sinal afirmativo com a cabeça]. E quando comprou a própria terra? Já estava casado?

Alimura: Comprei a minha terra depois de casado. Mas nós sempre moramos junto com os pais, com a família. Não separava dos pais que nem os brasileiros fazem.

Nanahira: E o que fez o senhor mudar para Paracatu, quais os motivos da mudança?

Alimura: Deixa eu contar. Lá, quando meus pais entraram, era loteamento. A venda de terras era feita por um grupo japonês, porque quase não entendiam português. As áreas próximas à cidade estavam divididas em alqueires; cada terra tinha, no máximo, 20 alqueires. Esse era o módulo da região. O município de Uraí tinha 10 mil alqueires. Em 1939, meus pais compraram 20 alqueires, onde plantamos café, como eu tinha dito, e não deu muito certo. Tinha época que era muito bom também. De 1952 para 1953, 60kg de café limpo eram exportados pelo preço de 360 Dólares por saca; hoje custa 500 Reais, mais ou menos. Faz um cálculo para ver, é uma diferença grande, com o Dólar a quase 4 Reais... Meus pais estavam acreditando que o Japão tinha ganhado a Segunda Guerra Mundial. Terminou no dia 15 de agosto de 1945, lembro até disso... Aí meu pais falaram: “Como vamos embora para o Japão, não precisa aprender português mais não”, então eu saí do grupo escolar.

Nanahira: Que memória, hein?

Erica: Tem memória...

Nanahira: Seus pais queriam voltar para o Japão?

Alimura: Queriam voltar. Mas, na época, ainda não tinha um trânsito bom de avião, então esperaram até 1952 para ir lá ver. Estavam ganhando bem com o café, então foram de avião. Aí que... acreditaram que o Japão estava... a cidade não estava nem...

Muraoka: Gastou cinco anos para entender que o Japão perdeu na Segunda Guerra, quem morava no Brasil.

Alimura: Tinha duas alas: a que acreditava que o Japão perdeu, e a outra que achava que o Japão ganhou. Tinha muita rivalidade. Faziam até *bang-bang* por causa disso.

Muraoka: Em 1952, quando entrei no grupo escolar para aprender ABC, eu já tinha 13 anos. Meu pai falou: “agora tem que ficar aqui no Brasil, pelo menos você vai aprender português”. Com 13 anos nas costas... Só que, em relação a matemática, a gente dava aula para o professor. Porque a gente ia na escola japonesa e lá nós aprendíamos muito bem, matemática, japonês.

Nanahira: Imagino que ouviam muito japonês em casa, por causa dos pais, né?

Muraoka: Nós falávamos só em japonês em casa. Mal e mal falar um bom dia, uma boa tarde ao encontrar um brasileiro.

Alimura: Quando ia comprar ovo na fazenda, como não sabia falar português, fazia gesto de galinha, batia asa [*risos*].

Nanahira: Usava mímica, né? A questão de se acreditar que Japão tinha ganhado a guerra, isso também acontecia na casa do senhor?

Muraoka: Ah, aconteceu na minha família também. Acreditavam que ganhou e queriam voltar para o Japão.

Alimura: De tudo o que aconteceu lá no Japão na época de primário de meus pais, aprenderam o ensinamento de que **japonês nunca perde**. O Japão tinha ganhado a guerra contra a China

também né... Nós ficamos 44 anos com café e rami. No ano de 1970, naquela região, entrou o Ministério do Trabalho, que avisou: “olha, vocês que estão trabalhando de sol a sol, são só oito horas de trabalho, têm direito a 13º salário e salário mínimo”. Na época, acabou o café, entrou o Ministério do Trabalho na zona rural, e veio a mecanização para diminuir o trabalho braçal. Só que, para mecanizar, precisa ter área. Antigamente, era a base de enxada ou tração animal. Nós tínhamos um total de 30 alqueires antes de vir para cá, eram três lugares de 10 alqueires cada um. Com a mecanização, era necessário locomover o maquinário. Lá também, a depender da região, a topografia não ajudava a movimentar. Só podia mecanizar 65%, os outros 35% era de território acidentado ou de pedra. Para mecanizar, o jeito era procurar uma área grande. Aí surgiu o PRODECER, binacional, era oportunidade boa.

Nanahira: Entendi que a área era pequena, que complicava a mecanização, e ainda tinha o problema da lei trabalhista...

Alimura: Não tinha condição de a gente ficar. Por isso, nos mudamos de Uraí. Já estavam surgindo *dekasseguis* no Japão, mas... isso aí não... Aí, o PRODECER era uma boa oportunidade de obter área grande, financiamento do governo de longo prazo, área bem plana. Só que a gente veio aqui e não sabia do veranico.

Muraoka: A maioria de nós veio para cá baseados na experiência de São Gotardo, onde não há veranico. É maior a altitude, de 1.000m, e o clima é mais fresco, chove mais.

Alimura: Essa pesquisa não foi feita. Entramos no Entre Ribeiros, e a altitude era de 500 metros. No primeiro ano, foram 72 dias de veranico. Desde o dia 1º de janeiro, foi chover só em meados de março. Acreditava que, de outubro a março, choveria 1.200mm. Sabe que, nesse período, não choveu nem 800mm? Então a cultura foi arrasada. Isso foi de 1983 para 1984. De 1984 para 1985, também foram duas ou três vezes de veranico, não prolongados, mas divididos em 20 dias, 30 dias. Para a cultura, foi fatal.

Nanahira: E o que o senhor plantava lá?

Alimura: Primeiro, recomendavam mais o plantio de arroz, devido à acidez da terra. No Cerrado, a média do ph é de quatro, quatro e meio. Para soja e milho precisa de seis, seis e meio. Então leva dois anos para corrigir. Aí, comecei a plantar soja, depois de dois anos.

Nanahira: Bom, voltando ao Sr. Muraoka, assim como eu perguntei ao Sr. Alimura sobre a questão da mudança para Paracatu por conta do PRODECER, foi o mesmo motivo?

Muraoka: É, foi mais ou menos o mesmo motivo, porque eu plantava aqui, ali, plantava em três, quatro lugares também. Com a mecanização, o transporte do maquinário era muito difícil.

Alimura: Ah, faltou dizer que, na época em que entrou a mecanização e a lei trabalhista, como o rami utiliza muita mão-de-obra, eu tinha muitos empregados em família. Tinha famílias comigo há mais de 10 anos. Como pagar a indenização? Naquela época, quando surgiu o escritório do Ministério do Trabalho, advogado que não tinha serviço andava de propriedade em propriedade instruindo os empregados que têm direito a tal, direito a isso... Aí, virou um tipo de... terremoto. Dinheiro para isso aí, não tinha. Teria de vender um bom pedaço de terra pra pagar.

Nanahira: Eram muitos empregados?

Alimura: Eu tinha quase... tinha 15 famílias. Sorte que o rami dava serviço pela empreitada, pela produtividade. Então, o que eles ganhavam era acima do salário mínimo. Mas como trabalhavam sábado e domingo, o advogado contou para as pessoas que estavam ganhando bem, então, sobre o ganho as pessoas tinham direito. Se não atingia o salário mínimo, precisava complementar. Mas como estavam ganhando mais, então tinha que pagar mais.... Então surgiu nesse sentido. A mecanização entrou, o rami acabou por causa do sintético, e tinha a lei trabalhista. Daí, decidi mudar de ramo né. O café já não tinha condição de plantar devido à topografia da região. Então, a maioria dos japoneses que entraram no Paraná tinham a ideia de que o café era bom negócio. Então...

Nesse momento, entrou na sala onde estávamos conversando a filha caçula de Erica, que acabara de acordar. Todos apresentam expressão de encantamento. Ela me disse seu nome, Kaori, e eu o comparei com o nome de uma professora de japonês que se chamava Kaoru, gerando comentários sobre as diferenças entre nomes brasileiros e japoneses, masculinos e femininos. Kaori ficou uma parte do tempo com sua mãe e outra sentada ao meu lado. Mostramos a foto da família do Sr. Alimura que consta na publicação sobre o PRODECER, indicando cada pessoa.

Alimura: Então, nesse sentido, foi assim que vim pra cá, no meu caso.

Nanahira: Em relação ao financiamento, os juros eram baixos?

Alimura: No início eram baixos, depois... inflação e juros subiram.

Nanahira: Ah, entendi... Já vamos entrar nesse assunto específico, que é muito interessante de entender, mas, por enquanto, voltemos ao Sr. Muraoka para chegarmos até a época já aqui em Paracatu. *[Fiz sinais com as mãos para sugerir a chegada das duas histórias a um mesmo ponto]*. O senhor também veio com a família? O senhor já tinha constituído família?

Muraoka: Sim, já tinha família. Morava com a mãe, ela veio junto e já tinha 66 anos. Eu tinha quatro filhas; depois de vir para cá, tive mais um filho. Foi o **primeiro que nasceu aqui em Paracatu**, na colônia.

Alimura: Ah é?

Muraoka: Sim, o primeiro. O nome dele é Hugo, já *sansei*.

Nanahira: Que interessante, o primeiro paracatuense da colônia japonesa... E aqui o senhor também começou a plantar arroz?

Muraoka: Plantamos arroz apenas em uma parte. De resto, plantamos soja, porque tinha uma variedade resistente no cerrado, e trigo. Mas, a plantação foi castigada pela estiagem, o veranico que a gente não sabia *[risos]*. Pensávamos que era igual a São Gotardo.

Nanahira: A primeira experiência foi lá, antes de Paracatu?

Muraoka: A gente conheceu São Gotardo antes. Lá dava café, soja, milho, soja, então a minha intenção era plantar soja e trigo.

Nanahira: Os senhores participaram dessa experiência em São Gotardo porque eram cooperados da Cotia?

Muraoka: É, tinha parentes que ainda moram lá.

Erica: Mas eles não foram a São Gotardo não, vieram direto para Paracatu...

Nanahira: Pois é, imagino que vieram direto para cá, mas tinham conhecimento da experiência em São Gotardo, é isso?

Muraoka: Era isso. Queria juntar a lavoura num lugar só, que era em três, quatro lugares. Andar com maquinário para cima e para baixo não dá...

Wilhan: E a área era bem maior, né?

Nanahira: E tinha a lei trabalhista...

Muraoka: Isso não sentimos muito. A fazenda era mais próxima da cidade.

Nanahira: Puxa, como tem história aqui!

Ao notar sorrisos e expressões de curiosidade em relação à minha surpresa, informei ter lido diversas publicações que registram a história oficial sobre a cooperação entre Brasil e Japão e o PRODECER, que remetem a acordos bilaterais e a resultados econômicos. Comentei que, por outro lado, por meio da história oral, contada pelas pessoas e grupos, muitas vezes não registrada em fontes escritas, podemos conhecer a história de localidades como Paracatu, e a história do Brasil e do mundo, já que os participantes narraram sobre acontecimentos antes e depois da Segunda Guerra, a evolução nos transportes, do navio ao avião, o direito trabalhista no Brasil, e muitos outros aspectos. O Sr. Alimura disse que seus pais gastaram dois meses para vir ao Brasil de navio, e muito menos tempo para ir de avião ao Japão. Fez referência à demora para a roca de correspondências, que dependiam de transporte em navios. Comentamos sobre a minissérie apresentada na televisão na época do centenário da imigração japonesa, chamada Haru e Natsu: As cartas que não voltaram.

Nanahira: Eu cheguei a perguntar de seus pais, Sr. Muraoka? Acho que não... De onde eles eram?

Muraoka: Meus pais eram de uma região mais fria, lá em cima. Yamagata, bem ao norte de Honshu. São dois metros e meio de neve lá [risos]. Yamagata está em baixo de neve. Os dois vieram casados, e eram dessa mesma região. Casaram assim, em irmãos: tinha a irmã da mãe e o irmão do pai. Uma família tinha um querendo ir para o Brasil e outra também uma filha querendo ir ao Brasil; então se encontraram, fizeram *miai* e casaram.

Nanahira: Então a família de um e a família do outro...

Muraoka: Já se conheciam. Mas eles se casaram mesmo e rumaram embora! [risos]

Nanahira: Só não participaram os filhos disso...

Muraoka: Exato!

Nanahira: E com os pais do senhor, aconteceu algo semelhante no Brasil?

Alimura: Não, meus pais vieram em anos diferentes. No Brasil, moravam próximos e se conheceram.

Nanahira: Quando eu conversei com uma pessoa, também *nissei*, que mora em Paracatu, ela me relatou que casou por meio de *miai*, organizado por seu pai. Mas foi no Brasil, e em 1968!

Muraoka: Olha, eu conhecia a minha esposa, mas fez *miai*; era praxe, né? Mesmo no Brasil. Não conhecia pessoalmente, de conversar assim não, mas então fui fazer *miai*.

Erica: É, já conhecia a família...

Nanahira: E com o senhor, também foi assim, teve *miai*?

Alimura: Não... no meu caso, minha irmã tinha casado com alguém de uma família que também tinha uma moça, então os pais acharam que...

Muraoka: Então teve *miai* também!

Alimura: É... *é miai né... [risos]*

Muraoka: Apresentam os costumes das duas famílias, a região onde nasceram das famílias. E tem a probabilidade de dar mais certo! É, uai!

Nanahira: Penso que isso remete ao respeito à experiência dos pais, dos mais velhos, dos mestres... Interessante como essas tradições se mantêm... *[Os participantes fizeram sinal afirmativo com a cabeça]*. Então, antes de mudarmos para o assunto específico do PRODECER em Paracatu, existia uma colônia japonesa em Uraí, no Paraná?

Muraoka: Tinha uma colônia grande lá. Veja só, **japoneses, quando juntam em três pessoas, já formam associação.**

Nanahira: E, aqui em Paracatu, durante o PRODECER, mantinham contato porque foi formada uma colônia japonesa...

Muraoka: A primeira coisa que a gente forma é uma associação. **Mas nem por isso deixamos de ter contato com a sociedade local.** Acho que aqui o pessoal integrou rápido com a sociedade. Lá no Paraná era mais difícil.

Nanahira: O Sr. Alimura veio em 1983; e o senhor, quando veio?

Muraoka: Dois anos antes, em 1981.

Erica: Ele participou do primeiro projeto do PRODECER em Paracatu. O Alimura-san já participou no segundo ou terceiro projeto, não é?

Alimura: Lá foi PCPER. Um pouquinho diferente, a fonte de financiamento. Foi apoiado pelo BDMG.

Nanahira: Pelo que estudei, o PRODECER teve três etapas, a primeira de 1979 a 1983, a segunda de 1985 a 1990 e a terceira 1995 a 2001. Em Paracatu, foram realizados projetos nas duas primeiras fases, o Mundo Novo e o Entre Ribeiros I, II, III e IV. Em conversa com o Vice-Presidente da CAMPO, o Sr. Akimoto, ele me explicou que, no início, o PRODECER...

Alimura: Akimoto?... É meu parente! *[Risos]* E era meu colega do grupo de jovens lá em Uraí.

Nanahira: É mesmo? Incrível a coincidência! Ele me explicou que o PRODECER, no início, tinha duas vertentes, uma empresarial e a outra de colônia. A vertente de colônia foi a que prevaleceu, né?

Muraoka: Surgiram dois projetos empresariais, um foi em Santa Maria e outro...

Alimura: O outro foi aqui, perto do Shimada-san. Era dos irmãos Jarbas. Em Santa Maria, predominavam os Cotia-Seinen. Do PRODECER, também houve um projeto em Iraí de Minas, que fica próximo a Monte Carmelo, onde os participantes eram gaúchos, a maioria.

Muraoka: Lá, o sistema era meio diferente do nosso. Não eram como nós, solteiros. Para lá foram casais, famílias. Tiveram mais estabilidade do que nós, tinham mais fama; eles se estabilizaram mais rápido porque já foram com famílias. Todos moravam no sítio e não saíam à noite como os solteiros, que não queriam ficar na roça à noite, iam para a cidade. Então tinham mais fama do que nós, no começo. Lá deu certo, aqui deu errado, era o que diziam. Hoje não se fala muito de lá.

Nanahira: É, percebi que se fala mais de Paracatu. Essa foi a região que mais teve projetos do PRODECER, segundo os materiais que Akimoto-san me forneceu na Campo.

Alimura: Ele está na Campo desde o início. Como falava bem tanto português quanto japonês, foi num dos primeiros funcionários. Agora já é Vice-Presidente. A esposa dele é cunhada de meu irmão. Esse irmão já tinha trabalhado no Cerrado na região de Patrocínio e Monte Carmelo em 1974. Quando surgiu o projeto em Iraí de Minas, meu irmão já tinha ouvido mais ou menos o que era. Como entrou a lei trabalhista, que revolucionou a vida do trabalhador para ganhar salário mínimo, nós pensamos... moramos lá por 44 anos mas o único jeito era... mas nós também pensamos que aqui o clima era igual a Monte Carmelo *[risos]*. Após dois ou três anos que entramos, após a frustração de safra por causa do veranico, surgiu o sistema de irrigação de condomínio, para servir a todos os colonos. Cada lote não tinha fonte de água; lá no Entre Ribeiros, nós captamos água. Fiquei três anos na direção do condomínio procurando dinheiro, energia, para fazer a irrigação, porque no projeto, o investimento, tudo, já era financiado para 12 anos, com dois ou três anos de carência. E ainda fazer irrigação? Como arrumar a fonte de dinheiro? Aí procuramos o BDMG, principal hipotecário, que cedeu para o financiamento da irrigação.

Muraoka: Não foi através do fundo para irrigação?

Alimura: Não, pra nós não saiu. O único que conseguimos foi para pagar metade da energia só. Essa história aí não precisa nem contar...

Nanahira: E a questão dos juros?

Alimura: Foi o **agravante**. De 1989 para 1990, quando entrou Fernando Collor, tinha 80% de inflação! A produtividade ainda era baixa e não acompanhou o preço. Aí veio tudo nas costas na gente. Já tinha acontecido a frustração de safra. O banco só permitia a utilização de seguro para custeio três vezes, no quarto ano não.

Muraoka: Uma prestação de pivô que a gente tinha financiado dava pra comprar dois pivôs. Como a gente comprava quatro pivôs por ano, o valor era absurdo. **Imagina, 80% de inflação ao mês!** Os juros do financiamento acompanhavam a inflação. Juros fixos apenas para maquinário, coisas assim. Para pivôs eram outros juros.

Nanahira: Ah, dependia do que era financiado? Havia entendido os produtores adquiriam terra, máquinas agrícolas, instalações de produção, custeio, residência...

Alimura: Inicialmente, sim. Após a entrada dos pivôs, mudou. O sistema de reajuste de inflação era... já esqueci no que era baseado, mas... lembro que todo mês era diferente.

Nanahira: Quando começou a utilização dos pivôs?

Alimura: Nós começamos em 1988.

Muraoka: O pivôs foram financiados com bancos particulares, outros bancos, porque não podia mais ser com Banco do Brasil. A garantia não comportava mais financiamento com ele, aí procuramos outros bancos.

Alimura: No nosso caso, foi o BDMG que assumiu tudo. Conseguimos dinheiro, construímos 35 km de canal. Em 1988, no final de setembro, inauguramos. Para a inauguração, convidamos o Presidente José Sarney para acionar a primeira bomba. Aí falaram: “Quê?! O Presidente, vir inaugurar aqui em Paracatu?” Respondemos: “Uai, nós convidamos, ele falou que vem”. E veio! *[Risos]*

Wilhan: Ninguém acreditava que o Presidente viria aqui em Paracatu.

Nanahira: É tão perto de Brasília, a capital...

Alimura: Depois que ele veio, houve condecoração na Câmara. Veio de helicóptero direto lá no Entre Ribeiros. Me jogaram para Presidente do condomínio porque eu era o mais velho, sabe? Tinha muitos solteiros ainda, eram formados mas... pelo menos a idade eu tinha.

Nanahira: Respeito à experiência né... Então, apesar de tudo, dos problemas que aconteceram, os senhores continuaram na região. Imagino que ainda tenha algo aqui que valha a pena...

Muraoka: Mas não tinha mais o que voltar lá, uai! *[Risos]* Voltar lá pra quê? Saímos todos de lá e subimos pra cá; só se fosse pra subir mais.

Nanahira: Constituíram família também... *[Os participantes sinalizaram positivamente]*. Além das dificuldades relacionadas ao financiamento, houve alguma relacionada à convivência com as pessoas e famílias daqui, que viviam tanto na cidade ou na zona rural? O Sr. Muraoka me relatou que houve uma integração. Como ela foi realizada, podem me contar?

Muraoka: Aqui em casa não tivemos nenhum problema com a sociedade, fomos sempre bem acolhidos. Mas a gente conhece famílias que sofreram, principalmente por meio das escolas, porque as relações começaram a girar em torno das famílias dos colegas de filhos e filhas.

Nanahira: Paracatu foi muito marcada pelo preconceito, pelo racismo em relação a etnias não brancas, como um legado dos tempos da mineração e da escravidão. Eu mesma sentia muita revolta, não conseguia entender como isso era possível ainda no Século XXI. Porém, com os estudos que realizei a respeito de raça e gênero no curso de Doutorado, aprendi que muitas pessoas nem sabem que são racistas, nascem absorvendo o processo, ainda mais no caso dessa cidade. Quando estudei sobre comunidades nipônicas de várias localidades do Brasil, vi muitos relatos de racismo, não apenas na época da Segunda Guerra Mundial, e não só em relação à cor da pele e aos traços físicos, mas também em relação aos costumes...

Muraoka: Teve esse problema aqui em Paracatu contra nós, mas não veio do povo de Paracatu não. Foi do clero. O Bispo de Uberlândia. O que a gente lembra é que ficamos sentidos, porque... um bispo lá de Uberlândia... falando mal do projeto daqui... e dizia que os japoneses estavam mandando gente para tomar o Brasil! [*Risos*]. **Tomar o Brasil!** Mas o povo daqui nem deu bola. Na igreja daqui, os padres também falavam essas coisas. Lá no Paraná a gente sempre participava da igreja. Depois de vir pra Paracatu, nós também íamos. Só que, com o padre falando aquilo, a gente se afastou, não dava pra entrar lá assim. Mas o povo nem ligou para a conversa do padre.

Nanahira: Ouvi falar, um pouco, sobre manifestações da igreja contrárias ao PRODECER, na época de início do Programa. Vejo que muitas pessoas que frequentam sempre a igreja dizem “Amém” para o que os padres falam; concordam com tudo, sem pensar, mesmo com as mudanças que aconteceram na igreja e na população que frequenta a igreja... Então, aprendi também que, na época do PRODECER, existia a ideia de se ocupar as terras consideradas como improdutivas e relativamente inabitadas do Brasil central...

Muraoka: Ocupar as terras, exatamente. O povo daqui não sabia trabalhar com a terra, não sabia mesmo. Na época, no projeto Mundo Novo, o nosso pessoal entrou em dois terços, foi a Cotia que escolheu, e a população da região participou em um terço, a Campo que escolhia. O pessoal do Cerrado não sabia mexer com a terra não, nada. Sabia só cortar árvore, fazer carvão. Não havia lavoura grande assim. Plantavam lavoura de subsistência no fundo do quintal e tinham alguns animais também. O pessoal que entrou antes de nós afirmou que não havia mão-de-obra, tenda, coberto. Depois que a gente veio, aí sim, começaram a aparecer giriqueiros, que o pessoal levava lá na roça e ensinava; aí saíam muitos tratoristas, que a gente chamava assim, giriqueiros.

Nanahira: E no projeto Entre Ribeiros, também existia uma divisão entre a Campo e a Coopervap na escolha dos colonos? Como era?

Alimura: Eram 41 lotes, e mais ou menos 10 famílias foram escolhidas entre os locais, pela Campo ou pela Coopervap.

Muraoka: Não era tudo da Coopervap, a maioria? Quem escolheu o senhor, assim?

Alimura: Não. No meu caso, foi a Campo. Descendentes de japoneses eram colocados mais pela Campo lá no Entre Ribeiros. Na época de 1974, eu tinha um pouco de conhecimento do que era Minas Gerais, porque meu irmão estava trabalhando em Patrocínio e Monte Carmelo. Ele comprou terra pra plantar café, e o financiamento era por lote de módulo, cada um de 60

hectares. Então a gente já participava. Quem dirigia diretamente era o meu irmão. Naquele tempo, quando nós viemos pra conhecer Patrocínio e Monte Carmelo, diziam que era para onde estava indo japonês doido, louco: “Vêm plantar café?” Não acreditavam não. Inflacionou de uma vez a terra. Também, o financiamento era de 100%, né?

Nanahira: Veio alguém do Japão, da JICA, da Campo, para ajudar com assistência técnica?

Muraoka: A JICA tinha o escritório pra fazer a experiência deles. Vinham mais técnicos locais, do Brasil, enviados pela Campo.

Nanahira: E como era a relação com trabalhadores rurais que os senhores contratavam?

Muraoka: A relação era boa, porque eles gostavam de trabalhar com a gente. Nós já pagávamos mais lá no Paraná. Não estamos mentindo não viu, a gente que veio do Paraná já tinha conhecimento sobre a questão do salário mínimo, dos direitos trabalhistas, sabe...

Nanahira: Claro, entendo. Em uma conversa que tive com outro *nissei* que morou em Paracatu, ele me contou que, quando chamou uma reunião com todos os trabalhadores de sua fazenda, eles se assustaram e tiveram medo de serem despedidos. Na verdade, ele reuniu aquelas pessoas para pagar seus direitos, e estranhou bastante a presença de uma cultura escravagista. Em Paracatu, que recebeu muita influência de origem lusófona, ibérica, pela colonização portuguesa, famílias tradicionais que tiveram escravos no passado mantiveram empregados negros em suas casas, para todo tipo de afazeres domésticos. Tudo bem que a legislação que equipara trabalhadores domésticos aos demais é recente, mas... Sei que o pessoal do Sul é diferente, faz de tudo desde cedo, e eu aprendi isso com minha família do Rio Grande do Sul, principalmente meu pai, que é professor e construiu ele mesmo a nossa casa aqui em Paracatu.

Muraoka: Os brasileiros nossos, quero dizer, descendentes de japoneses, que foram ao Japão, levaram vantagem. Meu irmão, por exemplo, foi ao Japão e notou que só os japoneses nascidos aqui no Brasil sabiam fazer tudo, os japoneses não sabiam. Por causa da necessidade, na roça, aprenderam. Trabalho de eletricista, hidráulico, pedreiro... faziam de tudo.

Nanahira: A comunidade japonesa no Brasil, apesar de pequena, com cerca de 1,9 milhão de habitantes, representa um pouco mais de 1% da população, mas fez a diferença né? Em Paracatu, o percentual é semelhante. E quando tive a oportunidade de ir ao Japão, notei que é um país muito populoso, de lugares muito limpos e pessoas muito educadas. Já sabia disso mas nunca tinha conferido *in loco*, sabe? Apesar de ter ido a Tóquio, a capital, imagino que essa educação se aplica a várias áreas, centrais ou interioranas...

Muraoka: Sim, tem essa **educação**. Os meus pais eram do interior, mas a gente tinha o costume de sempre guardar o lixinho no bolso.

Alimura: Lá em casa, no prato, não deixava sobrar um grão de arroz. Tinha que aproveitar. Só podia colocar no prato o que dava pra servir e aproveitar. Esse ensinamento vem lá do Japão, onde o terreno é muito pequeno, e a área de plantio ainda menor, porque a terra é muito acidentada. Ah, tem outra coisa sobre nossa colônia japonesa de Paracatu. Quando nós chegamos aqui, pessoas como eu, com idade maior, tinham filhos em idade de ir para a universidade. O único destino era Brasília e lá quase não tinha internato ou coisa assim. Como tinha surgido a binacional, e muitas pessoas da JICA vieram, cutucamos um pouquinho o Governo japonês para saber se não tinha verba para a fazer a Casa do Estudante.

Nanahira: Espere... a Casa do Estudante Nipo-Brasileiro, que fica próxima à UnB? Não acredito!

Alimura: A ideia era mais daqui. Porque tinha esse problema: onde nossos filhos vão estudar? A família Muraoka também tinha esse problema, então pensamos assim. O Governo japonês disse que tinha verba, não 100%, mas... inicialmente foi assim. Hoje está com mais de 25 anos.

Nanahira: Eu quase morei lá, mas não tinha vaga na época, e precisava colocar o nome em uma fila de espera... Já vi, terei que ir lá de novo! Quero conhecer melhor essa história...

Alimura: A minha filha caçula foi a primeira que morou lá! Teve uma época em que a Casa do Estudante quase não teve utilidade, mas hoje... quase um terço, mais ou menos, é paracatuense. Então, a ideia foi mais da colônia daqui de Paracatu. **Esse foi o melhor investimento que fizemos.**

Erica: O interessante é que são poucos os filhos de associados da colônia de Paracatu que moram lá. Atualmente, a maioria dos estudantes são da sociedade de Paracatu, fora da colônia.

Alimura: Também buscamos apoio da JICA para trazer professores do Japão para o curso de língua japonesa na Associação daqui de Paracatu. Sempre que podemos, e ainda mais tendo descendentes aqui em Paracatu, pedimos apoio do Governo do Japão. A Erica-san já fez um curso da JICA, com três pessoas, né? Alunos lá na Associação são quantos?

Erica: Fiz, sim. São 10 alunos... [*Professora de língua japonesa na Associação Cultural Esportiva Recreativa Nipo-Brasileira de Paracatu – ACENP, mencionou os nomes dos alunos de que se lembrava*].

Nanahira: Que pena, já são 10 horas... falamos de muitas coisas mas sei que teríamos muito mais para conversar. Por isso, vou fazer minha última pergunta. Se deixei de mencionar ou perguntar algo importante, se desejam deixar uma mensagem final, por favor, fiquem à vontade.

Alimura: Essa tese, eu não esperava. A gente tem que repensar mais, detalhar mais, tem muitas pessoas pra falar ainda né?

Nanahira: Sim, ainda vou falar com muitas pessoas, esse é o segundo diálogo que estou realizando. Depois podemos conversar mais.

Alimura: Preciso transmitir: se deu pra aproveitar, bem, porque da gente não se aproveita mais, tão novo assim... [*risos*]. Eu, com essa idade, dediquei dentro da cooperativa e da colônia também. Agora, sobre a língua, japoneses faziam a imigração, e falavam e escreviam somente em japonês. E mantiveram assim até quase 1970, secretárias só falando e escrevendo em japonês na associação. Então essas pessoas não transmitiam muito bem para os descendentes de japoneses *nissei* e *sansei*. Desde o começo, a venda de terras já era feita no sistema japonês. Nesses termos de cultura, lá em Uraí, não ter aproveitado os brasileiros, eu acho que atrapalhou, **ficou fechado**. Nesse sentido, eu acho que **atrasou muito**. Conversando com um colega da escola brasileira que fez faculdade e foi Secretário de Educação em Curitiba, a gente trocava ideias assim. Até dentro da política era meio fechado. Trabalhei em duas gestões como vereador em Uraí, mas como não sabia falar português... Lá, dentro da Câmara, tudo era olho no olho para cobrar as coisas. Eram nove cadeiras, tivemos até duas de descendentes de japonês. O

Prefeito também era descendente. Então, ajudei um pouco na política. Mas não tinha salário de vereador na época, era ditadura.

Nanahira: A maior parte do tempo o senhor trabalhou na terra né?

Alimura: Nisso aí que tem muita história. A região de Uraí ficou atrasada por quase 20 anos devido à língua japonesa, a associação ficou fechada. Dirigi a associação por seis anos. Aí, a gente sentiu que o sistema japonês estava muito fechado, e para abrir não era tão fácil, não acompanhava. Dentro da colônia japonesa, tem muito isso.

Nanahira: Tanto que a notícia sobre a Segunda Guerra demorou a...

Muraoka: Levou seis anos né!

Alimura: Nesse sentido, **tem muita história a contar**. Se tivessem em três assim conversando em língua japonesa, iam para a cadeia conversar japonês. Meus pais foram, mas não diretamente, foi o companheiro dele.

Nanahira: É uma pena não termos mais tempo. Atualmente, os senhores são aposentados, né?

Alimura: Eu sou aposentado, já não faço mais nada [risos]. Moro com o filho, lá na chácara. Ele é que trabalha. Também, pela idade né...

Nanahira: Estou admirada com a riqueza das histórias, com certeza aprendi muito hoje. E olha que nem conversei a partir da geração *sansei* que está aqui e quase não falou, imagina quantas experiências somadas! Ainda tem muita gente pra conversar de outras famílias...

Alimura: Eu também gosto de conhecer histórias. Admiro escolher essa colônia japonesa; descendente ainda sim... mas... escolheu ainda sendo paracatuense.

Discorri brevemente sobre a suposta facilidade para realizar a pesquisa em minha cidade natal, e as reais dificuldades e resistências dada a experiência pessoal quando residi em Paracatu. Também falei sobre relação entre o tema de pesquisa e minha experiência acadêmica e profissional relacionada ao Japão e à Ásia, incluindo estágio no Escritório de Taipei no Brasil, quando o Sr. Alimura prontamente comentou: “Taiwan? Teve problema lá, né?”. Confirmei e detalhei o episódio.

Alimura: Pode me procurar a qualquer hora, até lá na fazenda, porque eu já não faço mais nada. Se servi para alguma coisa está bom.

Nanahira: Foi muito além do que eu imaginava, com certeza! Muito obrigada a todos!

ENTREVISTA 3

Data: 23 de janeiro de 2017

Horário: 17h00 – 19h00

Local: Residência da família Shimada

Participantes:

1. Tunemaça Shimada, 80 anos, *nissei*, natural de Matão-SP, vive em Paracatu desde 1986.
2. Katsuo Shimada, 53 anos, *sansei*, natural de Assaí-PR, vive em Paracatu desde 1986.
3. Cristina Seiko Shimada, 50 anos, *nissei*, natural de São Roque-SP, vive em Paracatu desde 1997.

Antes da entrevista

O primeiro contato foi realizado com Cristina Seiko Shimada, por telefone, quando foi combinado o horário e local do diálogo, na casa da família Shimada. Durante o contato telefônico, lembramos que havíamos nos conhecido na oportunidade da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe, em julho de 2014, quando representantes das comunidades nikkeis de Brasília, Paracatu e cidades próximas foram convidados a participar de recepção na Embaixada do Japão em Brasília.

Entrevista

Quando cheguei na casa da família Shimada, Katsuo mostrou a seu pai, Sr. Shimada, a foto em que estávamos reunidos por ocasião da visita do Primeiro-Ministro japonês a Brasília. Recordamos o evento comemorativo dos 120 Anos de Amizade Brasil-Japão na Casa de Cultura, em 2015, quando havia informado sobre a realização de pesquisa sobre a comunidade nikkei de Paracatu. Katsuo informou conhecer meu irmão por participarem de grupo de torcedores do Clube Atlético Mineiro. Ao apresentar publicação da Campo sobre o PRODECER, que inclui foto de uma das famílias nikkeis de Paracatu, expliquei sobre os motivos e propósitos da pesquisa:

Nanahira: Em publicações como essa, é possível conhecer aspectos e consequências positivas do PRODECER, comprovados por dados associados ao desenvolvimento econômico de localidades como Paracatu. Mas eu me pergunto como impactou na vida das pessoas, considerando a complexidade do Programa, incluindo a migração de pessoas de outros estados para Paracatu...

Katsuo: Eu penso que se trata da lei da natureza, a da seleção natural. O PRODECER deu a semente, iniciou, abriu um leque, e tudo mudou. Pessoas que eram filhos de agricultores vieram e começaram. Quem deu sorte, quem se deu bem, sobreviveu... aos juros, a tudo, e a área de produção agrícola continua a aumentar. Agora, famílias falando em japonês aqui, nas décadas de 1980, 1990, até 1995 por aí, eram 110. Hoje há 40 famílias. No Kaikan, umas 15. Por isso, eu acho que é seleção natural, os melhores sobrevivem. Quem conseguiu sobreviveu, se deu bem, né?

Nanahira: Imagino que... mesmo quem conseguiu sobreviver passou por...

Katsuo: Sim, passou.

Nanahira: Desculpe interromper um pouco a conversa, mas eu preciso escrever o nome dos senhores. Como se soletra o primeiro nome do senhor?

Shimada: T-U-N-E-M-A-Ç-A, com cedilha.

Nanahira: Por acaso, houve um aportuguesamento do nome?

Seiko: O nome dele deveria ser Tsunemassa, né, conforme o idioma japonês, mas no cartório... Acho que os pais deles, como eram japoneses, não tinham muito conhecimento e... ficou assim.

Shimada: Eu sou *nissei* e minha esposa, Hana Shimada, também.

Nanahira: Conversei com algumas pessoas *nisseis* que me informaram terem casado por meio de *miai*, poucas décadas atrás, muito recente...

Katsuo: Não, dez anos atrás ainda tinha, e ainda hoje existe, aqui e no Japão. Pessoas que se conhecem e apresentam os noivos.

Seiko: Antigamente se negociava e era obrigado a casar. Hoje ainda existe a apresentação.

Nanahira: Interessante. E onde o senhor nasceu?

Shimada: Nasci no estado de São Paulo, cidade de Matão. Tinha indústria siderúrgica, empreendimentos agrícolas.

Nanahira: E sua esposa?

Shimada: Minha esposa é de Onda Verde, município perto de São José do Rio Preto.

Nanahira: E os senhores?

Katsuo: Eu nasci em Assaí, no Paraná.

Seiko: São Roque, em São Paulo.

Nanahira: Então, houve mudanças...

Shimada: Quando eu tinha seis anos, nossos familiares, meus pais, se mudaram de São Paulo para Assaí, Paraná. Lá, conseguiram comprar um lote, uma fazendinha, e se fixaram lá. E toda vida, até a gente se mudar para cá, por 40 e poucos anos, eu morei no mesmo lugar. Casei lá, onde nasceram meus filhos. Tenho dois filhos e três filhas. Katsuo é o mais velho.

Katsuo: Em 1986, quando formei na faculdade, meus tios eram sócios da fazenda. Como a área era pequena lá, resolveram vir para o Cerrado. Coincidentemente, eu tenho tios em Uberaba e São Gotardo, irmãos do meu pai. Como aqui em Paracatu estava começando a Cooperativa de Cotia, e tínhamos contatos na colônia, resolvemos vir para Paracatu. Como eu formei, e quisemos aumentar a área, viemos para Paracatu.

Nanahira: A formação superior é em que área, por acaso Agronomia?

Katsuo: Sim, isso mesmo. Estudei Agronomia em Santa Catarina, na Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC.

Nanahira: E a senhora?

Seiko: Você...

Nanahira: Desculpe pela formalidade... e você?

Seiko: Estava fazendo Pedagogia, mas não terminei o curso. Anos atrás, existia o Magistério no Ensino Médio; estudávamos quatro anos e já podíamos dar aulas. Fiz o Magistério e lecionei.

Nanahira: É professora de Japonês no Kaikan né?

Seiko: É, estou ajudando lá no Kaikan...

Nanahira: Acho que, quando estudamos um idioma estrangeiro, também aprendemos muito sobre cultura. Interessante como certas palavras e expressões, traduzidas para o português, não têm exatamente o mesmo sentido...

Katsuo: Como você traduziria *itadakimassu*, por exemplo?

Nanahira: Aprendi que significa “recebo”, como uma forma de agradecimento não só dirigida à comida em si, mas a todos os que a serviram, prepararam, plantaram, prepararam o solo... *[Notei sinais afirmativos com a cabeça por parte dos interlocutores]*. Os senhores moraram sempre nessa casa desde a mudança para Paracatu?

Katsuo: Sim. Quando viemos, já compramos a casa própria.

Nanahira: E as lembranças da infância, da juventude, em São Paulo, no Paraná...?

Shimada: Em São Paulo, não me lembro de quase nada, porque me mudei com seis anos. Lembro mais do Paraná, porque ficamos toda vida na mesma região, no mesmo sítio. Tinha uma escola mista, com todos os anos em uma sala só, desde o primeiro até o terceiro quarto ano, sabe... uma escola nesse sistema. E era **longe**. Como meu pai achou que eu não aguentava andar quatro quilômetros... quase não fui à escola.

Nanahira: Existia escola ou colônia japonesa em Assaí?

Shimada: Tinha colônia japonesa. A língua japonesa existia em família, não na escola. Teve escola japonesa, mas foi bem depois... cinco a oito anos depois que começou. Quando a gente chegou para morar lá, era **mato puro**. Era o início da abertura da região, fomos pioneiros lá. Quando ia para escola, era **frio** e a gente ainda caminhava no meio da mata virgem mesmo. Com sete ou oito anos, eu era meio fraco fisicamente, e meu pai achava que eu não aguentaria andar o trecho todo. Depois, eu fiz aulas noturnas particulares. Mas na escola mesmo fiquei muito pouco.

Nanahira: Seus pais contavam sobre o Japão? Como foi a vinda para o Brasil?

Shimada: Falavam sim. Os dois sempre trabalharam com agricultura. Já eram casados quando vieram ao Brasil. Como todo mundo era do mesmo nível, então eles não achavam que eram

diferentes dos outros, porque, com a imigração, veio japonês, italiano, aquele tipo de gente que vinha né, para trabalhar. Achavam que cabia todo mundo, foi o que eu quis dizer.

Nanahira: E o senhor aprendeu a trabalhar na agricultura com seus pais?

Shimada: Junto com papai, minha família, né. Eles plantavam café, que dava muito bem na região de Assaí. Nos mudamos para lá em 1942, e em 1950 a situação já melhorou bem, porque o café começou a produzir e tinha bom preço. Em 1950, meu pai já comprou um caminhãozinho zero americano, da Chevrolet. Em 1952, comprou um automóvel. Isso porque o preço do café ajudou. Em 1952, meu pai viajou ao Japão pela primeira vez, foi sozinho. Minha mãe não pôde ir, porque a gente era tudo gurizada e ela precisava cuidar de nós. Ele foi realmente conhecer o Japão depois da guerra, o país estava arrasado. Contava que, graças a meu avô ter mudado para o Brasil, não precisou de participar do combate. Em Assaí, e em vários lugares do Brasil, o japonês, o alemão e o italiano não eram bem quistos, porque os três países eram aliados. Não acontecia de bater à toa, não assim, mas... um dia, meu pai voltou para Assaí, encontrou alguém lá, e falou *konnichi wa, dou desu ka, genki desu ka...* e a polícia levou ele para o xadrez, só porque falou em Japonês. Foi preso. Estava em guerra, né? Mas isso foi por uma noite só, como um castigo. Desde que a guerra acabou e tudo ficou em paz, logo o Governo brasileiro... parou de perseguir.

Nanahira: E a ideia de mudar para Paracatu, porque vieram para cá?

Shimada: Como estávamos comentando, na época de 1979, 1980, 1982, 1983, o PRODECER tinha começado, pelos governos japonês e brasileiro. Os japoneses estavam espalhados pelo Brasil inteiro, principalmente em Paraná e São Paulo, e tinham cooperativas, associações. Ficaram sabendo desse acordo e começaram a participar, os agricultores, procurando áreas maiores e foram saindo. Como eu era proprietário lá no Paraná, não tinha direito de adquirir terra do PRODECER. Só podiam pessoas que não tinham imóvel rural. Como o feijão estava tão falado no PRODECER, aí nós procuramos Paracatu. E... não era tão... como a gente calculava, né!? [risos]. Mas, fazer o quê? Uma vez que chegamos, lutamos, né? Hoje, graças a Deus, estamos aí, tranquilos. Não recebemos nenhuma vantagem direta do PRODECER.

Nanahira: Mas o senhor conheceu, conviveu com pessoas que vieram por causa do Programa?

Shimada: Isso!

Katsuo: Sim, a maioria. Umas 10 famílias vieram sem participar do PRODECER, das 60 e pouco que vieram.

Nanahira: O senhor veio com todos os filhos?

Shimada: Sim, viemos com a família inteira.

Nanahira: E os seus irmãos, Katsuo, moram todos aqui em Paracatu?

Katsuo: Não, só eu. Depois de mim, tenho uma irmã que foi para o Japão pela Campo, onde ela trabalhava, para uma exposição mundial sobre alimentação, em Osaka. Ela foi, conheceu um japonês e se casou, ficando lá. A outra irmã também, casou com um japonês lá e ficou. A irmã caçula mora em Brasília. Meu irmão se formou na faculdade em Agronomia também, e está em Araxá.

Nanahira: Katsuo e Seiko, vocês já eram casados quando se mudaram para Paracatu?

Seiko: Não, nos conhecemos em São Paulo. Eu morava lá.

Shimada: Quem conhecia ela nos conheceu, então os dois foram apresentados. Daí pra frente é com eles; e foi tudo bem, tudo certo [*risos*].

Seiko: Nos casamos em 1997, já estávamos aqui.

Nanahira: Então os filhos são todos de Paracatu?

Seiko: Sim, são quatro filhos paracatuenses, três meninos e uma menina. O mais velho já está estudando Agronomia também.

Nanahira: E o que era plantado em suas terras aqui em Paracatu?

Katsuo: Soja, milho, feijão... No nosso caso, desde que viemos, em 1986, trabalhávamos com área irrigada, com pivôs.

Nanahira: Foi fácil estabelecer contato com a colônia japonesa daqui?

Katsuo: Sim, foi fácil.

Nanahira: Voltando para a época antes de se mudarem para Paracatu, o senhores me contaram que havia uma colônia japonesa em Assaí. Tanto em São Paulo como no Paraná, tinham contato com outras pessoas nikkeis? E em relação aos não nikkeis?

Seiko: Sim. O círculo de amizades era mais com nikkeis, na colônia.

Nanahira: Em contatos anteriores com a colônia japonesa de Paracatu, em 2013, alguns entrevistados que participaram do PRODECER relataram choques culturais na época da mudança, um deles em relação à permanência de aspectos originados dos tempos da escravidão. Aqui em Paracatu, como era a relação com pessoas que habitavam a cidade, não nikkeis? Quais as impressões sobre a vida na cidade?

Katsuo: Notei que trabalhavam muito com mangas compridas, por causa do sol. Aqui não tinha muitas verduras também.

Nanahira: São sócios do Kaikan? Pelo que sei, foi fundado em 1987...

Katsuo: Sim, somos sócios. Quando o pessoal veio, já existia uma casa na Vila Mariana que servia como a associação. Foi a JICA que ajudou a construir o Kaikan no Alto do Córrego em 1987.

Shimada: A amizade foi rápida entre desconhecidos. Todos eram desconhecidos, mas vieram de São Paulo, do Paraná, e eram descendentes de japoneses. A amizade foi mais fácil entre *nisseis*, *sanseis*, na Associação.

Nanahira: Há atividades regulares no Kaikan?

Seiko: Sim, apesar das poucas famílias. Sempre fazemos cerimônia de Ano Novo, Dia das Mães, Dia dos Pais; os alunos da escola de Japonês participam. Temos jantar japonês, concurso de oratória, gincana – o *undokai*, festa de final de ano – *bonenkai*. Em Brasília também acontecem muitos desses eventos, na Escola Modelo de Língua Japonesa. No ano passado, tínhamos 26 alunos no curso de Japonês do Kaikan, em idades variadas, desde crianças de cinco anos até senhoras. Inclusive temos seis ou sete alunos não nikkeis também. Não somos

divididos em salas por nível, porque não dá; cada aluno tem um nível. As aulas são ministradas duas vezes na semana, com duração de uma hora e meia cada aula. Até ano passado, tínhamos uma professora voluntária da JICA, que foi embora em julho. Após um ano sem vir, em julho desse ano deve vir outra. Até dois anos atrás, tínhamos tênis de mesa, e chegamos a levar os meninos, por uns cinco anos, para participar de um torneio intercolonial que ocorre em janeiro. Mas os meninos foram crescendo e deixando, deixando... saíram e os colegas vão atrás e... aí acabou. Inclusive quem dava aula era uma pessoa que sua mãe deve conhecer, também da área de Educação Física. Ano passado, começamos a trabalhar com karaokê. Uma pessoa que gosta de música começou a treinar os meninos. Levamos os meninos para Brasília para participar de um concurso de karaokê. Ela está empolgada para manter as atividades nesse ano. E tinha *guetoboru*, quero dizer, ainda tem, mas hoje são três, quatro pessoas que estão jogando. É um jogo com taco, bolinha pesada e golzinho quadrado. Começou com pessoas de idade, mas hoje já tem jovens que praticam.

Nanahira: Lá em Brasília, a Escola Modelo fica no mesmo terreno da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro. Num dos diálogos que fiz na semana passada, soube que a Casa do Estudante foi ideia nascida em Paracatu, né?

Katsuo: Foi uma ideia da região. São Gotardo, Carmo do Paranaíba, Paracatu, Anápolis, Goiânia, Palmas. Quando os japoneses vieram morar no Cerrado, já fundaram a Associação, fizeram a Casa do Estudante para que seus filhos já tivessem um local quando fossem um dia estudar em Brasília, na UnB.

Seiko: Tem todo um critério para poder morar lá, precisa de uma apresentação do Kaikan, da associação de sua cidade...

Katsuo: Do presidente da associação de sua cidade. Só que, como quase não há mais filhos na colônia hoje em dia, a Casa abriga vários estudantes que não são da colônia, que não fazem parte das associações de suas cidades. Moram lá porque é preciso renda para manter a instituição; por isso estão aceitando pessoas de fora da colônia. Mas a prioridade é para os associados. Foi inaugurada na década de 1990.

Nanahira: Foi mencionado São Gotardo novamente, e o senhor me disse ter parentes lá. Entendo que o projeto realizado lá influenciou o PRODECER...

Shimada: O projeto em São Gotardo representou a primeira experiência, foi pioneiro e teve participação da Cooperativa de Cotia. Meu irmão foi selecionado pela Cooperativa, não tinha propriedade antes. Já faleceu, mas a família tem propriedade lá.

Katsuo: Eles trabalharam com hortifruti, principalmente hortaliças. Como a altitude é de 900, 1.000 metros, o pessoal se deu bem. Aqui a altitude é menor, então demorou a engrenar, incluindo Coromandel e Iraí de Minas.

Nanahira: Apesar de não terem participado do PRODECER, têm notícias sobre a vinda para Paracatu de técnicos da Campo e da JICA?

Katsuo: Sim, vinham sempre. Sobre isso, as autoridades da Campo eram os contatos em Brasília.

Nanahira: Ainda não falamos da sua família... também é *nissei*?

Seiko: O meu pai era *issei*, falecido já. Minha mãe era *sansei*, também já falecida. Trabalhavam com agricultura. Meu pai veio do Japão pela Cotia Seinen, que fazia parte da Cooperativa... ou não?...

Katsuo: Tem a ver, é a mesma Cotia daqui, pai?

Shimada: Sobre a Cotia Seinen, foi o Brasil que organizou e pediu para o Japão trazer alguns jovens interessados em trabalhar com agricultura fora do Japão, no Brasil. O País recebia e a Cotia orientava o trabalho, que representava o início de uma vida profissional.

Seiko: Meu pai começou com agricultura também, inclusive ele veio e ficou trabalhando no cafezal. Chegou e ficou em São Paulo. Aí conheceu outros japoneses e veio trabalhar aqui em Minas Gerais na Usiminas, em que trabalhou por alguns anos. Depois, voltou para São Paulo, onde conheceu minha mãe. Casaram e trabalharam com agricultura, muito tempo também. A minha mãe trabalhava junto, porque meus avós, *nisseis*, também lidavam com agricultura. Eu sou da quarta geração por parte de mãe e da segunda geração por parte de pai... A agricultura não ia bem, aí mudaram do sítio para a cidade vizinha, para trabalhar com comércio, faziam salgadinhos pra fora... os dois gostavam muito de culinária, tanto ele como minha mãe. Começaram a trabalhar com *buffet*, fazendo comida japonesa, *sushi*, *sashimi*, foi crescendo, meus irmãos também se interessaram, eu também trabalhava no *buffet* antes de casar, deixei de lecionar para trabalhar no *buffet*, e foi assim... Hoje, meus pais faleceram, mas meus irmãos continuam com o *buffet* em São Paulo. Casei, vim pra cá e me tornei dona de casa. Mas também comecei a ajudar outra professora de Japonês, inclusive entrei na escola japonesa assim... não sei, não fiz curso para poder lecionar o Japonês, mas, como sabia falar, fui chamada a ajudar. Quando levava meus filhos para a escola japonesa, pediam para ficar lá ajudando. A gente tem muita ligação com Brasília por causa da escola. Os professores da região têm uma Associação; três ou quatro vezes por ano fazemos cursos em Brasília, junto com os professores da Escola Modelo. Então sempre estamos indo lá para conhecer as experiências, renovar as ideias...

Shimada: Precisam muito de gente como ela porque, às vezes, para a escola japonesa, vêm professores do Japão pela JICA que não falam português. Como ela fala as duas línguas é muito importante para...

Seiko: Para auxiliar essas pessoas, né? Não falam quase nada em português. Fazem treinamento no Japão antes de vir, mas aprendem muito pouco, só “oi”, “tudo bem”, mais ou menos por aí. Nunca tivemos problemas com esses professores.

Nanahira: Acho que seu trabalho também é importante para instruir esses professores sobre aspectos culturais brasileiros, sobre a vida em Paracatu, ainda mais se consideramos os contextos em que eles vivem no Japão...

Seiko: É... Dois filhos nossos foram ao Japão pela JICA, com bolsa, para ficar por um mês. O que mais impressionou os dois foi a limpeza das ruas e o cuidado das pessoas com as máquinas que estão presentes em toda parte.

Nanahira: Bom, como estamos finalizando o diálogo de hoje... gostariam de colocar algo que eu não perguntei ou não comentei a respeito, que consideram importante? Deixar uma mensagem talvez...

Katsuo: Na verdade, profissionalmente, no caso de quem conseguiu sobreviver, foi muito bom porque, se hoje estivéssemos no Paraná, poderíamos estar bem, mas não na proporção tão

grande como aqui. Por isso, em relação ao nosso caso, economicamente foi vantajoso... socialmente não sei... a gente veio do Paraná...

Seiko: Socialmente também. Como estamos próximos de Brasília, a ligação com a Escola Modelo, os *kaikans* de Brasília.... Graças a nossas atividades aqui e em Brasília, estamos sempre em contato, no tênis de mesa, em cursos e treinamentos... fomos construindo um círculo de amizade nas colônias, não só entre os pais, mas também entre as crianças, nossos filhos. Temos um filho que foi a Brasília tranquilamente, porque já tem muito amigos. Meus filhos estudaram em uma escola boa, graças a Deus, nunca se envolveram com coisas ruins. Toda a vida estudaram no Colégio Dom Elizeu, desde o Ensino Infantil até hoje.

Katsuo: Ah, depois de amanhã iremos a Brasília para participar do *shinnenkai*, na Embaixada do Japão.

Seiko: Fazemos o possível para participar dos eventos em Brasília, de modo que não ficamos presos só em Paracatu. Todos os anos enviamos os meninos da escola japonesa para participar do Festival do Japão em Brasília. Desde o primeiro Festival, fretamos um ônibus para levar os alunos e amigos da escola... Sobre perspectivas para o futuro da colônia, quem dá continuidade são alguns filhos que saíram e estão voltando...

Shimada: Com 80 anos de idade, eu me sinto feliz por ser parte daqui, eu sinto feliz de morar no Brasil. E gosto do Brasil. Eu acho que, nos anos passados, por ser honesto foi que conquistei as pessoas, em geral... Fui bem recebido, bem citado. Por exemplo, quando cheguei aqui e fui ao banco, recebi bom atendimento, a qualquer hora... Com isso, eu acho que, como *nissei* de 80 anos, posso deixar a mensagem de que **eu me sinto feliz em morar no Brasil**, e desejo que filhos e netos continuem expressando isso! Que estudem, criem amizades, cresçam, trabalhem... façam faculdades e tenham profissões boas. Não é falsidade não, viu, eu cito realmente isso. Japoneses que saíram do Japão para fora, pensaram, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Espanha, não são bem recebidos como no Brasil. Nos Estados Unidos, há japoneses muito ricos, que cresceram lá. Mas há muita discriminação. E aqui não tem, em comparação com lá. Fui bem vindo, graças a Deus.

Nanahira: Acredito sim. Quando digo que fui muito bem recebida em Brasília, muitas pessoas não acreditam em mim também... *[risos]*

Shimada: Os japoneses que moram no Brasil são respeitados porque o Japão também levantou, deu exemplo para o mundo. Isso afeta bastante tanto nós aqui e os outros japoneses fora do Japão. Não fiz muita escola, mas... consigo falar Japonês e ler jornais japoneses, com notícias de jornais brasileiros... lendo isso eu...

Seiko: Ele nunca frequentou escola japonesa, mas lê todos os *kanjis*, entende todo o jornal sem problemas. Eu não consigo ler um jornal assim. Ele assiste quase só NHK, as notícias do canal japonês; então, sempre está por dentro de tudo.

Nanahira: Naquele canal, a toda hora aparece a previsão do tempo, né?

Seiko: Ah, no Japão tem muito disso...

Shimada: É porque lá acontecem muitos fenômenos da natureza, e, como o povo viaja tanto, quer saber o horário, se não está atrasando...

Nanahira: Por falar nisso, e diante da chuva que está armando, preciso ir. Muito obrigada por tudo o que aprendi hoje!

ENTREVISTA 4

Data: 27 de janeiro de 2017

Horário: 19h00 – 21h00

Local: Residência da Família E.

Participantes:

1. W. E., *nissei*, natural de Presidente Bernardes-SP, vive em Paracatu desde 1981.
2. H. E., *nissei*, natural de Itapeva-SP, vive em Paracatu desde 1981.

Antes da entrevista

O contato com a família E. foi sugerido durante uma visita à Feira do Produtor, por uma descendente de japoneses que convidei para participar dos diálogos. Ela preferiu indicar outras pessoas que poderiam colaborar mais com a pesquisa. O primeiro contato foi realizado com a Sra. H. E., por telefone, quando combinamos o horário e local do diálogo, na casa de sua família.

Entrevista

Tive dificuldades para localizar o endereço indicado pela Sra. E. Ao notar que um senhor saía de uma casa com pacotes de feijão e café, perguntei se os tinha comprado do Sr. E., e recebi resposta afirmativa, conseguindo encontrar a residência. Expliquei que procurava entrevistar pessoas que trabalharam no PRODECER, em projetos como Mundo Novo, Entre Ribeiros, como parte de uma pesquisa. O senhor me respondeu que eu estava com as pessoas certas.

Ao entrar na casa da família E. e explicar os propósitos do diálogo e da pesquisa, mencionei sobre aspectos diversos comentados em diálogos anteriores, incluindo a construção da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro como ideia nascida em Paracatu e que ganhou força entre as associações de cidades da região do Cerrado. Recebi o seguinte esclarecimento:

W. E.: Sobre a Casa do Estudante, a ideia partiu de pessoas de Paracatu, da colônia daqui. Teve mais força com o pessoal daqui. Como o pessoal que veio para cá estava envolvido na agricultura, buscava um local maior para abrigar os filhos. A partir daí, começaram a se movimentar. Teve uma pessoa que encabeçou isso, o Sanji Tomoyasu, que já faleceu. Em homenagem a ele, temos a praça aqui em frente. Falam Praça Alvorada, mas você pode ver que está escrito o nome Sanji Tomoyasu na placa. Aqui, eu participei do projeto Mundo Novo. A cooperação nipo-brasileira foi feita pelo Governo de Geisel, junto com Primeiro-Ministro do Japão. A ideia inicial mesmo foi que os americanos começaram a fazer uma certa pressão com relação aos alimentos vendidos para o Japão. Aí, os japoneses começaram a pesquisar outros lugares onde pudessem ter uma fonte, uma segunda alternativa de compra de produtos, que seria o Brasil. Por outro lado, a maior colônia de descendentes de japoneses é o Brasil. Mas essa cooperação nipo-brasileira não se deu pensando na colônia japonesa, certo? Para implementar esse programa, selecionaram a Cooperativa Agrícola de Cotia. Hoje não existe mais, acabou. Como a Cooperativa já tinha um certo know-how sobre isso, que foi em São Gotardo, então aceitaram o desafio de implementar essa cooperação. Tinham intimidade com o Japão, por parte da própria diretoria da Cotia. Esse programa foi realizado com um terço de brasileiros natos e dois terços de cooperados da Cotia, em sua grande maioria, filhos de cooperados da Cotia, de várias regiões, mas principalmente São Paulo e Paraná. Essa cooperação também abrangeu

Santa Maria, uma fazenda muito grande, com participação do Banco América do Sul e de pessoas com poder aquisitivo mais alto. Foi vendida para outras pessoas, sendo que o dono é o atual Prefeito de Paracatu. A Cotia Seinen também entrou, começaram as atividades um ano antes de nós, em 1979.

H. E.: A Cotia Seinen é um grupo de outro projeto, ligado à Cotia.

W. E.: É outra história. Na década de 1950, agricultores relacionados à Cooperativa Agrícola de Cotia estavam com uma certa dificuldade em relação a mão-de-obra um pouco mais especializada. Então, fizeram um convênio com o Governo japonês para enviar rapazes do Japão para o Brasil através da Cotia, para começar atividades junto com cooperados da Cotia. Após um, dois, três, quatro anos, adquirindo experiência, *know-how*, eles também se emanciparam. Um grupo de sete a oito antigos Cotias Seimens cotizaram e adquiriram uma fazenda que foi batizada como Cotia Seinen.

Nanahira: Dias atrás falei com uma pessoa que é filha de um japonês que veio ao Brasil pelo programa Cotia Seinen.

H. E.: Sim, conheço. Cotia Seinen significa jovens da Cotia. Vieram muitos rapazes do Japão para trabalhar no setor agrícola. Mas o que meu marido está falando é de um grupo de jovens da Cotia que resolveram comprar uma fazenda.

Nanahira: Interessante. São histórias e detalhes que não encontro em fontes escritas sobre o PRODECER, sobre comunidades nikkeis...

H. E.: Detalhes que a gente **viu e viveu**.

Nanahira: Ambos são *nisseis*?

H. E.: Sim, somos *nisseis*.

W. E.: Meu pai veio do Japão com 16 anos, e minha mãe com quatro anos. O pai dela veio com 11 anos e a mãe com três.

Nanahira: Já eram agricultores, de família de agricultores, ou não?

W. E.: Hum...não é bem assim não, hein...

H. E.: Meus avós do lado paterno eram artesãos...

W. E.: Vieram para procurar um novo horizonte, alguma coisa para...

H. E.: Vieram para ganhar muito dinheiro e ir embora para o Japão! [risos]

W. E.: Então... alguns vieram por isso. Logicamente, que, naquela época, a situação do Japão, economicamente, era ruim. A população já era grande e não havia espaço. Então buscavam um novo horizonte, que seria... na Ásia, Manchúria, aquele lado era uma área de expansão. Os Estados Unidos já tinham fechado a imigração. E o Brasil também tinha problemas com mão-de-obra, após a libertação dos escravos. Não bastavam apenas portugueses, italianos, etc., a imigração também foi aberta a japoneses. Na verdade, era uma substituição de trabalhadores

escravos, mas não foi exatamente como trabalho escravo. Uma parte deles veio pensando em ter um futuro melhor. O primeiro navio, Kasato Maru, veio destinado a certas fazendas; algumas famílias de imigrantes para Santos Dumont, Ribeirão Preto... Na verdade, naquela época, não sei se você conhece a história, mas houve muita maracutaia. Foi muito tumultuada essa imigração para o Brasil. Então, acertavam para tal época vir um certo número de pessoas para o Brasil; na última hora, se faltasse gente, precisavam colocar gente no navio para vir para cá. Muitos não eram agricultores, não tinham nada que ver com agricultura, mas embarcavam, com grandes sonhos. Pela história, é o seguinte: chegaram em junho, para as fazendas de café. Era época do fim da colheita, mas o interessante era vir antes de começar a colheita do café, não no final. E o que aconteceu? Como já existiam boias-frias e trabalhadores assim na época, esses conseguiram as melhores fazendas, pois ninguém procurava fazendas que produzissem pouco. Quem chegou por último, ficou nas piores áreas para fazer a colheita do café, e... o que daria como rendimento?! Eles não tinham experiência nenhuma para esse tipo de agricultura. Os japoneses pensavam: “se vamos colher tanto de café, vamos ganhar tanto, e vai sobrar bastante dinheiro”; era propaganda no Japão. Mas, naquela época, já existia muita sujeira. A fazenda fornecia alimentação, mas o fazendeiro, digamos, se o custo era de 10, cobravam 100. Então trabalhavam, trabalhavam, mas não sobrava nada, e a dívida aumentando cada vez mais...

H. E.: Tinha características de escravidão.

W. E.: Não foi um negócio planejado, não houve planejamento. Em termos de cultura, não foi nada preparado para isso. Basicamente, substituíram o trabalho escravo. Então, existiam umas casas bem simples, de onde saíram os escravos que foram libertos e colocaram os japoneses. Não tinham nada, banheiro, água... Então, foi um choque cultural muito grande. Da alimentação então, nem se fala. Para ser aceita na imigração para o Brasil, a família tinha que ser composta por, no mínimo, três ou quatro membros com capacidade de serviço.

H. E.: O interesse pelos imigrantes era mão-de-obra.

W. E.: É isso. Inclusive havia famílias com membros enxertados [risos]. Arrumavam um primo, colocavam junto, faziam que era da família, para vir ao Brasil.

Nanahira: Os pais dos dois falavam sobre essa época, comentavam sobre lembranças do Japão?...

H. E.: Sim, falam.

W. E.: Os pais dela são vivos, os meus não.

H. E.: Meu pai adoraria contar suas lembranças. Mas não mora aqui, mora no estado de São Paulo, que pena!

Nanahira: Pois é, uma pena...

W. E.: A ideia dos governos japonês e brasileiro foi... nos anos de 1979, 1980, Brasília era recentemente construída, e, em termos de economia, não havia quase nada na região de Paracatu, apenas gado e um pouco de mineração, mais nada, agricultura era zero, correto? A intenção era trazer tecnologia para o interior, trazer mão-de-obra mais especializada. Isso seria pela cooperativa, com filhos de imigrantes, agricultores lá do Sul, para construir um polo de desenvolvimento agrícola em Paracatu. Depois de um tempo, começaram a vir gaúchos,

holandeses... O PRODECER aumentou, realizado em Iraí de Minas, PCPER I, II, III, IV, passaram-se dois, três, quatro anos. Começou a produção da soja, quando o Cerrado passou a ser conhecido no mundo inteiro. Descobriram o segredo do Cerrado, que é o calcário, abundante na região. Se você analisar, toda casa de mineiro fica em terra boa, com fácil acesso à água. Em terreno plano, terra vermelha e plana, não. Na área de Cerrado propriamente dita já havia “barba-de-bode” Para pasto também não dava. Se plantasse um pé de milho no Cerrado assim, na parte acidentada do terreno, não produziria nada. O tratamento do solo, com calcário, corrigiu a acidez, aí mudou. A Cotia aproveitou o know-how de São Gotardo e começou aqui nos mesmos moldes. Também era Cerrado, mas São Gotardo fica mais ao sul e tem altitude maior, onde também chovia mais. Aqui não, a altitude é um pouco menor, fica mais ao norte e é mais seco. A temperatura é maior ainda. Era preciso se adaptar a tais condições e demorou muito para essa adaptação. A irrigação só veio com o PCPER, no Entre Ribeiros.

Nanahira: Voltando alguns anos, como aprenderam a trabalhar na agricultura? É algo em família, em ambos os casos?

W. E.: Meu pai era agricultor, e a família de minha mãe também era de agricultores, aqui no Brasil. Eles viviam em Bragança Paulista, estado de São Paulo. Eu estava morando em Castro, no Paraná, de onde viemos para cá, minha esposa e eu recém-casados. A família de minha esposa também é de agricultores, associados à Cooperativa Agrícola de Cotia.

H. E.: A CAC era muito forte, boa parte da colônia japonesa participava dela.

W. E.: Havia outras cooperativas, mas a de maior potência econômica era a Cotia. Praticamente foram eles que criaram o sistema cooperativista no Brasil, não havia legislação nenhuma sobre cooperativas no Brasil quando a Cotia foi criada, por imigrantes japoneses da cidade de Cotia, em São Paulo. Eles começaram a comercializar a batata, e estavam com muitos problemas na comercialização de batata na cidade de São Paulo. Reuniram forças para ter uma certa competitividade no comércio, inicialmente em São Paulo, e em todo o Brasil depois.

H. E.: Digamos que um produtor tivesse só 100 sacos; se plantasse em quatro produtores, teriam 400, uma produção maior, o que facilitava um trabalho melhor, economia de escala, tanto na venda como na compra.

Nanahira: O que era cultivado em Castro, antes de vir a Paracatu?

W. E.: Eu trabalhei com soja, milho, batata, trigo. A soja começou na década de 1960.

Nanahira: E a vinda para Paracatu?

H. E.: O objetivo do nosso grupo era conseguir uma área maior para produção agrícola, terras mais baratas. Em São Paulo, no Paraná, as áreas próprias eram menores. Viemos recém-casados; eu me casei em 1980 e chegamos aqui em 1981. Nossas duas filhas nasceram aqui.

Nesse ponto, comentamos sobre a coincidência de eu ter conhecido uma das filhas do casal meses atrás, por ocasião de uma reunião de trabalho com delegação de Taiwan no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em Brasília, sem saber que somos paracatuenses, e menos ainda imaginar que dialogaria com sua família durante a pesquisa de campo em Paracatu. Pelo sobrenome E., durante o contato telefônico para agendar o diálogo, percebi a coincidência. Falamos, também, sobre a presença, em Brasília, da Escola Modelo de

Língua Japonesa e da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro, próximas à Universidade de Brasília, em que as filhas dos Srs. E. também estudaram.

W. E.: Hoje, a Casa do Estudante atende muitas pessoas de Paracatu, principalmente não descendentes de japoneses.

H. E.: Na época, pensamos no futuro dos nossos filhos.

Nanahira: E o Kaikan, foi fundado na mesma época do PRODECER?

W. E.: Foi em 1982, mais ou menos, quando começamos...

H. E. Logo que chegamos, devido à distância de nossos familiares, à solidão, começamos a nos reunir, fundamos a Associação Nipo-Brasileira de Paracatu.

W. E.: A primeira sede era aqui, nesse lote, onde moramos.

Nanahira: Aqui? Não acredito!

H. E.: Era uma casa igual a essa do lado. Era do BNH, o Banco Nacional da Habitação, que a gente conseguiu.

W. E.: Realizávamos festas e encontros para troca de experiências e matar a saudade de nossos familiares. Iniciamos a escola de japonês aqui também. O prédio foi depois, em 1986... Como tínhamos ligação entre Brasil e Japão por meio da JICA, quem ajudou muito foi o Sr. Sanji Tomoyasu que era Cotia Seinen, japonês da primeira geração, com mais facilidade de comunicação. Ele era uma pessoa de liderança também, no grupo. Realizou muitos contatos com o pessoal do Japão para atrair investimentos privados para o plantio de café. Fazia contato com a Embaixada. Na época, eu era Presidente da Associação, quando fizemos contato, por meio do Sr. Sanji Tomoyasu, para que o Governo japonês doasse 50% dos recursos para a construção. Então, nós compramos uma área, onde está o Kaikan hoje. Era um lugar que não tinha rua, era puro Cerrado; conseguimos isso no prazo de um ano. Terminada a construção, entreguei meu cargo de Presidente.... Japoneses têm muito esse negócio de... **gratidão**, certo? Tinha um diretor da JICA, morava no Rio de Janeiro, que nos ajudou muito a intermediar e conseguir essa verba. Reunimos em três pessoas para levar um presente e agradecer pela obra; era para eu ir, mas não fui. Na viagem, dois faleceram. Um dos que faleceu foi o Sr. Sanji Tomoyasu, que estava dirigindo. Também faleceu o Sr. Kanojo Abe. O Sr. Guentaro Alimura, que também viajava, sobreviveu.

Nanahira: Que história!...

W. E.: A pessoa que foi o primeiro Presidente da ACENP, logo após a construção, mora aqui em cima, próximo à nossa casa. A Vila Mariana, em que moramos, é considerada um bairro japonês, porque a maioria das pessoas para o projeto que vieram moram aqui, são vários vizinhos.

Nanahira: Na rua da casa de meus pais, no Alto do Córrego, muitas famílias de nipo-brasileiros moraram e ainda moram. Entre meus vizinhos, estavam a minha primeira dentista e uma das pessoas que entrevistei em 2013, participante do PRODECER no projeto Mundo Novo.

W. E.: Hum, sei... O lote número um do PRODECER era dele. O de número dois era meu. O lote do Mituo Muraoka era o número cinco, ficava no município de Unaí. Eram seis lotes que ficavam em Unaí, o restante em Paracatu. Quase todos os lotes mudaram de dono. Eu, por exemplo, vendi o lote dois e comprei outro mais próximo à cidade. Dos seis lotes de lá, alguns produtores ainda têm partes dele, áreas em que praticamente não se trabalha, e que foram arrendadas para outras pessoas. Teve um produtor que faleceu, e a esposa arrendou as terras para outra pessoa.

H. E.: Vendemos o lote dois e adquirimos o lote 42, que também é do projeto.

Nanahira: Interessante! Eu conhecia muito pouco dessas histórias... li muitos materiais que celebram o sucesso do PRODECER, em termos de desenvolvimento do Cerrado...

H. E.: **Era** para ter sucesso. Mas teve o problema climático, frustração de safra, a política governamental... é complicado, né?

W. E.: O maior problema para se ter esse sucesso foi o nosso Governo. O divisor de águas foi o Governo Sarney. Em um mês, a inflação chegou a 80%! Só que... sua vida aumentava o custo em 80%, e seu produto não aumentava nada. E foi num ano em que, devido ao problema climático, começou a época da irrigação. Investimos em um projeto de irrigação, era uma oportunidade para resolver a questão do clima. Naquela época, era muito caro o sistema de irrigação, mas o investimento compensaria. Fizemos o financiamento e nos endividamos. Veja o que aconteceu: eu tinha comprado uma unidade de pivô; depois desse plano, eu passei a dever 10 unidades. Agora eu pergunto, como quitar? Por um pivô passei a dever 10 [indicou os números com os dedos]... A maioria dos meus colegas perdeu a propriedade e transferiu.

H. E.: Os que sobreviveram, ficaram aqui, se mantiveram, procurando se adaptar. São 36 anos de trabalho...

Nesse ponto, o Sr. E. indagou se eu era uma nikkei mestiça, se tinha família em Paracatu. Expliquei minhas origens, ressaltando que era mais mestiça do que indicava a minha aparência, ao que ele comentou: “parece mais nikkei do que os japoneses da novela das seis”. Notei que se trata de uma novela que aborda, entre outros temas, a imigração japonesa ao Brasil. Contudo, os principais atores que representam os japoneses e descendentes não têm origem nipônica.

W. E.: Uma parte de seus antepassados é do Rio Grande do Sul, e a outra parte é daqui de Paracatu, né? Você sabia que Paracatu, na época da abertura da BR-040, tinha um povo muito fechado?... Quando começou o projeto aqui, nós sofremos muita discriminação. Diziam, o próprio bispo também levantou bandeira, que **o Japão iria invadir o Brasil, tomar posse das terras!** Mandariam, por mês, não sei, dois ou três aviões lotados, carregados de imigrantes para o Brasil. Colonizar o Brasil, tomar as terras do povo paracatuense. O bispo fez uma campanha muito forte contra o projeto.

H. E.: As famílias tradicionais eram muito fechadas. Nem olhavam na cara da gente... Pensavam que tomaríamos seus lugares no trabalho...

W. E.: Até hoje, são um pouco fechados. Deputados também criticaram muito, usavam muita mídia. Mas, na verdade, na cooperação Brasil-Japão, o Japão injetou um dinheiro muito grande no Brasil e praticamente não teve nenhum retorno. Tinha de ter retornado, ter sido pago. Mas o

próprio círculo do Governo foi sumindo com tudo. Pra você ter uma ideia, na época do projeto aqui, o Governo japonês falou com a Prefeitura local que poderia fornecer uma infraestrutura completa de hospital para Paracatu que não existia, mas precisava de um local. Sabe o que o Prefeito não deu o espaço, sabia disso?

Nanahira: De jeito nenhum...

H. E.: Quando a gente chegou em Paracatu, o hospital funcionava em uma casinha onde atualmente é o Conscienciarte. E era particular. O piso era mole, os quartos eram separados por biombos, a entrada... foi uma situação dessa que encontramos... Bastava a Prefeitura doar o local para construir um bom hospital, né? Ah, também soubemos que a APAE foi trazida para Paracatu em 1980, mais ou menos quando chegamos aqui. A Cooperativa Agrícola de Cotia tinha um departamento de senhoras, em que as esposas dos cooperados eram incentivadas não só a ajudar na parte da agricultura, mas também no entrosamento entre as famílias dos produtores e com a população local. Na época, nossa turma buscou ajudar a APAE de Paracatu, que tinha acabado de chegar; reunimos todas as senhoras para fazer artesanatos e vender lá na praça. Todo o valor que ganhamos com as vendas foi doado à APAE. Todo o tempo fazíamos serviços sociais, como uma forma de contribuir, e também para poder entrosar com a comunidade paracatuense, que não aceitava muito bem o japonês.

Nanahira: Também não fazia ideia... ainda bem que nasci no hospital público municipal! *[risos]*. Depois que houve o endividamento, as falências, o que os produtores do PRODECER fizeram, como reagiram, quais as consequências?

H. E.: A maioria voltou para o local de origem, Paraná, São Paulo, e outros foram para o Japão como decasségui. O movimento decasségui estava crescendo na época. A única alternativa que tinham no Brasil seria no local de origem, mas não havia mais espaço para eles, ainda mais os que venderam tudo o que tinham para que os filhos viessem para cá.

W. E.: Quando começamos a trabalhar no PRODECER, migraram aproximadamente 110 famílias; de cabeça não lembro mais. Porque eu era o Presidente na época, tinha todos os dados anotados. No decorrer do tempo, ficou tudo jogado. Sobre os fundadores, quase ninguém sabe. O prefeito participou da inauguração do Kaikan, e também do lançamento da pedra fundamental, que é uma simbologia. No lançamento da pedra fundamental, pouquíssimas pessoas sabem, a lista completa de todos os colaboradores daquela época foi guardada em uma cápsula de lata, junto com revistas, dinheiro, brinquedos, e outras referências da época. Tínhamos um projeto de abrir depois de vinte anos. Essa época já passou. Poucas pessoas sabem disso, a maioria já se esqueceu...

H. E.: O tempo passou, 20, 30 anos, as gerações mudaram, e... não se dá o devido valor. A turma de hoje não participou dos esforços da primeira geração que chegou, não sentiu o peso, não fizeram todo o sacrifício de comprar uma área para o Kaikan...

W. E.: Os esforços foram em dinheiro e trabalho. Sobre a Casa do Estudante em Brasília, há uma polêmica relacionada a interesse do Governo do Distrito Federal em tomar a área, que foi adquirida por um tipo de comodato, algo assim. Uma parte da construção o Governo japonês doou. Outra parte foi com participação das colônias da região toda, inclusive São Gotardo, Cristalina, Anápolis, Barreiras, Brasília. Muitas empresas ligadas à colônia japonesa também contribuíram. Foi com esse dinheiro que conseguimos construir aquele alojamento.

H. E.: Já viu a placa que está na entrada do alojamento? O nome do meu marido está lá.

Nanahira: Não... minhas passagens por lá foram sempre muito rápidas, não prestei atenção nisso. Mas, em breve, farei uma visita à Casa para conhecer melhor o local e sua história.

W. E.: Foi **dinheiro suado**, não caiu de mão beijada não. A compra de terreno foi por meio de uma espécie de comodato com a Terracap. Como a área está muito valorizada, querem tomar. Só que, na verdade, a Casa está cumprindo sua função desde a fundação e tem escola de língua japonesa no local.

H. E.: E o alojamento é sem fins lucrativos, o valor cobrado é simbólico, apenas para cobrir os custos.

W. E.: Não sei se é falta de nós explicarmos às gerações mais novas, algo assim, mas, no caso do Kaikan, o dinheiro que nós desembolsamos, para a época, foi de valor expressivo para, primeiramente, comprar a área. E depois, terminar de construir. Nossas esposas, filhos, trabalharam, compraram muitas coisas, promovendo eventos...

H. E.: A gente até levava coisas de casa, comida, talheres, não tinha nada...

W. E.: Isso tem muito a ver com a cultura japonesa, que se manteve aqui em Paracatu. Hoje, temos vários restaurantes japoneses aqui. Para construir o alojamento, o pessoal percorreu muitos lugares, gastou tempo, para angariar fundos. Eu participei da construção daquele alojamento como diretor de obras.

Nanahira: Vocês fizeram faculdade nessa área de engenharia, ou outras?.

W. E.: Eu sou agrônomo.

H. E.: Eu sou administradora.

Nanahira: Ficaram em Paracatu, né?

H. E.: Criamos raízes. Muita gente saía, mas a gente tentava se adaptar, com muito jogo de cintura. Perderam muito com o veranico, por causa da seca, antes dos pivôs. A gente foi trabalhando com outras culturas, em um ano plantávamos alho, no outro cenoura, e conseguindo melhorar. O pessoal daqui não conhecia muito as verduras. Para os japoneses, a cultura é essa, por isso têm muita saúde.

Nanahira: Além da questão da alimentação, percebo que aumentou a variedade nos esportes, alguns praticados no Kaikan, né?

H. E.: Não somos mais sócios. Depois que saímos...

W. E.: No início, havia beisebol, tênis de mesa, vôlei, basquete, futsal, futebol de campo, guetoboru, judô e até sumô.

H. E.: Hoje quase não há esportes, porque os filhos já cresceram, saíram de Paracatu para estudar nas faculdades de Paraná, São Paulo. Então pouca gente frequenta.

Nanahira: Ainda existe o departamento de senhoras?

W. E.: Sim, mas não com a composição original. Não é mais tão ativo.

H. E.: Então... aqui não existia nada de agricultura assim, antes de vir a Cooperativa Agrícola de Cotia, que trouxe outra maneira de agir, baseada na experiência em São Gotardo.

W. E.: Se Paracatu não tivesse veranico, a agricultura seria outra... Quando a gente chegou, passamos por muitas dificuldades.

Nanahira: Entendo que houve uma boa relação entre os descendentes de japoneses, né? E entre os nikkeis que vieram e os não nikkeis que habitavam Paracatu?

H. E.: No início, foi difícil, mas hoje é praticamente uma família. Não tem nada de... Porque, hoje, os paracatuenses nos admiram pela honestidade, pelo trabalho. Eu, por exemplo, sou rotariana, trabalho com serviços sociais, então... nos sentimos bem valorizados. As pessoas têm confiança na gente, no comércio, nos bancos. Deixam a gente levar as coisas e pagar depois, sabem que vão receber o dinheiro. E quando as pessoas nos oferecem confiança, também retribuímos. E isso vem da nossa origem, aprendemos com nossos avós, nossos pais, desde crianças. Os meus pais sempre me falavam o seguinte: “nunca perca seu nome; se perder, levará mais de 50 anos para recuperar”.

Nanahira: Gostariam de comentar sobre algo que eu não tenha falado, ou deixar alguma mensagem?

H. E.: Dizer que valeu a pena participar desse projeto, foi uma experiência desbravadora. Quando meu marido me disse: “vamos para Minas Gerais”, eu respondi: “hã, o quê?”. Minha família é paulista, né? Nos primeiros anos, era difícil a situação. Hoje, estamos aqui e só depende da gente, sabe... é importante ter perseverança, trabalhar, correr atrás, estar sempre ouvindo uma ideia... Em qualquer lugar que esteja, é possível fazer seu ninho, tijolinhos por tijolinhos.

Nanahira: Aprendi muito mais do que poderia imaginar conversando com vocês. Muito obrigada!

ENTREVISTA 5

Data: 30 de janeiro de 2017

Horário: 18h00 – 21h00

Local: Residência da família de Nanahira em Paracatu-MG

Participantes:

1. Yoshifumi Kayashima, 61 anos, *issei*, natural de Fukuoka, Japão, vive em Paracatu desde 1961.
2. Aysten Blayne Alves Figueiredo Kayashima, 52 anos, natural de Água Boa-MG.

Antes da entrevista

Em um primeiro momento, contatei a família Kayashima pensando na participação da Sra. Hideko, que eu tinha entrevistado em 2013. Contudo, por motivos de cuidados com a saúde, Yoshifumi, seu filho mais velho, informou que sua mãe não poderia participar, infelizmente. Ressaltou que sua história não era muito boa, meio triste, motivo pelo qual pensou que não poderia contribuir com a pesquisa. Esclareci que não se tratava de contar histórias bonitas e felizes, mas de conhecer aspectos diversos da vida de japoneses e descendentes em Paracatu. Yoshifumi concordou em participar, mas sugeriu a realização do diálogo em local neutro, como um restaurante, onde poderia ficar mais à vontade para contar suas histórias. Sabendo da amizade de muitos anos que ele tem com meu pai, convidei Yoshifumi e sua família para visitarem nossa residência em Paracatu e aproveitar para conversar sobre a pesquisa.

Entrevista

Vieram à minha residência Yoshifumi e sua esposa, Aysten, um casal que conhece meus pais há muito tempo. Contudo, nenhum dos dois tinha visitado a nossa casa antes.

Nanahira: Você nasceu no Japão, né?

Yoshifumi: Como queríamos conversar falar com todo mundo em português, perdemos esse costume... Você pode notar que eu não tenho sotaque nenhum. Então, **eu sou brasileiro, paracatuense, eu amo Paracatu!** Estudei em Belo Horizonte, voltei para Paracatu e hoje, para me tirar daqui, é muito difícil. O que posso falar para te ajudar é contar um pouco da história da minha vida. Eu perdi os costumes orientais, não falo Japonês, entendo algumas coisas. Quando a minha avó estava viva, eu conversava em Japonês, *nihongo*, com ela. Depois que ela faleceu, e que fui a Belo Horizonte, perdi totalmente o contato. Minha mãe até me influenciou a casar com uma japonesa, e isso vinha do costume oriental, manter a família de japoneses, mesmo casando entre parentes, com segundo primo, algo do tipo, mas esse era o conceito do japonês quando veio para o Brasil. Porque o japonês foi muito crucificado aqui, então os japoneses se reuniram para formar uma colônia, ter programas, projetos, manterem tradições... Então, minha mãe até arrumou uma namorada para mim, perto de Belo Horizonte. Saí com ela algumas vezes, mas nós ficamos tão amigos que não... *[risos]*. Foi o primeiro contato que tive com uma japonesa. Passeamos na Serra da Canastra, em Ouro Preto. Ficamos amigos e pronto. Depois, voltei, e conheci minha esposa aqui em Paracatu.

Nanahira: Quando entrevistei sua mãe, em janeiro de 2013, estava começando a entender a presença japonesa de Paracatu. *[Apresentei o que escrevi a respeito, a partir das falas da Sra.*

Hideko Kayashima, inclusive uma imagem dela em um ensaio fotográfico publicado em 2015]. Ela me contou que veio a Paracatu cinco anos e meio após chegar ao Brasil, em busca de novas oportunidades após a Segunda Guerra Mundial, por recomendação do sogro, que morava no Brasil. Em que cidade seu pai nasceu?

Yoshifumi: Meu pai nasceu em Sacramento, Minas Gerais. Meu avô trabalhava nas plantações de café, como a maioria dos japoneses que vieram. Ele veio ao Brasil para ganhar muito dinheiro, e começou a tomar conta de 1.000 pés de café. Os proprietários da fazenda, para não deixar que os japoneses fossem embora, na época da entressafra, davam terras para que eles plantassem o que quisessem; arroz, essas coisas. Os japoneses já plantavam mais arroz mesmo. Então, o que aconteceu? O meu avô demorou para cuidar dos 1.000 pés de café, e deu uma seca muito brava. O pessoal já tinha plantado arroz, e o meu avô ainda estava tomando conta dos pés de café, com poda, limpeza, capina. Quando terminou com o café, foi plantar o arroz dele. Além de dar muito arroz, os outros todos já tinham perdido as plantações de arroz por causa de um período de seca muito grande. O arroz deles morreu e o do meu avô deu bem e, como o arroz ficou com um preço bom, ele **ganhou muito dinheiro**. A partir desse momento, teve condições de quase comprar um quarteirão em São Paulo. É difícil estipular valor daquela época, mas... ele chamou a família toda e levou ao Japão para que os filhos dele conhecessem sua terra natal. Chegando lá, várias coisas aconteceram, mas, depois que veio a Segunda Guerra Mundial, minha família ficou toda no Japão. Inclusive o meu pai teve que servir, mesmo sendo brasileiro, né? Ele tinha cara de japonês, então foi servir. Meu pai foi mão de batalha, participou da guerra toda, foi atingido, sobreviveu. Como o irmão dele tinha mais estudo que meu pai, ficou na área de comunicação. Todos sobreviveram. Os demais eram mulheres, que costuravam, enquanto os homens fabricavam armas. A guerra era isso aí, as mulheres costuravam uniformes para os soldados e os homens fabricavam armas para os soldados, era assim no Japão. Depois que meu pai veio para o Brasil, trabalhou em oficina mecânica. Mas, como ele sabia plantar aqui, desde antes de ir ao Japão, e japonês era símbolo de agricultura, meu pai começou a plantar verduras, porque necessitava de alimento. E também ganhou dinheiro. Antes, casou com minha mãe, eu nasci, e, com o dinheiro que tinha, quis trazer minha mãe para conhecer a terra onde ele nasceu, e veio para o Brasil com a família toda também, irmãos, irmãs, todos vieram para o Brasil, mesmo alguns não querendo, outros querendo, vieram todos. Como o Japão foi praticamente aniquilado na Segunda Guerra, ninguém quis voltar depois, **o Brasil já era um paraíso**, né? Depois de muito tempo, é que começaram a voltar para o Japão, porque lá faltou mão-de-obra também.

Nanahira: Sua mãe me contou que essa viagem ao Brasil, de navio, durou 53 dias. Como se chamava seu pai? Acho que ele teria muita história para contar...

Yoshifumi: Sim. Ele se chamava Yoshikazu, já faleceu. Ele tinha sim, mas eu, só depois de muito tempo que... Quando era adolescente não me interessava, só queria saber de andar de moto, namorar... **Depois que casei e me estabeleci, é que vim a ter conhecimento, que comecei a adquirir um pouco de conhecimento de minha família**. Aí que tive mais tempo para poder conversar com meu pai, conversar com minha mãe, e fui começando a voltar às minhas raízes. Depois de velho, eu fui aprender a fazer *sushi*, *sashimi*... fiz um curso de culinária em Belo Horizonte. É porque todo mundo que olhava para mim perguntava se eu sabia fazer *sashimi*. Eu era sinônimo de *sashimi*. Dizia: “não, não sei”. Perguntavam: “sabe falar Japonês?”, e eu: “não sei”. Falavam: “como não sabe, então você é um japonês do Paraguai, uai!” [*risos*] Eles adoravam isso, meus amigos sabe? Minha família, hoje, são mais os meus amigos. A gente, quando veio para Paracatu... meu pai voltou ao Brasil e chegou em São Paulo. Lá, um senhor de Patos de Minas que estava em São Paulo conheceu meu pai e o levou para Patos de Minas.

A fazenda desse senhor era aqui em Paracatu, onde funciona a atual Mineira de Metais. Inclusive tenho uma tia, primos lá, e outros japoneses de São Paulo que foram a Patos de Minas. A família sempre trabalhou com agricultura em Patos de Minas, e todas as outras famílias que foram para lá também. Aí, um senhor de Paracatu que foi a Patos de Minas conheceu o meu pai. Ele trabalhou muito na área rural, e foi quando eu adoeci. Tive pneumonia, algo assim. Eu era muito pequeno. Por isso, vieram a Paracatu, onde meu pai ficou hospedado em um hotel, uma pensão, algo assim. Esse senhor de Paracatu chamou meu pai, trouxe ele para trabalhar em uma área que fica atrás da Cooperativa, na Fazenda Guerra. Com o tempo, conquistou a independência e comprou terras no São Sebastião, a Fazenda Julião. Trabalhou muito.

Winnetou (pai de Nanahira)¹⁴⁸: Sabia que você está entrevistando um japonês que nunca foi ao Japão? Onde já se viu isso? *[Risos]*

Yoshifumi: Engraçado, né? Meu irmão nasceu aqui e já foi três vezes. Eu, que nasci no Japão, não fui nenhuma vez. A vida da gente é cheia de surpresas, sabe? Eu, quando iria ao Japão, minha esposa falou assim: “eu acho que estou grávida”, da caçulinha. Eu falei: “Nossa, como vamos fazer? Não podemos ir ao Japão com você grávida!”. Mas ela queria ir. Foi uma contrariedade. Fiquei. E hoje, a caçulinha me adora... ela tem 24 anos. Nascido lá, tenho dupla cidadania, não preciso de visto. Até falei com minhas meninas: “como vou me casar no Consulado, vocês terão dupla cidadania; o dia em que quiserem ir ao Japão...” Falta oportunidade mas... Conhece o Presidente da Campo? Ele já quis me levar para o Japão, na comitiva dele, da Campo. Agradei muito, mas falei que, sozinho, não queria ir não. Isso foi há uns três anos.

Winnetou: Ah, e ninguém chama ele de Yoshifumi, só de Shifumi mesmo.

Nanahira: Pois é, quando falei com Sra. Hideko e ela disse o nome de seu filho mais velho como Yoshifumi, pensei: “será que é a pessoa conhecida como Shifumi?”...

Winnetou: Em Paracatu, parece não existir mais uma separação entre japoneses e brasileiros, e isso começou muito com ele. Por exemplo, Shifumi sempre participou das gincanas realizadas em Paracatu com a esposa que, na época, era namorada. Ele participava das brincadeiras e ganhava quase todas. Realizou uma interação com isso, participando das gincanas com as pessoas da Cidade.

Nanahira: Algumas pessoas com quem conversei para essa pesquisa relataram que, no início, ao chegar em Paracatu, houve estranhamentos e certa discriminação, mas esforços de integração com a sociedade local. Conversando com você, entendo que havia nipo-brasileiros aqui, sua família, no caso, antes dos nikkeis que vieram pelo PRODECER.

Yoshifumi: É... sou filho de pai mineiro e mãe japonesa. Todos os irmãos do meu pai nasceram no Brasil. Depois da Segunda Guerra, todos eles tiveram que ser registrados no Japão, como se tivessem nascidos no Japão, porque eram ex-combatentes, para poderem ter passaporte e vir ao Brasil. Isso não sei ajudou ou prejudicou meu pai, mas todos tiveram dupla nacionalidade. Aqui, no Brasil, tornaram a trabalhar na agricultura. Quando meu pai veio pra Paracatu, eu me lembro de que o pessoal não conhecia verduras, não tinha costume de comer verduras.

¹⁴⁸ Winnetou Castilhos de Sant’Anna, 63 anos, é natural de Caxias do Sul-RS e vive em Paracatu desde 1969.

Winnetou: Pois é, quando cheguei em Paracatu, em 1969, o pessoal daqui não tinha costume de comer verduras. Muitas pessoas tinham bócio.

Yoshifumi: Não tinham mesmo. Conheciam mandioca, abóbora d'água, essas coisas que são tradicionais na região. Mas não conheciam couve-flor, alface...

Winnetou: Antes de vir, morava em Campinas, São Paulo, onde as pessoas sempre tinham verduras, legumes, hortas nas casas também. Em Campinas, morei em uma fazenda militar; em frente à nossa casa havia uma plantação de amendoim. Em São Paulo, sempre havia muitas verduras; morei em Guarujá, São Vicente, Santos, Praia Grande, em todos esses lugares... Era costume comer arroz, feijão, bife, ovo e verduras, e sempre havia alface, couve, couve-flor, uma variedade grande, mas... cheguei aqui e não tinha nada. O pessoal só comia carne, abóbora, não a abóbora cabotiá, mas a moranga.

Yoshifumi: É isso mesmo. Quando meu pai veio para tratar da minha doença, como era mais perto de Paracatu do que de Patos, um senhor de Paracatu viu meu pai e trouxe ele para cá; sempre com uma proposta melhor para ele. Foi aí que meu pai começou a trabalhar na Fazenda Guerra; depois do Guerra, ele comprou umas terras no São Sebastião, a Fazenda Julião. Ele começou a trabalhar plantando arroz com outras fazendas, na meia, era meeiro, arrendava terras. Na Fazenda Julião, ele plantava só verduras; inclusive teve um dos primeiros pomares de laranja poncã de Paracatu. O povo daqui não conhecia a poncã, apenas a laranja, a laranja bahia, a laranja cravo... O pessoal pensava que era uma mexerica muito grande. As pessoas falavam: “Seu Yoshikazu, pra que o senhor vai plantar isso?!” Plantou 800 pés dessa laranja.

Winnetou: E deu certo para ele? Era o único que plantava...

Yoshifumi: Nossa Senhora, **ganhou dinheiro demais!** Quando começou a dar muita laranja poncã e o pessoal daqui não conseguia consumir, levou para Brasília, que estava começando... Se meu pai tivesse ido para Brasília naquela época, em 1968, 1969... o Governo estava dando terras para quem quisesse ir plantar alguma coisa lá, e era muita terra, o incentivo não era pouco não! Ninguém acreditava em Brasília, meu pai muito menos. Na época, ocorreu a Revolução. Eu me lembro, o Colégio Afonso Arinos virou um quartel militar. Depois disso, é que abriu tudo e o Governo estava liberando terra.

Nanahira: Pois é, anos antes, na época de Juscelino Kubitschek, quando foi promovida uma migração de japoneses a Brasília, disseram que a terra era ruim. Israel Pinheiro respondeu o seguinte: “se a terra fosse boa, eu não precisava de japonês”.

Winnetou: Antes, aqui, plantavam só em terra boa, não procuravam trabalhar a terra; depois mudavam para outro lugar atrás de outra terra boa, como nômades. É diferente o que foi feito com a vinda dos japoneses... Hoje, o Cerrado é terra produtiva. Aqui se sabe, mais ou menos, quando chove e quando não chove, facilitando o planejamento disso ou daquilo. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, não se sabe quando chove ou quando não chove.

Yoshifumi: Isso, iam mudando de lugar O Cerrado tem a terra mais procurada hoje, a terra com areia. É o que o agricultor sempre fala por aqui: “o homem sabe fazer chover, mas parar de chover ele não dá conta não”. É preferível estar em um lugar onde não chove, porque você pode fazer chover, mas parar de chover ninguém consegue. E outra coisa que meu pai também não fez, quero dizer, também não sabia é que... lá no Morro do Ouro, morava a família de meu padrinho, e ele disse que tinha terras para vender ao meu pai. Meu pai estava querendo plantar

banana prata. Ele olhava lugares no Alto do Açude, descendo por uma pirambeira, porque ainda não tinha estrada. Passava muito por ali, onde dava muita banana prata boa, e a banana prata gosta muito de argila, lá o terreno é argiloso. Ele pensava que tinha de arrumar um lugar para plantar banana prata; plantaria uma vez só, elas iam produzindo, enquanto tomava conta das verduras.

Winnetou: Quando se colhe uma banana, corta o pé, ele cai, e sempre aparece uma muda.

Yoshifumi: É preciso três mudas, a mãe, a filha e a neta, sempre as três juntas. Quando se corta a mãe, a bisneta deve estar aparecendo. Aí, foram lá para mostrar ao meu pai o Morro do Ouro. O meu pai olhava, olhava, mas não achava uma gota de água por lá e pensava que não teria como plantar banana, em uma terra só com pedras. Dizia: “Eu vou te vender barato, você pode fazer o que quiser”. Meu pai tinha o dinheiro para comprar, mas falou: “não quero isso aqui não, não serve nem pra criar cabrito!” *[Risos]*

Winnetou: Uma terra que dá 16kg de ouro por dia hoje! Com a mineradora lá, ele teria uma fortuna na mão. Os donos daquelas terras receberam muito dinheiro, sem fazer esforço. Parece com o que acontece com quem encontra petróleo em suas terras; a petrolífera abre poços e te fornece um salário todo mês.

Nanahira: Não tinha como ele saber na época, né...

Yoshifumi: Meu pai também não tinha essa visão assim, ele não tinha muito estudo. Tinha experiência na agricultura. Se eu fosse ele, perguntaria: “Por que ali se chama Morro do Ouro?” Entendeu?

Winnetou: Antes de a RPM vir pra cá, fiz duas bateias de folha de flanders na oficina da Escola em que trabalhava e fui, com meu cunhado, garimpar no Morro do Ouro. A estrada para Unai era de terra. Até chegar na parte do Morro do Ouro, a estrada era toda varrida, limpinha. As mulheres das casas ao redor, casas feitas com porta de carro, lona, varriam a rua, pegavam ouro em pó, desciam em uma gruta com muitos metros de profundidade, onde havia um fiapo de água. Uma dona, na maior confiança, nos mostrou um vidrinho com um pouquinho de ouro, esperando dar 1g para vender. Saímos com a bateia e, em todo lugar, saíam grãosinhos de ouro no fundo da bateia. Até raiz de ervas a gente sacudia e aparecia ouro, amarelinho... Fascina a gente. Só que, na época, não tinha como lavar, não tinha água. Era necessário descer lá embaixo... É por isso que, antes, garimpavam o ouro de aluvião com água corrente, na praia, o córrego.

Nanahira: É, a história conta que o ouro de aluvião, mais fácil de retirar, acabou rápido. Então, seu pai não quis comprar as terras no Morro do Ouro e preferiu ficar na Fazenda Julião. Ele trabalhou por muito tempo lá?

Yoshumufi: Ele morava lá. Meu pai ficava lá porque acreditava que o olho do dono é que engorda o gado. Ele morava na roça e minha mãe vendia tudo o que ele plantava. E ela morava na cidade comigo e meu irmão, e nos colocou para estudar. Batia na gente com cinto mesmo, era brava. Meu pai nunca me mandou fazer nada, ele sempre me **pediu**. Eu nunca neguei nada também, sabe? Ele só pedia.

Winnetou: Lembro ter comprado com sua mãe em uma quitanda onde ela morava, perto da distribuidora...

Yoshifumi: Hoje, ela mora com meu irmão, não pode mais morar sozinha porque já tem 90 anos. Na esquina da avenida com a praça, ela tinha, na parte de baixo, um local alugado. Depois, pediram mais caro, porque ela vendia bem, e se mudou mais para cima, onde fica uma farmácia, na esquina. Lá, ela conheceu a esposa de um comerciante da cidade, ficaram amigas e começou a vender ali. Depois, ela comprou a casa onde viveu até pouco tempo, ao lado da distribuidora de bebidas.

Nanahira: Foi lá que conheci a Dona Hideko, em 2013.

Yoshifumi: Isso. Lá também havia uma máquina de arroz, da família de meu padrinho, era um local que beneficiava arroz. A casa que ela comprou era parte de um depósito de arroz. Tentaram vender todo o local da máquina para ela, mas ela não fez questão, era uma casinha também. Ela tinha o dinheiro para comprar tudo, mas,.. Minha mãe, como não tinha plano de saúde, não sabia dessas coisas, sempre guardava dinheiro caso um dia adoecesse. O pensamento de minha mãe sempre foi esse. Meu pai não, era mais pros cocos, gastava o que tinha e o que não tinha. Entrava no bancol, financiava, perdia, rolava a dívida, no outro ano pagava, era assim. E minha mãe estava sempre pagando despesa pra ele. Como administradora, ela ganhava dinheiro. Um dia, ela me contou que meu pai trazia duas carroças de verduras por dia, uma de manhã e a outra de tardezinha. Ele não tinha duas carroças, apenas uma, e tinha que trazer as verduras duas vezes por dia. Como ele não dava conta de trazer duas na mesma hora, trazia uma cedo e outra ao anoitecer. Ele levantava de madrugada para colher as verduras e trazia cedo. Enquanto estava vendendo o que trouxe da noite anterior, chegavam mais verduras novas. Assim, tanto os que compravam cedo como os que acordavam mais tarde levavam verduras novas. Ela vendia, vendia, eu e meu irmão é que fazíamos almoço, limpávamos o chão. A gente ficava cansado e ela chegava o reio em nós! Não, tem que trabalhar! E nós só queríamos ir para a rua, íamos para o tanque, jogar bola, ou para a praça da capelinha, que fica em frente ao cemitério hoje.

Nanahira: Curioso que, na época, os únicos japoneses e descendentes da sua geração, entre os amigos, eram só você e seu irmão, né?

Yoshimufi: Não tinham outros. E a gente andava a cidade inteira. A gente era pinta, sabe? Nadávamos no matinho todo final de semana.

Winnetou: O matinho era como uma praia. As pessoas tomando sol, tinha um lugar para nadar, outro para saltar, era alto, e o espaço para cair na água era um buraquinho.

Yoshimufi: Era tão alto que eu olhava lá de cima e achava que a água não me caberia. A gente pescava no matinho piaba, lambari, timburé, traíra. Era desse jeito, minha vida era boa demais. Aí, o que aconteceu? **Eu virei brasileiro.** Minha mãe contava que, quando eu era pequeno, já estava indo para a escola, que eu conversava em Japonês e tinha um amigo, minha mãe não sabe quem é, eu também não me lembro dele, mas disse que era moreninho, falava em Português e eu em Japonês. Nós dois brincávamos o dia inteiro, e um entendia o que o outro queria. Disse que era assim. Ele almoçava lá em casa, acho que era uma pessoa mais pobre, ficava comigo e comia alguma coisa também. A gente morava atrás de um hotel, depois do beco que segue da entrada do restaurante até a drogaria; na parte de baixo, tem uma casa de esquina, depois, uma casa com um portãozinho e uma casa bonita no fundo; eu morava lá, brincava, e conheci ele ali.

Winnetou: Então era um japonês e um moreninho brincando...

Nanahira: Um falando em português e outro em japonês, e estava tudo certo?

Yoshifumi: Sim, tudo certo!

Nanahira: Eram crianças, e acho que elas não nascem sabendo das supostas diferenças, aprendem que elas existem na sociedade. A primeira vez em que percebi a questão do racismo, foi quando estava no pré-escolar. Tinha uma colega de seis anos que disse, na época da quadrilha, aquela dança de festa junina, quando a gente formaria os pares, que não teria problema em dançar com qualquer menino menos com aqueles dois. Quis saber o porquê, será que aqueles dois bateram nela ou a xingaram? Ela me explicou: “olha a cor deles; eles suam”. Sem entender, disse que eu também suava, e que ela não devia brincar comigo também. A colega de seis anos falou: “Mas é diferente”. Até então, eu não sabia dessas diferenças.

Yoshifumi: É... no caso meu e do meu amigo, todo mundo estava se entendendo. Agora, a minha maior dificuldade era no Português, eu passava na escola era raspando...

Maria do Carmo (mãe de Nanahira)¹⁴⁹: Sua mãe contava, em uma reportagem de revista muitos anos atrás, que as pessoas chegavam perto dela e puxavam os olhos assim...

Yoshifumi: Era, né?

Aysten: As pessoas iam lá para ver ela falando das verduras de um jeito engraçado. iam lá comprar só pra ver ela falar.

Yoshifumi: Tem um caso engraçado sobre isso. O irmão dela estava lá vendo a minha mãe conversar com outra pessoa, também japonesa. Então, as duas conversando em Japonês e ele não entendendo nada. Daí, as duas riram, e ele entendeu! A risada é igual, né? *[Risos]*

Aysten: Assim, na risada, japoneses e brasileiros falam do mesmo jeito. Quando começamos a namorar, eu era bem nova, estava no final dos meus 11 para 12 anos. Meu irmão era um ano e meio mais novo que eu.

Yoshifumi: Quando meu pai saía para trazer verduras, eu entrava na carroça. Quando chegava na roça e me via, dizia: “Nossa, Shifumi veio!” *[risos]* Eu fugia porque gostava da roça.

Nanahira: Antes de Belo Horizonte, sempre estudou em Paracatu?

Yoshifumi: Isso, estudei aqui no Estadual.

Maria do Carmo: Estudou e se formou junto com seu tio.

Yoshifumi. Sim. Depois que terminei o 2º grau, fui para Belo Horizonte. Outra coisa engraçada. Daí fui para Brasília, todo mundo queria ir para lá, né? Eu fui para Brasília mas detestei. Fiz Engenharia Industrial Mecânica no CEFET.

¹⁴⁹ Maria do Carmo de Siqueira Rabelo e Sant'Anna, 59 anos, é natural de João Pinheiro-MG e vive em Paracatu desde 1968.

Nanahira: Esse meu tio que estudou com você foi para a UnB. Entre seus amigos, foram alguns para Belo Horizonte também?

Yoshifumi: Sim. *[Citou nomes de seis pessoas, alguns apelidos, os cursos superiores que fizeram]*

Nanahira: Soube que você tem amigos famosos, inclusive o ex-Ministro do STF.

Aysten: Mandou abraço dele várias vezes lá em casa, mas Shifumi estava pescando...

Yoshifumi: Duas vezes ele pediu alguém pra ir lá em casa.

Winnetou: Sei que ele jogava pelada no Santana pelo apelido, na época que eu também jogava.

Yoshifumi: Jogava, era peladeiro, esperto, bom de bola!

Winnetou: Tinha mentalidade de estudar, querer crescer na vida, não ficava esperando as coisas acontecerem. Correu atrás, foi em Brasília se formar, e chegou a Ministro.

Yoshifumi: É, ele teve muita determinação.

Winnetou: Então você não viu ele aqui em Paracatu? Todo mundo sabe que ele te procurou.

Yoshifumi: O pessoal do Santana, todo mundo fica atrás de mim. Mas qual a hora que me acham, né? Tem que agendar! *[Risos]*

Nanahira: É isso aí! Eu também custei a conseguir um horário... Então, depois de fazer o curso em Belo Horizonte, não quis ficar lá, preferiu voltar para Paracatu? Ou chegou a passar um tempo lá?

Yoshifumi: Formei e a FMB me chamou, uma subsidiária da Fiat, uma fábrica de cabeçotes de alumínio, de injeção. Chamaram três pessoas e eu fui selecionado. Passei o dia inteiro lá e me deram um livro dessa grossura pra ler! No final, tinha um salariozinho. Estudar esse tanto aqui para ainda pedir mesada para minha mãe? Com aquele salário não conseguiria sobreviver em Belo Horizonte. Porque o meu ideal era ir para a Honda em Manaus, sempre gostei de moto. Então, vendi minha moto e fui para Manaus. Fiz três testes lá, um de controle de qualidade, um de usinagem e outro de injeção. Isso tudo em uma segunda-feira. Vocês conheceram uma pessoa que dava aulas de francês aqui? Ele tinha um irmão que me forneceu o endereço dele em Manaus. Ele dava aula de mecânica, de elétrica, na escola técnica de Manaus. Eu me apresentei e ele me disse que caí do céu, pois precisava de alguém para ajudar, dando aulas na escola técnica. Eu disse que estava lá para fazer teste na Honda, falei: “não vou, não quero dar aula”. Fiz o teste. Manaus é tão quente... No hotel, o ar condicionado era ligado no máximo. Saía do chuveiro, a ducha gelada, e ia direto para a cama. Dormia e acordava suado. Quando chegou o final de semana, disseram que havia uns lugares bons para passear, como o Aeroporto. A primeira coisa que fiz foi ir ao guichê e comprar a passagem para Brasília, na econômica, à meia-noite. Larguei tudo e vim. Não suportei o clima de lá.

Nanahira: E o resultado dos testes da Honda?

Yoshifumi: Também não vi, porque deixei o endereço do hotel, e não o endereço daqui. Ficou lá no hotel.

Aysten: Ele foi convidado para dar aulas no CEFET daqui, mas não quis.

Yoshifumi: Não... Sabe o que aconteceu? Eu tinha acabado de fazer um curso de Culinária Oriental em Belo Horizonte. Aqui, na Faculdade Atenas, tem um curso de Nutrição. Todo ano, fazem um curso paralelo de Gastronomia Regional, do Nordeste, mineira, gaúcha, baiana. O pessoal pediu para eu falar de Gastronomia Oriental. Aí, o coordenador do curso, que dava aula também, ligou para mim, já era meu amigo também, e perguntou se eu sabia fazer comida oriental. Falei que tinha acabado de fazer um curso e que sabia. Disse: “Ah não, você caiu do céu então! O único japonês que eu conheço aqui é você e sabe fazer comida oriental”. Então tá, fui. Lá, todo mundo queria fazer o curso, só que as vagas eram limitadas, teve um sorteio. Minha menina não foi sorteada. Ela me falou: “Pai, você tem que me levar, dê o seu jeito”. Eu falei com o coordenador do curso que precisava de uma ajudante, porque não conseguia sozinho não. Ele disse que podia, mas perguntou quem seria. Eu não queria dizer, mas tinha de dar o nome, senão ela não poderia entrar na faculdade. Falei que o nome era Sayure Kayashima. “Cê não é mole não, hein japonês?! [Risos]. Disse: “Tá bom, pode ser”.

Winnetou: Tá vendo? Ele pegou o jeitinho brasileiro, aprendeu rápido.

Yoshifumi: Outra coisa que a gente aprende de malandragem, como eu sempre trabalhei com oficina mecânica e ainda era motoqueiro, tudo o que não presta vai para lá. É a melhor escola para uma pessoa aprender a viver chama-se oficina mecânica. Tudo o que não presta...

Aysten: Cada conversa que a gente escuta...

Yoshifumi: Pra começar, oficina mecânica é cheia de calendário de mulheres seminuas.

Winnetou: Antigamente era mais, mudou um pouco porque muitas mulheres frequentam, então o pessoal começou a retirar.

Yoshifumi: Agora acabou, mas oficina mecânica é sinônimo disso. Quantas vezes, enviamos o buiuzinho, o novato, para buscar martelo de desempenar vidro, pegar emprestado com outra pessoa. Ele ia, chegava lá, e o povo ria dele, e ele saía furioso, voltava...

Aysten: No bar também tinha dessas coisas. Uma vez, pedimos com uma pessoa pra pegar a ficha de Edson Arantes do Nascimento. Depois que ela, coitada, atinou que era Pelé! [risos]. Logo depois, entrei no Bradesco, e aconteceu comigo. Falei que buscaria a ficha porque quem pediu era meu chefe, mas eu sabia que não existia a ficha daquela pessoa. Quando me formei, fiz o 2º grau, naquela época era o Normal. Terminou em novembro e, em fevereiro, comecei a trabalhar no banco, por dois anos e meio. Casei em 1985, e meu menino nasceu em 1986. Quando voltei a trabalhar, passaram-se seis meses e me dispensaram. Foi aí que comecei a ajudar meu marido. Aprendi a costurar, procurava emprego, mas naquela época era uma dificuldade. Ajudei a dar aulas em um curso do tipo Mobral também.

Yoshifumi: Olha, você tem alguma pergunta em mente para fazer pra mim, de sua pesquisa? Se tiver, pode fazer, viu?

Nanahira: Tenho as perguntas nesse roteiro aqui, sem estar presa a ele. Acho que você não sentiu, mas já fiz quase todas as perguntas da pesquisa, adaptadas de acordo com o decorrer de nossa conversa. Chegamos à parte em que você mora em Paracatu, depois das passagens por São Paulo, Patos de Minas, Belo Horizonte, Manaus... O curso de culinária, quando foi realizado?

Yoshifumi: Foi depois que já tinha me instalado aqui, foi há três anos.

Aysten: Acabamos montando um restaurante para meu menino, em João Pinheiro.

Yoshifumi: O meu irmão, quando não tirava o primeiro lugar na escola, ele chorava. Levantava todo santo dia às cinco horas da manhã, estudava até as seis, fazia o café, ia para a padaria, comprava o pão. Quando a minha mãe acordava, já estava tudo pronto. E ele tinha as melhores notas da escola. Eu estava na oficina mecânica de motos e falei para a gente trabalhar juntos; “a motocicleta é o veículo do futuro”, disse pra ele, “vai chegar uma hora em que todo mundo vai sair de moto para ir aos lugares”.

Winnetou: É o que está acontecendo hoje em Paracatu! Moto pra todo lado.

Yoshifumi: Só que o brasileiro está atrasadíssimo. Porque aqui, quem ganhou motocicleta, a maioria, foi marginal, né? Um senhor de idade sai com um carro de 180 mil para o Centro, não acha lugar para estacionar e não tem coragem de andar numa motoneta, quando todo mundo poderia estar usando uma. Gasolina barata, estacionamento fácil... e é uma cidade que não chove; se fosse um lugar que chovesse muito, mas não. Na Europa, na Ásia, usa-se muito a motoneta. Mas aqui não pegou não. Agora eu já mudei de profissão. Estou trabalhando na área náutica, com motores de polpa, lancha, *jet ski*...

Nanahira: Então a empresa Motomen ainda existe, mas na área náutica?

Yoshifumi: Isso. Só que, na época, eu e meu irmão fundamos a Motomen, era em 1980...

Aysten: A empresa foi fundada em 20 de outubro de 1980. Logo depois, começou a ter gincana de motos.

Maria do Carmo: Na data de aniversário de Paracatu...

Winnetou: A gincana de motos, Motokando, dava certo porque poucas pessoas tinham moto na época. Se fizer uma hoje, é acidente na certa.

Aysten: Não tinha muita coisa para fazer aqui. Então, era sagrado dar uma voltinha na cidade no fins de semana, às vezes na semana também. Saíamos em 10 motoqueiros ou mais, íamos para outras cidades também, João Pinheiro, Unaí. Eu fui uma das primeiras mulheres no grupo de motos. Shifumi era amigo de meus tios, um deles era mais ou menos da mesma idade dele. Nasci em Água Boa, Minas Gerais, que fica a 365 km da divisa com a Bahia, depois de Diamantina, Guanhães, Gouveia... Quando eu tinha cinco anos, nos mudamos para Paracatu. Dizem que minha família tem ascendência de franceses.

Nanahira: E como foi apresentar uma namorada brasileira para Dona Hideko?

Aysten: Teve um pouco de resistência, eram bem reservados, mas depois... *[Mostrou-nos um documento de Yoshifumi com foto, da época em que veio com sua família do Japão, que era o registro de entrada no Brasil, datado de 27 de junho de 1956]*. Hoje, temos três filhos e três netos, quase quatro, um está para nascer. *[Apresentou-nos fotografias de seus filhos e netos]*

Yoshifumi: Uma vez, em uma entrevista de um programa de televisão, vi uma pessoa uma pessoa, que uma autoridade, dizendo que, hoje, a melhor mistura de raças que houve foi de japonês com brasileiro.

Winnetou: Nós já conhecíamos os dois namorando. Na sociedade, a gente não notava uma diferença entre os dois, um japonês e uma loira, brincávamos com todos, numa boa.

Yoshifumi: Quando vou em um lugar conhecer as pessoas, cumprimento, sento perto, tento me aproximar. Mas do japonês se espera que... Quando entro na festa, para conhecer as pessoas, os outros que não me conhecem ficam já assim... Aqui em Paracatu, o pessoal japonês se integrou, tem um lado de cidade hospitaleira. Mas as pessoas daqui dão mais valor para os que vêm de fora. Sempre foi desse jeito.

Winnetou: O povo daqui era muito ingênuo. Quando viemos para cá, meu pai representava o serviço militar na Cidade e na região Noroeste, tudo passava por ele para assinar. Era uma zona não tributada, o pessoal não servia, e o meu pai assinava os documentos de dispensa de serviço militar. Chegou aqui e fomos muito bem recepcionados, os filhos do tenente. Ficamos assustados porque, em Campinas, eu pai era um militar a mais. Aqui, era o único. Paracatu era bem pequena...

Yoshifumi: Paracatu era assim, as famílias tradicionais comandavam... ficou travada por muito tempo.

Winnetou: Os grandes mercados tiveram dificuldade para se estabelecer aqui, um deles fez a compra do local de maneira oculta para se instalar. Outro mercado, que é atacadista, além de atender Paracatu, atinge as cidades ao redor em um raio de 150 km. Se a cidade cresce, o comércio acompanha. Não há como só o pessoal daqui comandar o comércio.

Nanahira: Um pouco atrás, estávamos falando de o Shifumi apresentar uma namorada brasileira para a Dona Hideko...

Yoshifumi: Antes, a minha mãe tentou arrumar uma namorada para mim em Belo Horizonte. Havia um senhor que era vendedor, fazia o trecho Belo Horizonte-Brasília. Um dia, passou em Paracatu, conheceu minha mãe, que passou para ele meu telefone e endereço. Recebi convite para almoçar na casa dele em um final de semana. Eu achei estranho, mas fui, por educação. Ele tinha três filhas e nenhuma tinha noivo, falei: “Ai, meu Deus...”. Como disse, saímos, ficamos amigos, eu e a filha dele... Aqui em Paracatu, montamos a oficina de motos, eu e meu irmão. Foi crescendo e eu continuei estudando em Belo Horizonte, ainda fazia Mecânica. O que ele não sabia, me ligava e eu passava tudo para ele. Ele aprendeu rápido a profissão. Quando eu voltei de Manaus, como a empresa já estava bem desenvolvida, tínhamos bastante clientes, um estoque muito bom, pensei: “quem sabe lá suporta mais pessoas?”. A primeira coisa que minha mãe fez foi me tirar da garagem, que era barulhenta demais. Eu precisava de um ajudante, que acabou sendo uma pessoa que trabalhava no mercado com minha mãe, mas era piolho da oficina, ficava mais lá do que com minha mãe. Lá era o seguinte: tinha uma garagem, um quarto e a suíte em cima, subindo a escada; era grande. Saí de lá e fui para onde funciona uma elétrica.

Daí surgiu a oportunidade de comprar aquela casa em frente ao lugar onde funcionava a Minas Caixa. Quando me casei com ela, tinha essa casa, a oficina, um carro, e já tinha comprado a parte de meu irmão na oficina. Eu já era estabelecido quando me casei. Eu tinha 30 anos quando nos casamos...

Aysten: Foi em 1º de junho de 1985.

Winnetou: Foi melhor para você?

Yoshifumi: Para mim, tudo o que aconteceu foi bom, poderia se repetir tudo de novo, menos as coisas ruins, que a gente pode contar como experiência. Eu sempre falei assim: **“quem é inteligente aprende com a experiência dos outros, não com a própria experiência”**. Por exemplo, se três pessoas quebraram porque fizeram aquele financiamento, por que você vai fazer? Você se lembra daquela de pirâmide financeira que havia antigamente, em que todo mês a pessoa pagava um pouquinho, e, ao final, viria um montão para ela?

Winnetou: Sim, mas nunca participei, sempre fui desconfiado...

Yoshifumi: Uns anos atrás, isso voltou com outro nome. Ah, antes da pirâmide, veio o negócio das fazendas de avestruz, você se lembra?

Winnetou: Demais!

Yoshifumi: Ofereceram para mim, mas falei: “ninguém ganha dinheiro fácil da noite para o dia não... não, obrigado!”. O dinheiro que ganhei foi suado, continua ali quietinho, ali rendendo...

Nanahira: Entendo que você se relacionou mais com quem era de Paracatu do que com japoneses e descendentes. E com os nikkeis que vieram depois, a partir da década de 1980?

Yoshifumi: Sim, com os daqui muito mais! Em 1956, veio minha família toda ao Brasil. De minha família, veio minha mãe, meu pai e eu. Vieram também os irmãos e irmãs do meu pai. Tem família que ficou em Patos de Minas e outros que ficaram São Paulo. Naquele ano, vieram muitos imigrantes japoneses. Minha mãe veio sozinha do Japão com meu pai. Não sei se o pensamento dela era voltar ou dia, mas ela gostou muito do Brasil. Ela mesma te falou, né? Que prefere o calor daqui ao frio do Japão. Ficou aqui, e gosta tanto de Paracatu, todo mundo adula ela, né? Então...

Nanahira: Aqui perto funciona o Kaikan. Os que fundaram vieram pelo PRODECER, e se associaram. A sua família também participava do Kaikan? São sócios?

Yoshifumi: Participava. Minha mãe era convidada. Era da primeira família japonesa estabelecida em Paracatu, então era como se fosse uma convidada de honra. A gente ia ao Jôquei, passava o dia inteiro lá, no aniversário do Kaikan, participar do *Undokai*, uma gincana com jogos em que participam pessoas de todas as idades. Lá era muito bom, não sei porque acabou. Acho que pode ter ocorrido atritos, problemas de aquisição financeira. Como tinha uma mensalidade, igual a todo clube, quando teve uma queda de participação, na época em que o pessoal perdeu as terras, começou a retirar o lazer. Muita gente foi embora, voltou para São Paulo, Paraná. A primeira coisa que se faz com uma perda financeira é cortar o lazer. Quando faziam as reuniões, os eventos lá, como os japoneses eram poucos, começaram a chamar os brasileiros para participar.

Maria do Carmo: Eu tive alunos que eram chamados para jogar tênis de mesa lá no Kaikan, com bolsa.

Yoshifumi: Minhas meninas, quando eram adolescentes, participavam das viagens que o Kaikan promovia para eventos esportivos. Inclusive uma delas conheceu o namorado nessas viagens, ele é de Uberaba. Lá no Kaikan, algumas pessoas jogavam *guetoboru* também.

Aysten: No *Undokai* se faz de tudo, há jogos para todas as idades. É a gincana dos japoneses, não tem programa melhor. Tem almoço, é uma confraternização, cada um levava um tipo de comida, o que se quisesse levar. Não era no Kaikan, mas em outro terreno, da Fazenda Rancho Alegre. Não me esqueço do nome da fazenda, porque faço uniformes e, uma vez, mandaram fazer, mas o nome foi digitado errado. Na hora de entregar as camisetas, quando olhei, não acreditei... [risos]

Yoshifumi: Kaikan significa clube, e há vários kaikans pelo Brasil, assim como existem vários jôqueis clube espalhados pelo Brasil ou várias unidades do SESC. Uma vez, quiseram que eu fizesse parte do Kaikan de São Paulo, mas eu não iria para lá; já fazia parte do Kaikan daqui, e não era possível ser parte dos dois. Mas falaram que, quando fosse para lá, poderia me hospedar, tinha dormitório, essas coisas.

Nanahira: Puxa, já percorremos muitos assuntos no decorrer da conversa. O que gostariam de colocar que eu não perguntei? Faltou falar de alguma coisa que vocês consideram relevante? Ou gostariam de alguma mensagem...

Yoshifumi: Então, eu sempre falei que **a minha vida dava para escrever um livro**, né? Além de eu ter nascido no Japão de um pai que saiu do Brasil, passou pela Segunda Guerra Mundial, sobreviveu... eu vim de não sei quantos mil quilômetros, lá do Japão. Minha esposa veio de uns 800 km daqui.

Winnetou: A questão da dupla nacionalidade do pai dele...

Yoshifumi: Isso. Enfrentamos muita discriminação também; estamos falando mais de coisas boas, mas tivemos a parte ruim também. Até hoje, a gente sofre ainda.

Winnetou: Eu não consigo entender esse tipo de coisa. Até hoje, com a idade que tenho, como um ser humano pode discriminar outro...

Nanahira: Também tenho dificuldades pra entender isso, principalmente aqui em Paracatu, ficava revoltada, achava um absurdo. Saí de Paracatu jamais imaginando fazer uma pesquisa envolvendo Paracatu, por não me identificar com a Cidade, nesse e em outros aspectos, e queria sair do Brasil. Mas é o melhor país do mundo, isso eu percebi depois de fazer Relações Internacionais e viajar a outros países.

Winnetou: Na verdade, vivemos num paraíso e não sabemos.

Nanahira: No Doutorado, é que fui entender o porquê da discriminação, de onde vem, principalmente dos contextos políticos, sociais, culturais em que as pessoas e seus antepassados viveram, não exatamente por maldade; entendi que se trata de um comportamento aprendido, influenciado por um contexto social, cultural. Os estudos me abriram a cabeça nesse sentido.

Não que eu concorde com a discriminação, mas agora compreendo e sei lidar um pouco melhor com isso. Ah, Aysten, ainda não escrevi seu nome completo, poderia me dizer? Nem falamos muito de sua família...

Aysten: Não tem problema, estava conversando com sua mãe. Tenho um nome grande, meu pai gostava de colocar os nomes assim. Para começar, meus tios e Shifumi eram amigos, e ele me conquistou levando bombons para mim. Quando ele tinha 18 anos, eu tinha nove, e ele frequentava a minha casa. Falou com meu pai assim: “Uai, você não vai levar ela não, pra andar de moto?”, e pai respondia: “Ah, leva você!”. Minha família gosta muito de Shifumi, minha mãe então...

Yoshifumi: O pai dela e eu somos amigos demais, né? Ele era motoqueiro, pescador e caçador. Eu também era motoqueiro e pescador, nunca fui caçador. A mãe dela gostava de jogar caixeta, buraco. Lá em casa, minha mãe sozinha; eu ia pra rua, o primeiro lugar onde ia era a casa dela. Andava de moto com o pai dela, tomava o café da noite, às 10 horas da noite...

Aysten: Lá em casa havia um costume que veio da nossa região. Tinha o café da manhã, o almoço, e tudo tinha que servir, mesmo com as panelas na mesa, mas nada em cima do fogão. Tinha o café da tarde e o café da noite, que era a ceia, um lanche depois do jantar. A mesa ficava posta e eles já sabiam a hora certinha. Meu pai veio de Conceição de Mato Dentro, em Minas Gerais.

Yoshifumi: Ah, depois que eu fiz o curso de culinária em Belo Horizonte, sugeri a meu filho: “Faz um *delivery* de comida japonesa, aqui em casa, o que você acha?” A esposa dele também foi estimuladora. Ele disse que tentaria; a gente comprou o que ele precisava no início. E deu certo! Quando a sogra dele fechou a papelaria, cedeu o lugar para ele tocar o negócio lá. Agora, tem um restaurante no centro de João Pinheiro. A tia dele comentou que ele foi uma das poucas pessoas que cresceram nessa crise.

Aysten: É fácil achar, apareça um dia lá!

Nanahira: Um dia vamos lá sim. Depois dessa conversa, entendi como a sua vida dava para escrever um livro viu... só tenho que agradecer muito!

ENTREVISTA 6

Data: 19 de fevereiro de 2017

Horário: 8h00 – 12h00

Local: Residência da família de Nanahira em Paracatu-MG

Participantes:

1. Cristina Shizo Sakazaki Fukuda, 64 anos, *nissei*, natural de Pacaembú-SP. Vive em Paracatu desde 1984.

2. Carina Miyuki Fukuda, 27 anos, *sansei*, natural de Paracatu-MG.

Antes da entrevista

Conheci a jovem Carina Fukuda e sua mãe, a Sra. Cristina Fukuda, por ocasião de evento comemorativo dos 120 Anos de Amizade Brasil-Japão, em 2015. Ao final da palestra sobre a pesquisa de Doutorado, Carina comentou que tinha se identificado com algumas falas, especialmente algumas consequências e repercussões do PRODECER sobre sua família, e colocou-se à disposição para colaborar com a pesquisa. Combinamos que eu entraria em contato assim que possível para conversarmos.

Entrevista

As interlocutoras trouxeram vários álbuns de fotografias, e nos explicaram sobre a época, as pessoas e os lugares de cada imagem. Havia fotografias do casamento do Sr. e Sra. Fukuda, da família na época da chegada em Paracatu, da fazenda e das casas em que residiram em Paracatu, dos vários eventos realizados no Kaikan, entre outras.

Nanahira: Muito obrigada pela gentileza de trazer as fotos, elas dizem muito sobre a vida de sua família. Vejo que algumas são da década de 1980, 1990... Aqui está você e seu irmão, Carina?

Carina: Sim. Mas ele não mora aqui, está no Japão.

Cristina: Aqui é meu casamento, em Paracatu, em 1985. Foi realizado na Matriz, por Dom Leonardo. A festa foi no Jóquei Clube, ainda não tinha o Kaikan.

Winnetou: Nosso casamento foi em 1984, mas foi realizado por Frei Pedro. Temos quase o mesmo tempo de casados, coincidência, né?

Cristina: É... aqui, na foto, é a fazenda do Seu Muraoka, ficava no Mundo Novo. Esse é meu marido, na época que foi ao Japão. A Carina tinha um ano e sete meses, mais ou menos. Ele ficou dois anos e um mês lá, foi trabalhar. Foi para nos levar, mas não quis mais. Aqui, meu marido estava no Japão, esses dois são meus filhos, são só os dois, a Carina e o filho mais velho. Conhece essa pessoa aqui? Trabalhava no Mundo Novo, era vizinho de fazenda.

Nanahira: Então o seu marido foi ao Japão no início da década de 1990, quando havia muitos *dekasseguis* lá, não é? Trabalham muito...

Cristina: Isso mesmo.

Carina: Fazem muita hora extra. Vi em uma reportagem, no noticiário da televisão, que algumas empresas apagavam as luzes para as pessoas não fazerem horas extras.

Winnetou: Interessante ver como as fotografias eternizam os momentos...

Nanahira: Por falar nisso, também vou mostrar fotos que tirei para um ensaio fotográfico, em janeiro de 2015, sobre a colônia japonesa de Paracatu. *[As interlocutoras reconheceram as pessoas que estavam nas fotografias]*. A foto do Kaikan indica que já se passou um tempo desde sua fundação, pelo aspecto das paredes. Por outro lado, a estrutura de cerca elétrica e alarme é recente, indicando que pessoas ainda frequentam.

Carina: Aqui em Paracatu, a colônia japonesa se dispersou. Muitas pessoas foram embora, estudam, têm condições de se manter fora da Cidade. As oportunidades de fora são melhores...

Nanahira: Uma das pessoas com quem falei, em 2013, foi um *sansei*, mais ou menos da nossa idade. Na época, tinha acabado de se formar e conseguiu um emprego na área de formação aqui em Paracatu. Não sei onde está agora...

Cristina: Ele está se preparando para ir ao Japão, estava esperando o visto. Tem interesse em trabalhar na mesma firma que meu filho, na área de autopeças. Ele quer conhecer o mesmo serviço e pode mandar minha bronca para meu filho, que não me dá notícia *[risos]*. Já se fazem três anos que ele não manda recado pela Internet, nem por telefone. Nós nos preocupamos, porque tem muita gente que fica com depressão por causa de muito serviço. Tenho um sobrinho lá do Paraná, de Umuarama, que foi para o Japão. Ele ficou com depressão, passando mal. É meu sobrinho por parte de minha irmã, que se casou com um primo. Perceberam o que aconteceu, trouxeram de volta para o Paraná, e ele melhorou... Essa senhora aqui já tem 90 anos, foi da primeira família de japoneses que veio *[olhando a capa do ensaio fotográfico]*. Minha mãe faleceu com 93 anos, já se fazem dois anos que ela faleceu. Jogava *guetoboru*, morava aqui em Paracatu.

Nanahira: Para fazer esse ensaio e escrever o artigo de 2013, conversei com pessoas que participaram do PRODECER aqui, até mesmo um vizinho. Essas pessoas me contaram sobre fatos, acontecimentos, consequências, repercussões, várias coisas que eu não encontrava em relatórios oficiais, produzidos pelos governos de Brasil e Japão.

Carina: Fala-se muito dos aspectos positivos, muitos não conhecem a realidade das pessoas que vieram morar aqui.

Cristina: O meu marido não tinha dívida, mas precisava pagar dívidas dos outros. Pagou dívidas dos outros e foi para o Japão. Eu tinha conta no banco e, um dia, ele falou assim: “vamos lá no banco, assina pra mim, que eu vou comprar uma máquina”. Não comprou não, pagou dívida. O símbolo da Cotia é no formato de uma colmeia de abelhas. A Cotia pediu a assinatura de meu marido. Com meu irmão caçula também foi assim, teve que pagar dívida de outros. Ele era sócio com o marido de outra descendente de japoneses que falou com você. Minha cunhada mora perto daqui. Depois, o marido dela morreu, não precisou pagar.

Nanahira: A senhora é *nissei*?

Cristina: Sim, sou *nissei*. Minha mãe, quando era pequena, não deixava a gente falar Português. Meus pais vieram antes da Segunda Guerra Mundial. Meu pai foi para Vera Cruz, em São Paulo, e se casou lá. Irmãos e primos do meu pai vieram depois da Segunda Guerra. Minha mãe nasceu no sul do Japão, em Kochi, e minha mãe no norte, em Hokkaido. Meu pai plantava arroz, disse que não gostava de plantar dentro da água. A colheita, tinha que tirar logo, escurecia cedo... quatro horas da tarde e já era noite. Quando veio do Japão, via todo mundo descalço, nunca tinha visto assim. Porque, no Japão, tinha que ser todo mundo calçado, com botas e tudo.... Meu pai era adotivo, com três anos ele foi adotado. Diziam que, se a família adotasse um filho, teria outros filhos. Quando era criança, ele pegou o registro, viu que estava escrito “adotivo”, e ficou... Um colega disse que era adotivo, não sei o quê, falava assim...

Nanahira: Uma espécie de *bullying*, o *ijime*?

Cristina: É, não tem muito o que fazer, né? Meu pai tinha bastante irmãos, foi adotado pela família Sakazaki; ele era da família Yasunaga. O pai adotivo é que cuidava, ele não gostava que meu pai colocasse o nome do pai verdadeiro dele, pois pensava que assim voltaria para ele, não ficando mais com a família adotiva. Depois de casado, ainda se preocupavam de ele não voltar mais.

Nanahira: Entendi que seu pai era agricultor no Japão, tinha experiência na terra, né? E a sua mãe, a família de sua mãe?

Cristina: Era agricultor. Minha avó, mãe da minha mãe, disse que vendia arroz, socava também. Antigamente, usavam uma caixa de madeira para colocar o arroz... só que, muita gente não pagava. Minha mãe veio com a família de minha tia, que era casada. Ela era a filha caçula e veio para completar a família de minha tia. Vieram três irmãos, que eram minha tia, meu tio e minha mãe. Outros ficaram.

Carina: Para vir do Japão, era preciso completar um número de pessoas na família.

Cristina: Falavam que, no Brasil, iriam tirar ouro com a rastela; o ouro era o café.

Nanahira: A mãe faleceu, mas o pai ainda é vivo? Seus pais contavam histórias sobre o Japão?

Cristina: Não, os dois já faleceram. Alguns anos atrás, não me lembro quando, minha mãe fez 50 anos desde que veio do Japão. Meu pai faleceu três anos atrás, antes de minha mãe. Ela, quando era criança, se divertia muito na escola, morava perto da praia. Brincava com as amigas na praia, no rio. Um dia, depois da chuva, ela pulou no rio e não conseguiu se levantar mais; a família se apressou para acudir minha mãe. Ela veio com 12 anos para o Brasil. Naquela época, ela aprendia órgãos, para um dia conseguir tocar; ensinavam na escola. O meu pai era filho mais velho e adotivo, né? Minha avó engravidava, mas perdia. Alguém falou que, se adotasse uma criança, conseguiria segurar nenê. Aí, ela adotou meu pai. Depois disso, nasceram cinco filhos, três irmãs e dois irmãos.

Nanahira: E a vinda para o Brasil de seu pai? Ele também veio com a família?

Cristina: Minha avó faleceu quando minha tia tinha três anos. Faleceu porque recebeu penicilina, era alérgica. Depois que ela faleceu, ele veio para o Brasil. Uma irmã desses cinco irmãos, a mais velha, fez como se fosse casada, e veio para o Brasil. Meu avô não tinha mais mulher, porque a esposa faleceu. Então, meu pai e minha tia vieram como um casal. Depois,

meu avô era casamenteiro, e conheceu minha mãe no corte e costura. Disse que sempre passava em frente, e minha mãe estava lá, né? Falava assim para o meu pai: “Leva esse serrote para a professora de corte e costura”, aquele serrote comprido; mandava entregar o serrote só para meu pai ver a moça, que era a minha mãe [risos].

Winnetou: Uma desculpa para ele dar uma olhada, né?

Cristina: Era assim que ele mandava conhecer a moça. Dizem que meu pai era bem tímido. Isso foi em Vera Cruz. Não foi *miai*, quando as duas famílias conversam, fazem um encontro entre os dois, para ver se gostam um do outro. Minha mãe se casou com 23 anos, e meu pai era uns dois ou três anos mais velho. Quando eu nasci, ele tinha 35, e a minha mãe 33 ou 32.

Nanahira: Ele trabalhava como agricultor em Vera Cruz nessa época? Também plantava arroz, como no Japão?

Cristina: Não, ele trabalhava com algodão. A família da minha mãe com amendoim. A minha mãe também trabalhava na agricultura. Já estava separada da família de meu tio, não morava mais na fazenda do tio. O meu pai, até minha tia se casar, ficou junto... Como era o filho mais velho, cuidou de todos; veio a família toda, os cinco irmãos, para o Brasil, os Sakazaki. Dos Yasunaga, também de parte de meu pai, veio mais gente ainda. Uma dúzia e meia de gente.

Nanahira: A senhora tem irmãos?

Cristina: Somos oito, seis irmãs comigo, e dois irmãos.

Nanahira: A senhora e seus irmãos nasceram em Vera Cruz?

Cristina: Nasci em Pacaembú, São Paulo. Minha irmã mais velha é que nasceu em Vera Cruz; depois, outra irmã em Parapuã. Mudaram de cidade, né? Foram para Pacaembú, onde eu nasci. Depois, foram para o Paraná, na cidade de Nova Esperança; todos os outros filhos nasceram no Paraná. Meu pai estava esperando um filho, tinha uma escada de filhas mulheres; só teve no final, bem depois, dois filhos. Teve mais uma, mas faleceu com um ano e sete meses.

Nanahira: Como o Brasil é grande! Nos diálogos com a comunidade nikkei de Paracatu, fico sabendo de vários nomes de cidades pelo País que não conhecia. Em todas as cidades que a senhora mencionou, seus pais se dedicavam à agricultura?

Cristina: Sim. No Paraná, era café. Minha mãe, mesmo doente, rastelava o café.

Winnetou: Significa que virava o café, para ele ir secando.

Cristina: Isso, no chão mesmo. Depois do café, quando meu irmão tinha três meses, ele nasceu em 1962, nós morávamos perto de Umuarama, em Maria Helena, a uns 200 km de Foz do Iguaçu. A Carina ainda não conhece Foz do Iguaçu; fomos lá em 1983.

Carina: É uma das sete novas maravilhas da natureza.

Cristina: Em 1983, nós fomos lá, antes de vir para cá. Meu pai era presidente do *kaikan* em Maria Helena e resolveram fazer uma excursão, viajar. Alguns pensavam: “Viajar, fazer excursão... é melhor ficar deitado, né?” [risos] Uma das pessoas que falou isso fui eu também.

Fomos de ônibus. A gente levou *bento*, uma marmita bem especial, com assados, que eram *tsukemono*, conservas e tudo.

Nanahira: A senhora também acompanhava, ajudava os pais na agricultura?

Cristina: É! Em casa, a gente era tudo mulher e todo mundo pegou na enxada. Meu pai entrou com o café, mas tinha a geada, então mudava. Plantava feijão, milho, amendoim. Tudo o que se pudesse dar, meu pai plantou, aproveitava a terra. Meu pai mandava roçar tudo de 15 em 15 dias; se tinha picão, mandava colocar no saco, abria o buraco e jogava lá dentro. Havia pessoas que derramavam as coisas do outro lado, jogavam no vizinho, gente enjoada, né? Depois que entrava no mato, ficava cheia de carrapicho a minha irmã.

Nanahira: Quando pequena, a senhora também frequentava a escola? Escola japonesa?

Cristina: Quando nós éramos pequenos, não havia escola japonesa. Quando meu irmão mais novo conseguiu entrar na escola, minhas três irmãs mais velhas também tinham aulas noturnas. As irmãs que estavam indo para a escola, à tarde iam para o *nihongaku*. Depois que viemos de Maria Helena, minha irmã estudou lá em Nova Esperança. Havia *kaikan* lá em Maria Helena e pediram para uma senhora de idade dar aula de Japonês, e ela começou a dar aula.

Nanahira: Hum... percebo que a senhora fala Japonês, consegue se expressar... aprendeu com o pai e a mãe em casa?

Cristina: Sei, foi... mas é que... eu que fui a última a me casar também.

Nanahira: Então passou mais tempo com os pais...

Cristina: É. **Eu estou aprendendo Japonês aqui!** Uma hora de aula. Também tem outra pessoa estudando lá, com mais de 40 anos. Casei aqui, em Paracatu, quando tinha 33 anos. Fizeram *miai* antes, mas não deu certo. Tinha um senhor que arranjava casamento, pedia muito dinheiro, minha irmã estava contando. Depois do *miai* não era obrigatório casar, mas tinha gente que obrigava. Meu tio, irmão do meu pai, o pai dele estava querendo que ele se casasse com uma mulher mais inteligente, porque a outra era... *[risos]*. Mas a mãe dessa moça falou que iria se suicidar, antigamente tinha disso. Aí, deixou meu tio casar com ela; teve dois filhos, mas não era feliz...

Nanahira: A senhora conheceu o seu marido no Paraná?

Cristina: Foi aqui mesmo. Meu pai queria que o casamento fosse lá, tinha conhecidos...

Nanahira: Então a senhora veio para Paracatu porque os pais se mudaram para cá?

Cristina: Foi meu irmão veio para cá. Meu pai não queria deixar o filho aqui sozinho, e eu vim com meu pai e minha mãe. Meu marido é que veio junto com o Seu Muraoka. Meu irmão conseguiu um lote do projeto, no Mundo Novo, em 1980. Quando conseguiu entrar no projeto, ele veio morar sozinho. A mudança foi meu outro irmão que trouxe, mais novo; ele veio junto, mas estava estudando e morava com a gente, pais e irmãos. Depois é que viemos para cá, em 1984, e ficamos em quatro pessoas, meu irmão, meu pai e minha mãe. No outro ano, em 1985, conheci meu marido e me casei. Minha sobrinha nasceu em 1984. O lote do meu irmão era

perto dos Muraoka, né? Meu irmão que me apresentou para um rapaz lá, assim, não sei o quê...
[risos]

Nanahira: Hum... Quando a senhora se mudou para Paracatu, quais as primeira impressões sobre a Cidade? As pessoas, o clima, a vegetação, a urbanização ou não...

Cristina: Aqui é muito diferente... **quente!** No tempo de frio, lá no Paraná, faz frio, a gente sente frio, aqui não... O clima é muito seco também, a gente fica com dor de garganta. O cabelo parecia um arame! Pegava assim e sentia ele ressecado.

Nanahira: A senhora vivia mais na fazenda ou na cidade?

Cristina: Eu ficava mais aqui, na Cidade. Só quando era tempo de colheita, plantação, é que eu ajudava a cozinhar e...

Carina: Naquela época, também havia o Departamento de Senhoras.

Cristina: Eu estava solteira, mas estava de senhora, viu? [risos]

Carina: Minha mãe tinha muita amizade com a Sra. H. E.. A gente morava no lote onde era o Kaikan antes, aquela casa ao lado de onde a Sra. H. mora hoje. O Kaikan já funcionava lá.

Cristina: É, aquele prédio era o Kaikan. Lá no departamento de Senhoras

Nanahira: A senhora também tinha contato com as pessoas que nasceram e moravam em Paracatu, foram da colônia japonesa?

Cristina: Não, eu tinha mais contato com o pessoal japonês, no Kaikan. O povo daqui era meio fechado... ficavam olhando, estranhavam...

Maria do Carmo: Mas o pessoal não era fechado só com os japoneses não, acontecia com todos os que vinham de fora. As famílias tradicionais não se misturavam, casavam entre parentes para guardar a herança.

Cristina: Aqui também tinha muita gente deficiente, né?

Maria do Carmo: Tinha. E escondiam essas pessoas com deficiência, eram chamadas de aleijadas, ficavam isoladas. Depois, foi criada a APAE. Foi um custo colocar na cabeça que essas pessoas não eram aleijadas, que podiam frequentar escolas, fazer fisioterapia. Lembro que uma de minhas professoras tinha uma filha cadeirante, e o quarto dela era no meio da casa e ela ficava lá sozinha, isolada, sem contato com ninguém.

Nanahira: A Sra. H. me contou que a comunidade japonesa buscou ajudar pessoas deficientes por meio de uma doação à APAE. Também me disse que tentaram trazer um hospital para Paracatu, acionando o Governo do Japão, porque o único hospital particular que havia na Cidade era precário, ficava onde hoje funciona a Fundação Conscienciarte.

Cristina: Lá era hospital, o Centro Hospitalar, né? A Carina nasceu lá! Meu filho mais velho também. Quando ele nasceu, no outro dia do nascimento, à noite, um mascarado, com touca, e de preto, abriu a janelinha e ficou olhando assim, ó... Meu filho era recém-nascido e eu tinha

acabado de sair de uma cirurgia. A voz não saía. Eu queria chamar meu marido mas não saía a voz. Passou um tempo, a enfermeira viu e começou a gritar. Só tinham dois nenês recém-nascidos, meu filho e o filho de uma outra senhora. Ele estava procurando bebês. Dizem que entrou no quarto da enfermeira também. Ela ficou com medo, telefonou para a polícia, e ele pulou fora. O filho da Elizabeth Mitie Fukuda também nasceu nesse hospital.

Nanahira: É a criadora da Ada On Line, a provedora de Internet, né? [*Sinalizaram afirmativamente*] Onde ela está agora?

Maria do Carmo: Era uma inovadora. Ela foi para a Venezuela, uma época? Outro dia, ganhei uma muda de manacá venezuelano de uma vizinha, que tinha ganhado dela...

Cristina: Foi para lá sim. Agora, ela está em Roraima.

Nanahira: Pelo sobrenome Fukuda, qual o grau de parentesco?

Cristina: O meu marido é primo do pai dela. O pai do meu marido tinha 11 irmãos. O tio do meu marido também tinha 11 irmãos. Só do marido da Mitie que são só dois irmãos...

Nanahira: A senhora imaginava viver todo esse tempo até hoje em Paracatu, ter filhos, família? Havia alguma ideia de voltar para o Paraná?

Cristina: Não pensei em voltar não. Voltar não tinha como também. Só saudade, né?

Nanahira: Quando a senhora veio para Paracatu, onde morou?

Cristina: Morei nessa rua aqui primeiro, antes da Vila Mariana.

Nanahira: Aqui?! Olha só! Éramos vizinhas e eu nem sabia!

Cristina: Aqui mesmo, depois fomos para roça. Morei sete anos na roça. Depois que meu irmão faleceu, a gente saiu dessa rua. Um dia, minha irmã do Paraná veio passear, percebeu o que estava acontecendo com nossos pais idosos, e voltou com eles. Já faleceram há dois anos.

Maria do Carmo: Então os seus pais eram o casal que saía para o Kaikan cedinho, voltavam, passavam pela calçada, cumprimentavam a gente...

Nanahira: Pois é... E toda a família frequentava o Kaikan? Soube que, além da escola de Japonês, tinha esportes, eventos... O que faziam lá?

Cristina: Sim. No dia 11 de março, terá o Jantar Japonês. A gente fazia de tudo. No Departamento de Senhoras, a gente fazia almoços, jantares, lanches, decoração com *origami* e lanternas feitas com papel manteiga, *chouchin*.

Carina: Havia um calendário anual, com eventos em todas as datas comemorativas.

Cristina: Olhe só essas fotos, é da época que tinha bastante jovens. Aqui é o *Bon Odori*, um festival sobre os antepassados. E chamavam pessoas de outras cidades, Brasília, São Gotardo, Pirapora... Nessa época, meu filho estava fazendo beisebol, com o boné e a luva. Ele viajava para Brasília, Goiânia, Maringá, para participar de campeonatos.

Nanahira: E você, Carina, também praticava esportes lá?

Carina: Tênis de mesa e vôlei. Viajei para São José do Rio Preto e São Bernardo do Campo, para competições.

Cristina: São Bernardo é a cidade do Hugo Hoyama. A Carina também foi no Festival de Japão em Brasília três vezes.

Carina: É um evento que começou a ser realizado três anos atrás, desde 2015, nos 120 Anos de Amizade Brasil-Japão. Todos os anos uma turma daqui participa. Também fiz oito anos de *nihongaku*, dos oito aos quinze anos.

Nesse momento, a Sra. Cristina Fukuda notou que a sala onde estávamos era decorada com peças de artesanato, a maioria feita pelos meus pais, e conversou com eles a respeito.

Cristina: Eu estou fazendo pintura lá na Casa da Cultura. É bom, faço quadros. Já fiz quadro até de um metro, pintei um castelo japonês, o pagode. Primeiro, eu estava com a cabeça doendo, depois de falecer a minha mãe. Aí, o médico passou remédio de depressão; eu não sabia, engoli e depois fui ver a receita, estava escrito remédio para depressão. E eu estava me sentindo meio esquisita... Tinha três caixinhas de comprimidos, **joguei fora!** Só que, antes eu entrei no bordado, né? E a linha não entrava na agulha! Fiz só dois dias. Estava sentada assim, mas minha linha não entrava... alguém entrou e falou assim: “parece que uma pessoa vai sair da pintura”. Aí, fui correndo lá mudar para o lugar da pessoa que desistiu, e cancelei a matrícula no bordado.

Nanahira: Que interessante, a senhora está fazendo pintura, aprendendo Japonês... ainda trabalha com agricultura?

Cristina: Não, não. Vivemos só na cidade.

Nanahira: Quando foi que passou a não trabalhar mais com agricultura?

Cristina: Depois que foram arrendadas as terras, próximas ao Rio Escuro, indo para Guarda-Mor. Já faz tempo, foi depois que meu marido viajou para o Japão. O meu irmão tinha comprado as terras para meu marido, que eram de outra pessoa, da Fazenda Mônica. Comprou para o dinheiro não ficar parado. Depois, moramos no lote onde o Kaikan funcionava, na Vila Mariana. O meu marido ficou por dois anos no Japão, voltou, ficamos um tempo lá, depois nos mudamos para uma casa na esquina da mesma rua. Aqui em Paracatu, ele não voltou a trabalhar com agricultura. Quando ele veio do Japão, a fazenda estava alugada para meu irmão, que produzia muitas verduras e deixou para meu marido cuidar; ele ia lá, mas nem cuidava. Tinha até gado, mas... ficou quatro anos assim, voltava só quando escurecia. Eu não sabia...

Nanahira: Com o que ele trabalhava no Japão?

Cristina: *Shinkansen*, o metrô. Manutenção de trens, né?

Nanahira: Bem diferente de cuidar de fazenda... Hoje ele trabalha, ou já se aposentou?

Cristina: Trabalha na Kinross, com caminhão, empreiteiras. Já se aposentou no ano passado, mas acha que...

Maria do Carmo: Não aguenta ficar parado, né? Precisa de uma ocupação...

Nanahira: E você Carina, como foi a sua infância aqui em Paracatu?

Cristina: Ficava mais na escola, né?

Carina: Estudei no Colégio Soma, meu irmão também.

Cristina: Ele estava estudando lá na Finom, Sistemas de Informação, mas trancou e foi embora, está no Japão. Ele quer ficar rico. *[risos]*

Nanahira: Quem sabe, e quem não quer?

Cristina: Tem gente que fala assim: “o que está ganhando tudo aqui está levando para Patos de Minas”, essas coisas. O pessoal bom vai para lá.

Maria do Carmo: Na área da saúde, está acontecendo isso. As pessoas, os hospitais, vão para lá. Era para um hospital de São Paulo vir para cá, mas não deixaram, pra não ter concorrência. Unai aceitou receber o hospital. Meu pai contava que Paracatu faria parte da Sudene, do Polígono da Seca, mas o prefeito da época não quis. Receberia verba, mas não quis, porque a gente não era nordestino não. A Cidade tem uns entraves assim.

Nanahira: Muitas vans levam pessoas de Paracatu a Brasília para se tratar com médicos, em clínicas e hospitais. Voltando para aquela questão da colmeia de abelhas que simbolizava a Cooperativa Agrícola de Cotia, eu queria entender melhor...

Cristina: Quando a Cotia faliu, meu marido não estava falido, outros é que estavam. Mas teve que pagar a dívida dos outros. Quem não estava devendo tinha que socorrer os outros que estavam devendo. Todas as abelhas devem cuidar da colmeia. Os que estavam bem quebrados, com muitas dívidas, foram embora. Por isso que quebrou tudo, a Cotia não existe mais. Não adiantou ajudar os outros. Meu marido e meu irmão eram da Cotia. Meu marido era associado, mas fora do projeto Mundo Novo. Era empregado do Seu Muraoka. Assinava para as pessoas da Cotia, para transferir a dívida. Foi em 1990.

Nanahira: A Carina era bem pequenina, né?

Cristina: Ela tinha um ano e sete meses... **Em 1983, meu pai tinha tudo lá no Paraná.** Meu tio mais velho, vendo o meu pai juntar dinheiro para meu irmão mais velho, disse assim: “pra quê tanto dinheiro assim para ir lá em Minas?” Meu pai falou que ia atrás do filho mais velho. Tinha até uva lá no Paraná... Meu pai tinha caminhonete F-4000, um Escort, caminhãozinho, trator. Trouxe tudo para cá, mas tudo foi embora, vendeu. É que meu irmão se casou e teve mais despesas. Em 10 anos, não tinham mais nada. Depois da festa de aniversário de 10 anos da Cotia aqui, todo mundo começou a falar que não tinha mais dinheiro, que a Cotia estava... Muita gente comprou carro novo, aí a dívida aumentou mais. Eram jovens, queriam comprar carro novo, e depois não conseguiam pagar. O marido de minha amiga não comprava não, preferiu ficar com o Fusca...

Nanahira: A família não trabalha mais com agricultura, mas vi que a senhora ajuda outras famílias lá na Feira do Produtor... o que era plantado em suas terras? E na fazenda do irmão?

Cristina: É. Trabalhava com uva, cavava, plantava, enxertava... No Mundo Novo, era plantado café, milho, soja, feijão. Depois que meu marido voltou do Japão, passaram-se quatro anos; conversei com a H. E., falei assim: “tenho duas crianças para cuidar e só 45 centavos, o que eu vou fazer?” Falei com H. que meu marido estava sem trabalhar e meu filho com fome. Aí, olhei no quintal, vi que tinha chuchu e levei para vender no sacolão, perguntei quando valia aquele chuchu. Dava mais ou menos 60 centavos, e com esse dinheiro deu pra levar do sacolão batatinha, tomate, alface, repolho, o que dava para uma semana. Com os 45 centavos, deu pra comprar pão. *[Notei singela emoção da filha Carina]* O sacolão ficava no Arraial d’Angola. Contei tudo para a H. e ela falou assim: “meu primo tem caminhão e está precisando de motorista”, e perguntou ao meu marido se não ele queria trabalhar com esse primo. Aí que meu marido começou a trabalhar como motorista do caminhão, carregar frete. Depois daquilo, não parou mais. Ele também trabalhou um pouco na Prefeitura de Paracatu, com dois prefeitos, mas um deles não pagou para ele. A gente passou fome também. Depois, meu marido foi para a Kinross, ligado a empreiteiras; dispensam ele, mas volta em outra empreiteira. É melhor, porque dão alimentação, plano de saúde.

Nanahira: Ele fez escola, tem formação universitária? E a senhora?

Cristina: Ele tem o primário e estava estudando o ginásio. Eu estudei até a quarta série. Também fiz ginásio por um ano, mas o ditado eu não conseguia, e desanimei, saí.

Nanahira: E você, Carina? Estamos conversando há mais de três horas e quase não falamos com você...

Carina: Estudei Biomedicina na Faculdade Tecsona e fiz Curso Técnico de Meio Ambiente na Unitec.

Nanahira: Duas formações... Profissionalmente, você está na área de administração, não é?

Carina: É, trabalho nessa área.

Cristina: Estudou Biomedicina para não fazer conta *[risos]*, mas trabalha mais é com isso agora!

Maria do Carmo: A filha de uma amiga nossa, ajudando os pais no comércio, pediu ao pai uma calculadora. Ele perguntou: “Você precisa de uma calculadora para dar esse troco?”, e ela: “Pai, eu vou fazer medicina para não mexer com matemática!” *[Risos]*. Passou e acha que não vai precisar fazer contas...

Nanahira: É bom ter formações e experiências diferentes, o conhecimento de uma área pode complementar, ajudar a outra, acho que toda experiência é válida. Sou suspeita para falar isso, sabe? *[risos]* E hoje, continuam tendo mais amigos na colônia japonesa ou já têm mais amigos de fora da comunidade nikkei?

Cristina: Estamos mais separados agora. É que saímos da sociedade do Kaikan. As pessoas estavam discriminando, começou na época de adolescente de meus filhos. A turma da Carina, dos amigos da mesma idade, eles foram discriminados por outras pessoas que não queriam que os filhos deles se misturassem com os meus filhos e os amigos. Não pensaram no futuro, só pensavam neles mesmos...

Carina: Ao invés de pensar na comunidade...

Nanahira: Até então, nesses diálogos, eu só tinha ouvido falar de discriminações entre brasileiros e japoneses, não entre as pessoas da colônia. Desse jeito, o Kaikan acabou perdendo sócios também...

Cristina: Os japoneses saíram, e agora estão chamando brasileiros para estudar Japonês...

Nanahira: Encaminhando para finalizar, gostariam de falar de algo que eu não perguntei? Algo que queiram contar, alguma experiência? Essa questão da discriminação é mais uma coisa entre várias que eu não sabia...

Cristina: Eu senti mesmo, porque a gente era mais pobre né... gostavam de rebaixar a gente. Na gincana japonesa, faltavam com a consideração. Na hora de guardar nos pacotinhos os prêmios de consolação, essas coisas, muita gente estava parada e eu já tinha carregado um monte de coisas também. Uma pessoa falava: “Cristina!” Justo eu, né? Já tinha carregado um monte. Assim: “Cristina, tá sobrando lá, vai buscar e levar pra lá!”. Nossa, eu fiquei... Na hora da limpeza, só eu também né...

Maria do Carmo: E clube não é só dinheiro, em sim uma associação, importante para socializar. Aqui, só a elite participava do Jôquei Clube. Não deixavam as pessoas que não eram sócios verem o Carnaval da janela, por exemplo.

Cristina: Até parentes discriminam. No Paraná, quando pediam para a gente buscar laranja na fazenda de um tio, que era vizinho, falavam que a gente estava roubando, a tia e alguns filhos. Quando estavam chegando, a gente se escondia atrás do pé de mexerica, que é cheio de folhas, três crianças assim. [*Risos*] Depois, em Maria Helena, meu pai comprou muitas mudas de frutas e o meu irmão falou bem assim: “Pai, agora não precisa mais pedir laranja para o tio, né?” A gente estava sofrendo. E os mais novos sentem, né? Não precisava mais pedir fruta, papai estava plantando... Quando meu pai estava procurando terra pra comprar, juntou com meu tio e viram que havia terras virgens em Maria Helena. Ele com oito filhos e meu tio com seis. Em Nova Esperança, meu tio até achava que a terra seria melhor, mas viu que era só cascalho. Enchia o caso de pedra, precisava melhorar a terra para plantar café. Depois de uma semana, vendo minha mãe cansada, falavam assim: “nossa, o japonês vai matar a mulher!”. Minha mãe teve tuberculose, ficou internada. Outro dia, ela precisou fazer uma cirurgia.

Winnetou: Que vida dura...muitas lutas...

Cristina: E ela ainda viveu mais que o meu pai. E os dois pais viveram mais do que meu irmão, que faleceu com 38 anos. Ah, a minha vida de criança se parece com o que acontece com a personagem principal da novela infantil que está passando. Ela sofre com duas meninas malvadas, judiando ela. Quando eu era menor ainda, colegas da escola me pegavam e me torciam assim, e eu não estava fazendo nada. E outra, sempre faziam isso escondido da professora. A escola era num sítio, e a gente tirava o sapato, não esperava que alguém catasse pra jogar longe. Tinha uma menina que pegava escondido nossos calçados e jogava lá no fundo da casa onde funcionava a escola, depois de um monte de terra. Estudavam eu, minha prima e minha irmã. Era menina, mas era arteira. Depois de mais idade, essa menina se casou com meu primo, virou minha parente! [*risos*]

Nanahira: Que interessante! Sei que há muitas histórias para contar, é uma pena o tempo passar rápido... Gostariam de deixar alguma mensagem?

Carina: Aprendi muitos valores e costumes da cultura japonesa, a questão da educação, alguns hábitos... Ao cumprimentar de manhã, falar *ohayou*, dizer *itadakimasu* antes de comer. Nunca jogar coisas no chão, sempre manter a limpeza.

Nanahira: No Japão, acho interessante o cuidado com os espaços públicos. São costumes que vêm de muitos tempos atrás. Aqui é tão diferente...

Carina: São lugares públicos, de uso comum. Nas escolas, tudo rabiscado...

Cristina: Muitas vezes põem o lixo do lado assim, jogam no chão, né? Na escola de Japonês, ensinaram que, ao falar com pessoas de mais idade, a forma de falar os cumprimentos é mais completa. Com amigos, pessoas mais novas, falamos *ohayou*; com os mais velhos, *ohayou gozaimasu*, *ohayou gozaimashita*...

Nanahira: Agora, preciso dizer *doumo arigatou gozaimashita*! Muito obrigada!

Antes de sair, as interlocutoras conheceram o quintal de minha casa, minha mãe explicando sobre cada planta. No caminho até a casa da família Fukuda, falei com a Sra. Cristina sobre a importância do diálogo que tivemos, para muito além da tese que eu estava escrevendo. Ela disse: "Pois é, falei muito hoje... lá em casa só tem parede!" Não consigo descrever o que senti ao ouvir essas palavras.

ENTREVISTA 7

Data: 26 de fevereiro de 2017

Horário: 16h00 – 19h00

Local: Residência da família de Nanahira em Paracatu-MG

Participantes:

1. Yosidi Takahashi, 51 anos, *nissei*, natural de Astorga-PR. Vive em Paracatu desde 1983.
2. Fabiano Ogawa, 43 anos, *nissei*, natural de Cutitibanos-SC. Vive em Paracatu desde 2000.

Antes da entrevista

O primeiro contato foi realizado com Fabiano Ogawa, por ocasião de evento comemorativo dos 120 Anos de Amizade Brasil-Japão na Casa da Cultura de Paracatu, em 2015. Na oportunidade, Ogawa representou a Associação Cultural Esportiva Recreativa Nipo-Brasileira de Paracatu (ACENP) como seu Presidente, e proferiu discurso em que fez menção ao PRODECER.

Entrevista

Fabiano Ogawa convidou Yosidi Takahashi, recentemente empossado como Presidente da ACENP, para participar do diálogo.

Nanahira: Por favor, fiquem à vontade. Ah, os meus pais também participam quando os diálogos são realizados aqui em casa, porque se lembram de vários aspectos da história de Paracatu, apesar de não terem nascido aqui. Meu pai, por exemplo, é de Caxias do Sul...

Fabiano: Ah sei, região serrana do Rio Grande do Sul. Eu conheço porque sou de Santa Catarina, da cidade de Curitiba. Fica perto da BR-116.

Nanahira: E o senhor, também é do Sul?

Yosidi: Sou do Paraná, cidade de Astorga. Estou aqui há 34 anos, desde 1983.

[Nesse ponto, apresentei trabalhos que realizei sobre a colônia japonesa de Paracatu relacionada do PRODECER, e expliquei sobre os propósitos da pesquisa e do diálogo em realização].

Yosidi: Então, eu participei desse Programa desde o início. Qual era a norma básica? Que os participantes fossem filhos de produtores e não possuíssem terra. Meu pai não pôde participar porque era proprietário, teria que ser o filho. Daí, colocavam parentes, outras pessoas da família para participar, laranjas, como se diz. *[risos]*

Nanahira: Colocavam uma pessoa da família para cumprir o requisito, e toda a família acabava participando, né?

Yosidi: Isso.

Nanahira: Preciso escrever o nome dos dois, o do Fabiano eu já sabia. Qual o nome do senhor?

Yosidi: O meu é Yosidi Takahashi.

Nanahira: Acho que conversei com outra pessoa da família Takahashi...

Yosidi: Ah, mas não é a mesma família... Esse sobrenome é comum, como Silva ou Santos no Brasil.

Nanahira: Ah, entendi. O senhores são *nisseis*, *sanseis*?...

Fabiano: Sou *nissei*.

Yosidi: *Nissei* também.

Nanahira: Os dois participaram do PRODECER?

Yosidi: Eu participei da experiência desde o início, no Entre Ribeiros.

Fabiano: Quando cheguei, o PRODECER já tinha praticamente fechado, o pessoal já estava loteado. Vim depois, para fazer arrendamento dos lotes do PRODECER.

Nanahira: Interessante, duas situações diferentes...

Yosidi: A maioria das pessoas que vieram para cá são do norte do Paraná, cujos pais eram da antiga Cooperativa Agrícola de Cotia.

Nanahira: Como Yosidi veio a Paracatu em um momento anterior, para participar do PRODECER, vou começar por ele, tudo bem?

Fabiano: Foi bom trazê-lo, porque o conhecimento dele é excelente...

Nanahira: O conhecimento de ambos é muito importante. Voltando no tempo, antes do PRODECER, o senhor me disse que nasceu no Paraná... os pais são japoneses?

Yosidi: Meu pai sim, ele é japonês. Minha mãe já é brasileira, mas descendente, *nissei*. Meu pai é falecido, sempre trabalhou no sítio em Astorgas. Ele chegou do Japão em 1956, com 19 anos, solteiro. Ele se casou em 1960, por *miai*, que existia antigamente. Quando ele veio ao Brasil, foi direto ao Paraná; veio por intermédio do tio dele, que já morava no Brasil. Existia uma colônia japonesa em Astorgas, uma associação. Minha mãe nasceu em Nova Esperança, no mesmo estado.

Nanahira: O que era cultivado nas terras de seu pai?

Yosidi: Meu pai só trabalhava com café. Nas décadas de 1960 e 1970, o café estava no auge no Paraná. A maioria das pessoas que vieram para São Paulo e Paraná, vieram para trabalhar com café nessa época.

Nanahira: O seu pai contava como era a vida lá? Ele se mudou com o senhor para Paracatu?

Yosidi: Não, eu vim sozinho, ele ficou lá com as atividades dele. Falou que a maior dificuldade era a língua, que ele não entendia, foi um choque cultural para ele. Teve dificuldades para conversar, entrosar com as pessoas da região; era muito diferente o idioma, os costumes.

Nanahira: Sua mãe *nissei* falava Português ou mais Japonês?

Yosidi: Falava algo de Português, já era brasileira, né?

Nanahira: O motivo para se mudar para Paracatu foi o PRODECER mesmo?

Yosidi: Sim, eu cheguei em 1983 e entrei no Programa em 1987. Fiquei três anos fazendo estágios, aprendendo. Quando surgiu a oportunidade em 1987, entrei no PRODECER.

Nanahira: O senhor tem formação na área agrícola ou mais experiência prática com agricultura?

Yosidi: Experiência mesmo, não tenho essa formação superior, porque cheguei novo, com 19 anos. Terminei o colegial e vim pra cá. Recém formado no Ensino Médio, antigo segundo grau...

Nanahira: O que era produzido lá no Entre Ribeiros?

Yosidi: Soja, arroz, milho. Hoje produzem cana, tem uma usina lá. Só que eu já não tenho essa propriedade mais, vendi e adquiri outra propriedade. No início, fazia parte do PRODECER II.

Nanahira: Ainda voltando para antes do PRODECER, alguma lembrança marcante de infância e juventude lá no Paraná? Algo que chamasse atenção em comparação com aspectos de Paracatu, algum estranhamento na época da mudança...

Yosidi: Então, o que eu mais estranhei foi a **distância** entre a fazenda e a cidade, a fazenda fica **longe**, é grande a distância para se chegar à propriedade. Aqui a fazenda fica a uns 100 km, e lá fica a dois, três km. Outra coisa que notei muito foi o clima. Lá chove praticamente o ano todo, e aqui a época da chuva é bem separada, são uns 6 meses sem chuva e outros seis com chuva. As épocas de seca e de chuva são bem marcadas.

Nanahira: Acho que já são uns oito meses sem chuva hoje em dia... *[risos]*

Winnetou: Agricultores de fora me falavam que tinham vontade de vir pra cá porque sabiam exatamente quando chovia e quando não chovia, o que se tornou uma certa vantagem. Na época que não chovia, poderiam plantar e irrigar. Lá no Sul, às vezes, cai granizo, ocorre enxurrada...

Yosidi: Por isso, o melhor café do Brasil é produzido na região do Sul de Minas, porque não chove na época da colheita. Então, a qualidade do grão é outra coisa.

Winnetou: Sobre o que falou de distância entre fazenda e cidade, por aqui também é grande a distância entre as cidades. Eu vim de Campinas para cá, depois de uma transferência de meu pai, que era militar. Em São Paulo, de cidade para cidade, a distância era de 40 km. Primeiro chegamos em Brasília entusiasmados, mas a cidade seguinte, Cristalina, ficava a 100 km. Até Paracatu, outros 100 km.

Nanahira: Alguns produtores com quem conversei participaram do PRODECER I e me relataram problemas relacionados ao veranico, uma pequena estação seca na época das chuvas. Basearam-se na experiência em São Gotardo, mas viram que o clima e a altitude eram diferentes aqui. Depois, começou a irrigação, com a utilização de pivôs...

Yosidi: Isso, eu vim nessa época. No estado de Minas Gerais, sabemos que chove menos nas regiões ao norte, próximas à Bahia, na região do Jequitinhonha quase não chove... Na Zona da Mata e no Triângulo já chove bem.

Nanahira: O senhor se casou em Paracatu? A esposa também é *nissei*?

Yosidi: Eu vim solteiro, mas me casei no Paraná. Minha esposa é do Paraná, *nissei*.

Nanahira: O senhor ainda tem muito contato com sua família que está no Paraná?

Yosidi: Tenho sim, vou lá três ou quatro vezes ao ano.

Winnetou: Então a vinda para Paracatu foi realizada com base no incentivo do governo, na oferta de financiamento?

Nanahira: Entendi que os produtores rurais nipo-brasileiros que participaram do PRODECER aqui em Paracatu vieram em busca de novas fronteiras agrícolas, interessados em continuar um trabalho no campo já realizado na família. As áreas lá no Sul eram menores, e não havia muitas áreas para os filhos dos produtores...

Yosidi: Isso, pequenas áreas. Aí viemos para o lado de Minas porque as regiões são maiores. Que eu saiba, era de interesse do Governo japonês e do Governo brasileiro unir dinheiro dos dois lados para explorar o Cerrado. Pelo que eu sempre ouço, nós enfrentamos muitas crises financeiras. O pessoal da Campo sempre falou que o juro seria o mais barato do Brasil para ser aplicado nesse Programa. Mas nunca foi aplicado esse juro, foi usado o juro normal, por isso muita gente quebrou, se endividou.

Fabiano: A economia também estava instável...

Yosidi: E eu me recordo de quando houve aquela mudança para o Collor, em 1989. Foi a pior fase do PRODECER, os juros foram para 88%, 90% ao mês, então **aquilo derrubou muita gente**. Você contraía um financiamento, e... 80 e poucos por cento ao mês, nada acompanhava um negócio desse, né? Essa mudança do Sarney para o Collor, depois o confisco de poupança, a criação de outras moedas. Primeiro, deixou uns 20% do dinheiro, confiscou o resto...

Winnetou: Era uma época complicada, foi puxado... criavam pacotes econômicos, não dava certo, dois meses depois entrava outro...

Yosidi: Cortava um zero da moeda... haja zero pra colocar na cédula, né? *[Risos]*

Nanahira: Aqui em Paracatu, além dos estranhamentos iniciais sobre o clima e as distâncias entre cidade e fazenda, alguma questão desse tipo ligada à cultura, às pessoas da Cidade?

Yosidi: Saí de um Paraná para cair em Paracatu, é bem diferente, né? Até em relação às pessoas, era difícil ver pessoas morenas, pardas, em nossa região; aqui tem muitas pessoas assim. E tinha muitas características de interior mesmo.

Nanahira: Onde o senhor morou em Paracatu?

Yosidi: Quando cheguei, em 1983, morei muito tempo na fazenda mesmo, onde era realizado o estágio. Sem energia, não tinha nada. Mudei para a cidade na década de 1990, morei em várias casas de aluguel, era solteiro. Aos poucos, fui conhecendo o pessoal da cidade. Hoje, eu moro no Alto do Córrego, na rua que fica aqui embaixo.

Nanahira: É nosso vizinho, então! Imagino que tenha conhecido vários bairros e pessoas diferentes, apesar de a cidade ainda ser pequena, apesar dos 90 mil habitantes...

Yosidi: Sim, muitas pessoas diferentes.

Fabiano: Tem muita população flutuante também, pessoas que vêm trabalhar temporariamente na safra. A empresa sementeira de milho também contrata para prestação de serviços.

Winnetou: A empresa de mineração também contrata assim. O comércio que vem de fora está crescendo, várias grandes redes de eletrodomésticos estão vindo; devem estar enxergando um potencial aqui...

Fabiano: As empresas que estão vindo devem fazer uma pesquisa antes... Faço uma comparação com Unaí, que tem um número de população semelhante, apesar da fundação do Município depois. O comércio de lá não gira igual ao de Paracatu, porque aqui tem muito emprego, dá giro. Tanto é que vem população flutuante pra trabalhar aqui, porque não tem mão-de-obra qualificada, acabam trazendo mão-de-obra de fora para sanar esses buracos, podemos falar assim. E é claro que esse pessoal flutuante não vai deixar o dinheiro totalmente aqui, vai gastar só para o dia-a-dia, as coisas básicas mesmo...

Winnetou: E levar a maior parte do dinheiro para fora. Paracatu tem perdido muito com isso...

Fabiano: Exatamente. O pessoal de fora, principalmente do Nordeste, vem trabalhar aqui temporariamente, na safra. Olhe como você pode ver a economia da Cidade: se o banco está cheio, a economia está bem; quando o banco está vazio, pode ter certeza de que a economia da Cidade não anda bem. É um termômetro, o banco é um reflexo da economia da Cidade. Tem um lado bom e um lado ruim. A economia está em ascensão, mas, em contrapartida, vem a violência, que acompanha.

Winnetou: Há outro problema aqui, relacionado ao entretenimento. Vejo muita gente saindo daqui para assistir o cinema em Brasília, viajando para outras cidades em busca de outras opções de entretenimento, deixando o dinheiro fora também.

Nanahira: Pois é, havia um cinema aqui, com uma sala apenas, mas tinha e retiraram... E quando foi que sua esposa veio para Paracatu?

Yosidi: Nos casamos em 1998. Ela tinha parentes em Unaí, cidade próxima daqui. Temos um casal de filhos, um filho de 17 e uma filha com 15, aquela idade... Estudam no Colégio Dom Elizeu.

Winnetou: Trabalhei com adolescentes por 32 anos, como professor, nos Ensinos Fundamental e Médio, na faixa etária de 10 até 18 anos.

Yosidi: Idade difícil para o professor, né? Hoje se torna ainda mais difícil, porque, anos atrás, o professor podia cobrar mais, hoje eles... e ainda são mal remunerados. Vejo no noticiário que alunos batem, ameaçam professores...

Winnetou: Inclusive podíamos nos integrar mais aos alunos, nos tornar amigos deles, existia mais respeito. Tive alunos descendentes de japoneses que eram os mais dedicados e disciplinados de suas turmas. Parece que a disciplina está no sangue. Um de nossos vizinhos nipo-brasileiros nos contou que, quando foi ao Japão, passou vergonha porque atravessou a rua fora da faixa. A rua estava deserta, mas ninguém atravessou, só ele, e os outros ficaram olhando... *[risos]*

Fabiano: Japoneses são muito disciplinados e isso é de berço, é impressionante... Um repórter brasileiro foi entrevistar um policial aposentado lá no Japão e perguntou qual a maior dificuldade que ele teve nos 35 anos de trabalho. Respondeu: “Nunca tive que puxar arma, o único problema que tive foi só com bêbados”.

Winnetou: Vi que um dos cursos que estavam fornecendo aos policiais japoneses era o de *ikebana*, arranjos de flores, para melhorar a sensibilidade do policial, ser menos propenso à violência.

Fabiano: Até médicos estão fazendo cursos assim. Um dos pré-requisitos para o hospital contratar médicos é o curso de *origami*, dobraduras, e bem pequenas, para desenvolver a paciência, melhorar o lado psicológico do médico. Porque vão trabalhar com gente, então é importante.

Nanahira: A honestidade é outra característica que costuma ser associada aos japoneses e descendentes, e a outros asiáticos, assim como a capacidade de trabalhar, de realizar trabalho duro. Não significa que todos são assim, é claro que existem diferenças dentro de uma mesma cultura. Por isso, eu pergunto, o senhor poderia me falar sobre algum aprendizado sobre aspectos da cultura japonesa, com a família, que o senhor guarda, que ensina aos filhos?

Yosidi: Sim, sempre procuro manter as tradições que meu pai me ensinou, aplicou. Mas meus filhos já se misturaram com pessoal daqui, já estão bem, como se diz, mineirados mesmo, sabe... *[risos]*. Já se integraram, estudando com as pessoas daqui. Quando vamos ao Paraná, meus filhos têm costume de falar “uai, sô!”, chegam lá e o pessoal pergunta: “o que é isso?”. E falam naturalmente. Em Londrina, cidade de minha esposa, as pessoas estranham o “uá!” assim. *[Risos]*

Winnetou: Meu filho estudou Engenharia Ambiental na Universidade Federal de Tocantins, em Palmas. No meio de uma conversa, quando ele falou “uá!”, alguém lá de longe perguntou assim: “Ei, você é de Paracatu?”. Só em Paracatu se fala “uá”, não o “uai” completo. *[risos]*

Nanahira: É uma variação dentro do “uai”. E o “Nossa Senhora da Abadia!” só tem aqui também. Em 2013, quando eu estava conversando com uma pessoa que nasceu no Japão, depois de me dizer que prefere o calor daqui ao frio de lá, viu uma nuvem chegando e exclamou: “Nossa Senhora da Abadia, olha a chuva!”. É mais paracatuense que eu... Mas vamos à história

de Fabiano Ogawa agora, chegar até a época do PRODECER aqui em Paracatu, até os dias atuais...

Fabiano: Sou de Santa Catarina. A família de meu pai são em oito irmãos, cinco vieram para o Brasil e três ficaram no Japão. Vieram de Nagasaki e foram para a região de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Foram trabalhar na fazenda como meeiros. Depois, surgiu uma oportunidade da JICA, uma cooperação lá em Curitiba, para plantar maçã, ameixa, nectarina. O pessoal do Japão tinha costume de fruticultura e deu início à colônia lá em Curitiba, que hoje é emancipado do município de Frei Rogério. Após um tempo, meu pai voltou para o Japão, casou-se com minha mãe, e trouxe ela para o Brasil. Meu pai é de Nagasaki e minha mãe de Yamagata, região de Tohoku, totalmente extremos, como o Sul e o Norte do Brasil. Minha mãe era de família tradicional, de lavoura mesmo, mas ela fez a parte colegial e a faculdade em Tóquio. Não tinha sotaque característico de Yamagata, do local onde ela nasceu. Meu pai veio para o Brasil em 1960 na primeira vez, retornou após um tempo, e voltou para o Brasil em 1969, com minha mãe. Trouxe minha mãe no escuro, vamos falar assim, né? *[risos]* Ela tinha formação como estilista, fazia quimonos. Veio para o Brasil, no meio do nada, numa região em que tudo estava começando, a produção de alimentos...

Nanahira: Veio da capital do Japão para uma cidade do interior do Brasil...

Fabiano: Sem conhecer, totalmente diferente... Já perdi meus pais há 27 anos, em um acidente de carro, eu tinha 16 anos na época. Mas nem por isso a gente deixou de dar continuidade às atividades da cultura japonesa. Meu pai sempre teve participação intensa na associação. Tanto é que há um parque *sakura* lá na colônia de Ramos, forma abreviada de Núcleo Celso Ramos, que fica no município de Frei Rogério. Hoje, também há um Sino da Paz, que foi trazido do Japão por meu tio, e fica nas terras de meu tio mesmo. Só existem três desses sinos no mundo, um fica na ONU, outro lá em Santa Catarina, e o terceiro no Japão; eles têm 400 anos. Há um museu que, infelizmente, sofreu um incêndio no ano passado. Meu pai tinha quatro anos de idade quando caiu a bomba atômica, ele estava lá, presente, no momento. Só que Nagasaki é uma cidade montanhosa, por isso não teve tantas vítimas como Hiroshima, que é mais plana. Meu pai é o caçula dos irmãos, os mais velhos vêm falecendo de uns cinco anos para cá, meus tios de 83, 84 anos. Ano passado, foi a minha tia que faleceu. Hoje em dia, só tenho um tio, cunhado de meu pai. Tenho primos, e um deles dá sequência às atividades do Sino da Paz, do museu, para manter as tradições. E como fui parar aqui? Estudei em Curitiba; depois que perdi meus pais, ficou difícil para a gente se manter. Fui para o Japão, do Japão voltei para Curitiba, e lá soube de uma oportunidade para produzir alho no Cerrado, por meio de um comprador de alho. Na época, Curitiba era o maior município produtor brasileiro, a capital nacional do alho, chegou a cinco mil hectares. Hoje não é mais, a produção é de uns 1.500 hectares, por causa de intempéries climáticas, granizo, chuvas, difíceis de se controlar. Foi interessante a oportunidade de vir aqui para o Cerrado, como arrendatário, fazendo parcerias, para começar a plantar alho aqui na região. Foi, como se diz, abrindo caminhos.

Nanahira: Essa experiência com o meio rural, na produção de alimentos, vem da família?

Fabiano: Sim, vem de meus pais, trabalhei com eles na agricultura desde pequeno, a gente morava na zona rural mesmo. Começou com fruticultura, depois foi para grãos, flores, hortaliças em geral, pepino, pimentão, abóbora menina. No final dos anos de 1970 e início da década de 1980, entrou o alho. Havia um produtor, nosso vizinho na zona rural, que até hoje tem uma variedade de alho com o nome dele; meu pai e ele plantaram alho juntos. Chegou a ser o maior produtor de alho no início dos anos de 1980, naquela época, sem muita dificuldade

de produzir. A região serrana catarinense é muito fria, tem muita geada no inverno. Com as intempéries climáticas, estava sendo difícil produzir lá. A gente saiu de um lugar bem pequeno, e viemos para o Cerrado, em que a agricultura é realizada em grande escala, totalmente diferente. A gente produz só 33% do consumo nacional, emprega em torno de 10 a 12 pessoas por hectare, como mão-de-obra direta; indiretamente, mais umas cinco. É uma das culturas que mais emprega, que mais gera empregos na agricultura de hortaliças, porque é toda manualmente plantada, e a colheita é manual também. Além de gerar muito emprego, gera muito imposto. Infelizmente, a gente produz só 33%, não produzimos mais por falta de incentivo. A gente até tem salvaguardas de importação, devido ao alho chinês. A China produz 80% do alho mundial a custo baixíssimo. Lá não existe lei trabalhista, o empregador é ovacionado dando empregos. No Brasil, a lei trabalhista só serve para colocar empregado contra empregador, e não para gerar mais empregos, parece que dificulta mais empregos, poderia melhorar essa parte... Na parte de previdência, o Brasil está com déficit, há problemas trabalhistas...

Yosidi: O único setor que está dando saldo positivo é a agricultura, que consegue gerar superávit. O resto, indústria, construção civil, está tudo...

Nanahira: Hum... E quando foi a mudança para Paracatu?

Fabiano: Foi em 2000.

Yosidi: Você nem pegou o Plano Collor?...

Nanahira: Foi quase no primeiro ano de Lula! *[Risos]* 2000 foi o último ano do século e do milênio passado...

Fabiano: A maior evolução do ser humano foi a energia. Você pode ver como a energia evoluiu o nosso conforto... Essa era a maior dificuldade 50 anos atrás; sem energia, não havia nada.

Maria do Carmo: Quando nos mudamos para cá, não havia a CEMIG. A energia caía todo dia! Isso na década de 1970...

Winnetou: Para acender as luzes dos postes, vinha uma pessoa de bicicleta e acendia de cinco em cinco postes, com uma vara e uma ferramenta na ponta. Eram só três poços artesianos para abastecer a cidade, antes da COPASA...

Nanahira: Em vários estudos sobre o PRODECER, está escrito que Paracatu era um vazio demográfico e econômico até as décadas de 1970, 1980, e que as atividades econômicas se reduzindo à pecuária e à agricultura de subsistência...

Winnetou: A pecuária aqui era da época em que o produtor colocava o leite na beira da estrada para o caminhão pegar e levar, com gente junto...

Yosidi: Leite debaixo da árvore, às vezes com um jiralzinho...

Nanahira: Puxa vida... Você disse que estudou em Curitiba, qual foi o curso? Por acaso, Agronomia?

Fabiano: Não, foi Engenharia Mecatrônica. Minha intenção era outra, mas, na época, estava fechado o vestibular para AFA [Academia da Força Aérea]... eu queria ser piloto comercial.

Mas é bom a gente fazer o que gosta. Acabei não terminando por causa das dificuldades; tinha perdido os meus pais e não dava para conciliar. Fui ao Japão; voltando do Japão, a gente voltou a trabalhar com agricultura. Aí, teve essa oportunidade de vir ao Cerrado...

Nanahira: Com o que trabalhou no Japão? Conseguiu visitar os parentes lá?

Fabiano: Trabalhei com serviços gerais, em várias empresas. Não consegui ir a Nagasaki, mas, em Yamagata, fui para a casa de meus avós e de meus tios.

Winnetou: E teve algum estranhamento indo ao Japão ou conseguiu se sentir em casa?

Fabiano: Se eu falar para você que é mais fácil sair do Brasil e acostumar no Japão, do que vir de lá do Japão e se acostumar aqui com o Brasil? Porque lá é estável economicamente, em termos de segurança... Você trabalha e tem condições de ter a própria casa, o próprio carro, o que você quiser pode comprar. Juros, isso não existe, eles não sabem o que é isso. São 0,75% ao ano de juros. Você vai ao supermercado lá, e pode ver que, de 50 anos para cá, o preço não mudou muito. Só mudou por causa da instituição do imposto único no Japão, que era de 3%, foi para 5%, e agora são 8%; parece que estão querendo mudar para 11%. Quando se compra alguma coisa, na hora de pagar, não é o valor que está na gôndola, é o valor do produto mais o do imposto único. Com os intempéries climáticos, foi necessário aumentar o preço de alguns itens, principalmente alimentos. Carros, televisores e outros supérfluos são baratos lá. O que é caro é a alimentação. Os supérfluos são caros quando são lançados; mas passados 30 dias, se vem um melhor, o anterior já baixa uns 30% de uma vez. Passou mais um ano, 50%. Cai tão rápido o valor das coisas, que... Lá acontece assim entre os vizinhos: se um vizinho comprou a melhor televisão que foi lançada, o outro também compra uma melhor e joga a outra fora. Daí tem o problema do lixo eletrônico.

Winnetou: Vi uma reportagem dizendo que algumas pessoas completaram toda a casa só com material pegado nas calçadas...

Fabiano: Isso. E tem que se pagar para jogar fora, o que acontece com os carros também. Tem uma empresa que faz a coleta e envia para países menos desenvolvidos para esses produtos ainda serem utilizados. Lá no Japão tem o *shaken*, que é uma licença, um certificado obtido após verificar se o carro tem condições de trafegar em segurança. Quando se compra um carro novo, zero km, não é necessário renovar o *shaken* nos três primeiros anos. Para se ter um carro lá, é preciso ter estacionamento ou garagem. Você tem que ir à prefeitura comprovar que tem estacionamento, senão você não pode comprar carro não.

Winnetou: Ah, se isso for aplicado aqui... [risos] Aqui tem carros que moram na rua! Essa ideia nunca me passou pela cabeça, só conversando para saber de algo assim...

Nanahira: Por quanto tempo viveu no Japão?

Fabiano: Vivi seis anos lá, pude conhecer bem o dia-a-dia... Porque o pessoal é educado lá? Já começa da base, em casa. Quando começam a estudar, na parte primária, o pessoal pensa logisticamente fazer construções perto de escolas. Os pais não podem levar os alunos para as escolas primárias públicas, as crianças precisam andar. Já existem as faixas de pedestres certinhas para os alunos passarem. Onde eles passam nas faixas, se não tiver um semáforo para os carros pararem, cada lado da rua tem uma bandeirinha e um lugar para colocar a bandeirinha. O mais velho vai na frente, ergue a bandeirinha, e os menores vão atrás, seguindo o maior, para

atravessar a faixa de pedestre. Chega do outro lado, põe a bandeirinha de volta. No Ensino Fundamental II, os alunos já podem ir à escola de bicicleta, mas precisam andar de capacete. Aqui, se deixar o sistema de bandeirinhas... [risos]

Winnetou: Vão avacalhar, quebrar, é desse jeito...

Nanahira: Ouvi dizer que as crianças mesmas cuidam da limpeza das escolas...

Yosidi: Sim, muitas reportagens mostram que os meninos cuidam da limpeza dos banheiros, fazem *shouji*, faxina mesmo, pegam vassoura, limpam as carteiras. Lembro que, quando teve a Copa do Mundo aqui, os japoneses limparam os estádios. Aqui o pessoal destrói os estádios, brigam, mesmo antes do jogo começar. É difícil assistir um clássico no Rio de Janeiro, matam, atiram, parece coisa de filme de faroeste, guerra...

Nanahira: Fui ao Japão em 2012, mas fiquei lá só por três dias, em razão de trabalho. Nesses dias, percebi que há uma grande população de idosos, principalmente em relação aos mais jovens, também há muitas pessoas que levantam cedo, fazem exercícios...

Yosidi: A alimentação das pessoas é bem saudável, é difícil ter pessoas obesas.

Nanahira: Foi uma experiência rápida, mas muito interessante, até para notar certos aspectos culturais que os seus pais podem ter ensinado... Então, depois de seis anos no Japão, preferiu voltar ao Brasil? Quando voltou?

Fabiano: Sim. Voltei em 1998. Pensei que, enquanto estava jovem, era melhor voltar ao Brasil. As oportunidades aparecem enquanto se está novo, depois de chegar a uma certa idade não aparecem, não se tem o mesmo pique... era melhor voltar enquanto estava novo para poder dar continuidade, então voltei para Curitiba. Continuei trabalhando com a família, quem estava dando continuidade era o meu irmão mais velho. Um comprador de alho, que comprava alho na região, falou que tinha um lugar bom para a gente plantar, no Cerrado, com altitude, porque precisava de altitude. **A raiz da gente é agricultura, e eu gosto do que eu faço.** A gente produz alimentos, e os alimentos servem para saciar. **Eu acho assim, que o bem necessário, que a gente precisa, é o alimento.** Os supérfluos a gente pode ficar sem, mas sem alimentos... E, como se diz, o que está circulando o PIB do Brasil é o agronegócio.

Yosidi: Ah, esqueci de falar, tenho um irmão que foi para o projeto do PRODECER III em Balsas, no Maranhão.

Nanahira: Pois é, foi um dos dois projetos da terceira fase do PRODECER... E as impressões sobre Paracatu, comparado a Curitiba, possíveis estranhamentos?...

Fabiano: A minha região lá em Santa Catarina tem muito italiano, alemão. Teve choque cultural em relação a costumes, educação, tratamento; é totalmente diferente em relação ao pessoal do Sul. Quando se é tratado como ser humano, se retribui igual, né? Antes, havia certa resistência, mas as coisas foram mudando. Hoje em dia, tem muita gente de fora em Paracatu também.

Nanahira: Takahashi, falamos pouco sobre a época em que participou do PRODECER em Paracatu. Deixamos de mencionar algum aspecto importante desse tempo, ligado à agricultura ou não?...

Yosidi: Eu atribuo... não vou falar o meu sucesso, mas cheguei hoje onde estou graças ao PRODECER. Então, eu tenho muito a agradecer por ter participado desse Programa. Cheguei com uma mão na frente e outra atrás, entrei no Programa e foi meu pontapé inicial. A gente entrava com 10% do valor orçado, do investimento, então foi um negócio muito bom. A regra era declarar um capital de 10%, o pai avalizando que tinha esse dinheiro, atestando ter imóveis em um certo valor... Eu entrei como associado à Coopervap, mas meu pai era da Cotia, que era uma potência, uma referência, tinha fábrica de adubo, tinha tudo na época.

Nanahira: Em um dos diálogos, soube que o símbolo da Cotia era uma abelha com uma colmeia, simbolizando que todos deveriam ajudar, mesmo na época dos problemas financeiros... havia algo semelhante na Coopervap?

Yosidi: Não, na Coopervap acho que não teve isso não. Sobre a colmeia, meu pai sempre falava isso mesmo para mim, sobre o significado do símbolo da Cotia, que era uma abelha, trabalha coletivamente, todos unidos. Quando se é picado por uma abelha, as outras vêm rapidamente para defender, pelo cheiro... por isso, o emblema da Cotia era uma abelha, simbolizando todos unidos. E a Cotia existia em todo o território nacional, em qualquer lugar que se fosse no Brasil, havia a Cotia, era muito forte.

Nanahira: E de sua experiência aqui, Fabiano, algo que seria importante abordar que deixamos de comentar?

Fabiano: A região aqui tem toda uma área irrigada. Com a melhoria na energia, verificou-se um *boom* na área irrigada, porque, antes, também havia dificuldades de energia, tudo era na base de gerador para tocar os pivôs. A região de Paracatu, Guarda Mor, Unaí, aqui em Minas Gerais, tem um abastecimento de energia muito bom, comparado a lugares próximos, do estado de Goiás. Não sei se vocês chegaram a ver, mas na rodovia BR-040, passando um pouco à frente de Cristalina, próximo aos eucaliptos, há uma estrutura com um barracão grande, para fabricar ração, 900 mil toneladas por ano, já pronta, mas que está parada por causa da falta de energia.

Winnetou: Vi mesmo um barracão claro, grande, do lado direito de quem vai a Brasília...

Fabiano: Isso mesmo, é uma fábrica de ração que está pronta há dois anos, mas está parada por falta de energia. Em Figueiredo, que produz mais de 50 mil litros na pecuária leiteira, tiveram que sacrificar 70 vacas leiteiras de grande porte, por causa da falta de energia para manter a temperatura do gado. Com a temperatura mais baixa, o gado produz mais. Não tinha energia suficiente para jogar água no gado e ventilar para esfriar a temperatura do corpo dos animais. A CELG é que fornece energia em Goiás, como a CEMIG em Minas Gerais. Depois que uma empresa italiana entrou, parece que as coisas vão melhorar. Cristalina era a maior área irrigada da América Latina, estacionou, e Paracatu e Unaí alavancaram. Hoje, Paracatu está com cerca de 60 mil hectares irrigados, Unaí com 61 mil, e Cristalina estabilizou nos 58 mil, por falta de energia. Porque é inviável fazer irrigação com gerador, com óleo diesel, hoje em dia. Então, a energia é uma das maiores evoluções para se poder aumentar a área produtiva. Antigamente, só se falava em uma safra por ano. Depois, com a área irrigada, pode-se produzir duas safras, duas safras e meia por ano. Agora, com a tecnologia de sementes precoces de soja, planta-se a segunda safra. Apesar de a janela de chuvas estar encolhendo, consegue-se fazer duas safras sem irrigar, com a questão tecnológica das sementes. Mas, diante da demanda de alimentos no mundo, o que se produz está sendo pouco. Os pesquisadores falam que a distribuição está sendo satisfatória, mas, se for analisar, tem muita boca para pouco alimento. Os governantes deveriam pensar que o Brasil está produzindo, mas a logística do País, infelizmente, está muito aquém,

ainda mais se comparado à Europa e aos Estados Unidos. Veja o que está ocorrendo para se escoar os grãos no Porto de Santarém, mais de 2.500 carretas enfileiradas, mais de 50 km de congestionamento, porque a rodovia federal está impossibilitada de se transitar, devido às chuvas. São 13 ou 14 dias parados.

Winnetou: Não utilizam ferrovias, há uma predominância do transporte rodoviário...

Fabiano: Isso porque acho que a maior parte dos donos das transportadoras são políticos, então... Além da logística, a parte de armazenamento também está aquém do que o Brasil produz. Na região de Mato Grosso, fazem a segunda safra após um bom tempo porque não há onde armazenar a produção. O País produz tanto e...

Nanahira: Pelo visto, há muita produção, mas a infraestrutura não acompanha... Faltou perguntar de sua experiência como Presidente da ACENP, o Kaikan de Paracatu...

Fabiano: Para mim, foi muito importante para ter contato com autoridades como o Príncipe Akishino, do Japão, e representantes da Embaixada do Japão. O mandato é de dois anos, agora estou entregando a presidência ao Yosidi. Também tive oportunidade de ir a São Paulo e fazer o pedido de mais professores voluntários da JICA, sem custo nenhum, para manter o ensino de língua japonesa aqui. Já temos três professoras aqui, mas os voluntários ajudam muito para que os alunos fiquem mais interessados nos estudos. Minha filha teve oportunidade de ir ao Japão pela JICA, isso também graças às professoras, que têm conseguido manter as tradições, a língua, dar continuidade às atividades da cultura japonesa. No ano passado, foi a primeira vez que abriram bolsas para o Ensino Médio, antes era só para o Ensino Fundamental. Também há bolsas para Ensino Superior. Abre a mente dos jovens, é uma oportunidade para se obter conhecimento da língua e cultura japonesa no Japão.

Nanahira: Por falar nisso, seus filhos são nascidos aqui ou não? E sua esposa?

Fabiano: Tenho duas filhas. Quando eu vim, já tinha uma filha nascida em Santa Catarina. No início, eu ficava aqui e ela lá, depois trouxe ela pra cá. A caçula nasceu aqui, é bem mineira já. Conheci minha esposa no Japão, ela também é *nikkei* e filha de produtores. Nasceu no interior de São Paulo; depois, o pai dela foi para a região de Sacramento, em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro. Era produtor de batata, e com a batata é assim: se está bem, tudo bem, continua plantando batata; para sair do buraco, tem que plantar batata ainda. Então, infelizmente, chegou um tempo que... Quando estava bem, até mandava os pais para o Japão, mas, quando chegou aquela época da crise do final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, acho que sofreu um baque e não aguentou, muita gente foi ao Japão na época. Tanto que meu sogro está lá, com 76 anos e trabalhando de operário ainda. Para quem era patrão, tinha funcionários, né?... Já pedimos que ele voltasse, acho que esse ano ele volta. Queira ou não, lá no Japão, o ritmo é alucinante, trabalham, trabalham...

Maria do Carmo: As fábricas até apagam as luzes, para não trabalharem tanto...

Fabiano: Exatamente, para cortar as horas extras.

Winnetou: E como é o sistema de férias, o tempo de recesso?

Fabiano: Para o brasileiro, lá não existem férias e décimo terceiro salário. Os japoneses têm 15 dias de férias e bonificação anual, que é a participação no lucro das empresas. Para nós,

brasileiros, não existe essa bonificação; o contrato de trabalho é diferenciado. Já aqui no Brasil, há feriados como o Carnaval, que emendam; e o ano começa depois do Carnaval. *[risos]*.

Yosidi: Eu tenho um escritório na cidade, e já queriam emendar desde sexta depois do almoço, ficar sábado, domingo, segunda, terça, voltar só na quarta! Falei: “não, aí eu não dou conta não, parece que já estão no ritmo de carnaval?!” *[risos]*

Nanahira: Aprendi muito com a história e a experiência de ambos... para finalizarmos, gostariam de deixar alguma mensagem?

Yosidi: Para mim, o PRODECER foi um achado. Cheguei sozinho e hoje o que eu tenho é graças do Programa, então foi um ótimo negócio.

Fabiano: Cheguei bem depois do PRODECER, mas foi graças ao desenvolvimento da região do Cerrado, à existência de áreas agricultáveis, que prosperei. O importante é saber aproveitar essas oportunidades e crescer com elas, aproveitar a parte boa, porque, na vida, existe a parte boa e a parte ruim. Saber como peneirar e absorver a parte boa... isso é importante.

Nanahira: É uma pena terminar a conversa.. muito obrigada!

ENTREVISTA 8

Data: 4 de março de 2017

Horário: 18h00 – 21h00

Local: Casa da família de Nanahira em Paracatu

Participantes:

1. Dirce Yoko Sasaki, *nissei*, natural de natural de Arapongas-PR, vive em Paracatu desde 1979.
2. Lídia Yoshiko Konishi, 55 anos, *nissei*, natural de Palotina-PR. Vive em Paracatu desde 1986.

Antes da entrevista

Conheci a Lídia Konishi ainda na infância, por ser colega de profissão de minha mãe, ambas são professoras de Educação Física. Em relação a Dirce Yoko Sasaki, em janeiro de 2013, havia entrevistado um de seus filhos para redigir um artigo sobre a colônia japonesa de Paracatu, durante o Mestrado. Em 2014, encontrei-me com Yoko e seu marido, Sr. Keiti, durante recepção na Embaixada do Japão por ocasião de visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Shinzo Abe, em julho de 2014. No ano seguinte, Yoko participou do ensaio fotográfico sobre a comunidade nikkei de Paracatu, e nos encontramos novamente durante evento comemorativo dos 120 Anos de Amizade Brasil-Japão na Casa de Cultura, em 2015.

Contatos foram realizados separadamente com Yoko e Lídia. Por serem amigas e vizinhas, combinaram participar juntas do diálogo em minha residência.

Entrevista

Inicialmente, apresentei trabalhos que realizei sobre a colônia japonesa de Paracatu relacionada do PRODECER, e expliquei sobre os propósitos da pesquisa e do diálogo em realização.

Nanahira: Já conheço os nomes, que anotei aqui... ambas são *nisseis*?

Lídia: Sim, somos. Os meus pais são japoneses.

Yoko: A minha mãe já é brasileira, *nissei*. Na verdade, se for contar pelo pai, sou *nissei*, mas, pela a mãe, eu sou *sansei*.

Nanahira: Onde você nasceu, Lídia? E seus pais, contaram de onde vieram lá no Japão?

Lídia: Eu nasci em Palotina, Paraná. Meu pai veio de Fukui-ken, minha mãe de Fukushima.

Yoko: O mesmo lugar de origem de meu pai, Fukushima também. Os pais do Keiti, meu marido, são de Sendai. **Há quanto tempo eu não falava dessas coisas, esses nomes...** Minha mãe nasceu em Pompeia, onde Keiti também nasceu. Fica perto de Araçatuba, em São Paulo. Ela é paulista, mas foi para o Paraná com sete anos. Ela conhece toda a colônia lá no norte do Paraná, todinha...

Nanahira: Ambas as famílias eram relacionadas a colônias? Ao longo dos diálogos, tem sido difícil encontrar pessoas de origem japonesa que não sejam associadas...

Yoko: Sim!

Lídia: Sim. E olha que nós morávamos longe, era uma cidadezinha... Quando eu nasci, a fazenda era do município de Palotina, depois passou ao município de Assis Chateaubriand.

Yoko: Na época em que a Lídia nasceu, Assis Chateaubriand era um município que estava em ascensão. Então, eu garanto que os pais dela cortaram muito mato virgem. Lembro até hoje de quando estavam desmatando. Minha prima morou em Assis, e ela me contou que, quando iam plantar o café, as pessoas sempre viam cobras cascavel. A gente, que morou no norte do Paraná, já viveu em lugares mais civilizados, cidades mesmo. Lembro que, quando eu tinha oito anos, fizeram dutos de esgoto. Depois disso, não teve mais problema de enchentes, porque até isso tinha antigamente. Então, o norte do Paraná era bem mais adiantado. Só que, no tempo em que a Lídia nasceu, a maioria do território era mato mesmo. Até os anos de 1960, ainda estava sendo explorado o lado oeste do Paraná. Lembro que, quando me casei, fui para o oeste, e ainda não tinha aquela estrada, estava sendo asfaltada. Assis, ali, era tudo na base de balsas, a gente passava em balsas para ir ao norte do Paraná, puxando corda na mão. Era um riozinho pequeno, mas precisava passar em balsas.

Winnetou: Acompanhei na televisão a chegada dos gaúchos no sul do Piauí, improvisando moradias em barracas, abrindo mato, aquele começo... o povo do Sul em geral, incluindo os japoneses que foram para lá, tem esse pioneirismo de começar do zero; é muito típico do Sul, sair e abrir caminhos...

Yoko: Quando nós chegamos aqui também foi assim. Muita gente fazia um barraquinho, só pra ter um teto, pra dormir. Outras pessoas que conhecemos e se mudaram para cá viveram assim.

Nanahira: Pelo visto, as duas famílias se conhecem há algum tempo, né?

Yoko: Já! O irmão da Lídia, já falecido, e a cunhada, moravam em um lote próximo ao nosso. Como o Keidi ficava lá o mês inteiro, então deixavam muitas coisas deles no lote de nossa casa. Muitas pessoas não tinham lugar para dormir quando vieram. No começo foi desse jeito... Eu tive muita sorte porque meu sogro tinha feito dois quartos, meados; ele tinha vindo duas semanas antes.

Winnetou: Em que ano vocês vieram?

Yoko: 1979.

Winnetou: Cheguei aqui com minha família em 1969, Paracatu era um lugarzinho pequeno...

Yoko: Essa parte por aqui, tudo era pasto... O que a gente passou de apuro foi com comida, né? Porque, lá no norte do Paraná, era uma fartura. Chegamos aqui... verduras? Meu Deus do céu!...
[risos]

Lídia: Aqui não tinha nada das verduras que a gente gostava, que estava acostumado... E minha mãe plantava lá no Paraná.

Winnetou: Viemos de São Paulo para cá e também estávamos acostumados a comer verduras, folhas...

Yoko: O que tinha aqui era mandioca, abóbora... folhas, era só alface. Alguns dias não havia alface, só couve.

Nanahira: As famílias se conheceram já aqui em Paracatu, ou antes, lá no Paraná?

Lídia: Nós duas nos conhecemos aqui. Mas nossas famílias se conheceram lá no Paraná. *[Citou nomes de outras famílias nikkeis que vieram para Paracatu e também haviam se conhecido no Paraná]*

Nanahira: E as lembranças da infância? Você nos disse que nasceu na fazenda... como era a escola, as brincadeiras, a vida em casa, pode me contar?

Lídia: Nossa, olha só, **a minha infância foi muito boa, foi maravilhosa!** Eu sou a penúltima filha. Nós éramos em oito irmãos, mas minha mãe teve 11 filhos, morreram três antes de eu nascer, que não pude conhecer. Morávamos em uma casa de madeira. A escola era distante, ficava a uns dois quilômetros de casa, tínhamos que passar no meio do pasto para chegar à escola. Esses dias, estava conversando com minha irmã... lembro que ela apanhava, e perguntei se isso acontecia porque ela não gostava de ir à escola. Ela contou que tinha medo; às vezes, as amigas a deixavam para trás e ela tinha medo de passar no pasto sozinha, tinha medo do gado. Foi agora, esses dias, que fiquei sabendo! Ela apanhava de vez em quando porque não ia à escola, ficava escondida no meio do mato. Também lembro que, onde a gente morava, havia nascente de água nas pedras. Lembro que, todos os dias, eu ia nadar e pescar.

Nanahira: Daí que veio o gosto pela natação?

Lídia: Exato! Não sei onde minha irmã aprendia para me ensinar a dar cambalhota, fazia estrelinha, essas coisas.

Nanahira: E a escola, era brasileira ou japonesa?

Lídia: Era brasileira. Tinha uma varinha que a professora guardava para bater em quem aprontava muito, todo mundo apanhava.

Winnetou: É, e os pais apoiavam.

Lídia: Apoiavam. Em Assis Chateaubriand é que tinha escola japonesa, e eu não frequentei; fui frequentar escola japonesa lá em São Bernardo do Campo, em São Paulo. Foi assim, quando eu tinha nove anos, minha irmã se casou, ela é que cuidava de mim. O leitinho, só ela sabia fazer pra mim, porque eu detestava nata e só ela sabia coar pra mim. Depois ela se casou e engravidou do primeiro filho. Com nove anos, eu fui morar com ela em São Bernardo do Campo. Agora sei que fui como babá, mas eu achava que seria... ficaria ao lado dela, e fui toda contente, né? *[risos]* Depois voltei para casa, no Paraná. Quando eu tinha 11 anos, ela teve outro filho, aí eu fui de novo pra lá, ajudar a cuidar dele. Mas me trataram como uma parente mesmo. Nessa idade, também tive convivência com outros parentes, primos dos meus sobrinhos. **Lá, no Paraná, era bom demais quando eu voltava, sabe?** Era tudo terra. Lembro que, a primeira vez em que voltei, o carro atolou e fui embora correndo, a pé, até a minha casa, na fazenda. Era uma cidadezinha, apenas três quilômetros de terra. Então, com nove anos, saí de casa para

trabalhar, praticamente... não sabia que era para isso, cuidar de meu sobrinho. Ainda morei uma terceira vez com minha irmã. Com 15 anos, quando terminei o Ensino Fundamental, assim chamado hoje, não havia Ensino Médio, que tive de fazer em São Bernardo do Campo. Depois do colégio, fiz um ano de cursinho e estudei Educação Física nas Faculdades Integradas de Santo André. Fui aquela adolescente sempre praticante de esportes. Lembro que praticava tênis de mesa, voleibol. Meu pai dava a maior força para eu viajar pra qualquer lugar e jogar, mesmo que eu não quisesse, às vezes; ele sempre me convencia que seria bom. A parede de minha casa era cheia de marcas de bola, porque eu jogava vôlei com a parede. Meu pai construiu uma casa enorme em Encantado do Oeste, a três quilômetros da fazenda, para ser um comércio de meu irmão; só que logo ele foi embora. O espaço ainda tinha coisas da fazenda, mas era vazio na parte de baixo, e tinha uns paredões... era a melhor coisa do mundo! Depois que meu pai comprou uma mesa de tênis, foi a festa da galera, todo mundo ia lá jogar tênis de mesa, era bom demais. As pessoas já treinavam bastante o tênis de mesa, principalmente em Assis Chateaubriand. Quando fui para São Bernardo, fazer o Ensino Médio, sempre participei da seleção de voleibol e de tênis de mesa da escola, que era famosa na Cidade. Também fui vice campeã da Cidade no tênis de mesa, inclusive disputei o prêmio com uma japonesinha. Então, o esporte sempre fez parte de minha vida.

Maria do Carmo: Aqui mesmo, no Kaikan, você treinava, e já foi até campeã mineira!

Lídia: Fui, várias vezes. Tem muita coisa pra dizer, mas acho que já é a vez de a Yoko falar...

Nanahira: Esses diálogos são assim mesmo, sempre temos algo a acrescentar, por causa da riqueza das histórias. Mas falemos de sua infância, como foi?

Yoko: A minha infância foi mais ou menos igual à da Lídia porque, para ir à escola, a gente também precisava passar no pasto também. Só que a gente se juntava; a criança que morava mais longe, geralmente a mais velha, vinha buscando as crianças nas casas, ao longo do caminho. Quando chegávamos na escola, éramos 13 ou 14 crianças juntas. E isso acontecia todos os dias, de manhã.

Lídia: No Japão é assim, você sabe, né? As crianças vão a pé; dependendo da distância, podem ir de bicicleta. Sempre há uma criança maior que passa na casa das mais novas para busca-las e irem juntas. O pai e a mãe não podem ir junto.

Yoko: Nunca os pais iam junto. Quando tinha crianças de cinco anos, a gente levava até na cacunda, porque não davam conta de andar, era muito longe. Quando a escola ficava longe demais, alguns pais davam aulas em casa, o meu sogro mesmo dava aulas para os filhos. Nós íamos para a escola japonesa. **A maior dificuldade era quando chegava o frio.** Nossa, as crianças, principalmente as pequenas, chegavam a congelar de tanto frio que fazia. Aí, o professor da escola fazia *ofuro*, deixava o *ofuro* quente, para quando as crianças chegarem, a esposa do professor dava banho para esquentar as crianças. Tinha umas 10 crianças pequenas que chegavam congeladas, moravam longe, né? Nos meses de maio, junho e julho, fazíamos atividades como teatro, canto, poesia, demonstrações. A gente treinava por três semanas em junho e julho. No começo de agosto, fazíamos as apresentações, era o *gakugekai*. Havia apresentações desde o ginásio até o jardim. Ficava sempre ocupado, não tinha tempo de ficar na rua assim, sabe, porque ficávamos metade do dia na escola japonesa, de manhã, e depois na escola brasileira, de português. Isso porque já tinha colônia lá. Nossa escola era um pouco maior do que o Kaikan daqui, grande, repartida em três. E quem fazia a limpeza eram os alunos. Todo sábado a gente fazia a limpeza do pátio. Tinha turma que fazia a limpeza das janelas, do chão,

dos banheiros. Era assim, repartido em turmas. Depois que terminava toda a limpeza, tinha a hora de desenhar. Não desenhos de natureza morta, mas de paisagens. A gente morava em um lugar meio retirado da cidade, tinha um monte de coisas para desenhar, fazer pinturas. O professor incentivava muito; se não era desenho, era caligrafia de *kanjis*. Nos sábados e domingos, a gente também tinha atividades, mais entre as crianças. Minha casa tinha um quintal, então juntava toda a criançada, e a gente jogava queimada, pulava corda, brincava de esconde-esconde, amarelinha, casinha, comidinha...

Winnetou: Brincadeiras tradicionais do Brasil mesmo...

Yoko: A gente fazia as panelinhas com terra mesmo. Com isso é que a gente brincava, no quintal. Juntavam quase 20 crianças, era todo mundo que morava em uma, duas quadras, colegas da escola, amiguinhos. Eram todos japoneses, descendentes. Só na quadra em que a gente morava, eram 13, 14 famílias. Então, era festa! Meu avô era muito festeiro, quando chegava a Festa Junina ele empilhava as madeiras, apanhava um monte de batata doce, sabe... Ele cozinhava pra a gente batata doce, pinhão. Ele mesmo comprava os fogos e a gente passava uma noite assim. E fazia a festa para as crianças, pra animar, a turma que morava perto de nossa casa. **Só sei que foi muito boa essa época!** Na escola, também havia muitas brincadeiras, que eram simples, e todo mundo brincava junto, não tinha rixa. Corda, então, era a melhor coisa do mundo. Meus irmãos brincavam com um piãozinho.

Lídia: Uma delícia! Eu adoro pinhão.

Winnetou: Aquilo era bom demais, também gosto. Pião era uma brincadeira muito comum.

Nanahira: Então, assim como acontece até hoje no Japão, as crianças iam para a escola a pé, juntas e guiadas por uma mais velha, no Paraná...

Lídia: Isso não devia ter mudado nunca, gente...

Maria do Carmo: É o cuidado de um com o outro... mas usavam a bandeirinha?

Yoko: Não tinha a bandeirinha, como no Japão. A escola japonesa ficava próxima a um lugar que era um matadouro. A cada duas semanas passava uma boiada. É, precisava enfrentar boiada, menina! *[Risos]* Quando saía a boiada, a gente via o gado chegando, de repente o boi entrava pelo portão aberto e chegava a o pátio do *nihongaku*. Na hora de ir para a escola japonesa, era aquela coisa sabe... E quando o boi foge para o quintal dos outros, ele não quer sair, empaca. Chora, porque sabe que o matadouro fica lá perto; aqueles bois grandes, chegavam a chorar. A gente via isso direto. E eu sempre falo o seguinte, só de pensar nisso não dá nem vontade de comer carne. A gente se esquece disso, né?

Winnetou: A gente já recebe a carne pronta na mesa.

Yoko: Na minha cidade, a parte de esportes era judô, *kendo*, sumô e *yakyuu*, que é o beisebol. Ainda estão praticando no norte do Paraná, onde se concentraram esses esportes. Fora isso, tem o tênis de mesa, que é mais recente.

Nanahira: A adolescência, a juventude, também foi lá no Paraná?

Yoko: Eu morei sempre na cidade, então não tive uma infância como a da Lídia. A gente ia para o sítio, brincava no córrego. Só que eu era muito medrosa de entrar na água, subir na árvore. Minha irmã teve uma infância muito boa porque gostava dessas coisas.

Nanahira: Por falar nisso, são quantos irmãos?

Yoko: Nós somos cinco. Na família do Keiti [marido] são sete. Estudei em escola japonesa e escola brasileira, mas só fui até o ginásio, não fiz Ensino Superior.

Winnetou: Traduzindo pra ela, o ginásio é o Ensino Fundamental II de hoje. Quem tinha o ginásio na época, era... o ensino era muito forte.

Yoko: É, e o ensino era tão forte nessa época que, quando a minha menina estava fazendo o científico, eu dava conta de ensinar minha filha.

Maria do Carmo: Tinha aritmética, álgebra, latim...

Yoko: Eu estudei francês e inglês também.

Winnetou: Eu ainda fiz um ano de admissão ao ginásio.

Yoko: Quando fiz a admissão, era só meio ano. Como era tempo de ditadura, tinha hora pra gente chegar em casa, que era até as seis horas; depois desse horário, ninguém podia mais estar na rua. Então, eu saía da escola primária e já corria para a admissão, e da admissão já precisava estar em casa às seis. Se tivesse gente na rua, principalmente crianças, eles prendiam mesmo.

Winnetou: Existia a prisão por vadiagem, toque de recolher...

Yoko: Para ir ao cinema, precisava estar sempre acompanhado dos pais e ainda com carteirinha. Tinha que andar com carteirinha direto, era assim.

Nanahira: Os seus pais migraram ao Brasil antes ou depois da Segunda Guerra Mundial? Porque, no Brasil, existiu um conflito entre os que acreditavam na vitória do Japão e na derrota, alguns demoraram a perceber e acreditar que o Japão tinha perdido...

Yoko: Foi na época da Segunda Guerra, um pouquinho antes. Na minha cidade não teve muito o conflito de *kachimaki*, entre os que acreditavam que Japão perdeu e os que acreditavam que ganhou. Já tinha passado aquela época, estávamos no finzinho da ditadura. Acho que meus pais vieram num tempo melhor, porque não tinha malandragem, não tinha gente ruim andando pela região. Só depois, quando a gente já estava no ginásio, e eu estudei à noite, por dois anos, acontecia com quem morava na periferia, mais longe, nas chácaras. Houve um caso de uma menina que foi estuprada, e ela, coitada, até se suicidou por causa disso. Então, teve essas notícias ruins, mas não tinha muito como ocorre ultimamente, as pessoas se respeitavam, né? O aluno respeitava o professor...

Lídia: Quando chegava o diretor dentro da sala de aula, todo mundo ficava em pé.

Yoko: A gente cantava todos os hinos. A criançada hoje...

Nanahira: E o casamento com o Sr. Keiti, também foi no Paraná?

Yoko: Sim, em Arapongas. Ele estudou na mesma escola que eu. Mas a gente se conheceu só depois, na religião, após entrarmos para a Seicho-no-Ie. Participávamos do grupo de jovens e tomávamos conta de crianças de seis até 12, 14 anos, eram 60 alunos. A gente passava atividades para eles fazerem, aos domingos. Ainda tem muitas atividades, há um lugar para fazer seminários, na Internet tem muita coisa também. Ultimamente, não estou participando assiduamente, mas, de vez em quando, estou lá.

Nanahira: E a mudança para Paracatu?

Yoko: Foi em 1979, e chegamos debaixo de chuva!

Winnetou: Aqui, até que chovia bem.

Lídia: Meu pai conta que, quando resolveu vir para cá, disse que aqui chovia sempre, por isso que nós viemos. Depois, com o desmatamento...

Maria do Carmo: Tinha um lugar que a gente chamava de praia, com muita água, mas os rios, as nascentes foram secando, assoreando...

Yoko: Acho que minha menina fez o Ensino Médio no Polivalente...

Winnetou: Comecei a trabalhar no Polivalente em 1978, tinha apenas quatro anos de fundação.

Maria do Carmo: Seu filho foi meu aluno no Estadual, gostava muito de desenhar, fazia com perfeição os desenhos a lápis. Ele também ajudava muito como técnico de basquete, inclusive em viagens para campeonatos fora da Cidade.

Winnetou: Quando comecei a dar aulas no Polivalente, notei que, quando chegava a sexta-feira, os meninos ficavam revoltados porque queriam ficar na escola, e não ir para casa. Época boa... Foi inaugurado como Escola Polivalente de Paracatu, inclusive tinha isso escrito em metal na frente da escola. Logo em seguida, foi tornada estadual, e colocaram o nome Escola Estadual Dr. Virgílio de Melo Franco. Mas os professores da escola eram treinados pelo Governo Federal, pelo PREMEM, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio. As matérias eram práticas industriais, comerciais, educação para o lar, ciências...

Lídia: Era uma divisão para o futuro mesmo, né?

Maria do Carmo: Mais ou menos o que estão querendo fazer com o Ensino Médio de agora...

Winnetou: O Polivalente daquela época estava 20 anos à frente do Polivalente de hoje, tinha tudo para o aluno aprender e fazer.

Yoko: Então, foi bem nessa transição que minha menina estava estudando o colegial, o Ensino Médio. Aí, ela precisou passar para o Antônio Carlos, o Estadual.

Maria do Carmo: Ah, eu me lembro, porque o Antônio Carlos seria só para Ensino Médio e o Polivalente ficou com o Ensino Fundamental, uma nucleação. Foi uma revolta, porque os alunos mudaram na marra para o Estadual, para fazer o Ensino Médio, mas tinham aquela identificação com o Polivalente... Depois, o Governo voltou atrás.

Lídia: O Governo está querendo que o Polivalente seja só Ensino Médio, sabia?

Winnetou: Cada ano o Governo quer uma coisa.

Nanahira: Você tem quantos filhos? Quantos são nascidos no Paraná?

Yoko: Seis. Três filhos nasceram lá no Paraná, os mais velhos, e três nasceram aqui em Paracatu. Os três mais velhos estudaram no Colégio Dom Elizeu. Dois dos mais novos estudaram no Polivalente, e o outro no Antônio Carlos. Porque a gente não conhecia quando chegamos aqui, só o Afonso Arinos e o Dom Elizeu. Então, chegamos debaixo de chuva e já fomos direto para a roça. Aí, atolamos! *[risos]* E com a criançada toda dentro do carro, três crianças! Tinha outro carro lá atolado, com um *nikkei* em cima do carro, esperando... Depois, conhecemos o casal, ele e a esposa, eram recém casados. Chegando na roça, a gente...

Lídia: Aí, deve começar a brigar: “Tá vendo, falei que não queria vir?”, essas coisas...

Yoko: Sabe que não foi assim? Nesse ponto, houve muita ajuda da religião, porque aprendemos que a esposa deve acompanhar o marido... Eu não achei muito sacrilégio...

Lídia: Agora é que está sendo né? *[risos]*

Maria do Carmo: Com a falta de chuvas...

Yoko: Mas chovia muito. Daí, a minha menina, a mais velha, precisava de estudar e não havia escola perto, lá na roça. Por isso, resolvemos sair para a cidade e fomos parar lá na Vila Mariana. E não saímos mais de lá. A Vila estava começando...

Lídia: Muitas famílias ainda fazem isso, apesar de ter ônibus para quem mora na zona rural agora.

Yoko: Deixei toda a mudança lá na roça e saímos só com um colchão, um fogão e duas panelas. **E começamos a vida assim.** Ainda bem que as crianças eram pequenas e aceitavam aquela situação. Se fossem crianças maiores, acho que seria mais difícil. Como eram pequenos, para eles, tudo era festa!

Winnetou: Quando chegamos de Campinas para cá, em 1969, e nos aproximamos da Igreja Matriz, meus dois irmãos mais novos, com 12 e 13 anos, destamparam a chorar, foi um choque. Campinas tinha cerca de 600 mil habitantes, e havia várias cidades próximas.

Yoko: Imagina a diferença, né? Minha primeira impressão... Entramos ali, depois da Rua do Ávila, e tinha paralelepípedo só até a Casa da Cultura; depois, o resto era tudo terra!

Maria do Carmo: Nossa, a Avenida Olegário Maciel era terra, em frente à Igreja do Rosário também era terra... Meus irmãos mais velhos nasceram aqui, mas foi necessário mudar para Patrocínio para que eles cursassem o Ensino Médio, que não tinha aqui, só o ginásio. Depois, foi criado o Ensino Médio aqui, mas teve outra mudança para Itajubá, por causa de Ensino Superior. Nós éramos 12 irmãos, hoje 11 são vivos.

Yoko: A família de meu pai também eram em 11 irmãos. Então, quando juntavam... A gente tinha um barracão grande, onde colocava palha de arroz, encerado em cima, e era o lugar onde a gente colocava lençol, e dormia ali. Antigamente não tinha colchão, essas coisas. Fazia isso daí e ficava como um futon. E os parentes todos dormiam lá.

Nanahira: Você e seu marido se mudaram para cá a fim de participar do PRODECER?

Yoko: Isso, no Mundo Novo. Foi um dos pioneiros, junto com o irmão da Lídia, que já faleceu. O primeiro contato que tivemos foi com uma família *nikkei* que já saiu daqui, quando as coisas começaram a ficar ruins...

Maria do Carmo: Vieram muitas famílias ao mesmo tempo?

Lídia: Vieram sim, mas muitas se mudaram depois.

Yoko: Algumas pessoas ficavam por dois ou três anos, viram que não dava certo mesmo, e voltaram para a terra natal ou se mudaram para outro lugar. Nós ficamos, né? Tentando, tentando... Já vendemos o lote do PRODECER, hoje temos terras perto de Guarda Mor e de Cristalina, mas bem menores.

Nanahira: O que era produzido nas suas terras do PRODECER?

Yoko: Lá era café, soja, milho e feijão. Estava começando com o feijão, na época da polêmica dos pivôs centrais. Como havia um tempo que não chovia, meu marido também entrou com isso. Mas tudo o que ele plantou ali não foi pra frente. Ele ia muito bem, mas no tempo de colheita, vinha a chuva, perdia toda a colheita. Com isso, muita gente perdeu....

Nanahira: Muitas pessoas disseram que, nessa época, houve problemas econômicos no Brasil, agravando a situação dos produtores.

Yoko: Foi um absurdo. Aqui foi feio. Eu não sei direito como aconteceu, o que virou, mas acho que, ao invés de caminhar pra frente parece que foram para trás. No começo, era muito boa a assistência que forneciam. Mas, depois que veio aquela crise, parece que todos se afastaram.

Lídia: Judiação...

Nanahira: Como era a relação entre pessoas da colônia japonesa? E com as pessoas que já residiam em Paracatu, não japoneses?

Yoko: Naquela época, todo mundo era amigo, não tinha panelinha. Aqui, com as pessoas de Paracatu, até que eu não tive muitas dificuldades, porque eu fazia amizade tão fácil que... pra começar, eu fazia artesanato, e, com isso, conheci muitas pessoas boas. Então, eu não tive muita dificuldade.

Nanahira: Já me relataram que, com o artesanato e atividades de serviço social, pessoas da comunidade *nikkei* foram se integrando à sociedade paracatuense. Inclusive conseguiram apoio do Governo japonês para construir um hospital na Cidade, já que o único hospital particular não apresentava boas condições...

Lídia: É, minha mãe foi internada lá e morreu.

Yoko: Eu tive dois filhos lá. Naquele tempo, era preciso andar tanto, nem tinha pontes para ir ao Centro, a gente passava em pinguelas...

Maria do Carmo: E as ladeiras que a gente subia, no cascalho? As pessoas que eram contra as pinguelas retiravam as tábuas à noite, até o povo ficar sem acesso. Depois, as pontes foram construídas.

Winnetou: A gente atravessava as pinguelas se equilibrando mesmo. O prefeito anterior ao que construiu as pontes não queria entregar a prefeitura, e não entregou a chave da Cidade para ele na posse! *[Risos]* Eram inimigos políticos, ainda mais que o novo prefeito não era de família tradicional.

Yoko: E as escolas, sem asfalto...

Winnetou: Quando construíram o Polivalente foi assim, só podia ser construído se fosse dado o terreno e fosse asfaltado ao redor, exigiam contrapartida. A Avenida Olegário Maciel, uma das principais da de Paracatu, era de terra. Pois asfaltaram ao redor da escola, Avenida ainda ficou sem asfalto *[risos]*.

Lídia: Sobre o que você falou de assistência social, na cultura japonesa existe muito esse espírito de doação, **a gente quer ver mais o bem dos outros do que o da gente mesmo**, a gente até se prejudica para ajudar os outros. Quantas vezes, quando tenho só 10 Reais na carteira e alguém pede para ajudar em uma cesta, algo assim, eu tiro e entrego o dinheiro. Se alguém elogia algo que eu tenho, dou na hora. O japonês tem muito isso e eu acho lindo, não pensa duas vezes, sabe?

Nanahira: Quando fui ao Japão, chamou minha atenção a educação e o respeito das pessoas. É muita gente pra pouco espaço, mais da metade da população brasileira em um espaço equivalente ao Paraná..

Lídia: É uma coisa impressionante. A gente pensa, como é que pode, como conseguem conviver?...

Yoko: Até em relação a som. Você acha que lá eles conversam e riem alto, como aqui no Brasil? Fomos ao Japão, e a dona da casa onde eu fiquei morava nos fundos dessa casa. Quando a gente chegava do serviço, ligava a televisão, dava risada, dava risada... Um dia, a dona da casa falou assim: “sua casa é bem animada, hein?” Aí que a ficha caía, que a gente estava fazendo muito barulho! *[risos]*

Lídia: Quando a gente almoçava ao redor da mesa, a família era grande, e meu avô também estava, morava com a gente; ele só ficava assim, olhava, e a gente entendia que tinha que respeitar. Ele não deixava a gente conversar quando comia. E não podia sobrar um grãozinho no prato ou deixar cair. Ele dava umas batidinhas na mesa e a gente entendia...

Yoko: Por isso que se diz *itadakimassu* e *gochisousama deshita*, pelo respeito, para agradecer o alimento.

Nanahira: É interessante como certos aspectos culturais sobrevivem. Lídia, você se mudou pra cá alguns anos mais tarde em relação à Yoko, né?

Lídia: O meu irmão, Osvaldo Konishi, veio primeiro, para participar do projeto. Depois, em 1983, meu pai veio. Mas, no dia da mudança, minha mãe foi conhecer a fazenda e teve um derrame, porque ela veio contrariada pra cá. E faleceu. *[Breve silêncio]* Eu vim passar férias, estava presente quando aconteceu. Ela estava na casa de meu irmão, começou a passar mal no quintal, estava colhendo maxixe e começou a gritar, dizendo que estava doendo, sentindo mal. Levamos minha mãe para dentro da casa, a gente viu que ela teve uma crise. Pegamos o carro, abrimos as sete cancelas correndo, meu irmão dirigindo, com minha cunhada, minha mãe, meu pai e minha irmã.

Nanahira: Imagina, mudar para cá e acontecer isso...

Yoko: São mais de mil quilômetros lá do Paraná.

Lídia: O que acontecia? Meu pai tinha uma fazenda modelo lá no Paraná, era muito bem sucedido, todo mundo fazia experiências na fazenda de meu pai. Ele queria comprar uma terra maior, que aqui era 10 vezes maior do que lá, para deixar um pedacinho de terra para cada filho. Lá era cento e poucos alqueires e aqui ele compraria mil alqueires. Por isso que ele saiu de lá, e minha mãe, muito contrariada, porque a gente era muito feliz lá. A minha mãe tinha uma casa de um quarteirão, e metade do lote era horta dela. Uma horta enorme e um galinheiro. Com o que sobrava, ela sempre fazia alguma coisa. Por exemplo, na época de plantar tomate, com os tomates que não podiam ser comercializados ela fazia massa de tomate. Na época de uva, ela também aproveitava as uvas que caíam no chão e não podiam ser levadas na caixa. Fazia de tudo, e sabia fazer todas as comidas japonesas também. Eu pensava: “Quem ensinou, né?” Morreu com cerca de 60 anos. Teve derrame cerebral, foi internada no hospital particular, passei a noite com ela. Vi que ela estava com o lado direito todo paralisado. No dia seguinte, faleceu. Ela não queria se mudar para cá.

Nanahira: Então, primeiro foi seu irmão que mudou, depois os pais. Os outros irmãos também mudaram para cá?

Lídia: Depois que meu irmão e meus pais vieram, veio meu irmão e minha cunhada, que eram veterinários, para cuidar das 600 cabeças de gado de meu pai. Mas morreu quase todo o gado. Passou um tempo e eles foram para Maringá. Depois, veio minha irmãzinha. As terras foram vendidas porque meu irmão, que estava no PRODECER, no Mundo Novo, endividou-se muito e meu pai era o avalista. Meu pai vendeu para não ficar com o nome sujo, aí perdemos tudo. Meu irmão continuou morando aqui em Paracatu. Outro irmão, o mais velho, veio ainda depois, para o projeto Entre Ribeiros. Ele morava em Rondônia, Ji-Paraná; tinha comércio lá, e era bem sucedido também. Eu que liguei pra ele, avisando que nossa mãe havia falecido. Nesse tempo, depois que minha mãe morreu, entre 1983 e 1985, meu pai e eu fomos lá; primeiro, até Cuiabá, de carro, e de aviãozinho até Ji-Paraná. Meu irmão nasceu em São Paulo, porque, antes de morar no Paraná, onde eu nasci, meu pai morou em São Paulo. Meu irmão também sofreu muito quando chegou aqui.

Nanahira: E você, quando veio para Paracatu?

Lídia: Em 1986. Eu já tinha vindo aqui passar o Carnaval, foi quando conheci o meu ex-marido. **Eu trabalhava muito lá em São Paulo;** até aos domingos, lembro que eu dava treinamento de voleibol no clube da Scania. Então, eu trabalhava de segunda a domingo. Já era professora, me formei em 1983. Nessa época, eu trabalhava numa academia de natação em Santo Amaro,

entrava às sete da manhã e saía às nove da noite. Aos domingos, ia para São Bernardo dar aulas de voleibol. Trabalhei em várias academias. Eu morava em São Bernardo e, além de lá, trabalhava em Santo André, São Amaro, São Caetano e Diadema, ficava no ABCD a semana inteirinha, nesses quatro lugares, dois dias em um lugar, dois no outro... Então, eu trabalhava tanto, tanto, tanto, e meu pai via aquilo, todo pai fica com dó, né? Aí, ele fez a minha cabeça de eu vir a Paracatu, ainda mais que eu estava ligada ao namorado aqui, e decidi: “Então vou!”. Mas vim já com emprego no Colégio Dom Elizeu. Morei com meu pai e minha irmãzinha, que já estava aqui; ele construiu dois quartinhos, um pra mim outro pra ele... É a casa onde moro atualmente, na Vila Mariana, em frente à Praça Sanji Tomoyasu.

Yoko: A rua da Praça, do lado de lá, tem nome, você pode ver na placa. Mas a nossa mesmo ainda não tem nome...

Nanahira: E as suas impressões de Paracatu?

Lídia: **Eu sempre fui muito bem recebida aqui.** Vinha passar férias, todo mundo...

Yoko: Naquela época, era muito bom, muita gente, muitos jovens...

Lídia: E logo já vim dando aulas, o pessoal já foi... Graças a Deus, eu acho que gostavam...

Maria do Carmo: Ela recebeu moção de regozijo na Câmara Municipal, sabia? Acho que você entrosou tanto na comunidade japonesa quanto nas escolas, nos jogos de Paracatu, né?

Lídia: O esporte também liga muito as pessoas, a gente faz amizades... Eu conheço o Brasil por causa do vôlei e do tênis de mesa, sabia? Como atleta e como técnica. Conheci muitos estados que não conhecia sendo técnica em jogos estudantis.

Maria do Carmo: Eu viajei duas vezes assim, para Monte Carmelo e Uberaba.

Nanahira: E no Kaikan, como era a convivência, as atividades? E hoje em dia?

Lídia: Muita diferença de antes para hoje... **Para mim, o Kaikan é uma família,** até hoje. Lembro quando funcionava pertinho de minha casa. Eu falo que é um dos lugares em que encontrei minha família. A Yoko mesmo é como uma irmã pra mim, estamos juntas em todos os momentos, de tristeza, de alegria, sempre tem ela para estar junto comigo. Então, a turma toda do clube japonês são como meus irmãos.

Maria do Carmo: Eu vi o carinho que você recebeu de todos eles lá na Câmara Municipal.

Lídia: A gente tem que fazer a nossa parte, né? E essas brincadeiras, de chamarem a gente de japinha, japa, japononga, eu acho tão normal, até acho legal. Outras pessoas não gostam, cada um reage de um jeito, né? Dizem que nós, descendentes de japoneses, somos muito fechados. Eu não, mas a maioria é fechada.

Yoko: Tem muito da criação também.

Lídia: Eu falo que nós somos japoneses diferentes, tenho muitos amigos japoneses, todo mundo sai...

Nanahira: Interessante. O tempo não ajuda, está ficando tarde... Faltou perguntar ou comentar sobre algo que consideraram importante?

Lídia: Muita coisa é importante, mas... É gostoso a gente estar assim conversando, a gente se sente muito valorizada. **Desde que você me ligou, eu me senti valorizada.** Ainda falei com a Yoko que eu queria conversar naquele mesmo dia em que você me ligou, lembra? Sou assim, o que me pedem, quero fazer logo. E eu queria ter trazido outra família, mas não puderam vir. Como você falou que estava querendo marcar com a Yoko também, e ela mora perto de minha casa, falei: “É agora!”. Liguei, chamei, pedi que ela ficasse prontinha para eu buscar e irmos juntas. Falei com a Yoko que a gente estaria contribuindo para que você faça e defenda a tese, a gente tem que ajudar, então vamos lá. É isso que a gente quer, na verdade. Talvez não tenha sido tão válido, mas...

Nanahira: Não fazem ideia da riqueza de suas histórias... e são duas professoras, né? Tenho muito respeito pelo trabalho que realizam.

Lídia: Aí que enriqueceu mais ainda, né? Eu tenho muita esperança de que, antes de eu morrer, verei a nossa educação ser valorizada. Eu sou aquela professora que espera que o aluno peça licença para sair da sala, e que só peça a licença após eu terminar de falar, sabe?

Maria do Carmo: E o uso de celular, então? Ultimamente, até a bola está perdendo para o celular...

Yoko: As crianças de hoje só têm a telinha ali, o jogo e o interesse deles, não tem essa janela aberta que a gente diz, né? Eu sempre falo para as crianças: “Vejo vocês só na Internet, no *whatsapp*, tirem uma folga, vão pegar um livro e estudar, porque, aí, você têm muito conhecimento que não conseguem obter pelo celular”. Pior ainda que, só usando celular, não sabem conversar e escrevem tudo errado.

Nanahira: Gostariam de deixar alguma mensagem final?

Yoko: Foi bom porque, fora a nossa conversa, foi positivo o entrosamento, pois também aprendemos com você.

Lídia: Nossa, foi um papo muito bom! Foi muito bom estar com vocês.

Nanahira: Estou sem palavras para agradecer.

APÊNDICE D

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO

Comunidade nikkei de Paracatu-MG e suas experiências de desenvolvimento no contexto do PRODECER

Yoshifumi Kayashima: Olá pessoal, eu sou Yoshifumi Kayashima, nascido em Fukuoka. Fukuoka fica situado entre Hiroshima e Nagasaki. Mas eu não sou doído nem louco. Essa é minha esposa, ela nasceu no norte de Minas, na cidade de Água Boa, a 800km daqui. Eu sou issei, meu pai é nissei, meu vô é issei, um dos primeiros imigrantes que vieram pro Brasil. E veio se instalar aqui em Minas Gerais, na cidade de Sacramento. Meu pai nasceu aqui. Meu vô trabalhou muito e levou a família dele pra conhecer a terra natal dele, que é o Japão. Chegando lá, muitas atividades, inclusive a Segunda Guerra. Meu pai teve que servir o Japão, aliás minha família toda. Graças a Deus, todos sobreviveram. Meu pai casou com a minha mãe lá, eu nasci. Com um ano e seis meses de idade, meu pai resolveu trazer minha mãe pra conhecer a terra natal dele, que é o Brasil. E minha mãe ficou encantada e não quis voltar mais. E, até os dias de hoje, nós estamos aqui. Minha infância foi um pouco diferente de todos, porque eu falava só japonês, e eu tinha um amigo que só falava português, nós brincávamos o dia inteiro e os dois se entendiam muito bem. E minha mãe, como ela tinha uma feira, ela começou a praticar o português mesmo em casa, por isso, eu não tenho muita intimidade com a língua japonesa. Vocês estão vendo que eu não tenho sotaque nenhum de japonês. Então, isso, eu já me considero brasileiro, que eu já sou casado com uma brasileira, meus filhos são todos lindos, gosto demais deles. Então, me considero brasileiro, paracatuense... Meu pai, como ex-combatente, ele nunca me encostou a mão, nunca alterou a voz comigo. Ele só pedia as coisas que eu fizesse. A única coisa que eu não consegui atender o pedido dele, foi que ele me pediu para ser um agrônomo. Não teve jeito. Eu gostava e gosto de mecânica, por isso eu fiz Engenharia. Mas, depois meu pai compreendeu que as coisas... é assim mesmo. Sobreviveu a Segunda Guerra, e outras dificuldades, e veio a falecer aqui em Paracatu de leishmaniose. Minha mãe é viva até hoje, ela tem 90 anos, está lúcida. Minha mãe adora tomar açaí. Porque meu pai, primeiro, quando ele voltou do Japão, primeiramente, ele estava em São Paulo. Depois, um fazendeiro em São Paulo trouxe meu pai pra Patos de Minas, que tinha uma fazenda aqui no município de Paracatu. Eu adoeci, a cidade mais perto da fazenda seria Paracatu, e um fazendeiro viu meu pai no hospital e propôs ele uma oferta melhor. E ele veio pra Paracatu. Trabalhou muito, tal, e, depois de um certo tempo, ele conseguiu comprar umas terras e ser dono de sua própria fazendinha. E foi quando ele introduziu em Paracatu verduras, que seria folhagens, que era... o pessoal mal conhecia brócolis, acelga, mesmo o alface era muito difícil, chicória, e os tomates do meu pai eram muito bonitos. O primeiro pomar daquela laranja ponkan foi ele que implantou aqui em Paracatu. O pessoal ficava assim: “Nossa, como o japonês faz o milagre. Olha o tamanho da mexerica lá da fazenda dele!”. Mas não era, era o enxerto, até o pessoal descobrir que era o enxerto, era diferente. Então, meu pai trazia verduras de manhã e à tardezinha. À tarde ele trazia as verduras que eles falam verduras vermelhas, que pode ficar um dia pro outro, mas de manhã ele trazia outra viagem só de folhagem, que era apanhado na hora e vendido fresquinho. Foi assim que minha família sobreviveu. Não ficou rico não, mas deu pra sobreviver, deu pra eu e meu irmão estudar. Na adolescência joguei futebol. Eu fui do time da escola, joguei futebol

amador aqui em Paracatu pelo União Esporte Clube. Você lembra, né, Winnetou? Era uma das atividades que a gente gostava muito, eram as gincanas de moto que tinham em Paracatu. E, por começar nessa gincana de motocicleta, foi quando eu abri a minha primeira loja, que era de moto. Eu como profissional, eu tenho uma loja, que representa na área náutica, com motores de popa, jet ski, e falou que é motor a gasolina, a gente está sempre mexendo e consertando. Quando eu vim pra Paracatu, só existia a minha família de japonês. Então, meus amigos, todos são brasileiros. Depois, é que veio outras pessoas, outra colônia de japoneses, do Paraná, do São Paulo. Porque teve aqui em Paracatu um programa chamado... era um financiamento do Japão para agricultura aqui no Brasil. Então, se instalaram vários japoneses aqui, de colônias diferentes, e todos eles têm uma história, não igual á minha, mas todos eles são descendentes de japoneses.

Mituo Muraoka: Meu nome é Mituo Moraoka, vim de Uraí, estado do Paraná, para participar do PRODECER. Meus pais vieram do estado de Yamagata, lá no Japão, região fria e região montanhosa, bastante montanhosa, e agricultura era basicamente arroz. [...] Meus pais, primeiro, ficaram em Bandeirantes, vieram até Bandeirantes, mexendo café. Mas o café naquele tempo estava baixo, né? E o que estava em alta era algodão, então eles foram para o estado de São Paulo tentar plantio de algodão, é... arrendatário, mas não deu muito certo não. Porque patrão era fraco, quebrou, no meio, eles ficaram sem receber, sem nada. Aí, voltaram de novo pra Bandeirantes, e lá, ó, os dois aventureiros, meu pai e meu tio, foram criar porco no sertão do Paraná, no interior do Paraná, beirando o rio Tibagi, assim, sabe. Eu fui no primeiro ano do grupo com 14 anos. Isso porque meu pai achou que não dava pra voltar mais pra Japão, mesmo assim achou que era tarde, mas vai, vai aprender português. Não dá mais pra ir pra Japão não, Japão perdeu na guerra, não tem espaço pra nós mais lá não. E eu fui, com 14 anos. Mas, até lá, eu tinha estudado em, assim, escola japonesa particular, do bairro lá, né. Aí, matemática assim, não perdia pra ninguém. Pra mesmo aquele aluno de quarto ano, que era grupo, o quarto ano era o último ano do grupo, a gente ensinava, explicava. Dava aula até pra professor na matéria de matemática. Matemática, geografia, história, isso era bem adiantado. Dona Luiza é parente nossa, é parente, os pais era tudo conhecido. É que a gente que não andava muito, não conhecia, né? Mas um dia falou: Ó, parente, nós temos uma moça chamada Dona Luiza, vai lá namorar ela! Foi assim, *miai*. Eu, lá no Paraná, já era plantador de soja e trigo. Só que lá, terreno não era grande, então a gente arrendava um pedaço aqui, um pedaço pra lá. E, pra andar com maquinário, no asfalto, assim, era muito difícil. Então, quando saiu o PRODECER, como eu conhecia São Gotardo, né, se pudesse produzir sem movimentar maquinário, em um lugar só, seria bom. Aí, nesse ponto, achou que era bom e viemos aqui.

Guentaro Alimura: Nascido em 1905, meu pai, era japonês, nascido na ilha Kyushu, e estado que é... se chama Kagoshima, né? E veio no ano de 1918, na região de... perto de Uberaba, mas Miguelópolis, estado de São Paulo. Como tinha muita maleita, doença desse malária, tio que veio chefe da família, parece que dentro de dois anos sofreu com essa doença de maleita né, e faleceu. E essa tia logo se arrumou outro homem, né, e se casou, e ficou meio largado ele. Aí, uns dois anos antes, tinha vindo primo né, procurou ele e começou a viver junto com ele, trabalhando. Então meu pai nasceu em 1905, vieram com 13 anos com intuito de ganhar dinheiro. Se contar uma história dessa aí, criança de 13 anos de hoje, acho que nem pensa de trabalhar pra ganhar, pra sustentar a família, as coisas né, ajudar. A cidade chamava, lá no estado de São Paulo, Vera Cruz. Em [19]39 meus pais compraram essa área lá em Uraí, que antigo se chamava Pirianito, e esse município foi iniciado, fundado em [19]36. Com 3 anos de fundação, meus pais compraram lá uma área. E, nesse livro de história da minha professora, já escreve bem direitinho sobre isso aí.

Toshiko Suguiyama Alimura: Desde pequena, foi para o Paraná. A gente entrou direto no sítio, né, longe da cidade. E para ir na escola também, tinha cinco quilômetros, a pé. Antigamente, não tinha nada de condução, né? Tinha que levantar cedo, e nem que chover, nem que... todo dia tem que ir a pé. Daí, de manhã, estudava língua portuguesa; à tarde, tinha língua japonesa, né. Eu estudei na língua japonesa também, voltava bem tarde, dia inteiro, levando marmita, quer dizer, *bento* né? Era frio.

Guentaro Alimura: Minha irmã, acima da gente, é casado com irmão dela. Família, então, fala... já que roubou minha irmã, então... [risos] Em [19]70, ano de [19]70 mais ou menos, até lá, a região era considerada região de café. Mas como de 10 em 10 anos vinha a geadada, então acabava com a cultura de café. Em [19]78 mais ou menos, entrou lei trabalhista no rural também. Como naquele tempo ainda não tinha lei trabalhista, ninguém aplicava sistema de lei trabalhista, oito horas de serviço na roça. Lá, era, se for diarista, trabalhava sol a sol, né. E não tinha assim, suponhamos, salário mínimo, tudo; tinha sim, mas ninguém aplicava. Diário tava recebendo mais que salário mínimo, mas... se estiver ganhando mais, tem que remunerar sobre esse aí, né? Então, enroscou sobre esse aí. Mas, mais ou menos acho que maioria dos agricultores teve problemas [com a] lei trabalhista rural. Para mecanizar 10 alqueires, 15 alqueires, 20 alqueires, não tem condição de comprar trator ou colhedeira né, sempre tudo picado pra lá e pra cá. Aí meu irmão já tava mexendo, em 1975, já tinha começado um pouquinho aqui na região de, aqui no estado de Minas Gerais, mas Patrocínio. E depois compramos um área lá em Monte Carmelo. Aí, meu irmão começou a plantar café. Tinha sete famílias que era desbravador do Cerrado, que, descendente de japonês que primeiro que veio plantar café naquela região. Aí, considerava que o japonês era doido pra vir plantar café naquela região. Deu certo. Aí, iniciou depois [em] São Gotardo também, naquela região de Patrocínio, Araguari, Monte Carmelo, assim virou celeiro de café, né. Eu mesmo já tinha lote lá, mas quem tomava conta era meu irmão. Surgiu Monte Carmelo, Patrocínio, pra lá, primeiro binacional de Cerrado iniciou em Iraí de Minas, mais era pessoal do Rio Grande do Sul, gaúcho né? Aí, parece que segundo foi esse Mundo Novo, Cooperativa Cotia. Aí, nós também perguntamos como é que era tudo, aí falamos, uai, 20, 30 alqueires assim em Uraí, permanecer com dois filhos, não quer mexer atrás de burro né, área é muito pequena para mecanização. Aí, surgiu esse projeto de Entre Ribeiros, né, aí viemos em 1983. Foi oportunidade e era financiado 10 anos, dois anos de carência, para pagar em 12 anos, quer dizer carência mais 10 anos. Não tinha aonde, eu financiava trator, financiava colhedeira, e financiava até benfeitoria, né?

Mituo Muraoka: Depois que chegamos aqui em Paracatu, aí a gente ficou conhecendo o veranico, que não chovia metade do ano, né? Às vezes, vinha veranico em janeiro, né, isso a gente não sabia nada. A terra, também, como corrigir, a gente não sabia nada. Viemos aqui e aprendemos tudo aqui. Se soubesse que era tão difícil, talvez ficasse lá no Paraná mesmo. O pessoal do Ministério, pessoal da Cotia, né, não conhecia bem o clima da nossa, dessa região aqui, acharam que era o mesmo de São Gotardo. E, sem, assim, nada, eles fizeram tudo o que São Gotardo fez. Deu errado, né? [risos] Depois de, mais de 10 anos depois que foi corrigir. Foi corrigir bem naquele ano que juro tava absurdo, sabe? Então financiaram maquinário pra café, pra irrigar café, pivô, né? Aí, deu pra trás por causa disso. A época de financiamento, época crítica. Porque, pra, quando, depois de dois anos, quando foi pagar uma prestação, dava pra comprar um pivô inteirinho.

Guentaro Alimura: Primeiro, como terreno é ácido né, terra é ácida, então, primeiramente, precisava plantar cultura de graminês. Depois de que tá acidez controlada, até 5,5, 6 o ph, aí podia plantar leguminosa, soja. Nós entramos em [19]83, e final de [19]80 pra [19]90 surgiu aquela inflação galopante, aí ficou... Nós chegamos aqui em [19]83, fizemos o primeiro plantio

pra [19]84, choveu até fim de ano, ficou 75 dias aproximadamente sem chuva quase. Plantio que nós fizemos, primeiro plantio, foi estaca zero de produção. Aí, como tinha um pouquinho de experiência de irrigação lá em Uraí né, aí falou: “ah, tem que ser irrigação”. Aí, continuou mais um ano, [19]84 pra [19]85, também deu o veranico, acho que deu 40, 40 e poucos dias, bem no tempo que cultura precisava de chuva. Aí nós falamos: “ah, único jeito é fazer uma cultura de irrigação”. Mas como a gente tinha carregado todo aquele financiamento, sobre maquinário, sobre benfeitoria, sobre terra, não tinha onde pegar mais financiamento, **mas lutamos, lutamos, lutamos, achamos** dentro do BDMG, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, arrumou a linha de irrigação, aí nós fizemos conjunto 41 lotes, né, cada um podia irrigar 60 hectares. Aí nós fizemos, **batalhamos, batalhamos**, aí, em [19]88 conseguimos concluir essa irrigação. Podia fazer, depende da cultura, dois e meio safra ou três culturas numa área, sem ter interferência de veranico. Ajudou bem, mas como era inflação galopante. Todo mundo ficou apertado. Porque a produção que a gente produzia... um lado financiamento acompanha juro, inflação e correção, e vai subindo, e a produção que a gente produz não acompanha essa... então ficou desequilibrado. Eu era Presidente lá do Entre-Ribeiros né, aí, fazer a inauguração, aí nós tínhamos convidado ele, Presidente Sarney. Aí, falamos que vai vir, Presidente pra inaugurar irrigação, lá no bombeamento. “Quê que isso, Alimura?! É muito papo demais... não vai vir não, não vai vir”. Tá bom... Depois que chegou, fomos homenageados lá em Câmara. *[risos]* Me deram certificado, menção honrosa. 1995, veio TV NHK lá do Japão, ver esse projeto de irrigação sabe... nessa ocasião, tinha muito descendente de japoneses quer a gente conhecia, tava no Japão: “Uá, tá na televisão aí!” *[risos]* Lá no Japão. Sakura! *[Chamando atenção para a cadela maltês que estava latindo]*

Wilhan Issamu Alimura: É Sakura, essa aqui é japonesa. Veio importada do Japão, veio filhotinho. Tem 10 anos. Antes de nós mudarmos, nossa família também tinha ficado no Japão uns três anos, mais ou menos, tinha ido com a família. Daí, tinha comprado um filhotinho de maltês, aí, decidimos voltar pro Brasil... não, deixar, não pode deixar... *[risos]* Morei [no Japão] também, fiquei... decasségui...

Guentaro Alimura: Decasségui, trabalhando, porque estava ruim de receita na agricultura né, aí... trabalhar lá um pouco.

Wilhan Issamu Alimura: Acho que, no total, eu fiquei uns sete anos lá, indo e voltando, indo e voltando, acho que eu fui umas, quantas vezes, hein? Um... três. Passei em um monte de fábrica. Porque lá é por empreiteira, né? Não era que nem aqui que é com carteira, assim, é terceirizado mesmo, né.

Guentaro Alimura: Primeiro acho que foi em [19]92, quando era solteiro

Wilhan Issamu Alimura: Acho que 1992, Ah, e naquela época eu namorava a Eliana. Mas eu fui pensando que ia pro mesmo lugar, fui totalmente contrário, a empreiteira tinha mandado pra outro lugar.

Eliana Hitomi Muraoka Alimura: Eu cheguei primeiro. Quando eu fui, eu fui com as minhas duas irmãs, nós somos em três. Aí a gente foi pra trabalhar como camareiras num hotel, numa rede de hotéis.

Wilhan Issamu Alimura: Eu fui pra trabalhar foi numa fábrica de montadora de carro, primeiro serviço. Fábrica de autopeças. Naquela época, comparando com agora, era bem mais difícil, eram poucos brasileiros, a gente na verdade era quase que um dos primeiros assim né, então

não tinha as coisas assim que, hoje em dia, lá no Japão tem aquelas lojas de produtos brasileiros, têm tudo o que tem no Brasil, você acha lá, naquela época, você não achava. Telefone internacional era só por orelhão. Tinha que ir no orelhão, comprar aqueles cartões, cartão internacional, e falava só pouquinho.

Eliana Hitomi Muraoka Alimura: Três minutinhos assim, custava em torno de... Eu fiquei, quando solteira, três anos, né. Aí, depois de casada, eu fui uma vez, a gente deixou os filhos aqui, com o vô, com a vô...

Wilhan Issamu Alimura: Quando estavam pequenos ainda...

Eliana Hitomi Muraoka Alimura: Aí, nós fomos, ficamos acho que oito meses, aí voltamos... pro Brasil e retornamos sem eles de novo. Ficamos, acho que um ano só e nós já viemos embora. Era muito difícil sem as crianças, né...

Wilhan Issamu Alimura: E depois fomos de novo né?

Eliana Hitomi Muraoka Alimura: Daí, quando retornamos, eu falei: “não, agora só vou se for levar, né, as crianças”. Aí nós fomos... As crianças iam pra escola, eu também trabalhava, encontrava à tarde.

Wilhan Issamu Alimura: A cultura lá é totalmente diferente, né? É estudo né, educação, né, desde o começo, né? Ali é uma diferença, né? As escolas, desde pequenininho, os alunos... os pais não podem levar os alunos...

Eliana Hitomi Muraoka Alimura: Ah é, Não podem levar na escola, os pais...

Wilhan Issamu Alimura: Eles vão em grupos e... aí junta num lugar e vão.

Eliana Hitomi Muraoka Alimura: Os mais velhos carregando a bandeirinha, cada bairro tem a sua turminha, aí vão. E no bairro tem uma sirene, que toca na hora que as crianças estão indo, e toca na hora que as crianças estão voltando. Aí os idosos da casa ficam todos na porta, pra...

Wilhan Issamu Alimura: É, olhando, vigiando, pra ver se não acontece alguma coisa.

Eliana Hitomi Muraoka Alimura: É muito seguro mesmo...

Wilhan Issamu Alimura: E horário é integral né, também, vai de manhã, volta à tarde. Isso facilita muito.

Eliana Hitomi Muraoka Alimura: Hoje [trabalhamos] aqui no sítio mesmo.

Wilhan Issamu Alimura: É, só no sítio. Nós mexemos com banana, colheita... só nós que estamos mexendo agora, porque não tem mais empregado, já faz um ano.

Guentaro Alimura: Chegou aqui [Paracatu], falou: “Uai, cê é brasileiro?” “Eu sou descendente, brasileiro”. “Mas sotaque é bem diferente, hein?” [risos]. É, criamos junto da colônia japonesa, né?

Mituo Muraoka: Era bispo de Uberlândia que era contra essa imigração. Eles achavam que nós éramos japoneses. Aí, eles foram contra mesmo. Aí, com isso, o padre daqui, também, quando a gente ia na missa, o sermão deles era diferente daquele que a gente ouvia, costumava ouvir lá no Paraná, da Igreja do Paraná. Aí, com isso, a gente foi afastando da igreja, de pouco a pouco. Porque lá no Paraná, nós morávamos no sítio também. Era sete, oito, dez quilômetros. Mas assim mesmo todo domingo nós íamos lá, na missa, sabe... Aqui era, nossa, uns três, quatro quarteirões, mas a gente não queria ouvir aquele meteção de pau na agricultura. Eles falavam assim mesmo, que não precisava de plantar bastante, eles queriam que tivesse um pedacinho só, plantar suficiente para ele comer, uma família comer, era, estava bom. Então, como nós já entramos com área relativamente grande, com maquinário, né, usando, talvez usando um tratorista, aí, isso, tinha que aproveitar mão-de-obra dos outros, aproveitar maquinário, pra produzir comida deles, e que não era necessário produzir tanto para ele comer, para nós comer, sabe... Engraçado, o pensamento era diferente de hoje. Mesmo, se pessoal ouvir hoje, acho que vai achar estranho, mas, na época, ninguém achava estranho não, achava que isso era normal, assim, batia palma pro padre, a gente não aguentava isso não! [risos] Chegamos aqui, sabia que a sociedade era muito fechada. Nós, em casa aqui, eu e ela, fizemos, assim, grande esforço pra integrar a criançada com sociedade, principalmente com os colegas e os pais dos colegas. Aí, nós tivemos relação ótima, enchia a criançada aqui, fazer dever, com festinha, assim.

Lídia Yoshiko Konishi: Meu nome é Lídia Yoshiko Konishi, sou professora de Educação Física da rede estadual de Minas Gerais, Paracatu, Minas Gerais. Trabalho na Escola Estadual Dr. Virgílio de Melo Franco, antigo Polivalente, Paracatu. Eu tenho todo um trabalho já desde 2010 nessa escola, onde eu faço o meu trabalho com muito amor, com muito carinho, gosto muito da minha profissão. De manhã eu sou Vice-Diretora, e à tarde eu cumpro o horário de professora de Educação Física. Eu tenho realizado vários trabalhos que me deixaram muito satisfeita, e espero ainda contribuir até eu aposentar nesse local de trabalho, espero aposentar logo, né? Meus pais vieram do Japão, meu pai veio de Fukui-ken e minha mãe de Fukushima. Eles moraram, né, em São Paulo. Mas, logo em seguida, eles foram morar no Paraná, no município, naquela época era Palotina, agora, atualmente, é Assis Chateaubriand. Lá, eles tiveram uma pequena terra. Tenho oito irmãos, um falecido. Nós tivemos muitos bons momentos, maravilhosos momentos lá na fazenda, a fazenda chamava Vera Cruz. Depois que veio, né, aqui em Paracatu, o programa... PRODECER, então, primeiramente, veio meu irmão pra cá. Logo em seguida, meu pai também mudou pra cá, meu pai vendeu a fazenda dele, uma fazenda modelo, lá no Paraná, e comprou uma fazenda aqui 10 vezes maior. Infelizmente, nós não fomos bem sucedidos, mas é... eu acredito que todo mundo tem que cumprir uma missão aqui, e nós estamos aqui, agora estou aqui em Paracatu, desde 1986. Vim pra cá pra dar aula de Educação Física no Colégio Dom Elizeu, um colégio particular. Logo em seguida, fui pegando as aulas no estado, e agora estou aqui, né, na escola, com muita vontade, muita alegria. Eu quero dizer assim que eu sou imensamente grata a toda a comunidade japonesa de Paracatu por me receber tão bem no clube de japoneses. Lá, eu criei um laço de família muito grande, que, atualmente eu ainda, né, os tenho como verdadeiros irmãos. A comunidade japonesa de Paracatu para mim é uma família, eles estão sempre presentes na minha vida, né, nas alegrias, principalmente nos momentos que eu passei de dificuldade, eles estiveram sempre presentes na minha vida, e até hoje ainda são e continuam meus amigos.

Seiko Shimada: Eu sou Seiko Shimada, vim de São Paulo, no ano de 1998. Desde então, estou aqui em Paracatu. Casei, vim pra cá, tenho quatro filhos, todos nascidos aqui em Paracatu. E hoje, eu trabalho aqui no Kaikan como professora da língua japonesa. Meu pai, os dois são falecidos, mas o meu pai veio de Kagoshima, e minha mãe já é *sansei*, porque o meu avô é

nissei, então a minha mãe já é da terceira geração. Aí meu marido veio do Paraná, ele veio antes, ele já tem, acho que tem 32 anos que está aqui em Paracatu. Aí nós casamos, e eu vim depois de casada para cá.

Alicia Sagai: *Go sai desu. Yoroshiku onegaishimasu.*

Eiji Ishikawa: Agora eu!

Seiko Shimada: *Hai, Eiji.*

Eiji Ishikawa: *Ishikawa Eiji desu. Go sai desu. Yoroshiku onegaishimasu.*

Seiko Shimada: *Hai, okay. Hai, Desiree.*

Desirée Ulhôa: *Ulhoa Desiree desu. Go sai desu. Yoroshiku onegaishimasu.*

Seiko Shimada: *Hai, okay. Hai, tsugi, Akira Yoshiro.*

Akira Yoshiro: [inaudível] *Yoshiro desu. Roku sai desu. Yoroshiku onegaishimasu.*

Seiko Shimada: *Hai, tsugi, Kaori.*

Beatriz Kaori Sakazaki: *Sakazaki Kaori desu. Roku? Go sai desu. Yoroshiku onegaishimasu.*

Seiko Shimada: Hai, okay, ja...

Pedro Henrique: *Pedro Henrique desu. Ju ni sai desu. Yoshiku... Yoroshiku onegaishimasu.*

Seiko Shimada: *Hai.* Aqui, na nossa escola, temos hoje 26 alunos, não só descendentes nikkeis, mas também não descendentes. E, as idades dos alunos é bem variada, temos alunos de cinco até 60 anos. Aqui, a gente faz atividades... além de ensinar a língua e falar sobre a cultura, nós temos também atividades... em comemorações, assim, de Dia das Mães, Dias dos Pais, Final de Ano, onde as crianças fazem apresentações de música, de dança, teatro. E também temos uma gincana, *undokai*, que é uma tradição nossa aqui do Kaikan, onde é uma gincana que participa a família toda. Aí tem brincadeiras assim, desde para crianças pequenas até para os mais idosos. Esse ano, nós vamos receber uma professora vinda do Japão, pela JICA, vai ficar conosco durante dois anos, e pra ajudar a gente a aprofundar mais o ensino da língua japonesa e sobre o Japão também. Hoje, temos em torno de trinta famílias mais ou menos que participam das atividades aqui, além das famílias não nikkeis dos alunos da escola.

[A professora Seiko Shimada apresenta aos alunos fichas contendo diferentes cores, e os alunos falam as cores de cada ficha]

Alunos: *Kuro!... pinku!... aka!...*

Seiko Shimada: *Aka wa kore desu... chairo!*

Alunos: *Chairo!... midori!... ao!...*

Seiko Shimada: *Hai, tsugi. Kore to onaji ne... Cha...?*

Alunos: *Chairo!... kuro!... pinku!*

Seiko Shimada: *Soitara koko de batte o shimasu, ii desu ka? Batte. Ja ikimasu. Te wa atama! Te wa atama, atama. Hai, ikimasu... Kuro!*

Alunos: Peguei! [*Rapidamente os alunos colocam a mão em cima da cor que acham ser a que a professora mencionou*]

Seiko Shimada: *Kuro wa Yoshiro dake ne. Yoshiro to Kaori. Hai, tsugi, ikimasu. Hai... midori!*

Alunos: Peguei!

Seiko Shimada: *Mata Kaori to Yoshiro!*

Yoshifumi Kayashima: Frequentava o Kaikan, para aquelas... gincanas de *undokai*.

Aysten Blayne Alves Figueiredo Kayashima: Tinha separado, né, os núcleos para os idosos, as crianças... os jovens, né. Tinha a corrida de saco, tinha o cabo de guerra, tinha o *guetoboru*, né. Era ótimo, né, que os meninos interagiam.

Wilhan Issamu Alinura: Mas participar das atividades, participamos todos. Dia das Mães, Dia dos Pais, tem o Jantar Japonês, que é umas duas vezes por ano também, *undokai*, também, *undokai* é a gincana que tem.

Guentaro Alimura: O que tem mais é aula de língua japonesa.

Mituo Muraoka: O nível, assim, econômico do pessoal, maioria, maioria do Kaikan, era... mesmo nível. Então, a gente, pra fazer chamada de capital, então a gente determinava, estudava, analisava a situação, o que sobrava, o que não sobrava, e taxava; é tanto, dá pra ajudar com tanto, agora, dessa vez, pra fazer isso, fazer aquilo, fazer muro, fazer né, cancha, esse negócio. Eu era Presidente do Kaikan nesse tempo. Foi mais difícil o... Casa de Estudante, que começou a sair na mesma época que nós gastávamos muito dinheiro aqui, né. Mas, mesmo assim, nós fizemos esforço e, olha lá, Paracatu acho que ajudou com boa parte lá.

Guentaro Alimura: Que nem Eliana também, na época que queria fazer faculdade, não tinha aonde ficar né, era tudo, tipo, particular, só né. Aí, a filha também, tinha duas filhas que queria estudar também, não tinha onde ficar. Nós falamos que dificuldade que tá tendo aqui em Paracatu é Casa de Estudante. Eu sabia bem o sistema lá de São Paulo, né. Governo japonês não ajuda total, sempre uma parte só. Aí, pode ser parte. Aí, nós fizemos tanta força, conseguimos fazer! Aí, a primeira [que entrou no] internato de estudantes foi a filha caçula que, não estava nem pronto ainda, começou, foi a primeira.

Lídia Yoshiko Konishi: Eu ainda, eu falo, admiro muito, né, a cultura, os costumes japoneses. Então, desde quando eu era criança, a nossa família sempre foi de um, né, ajudar o outro. Então, sempre os irmãos mais velhos, os amigos mais velhos, dirigiam a gente até a escola, né, levavam a gente até a escola, porque nós tínhamos que passar até no meio do pasto, né, para estar chegando na escola. E aqui em Paracatu não é diferente. Então a gente vê o tanto né, que nós, descendentes de japoneses, ainda temos, né, esse dom de doação, de ajudar ao próximo, a necessidade do outro, e a gente vê também que, até hoje né, a gente repara que os nossos amigos

japoneses, eles têm assim, uma preocupação muito grande, como a gente está passando, quê que a gente tá fazendo, se a gente está bem, né, se a gente está triste, eles vão, fazem visita. Então a gente vê o tanto que é importante a nossa família japonesa aqui em Paracatu.

Yoshifumi Kayashima: Todo mundo me perguntava se eu sabia fazer sushi ou sashimi. Porque... japonês, geralmente, é sinônimo de sushi e sashimi. E eu falava que não sabia. Meus amigos: “mas falar japonês, cê sabe, né?” Eu falei: “também não”. “Uá, mas, então você é um japonês do Paraguai?!” Por aí, eu fiz um curso de culinária oriental, aprendi a fazer sushi, sashimi, hoje faço também o yakissoba. Entre essas histórias, tem várias histórias. Minha família toda gosta do Brasil. Eu adoro minha família. Adoro comer feijão... e chupar jabuticaba.

Mituo Muraoka: É, minha vida, foi corrido, sofri, talvez sofreu, mas eu não acho que não foi nem um sofrimento, foi uma alegria. Se pudesse passar por tudo isso, iria passar de novo.

Guentaro Alimura: Quando tinha guerra, a Segunda Guerra, eu fiquei humilhado, porque cara de japonês... brasileiro tá lutando contra Japão. Hoje, eu tenho orgulho de ser descendente! Quer dizer que antecessor veio de lá, meu pai e minha mãe era tudo lá de Japão, então eu tenho orgulho de ser descendente, hoje. Naquela época de criança, eu tinha até vergonha. Então, imigrante, Japão como a terra era pequena né, como a população era grande, não tinha área para cultivar, então saiu, então, grande número de imigrante descendente que saiu pra fora do Japão, Brasil é único que deu certo também, por causa da área, clima, e aceitar bem, brasileiro aceitar bem o japonês também, né. Demonstrou qualidade também, né?